



24



Soluções Gráficas com Qualidade

A sua empresa de Artes Gráficas

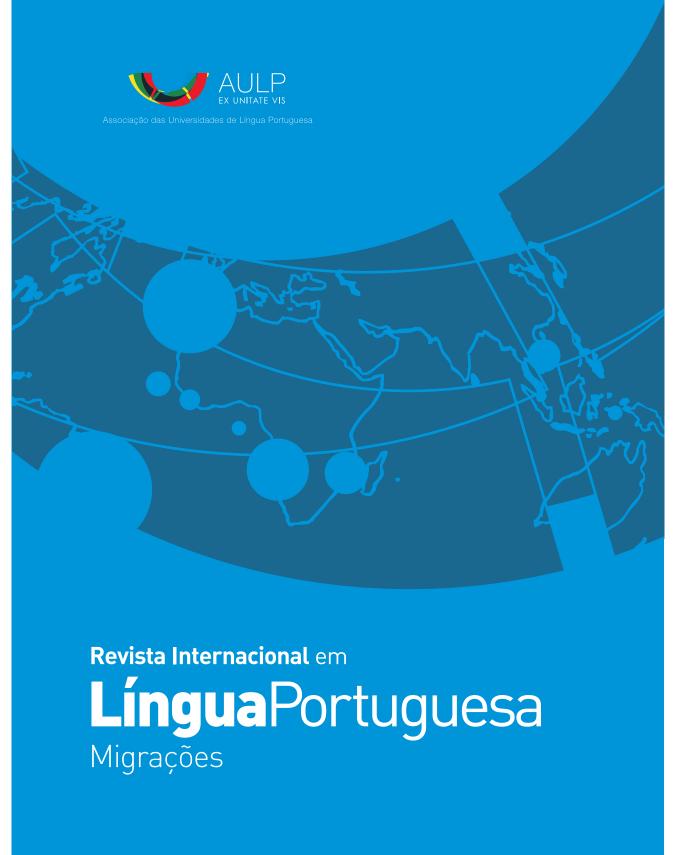
Realizamos todo o tipo de trabalhos gráficos a pensar nas suas necessidades: Cartões de visita, Catálogos, Blocos, Livros, Revistas, Cartonagens, Folhetos, Calendários e muito mais...



Estrada da Granja do Marquês | Parque Industrial da Beijoca | 2725-118 Algueirão tel (+351) 21 921 37 37 | fax (+351) 21 921 39 79 mail orcamentos@clio.pt www.clio.pt







III Série N.º 24 2011



Revista Internacional em Língua Portuguesa

Migrações

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa III Série, nº. 24 - 2011

Publicação Anual da Associação das Universidades de Língua Portguesa (AULP)

Referência solicitada ao catálogo LATINDEX – Sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e ao European Reference Index for the Humanities (ERIH) da European Science Foundation (ESF).

A Revista Internacional em Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

Fundador: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Director: Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Jorge Ferrão)

Coordenação Científica (Número Especial): João Peixoto (Universidade Técnica de Lisboa) e Duval Fernandes (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Secretariado Executivo: Teresa Botelheiro

Conselho Editorial: João Peixoto (Universidade Técnica de Lisboa - UTL), Duval Fernandes (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas), Adriana Freire Noqueira (Universidade do Algarve-UALG)

Conselho de Acompanhamento Científico: Conselho de Administração da AULP – Jorge Ferrão (Universidade Lúrio-Unilúrio), João Guerreiro (Universidade do Algarve-UALG), Clélio Diniz (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Rui Martins (Universidade de Macau-UM), Orlando Mata (Universidade Agostinho Neto - UAN), Paulino Fortes (Universidade de Cabo Verde-UNICV), Lourenço do Rosário (Universidade Politécnica de Moçambique-UPM), Armando Pires (Instituto Politécnico de Setúbal-IPS), Carlos Silva (Universidade Independente de Angola (UNIA), Fernando Costa (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), Aurélio Guterres (Universidade Nacional Timor Lorosa'e – UNTL), Rui Jandi (Universidade Lusófona da Guiné – ULG), Peregrino Costa (Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe – ISPSTP), Benedito Guimarães Neto (Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM)

Capa/Arranjo Gráfico:

Helder Rodrigues (Universidade do Algarve)

Execução Gráfica: Clio - Artes Gráficas, LDA

Editor: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Depósito Legal: 180505/02 **ISSN:** 2182-4452

Preço deste número: 10,00 Euros

Assinatura:

Correspondência relativa a colaboração de permutas e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2°, 1050-203 LISBOA Telf: 217816360 | Fax: 217816369 | Email: aulp@aulp.org

Para referência de números anteriores consultar: www.aulp.org

RILP

Revista Internacional em Língua Portuguesa

Migrações

Editores João Peixoto e Duval Fernandes

Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil



Índice

APRESENTAÇÃO MIGRAÇÕES Jorge Ferrão 9 **NOTA DOS EDITORES** João Peixoto e Duval Fernandes 13 PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA "Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países de língua portuguesa" Nancy Tolentino, Carlos Rocha, Corsino Tolentino e João Peixoto 23 **ANGOLA** "A noção de subalternidade e a distribuição étnica de Angola" 49 Helder Bahu **BRASIL** "Brasil: país de imigração?" Neide Lopes Patarra e Duval Fernandes 65 "Refugiados africanos em São Paulo, Brasil: espaços da migração" Rosana Baeninger e Roberta Guimarães Peres 97 CABO VERDE "Novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana: as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla" Iolanda Évora 113 GUINÉ-BISSAU "Migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e controvérsias dos actores envolvidos no processo" João Ribeiro Butiam Có 131 "Mobilidade e migrações na Guiné-Bissau: dinâmicas históricas e determinantes estruturais" Alexandre Abreu 145 **MOCAMBIQUE** "Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem" Manuel G. Mendes de Araújo e Ramos C. Muanamoha 165 "Causas, consequências e padrões da migração internacional

de Moçambique: questões emergentes no espaço da lusofonia"

187

Inês M. Raimundo

PORTUGAL "A evolução do sistema migratório lusófono.	
Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa" José Carlos Marques e Pedro Góis	213
"As políticas de imigração em Portugal. Contextos e protagonistas" Ana Paula Beja Horta	233
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	
"O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses" Augusto Nascimento	257
ESTUDOS E NOTAS	
MACAU	
"Breves considerações sobre as migrações e os trabalhadores não residentes em Macau"	
Ho Chi Un	283
TIMOR-LESTE	
"Migração laboral em Timor-Leste"	
Augusto Soares e Jenice Fernandes	291



Migrações

Jorge Ferrão
Presidente da AULP e Reitor da Universidade Lúrio, Moçambique

Os fluxos migratórios têm vindo a aumentar em todo o mundo e no espaço da CPLP o fenómeno é evidente, sobretudo com o advento da paz nos países africanos de língua portuguesa. Esta realidade coloca numerosos desafios e profundas mudanças no contexto regional e nacional que exigem não apenas a uma mudança nas políticas públicas, mas, e fundamentalmente, respostas coordenadas e adaptadas num contexto de mobilidade regional e internacional.

Na realidade, a importância do fenómeno migração é visível pela sua dimensão e constitui uma das principais causas da modificação dos efectivos e das estruturas da população em todos os países da CPLP. A dinâmica migratória ocorre devido ao desenvolvimento de novas formas de mobilidade internacional do mercado e aos múltiplos processos de integração regional e da globalização. Por outro lado, não é menos verdade que a instabilidade e os conflitos armados que, infelizmente, ainda se verificam em alguns países no continente africano, contribuem em grande medida para alimentar estes fluxos.

Actualmente, e segundo dados estatísticos disponíveis (ONU e OCDE 2007), aproximadamente 200 milhões de homens e mulheres vivem fora dos seus países de origem, sendo imigrantes legais ou ilegais e refugiados, crescendo estes fluxos a um ritmo mais rápido do que o crescimento da população mundial. Estas mesmas estatísticas apontam para o facto de 95% dos migrantes serem mulheres, pois 1/3 das migrações internacionais são migrações familiares.

Analogamente, o número de estudantes que procuram por instituições de ensino superior tem aumentado, apesar de o espaço da lusofonia ter aberto muitas instituições de ensino superior. Dados da OCDE indicam que mais de 2,7 milhões de pessoas estudam fora do seu país de origem. Esta tendência se agrava com a introdução do protocolo de Bolonha e ainda pelo aumento exponencial que se verificou no subsistema secundário em muitos países. Só em Portugal verificou-se um aumento do número de estudantes inscritos de Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé. Entre os anos 2000 e 2005 o crescimento foi de 67,5%.

Tomando em consideração estes pressupostos, a AULP não pode estar alheia ao fenómeno migração. Assim, decidiu incorporá-lo na sua agenda de trabalho e pesquisa a todos os níveis, bilateral e multilateral, como prioridade. Aliás, nem é por acaso que o fenómeno migração, por ser um fenómeno em ascenção, tenha até instituído o Dia Internacional dos Migrantes (18 de Dezembro) como data de reflexão.

Esta revista, a primeira da AULP que aborda a questão da migração nos nossos países, foi produzida por especialistas e pesquisadores de nossas universidades e centros de pesquisa que acompanham e monitoram as tendências nacionais e regionais das migrações. Estas reflexões, naturalmente, colocam desafios às sociedades contemporâneas, às diferentes instituições políticas, educacionais, culturais, económicas e regionais.

Por conseguinte, é necessário questionar o espaço migratório do ponto de vista da sua mundialização, privilegiando as inter-relações que se tecem entre as zonas de partida e de chegada e, sobretudo, os retornos possíveis. No espaço da CPLP, os fluxos migratórios devem continuar ainda com mais intensidade nos próximos anos. Para a AULP, o importante seria avaliar as mutações espaciais induzidas pela circulação material e imaterial, o capital humano e financeiro e, fundamentalmente, as interacções entre a lógica dos actores e as recomposiçoes territoriais. O que agora se apresenta como desafio terá de ser analisado e assumido como uma oportunidade. A migração foi a base de prosperidade de vários países desenvolvidos. Com a CPLP, o percurso a trilhar poderá trilhar o mesmo rumo.



Nota dos Editores

João Peixoto
Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal
Duval Fernandes
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

O tema das migrações internacionais tem sido alvo de atenção crescente desde as últimas décadas do século XX. É certo que as migrações internacionais sempre existiram: movimentos populacionais unindo vários territórios, na configuração atual de Estados-nação ou em configurações anteriores, são tão antigos como a humanidade. Mas o incremento absoluto e, muitas vezes, relativo destes movimentos tem sido uma realidade ao longo do tempo. Os factores que estão na base da globalização explicam o aumento recente dos fluxos – e são, por sua vez, potenciados por eles. Todas as regiões do mundo estão hoje envolvidas em alguma forma de relação migratória internacional. Em muitos contextos, a mudança social e o desenvolvimento económico são dependentes das migrações. Dependendo do país, por vezes o estatuto migratório é sobretudo o de emissor, enquanto outras vezes predomina o de receptor. Mas são cada vez mais frequentes as combinações de estatuto (emigração e imigração em simultâneo) e, também, a alternância entre fluxos dominantes (emigração seguida de imigração ou o contrário).

Este número da *Revista Internacional em Língua Portuguesa* incide sobre o tema das migrações internacionais nos vários países de língua portuguesa. A reunião de um conjunto de textos nesta área é, só por si, um empreendimento inovador. Apesar da atenção crescente de que as migrações internacionais têm beneficiado e do aumento dos estudos sobre este tema em cada uma das nações envolvidas, o enfoque comum nos países que falam português é muito raro. Até à data, a primeira e única iniciativa deste tipo parece ser a publicação de um conjunto de textos na revista *International Migration* em 2009 (Martin, 2009) – curiosamente, uma publicação em língua inglesa. Esses textos resultaram da conferência "Migration and the Lusophone World", que teve lugar a 17-18 de Novembro de 2006, em Washington, EUA, sob a coordenação de Susan Martin. Depois disso, não parecem ter existido novos contributos, pelo que este número da *Revista Internacional em Língua Portuguesa* é o primeiro em que o tema é discutido em português.

A reunião de textos sobre as migrações internacionais nos países de língua portuguesa justifica-se por duas razões. Em primeiro lugar, é um pretexto para cruzar conhecimentos e experiências entre países que falam a mesma língua. Apesar de situados em diferentes regiões de mundo e de conhecerem histórias e problemas migratórios muitas vezes diversos, o facto de pensarem e falarem em português pode facilitar o intercâmbio de ideias. Em segundo lugar, é uma ocasião para refletir nas dinâmicas comuns. Como se sabe pela teoria dos sistemas migratórios, a ligação de territórios e países ao longo da história permite – e é reforçada com – deslocações migratórias (Kritz e Zlotnik, 1992). No caso dos países que falam português, séculos de história conjunta incluíram deslocações de pessoas em múltiplos sentidos e com inúmeros cambiantes. Ainda na atualidade e no futuro prospectivo, as migrações nestes países contam e irão contar com muitos intercâmbios recíprocos.

Adotando a perspetiva dos sistemas migratórios, um texto publicado no referido volume da International Migration marcou o debate. Maria loannis Baganha – autora que infelizmente já não está entre nós – foi a primeira a refletir de forma sistemática sobre a realidade do sistema migratório lusófono (Baganha, 2009). Segundo ela, Portugal começou por ser o centro do sistema, tendo as primeiras grandes ligações migratórias ocorrido com o Brasil. A entrada de outros países de língua portuguesa no sistema – países africanos, Timor-Leste e Macau – permitiu a multiplicação dos contactos. Com o tempo, o sistema tornou-se mais complexo, anunciando as mudanças que, em muitos casos, apenas hoje começam a tomar forma.

Para além do caráter inovador, este número da Revista Internacional em Língua Portuguesa apresenta um outro motivo de interesse. Assistimos hoje a uma importante viragem no estatuto e panorama migratório de muitos países lusófonos, o que sugere o início de um novo paradigma. Muitas das mudanças ocorreram na sequência da crise económica mundial desencadeada em 2008, enquanto outras estavam latentes ou eram já manifestas, tendo redobrado a sua intensidade nos últimos anos. Portugal, que durante séculos foi o centro do sistema migratório lusófono, tendo conhecido, nos finais do século XX, entradas numerosas oriundas de quase todos os países de língua portuguesa, conhece hoje um lugar menos preponderante; na atualidade, reconverteuse em emissor, muitas vezes para países que falam português. O Brasil, que alicerçou grande parte da sua história na entrada de imigrantes e que, depois de 1980, se tinha reconvertido em país de emigração, tornou-se de novo um magnete para fluxos internacionais. Angola é hoje um dos mais importantes recetores de imigrantes em África, provenientes de muitas partes do mundo. Em menor grau, também Moçambique e Cabo Verde se deparam com novos fluxos de entrada. Muitos destes assuntos são examinados nos artigos que fazem parte desta publicação.

Os artigos publicados neste número da Revista Internacional em Língua Portuguesa efetuam um levantamento dos problemas migratórios dos países lusófonos e, em muitos casos, focam as mudanças recentes que estão a levar a um novo paradigma. Estão apresentados por ordem alfabética dos países, à exceção do primeiro contributo, que se dedica à análise conjunta dos países africanos de língua portuguesa, e dos últimos, que constituem breves notas sobre a realidade migratória em Macau e Timor-Leste. Todas as nações que falam português e integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) estão agui representadas.

O primeiro texto, da autoria de Nancy Tolentino, Carlos Rocha, Corsino Tolentino e João Peixoto, examina a relação entre migrações, remessas e desenvolvimento no contexto africano, em particular no que respeita ao caso dos países de língua portuguesa. São revistos alguns dos principais números sobre os fluxos migratórios que unem, em diferentes direções e sentidos, os países africanos de língua portuguesa; é discutida a noção de que estes fazem parte de um sistema migratório comum, unido pela língua (ao qual pretence também o Brasil e, num sentido mais amplo, Timor-Leste); e é examinada a evolução das remessas, tanto no sentido dos fluxos recebidos como enviados. Entre outros aspetos, conclui-se pelo carácter muito dinâmico da realidade migratória, porque os países em causa têm assumido posições diversas ao longo do tempo. O caso mais exemplar é o de Angola, que atualmente detém uma forte atratividade migratória e se apresenta como um difusor líquido de remessas. Dada esta dinâmica, os países carecem de uma observação continuada.

O artigo de Helder Bahu é o único que incide sobre o caso específico de Angola, embora numa perspetiva histórica. O texto discute a distribuição dos grupos étnicos neste país, tendo em conta as suas linhas de identificação, processo de evolução e relação com fluxos migratórios. São tomados em conta, em primeiro lugar, os mapas étnicos desenhados durante o período colonial. Estes são criticados pela sua ligação à política colonial e com recurso à perspetiva dos subaltern studies, que procuram descortinar a identificação étnica de grupos dominados e subordinados sob as linhas de demarcação étnica oficiais. São ainda discutidas algumas mudanças registadas na época pós--colonial, tanto no que se refere à manutenção de divisões étnicas, como ao impacto dos fluxos migratórios contemporâneos. O autor argumenta que, apesar da deslocação generalizada para as cidades e dos casamentos interétnicos, que favorecem a diluição das identidades étnicas, é importante prosseguir o estudo destas linhas de demarcação em Angola.

No caso do Brasil, dois textos são apresentados. O primeiro, de autoria de Neide Patarra e Duval Fernandes, traça o perfil da evolução histórica do processo migratório brasileiro, com especial atenção aos desafios a serem enfrentados pela sociedade no momento atual. Os autores, partindo de uma breve introdução histórica, mostram como evoluiu a situação do país, que passa de um país de imigração, desde o descobrimento até ao final da 2ª Guerra Mundial, para a posição de país de emigração, na década de 80 do séc. XX e seguintes. A situação política internacional após os eventos de 11 de setembro e a crise económica do final da primeira década do presente século, contribuem para alterar o panorama da migração no Brasil, que volta a ter afluência expressiva de imigrantes, com importante participação de originários dos países lusófonos. Ao mesmo tempo, o país conta com uma comunidade de brasileiros no exterior que ultrapassa a casa de alguns milhões. Este quadro é emoldurado por um arcabouço jurídico ultrapassado, remanescente da época ditatorial, que desafia as autoridades na busca de soluções. Estas deverão ser encontradas em um amplo debate com a participação de todos os segmentos sociais, tendo como marco principal o respeito aos direitos humanos dos imigrantes.

O segundo texto, de autoria de Rosana Baeninger e Roberta Peres, aporta informações sobre a situação dos africanos que buscam refúgio no Brasil. Como contingente mais expressivo entre os refugiados em solo brasileiros, os angolanos representam, aproximadamente, 35% dos demandantes de refúgio. O perfil dos refugiados acolhidos na cidade de São Paulo é tratado em detalhe pelas autoras, que descrevem a trajetória destes imigrantes e as suas dificuldades de adaptação no país de acolhida.

O caso de Cabo Verde tem sido um dos que maior atenção tem registado por parte dos investigadores na área das migrações. O caráter secular das migrações envolvendo Cabo Verde e a extensão da sua diáspora explicam muito do seu interesse. O artigo de lolanda Évora começa por lembrar a origem da diáspora cabo-verdiana, referindo a coexistência dos fluxos e da ligação simbólica à terra-mãe, reforçada pelo acentuar da adversidade das condições naturais que explicam a partida. Em seguida, discute algumas novas práticas da diáspora cabo-verdiana, incluindo a importância das remessas para a economia familiar (o "impacto dos ausentes") e a sua possível viragem para usos produtivos; e as práticas de mobilidade transnacional em "via múltipla". Neste último caso, argumenta que as deslocações dos migrantes cabo-verdianos entre diferentes lugares de destino constituem, actualmente, um processo de circulação migratória e de redefinição da identidade coletiva, ultrapassando a ligação clássica entre um país de origem e um de destino.

A realidade migratória da Guiné-Bissau é estudada por dois autores. Num destes contributos, João Ribeiro Butiam Có revê alguns dos principais eixos de relação entre migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau. Ele examina um conjunto de aspetos: a evolução dos fluxos migratórios oriundos da Guiné-Bissau ao longo do tempo, com relevo para os que ocorreram após a independência; a diferente natureza dos fluxos e dos projectos migratórios, em função dos grupos étnicos de pertença; as suas contribuições para o desenvolvimento do país, de novo diferenciadas em função dos grupos étnicos; e as posições assumidas pelo Estado guineense. O autor enfatiza a importância que, em alguns casos, o associativismo migrante tem tido para aumentar a ligação e promover o desenvolvimento da Guiné-Bissau; e a diferença existente entre os grupos profissionais, sendo o caso dos profissionais de saúde considerado o mais promissor do ponto de vista das relações transnacionais.

De forma complementar, Alexandre Abreu estuda as migrações na Guiné-Bissau sob um ponto de vista histórico e estrutural. O objetivo do seu texto é duplo: por um lado, pretende apresentar uma descrição sintética das migrações no interior a e partir da Guiné-Bissau ao longo do tempo; por outro, sugere algumas interpretações teóricas mais amplas. No primeiro caso, desenha um retrato de largo alcance temporal da mobilidade geográfica que tem envolvido os guineenses, nas épocas pré-colonial, colonial e pós-colonial. Neste âmbito, realiza uma tentativa de quantificação e caracterização da diáspora quineense atual em vários contextos geográficos. No segundo caso, arqumenta que uma explicação rigorosa da mobilidade implica a rejeição de pontos de vista e teorias mais simplistas. Segundo o autor, a explicação para as migrações que envolveram e envolvem a Guiné-Bissau – como todas as outras migrações no mundo – obriga a uma perspetiva histórica e estruturalista, por contraposição a leituras que destacam apenas o papel da racionalidade económica dos migrantes com base nos desníveis de rendimento.

O caso de Moçambique é examinado em dois artigos. O primeiro, de Manuel G. Mendes de Araújo e Ramos C. Muanamoha, incide sobre a migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul. O texto resulta de uma pesquisa empírica realizada pelos autores em algumas regiões do Sul de Moçambique e na África do Sul, envolvendo migrantes moçambicanos indocumentados que se deslocam para o seu país vizinho. Essa pesquisa, baseada em inquéritos e entrevistas aprofundadas, permitiu apurar vários elementos acerca das remessas (em dinheiro ou bens) enviadas pelos migrantes, tanto enviadas regularmente, como levadas para casa no final do trajecto migratório. Os autores destacam o escasso valor das remessas, relacionado com o estatuto indocumentado dos migrantes, e os seus usos no consumo corrente e investimento produtivo. Apesar do seu reduzido montante, os autores argumentam que as transferências se revelam essenciais para assegurar algumas despesas básicas das famílias e alguns pequenos investimentos, incluindo ao nível do capital humano (educação das crianças).

Por seu lado, Inês M. Raimundo discute o panorama das migrações internacionais em Moçambique, tendo sobretudo em conta o seu posicionamento em relação aos fluxos no interior do espaço dos países de língua portuguesa. A autora nota que os fluxos dirigidos de Moçambique para Portugal são os mais pequenos entre os diferentes países africanos de língua portuguesa, sendo também reduzidos os fluxos entre Moçambique e os outros PALOP. Na sua perspetiva, é sobretudo a inserção, há longa data, de Moçambique num espaço de fluxos migratórios na África Austral, sobretudo dirigidos à África do Sul, que explica esta situação particular. Como se pode observar noutros contextos internacionais, nem a distância nem as políticas restritivas nos países de destino impedem a existência de migrações; porém, no caso de Moçambique, foi a forte atração pelo pólo sul-africano que tornou pouco relevantes os fluxos dirigidos para a Europa.

O caso de Portugal é examinado, de modo muito amplo, por José Carlos Marques e Pedro Góis. Os autores estudam a evolução recente das migrações internacionais no país sob um prisma particular: a posição de Portugal no sistema migratório lusófono, primeiro enquanto principal centro atrativo do sistema e hoje repartindo a centralidade

com o Brasil e Angola. São revistas, em pormenor, as principais tendências da imigração e emigração em Portugal: a oscilação de períodos com maior ou menor entrada (ou saída) líquida de migrantes ocorreu em simultâneo com o acionamento de sistemas migratórios complementares. Segundo os autores, o que é significativo, na atualidade, é o renovado envolvimento de Portugal (de novo enquanto emissor) no sistema migratório europeu, bem como a nova posição no sistema lusófono (agora enquanto emissor líquido para Angola e Brasil). Do ponto de vista teórico, eles ressaltam a importância da noção dos sistemas migratórios para compreender as dinâmicas de mudança dos fluxos migratórios internacionais, uma vez que combinam a lógica dos constrangimentos estruturais, ao nível macro, com a ação decisiva das redes migratórias, ao nível micro.

Ana Paula Beja Horta observa, por sua vez, as políticas migratórias em Portugal, focando os seus contextos e protagonistas. Começa por realizar uma breve síntese das dinâmicas de emigração e imigração no país, explicando de que modo diferentes conjunturas podem apelar a ações políticas diferenciadas. Descreve em seguida, de forma aprofundada, as políticas de imigração desenhadas pelas autoridades portuguesas, com destaque para as políticas de integração de imigrantes. Explica de que modo a uma situação inicial de algum laissez faire se segue o desenho de políticas de integração cada vez mais abrangentes, até se chegar a um modelo de atribuição de múltiplos direitos de cidadania e de promoção da interculturalidade. Neste aspeto, a autora lembra a posição muito destacada que o país tem conhecido no âmbito da comparação de políticas de integração nos países europeus e da América do Norte, bem como a importância de medidas deste tipo numa conjuntura internacional hoje muito marcada por tensões e conflitos entre nativos e estrangeiros.

A realidade migratória em São Tomé e Príncipe é estudada por Augusto Nascimento. Neste texto, o autor examina em profundidade os padrões da migração em São Tomé e Príncipe, com destaque para os movimentos de emigração nas últimas décadas, bem como a relação que as comunidades emigradas mantêm com o país. Um dos pontos destacados pelo autor é que a emigração é relativamente recente no arquipélago, ao contrário do que se passou noutras ex-colónias portuguesas. Tal parece ter sido consequência de constrangimentos à saída e, também, de uma imagem negativa das migrações, uma vez que estas foram durante muito tempo associadas à entrada de trabalhadores para as roças e degredados europeus. Outro ponto examinado pelo autor é a difícil vinculação da diáspora ao território: o facto de as saídas terem sido algumas vezes encaradas como um abandono do projecto nacional, no período pós-independência, tem levado a que as vozes da diáspora nem sempre sejam bem acolhidas.

Finalmente, duas pequenas notas descrevem alguns desenvolvimentos recentes das migrações internacionais em Macau e Timor-Leste. No caso de Macau, Ho Chi Un relembra as principais tendências do crescimento populacional e da imigração nas últimas décadas, examinando ainda os contornos específicos do estatuto dos residentes e dos trabalhadores não residentes nesta Região Administrativa Especial da República Popular da China. No caso de Timor-Leste, Augusto Soares e Jenice Fernandes apontam os principais desafios migratórios do novo país, incluindo a tendência para a emigração laboral de timorenses na região asiática e, em simultâneo, a entrada de trabalhadores estrangeiros (sobretudo asiáticos), qualificados e não qualificados, para participarem no desenvolvimento do país.

Ficam evidentes nestes artigos alguns elementos principais: o caráter muito dinâmico das migrações internacionais nos espaços de língua portuguesa, a relativa heterogeneidade entre eles e, também, a sua forte interdependência. Os séculos de história comum geraram diferentes configurações dos fluxos migratórios, quer na época colonial, quer na pós-colonial, e os séculos futuros irão conhecer novos tipos de configurações, alguns dos quais começam hoje a emergir. Em alguns casos, os países lusófonos integraram-se em sistemas migratórios específicos, por vezes baseados na contiguidade geográfica, o que lhes atribui singularidade, enquanto noutros casos alimentaram numerosos intercâmbios recíprocos, em sentidos e com conteúdos variados.

Resta aos organizadores deste número da Revista Internacional em Língua Portuquesa manifestar o seu reconhecimento aos autores pelo enorme empenho e qualidade dos textos apresentados, bem como agradecer à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) a ocasião para esta publicação. Durante todo este processo, o apoio prestado por Teresa Botelheiro, da AULP, deve ser enaltecido. Espera-se que esta publicação contribua para um melhor conhecimento das migrações nos países de língua portuguesa, reforce as parcerias entre os seus investigadores e incentive o estudo conjunto das realidades migratórias – que, por diferentes que sejam, podem ser melhor entendidas quando falamos a nossa língua.

Belo Horizonte e Lisboa, abril de 2012

Referências bibliográficas

Baganha, Maria Ioannis (2009), "The Lusophone migratory system: patterns and trends", International Migration, Vol. 47, N° 3, pp. 5-20.

Kritz, Mary M. e Zlotnik, Hania (1992), "Global interactions: migration systems, processes, and policies", in Mary M. Kritz, Lin Lean Lim e Hania Zlotnik (eds.), International Migration Systems. A Global Approach, Oxford, Clarendon Press, pp. 1-16.

Martin, Susan (2009), "Introduction to the special issue on migration in the Lusophone world", International Migration, Vol. 47, N° 3, pp. 3-4.





Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países de língua portuguesa ¹

Nancy Tolentino ² Carlos Rocha ³ Corsino Tolentino ⁴ João Peixoto ⁵

Resumo

O objeto deste artigo é um grupo de países africanos unidos por uma história partilhada ao longo de séculos e pertença à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Na primeira secção, é feita uma descrição geral das tendências atuais da migração internacional africana e das remessas. Na segunda, cuidamos do caso dos países africanos de língua portuguesa, comparando alguns indicadores de desenvolvimento, tendências migratórias e remessas.

Palavras-chave: Migrações, Remessas, PALOP, África

Os africanos migram sobretudo na região e constituem apenas 9% da migração internacional (UNDESA, 2009). Trata-se de um movimento migratório predominantemente intrarregional e instável, fomentado por fatores relacionados com a posse da terra fértil, conflitos religiosos, instabilidade política e pobreza. É também uma migração sazonal e cada vez mais feminina. Algumas destas características explicam porque os países africanos recebem fluxos financeiros modestos em comparação com outras regiões beneficiárias.

Uma primeira versão deste texto foi publicada pelo Observatório das Migrações ACP (Nancy Tolentino e João Peixoto, "Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países lusófonos", Nota de Informação, nº 3, Observatório das Migrações ACP, Agosto de 2011).

SOCIUS, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Email: nancytolentas@yahoo.com.

Cabo Verde Investimentos. Email: rochac@gmail.com.

Co-fundador da AULP em 26 de novembro de 1986, na Cidade da Praia, Cabo Verde. Email: tolentino. corsino@gmail.com.

⁵ SOCIUS, Înstituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Email: jpeixoto@iseg.utl.pt.

O objeto deste artigo é a situação de um grupo de países africanos unidos por uma história partilhada ao longo de séculos e pertença à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a qual tem a singularidade de combinar a descontinuidade geográfica com o uso comum de uma língua e a ambição de cooperar para o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Esses países africanos de língua portuguesa, simultaneamente muito diferentes e muito próximos entre si, são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Na primeira secção, é feita uma descrição geral das tendências atuais da migração internacional africana e das remessas. Na segunda, cuidamos do caso dos países africanos de língua portuguesa, comparando alguns indicadores de desenvolvimento e tendências migratórias e das remessas. Observações finais à laia de conclusões transitórias constituem a terceira secção. As conclusões são transitórias porque outras características comuns ao grupo de países aqui analisados são a insuficiência de estudos sistemáticos dos movimentos migratórios e a consequente ausência de estratégias e políticas eficazes. Acreditamos que o aumento de capacidade humana instalada nesses países e a crescente intervenção das respetivas diásporas viabilizarão a passagem a um estádio mais avançado de investigação, diálogo e participação na análise de situação, definição de políticas migratórias, acompanhamento e avaliação.

1. Padrões e evolução da migração africana

África tem uma longa tradição de migrações. No passado, os movimentos migratórios eram provocados pela busca de segurança, de terra para a agricultura e a criação de gado ou pela relação comercial entre a costa Oriental e a costa Ocidental através do deserto do Sara. Mais tarde, o sistema colonial introduziu novas causas e motivações dos fluxos migratórios, por meio, designadamente, da alteração das fronteiras e da introdução do trabalho forçado na construção das infraestruturas necessárias ao sucesso imperial.

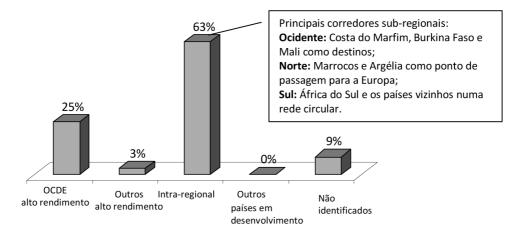
Hoje em dia, à semelhanca do que se passa noutras regiões do mundo, os migrantes africanos não são um grupo facilmente identificável pela semelhança da origem, natureza e destino. Como refere Jonsson (2009: 6):

Enquanto os investigadores acumulam conhecimento empírico sobre as migrações na região africana, o cenário torna-se mais complexo. Este facto pode afectar a nossa percepção dos padrões históricos que podem parecer mais simples e lineares em contraste com a actual complexidade. Assim, pode dar-se o caso aparentemente paradoxal de a complexidade crescente observada derivar do facto de termos mais informação do que no passado.

1.1 Padrões de migração internacional

a) Migração intrarregional. Atualmente, os migrantes africanos deslocam-se no respetivo país e, quando atravessam as fronteiras, dirigem-se tendencialmente para os países vizinhos (Gráfico 1). Antes dos conflitos violentos de 2011, as sub-regiões do Ocidente, Sul e Norte de África destacaram-se pela elevada intensidade dos movimentos de população na direção dos pólos de desenvolvimento constituídos por Costa do Marfim, Líbia, Gana e África do Sul. Também, proporcionalmente à população residente, alguns Estados de pequena envergadura como os arquipélagos de Cabo Verde, Comores e Seicheles tendem a ser simultaneamente países de emigração e de imigração.

Gráfico 1 – Principais destinos dos emigrantes africanos subsarianos, 2005



Fonte: Banco Mundial

b) Instabilidade da migração. Outros fatores a ter em conta, particularmente relevantes a sul do Sara, são a irregularidade dos fluxos migratórios (Gráfico 2) e o seu peso na evolução demográfica dos respetivos países. De acordo com um estudo conduzido pela Divisão da População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), entre 1975 e 2010, a sub-região que mostrou maior instabilidade migratória foi a África Central, com uma enorme variação das taxas de crescimento populacional de cinco em cinco anos durante esse período: 1,6 % (1975-80), -4,4 (1980-85), -0,6 (1985-90), 12 (1990-95), -12,9 (1995-2000), 2,4 (2000-2005) e 0,6 (2005-2010).

A África Ocidental foi a sub-região menos volátil e com taxas de crescimento da população positivas. Países como a Costa do Marfim antes da última crise póseleitoral, a Gâmbia e o Burkina Faso distinguiram-se por acolherem altas taxas de imigrantes relativamente às respetivas populações residentes.

15 5 0 1995-00 1975-80 1985-90 2000-05 2005-10 -5 -15

Gráfico 2 – Evolução da população migrante internacional nas sub-regiões africanas (1975-2010) (cinco anos. %)6

Fonte: Banco Mundial

Os motivos da irregularidade dos fluxos entre 1975 e 1985 são principalmente de natureza política (as independências) e económica (programas de ajustamento estrutural e consequentes custos sociais). As décadas de instabilidade explicam-se, em grande medida, pelos conflitos violentos e os tumultos sociais com origem nas sequelas do colonialismo, baixos níveis de educação, pobreza e má governação.

- c) Conflitos. A história demonstrou que, em geral, os conflitos não se limitam a um país. A réplica nos países vizinhos é praticamente certa e frequentemente célere. Um caso paradigmático é a guerra civil na Libéria (1989), que se estendeu à Serra Leoa (1991), seguida do golpe militar e da guerra civil na Costa do Marfim (1999 e 2002), a qual agravou, por sua vez, o ambiente político e de segurança na Guiné, Guiné-Bissau e Burkina Faso.
- d) As taxas positivas da imigração na África Ocidental, ilustradas pelo Gráfico 2, significam que se verifica mais imigração do que emigração, fenómeno que parece um paradoxo, tendo em conta o número de conflitos referidos. No entanto, este fenómeno é explicado pelo facto de a população que foge desses conflitos migrar para outros países da mesma sub-região, o que manteve as taxas de imigração subregional elevadas. Esta situação não se verificou na África Oriental, onde o genocídio no Ruanda (1994) e a instabilidade permanente no Corno de África empurraram as pessoas para a sub-região Centro (facto que explica os saldos negativos das duas últimas décadas). A instabilidade é parcialmente explicada pelos efeitos dos conflitos no Sudão e a sua influência direta no Chade e na República Centro-Africana.
- e) As taxas negativas da imigração na sub-região Norte ou do Magrebe explicam-se pelo facto de os fluxos de saída ocorrerem sobretudo para a Europa e os principais focos de violência no Sudão se manterem inalterados. Por outro lado, os tumultos sociais e as mudanças políticas em Marrocos, Argélia, Líbia e Egito ainda não afetaram

Neste trabalho, umas vezes utilizamos a divisão de África da UNDESA (2009), sendo exceções a inclusão do Egito e a exclusão das ilhas de Reunião e Santa Helena (dependências de França e do Reino Unido, respetivamente), outras vezes as cinco comunidades económicas sub-regionais da União Africana.

significativamente a direção dos fluxos. Situação diferente é a da cintura do Sahel, a tradicional zona de choque entre cristãos e muçulmanos, onde as populações da Mauritânia, do Mali, Níger, Chade, Sudão Sul, Etiópia e Somália viram a crise agravada pela ação sistemática do terrorismo internacional.

- f) O crescimento negativo da população de imigrantes na África Austral, entre a década de 1980 e a primeira década do século XXI, pode ter resultado do domínio do apartheid até 1990, quando a Namíbia conquistou a independência. Recorde-se igualmente que as primeiras eleições livres na África do Sul ocorreram em 1994, quatro anos depois da independência da Namíbia. De todo o modo, como mostram o Gráfico 2 e as atuais tendências, a África Austral é uma zona de migração circular relativamente estável.
- q) Neste princípio de milénio, observa-se um crescimento lento mas positivo da população imigrante na maioria das sub-regiões e países, fenómeno que reflete a crescente atratividade da região africana como provável consequência dos lentos progressos da paz social que alguns governos promoveram, de algum crescimento económico contra as previsões mais pessimistas e da decrescente instabilidade política baseada nos pequenos ganhos da democracia.

1.2 Olhando mais de perto alguns números e tendências em 2005.

Cerca de 63 % do fluxo migratório (Gráfico 1) circulava no espaco regional. Isto significa que África é o maior destino dos seus próprios migrantes. Todavia, parece pertinente perguntar o que este fenómeno significa:

- Dificuldades de entrada na Europa, EUA, Canadá e outros países desenvolvidos?
- Crescente atratividade da vizinhança territorial?
- Efeitos de políticas de integração regional promovidas pelas Comunidades Económicas?

A análise corrobora todas as hipóteses, mas a pergunta sobre a importância relativa de cada uma continua sem resposta. Vejamos:

a) Dificuldades de entrada na Europa, EUA, Canadá e outros países desenvolvidos. É sabido que as políticas de imigração restritivas contrariam as promessas da globalização e livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas. Apesar do envelhecimento da mão de obra no velho continente e dos consequentes riscos de rutura dos sistemas de segurança social, a Europa tem tentado fechar as suas fronteiras aos imigrantes.

O tratamento diferenciado que os países desenvolvidos e as suas principais organizações intergovernamentais promovem em relação ao capital, às mercadorias e à mão de obra fazem desconfiar do altruísmo que todos apresentam como motor das relacões internacionais, da liberdade e da democracia. Na verdade, temos por um lado as políticas restritivas da migração ao lado da grande abertura em relação às trocas comerciais (OMC) e à circulação dos capitais (FMI). E pergunta-se: por que é que dos tradicionais fatores de produção (matérias-primas, capital e trabalho), só o último é objeto de restrições cada vez mais drásticas e generalizadas?

Alguns dos países desenvolvidos optaram por políticas seletivas de imigração, atraindo as pessoas com mais formação e mais capazes de acrescentar valor de modo eficiente em sectores específicos da economia, tais como as tecnologias, a saúde e a inovação. À medida que as economias avançam na escala tecnológica (substituição de indústrias por serviços) verifica-se a substituição da imigração de massa por imigração seletiva baseada no conhecimento, o que favorece a fuga de talentos e do capital investido na sua formação. A Alemanha e o Canadá são exemplos de nações que optaram pela imigração seletiva.

- b) A crescente atratividade da vizinhança territorial é outro aspeto fundamental em África. A história mostra que desde o passado longínguo os africanos migraram para as zonas vizinhas, embora as razões tenham sido diferentes, consoante a região e a época, indo do comércio (travessia do Sara por mercadores), aos motivos religiosos e políticos, à procura do trabalho na Costa de Marfim, Burkina Faso, Mali, Marrocos, Argélia e África do Sul. As catástrofes naturais, a má governação e os conflitos violentos também contam como determinantes de fluxos migratórios (Dumont et al., 2010).
- c) Efeitos de políticas de integração regional promovidas pelas Comunidades Económicas. Apesar da integração regional preconizar primeiramente a circulação de mercadorias, a experiência mostra que ela potencia as migrações, quanto mais não seja através da redução ou eliminação dos excessos de procedimentos burocráticos para a obtenção de vistos de entrada e autorização de estabelecimento. Segundo Adepoju (2001), a integração regional proporciona o aumento dos movimentos migratórios em África.

1.3 Diferenças sub-regionais

Os padrões de migração são diferentes entre uma sub-região e outra. Inscrevemos aqui algumas diferenças, eventualmente relevantes para indagações futuras.

a) A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem sido caracterizada por migrações, trânsito e deslocamento de populações, com diversas causas. Dados da ACP (2010) mostram que se esperava que em 2010 a sub-região acolhesse cerca de 8,4 milhões de migrantes, ou seja, um aumento de 1,2 milhões relativamente à década anterior.

A região da Nigéria e do Níger (Hausa Land), assim como do Gana e da Costa de Marfim, foi um dos maiores centros de migrações (Akinrinade, 2005). As populações Fulani eram pastores nómadas que se deslocaram do Sul para o Norte do Gana em conseguência da degradação das terras agrícolas.

Em 2005 cerca de 90 % dos migrantes no Níger, 80 % no Senegal e 75 % no Mali eram originários de outros países da sub-região. Da mesma forma, no Gana e no Níger, as migrações internas atingiram cerca de 20 % entre 1990 e 2005. (ACP, 2010).

b) Já na África Austral os padrões de migração eram diferentes e relacionados com a oferta de trabalho nas minas e plantações da África do Sul, Namíbia, Tanzânia e Maurícias (Akinrinade, 2005). As migrações na África Austral são, como já referimos, do tipo circular, caracterizadas por ir trabalhar num país determinado durante uns anos, ganhar dinheiro, poupar e regressar à terra de origem (De Vletter, 2000).

Outra característica é esses migrantes mostrarem ligações fortes com o país de origem. Mas tal como no Ocidente, a migração do trabalho é de suma importância. A economia da África Austral se transformou num pólo atrativo de imigrantes sub--regionais altamente qualificados.

c) Na década de 90, como consequência direta do fim dos conflitos étnicos armados, a sub-região Leste evoluiu de zona de emigração para zona de imigração. Recorde-se que, de 1960 a 1980, os principais países de emigração tinham sido Ruanda, Burundi, Moçambique, Zâmbia e Tanzânia para as plantações de café, chá e sisal no Quénia e Uganda (Spann e Moppes, 2006).

1.4 As remessas financeiras

- a) As remessas são a ligação mais forte entre a migração e o desenvolvimento, distinguindo-se dos outros fluxos de financiamento externo pela estabilidade, previsibilidade e benefício direto das famílias. Melde e Schicklinski (2011) sintetizaram recentemente os principais desafios relacionados com os conceitos, as principais tendências, os impactos sobre a redução da pobreza e o desenvolvimento, assim como a recolha de informação, particularmente relevantes em África, tendo em conta o peso dos canais informais utilizados pelos migrantes.
- b) A importância das remessas informais. Para alguns países em desenvolvimento, as remessas constituem o fluxo de financiamento externo de maior dimensão, estabilidade e previsibilidade. Como pode ver-se no Gráfico 3, as remessas representam 9 a 35 % do PIB em nove países ACP, incluindo quatro africanos: Lesoto, Togo, Cabo Verde e Senegal. O facto de a África ao sul do Sara poder ser a área com o maior fluxo de entrada de remessas não registado também deve ser considerado. Segundo algumas estimativas, o fluxo informal chega a ser, em certos países, superior a 50 % do fluxo registado.

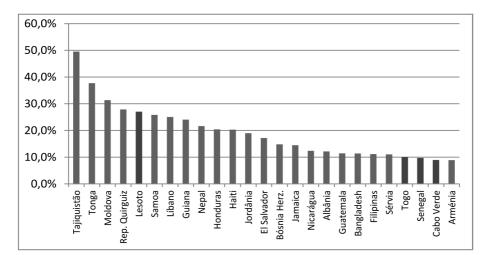


Gráfico 3 – Os 25 maiores recetores mundiais de remessas, em percentagem do PIB, 2008

Fonte: Banco Mundial, 2010. Os países africanos foram sinalizados pelos autores.

- c) Serviços financeiros. Os principais problemas a este respeito são a falta de acesso a serviços financeiros, os elevados custos de transferência e o ambiente institucional deficiente em termos de regulamentação, concorrência e inovação.
- d) Utilização e distribuição. Ao nível macroeconómico, as remessas são uma importante fonte de moeda estrangeira, poupança, financiamento e redução de desequilíbrios da balança de pagamentos. Ao nível doméstico, as remessas são sobretudo utilizadas nas despesas quotidianas com alimentos, educação e saúde.

1.5 Diásporas

A primeira secção, que trata das tendências das migrações e das remessas financeiras africanas, pode ser fechada com um resumo do potencial das diásporas africanas nos países desenvolvidos. Fazemo-lo com a ajuda de Semhar Araia, diretora executiva de DAWN, Diaspora African Women's Network (AllAfrica Global Media, allAfrica.com, 2012).

Na verdade, mau grado a crise mundial desencadeada em 2008, pode ser admitido que o avanço acelerado das tecnologias de informação, das redes sociais e da interação transnacional, que caracterizou as duas últimas décadas, intensifica a relação entre a migração e o desenvolvimento no médio e longo prazo. Em seguida, especificamos alguns argumentos que, além das remessas financeiras, do turismo e da questão da fuga ou circulação dos talentos, apoiam esta afirmação:

a) Empresariado e desenvolvimento. As diásporas tendem a promover o desenvolvimento nos respetivos países de origem, através das remessas sociais (conhecimento, valores e atitude), do apoio à educação, inovação, interação e negócios;

- b) Ajuda humanitária. O altruísmo que caracteriza a relação entre o emigrante e a terra natal revela-se mais intensa nos momentos críticos. A análise de casos de desastre natural e humano (secas, conflitos étnicos e violência política) mostra uma relação positiva entre a necessidade no país de origem e a intensidade de resposta dos emigrantes;
- c) Pontes entre África e outras regiões. São vários os casos de comunidades africanas que impulsionaram as relações entre os respetivos países de acolhimento e de origem. A elevação do nível da educação e o crescimento das redes de imigrantes tendem a transcender as fronteiras dos países de origem e destino, colocando a sua ação no plano inter-regional;
- d) Redefinição da narrativa africana. As múltiplas organizações e atividades de originários de África redescobrem as raízes e dão novas formas à sua História, conciliando as crenças específicas com os valores universais;
- e) Relações internacionais. Os imigrantes contam cada vez mais na redefinição das relações internacionais, no sentido de mais verdade, eficácia e justiça;
- f) Remessas financeiras, turismo nacional e circulação de talentos africanos. O tratamento destes temas é cada vez mais articulado com os itens anteriores em perspetivas holísticas, participadas e de longo prazo.

2. Migrações dos países africanos de língua portuguesa

2.1 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Estes países partilham a história comum de colónias portuguesas e de resistência durante séculos. A relação colonial terminou apenas em meados da década de 70 do século XX, após a transição de Portugal para a democracia em 1974 e as independências nacionais entre 1973 e 1975. Estes países formam o núcleo PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), que inspirou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tende a diluir-se nela. A CPLP é uma organização intergovernamental formada em 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, este último desde 2002.

2.2 Geografia, estatuto político-social e desenvolvimento.

Apesar das semelhanças resultantes do percurso histórico, os países africanos de língua portuguesa constituem um grupo heterogéneo. Estão distribuídos por África Ocidental (Cabo Verde e Guiné-Bissau), África Central (Angola e São Tomé e Príncipe) e África Oriental (Moçambique). Incluem dois arquipélagos de pequena envergadura (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), um país de dimensões médias (Guiné-Bissau) e dois países de grandes dimensões (Angola e Moçambigue). Estão afiliados em cinco blocos sub-regionais: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Estados do Sahel e do Sara (CEN-SAD) e Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). A dimensão populacional, o PIB per capita, o índice de desenvolvimento humano e o ambiente político-social são muito diferentes (Tabela 1). Porém, além da História, da língua portuguesa e dos laços afetivos e de cooperação, os membros da CPLP têm os oceanos a uni-los.

Tabela 1 – Países africanos de língua portuguesa

	Área (km2)	População (2011)	PIB per capita (USD)	Índice de de- senvolvimento humano (Ordem 2011)	Ambiente político-social
Angola	1 247 000	13 000 000	4.874	148°	Praticamente estável
Cabo Verde	4000	492 000	3.402	133°	Estável
Guiné-Bissau	36 000	1 500 000	994	176°	Instável
Moçambique	802 000	23 000 000	898	184°	Praticamente estável
São Tomé e Príncipe	960	207 000	1.792	144°	Praticamente estável

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2011

2.3 Padrões de migração internacional

Os padrões de migração internacional nos países africanos de língua portuguesa são diferentes em dimensão, origem, destino e proporção de migrantes qualificados (Tabela 2). Apesar da credibilidade limitada das fontes, apontam-se como principais características dos movimentos migratórios nesse grupo descontínuo de países:

Angola. Com exceção do período pós-independência, Angola é caracterizada por uma emigração reduzida, estando a transformar-se paulatinamente numa região atrativa, recebendo imigrantes africanos e de outras regiões. O fim da guerra e a pujança da economia angolana confirmam a tendência.

Cabo Verde. Tem uma longa tradição de emigração e uma diáspora considerável, sobretudo na Europa e nos EUA, mas também em todos os países membros do grupo e em vários outros do Sul. Recentemente registou fluxos de imigração crescentes da África Ocidental. Mantém o estatuto de país de forte emigração e transforma-se em país de imigração.

Guiné-Bissau. Desde a década de 80 do século XX, apresenta um aumento considerável de emigração, uma consequência directa da instabilidade política. As migrações internas e internacionais são negativamente influenciadas pela instabilidade política e o fraco índice de desenvolvimento humano.

Moçambique. Com um nível reduzido de emigração típica da África Austral, circulando em torno da África do Sul, tende a estabilizar.

São Tomé e Príncipe. Os fluxos migratórios são muito irregulares e relativamente elevados.

Tabela 2 – Países africanos de língua portuguesa: diferenças nos padrões de migração

	Stock de emigrantes (% da população, 2005)	3 destinos principais	Emigração qualificada (% ensino supe- rior, 2000)	Stock de imigrantes (% da população, 2005)	3 origens principais	Saldo migratório internacional (%, 2005- 2010)
Angola	3,3	Portugal, Zâmbia, Namíbia	25,6	0,4		0,1
Cabo Verde	35,8	Portugal, Estados Unidos da América, França	69,1	2,2	São Tomé e Príncipe, Angola, Portugal	-0,5
Guiné-Bissau	7,3	Senegal, Portugal, Gâmbia	29,4	1,2	Senegal, Guiné, Gâmbia	-0,2
Moçambique	4,1	África do Sul, Tanzânia, Malawi	42,0	2,1	África do Sul, Portugal, Zimbabwe	0,0
São Tomé e Príncipe	13,6	Portugal, Cabo Verde, França	35,6	4,8	Angola, Cabo Verde, Portugal	-0,9

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2009

Tal como se verifica no contexto africano, os fluxos de emigrantes foram instáveis e frequentemente relacionados com conflitos violentos. Isto aconteceu com particular intensidade em Angola, Guiné-Bissau, e Moçambique. Alguns fluxos de refugiados e de emigrantes dirigiram-se a países vizinhos, em conformidade com as tendências migratórias intrarregionais africanas, ao passo que outros foram para a Europa. Nas últimas décadas, as migrações forçadas tiveram motivações, estratégias e destinos variáveis.

2.4 Sistema migratório de língua portuguesa

Apesar das respetivas especificidades, pode considerar-se que os países africanos de língua portuguesa fazem parte de um sistema migratório internacional comum, o sistema migratório lusófono (Baganha, 2009) ou sistema migratório de língua portuguesa. De um modo geral, vários elementos da abordagem dos sistemas migratórios (Kritz et al., 1992), aplicados a cenários coloniais e pós-coloniais, contribuem para a compreensão da migração nestes países. Os principais fatores incluem um conjunto de relações mútuas (políticas, administrativas, comerciais e culturais) que facilitam e permitem a migração. A principal direção geográfica dos fluxos migratórios pode variar com o tempo, o que representa uma perspetiva dinâmica dos fluxos migratórios internacionais.

O sistema migratório lusófono foi inicialmente concebido para a melhor compreensão do caso português, uma vez que muitas das suas ligações migratórias, tanto de saída como de entrada, envolveram outros países de língua portuguesa. Segundo Baganha (2009), o sistema foi primeiro composto por Portugal e Brasil e posteriormente alargado aos países africanos de língua portuguesa, sobretudo após as independências conquistadas em meados da década de 70 do século XX. Pode considerar-se que o sistema adquiriu maior complexidade com o tempo, explicando atualmente os movimentos de e para Portugal, mas também vários fluxos que envolvem os restantes países.

Neste trabalho, preferimos a expressão "países africanos de língua portuguesa" e "sistema migratório de língua portuguesa" e abstemo-nos de adotar os termos "países africanos lusófonos" e "sistema migratório lusófono". Os nossos principais argumentos são: (a) esses países têm o património da língua portuguesa comum, mas fora do ambiente lusófono, o qual é tipicamente português; (b) a CPLP é um grupo de países iguais que decidiram cooperar e valorizar a diversidade; (c) na análise histórica dos fluxos migratórios seria difícil escolher entre Angola, Brasil e Portugal como eventual centro do atual sistema migratório; (d) num sistema multipolar, assim como neste trabalho, a expressão países africanos de língua portuguesa é mais ampla do que o termo países africanos lusófonos.

Na verdade, os maiores fluxos do passado entre Portugal e Brasil são explicados por uma intensa relação colonial entre os dois países. No contexto africano, os primeiros movimentos significativos levaram numerosos colonos portugueses aos territórios ultramarinos a partir da segunda metade do séc. XX, a que se seguiu uma corrente sustentada de Cabo Verde para Portugal, iniciada no final da década de 60. Os fluxos migratórios em massa para Portugal aconteceram com a descolonização em meados da década de 70, primeiro como movimento politicamente induzido (com o auge na altura dos retornados, provenientes principalmente de Angola e Moçambique) e depois sobretudo como migração económica, com os motivos políticos e os conflitos a desempenharem papel relevante.

Ao longo do tempo, apesar de os fluxos dos PALOP para Portugal nunca terem cessado, diminuem gradualmente. Hoje em dia, como consequência dos fluxos do passado, Portugal é um dos três principais destinos de todos os países africanos de língua portuguesa, exceto Moçambique, e é uma das três principais origens, excepto para a Guiné-Bissau (Tabela 2). Para além disso, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe mantêm estreitas relações migratórias entre si, na sequência das ligações iniciadas durante o período colonial (Tabela 2).

Porém, esta espécie de estrutura comum não impede a integração noutros sistemas migratórios. Isto ocorre com Portugal (Baganha, 2009) e com outros países de língua portuguesa, que enviam e recebem migrantes para e de outras partes do mundo. Em alguns casos, como Moçambique, as ligações com outros sistemas migratórios (África do Sul) explicam a maioria dos fluxos.

As perspetivas para o séc. XXI afastam-se bastante do passado. A par da redução dos fluxos para Portugal, um exemplo de mudança substancial é o caso de Angola. A recente prosperidade económica deste país alterou o seu estatuto. A corrente migratória com Portugal foi invertida: enquanto os fluxos de Angola para Portugal desvaneceram gradualmente, o número de portugueses que foram viver em Angola disparou na última década, alterando substancialmente a relação entre os dois países.⁷ Angola está a atrair cada vez mais migrantes de outros países africanos e de outras partes do mundo.

Consultar o Observatório da Emigração (http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html).

2.5 Análise de fluxos de entrada e saída de remessas: características dos emigrantes e países de destino.

Como conseguência de diferentes padrões de migração, as remessas variam, tendo em conta o respetivo volume, impacto e países envolvidos (Tabela 3 e Gráficos 4 a 7). Por causa das insuficiências da informação, especialmente relevantes quando se estudam as remessas no contexto africano (Melde e Schicklinski, 2011), os valores disponíveis são meramente indicativos.

- a) Fluxos de entrada: verifica-se que os fluxos per capita (Tabela 3) são maiores em Cabo Verde (Costa Ocidental), quer devido ao número reduzido da população residente, quer devido à elevada taxa de emigrantes, maioritariamente, nos países desenvolvidos (emigração tipicamente sul/norte). Nos próximos parágrafos iremos tentar identificar possíveis pistas para essa diferença regional nos fluxos per capita de remessas, que poderão estar i) no grau de qualificação do emigrante ou ii) no país destino do emigrante.
- b) O Banco Mundial aponta Cabo Verde como um dos países com mais alta taxa de emigrantes qualificados, cerca de 67,5 % (ver Ozden e Schiff, 2006).8 Esse dado é importante por permitir colocar a hipótese do contributo da emigração nos fluxos financeiros e, de certa forma, minimizar o efeito da fuga de cérebros. Dumont et al. (2010) identificam a África do Sul e a Tanzânia como os maiores destinos dos moçambicanos. Na África do Sul a percentagem de moçambicanos qualificados é de 0,4 %, contra 10 % para os zimbabueanos. Na Tanzânia existem 0,2 % de moçambicanos qualificados, contra 2,6 % de quenianos. Para Cabo Verde, a taxa de emigração qualificada, computada pelos autores com base em dados da OCDE e do INE de Cabo Verde, se cifra atualmente em 20 %, significativamente abaixo, por exemplo, da taxa de indianos no Reino Unido (33 %, segundo a OCDE). Barbados, Guiana, Maurícias, Tonga e Belize apresentam percentagens superiores a 50.

A informação para Cabo Verde (2009) foi obtida através da fórmula seguinte, na qual M é a percentagem de emigrantes qualificados:

$$M = \frac{Emigrantes\ Qualificados}{Emigrantes\ Qualificados\ +\ Nacionais\ Qualificados}$$

$$M = \frac{\Box}{7.6\ mil} = 20\ por\ cento$$

Os nacionais qualificados foram obtidos do Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011). A taxa de emigração de Cabo Verde apresentada pela OCDE é de 26 %, enquanto nós partimos do estudo de Francisco Carvalho (2009) para chegarmos ao resultado de 20 %.

Moçambique (África Austral) apresenta o fluxo total de entrada per capita mais baixo do grupo. Em 2000, a África do Sul era o maior destino dos emigrantes moçambica-

As taxas de emigração são mais elevadas para países menos populosos e insulares (ver também Dumont et al., 2010).

nos, seguida da Tanzânia, com 254 e 38 mil entradas, respetivamente. A taxa de educação superior é baixa: 0,4 % para a África do Sul e 0,2 % para a Tanzânia. A hipótese mais provável é o nível de remessas per capita se relacionar diretamente com a escolaridade dos emigrantes, que ocuparão os postos de trabalho menos qualificados e mal remunerados.

Tenha-se no entanto em conta que nem sempre as elevadas qualificações são reconhecidas nos países de destino. Outra particularidade a registar é a juventude de novas vagas de emigrantes africanos, pessoas mais educadas que agravam as consequências da fuga de cérebros (Dumont et al., 2010) e da migração seletiva.

Outra diferença: os emigrantes de Cabo Verde estão, maioritariamente, nos países da OCDE e os de Moçambique em países não OCDE: África do Sul e Tanzânia. Notese que a taxa de emigrantes qualificados da CEDEAO para os países da OCDE é de cerca de 14,8 %, enquanto a taxa dos não qualificados é de 1 % (ACP, 2010).

c) Fluxos de saída: do lado dos fluxos de saída de remessas, a análise é mais simples. Destaca-se claramente o caso dos trabalhadores estrangeiros qualificados nas indústrias extrativas de Angola (hidrocarbonetos e minérios). Nenhum outro PALOP pode proporcionar rendimentos semelhantes aos imigrantes. São pouco atrativos.

Tabela 3 -	Países	africanos	de	língua	portuguesa: remes	sas

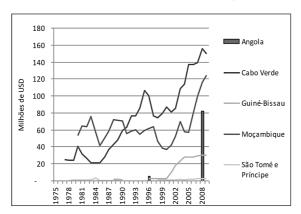
	Fluxo	s de entrada, 2	Fluxos de saída, 2007		
	Milhões de USD	<i>Per capita,</i> USD	Principal origem (%)	Milhões de USD	Por migrante, USD
Angola				603	10,695
Cabo Verde	139	262	Europa (62)	6	537
Guiné-Bissau	29	17	Europa (80,5)	5	280
Moçambique	99	5	Europa (34)	45	111
São Tomé e Príncipe	2	13	Europa (90,5)	1	92

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2009

Quer sejam medidos por volume total ou per capita, os fluxos de entrada, saída e os saldos líquidos de remessas são diferentes. Considerando o volume total (Gráficos 4 a 6), os fluxos líquidos são positivos e, de modo geral, estão a aumentar em todos os países, exceto Angola, onde os fluxos estão a mostrar-se cada vez mais negativos.⁹ Apesar de a maior parte dos países se destacar como recetores de remessas, sendo Cabo Verde o caso mais paradigmático, o papel de Angola como país de envio de remessas está a afirmar-se.

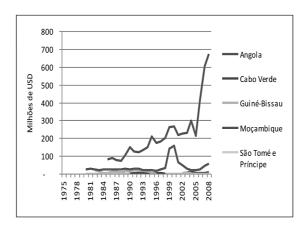
Tendo em conta a falta de dados do Banco Mundial (2010) relativamente aos fluxos de entrada de remessas para Angola, apenas disponíveis para 1996 e 2008 (Gráfico 4), as estimativas de fluxos de remessas líquidos neste país são calculadas para os dois anos referidos (Gráficos 6 e 8). É de referir que as estimativas dos fluxos de entrada de remessas em Angola são problemáticas, uma vez que os valores indicados pelo Banco Mundial são muito inferiores aos indicados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Alvarez Tinajero, 2010: 78): o Banco Mundial indica um valor de 82 milhões de USD, representando 0,1 % do PIB, em 2008, ao passo que o FIDA indica um valor geral de 969 milhões de USD, representando 2 % do PIB em 2007.

Gráfico 4 – Fluxos de entrada de remessas (milhões de USD), 1975-200



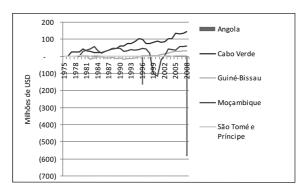
Fonte: Banco Mundial, 2010

Gráfico 5 – Fluxos de saída de remessas (milhões de USD), 1975-2008



Fonte: Banco Mundial, 2010

Gráfico 6 – Fluxos líquidos de remessas (milhões de USD), 1975-2008



Fonte: Banco Mundial, 2010

No que diz respeito à principal origem das remessas (Tabela 3), a Europa é a mais relevante, representando 62 % dos fluxos em Cabo Verde, 80 % na Guiné-Bissau, 34 % em Moçambique e 90 % em São Tomé e Príncipe (Banco Mundial e PNUD 2009). A origem das remessas para Angola não está disponível. No geral, Portugal destaca-se como o principal país europeu de origem dos fluxos financeiros para os PALOP. Contudo, os imigrantes africanos estão longe de ser quem mais envia remessas a partir de Portugal. Esta posição pertence ao Brasil, que conta com mais de metade das remessas enviadas daquele país. A menor representatividade das remessas dos africanos, comparada com a sua proporção na população imigrante total (existem mais africanos do que brasileiros em Portugal), sugere uma propensão menor para o envio de remessas ou, mais provavelmente, uma utilização limitada dos canais formais, tendo em conta a escassez e os custos associados (Tolentino et al., 2008; Alvarez Tinajero, 2010). Do grupo de países em estudo, Moçambique é o mais envolvido na migração Sul-Sul, vindo grande parte das remessas da África do Sul.

d) Importância macroeconómica das remessas: em proporção do PIB, as remessas representam mais de 9 % em Cabo Verde e apenas 0,1 % em Angola (Gráfico 7). Outro aspeto a considerar no que diz respeito aos diferentes montantes das remessas é a taxa de câmbio – relação entre o USD e cada moeda nacional (cuanza, escudo cabo-verdiano, franco CFA, metical e dobra). Os cálculos são mais ou menos complicados em função da estabilidade ou instabilidade da relação cambial.

10.0% 9.0% 8.0% ■ Angola 7.0% 6.0% Cabo Verde 5.0% 4.0% ■ Guiné-Bissau 3.0% 2.0% ■ Moçambique 1.0% 0.0% Mocambique e Principe
Mocambique e Principe
Africa Subsatiana ■ São Tomé e Príncipe ■ África Subsariana

Gráfico 7 – Remessas em proporção do PIB, 2008 (%)

Fonte: Banco Mundial, 2010

e) A situação de Angola merece atenção especial, uma vez que o país está a tornar-se num importante destino ao lado da África do Sul. Este novo estatuto migratório reflete-se na evolução dos fluxos de saída e nos fluxos líquidos de remessas em ambos os países (Gráfico 8).

1,400 1,200 1,000 800 Fluxos líquidos Angola 600 Milhões de USD Fluxos líquidos África 400 do Sul 200 Fluxos de saída Angola Fluxos de saída África (200)do Sul (400) (600)(800)

Gráfico 8 - Fluxos de saída e fluxos líquidos de remessas (milhões de USD), 1975-2008 - Angola e África do Sul

Fonte: Banco Mundial, 2010

O dinâmico caso de Angola merece, assim, investigação, nomeadamente sobre o impacto das recentes mudanças económicas, sociais e políticas, com destaque para a possível relação entre a elevada taxa de crescimento económico, a migração e as remessas. Os fluxos de entrada de remessas foram recentemente estudados por Alvarez Tinajero (2010), mas não se sabe muito dos fluxos de saída (quem envia dinheiro, para onde, para quem e porquê). Trabalhos anteriores colocaram a hipótese de o volume substancial de remessas para o exterior poder resultar, em parte, dos lucros elevados da indústria da exploração mineira (Melde e Schicklinski, 2011). Outra parte dos fluxos de saída pode ter origem na recente migração para Angola de trabalhadores e quadros qualificados, principalmente de países europeus. A informação disponível no Observatório da Emigração de Portugal¹⁰ diz que, em 2009, a quantia em dinheiro enviada pelos imigrantes angolanos em Portugal era 8,4 vezes inferior à quantia enviada pelos portugueses em Angola (103,5 milhões versus 12,3 milhões de Euros.

f) Remessas e desenvolvimento: para concluir, a investigação relativa ao impacto das remessas sobre o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa ainda é escassa. Alguns dos estudos disponíveis são sobre Cabo Verde (Tolentino et al., 2008), Guiné-Bissau (Có, 2004; Carreiro, 2007; Quintino, 2010) e Angola (Alvarez Tinajero, 2010). No caso de Cabo Verde e Angola, as principais conclusões coincidem com as de outros países africanos: as remessas são uma das ligações transnacionais mais importantes entre as diásporas e o país de origem, ocorrendo sobretudo no âmbito familiar; constituem um importante suporte financeiro para as famílias, sendo utilizadas sobretudo nas despesas quotidianas, educação e saúde; a sua utilização na estrutura produtiva continua limitada; e o recurso aos canais informais é considerável, ocorrendo segundo certos estudiosos com mais de metade dos

http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html

valores transferidos através dos canais oficiais. O caso da Guiné-Bissau destaca-se pelo papel mais importante dos agentes coletivos, uma vez que uma fração significativa das remessas é canalizada por associações de imigrantes (hometown associations), geralmente ligadas a grupos étnicos específicos e com impacto positivo no desenvolvimento local.

De um modo geral, o debate relativo ao impacto mútuo entre a migração e o desenvolvimento é recente na maior parte destes países (Forum Gulbenkian Imigração, 2007). A situação em Cabo Verde parece ser a melhor documentada, uma vez que existe uma longa tradição de práticas transnacionais e políticas relacionadas com a migração (Góis, 2008). Todavia, existe pouco aproveitamento de um número considerável de estudos realizados por especialistas nacionais e estrangeiros sobre a problemática das migrações. Espera-se que o aumento da capacidade técnica e cívica dos emigrantes, associada aos movimentos dos imigrantes, contribua eficazmente para maior diálogo entre os investigadores e os atores políticos, económicos e sociais, em benefício de políticas de médio e longo prazo mais coerentes e mais justas.

3. Conclusões transitórias

3.1 África vive entre a tradição da liberdade e a necessidade de regulamentar os movimentos de pessoas, bens e capitais, tanto para fora, porque as políticas restritivas de imigração nos países de acolhimento a tal obrigam, como no interior da região, uma vez que os governos nacionais e as autoridades sub-regionais mostram consciência coletiva dessa importância e possuir instrumentos políticos, jurídicos e técnicos de ação.

A heterogeneidade prevalece. O estatuto migratório dos países, a motivação e os fluxos de remessas são variáveis e é certo que estas tiveram um impacto no desenvolvimento da região aparentemente mais limitado do que o esperado. Este arqumento é apoiado pelo volume relativamente modesto das transferências efetuadas por canais oficiais e a escassa aplicação na produção de bens e serviços. Contudo, a perceção que temos melhora quando tomamos nota da importância dos fluxos informais, que se estimam muito significativos, e dos efeitos microeconómicos das remessas, que chegam a ser decisivas para o bem-estar de muitas famílias, em particular através da saúde e da educação.

Entendemos que África, em geral, e os países de língua portuguesa, em particular, precisam de centrar o debate sobre as migrações nos seguintes aspetos:

- -como melhorar e harmonizar os sistemas de informação?
- -quais são a situação e o papel das diásporas em África?
- -como integrar a migração nas estratégias e políticas de médio e longo prazo, nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DECRP)?

-como coordenar as políticas de migração no âmbito dos PALOP, da CPLP e da Região? -como intensificar o diálogo entre os atores políticos e os investigadores sobre as migrações em África?

3.2 Marcas da migração nos países africanos de língua portuguesa

Nos países africanos de língua portuguesa existem várias diferenças nas tendências da migração internacional e das remessas, apesar das semelhanças com o contexto geral africano e a integração comum no sistema de migração de língua portuguesa. Apesar das limitações desta caracterização sumária, tentamos identificar marcas da migração nos cinco países em análise:

Angola tem uma emigração tradicionalmente circular e transforma-se num dos mais importantes pólos de imigração da região.

Cabo Verde tem uma longa tradição de emigração e já possui um número significativo de estudos realizados por nacionais e estrangeiros sobre o seu caso. Na última década, manteve o estatuto de país de emigração e evoluiu para país também de imigração.

Guiné-Bissau tem uma emigração cada vez mais importante para os países vizinhos, França e Portugal. Os fluxos são muito influenciados pela instabilidade política e fraco desempenho económico e social.

Moçambique está inserido nos fluxos de migração intrarregionais africanos, com caráter acentuadamente circular.

Em São Tomé e Príncipe, apesar de arquipelágico, os emigrantes preferem os destinos de Angola, Gabão e Guiné Equatorial, além de Portugal.

3.3 Interrogações em ambiente de crise global

Parece oportuno suscitar algumas questões sobre o futuro próximo das migrações, como parte irrecusável das políticas e estratégias de crescimento económico e desenvolvimento humano nesta década.

Qual poderá ser a evolução das remessas e do seu papel nas balanças de pagamento dos países fortemente dependentes da emigração para a OCDE, num contexto de crise agravada na União Europeia e nos EUA?

Num tal cenário, uma previsão quase certa é a redução da Ajuda Pública. Esta possibilidade arrasta consigo o desafio de encontrar espaços alternativos mais dinâmicos como a própria África e os atores emergentes na arena internacional, como o Brasil, a China e a Índia, com crescente peso económico e político. Neste quadro, será bom lembrar que, em geral, os emigrantes atuam aos níveis micro da família e

da empresa, enquanto as grandes alterações se estão a verificar ao nível macro da diplomacia económica, política, movimentos de população e segurança. Queremos dizer que as novas ancoragens terão de integrar a análise das migrações numa visão holística integradora dos fluxos de todos os fatores de produção.

Qual será o papel de África? Transforma-se numa das regiões economicamente mais puiantes e politicamente mais poderosas ou continuará a automutilar-se e a ver passar o poder para Leste? Na procura de resposta a estas perguntas teremos de ter em conta três factos: (a) apesar da instabilidade política e da deficiente governação, África é atualmente a região que tem a mais alta taxa de crescimento económico, depois da China e da Índia; (b) a China foi quem mais investiu em África na primeira década deste milénio, tendo ultrapassado o Banco Mundial, a União Europeia e os EUA; (c) África é sobretudo um fornecedor de matérias-primas e um mercado consumidor.

Se África ganhar a batalha da democratização, poderá continuar a crescer economicamente e a investir na indústria transformadora e nos servicos para acrescentar valor às matérias-primas e criar as condições institucionais mais favoráveis à classe média emergente. Estas mudanças poderão colocar a região num dos centros de poder de um mundo multipolar, mais justo e mais seguro.

Nessas circunstâncias, depois da vaga de deslocalização de empresas para a China, a tendência parece reverter a favor de África. Milhares de empresas da própria China, acompanhadas de trabalhadores e de capital, deslocalizam-se para África, onde os custos da mão-de-obra e a existência de matérias-primas, designadamente fontes energéticas, parecem favoráveis. Neste quadro, os fluxos migratórios seriam afetados de duas maneiras: diminuição das saídas, como resultado dos efeitos conjugados do aumento da oferta de emprego na região e das políticas restritivas da Europa; e mesmo o regresso de parte significativa de trabalhadores africanos jovens, em situação de precariedade nos países membros da OCDE.

A recomposição económica e política do mundo, com as economias ditas emergentes a terem um papel cada vez mais importante, permite preconizar alterações significativas nos atuais padrões migratórios. As universidades, os centros de estudos, os atores políticos, económicos e sociais, assim como as organizações da sociedade civil deverão tratar com crescente profissionalismo e comprometimento cívico a questão das migrações. Ficaremos felizes se este escrito contribuir para a tomada de consciência da importância política, económica, social e cultural das migrações nos países africanos de língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- ACP, 2010, Overview on South-South Migration and Development Trends and Research Needs in ECOWAS region, October 2010
- Adepoju, Aderanti 2001, "Regional organizations and intraregional migrations in Sub Saharan Africa: challenges and prospects", International Migration, Vol. 39, nº 6, pp. 43-60.
- Adepoju, Aderanti 2005, "Migration in West Africa". Regional Studies, Global Commission on International Migration. Lagos.
- Adepoju, Aderanti 2008, Migration and Social Policy in Sub-Saharan Africa. Paper prepared for The UNRISD-IOM-IFS project on Social Policy in Migration in Developing Countries.
- Akinrinade, Sola, 2005, "Migration: Africa" in New Dictionary of the History of Ideas. Encyclopedia.com. (http://www.encyclopedia.com).
- Alvarez Tinajero, Sandra 2010, Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa. IOM Migration Research Series, No. 39, OIM, Genebra.
- Amin, Aloysius 2008, "OIM, IDEP and Trustafrica Workshop on Migration and Economic Development in Africa: Summary Conclusions with Recommendations". Senegal.
- Arnfred, Signe e Mats Utas 2007, "Re-thinking Africa: a contribution to the Swedish government white paper on Africa". The Nordic Africa Institute. Uppsala.
- Baganha, Maria Ioannis 2009, "The Lusophone migratory system: patterns and trends", International Migration, Vol. 47, n° 3, pp. 5–20.
- Bakewell, Oliver 2007, "Keeping them in their place: the ambivalent relationship between migration and development in Africa", IMI Working Papers 8, University of Oxford.
- Banco Mundial 2010, The Migration and Remittances Factbook 2011, Migration and Remittances Unit, World Bank, Washington, D.C., http://go.worldbank.org/QGU-**CPJTORO**
- Carreiro, Maria João 2007, "Dinâmicas transnacionais protagonizadas por associações de imigrantes guineenses em Portugal", CIES e-Working Paper 26/07, ISCTE, Lisboa.
- Carvalho, Francisco 2009, Migração em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009.
- CEDEAO 1993, Secretariado executivo, "Tratado revisto". Abuja.
- Có, João Butiam 2004, "As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense". SOCIUS Working Papers 12/2004, ISEG, Lisboa.
- De Vletter, F. 2000, "Labour Migration to South Africa: The Lifeblood for Southern Mozambique". In D. McDonald. (ed.) On Borders: Perspectives on International Migration in Southern Africa. New York: St Martin's Press

- Dorrit Posel, 2003, "Have Migration Patterns in post-Apartheid South Africa Changed?", University of Natal South Africa, Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003
- Dumont, Jean-Christophe, Gilles Spielvogel e Sarah Widmaier 2010, "International Migrants in Developed, Emerging and Developing Countries: An Extended Profile", OECD Social, Employment and Migration Working Papers N° 114, www.oecd.org/ els/workingpapers
- Forum Gulbenkian Imigração 2007, Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP - As Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento. OIM, IPAD, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIME. Lisboa.
- Góis, Pedro (ed.) 2008, Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da imigração Cabo-Verdiana, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Lisboa.
- Global Forum on Migration and Development, summary report for the GFMD, "From evidence to action: Facilitating South-South labor migration for development", Abuja, October 2011.
- Instituto Nacional de Estatística, 2011, Census 2010, www.ine.cv
- Jonsson, Gunvor 2009, "Comparative report: African migration trends", IMI, University of Oxford.
- Kritz, Mary M., Lin L. Lim e Hania Zlotnik (ed.) 1992, International Migration Systems. A Global Approach. Clarendon Press, Oxford.
- Lucas, Robert 2006, "Migration and economic development in Africa: a review of evidence" Journal of African Economies, volume 15, suplemento 2. Oxford University Press. Oxford.
- Melde, Susanne e Judith Schicklinski 2011, "Remessas nos países da África, das Caraíbas e do Pacífico", Nota de informação, n.º 2, Observatório das Migrações ACP, março de 2011. http://www.acpmigration-obs.org/node/80.
- Ndiaye, Mandiogou e Nelly Robin 2010, "Les migrations internationales en Afrique de l'Ouest : une dynamique de régionalisation articulée à la mondialisation ", IMI Working Papers 23, University of Oxford.
- OCDE, 2010, Emigration rates by country of origin, sex and educational attainment levels, dioc-e (release 3.0) 2000
- Organização Internacional para as Migrações 2008, World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy. OIM, Genebra
- Ozden, Caglar e Maurice Schiff (eds.) (2006), International Migration, Remittances and the Brain Drain, World Bank and Palgrave Macmillan, Washington DC.
- PNUD 2009, Relatório de Desenvolvimento Humano [edição portuguesa]. Edições Almedina. Coimbra.

- PNUD 2011, Relatório de Desenvolvimento Humano [edição portuguesa]. Edições Almedina. Coimbra.
- Quintino, Maria Celeste 2010, "Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta", Migrações, 6, pp. 81-102.
- Shaw, William 2007, "Migration in Africa: a review of the economic literature on international migration in 10 countries". Development Prospects Group, World Bank. Washington DC.
- Spean, Ernst e David van Moppes. 2006, "African Exodus? Trends and Patterns of International Migration in Sub-Saharan Africa". Working Papers Migration and Development Series, no 4, Nijmegen: Research Group Migration and Development, Radboud, University Nijmegen.
- Tolentino, André, Carlos Rocha e Nancy Tolentino 2008, A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Lisboa.
- Tolentino, Nancy 2009, "Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano". SOCIUS Working Papers 09/2009, ISEG, Lisboa.
- UNDESA Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas 2009 International Migration 2009.





A noção de subalternidade e a distribuição étnica de Angola

Helder Bahu¹

Resumo

Este artigo analisa o mapa etnográfico angolano tendo em conta os diversos focos de influência e a reconfiguração actual. O processo colonial, a guerra civil e as migrações internas e externas constituem um factor determinante para a compreensão da sociedade angolana actual. Contrariamente à existência de uma "etnicidade forte", o hibridismo passa a ser uma categoria a considerar, pois a reclamação de uma identidade étnica é observável em círculos bastante reduzidos, geralmente em sociedades rurais.

Palavras-chave: Mapa etnográfico, migrações, hibridismo, subalternidade

Introdução

A problemática do mapa etnográfico de Angola tem sido discutida com algum rigor em muitos círculos da sociedade angolana. Trata-se de uma discussão que, em certos casos, opõe cientistas sociais e alguns sectores da vida política. Estes acreditam que um estudo dos grupos étnicos em separado constitui uma "espécie de agitação" à divisão entre grupos étnicos.

Todavia, a intenção dos investigadores é tentar praticar uma visão *emic*² e reflectir sobre os grupos em função daquilo que eles pensam no que tange à sua perspectiva identitária.

Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla – ISCED-HUÍLA, Rua Sarmento Rodrigues, Bairro Comandante Cow Boy, Lubango, Angola , E-mail: isced_lub@yahoo.com

A visão *emic* versus *etic* surge como prolongamento das mudanças registadas na Antropologia, fundamentalmente com a revitalização da observação participante como método de recolha etnográfica. Este processo atinge o seu ponto mais alto com Bronislaw Malinowski no início do século XX. A nova perspectiva (*emic*) apregoa a recolha partindo do interior do sujeito a ser investigado, fazendo com que seja ele a traduzir os processos evolutivos do seu meio; contrariamente, a visão *etic*, que ficou conhecida por "Antropologia de Gabinete" ("Antropologia Colonial"), é baseada numa observação por fora (à distância). Essas mudanças revolucionaram a Antropologia, porque permitiram uma recolha e discussão mais próxima dos processos sociais emergentes em cada sujeito.

Podemos constatar que a maior parte dos grupos étnicos de Angola não se revê no quadro da classificação elaborada no período colonial, baseada essencialmente em critérios linguísticos e proximidade cultural.

A questão do mapa etnográfico de Angola e a ideia de subalternidade, tendo em conta a tão questionada designação de "subgrupo", são os assuntos a serem tratados neste pequeno ensaio. Todavia, o texto atravessa duas temáticas essenciais: o mapa etnográfico angolano nas suas diferentes etapas. A descrição do mesmo é necessária tendo em conta as linhas de compreensão dos grupos étnicos angolanos, as consequências das migrações no período colonial e, numa perspectiva posterior, as migrações resultantes do conflito armado; os subaltern studies, como temática pós-colonial que se consubstanciou na valorização das entidades mais pequenas ofuscadas durante o período colonial, permitiram o reavivamento étnico e auto valorização dos preceitos étnicos de grupos outrora colocados numa dimensão de subgrupos.

A intensificação das migrações inverte, mais uma vez, o rumo dos acontecimentos, tornando os reavivamentos étnicos como algo irrelevante ao nível dos principais centros urbanos. A busca de uma "etnicidade forte" torna-se apenas imperiosa em alguns cenários rurais do interior angolano. Vislumbra-se algum hibridismo e uma tendência para se considerar uma nova dimensão étnica que poderá ser o "grupo étnico angolano".

O processo de recolha etnográfica obedece, em muitos casos, as particularidades do terreno em análise. O cenário étnico angolano tem sido pouco discutido nos últimos anos, a julgar pelo grau de dificuldades que o mesmo encerra, começando pela extensão territorial e a necessidade de criação de um colectivo interdisciplinar para avaliar os diferentes prismas da temática. Para o presente texto, enveredou-se pela observação directa que resultou da reunião de diferentes constatações realizadas ao nível dos diversos cenários (rural e urbano) do país. A esta opção metodológica juntou-se o método histórico, que permitiu analisar os diferentes circuitos migratórios no interior do país e as consequências resultantes deste movimento, permitindo, posteriormente, encontrar elementos comparativos que permitiram o questionamento da realidade étnica actual.

Estado da Arte

A produção teórica referente à distribuição étnica de Angola é bastante incipiente e cai cada vez mais no rol do "perfeccionismo" referente aos grandes clássicos da História de Angola.

Entre os grandes clássicos desta temática podemos destacar Redinha (2009), Distribuição Étnica de Angola; Guerreiro (1968), Bochimanes de Angola; Milheiros (1951), Etnografia Angolana: Esboço Para um Estudo Etnográfico das Tribos de Angola; Estermann (1957, 1961, 1970, 1971, 1983), Etnografia de Angola – Sudoeste e Centro; e Henderson (1990), A Igreja Em Angola. Um Rio Com Várias Correntes.

Na base dos estudos que se estavam a desenvolver um pouco por toda a parte (século XVIII com Carl Von Lineu) e dada a necessidade de se classificar e nomear tudo,

tal como acontecia com a Taxonomia (Biologia) – as ciências sociais e humanas, nomeadamente a Antropologia, começam a classificar e a categorizar tudo. Esta intenção, no contexto africano, vai contar com o apoio das grandes companhias coloniais, que precisavam de conhecer cada vez mais e melhor o "outro" para melhor o subjugar.

Nesta perspectiva, o critério de selecção encontrado para a identificação das etnias que habitam hoje o território de Angola foi meramente linguístico. As semelhanças linguísticas levaram ao agrupamento de vários grupos num só, facto que, do ponto de vista metodológico, não está errado. Esta perspectiva é partilhada por Redinha (2009: 19), quando refere:

Nestas circunstâncias, considerando embora a advertência de H. R. Valloi quando diz que os factos linguísticos enganam mais do que ajudam as buscas antropológicas – facto, aliás, que temos constatado em Angola – outro recurso não resta ao etnólogo que recorrer à linguística para a repartição das etnias, dada, para mais, a grande carência de estudos de Antropologia somática nas populações da África banta.

Os estudos realizados tentaram, na medida do possível, descrever a origem, o itinerário e a distribuição do mosaico étnico que habita o território que é hoje Angola. Aspectos ligados à estrutura económica, política, religiosa e cultural fazem as delícias destas narrativas que, apesar de terem uma carga colonial elevada, constituem ainda hoje as grandes "bíblias" da etnografia angolana. Depois da independência houve um grande declínio em termos de produção etnográfica angolana. Não houve estudos substanciais sobre a realidade angolana e os interesses científicos se limitaram a guestões ligadas ao conflito armado angolano e ao drama dos refugiados.

Pelo que foi ilustrado até ao momento, pode-se depreender rapidamente que o estudo do mapa etnográfico de Angola não pode ser feito sem que haja recurso ao itinerário do mítico povo Bantu, que constitui a grande maioria dos grupos étnicos que habitam hoje o território angolano.

Migrações Bantu e o Actual Território de Angola

Tal como é recorrente observar ao nível da bibliografia disponível sobre as migrações Bantu, este grupo foi descoberto durante o processo de penetração e ocupação colonial. Reza a História que, durante o processo acima enunciado, alguns indivíduos castigados eram levados para regiões distantes. Por exemplo, um indivíduo que estivesse na Costa Atlântica, uma vez levado à Costa Índica, continuava a comunicar-se com os que aí se encontravam.

Este facto despertou a curiosidade das entidades coloniais, que rapidamente accionaram as suas equipas de investigação para tentar perceber este fenómeno. Por esta ordem de ideias, vieram para África alguns linguistas, que encontraram semelhanças na maior parte destas línguas. A maior parte delas tem o radical Ntu para designar pessoa:

O termo "Bantu" aplica-se a uma civilização que conserva a sua unidade e foi desenvolvido por povos de raça negra. O radical "ntu", comum a muitas línguas bantas, significa "homem, pessoas humanas". O prefixo "ba" forma o plural da palavra "Muntu" (pessoa). Portanto, "Bantu" significa "seres humanos, pessoas, homens, povo". G. Grey sugeriu, para a divisão das línguas africanas em classes, a designação de "línguas bantas", pensando que o radical "ntu" seria comum a todas elas. O prefixo "ba" forma o plural da primeira classe. O vocábulo "ntu" é, por assim dizer, "a expressão cristalizada da mentalidade natural banta, acentuando de maneira extraordinária o que é fundamental e essencial no "Muntu" e na África Banta [...]. Revela o foco cultural, característico dos povos da África sul-sariana (Altuna, 2006:23).

Até ao momento, existem muitas especulações em torno da origem deste grupo. No que se pode constatar, não existem grandes certezas sobre a origem do grupo, mas as migrações fizeram-se a partir do Vale Médio do Benué³. Presume-se que o processo migratório se tenha efectuado por duas vias: um grupo partiu para Oeste e, mais tarde, através da savana Atlântica dirigiu-se para Sul; outro grupo foi para Leste, através das savanas do Norte e dos planaltos que cercam os Grandes Lagos. Por esta via, chegaram ao país Luba, no Shaba, onde os linguistas situam o principal núcleo bantófono, a partir do qual irradiaram as actuais línguas faladas que pertencem ao grupo Bantu. Daqui sequiram para a África Austral. O processo migratório desencadeado não fez apenas deslocar pessoas. Levou consigo uma estrutura complexa e alterou grandemente o cenário do continente africano. Assim, para além da língua, levaram consigo a cultura – pressupondo uma cultura Bantu; técnicas de obtenção e fundição do ferro – a existência de uma Idade do Ferro Bantu; mitos, folclore, religião, meios de produção.

O processo migratório que atingiu o território Luba constituiu o prelúdio para o povoamento do território que é hoje Angola. Deve-se assinalar que, antes da chegada dos Bantu, este território já era habitado⁴. Eis a distribuição apresentada por Redinha (2009: 23-24): (1) Povos não-Negros e não-Bantu: Bosquímanos ou Bochimanes; Vakwankala ou Vasekele, na designação dos Bantu. !Nkhw, como se designam a si próprios, "bosquimanos amarelos"; (2) Grupo Hotentote-Bosquimano ou Khoisan: Cazamas ou Vazamas (Kazama ou Vazama). "Bosquimanos Negros", Quedes (Kede). Falavam um dialecto Hotentote e vêm adoptando a língua Cuanhama (Xikwaniama), (3) Povos não-Bantu designados Pré-Bantu: Cuissis (Kuisi ou Ova-kwando). Admite-se que falavam uma língua Khoisan. Utilizam actualmente o dialecto cuvale; (4) Vátuas ou Vatwa: Cuepes (Kwepe ou Ova-Kwepe); "Corocas". Falam uma língua do grupo Khoisan; (5) Povos negros Bantu: Bakongo ou Congo; Ambundu; Lunda Cokwé; Ovimbundu; Ganguela; Nyaneka-Nkhumbi; Ambó; Herero; Xindonga; (6) Europeus e outros.

Os povos de origem Bantu, por dominarem a metalurgia e praticarem a agricultura, empurraram os outros para regiões inóspitas. Atendendo ao facto de que, na actualidade, a natureza ser hostil aos outros povos, tem-se verificado nos últimos tempos alguma integração e subordinação desses povos em relação aos de origem Bantu. O

Trata-se de uma região que se localiza entre a Nigéria e os Camarões.

Questões referentes à migração e fixação dos povos no território que é hoje Angola não serão abordados neste texto, por não caberem no escopo deste artigo.

quadro etnográfico apresentado acima não chega para explicitar o contexto angolano. Os povos de origem Bantu acima apresentados têm as suas variantes.

Henderson (1990: 19 a 26) destaca a complexidade do guadro étnico angolano tendo em conta os grupos e "subgrupos": (a) O grupo Bakongo inclui: Xikongo, Susso, Zombo, Sorongo, Iaca, Congo, Pombo e Sucu; (b) Ambundu: Luanda, Luango, Ntemo, Puna, Dembo, Bangala, Holo, Cari, Chinje, Minungo, Bambeiro, Quibala, Haco, Sende, Ngola ou Jinga, Bondo, Songo, Quissama e Libolo; (c) Ovimbundu: Viyé, Ndulo, Bailundu, Sambu, Cikuma, Chiaka, Uambu, Galangue, Va-Hanha, Caconda, Caluguembe; (d) Ambo: Cuanhama, Cuamati, Dombandola, Evale e Cafima; (e) Nyaneka-Nkhumbi: Ovamwila, Ngambwé, Ovankhumbi, Ovandonguena, Ovahinga, Ovacuncua, Handa de Cipungu, Handa da Mupa, Cipungu, Cilenge Humbe, Cilengue Muso; (f) Herero: Dimba, Chimba, Chavicuas, Hacavonas, Cuvales, Dombe, Cuanhoca e Guendelengo; (g) Lunda, Lunda-lua-Chinde, Lunda-Ndembo, Mataba, Cacongo, Mai e Chokwé; (h) Nganguela: Luimbe, Luena, Lovale, Lutchazi, Bunda, Ganquela, Ambuela, Ambuila-Mandumba, Econjeiro, Ngonielo, Mbande, Cangala, Iahuma, Gengista, Ncoia, Camachi, Ndungo, Nhemba e Avico⁵.

O mapa que se segue dá uma ideia mais circunstanciada do mapa etnográfico de Angola e corresponde a realidade étnica angolana colonial (século XIX).



Mapa referente à distribuição étnica de Angola Fonte: Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola.

Este mapa, tal como veremos mais adiante, não corresponde à realidade étnica angolana actual, a julgar pelos casamentos multiétnicos e migrações que se realizam regularmente no interior do território.

A questão dos nomes dos grupos étnicos angolanos constitui uma temática muito discutida. As diferentes associações de preservação da cultura e língua de alguns grupos étnicos angolanos, com a ajuda de linguistas, têm estudado mecanismos de uniformização em termos de escrita. Desta feita, pode-se observar uma grande variedade em termos de escrita de nomes de grupos étnicos angolanos.

A Noção de Subalternidade e a Distribuição Étnica de Angola: os Subaltern Studies

A ideia dos subaltern studies surge na sequência de um movimento desencadeado por um grupo de estudiosos sul-asiáticos no sentido de estudar a dimensão do período pós-colonial. Os referidos estudos tomaram como público principal um grupo de categoria inferior em termos de raça, classe, género, orientação sexual, etnia ou religião.

Este movimento surge nos anos 70 do séc. XX e torna-se mais divulgado na década de 1980. Teve o contributo de uma série de autores, como Touraj Atabaki, Shahid Amin, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, Gyan Prakash, Edward Said e outros. Forneceram um leque bastante grande de informação que, até certo ponto, destacou grandemente a Índia.

De acordo com Prakash (1994: 1476), a divulgação dos subaltern studies começou em 1982, com uma intervenção na historiografia sul-asiática, criticando de forma vertiginosa o modelo pós-colonial e levando à reformulação de complexos catequéticos de conhecimento. Os desafios que este movimento propõe não ficaram circunscritos ao Sul da Ásia e à História. Estenderam-se a outras disciplinas. O termo "subalterno" 6 aparece agora com frequência em estudos sobre África, América Latina e Europa e tem sido um modelo de análise crítica da História, Literatura e Antropologia.

Como se pode observar acima, os estudos não ficaram circunscritos ao espaço sul--asiático. Pelas características da colonização e pela existência de "dominados" um pouco por todo o globo, aqueles estenderam-se a vários continentes, incluindo a Europa. Se numa primeira análise se observa um grande protagonismo da ciência histórica em relação à temática enunciada, verifica-se hoje um carácter interdisciplinar ao nível dos subaltern studies.

Se tentarmos analisar as origens da terminologia acima ilustrada, Prakash continua e argumenta: o termo "subalterno", elaborado a partir dos escritos de António Gramsci, refere-se à subordinação em termos de classe, casta, género, raça, língua e cultura. Foi ainda utilizado para significar a centralidade da relação entre dominante e dominado na história (Ibidem: 1477). Esta ideia é reforçada por Hall, quando sublinha que o poder do discurso surge para criar e reforçar o domínio ocidental. Os discursos de como os Europeus descreveram diferenças entre si e os outros utilizando categorias culturais, língua e ideias europeias, tornaram-se um facto. O conhecimento produzido por um discurso é colocado em prática e em seguida torna-se realidade. Ao produzir um discurso de diferença, a Europa consequiu manter o seu domínio sobre o "outro", criando assim um subalterno, excluindo o "outro" a partir da produção do discurso 8.

Tradução minha.

Tradução minha

⁸ http://en.wikipedia.org/wiki/Subaltern_(postcolonialism). Consultado no dia 29 de Outubro de 2010. Tradução minha.

Pelo que se pode entender sobre a problemática em análise, os subaltern studies são uma forma de se analisar o dominado partindo daquilo que ele pensa de si mesmo e não de uma análise distanciada, feita por fora. Evidencia-se uma espécie de voz do dominado/subjugado. A questão da subalternidade surge para desconstruir uma série de mitos e realidades artificialmente levantados para justificar a colonização e, na medida do possível, repor a "realidade" dos chamados subalternos. A tendência dos estudos em ciências sociais e humanas hoje é essa. Pela abrangência que se quer dar aos subaltern studies, acredito que já se possa falar de um "African subaltern studies" 9. A realidade do continente africano e as marcas pós-coloniais nele ainda evidentes tornam esta problemática como sendo um campo de análise bastante fecundo. Nos dias que correm são cada vez mais visíveis as iniciativas de estudiosos africanos e africanistas no sentido de se dar uma outra "roupagem" à forma como os estudos são realizados. Este movimento começou com a luta de emancipação política e no período da confirmação das independências houve a necessidade de diminuir os efeitos psicológicos da colonização.

Angola não fugiu à regra e os estudos realizados pela maior parte dos estudiosos visaram a desconstrução dos preceitos coloniais. O mapa etnográfico de Angola é um dos exemplos. O mesmo foi concebido tendo em conta uma classificação colonial e linguística no quadro do processo classificatório que a Antropologia e outras ciências viveram. Acreditamos que a complexidade da diversidade etnográfica de Angola conformaria muitas dificuldades para qualquer investigador. Acontece que a classificação efectuada não se baseou num estudo profundo dos diferentes grupos, foi feita com base nas semelhanças linguísticas e culturais – o que é normal em função da origem comum, os povos de origem Bantu.

Actualmente, vimos verificando um pouco por todo o lado uma série de manifestações de grupos étnicos que não aceitam a ideia de serem "subgrupos" de outros. A fundamentação da ideia de classificação dos referidos grupos baseou-se nas afinidades linguísticas, culturais e proximidade em relação ao colonizador. O princípio da proximidade em relação ao colonizador determinou o grau de importância dos diferentes grupos étnicos angolanos. Assim, os mais próximos do colonizador tomaram a dianteira em termos de designação, englobando todos os outros grupos mais pequenos e mais distantes do colonizador.

Assim, por exemplo, quando falamos em Ovanyaneka-Nkhumbi como povos do sudoeste angolano, para quem lê, fica a impressão de que esta região é habitada por apenas dois grupos: os Ovanyaneka e os Ovankhumbi. Os Ovamuila, Cilenge, Cipungo, Handa e outros aparecem como subgrupos e não concordam com esta posição.

Utilizando como critério de análise um estudo realizado por Melo (2005), na sua obra "Nyaneka-Nkhumbi". Uma Carapuça que não Serve aos Handa, nem aos Nya-

Podemos destacar os escritos de Joseph Ki-Zerbo; Elikya Mbokolo; Leopolde Senghor.

neka, nem aos Nkhumbi, esta ilustra bem a forma como o grupo, visto por dentro, privilegia uma identidade própria que nem sempre se revê no dístico Nyaneka-Nkhumbi.

Indo para o contexto Ovimbundu, encontramos um outro conflito que se verifica ao nível do grupo étnico Hanha. Estão localizados na província de Benguela, com principal centro de incidência no município do Cubal. Estes, anteriormente, vestiam-se como os Ovanyaneka (povos do sudoeste) e falam, ainda hoje, uma língua muito próxima do Umbundu. Em termos de classificação, estão integrados como "subgrupo" do grupo étnico Ovimbundu. Interactuando com os mesmos, dizem apenas que são Hanha e a língua que falam é Hanha. Não têm nada a ver com os Ovimbundu e com os Ovanyaneka-Nkhumbi.

No sudeste angolano encontramos os Nganquelas e, no seio deles, encontramos os Nyembas, que são vistos como um "subgrupo" Nganguela. Os Nyembas não aceitam esta ligação com os Nganquelas – dizem que são simplesmente Nyembas. Mais a norte encontramos outra divergência na designação Lunda-Cokué. Para estes, o Lunda veio de fora (Norte – região do Congo Democrático) e juntou-se aos *Cokués* através de um casamento. Todavia, existem algumas diferenças nos mais variados aspectos do seu modus vivendi.

Em Cabinda vive-se um caso semelhante. Estes, em termos classificatórios são enquadrados no grupo Bakongo o que, para os habitantes daquele enclave, constitui um insulto. Consideram-se, em termos étnicos, *Ibinda*. Em síntese, são várias situações de inconformismo em termos de classificação étnica em Angola. Tendo em conta as limitações que este trabalho impõe, apresentamos apenas alguns exemplos.

Alguns posicionamentos inerentes aos grupos étnicos angolanos têm que ver com as sequelas da colonização, no pressuposto de "dividir para melhor reinar". Assim, houve uma espécie de "diabolização" dos diferentes grupos, vigorando, logicamente, uma certa reserva entre os mesmos. Esta tendência foi seguida, até certo ponto, pelos principais beligerantes durante a guerra civil em Angola. Desta feita, algumas entidades étnicas, como forma de protecção, passaram a assumir uma identidade étnica que não era a sua. Assim, alguns indivíduos nascidos no Centro/Sul de Angola ou no Norte, optaram por uma naturalidade que se estendia pelo corredor de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malange e parte do Kwanza Sul. Há situações de renúncia ao nome de família por este estar conotado a uma região do país que, na altura, não se coadunava com a ideia de projecção sem objecção. Com o fim da guerra, essa pressão invisível começa a desaparecer e dá lugar a formas novas de se olhar para o país e para as pessoas que nele habitam.

Apesar das dificuldades encontradas e que são o resultado das chamadas marcas pós-coloniais, podemos ainda observar que a colonização e a guerra civil que se desenvolveram em Angola constituíram um importante factor de unidade entre angolanos de diferentes partes do país. Esse argumento tem como base os casamentos inter-étnicos que se foram realizando, em função da movimentação das pessoas.

Se fizermos uma avaliação actual do mapa etnográfico de Angola baseando-nos na localização dos diferentes grupos étnicos, veremos que o território é multiétnico e não se podem estabelecer paralelos que possam secundar o argumento geográfico como legitimação de pertença. Neste quadro, ao fazermos uma avaliação da migração e instalação dos diversos grupos étnicos em Angola e ao tentar mapear, veremos que todos os grupos étnicos angolanos estão representados em todo o país, o que, de certo modo, desconstrói o mapa apresentado acima. Teríamos um mapa onde cada província estaria representada por vários pontos, a que podíamos chamar de "pequenas ilhas étnicas". Este processo parece ter sido reforçado com o fim do conflito armado a 4 de Julho de 2002, com a assinatura do memorando de entendimento do Luena¹⁰.

Acreditava-se que o fim das hostilidades em Angola resultaria num retorno às terras de origem. Isto não aconteceu e, contrariamente a todas as expectativas, as populações que vivem em regiões do interior e que tinham sido muito afectadas pela guerra consideram a paz um momento crucial para se juntarem a locais mais próximos dos principais centros urbanos. É visão dessas populações que a querra pode retornar e, estando longe das aldeias, estarão mais seguras e não voltarão a viver os horrores da guerra. Vive-se, actualmente, um enorme êxodo rural para as cidades.

Todo o enredo agora apresentado remete-nos para uma nova questão que se consubstancia na desconstrução do conceito de identidade étnica que, nesta ordem de ideias, passa a ser uma "falsa questão". O mesmo vai-se diluindo nos casamentos interétnicos e rapidamente se começa a perder a ideia de pertença a A ou B. O hibridismo passa a ser uma categoria a discutir e cada elemento abordado em relação à sua origem étnica acaba por descrever o percurso dos seus ancestrais e as fusões resultantes dos casamentos realizados. Para alguns angolanos, a ideia de se valorizar significativamente a sua pertença étnica torna-se "irrelevante" em função da mestiçagem étnica. Para outros, evidencia-se que, independentemente desta miscigenação, continua latente, ainda que de forma subterrânea, a ideia dos tabus étnicos dos "mais e menos civilizados". Está ainda enraizada uma ideia de "superioridade étnica" baseada na história, difusão e feitos de cada grupo étnico angolano.

Esta noção de alteridade evidencia-se com maior pormenor naquele segmento que manteve desde cedo relações com o colonizador e conseguiu uma expansão do seu império com a conquista de outros territórios, tornando-os vassalos. O corredor Luanda - Benguela - Lobito constitui um dos itinerários com os quais podemos identificar os Ambundu e Ovimbundu. Mais a Norte vamos encontrar os Bakongo que, pela história e dimensão do seu império, também reivindicam alguma alteridade no contexto angolano.

Devemos também sublinhar o efeito da difusão do cristianismo entre as etnias angolanas. Este movimento constituiu em parte uma espécie de marcador civilizacional. O

Município da província do Moxico, uma das províncias de Angola.

cristianismo se implanta em Angola em simultâneo com a chegada de Diogo Cão, em 1482, a foz do rio Zaire. Este processo começa com católicos que se vão estendendo pelo país e criam missões em diversas partes do país. Nestas, se formaram muitos nativos que passaram a fazer parte da elite angolana. Os evangélicos aparecem apenas no final do século XIX e se implantam, preferencialmente, no interior e centro de Angola. Estas missões eram uma alternativa aos nativos para o alcance de um nível académico razoável. A maior parte das famílias angolanas que conseguiram algum espaco na era colonial e que se impuseram durante a luta de libertação nacional e no pós-independência tiveram uma passagem pelas missões cristãs (católicas e evangélicas). Estas missões contribuíram também para os processos migratórios internos. Tudo porque a conclusão de uma etapa de formação implicava a deslocação para outra localidade onde se pudesse dar continuidade e, muitas vezes, o local para a continuação dos estudos estava numa província diferente. As mesmas encurtavam as barreiras étnicas e, baseando-se na bíblia, apelavam aos africanos a unidade, amor, tolerância. Casamentos interétnicos são realizados nestas missões.

Em síntese, os estudos mais recentes remetem a temática para uma discussão mais profunda e possível reformulação do mapa etnográfico de Angola, que já não conforma os interesses dos grupos em causa. Nesta perspectiva, a análise do quadro étnico angolano, tendo em conta os diversos grupos étnicos acima referenciados, resvala para uma questão tão pertinente na qual as respostas parecem ser evasivas e pouco convincentes. Eis a questão: qual será a origem, migração e integração no território que hoje é Angola dos diferentes grupos étnicos de origem Bantu? Os diferentes estudos apresentados retêm uma ideia de fusão entre algumas entidades étnicas de origem Bantu que foram dando origem a outras. Esta questão remete-nos para uma ideia de grupos e subgrupos, facto que não é aceite por muitas entidades étnicas angolanas. Todavia, analisando a profundidade cultural e linguística, existem poucos detalhes de confluência para se aceitar essa tese.

Nesta ordem de ideias, uma análise dos mesmos (grupos étnicos) baseados numa perspectiva emic resvala na dinâmica dos conhecidos mitos de origem, tornando-se insuficiente para explicar a complexidade étnica da Angola actual. Apesar disso, torna-se importante por poder resultar numa relevante produção teórica em relação àqueles que não tiveram voz e foram colocados numa perspectiva de subalternos.

Conclusões

Como se pode constatar, e se quisermos fazer uma análise cuidada sobre o mapa etnográfico de Angola, podemos verificar que a maior parte dos grupos étnicos de Angola não aceita a categorização de "subgrupos". Dizem que têm referências próprias e não podem ser diluídos na senda de um grupo mais amplo. Há, em algumas dimensões do meio rural, um reavivamento étnico consubstanciado nos subaltern studies, a julgar pelo florescimento de alguns quadros no âmbito das ciências sociais e

humanas¹¹; noutra vertente (meio urbano) começa-se a dar pouca importância a estes postulados, erigindo uma noção de angolanidade sem se ter em conta as fronteiras étnicas.

Ao longo dos anos, e devido à política assimilacionista adoptada por Portugal em todo o território angolano, alguns membros dos diferentes grupos étnicos entenderam aceitar a condição imposta. Pela distância das suas aldeias e pelo "desenvolvimento" que estavam a tomar as aldeias dos seus vizinhos mais próximas do colonizador, muitos passaram a ter receio de evocar a sua etnicidade. Reclamavam, nesta altura, uma identidade que não era a sua.

Com o decorrer dos anos e numa perspectiva pós-colonial, os ditos "assimilados étnicos" passaram a ser discriminados pelos seus vizinhos. A expressão em voga era: "o fulano não é Ovanyaneka. É de origem Cilenge. Não vês como ele fala? Aquilo é um crioulo porque ele está numa zona de transição onde cruzam vários grupos. Ele não é original como nós"12. Nos dias que correm observa-se um certo reavivamento étnico nas hostes de vários grupos que, cansados de serem olhados como "os outros", reclamam os seus verdadeiros ancestrais, cultura, língua e tentam mostrar aos outros que não são vassalos nem "subgrupos" – são um grupo com história.

Paradoxalmente, pelos fluxos migratórios registados e que ainda se fazem sentir um pouco por todo o país, a confluência das populações nos mesmos espaços geográficos e os casamentos interétnicos tornaram-se uma realidade inquestionável e, para muitas entidades étnicas, o "purismo étnico" passa a ser uma falsa questão e de pouca relevância. O hibridismo passou a ser a tónica dominante em muitos sectores da sociedade angolana. Todavia, os fenómenos actuais não podem ser tidos como uma forma de desmotivação em relação a questões de natureza étnica. Antes pelo contrário, seria motivador que se continuasse a estudar as diferentes entidades étnicas angolanas, sobretudo aquelas que foram marginalizadas ao longo dos largos anos de História de Angola.

Referências bibliográficas

Altuna, Raul Ruiz de Asúa.

2006 Cultura Tradicional Bantu. Luanda, Editora Paulinas.

Estermann, Carlos.

1957 Etnografia do Sudoeste de Angola. Volume II. Editora, Tipografia Minerva. Portugal.

A inclusão dos cursos de Antropologia e Sociologia em algumas universidades aumentou a ambição dos investigadores angolanos em estudar a realidade angolana actual. Começam a surgir alguns centros de investigação que começam a produzir algumas publicações.

¹² Conversa com Madalena Vacundo. Lubango, 12 de Março de 2010.

- 1961 Os Ba-nhaneca e os Ban-Kumbi no Deserto de Moçâmedes. Editora, Imprensa Nacional de Angola.
- 1970 Penteados, adornos e trabalhos da Muilas. Editora, Imprensa Portuguesa. Lisboa.
- 1971 A vida económica dos Bantos do Sudoeste de Angola. Edição, Junta Provincial de Povoamento de Angola.
- 1983 Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro). Volume I. Editora, Gráfica Imperial, LDA. Lisboa.
- 1983 Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro). Volume II. Editora, Gráfica Imperial, LDA. Lisboa.

Guaha, Ranjit

1994 Subaltern Studies VI: Writings on South Asian History and Society. New Deli: Oxford University Press.

Guerreiro, Manuel Viegas

1968 Bochimanes de Angola: !Khu: estudo etnográfico. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

Hall, Stuart

2007 The West and the Rest: Discourse and Power. Race and Racialization, Essential Readings. Das Gupta, T. et al (eds). Toronto: Canadian Scholars Press.

Henderson, Lawrence W

1990 A Igreja em Angola: Um Rio com Várias Correntes. Lisboa, Edições Além – Mar.

MELO, Rosa

- 2005 «Nyaneka-Nkhumbi: uma carapuça que não serve aos Handa, nem aos Nyaneka, nem aos Nkhumbi». Cadernos de Estudos Africanos. Lisboa.
- 2007 Homem é Homem, Mulher é Sapo: Género e Identidade Entre os Handa no Sul de Angola. Lisboa: Edições Colibri.

Milheiros, Mário

1951 Etnografia Angolana: Esboço Para Um Estudo Etnográfico das Tribos de Angola. Mensário Administrativo.

Oliveira, Américo Correia de

2006 O Livro das Adivinhas Angolanas. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

Prakash, Gyan

1994 "Subaltern Studies as Postcolonial Criticism," The American Historical Review, December, Vol. 99, No. 5, 1475-1490.

Redinha, José

1974 Distribuição Étnica de Angola. Centro de Informação e Turismo de Angola, 8ª

1975 Etnias e Culturas de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola.

2009 Etnias e Culturas de Angola. Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

SAID, Edward

2007 Orientalism. Race and Racialization: Essential Readings. Das Gupta, T. et al (eds). Toronto: Canadian Scholars Press.





Brasil: país de imigração?

Neide Lopes Patarra¹ Duval Fernandes²

Resumo

A história da imigração no Brasil inicia-se com os portugueses no contexto da colonização, visando a apropriação militar e econômica da Terra, a implantação da grande lavoura de exportação a qual deu origem ao tráfego de escravos africanos, movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850) e introduziu na colônia cerca de 4 milhões de cativos; esse movimento cunhou a sociedade escravocrata que marca a sociedade brasileira deixando profundos e importantes traços em sua cultura posterior à Abolição, em 1888. Nos quase 130 anos que separam este momento da década atual, o país passou de receptor de mão de obra para país de emigração, na década de 80 do séc. XX e seguintes, até se transformar, no início de 2012, em local de destino de grande número de imigrantes de países limítrofes e também de países do Hemisfério Norte. Este novo cenário lança desafios para a sociedade no sentido da necessidade extrema de definição de políticas migratórias que contemplem os direitos humanos dos imigrantes.

Palavras chave: migração internacional, políticas migratórias, Brasil.

1 - Apresentação

Constitui, sem dúvida, um grande desafio escrever, neste momento, sobre o tema de políticas migratórias no Brasil. A grande imprensa, revistas, trabalhos acadêmicos, redes sociais, *blogs*, portais oficiais do governo, e vários outros meios de comunicação estão repletos de reportagens, comunicados, divulgações e todo tipo de documentação voltada a um dos temas mais bombásticos destes últimos anos – as migrações internacionais.

Livre docente do Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp (aposentada) e Pesquisadora Titular da ENCE/ IBGE (Aposentada), Brasil. Email: npatarra@terra.com.br.

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontíficia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Brasil. Email: duval@pucminas.br.

De um lado, a imigração internacional no mundo "explodiu", acirrados os movimentos pelos conflitos no norte da África, nos países do Meio-Oriente e Ásia, principalmente, e pela crise financeira que tremula os países desenvolvidos (Europa e Estados Unidos, principalmente), cada um com suas características e especificidades, mas sempre traçando um panorama difícil, assustador e imprevisível.

A crise financeira atual, os desastres climáticos e a "Primavera Árabe", constituem dimensões absolutamente decisivas para o conhecimento, entendimento, observação e decisões a respeito dos movimentos migratórios internacionais atuais, destes últimos anos, que imprimem à problemática contornos de tamanho e implicações sem precedentes.

De outro lado, a "guinada" tão forte nas tendências histórias, com crises e conflitos, altera o equilíbrio de forças entre países ricos e pobres e a América Latina avança, ganha espaço e evidencia que a "crise é deles".

O Brasil, frequentemente chamado de "meio continente" apresenta desempenho positivo em sua performance econômica na dinâmica atual, tendo, na sucessão de governos democráticos e competentes nos últimos guase 20 anos, uma continuidade de resultados que o leva, hoje, a posição de país emergente de destaque nos foros intencionais e se ufana de ser classificado como a sexta maior economia do mundo.

Inserido nas reversões tão nítidas e fortes dos movimentos migratórios internacionais, o país vai assumindo posição de destaque e liderança na América Latina e constituindo-se como um país de forte atração imigratória. O tema abarrota, a grande imprensa no país (com alguma repercussão a nível internacional); as matérias são diárias, frequentes, alarmistas algumas, de ufanismo outras, de temor ainda outras, sempre envolvidas em posições e ideologias e conflitivas.

O governo atual, com seus compromissos claramente assumidos, busca traçar, e rapidamente, uma arquitetura oficial que dê conta das novas demandas, dos novos conflitos, ante o novo – pólo internacional de imigração – e o tradicional – país de imigração, embora sempre carregando tracos seletivos, com frequência restritivos e com discriminação e xenofobia frente alguns grupos de migrantes – porém restritiva e seletiva.³ Reforça-se, no momento presente, a imagem do país de imigração, possivelmente por motivos políticos ligados a sua inserção crescente na governabilidade internacional.

Em matéria divulgada recentemente, Mac Margolis, articulista brasilianista de certo destaque, caracteriza o Brasil como o novo pólo de imigração internacional:

"...A ascensão dos países emergentes está revolucionando a imigração global..., ten-

É bastante ampla, de qualidade e variada bibliografia sobre as tendências históricas da imigração no Brasil, desde clássicos como Caio Prado Jr.e Celso Furtado, ate estudiosos mais recentes. Uma idéia de conjunto dessa produção , veja-se em Patarra, N.L(1995 e 1996),OIM, Perfil Demográfico(2009) e, mais recentemente, Patarra, N.L. e Fernandes, D.(2011)

dência intensificada pela crise econômica na Europa, Japão e EUA." (Margolis, M. O Estado de São Paulo, 08/01/2012, p.A18).

Com cautela e dúvida, no entanto, diz o articulista:

"... Reeditando a história dos séculos 19 e 20, o país escancara as portas para os imigrantes europeus, mas também para os latinos. Mas será que ele as manterá abertas?" (p.A18)...."Apesar da enxurrada haitiana no Acre, é ainda modestíssima a presença de imigrantes no Brasil (apenas 443 mil no Censo de 2010); incluindo os clandestinos, não chegam a 2% da população...""Daí a pergunta incômoda: a louvável tolerância brasileira é mesmo patrimônio cultural? Ou será fruto da escassez? (A18) "

Sem dúvida o tema está a demandar um sério debate: Que imigração é essa? De pobres, não documentados, que viriam desempenhar tarefas com salários mais baixos - o país necessita dessa mão de obra ? Estamos mesmo vivendo uma escassez de mão de obra? As evidências indicam que manifestam-se preocupações e interesses de empresários na mão de obra qualificada. E os não-documentados? E as áreas de fronteira na América do Sul? E os refugiados? Culminando com caso da entrada de haitianos, marcando um ponto de inflexão na política imigratória brasileira.

O presente texto propõem-se a esboçar algumas dimensões inerentes às novas necessidades da governança das migrações internacionais e os dispositivos e regulamentos para lidar com a nova situação. A reconfiguração rápida e iniludível dos movimentos populacionais no novo contexto relativizam ou superam anteriores abordagens sobre políticas migratórias, onde os conhecidos e reiterados movimentos de países pobres a países ricos, com todas as suas manifestações de discriminação e xenofobia constituíam a contrapartida da busca de melhores condições de vida e, principalmente, aferir um rendimento que se transformaria em remessas, as quais, abençoadas pelo Banco Mundial, constituiriam o lado positivo de emigração e poderiam ser consideradas o substituto para o desenvolvimento econômico que não dava mostra de poder ser alcançado. A partir de 1980, o Brasil entrou na rota dos movimentos internacionais e o caso brasileiro teve suas especificidades

Desde o histórico 11 de setembro de 2001 nos EUA, o panorama que envolve os movimentos migratórios passou por sérias e negativas modificações; o 11 de setembro e a crise financeira forçaram o desvio das rotas anteriores, influenciaram políticas de migração extremamente duras e produziram, a par de situações extremamente dolorosas, uma nova configuração dos fluxos, na qual a migração regional intra América Latina intensifica-se e o Brasil recupera sua anterior e discutível "vocação" imigratória.

No contexto atual, o debate deve ser situado na dinâmica regional recente, onde são nítidas, com maior ou menor intensidade, as tratativas de reforço de blocos regionais de integração latino-americana, ampliando a esfera do Tratado Mercosul, sempre como estratégias de desenvolvimento dos países mais pobres da região. Nesse contexto reformulam-se as bases institucionais e novas configurações emergem: reformulação das políticas do Mercosul e dos tratados dos países andinos, criação do UNASUL, globalização, o papel do FOMERCO (Fórum das Universidades do Mercosul) bem como a criação e início das atividades da UNILA (Universidade da Integração latino-americana) com forte potencial de atividades de preparação de novos quadros e pesquisas aplicadas que respaldem esse esforço de integração. E sempre considerando a questão das fronteiras transnacionais bem como a complexa guestão indígena.

Para colaborar com esse debate, este texto se propõe, na primeira parte, considerar, ainda que sucintamente, as tendências históricas de sustentação da imagem do país de imigração bem como a inversão de tendências, a partir do final do século passado; em seguida busca-se traçar um panorama dos movimentos migratórios mais recentes, para então situar o debate atual e a configuração de novas leis e regulamentos no país; o texto encerra-se com um comentário do explosivo caso haitiano, que culmina com a recente regulamentação de quotas e restrições à migração irregular.

2. Imigração histórica e sustentação da ideia de país de imigração

2.1. Período até 1980

Para compreensão da constituição e reforço do "mito" de um país de imigração, é necessário retomar, embora sucintamente, a trajetória histórica da imigração no Brasil, onde grupos de imigrantes de além-mar, principalmente no período que vai de 1890 a 1930, configuram a composição da população brasileira dos períodos subsequentes e forjam as práticas de assimilação de um lado e discriminação de outro; forjam ainda os mais diversos aspectos da cultura brasileira – musica, culinária, artes plásticas e, particularmente, no caso dos italianos e portugueses, o processo de industrialização e urbanização do país.

A história da imigração no Brasil⁴ inicia-se com os portugueses no contexto da colonização, visando a apropriação militar e econômica da terra, a implantação da grande lavoura de exportação a qual deu origem ao tráfego de escravos africanos, movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850) e introduziu na colônia cerca de 4 milhões de cativos; esse movimento cunhou a sociedade escravocrata que marca a sociedade brasileira, deixando profundos e importantes traços em sua cultura posterior à Abolição, em 1888.

Nas primeiras décadas do século XIX, o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade de policultura, atraiu alemães, italianos e outros estrangeiros para o sul do país. Já em meados desse século, imigrantes se dirigem à cafeicultura do oeste Paulista; outros foram canalizados para o trabalho em obras de infra estrutura urbana e na construção de caminhos e estradas.

Essa parte do texto beneficiou-se de texto anterior: Patarra & Fernandes (2011, cap. 2).

A abolição da escravidão proporcionou um novo cenário e trouxe consigo novos desafios; a grande expansão da produção cafeeira associada à falta de um contingente satisfatório de trabalhadores no território nacional possibilitou a abertura do Brasil para a imigração. Um período de imigração em grande escala da Europa para a América, em especial para o Brasil, aconteceu entre 1870 e 1930. Nesse ínterim, estimativas indicam que 40 milhões de pessoas tenham migrado do Velho para o Novo Mundo (Patarra e Fernandes, 2011. p. 160-161).

Em fins de dezembro de 1930, são publicadas as primeiras medidas restritivas à entrada de imigrantes internacionais, reflexo da crise vivenciada pela economia mundial em 1929, com consequente crise do café. As restrições vão crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937 (idem, ibidem, p.162).

A crise da economia mundial, em 1929, e a consequente crise do café, conduziram à passagem para outra etapa. Com a redução progressiva dos fluxos migratórios internacionais, e em virtude dessas alterações estruturais no campo econômico, houve um aumento da demanda por força de trabalho, a qual foi suprida pelas migrações internas no país.

Com a retomada das hostilidades na Europa e no Oriente que levaram à Segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios para Brasil foram praticamente interrompidos. Na segunda metade do século XX, a imigração para o país continuou de forma incipiente sem se notar nenhum fluxo de maior expressão. Tal fato, associado à praticamente inexistente emigração, indicava que, até meados dos anos 80 do século XX, o Brasil, em termos demográficos, poderia ser considerado um país fechado à migração.

2.2. Período pós 1980

A partir da década de 80, o Brasil inaugura uma nova fase no tocante aos deslocamentos de sua população, período em que fica nítido que um crescente número de brasileiros passa a residir no exterior, tema que, de forma recorrente, passou a ser abordado tanto pela mídia como pelos pesquisadores da área. De país historicamente receptor de imigrantes, o Brasil passa a ser um intenso expulsor de população. Os principais destinos dos emigrados brasileiros são os Estados Unidos, o Japão e alguns países da Europa, assim como o Paraguai.

Desde seu surgimento como tendência migratória, os fluxos de brasileiros para o Primeiro Mundo têm nos Estados Unidos o principal país receptor. Segundo o Ministério de Relações Exteriores, aproximadamente 1,4 milhão de brasileiros residem atualmente nos EUA: outros especialistas, no entanto estimam que não mais de 400 mil brasileiros devem residir no país (Martes e Fazito, 2009).

Ao longo da década de 80, os brasileiros entravam naguele país com visto de turista e, quando o prazo desse visto vencia, permaneciam, em situação irregular, no território estadunidense. Com a maior rigidez do governo americano em relação às leis de imigração e ao controle de fronteiras entre EUA e México, esse fluxo migratório sofre um arrefecimento, principalmente a partir da primeira metade da década de 90.

Com a consolidação das redes sociais de migração, os fluxos de entrada irregular nos EUA voltam a se intensificar e atingem seu ápice em 2000, quando o Department of Home Security (DHS) estadunidense registra a retenção de aproximadamente 54 mil brasileiros na travessia clandestina da fronteira. De acordo com informações desse mesmo órgão, a partir de 2005, o número de brasileiros reduziu-se amplamente. Isso foi reflexo da política imigratória aplicada na fronteira dos Estados Unidos e a exigência de visto para os brasileiros que se dirigiam ao México. Em 2005, 31 mil brasileiros haviam sido apreendidos durante a tentativa de travessia, e em 2008 foram apenas 977 (Patarra e Fernandes, op. cit, p. 172).

Outro fluxo importante foi em direção à Europa; a emigração de brasileiros para a Europa passou a se intensificar na última década do século XX. Se na década de 80 a maior parte dos fluxos emigratórios se destinava aos Estados Unidos, a partir da década de 90, os destinos passam a se diversificar na Europa (Martes e Fazito, 2009). O primeiro fluxo importante, por razões históricas e culturais, diz respeito à entrada de brasileiros em Portugal. Esse fluxo passa a se consolidar já no início da década de 1990, mantendo-se relativamente estável até o final da primeira década de 2000 (Fernandes e Rigotti, 2008).

Em um estudo que contou com a análise de 400 questionários aplicados a brasileiros que residiam em Portugal, Rossi (2004) encontrou resultados interessantes.Os dados desse trabalho demonstraram que a população amostrada caracterizava-se por uma forte disparidade entre sexos: os homens representaram 64,3% dos inquiridos e as mulheres 35,7%; o estado civil dos entrevistados era predominantemente solteiro ou divorciado/separado; tratava-se de uma população relativamente jovem, do qual 57% dos indivíduos possuíam menos de 30 anos. No que se refere ao nível de escolaridade desta comunidade verifica-se que 60,7 % tinha o segundo grau ou o técnico e 15,2% tinha nível superior. O estudo ainda revela que a região do Brasil que mais fornece imigrantes a Portugal é Minas Gerais, sendo que 30,8% dos inquiridos afirmaram ser naturais desse Estado, seguido por São Paulo, com 14,6% e Espírito Santo, com 9,7%. (Rossi, 2004)

Além de Portugal, a Espanha passou se apresentar como um importante país da Europa com presença de imigrantes brasileiros, atingindo aproximadamente 125 mil indivíduos (MRE, 2009). Apesar de ser relativamente recente, esse fluxo tem se intensificado nos últimos dez anos, quando passa a haver uma reemigração de brasileiros que chegaram em Portugal e Itália (Martes e Fazito, 2009).

Martes e Fazito (2009), ao analisarem os dados provenientes do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE), conseguiram traçar um perfil do imigrante brasileiro que residia na Espanha. No tocante à variável idade, os imigrantes brasileiros estabelecidos na Espanha formavam um grupo fundamentalmente jovem e em idade ativa, sendo que os adultos jovens – 25 a 34 anos – constituíam o contingente mais numeroso, representando 39% dos brasileiros cadastrados no país. Em seguida vinha o grupo de 35 a 44 anos, com 20%, e o segmento juvenil (entre 15 e 24 anos), com 19% do total de brasileiros.

Quando se observa o fluxo migratório brasileiro que tem como destino a Espanha, nota-se um forte desequilíbrio por sexo a favor das mulheres brasileiras, constituindo um dos coletivos de imigrantes mais feminizados na Espanha. Essa característica está relacionada com a demanda apresentada pelo mercado de trabalho espanhol e tem a ver com as mudanças sócio demográficas e econômicas que têm se produzido na Espanha nas últimas décadas. Em consequência à sua elevada feminização, o coletivo brasileiro apresenta alta concentração no setor de serviços, caracterizado pela elevada precariedade das condições de trabalho (Ripoll, 2008).

Outro país europeu que se destaca pelo volume de imigrantes brasileiros é a Itália. Este país recebeu brasileiros tardiamente, quando comparado com outras nações desse continente, pois sua proximidade com países do Leste europeu fez com que o mercado de oportunidades para os brasileiros fosse mais restrito. O principal fator que tem atraído brasileiros para esse país é a maior facilidade dos descendentes italianos nascidos no Brasil em conseguir o passaporte europeu. A Embaixada da Itália estima que o grupo de pessoas que decidem fixar residência no país corresponda a 10% daqueles que conseguem a nacionalidade italiana, percentual esse que corresponde aproximadamente a 30 mil brasileiros (Fernandes e Rigoti, 2008).

Nesse fluxo rumo à Europa tem se destacado o recente estoque de brasileiros residentes no Reino Unido e Irlanda. Somadas as estimativas de brasileiros residentes nos dois países, constata-se a presença de aproximadamente 195 mil brasileiros (MRE, 2009). Segundo Fernandes e Rigotti (2008) estas estimativas corroboram os resultados obtidos por outras fontes de pesquisa e evidenciam um incremento recente ocorrido no número de brasileiros residentes nessa região.

Em linhas gerais, com exceção dos fluxos mais antigos para Portugal, atualmente a população brasileira imigrante na Europa Ocidental é composta basicamente por jovens adultos (entre 20 e 40 anos) de ambos os sexos, com escolaridade elevada (em média mais de 50% em todos os países têm pelo menos 13 anos de estudo), e participantes da força de trabalho regional. Com exceção de Portugal, a maior parte desta migração não se constitui de familiares e apresenta elevado índice de migrantes em situação de irregular (Martes e Fazito, 2009).

É nítido o declínio da saída de brasileiros no período recente, apesar da divergência das informações segundo a fonte utilizada. Conforme dados do Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, em 2002, cerca de 1.964.498 brasileiros residiam no exterior. Quando se verifica os dados de 2007, percebe-se que 3.044.762 brasileiros encontram-se nessa situação, o que corresponde a um crescimento de 55%. Já as informações de 2011 dão conta de que este volume de emigrantes havia ampliado para 3.122.813, representando um aumento de 2,7% em 4 anos. No tocante ao destino desses emigrantes, os últimos dados de 2011, disponibilizados pelo Itamaraty, revelam que a América do Norte era o destino preferido dos brasileiros, abrigando um total de 1.433.146, seguida da Europa, 911.889; América do Sul, 406.926 e Ásia, 241.608 . Pelo Censo Demográfico de 2010 estima-se que 491.645 brasileiros estariam residindo no exterior naquele momento.

Neste mesmo período passamos a observar novas tendências de imigração internacional no país, que passa a ser receptor de coreanos, chineses, bolivianos, paraguaios, chilenos, peruanos e africanos procedentes de diferentes países. Nas últimas três décadas, portanto, passamos a observar no Brasil novas modalidades na migração internacional, que incluem não só a emigração de brasileiros, mas também a imigração de estrangeiros predominantemente originários de outros países em desenvolvimento. No período 2008 a 2011, o número de estrangeiros que obtiveram visto de trabalho/residência no Brasil aumentou em 60,0%, passando de 43.993 solicitações atendidas em 2008 para 70.524, em 2011.

2.3. Trocas migratórias entre Brasil e países da América Latina

No cenário recente das migrações internacionais, o Brasil tem acompanhado, de forma geral, as tendências migratórias que os países da América do Sul apresentam. Nota-se, em relação aos movimentos migratórios dos países do MERCOSUL para o Brasil, a importância crescente dos movimentos intrablocos, não tanto pelo volume, mas por sua diversidade e implicações, que correspondem a uma reestruturação produtiva. Observa-se que o contexto internacional proporcionou nessa região a transferência populacional tanto para as metrópoles, como para outras cidades, nas quais a posição geográfica e a competitividade do mercado têm atraído indústrias novas e internacionais nessa atual etapa da economia (Baeninger e Soares, 2009).

Dentre os fluxos de imigrantes recebidos pelo Brasil, destaca-se o de bolivianos. Diversos fatores impulsionam a emigração de bolivianos com destino ao Brasil, dentre eles pode-se destacar a estrutura social e econômica deficitária da Bolívia, além da instabilidade política e da miséria que afeta diversas regiões do país. Na América do Sul, o Brasil e a Argentina formam o pólo receptor da maior parte dos migrantes de baixa renda, principalmente em decorrência do baixo custo com o deslocamento, por possuírem uma extensa fronteira em comum. Esse fenômeno tem atraído a atenção de órgãos humanitários, em função da exploração que esses trabalhadores acabam sofrendo em território brasileiro (Cacciamali e Azevedo, 2005).

A imigração de bolivianos para o Brasil, principalmente para São Paulo, teve início já nos anos 1950, a partir da entrada de estudantes bolivianos através do programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia. Contudo, esse fluxo migratório se acentuou significativamente a partir dos anos 1980. Observa-se que a maioria desses imigrantes é constituída por jovens, de ambos os sexos, solteiros e que apresentam um nível mediano de escolaridade. Eles são provenientes de várias regiões da Bolívia, mas há uma predominância de indivíduos oriundos de La Paz e Cochabamba (Silva, 2008).

Até recentemente, uma parcela considerável dos bolivianos que adentraram o território brasileiro não estava legalizada, porque o Estatuto do Estrangeiro só permite a entrada de mão de obra especializada e de empreendedores. Aqueles que não apresentavam essas características tinham como opção, para a regularização, casar-se com cônjuge brasileiro ou ter um filho nascido em território brasileiro (Silva, 2008). Contudo, o Brasil buscou criar mecanismos para facilitar a regularização destes e de outros imigrantes. Em 2009, por meio do Decreto nº 6.893/2009, promulgou lei que concedeu anistia aos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009 e aqui residiam de forma irregular. No mesmo ano, entrou em vigor o acordo de livre trânsito de pessoas na área do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Decretos nº 6.964/2009 e nº 6.975/2009). Uma avaliação preliminar da anistia aos imigrantes irregulares aponta que até o final de 2009 foram realizadas, aproximadamente, 42 mil solicitações e destas, 17 mil tinham como solicitantes imigrantes bolivianos (OIM, 2010).

Conforme os resultados apresentados por Silva (2008), o Censo de 2000 registrou 20.388 imigrantes bolivianos residentes no Brasil, sendo que estes não se distribuem de maneira homogênea. De forma geral, eles se encontram concentrados em áreas metropolitanas (como São Paulo) e em espaços fronteiriços pontuais, como os municípios de Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Porto Velho (Rondônia).

Emigração para a Guiana Francesa

Pouco considerada na literatura especializada é o caso da saída de brasileiros em direção à Guiana Francesa. Segundo aponta Fazito (2005), as relações entre o Brasil e a Guiana Francesa não são de idade recente, elas datam desde o início do século XIX. Contudo, somente em 1964 houve a migração de um grande fluxo de brasileiros com esse destino. Essa primeira leva de migrantes foi incentivada pelo início da construção do Centro Espacial Guianense em Kourou, demandando grande volume de mão de obra não especializada. O que atraiu os trabalhadores brasileiros foram os altos salários pagos na época, especialmente em função da diferença cambial entre a moeda do Brasil e o franco francês (que era de cinco para um). Dessa forma, a vantagem financeira associada à carência de mão de obra impulsionou os primeiros fluxos migratórios de brasileiros com destino à Guiana Francesa.

A entrada de brasileiros em território guianense se dá, na maioria das vezes, através de embarcações de madeira, que se deslocam pela costa oceânica desde Belém e Macapá até Caiena. Outro trajeto é realizado partindo-se do Oiapoque, em uma viagem de menor duração. Na tentativa de se fugir do controle migratório, a chegada a Caiena é realizada durante o período noturno.

Os primeiros brasileiros a se deslocarem com destino à Guiana Francesa apresentavam um perfil socioeconômico e padrão cultural muito baixo. Assim, muitos não dominavam a língua local e eram facilmente enganados por seus contratantes, eram alojados em prédios abandonados no centro de Caiena, onde não havia condições mínimas de moradia.

O fato de que a maioria desses imigrantes entrou na Guiana Francesa de forma irregular dificulta a coleta de dados precisos quanto ao seu volume. Algumas estimativas realizadas pela imprensa brasileira calculam que este número seja em torno de 25 mil, montante expressivo quando comparado à população total da Guiana Francesa, que segundo o último dado censitário possui 140 mil habitantes. Dados do consulado do Brasil em Caiena apontam para o registro de apenas 10 mil brasileiros documentados (Fazito, 2005). Já a publicação Brasileiros no Mundo (MRE, 2009) apresenta uma estimativa na qual aproximadamente 19 mil brasileiros residem na Guiana Francesa. Desde seu surgimento como tendência migratória, este fluxo sofreu algumas mudanças, dentre elas o próprio perfil dos migrantes. A partir de 1990 observa-se que os migrantes deixam de ser apenas de classes menos favorecidas e passam a ser indivíduos pertencentes à classe média (com um nível educacional mais elevado). Arouck (2000) observa que há uma considerável diferença no estilo de articulação e de convivência entre os brasileiros das classes menos favorecidas, que foram os primeiros a migrar, e aqueles da classe média que hoje vivem na Guiana Francesa.

Os brasileiros que ali residem não se distribuem de forma homogênea no território, sendo que os dois centros urbanos onde se concentra a maior parte desses imigrantes estão alocados no litoral do país: a capital Caiena e a cidade de Kourou. Sabe-se que, embora os fluxos de emigração para a Guiana Francesa sejam significativos, eles são pouco expressivos quando comparados ao deslocamento de brasileiros para países do Primeiro Mundo. Todavia, quando se vislumbra o quadro regional desse fenômeno, verifica-se que o impacto desses deslocamentos é de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico das duas regiões, mesmo não havendo dados muito precisos com relação às remessas feitas (Arouck, 2000).

Alguns brasileiros, principalmente aqueles que migraram há mais de dez anos, conseguiram conquistar uma considerável ascensão econômica, contudo, muitos brasileiros ainda vivem de forma irregular na Guiana Francesa e se dedicam a atividades não formais, trabalhando em garimpos clandestinos, na prostituição e no tráfico de drogas. Essa situação de fragilidade socioeconômica vivenciada pelos imigrantes brasileiros tem

sido agravada em decorrência das ações restritivas por parte do governo francês, uma vez que a Guiana Francesa vem se tornando uma área estratégica no continente sul--americano (Fazito, 2005).

Em um estudo realizado por Pinto (2008), o autor afirma que a forma de integração dos brasileiros ao mercado de trabalho local ocorre, quase sempre, de maneira informal e irregular. Os brasileiros, atraídos pelo desejo de emprego, não se dão conta das frágeis relações de trabalho a que são submetidos, nos quais não raro são explorados de maneira intensa. Ainda de acordo com o autor, a grande oferta de mão de obra que atraiu os primeiros brasileiros que migraram para a Guiana Francesa, talvez não seja hoje a única explicação para a grande presença de estrangeiros na cidade de Caiena.

Outros fatores concorrem diretamente para que este território ultraperiférico da Europa tenha se transformado na última esperança dos excluídos de trabalho das regiões Norte/Nordeste do Brasil. A moeda forte, o sistema previdenciário, os benefícios sociais, as possibilidades reais de trabalho e a febre do ouro são os grandes responsáveis por aventuras dramáticas e situações de desespero vivenciadas por homens e mulheres que perderam suas referências territoriais (Pinto, 2008: 4).

Imigração de peruanos

Outro grupo de imigrantes que vem ganhando importância no país, com entrada a partir da fronteira Norte, é o de peruanos. Conforme salienta Oliveira (2006), para que seja possível uma melhor compreensão dos fatores que motivam o deslocamento de pessoas provenientes de diversas regiões do Peru para o Brasil, é relevante destacar as etapas de migrações pelas quais esses indivíduos passam dentro de seu próprio território antes de decidirem atravessar a fronteira.

Primeiramente, os fatores históricos estão profundamente atrelados à decisão de migrar, pois os povos andinos, desde suas origens, são predominantemente nômades. Em seguida, têm-se os fatores geográficos, representados pela proximidade da fronteira entre os dois países. Os fatores econômicos desempenham um papel preponderante na decisão de migrar, principalmente nos dias mais recentes, em função do período de crise e recessão pelo qual o Peru vem passando, além do período da ditadura militar, que se destaca como um dos fatores mais importantes no contexto das emigrações peruanas (Oliveira, 2006).

Somado a esses fatores, Moreira e Vaca (2010) salientam, ainda, que dentre os elementos que contribuíram para a migração de peruanos para a Amazônia brasileira, destacam-se os conflitos agrários, o avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas. Essa migração é mais intensa na área de contato entre a região da Selva Peruana que faz fronteira com o Estado do Amazonas. Os imigrantes peruanos se deslocaram, inicialmente, dentro dos próprios limites regionais de seu país, e, conforme Oliveira (2006), esse processo se deu, inicialmente, dos pequenos povoados e aldeias para as cidades maiores, dentre elas: Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. As cidades citadas, nas últimas décadas, passaram por um intenso processo de urbanização. Foi apenas em um segundo momento que os peruanos se deslocaram para o exterior, e esses fluxos migratórios se deram com mais intensidade na direção do Chile e para a Amazônia brasileira.

As primeiras levas de imigrantes peruanos com destino à Amazônia eram formadas, majoritariamente, por indivíduos do sexo masculino. Contudo, a partir dos anos 1990, um considerável contingente de mulheres passou a fazer parte desse fluxo de migrantes. A maioria das mulheres que migraram e se encontravam na condição de casadas, esperaram pela estabilidade de seus maridos, que foram os primeiros a emigrar. As mulheres que decidem migrar se deparam com alguns problemas específicos no que se refere à questão de gênero, principalmente a violência familiar e os abusos sexuais externos. Tais problemas se tornam mais recorrentes quando os migrantes se encontram em situação irregular (Oliveira, 2008a).

Ao analisar o perfil dos migrantes peruanos no Brasil, observa-se que poucos possuem alguma qualificação profissional, apesar da presença de alguns médicos, enfermeiros, dentistas, bioquímicos, engenheiros, contadores, arquitetos, técnicos em geral, dentre outras categorias profissionais. Sendo assim, a maioria dos migrantes peruanos apresenta baixo nível de estudos: são camponeses ou pertencentes a etnias indígenas peruanas (Oliveira, 2008b).

2.4. Trocas migratórias com países africanos⁵

As trocas migratórias entre Brasil e países africanos são marcadas por acordos multilaterais na área da educação e também por fluxos de migrantes forçados devido aos conflitos que assolaram o continente africano nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 90 do século XX.

As relações entre Brasil e Angola remontam ao período colonial, quando os dois países, com significativas diferenças no modelo de colonização por Portugal, mantinham uma relação de dependência, sobretudo marcada pelo fornecimento de escravos do segundo para o primeiro. No século XX, as relações se estreitaram tanto em termos culturais quanto em termos diplomáticos, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. A partir de 1980 teve início uma série de tratados de cooperação técnica e cultural entre os dois países⁶. No setor pri-

A questão da imigração angolana tem sido pesquisada e analisada por Baeninger e Aydos(2008) e Aydos (2009). O resumo que se segue beneficiou-se desses trabalhos, particularmente o recente texto preparado por Aydos para a Internacional Scalabrina Network.

Em 1980 foi firmado o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola. Em 1990 foi firmado um Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Em 1996 o Brasil ingressou na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, quando os acordos de cooperação técnica, científica e social foram ampliados, englobando também o desporto e a cultura.

vado, investimentos da Petrobrás na extração do petróleo angolano, e da Odebrecht na extração de diamantes, remontam à década de 80, e resultaram na criação de uma ponte aérea entre Luanda e Rio de Janeiro, que se tornou a principal forma de entrada da maioria dos imigrantes angolanos no país na década de 90 (Aydos, 2010).

O estímulo das relações comerciais entre os dois países aumentou após o final da querra civil, em 2002, com contínuo aumento da presença de empresas brasileiras em Angola, principalmente nas áreas de construção civil, comércio, indústria, telecomunicações e prestação de serviços.

No que se refere aos deslocamentos de angolanos com destino ao Brasil, verificase que esses movimentos, na maioria das vezes, refletem a busca por melhores condições de vida, longe de um contexto conflituoso. Os laços entre Brasil e Angola remetem ao tempo em que essas duas nacões ainda eram colônias de Portugal. Apesar da proximidade cultural que os angolanos possuem com o Brasil, em território brasileiro os imigrantes acabam por se deparar com a barreira do preconceito e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho; em muitos casos eles passam a viver à margem da sociedade (Baptista, 2007).

A imigração angolana para o Brasil foi apenas residual até a década de 70, quando, com a independência e o conseguente início da guerra civil em Angola (1975), observamos o aumento considerável deste fluxo para o Brasil. Ribeiro (1996) propôs a análise da imigração angolana a partir de três momentos: o primeiro, incluindo a vinda de escravos oriundos da região que depois foi delimitada como Angola; o segundo, marcado pela independência de Angola e, o terceiro, a partir década de 80, em decorrência dos conflitos internos do país. Aydos (2010) indica que a imigração angolana, a partir da década de 70, apresenta três momentos distintos: nesta década, o fluxo é marcado pela independência de Angola, que forçou a saída de famílias formadas por colonos portugueses, muitas já com membros de naturalidade angolana; a partir da década de 80, a imigração de angolanos sofreu uma queda acentuada e passou a ser mais diversificada, com uma diminuição na entrada de angolanos brancos, predominantes no período anterior. Segundo Ribeiro (1996), a década de 1980 foi caracterizada pela vinda de angolanos com visto de estudante para o país. Já na década de 90, o perfil dessa migração mudou, passando a ser predominantemente de jovens negros, do sexo masculino, que se concentraram na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os fluxos foram impulsionados pela intensificação dos conflitos em Angola entre 1992 e 1993, mesmo período em que o Brasil passou a conceder de forma mais ampla o estatuto de refugiado aos angolanos.

Mesmo com a assinatura de um protocolo de paz em Angola (1994) e a consequente diminuição do reconhecimento dos angolanos como refugiados no Brasil, a entrada de imigrantes angolanos no país continuou nos anos seguintes: "As motivações para a migração, embora em alguns contextos possa ter sido especificamente

a guerra, passaram, especialmente na década de 1990, a incluir a desestruturação econômica que a guerra causou no país, transformando a emigração em uma possibilidade, por vezes única, de ascensão social" (Aydos, 2010: 145). A maior parte da imigração de angolanos, durante a década de 1990, constituiu-se por jovens que fugiam do recrutamento obrigatório para participação no conflito armado (Petrus, 2001).

É importante também destacar os acordos referentes às Políticas de Cooperação Institucional para a Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), que entre 2000 e 2005 trouxeram ao país 118 estudantes angolanos pelo programa PEC-G (Desidério, 2005). Os jovens angolanos que atualmente estudam no Brasil, principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná, possuem um compromisso pessoal e institucional de retornar ao seu país de origem, de modo que possam, a partir do conhecimento que adquirem com a graduação, contribuir para a reconstrução do país. Todavia, uma grande parcela desses estudantes hesita em retornar e busca se instalar definitivamente no Brasil ou permanecer no país por mais tempo, para fazer a sua Pós-Graduação (Fonseca, 2009).

Há indícios de formação de uma rede migratória entre Brasil e Angola através da manutenção de redes sociais institucionais (acordos entre os dois países), comerciais (através da mukunza) e pessoais (Aydos, 2010).

Entre os anos de 1975 e 2002, Angola esteve envolvida em uma guerra civil que dizimou mais de 500 mil vidas. Durante esse período, os investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento do país foram praticamente inexistentes. Dessa forma, após o término do conflito teve início um profundo processo de reconstrução do país. Entretanto, para promover o desenvolvimento, após anos de estagnação, os angolanos se depararam com um grande problema: a falta de mão de obra qualificada. Esse panorama favoreceu o deslocamento de um considerável fluxo de migrantes, que viam em Angola uma oportunidade para ganharem altos salários (Estadão, 2008).

Ao longo dos últimos anos, mesmo com os muitos problemas estruturais que apresenta, Angola tem conseguido alcançar um considerável desenvolvimento econômico. Em 2000 o país registrava uma inflação de 268% ao ano, já em 2008 a inflação caiu para 13%; nesse mesmo ano, o país foi o quarto entre os que mais cresceram no mundo, elevando em aproximadamente 13,2% o Produto Interno Bruto. Esta nova realidade que Angola vem apresentando tem atraído a imigração de brasileiros. Esses indivíduos trabalham em atividades que vão desde pequenos comércios (cabeleireiros, manicures e donos de lojas de roupa) até empresas de grande porte, como é o caso da Petrobrás (Estadão, 2008).

A retomada do crescimento em Angola tem elevado consideravelmente a procura por profissionais qualificados. Essa corrida por inserção em um mercado dinâmico, que oferece uma série de oportunidades, tem atraído fortemente os brasileiros, principalmente em função dos altos salários. Os brasileiros acabam sendo os mais requisitados em relação a outros estrangeiros em decorrência do idioma e da proximidade cultural que possuem com o país (Borges, 2006).

Ao contrário daqueles que migram para os Estados Unidos, ou mesmo para os países europeus, boa parte dos brasileiros que se deslocam com destino a Angola ocupa altos cargos em empresas multinacionais. Muitos são os benefícios oferecidos pelas empresas para conquistar os profissionais brasileiros: salários que equivalem a quase o triplo daqueles que recebiam no Brasil, moradia, carro com motorista, além de passagens aéreas para rever a família são algumas das regalias que um profissional brasileiro com boa qualificação recebe. Há de se considerar também os técnicos e trabalhadores que servem às empresas brasileiras que atuam naquele país, as quais, por razões óbvias, têm clara preferência para contratar mão de obra de nacionais (Aydos, 2010).

Estimativas da Embaixada do Brasil em Luanda apontam que o número de brasileiros que reside atualmente em Angola deve chegar a 40 mil, número significativamente maior do que a estimativa apresentada pelo Ministério das Relações Exteriores (2009) que indicava a existência de 30 mil. Todavia, é uma população flutuante, pois frequentemente os contratos de trabalho incluem passagens de volta, periodicamente, ao Brasil.

2.5. Migração qualificada

Com a inserção crescente do Brasil na economia mundial, nota-se que o país atualmente tem apresentado grande demanda por profissionais qualificados, que, na maioria das vezes, o mercado de trabalho nacional não é capaz de suprir. Dessa forma, nos últimos anos observa-se a entrada de um considerável e crescente contingente de imigrantes no país, que passaram de 29.448 em 2007 para 56.066 em 2010 e a 70.524 em 2011, representando um crescimento da ordem de 139% em 4 anos. Dentre estes imigrantes, independente do período, mais de 60% possuía no mínimo o curso superior completo (CNIg-2012).

Há claros indícios do interesse oficial do governo na chamada "migração qualificada", entendendo-se pelo termo o deslocamento de pessoas com nível educacional superior completo e incompleto. Na atualidade, essa modalidade de migração tem sido recorrente devido às necessidades impostas por um mercado de trabalho cada vez mais globalizado. De acordo com as reflexões de Baeninger (2010), existem evidências empíricas que indicam a inserção brasileira em nível internacional por meio de seu desenvolvimento econômico e tecnológico, o que aponta para a importância de se desenvolver políticas públicas com o intuito de suprir a demanda do país por mão de obra qualificada.

Atualmente, trabalhadores qualificados são de substantiva relevância no que tange à competitividade empresarial na economia mundial, portanto, criar mecanismos capazes de facilitar a mobilidade desses profissionais é de fundamental importância para os países ditos emergentes.

2.6. O tratamento dos refugiados⁷

Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2010), indicam que em outubro de 2010 viviam no Brasil 4.306 refugiados de 75 nacionalidades diferentes, sendo predominantemente procedentes de países africanos (65%) e americanos (22%).

O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) oferece dados ligeiramente diferentes para 31 de dezembro de 2010: um total de 4.359, dos quais 3.952 reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade (ou seja, refugiados ditos "espontâneos", que solicitaram refúgio ao governo brasileiro) e 407 acolhidos pelo Programa de Reassentamento solidário⁸. Segundo os dados do ACNUR, Angola é o principal país de procedência, representando 39% do total, seguindo-se Colômbia (14%), República Democrática do Congo (10%), Libéria (6%) e Iraque (5%).

De acordo com os dados do Ministério de Justiça, o total de Refugiados no Brasil, ao final de 2011, era de 4.477 pessoas, das quais 4.053 reconhecidas por vias tradicionais de elegibilidade e 424 reconhecidas pelo Programa de Reassentamento (que permanecem no país), envolvendo 77 nacionalidades. Os dados do Ministério da Justiça ainda indicam que o número de refugiados colombianos era de 654 pessoas, 374 delas reconhecidas por vias tradicionais de elegibilidade e 280 reconhecidas pelo Programa de Reassentamento (que permanecem no país); o número de refugiados cubanos era de 133.

É importante deixar claro que esses números se referem aos casos de refúgio concedido pelo governo brasileiro desde o final da década de 90, e não à população de refugiados efetivamente presente em território nacional. Ao mesmo tempo em que grande parte desses indivíduos permaneceu no país, obtendo vistos de trabalho e residência como imigrantes regulares, sabe-se que um número não estimado deles retornou aos seus países de origem, ou se mudou para terceiras destinações. Isso se verifica particularmente quanto aos angolanos, que após a melhora da situação política do país na década de 2000, com o fim da guerra civil, para ele retornaram, e mesmo assim continuam a integrar as estatísticas de refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro.

No Brasil, a matéria é regulada pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que criou o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare. A Lei prevê em seu artigo 7º que: "estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento formal cabível".

Dados retirados do sítio internet do Instituto Migrações e Direitos Humanos, de Brasília (http://www. migrante.org.br/IMDH/).

Boa parte dos refugiados chegou ao Brasil durante a década de 90, devido à intensificação das guerras civis de Angola, Libéria e Serra Leoa no início da década, e já na década de 2000, devido ao agravamento dos conflitos na República Democrática do Congo e Iraque (Aydos e Baeninger, 2009). Por sua vez, os refugiados colombianos chegaram ao Brasil através da fronteira, mas é importante observar que dentre 589 colombianos reconhecidos, 395 permanecem no país através do Programa de Reassentamento Solidário. Uma pesquisa realizada no ano de 2007 (Baeninger e Aydos, 2008) mostrou que a maior parte destes refugiados chegou ao Brasil com idades entre 20 e 29 anos, com uma ligeira predominância de homens entre 20 e 24 anos.

Outro dado a ser considerado é o aumento da proporção de indeferimentos dos pedidos de refúgio, em relação ao número de pedidos deferidos. Enquanto, ao final da década de 1990, os deferimentos superavam as negativas de refúgio, ao longo da década seguinte assistimos a uma progressiva inversão nesta relação. Os indeferimentos começam, já no início da década, a ser em maior número, e tal situação se verifica na maior parte dos anos. Por exemplo, em 2010, das 323 solicitações recebidas pelo CONARE, 52,0% foram indeferidas.

Mais uma vez, a situação dos angolanos, o grupo mais numeroso, responde provavelmente por esta nova configuração. Continua a ocorrer uma imigração a partir deste país rumo ao Brasil, em parte devido à consolidação de uma rede migratória que teve origem com os refugiados da década de 1990, mas se estendeu para além dos mesmos, principalmente nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, as novas condições políticas em Angola ensejaram justificativas para a negação de grande parte das solicitações de refúgio ao longo da década de 2000, mesmo que a vinda de angolanos tenha continuado a ocorrer.

2.7. Anistias

... "defendemos que a questão da migração irregular tem aspectos humanitários e não pode ser confundida com criminalidade".

Com esta declaração, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em julho de 2009, a lei 1.664/2009, a Lei da Anistia Migratória, que autorizou a regularização dos estrangeiros que estavam em situação irregular e tinham entrado no país até 1º de fevereiro de 2009. Não era a primeira vez que o Governo Federal utilizava o mecanismo da anistia para regularizar a situação migratória de estrangeiros no país, mas de forma diversa as outras anistias houve preocupação em facilitar os procedimentos administrativos, com a redução do número de documentos solicitados e redução das taxas cobradas.

Este processo de anistia permitiu a obtenção de um visto temporário de dois anos, que, segundo informações do Ministério da Justiça, ao final de 2010, teria beneficiado mais de 42 mil imigrantes em situação irregular, embora a expectativa

fosse maior – pelo menos 50 mil, segundo estimativas oficiais, e por outras fontes até 200 mil. (Patarra e Fernandes, op. cit, pag. 208).

Anteriormente, outras anistias já haviam sido implementadas – em 1981, 1988 e 1998. O Acordo bilateral Brasil-Bolívia, firmado em 2005, também facilitou a regularização de imigrantes desse país vizinho. A ampliação do número de acordos bilaterais entre os países do MERCOSUL e associados contribuiu para se concretizar a mais recente ação nesse campo. O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, promulgado em outubro de 2009, torna possível a residência e o trabalho dos nacionais dos países signatários sem a necessidade de visto prévio. Em 28 de junho de 2011, Peru e Equador passaram a ser, também, signatários deste acordo.

3. Políticas e governança das imigrações atuais

Como vimos anteriormente, observa-se uma mudanca crescente de parâmetro das políticas sociais de imigração no Brasil; isso se reflete no encaminhamento (embora tortuoso e lento) do anteprojeto de uma nova lei de estrangeiros revendo a tão ultrapassada Lei 6815, de 1980. A PL 5.655/2009 está em tramitação na Câmara dos Deputados, mas até o presente o Congresso Nacional tem manifestado pouco interesse pela sua aprovação.

Por outro lado, há que se registrar também o papel do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), criado em 1980, que é um órgão colegiado tripartite, ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, e composto por representantes da área governamental, das centrais sindicais dos trabalhadores e das confederações empresariais, com assento para representantes da sociedade civil e observadores. A atuação do Conselho vem se ampliando nos últimos anos e mostrando também preocupação não só com os imigrantes estrangeiros no país, mas também com a situação dos brasileiros que vivem e trabalham no exterior.

O CNIg levou a cabo ampla discussão com diversos setores da sociedade que redundaram na proposta de "Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Imigrante", que se encontra em análise na Casa Civil da Presidência da República. No âmbito do MERCOSUL, a atuação do CNIq foi de capital importância nas negociações que levaram à assinatura de vários acordos no âmbito do mercado comum, dentre eles, o acordo de residência do MERCOSUL e países associados.

As políticas, ações e programas oficiais de governo voltadas à questão dos movimentos recentes de imigração de países latino-americanos e africanos (conexão Sul-Sul) vêm transformando a antiga percepção do imigrante como ameaça à segurança nacional e ao trabalhador nativo, rumo a uma postura de maior aceitação e de desenvolvimento de políticas ancoradas na ótica dos Direitos Humanos tal como consagrados internacionalmente, como pode se observar pelas medidas tomadas no Ministério do Trabalho e Emprego. Essas medidas são coerentes com a caracterização do Brasil como país simultaneamente de emigração e de imigração, embora as tendências recentes denotem uma intensificação dos movimentos de entrada de estrangeiros e a diminuição de saída de brasileiros, inclusive com movimentos de retorno, principalmente depois do 11 de setembro de 2001e reforçados tanto pela crise financeira internacional de 2008 quanto pelas suas consequências que, ainda hoje, é vivenciada por vários países.

Essa postura é nitidamente reforçada pelas tratativas do MERCOSUL e, mais recentemente, sob a ótica do UNASUL, que ganha força na atual conjuntura política em função da política externa brasileira, dos objetivos de integração sul-americana e da crescente liderança do atual governo, no contexto de transformações e novos alinhamentos no âmbito da América do Sul.

A postura oficial do Brasil frente aos movimentos migratórios e políticas migratórias pode ser claramente observada no discurso do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva por ocasião da sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil, a chamada Lei da Anistia. Iniciando pela migração irregular, afirma o então Presidente "Defendemos que a questão da migração irregular tem aspectos humanitários e não pode ser confundida com criminalidade"⁹.

Nesse momento, é formalizada uma visão da problemática migratória atual, ressaltando pontos que reforçam o que os ativistas da sociedade civil vêm preconizando, nos últimos tempos, frente à configuração de uma nova situação nacional, atualmente caracterizada como simultaneamente de imigração e de emigração. O discurso começa com um reforço do Brasil como país aberto, acolhedor e cordial; apregoando que os imigrantes tenham os mesmos direitos dos compatriotas, situa que as novas leis de imigração se colocam nas condições gerais de desenvolvimento econômico e social, inseridas no processo de integração da América do Sul:

".... Ao longo de muitas décadas, o Brasil sempre acolheu europeus, asiáticos, árabes, judeus, africanos e, mais recentemente, temos recebido fortes correntes migratórias de nossos irmãos da América do Sul, países africanos e da América Latina" (idem, ibidem)

O momento atual, início de 2012, está marcado por certa dose de ufanismo e paira um ambiente de otimismo; os resultados econômicos e de desenvolvimento têm sido positivos nos últimos anos, embora preocupe a excessiva ênfase no projeto de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* com receio de efeitos em médio prazo sobre a indústria nacional; o brasileiro se tornou um turista internacional; a propalada emergência de uma nova "classe média" que ascendeu de grupos da população menos favorecidos, a fúria consumista que se alastra, a proximidade da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), que serão sediadas no país, corroboram esse

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil – Ministério da Justiça – Brasília-DF, 02/07/2009 – íntegra do discurso vide Documento I. A seguir, será citada parte deste mesmo discurso até o final deste item. As divisões e grifos são nossos.

ambiente de otimismo e orgulho. Na contramão dessa história, o aumento da violência ligada ao narcotráfico e crimes sexuais e uma certa crise política nas disputas entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo também contornam esse cenário. É de se notar que manifestações populares, protestos, lutas de movimentos civis voltam-se, no momento, muito mais à questão de direitos da pessoa – luta contra homofobia, luta contra discriminação racial, luta contra o aborto, etc; a questão dos novos imigrantes pobres passa, muitas vezes, ao largo da vida social de boa parte da população.

Nesse contexto, os imigrantes, ainda que sem serem vistos com simpatia, incomodam a quem está perto; as imigrações recentes se dirigem predominantemente a São Paulo e Rio de Janeiro, com pequena representação em outros estados; além desse destino preponderante aos grandes centros urbanos, a imigração preocupa as autoridades no caso das fronteiras: Tríplice Fronteira (MERCOSUL) e Fronteira Norte (Amazonas e Acre) suscitando em ambos os casos decisões políticas específicas.

Nos grandes centros urbanos, a presença dos imigrantes recentes já faz parte do espaço e da vida social e cultural, como é principalmente o caso dos bolivianos em São Paulo que em sua trajetória de aproximadamente 40 anos de imigração já constituem uma comunidade, com suas associações, suas festas, sua cultura, sua comida, etc., numa convivência, senão harmoniosa, pelo menos admitida.

É na situação de trabalho que a vida dos imigrantes se complica, a começar pela burocracia com a obtenção dos documentos de permanência que, apesar das palavras do então Presidente Lula, não resolveu seus problemas, suas carências, suas necessidades, nem menos os problemas da discriminação, exploração e ausência de direitos – que permaneceram intocados com a Lei da Anistia.

Quanto ao acordo bilateral Brasil-Bolívia, o Brasil ofereceu resistências à sua renovação, baseando-se na política de reciprocidade adotada pelo Ministério das Relações Exteriores, com a alegação de que o número de brasileiros que se regularizam na Bolívia é irrisório em comparação com o número de bolivianos regularizados em território nacional. No entanto, estas tensões tendem a perder força uma vez incluído este acordo de residência no âmbito do Tratado do MERCOSUL e Países Associados.

Com tantas iniciativas para tirar estrangeiros da clandestinidade, por que os imigrantes indocumentados ainda são uma realidade no Brasil? Falta de divulgação de anistias e acordos, burocracia e excessivo tempo de espera para acessar tais benefícios e novas levas migratórias ajudam a explicar o fenômeno.

Há, no entanto, outras razões mais profundas. É preciso levar em conta que esses regulamentos oferecem uma "legalização com os dias contados" - são vistos temporários. A obtenção do documento permanente depende da comprovação de profissão ou emprego lícito, algo distante de uma grande massa de imigrantes em condição precária que ganham a vida em atividades associadas ao mercado informal, como o comércio ambulante e as pequenas confecções.

"Irregular e informal são duas categorias que andam juntas", explica o padre Mário Geremia, do Centro Pastoral do Migrante (CPM) em São Paulo (SP). A informalidade empurra estrangeiros de volta à situação de indocumentados, o que, por sua vez, impede o acesso ao mercado formal. "A verdade é que acordos e anistias são paliativos", analisa o padre. A informalidade e a clandestinidade mantêm na sombra violações de direitos humanos, pois muitos temem ser deportados caso denunciem trabalho degradante e escravo ou mesmo o tráfico de pessoas.

Essa conjuntura reforça a urgência de ações amplas para integrar os imigrantes para além da regularização em termos legais. Trata-se de uma tarefa complexa, que esbarra simultaneamente em dificuldades impostas pela legislação em vigor e na negligência com relação a direitos também garantidos por lei. Na prática, multiplicam-se situações que demonstram que, apesar dos discursos elogiosos à política imigratória, há muito a ser feito para garantir um tratamento verdadeiramente digno aos que migram para o Brasil (Campos, 2010).

Esses dispositivos e ações têm, como pano de fundo político, as tratativas do MERCOSUL, de um lado e, mais recentemente ampliada sob a ótica do UNASUL que ganha força na atual conjuntura política. No entanto muito se há de avançar além da anistia e da flexibilização da entrada de migrantes entre os países do MERCOSUL e da UNASUL; faz-se necessário reforçar, de imediato, medidas que permitam o acesso dos imigrantes e dos membros de suas famílias principalmente à escola pública e à saúde, o que é decidido no nível das unidades da Federação e muitas vezes obstaculizado sob a argumentação da falta de recursos humanos e instalações para essa extensão dos serviços públicos. Além disso, a gestão pública da migração no Brasil prescinde, ainda, de uma política nacional e local sobre como direcionar estes recursos de modo a favorecer o desenvolvimento regional.

De um modo geral, nem a saída de brasileiros nem a entrada de estrangeiros no Brasil atual assumem uma dimensão assustadora ou podem colocar em cheque os esforços de desenvolvimento do país. As questões e desafios que cercam os movimentos de emigração e imigração no país, hoje, são outros, como se verá a seguir.

4. A questão dos haitianos¹⁰

A questão da migração de haitianos para o Brasil se reveste de especial importância, pois desde o fim da 2ª Guerra Mundial não se via no país um afluxo tão expressivo de

Em função de sua recência e por se tratar de assunto candente optou-se, nesta parte, lançar mão de pronunciamentos e declarações recentes sobre o tema na íntegra, pois esses termos e as posições expressas são imprescindívels para um aprofundamento de um necessário debate sobre as perspectivas da política imigratória no país.

imigrantes, originários do Hemisfério Norte, que chegaram ao país em situação migratória irregular. O desafio colocado por esta situação e a solução encontrada para o problema pelo Governo escudado por parcela representativa da sociedade civil, merecerá em um futuro análise aprofundada e meticulosa. Ao final do episódio, mais de 5.000 haitianos deverão ter a sua situação migratória regularizada e foram colocados em marcha, mecanismos, embora passíveis de várias críticas, que permitirão, no futuro a chegada de imigrantes haitianos de forma regular ao país.

A situação social no Haiti vem, desde muito, se deteriorando e apresenta-se como uma das maiores catástrofes humanitárias das Américas. Se não bastasse a crise política que o país vive há mais de 20 anos, situações de extrema gravidade como intempéries climáticas e, mais recentemente, um terremoto que matou mais de 48.000 pessoas, têm contribuído para a deteriorização do tecido social e ampliado a extrema miséria que vive a maior parte da população. Neste quadro, a busca de saídas inclui, naturalmente, a emigração. O Banco Mundial (2011) estima que, aproximadamente, 10% da população do país (1.009.400) tenha emigrado e outras fontes afirmam que a diáspora haitiana já teria passado a casa dos 3 milhões de emigrantes (Haitian Diáspora - 2011). Este contingente se espalha pelos Estados Unidos e pelo Caribe, principalmente a República Dominicana.

Neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti - MINUSTAH, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social. Assim, pouco tempo após o terremoto, acontecido em janeiro de 2010, os primeiros imigrantes começaram a chegar ao Brasil.

O processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana e por via aérea chegam a Lima, no Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Destas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês; ao longo do percurso, vão se alternando os trechos percorridos em ônibus ou barcos.

Os principais pontos de entrada no Brasil são as fronteiras do Peru com os Estados do Acre e Amazonas. Ao chegarem à fronteira, estes imigrantes apresentam uma solicitação de refúgio, alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de se continuar vivendo naquele país após o terremoto. Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminham ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados - CONARE, do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física - CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho.

Por não atenderem aos requisitos do conceito de refugiado previsto na Convenção de 1951 e na legislação nacional, o CONARE não encontra amparo legal para deferir estas solicitações. No entanto, a legislação permite que os casos recusados por este órgão possam ser avaliados no Conselho Nacional de Imigração - CNIg que, por meio da Resolução Recomendada nº 08/06¹¹, tem a faculdade de conceder a estrangeiros, por razões humanitárias, vistos de permanência no território nacional.

No entanto esta trajetória não foi a simples aplicação de um dispositivo legal, mas sim um longo percurso onde o papel da sociedade civil, principalmente a Pastoral da Mobilidade Humana, foi fundamental, não só no acolhimento destes imigrantes, mas também na mobilização de diversos setores da sociedade, inclusive no âmbito de governos estaduais e Federal. Este trabalho deu os seus primeiros frutos quando, em 16 de março de 2011, mais de um ano após a chegada dos primeiros imigrantes ao país, o CNIq concedeu visto de permanência por razões humanitárias a 199 haitianos¹².

Esta nova situação, saudadas por alguns como "um momento ímpar vivido pela sociedade brasileira na sua relação com os imigrantes" (Fernandes, Milesi, Faria, 2012 p.82) é muito bem descrito na exposição de motivos que amparou o voto dos conse-Iheiros do CNIg (vide anexo 1).

Por outro lado, esta atitude longe de contribuir para reduzir o volume de imigrantes, levou à ampliação do número de haitianos que chegavam à fronteira do Brasil. Tal fato colocou em situação de calamidade os municípios fronteiriços que, por conta da sua pouca infraestrutura, não tinha como atender à crescente demanda dos imigrantes em suas necessidades básicas mínimas, enquanto aquardavam o recebimento do protocolo do pedido de refúgio. Neste particular é muito elucidativo o relato apresentado pelo Pe. Geomino, responsável pela paróquia de São Geraldo, em Manaus, local de referência para os haitianos que se dirigiam à cidade, uma vez tendo conseguido deixar a cidade fronteiriça de Tabatinga (vide anexo II).

Esta situação chegou ao seu clímax ao final do ano de 2011, quando se estimava que mais de 4.000 haitianos haviam chegado ao Brasil, em uma média diária que chegou a ultrapassar 40 pessoas. Tal quadro dava claras indicações de que este processo passava a se inserir em um contexto mercantil, com a atuação de "coiotes" que facilitavam a vinda dos imigrantes, apresentando falsas promessas de emprego, acenando, em alguns casos, ganhos superiores a USD 2.000,00 ao mês. Ao mesmo tempo, passou-se a observar que nacionais de outros países, principalmente do continente asiático, co-

Art. 1º Recomendar ao Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, Órgão vinculado ao Ministério da Justica, o encaminhamento ao Conselho Nacional de Imigração – CNIq, dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que, a critério do CONARE, possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias.

Até o início do ano 2012 haviam sido concedidos, aos haitianos, 2.296 vistos humanitários e foram expedidas 4.543 carteiras de trabalho atendendo não só aos que já estavam regulares, mas também àqueles que aquardavam parecer sobre o pedido de refúgio.

meçaram a utilizar os mesmos pontos de entrada no território nacional e sistemática semelhante de pedido de refúgio.

Ao perceber que o problema poderia tomar proporções de uma crise humanitária nas cidades de fronteira, o Governo entendeu que seria importante estabelecer alguns parâmetros que permitissem de um lado coibir a atuação dos "coiotes" e, de outro, dar, àqueles haitianos que desejassem imigrar para o país, a oportunidade de fazê-lo de forma segura e regular. Com este fim é aprovada, em reunião extraordinária do CNIg, em 12 de janeiro de 2012, a Resolução Normativa nº 97, que estipula a concessão de visto permanente, com prazo de 5 anos, para os haitianos e define a cota de 1.200 vistos ao ano para serem concedidos pela Embaixada Brasileira em Porto-Príncipe.

Ainda não é possível avaliar a extensão desta medida de forma concreta. No plano interno algumas instituições manifestaram preocupação com a medida, apesar do reconhecimento da necessidade de uma tomada de posição por parte do Governo. Outras chegaram mesmo a repudiar as ações governamentais, como nota distribuída pela CUT após a publicação da RN nº 97. A questão das cotas para concessão de vistos pode ser considerado um retrocesso quando avaliado à luz da história, pois o país aplicou este mesmo procedimento pela última vez em 1934, no governo de Getúlio Vargas, e deveria, no momento atual, buscar mecanismos que permitissem atender de forma ampla e democrática aqueles que quisessem imigrar. No entanto, fica patente que, de forma diversa ao que ocorre em outros países, principalmente da Europa, a solução encontrada garantiu o respeito dos direitos humanos daqueles imigrantes haitianos que já estavam em território brasileiro e conseguiu equacionar a situação daqueles que, em trânsito pelo território peruano, antes da entrada em vigor da exigência de visto para haitianos naquele país, fossem também acolhidos.

De todo este episódio, ainda inacabado, fica a lição da urgente necessidade de se definir políticas e construir um marco legal que garanta aos imigrantes o direito de ir e vir de forma segura, respeitando os direitos humanos de cada um deles.

5. Conclusões e perspectiva

O Brasil vive (nos últimos anos) um processo de rápidas e significativas mudanças em sua política migratória, em função de seu desempenho econômico recente e suas aspirações de inserção no novo cenário internacional de globalização, tendo como contrapartida expressivas demandas, movimentos populares e crescente participação da sociedade civil nesse processo.

Pode-se dizer que o momento atual é de reforço e sedimentação da imagem de país de imigração. Políticas, decretos, regulamentações, etc. voltam-se à fixação e ampliação da participação de estrangeiros no país: anistia, aumento de autorizações de trabalho, aumento da cobertura de refugiados, apoio à migração de retorno de brasileiros ,etc.

E tudo isso possivelmente mais por interesses políticos do que econômicos: liderança regional e internacional, inserção nos organismos internacionais da globalização.

O Brasil não tem escassez de mão de obra; interessa-se por migração qualificada – aumento das autorizações e trabalho – importante caso dos portugueses. As mudanças são favoráveis à arquitetura de um país de imigração, com especificidades e preferências para movimentos migratórios de países latino-americanos e países africanos, na ótica do UNASUL e da integração regional com liderança brasileira.

Essas mudanças, portanto, verificam-se muito mais em função do novo papel do país no cenário internacional e a busca de uma liderança regional do que por necessidades internas.

A essa situação acresce-se interesse manifestado por parte de empresários na mão de obra qualificada, na qual Portugal tem crescido de forma expressiva.

No conjunto, a presença imigratória no país é bastante pequena, portanto a perspectiva é que esse montante tenda a crescer em curto prazo. Tem-se, assim, reforçado a imagem do Brasil como país de imigração.

O caso dos haitianos mostrou outra face; cercado de conflitos, a entrada massiva e calamitosa de haitianos no país desnudou outra situação problemática na qual o país coloca freios e limites, encaminhando-se para uma política de cotas e rígidos procedimentos para obtenção do visto de permanência provisória no país - "país de imigração pero non troppo".

Nesse sentido, a perspectiva é que o tema passará a fazer parte do cotidiano de muitas áreas do Brasil, tomará conta de debates nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas instituições afins; enfrentará a pressão das demandas de grupos sociais organizados e de ONGS, nacionais e internacionais, que batalham pela abertura das portas aos imigrantes pobres e vítimas de catástrofes socias e/ou climáticas.

Nesse contexto, a governabilidade das migrações internacionais no mundo globalizado e com a participação crescente dos organismos internacionais, com os quais o país deve dialogar e negociar, requer respeito pelos direitos humanos, com crescente inserção dos novos imigrados em políticas sociais (oficiais) no Brasil.

Referências bibliográficas

- Arouck, R. Brasileiros na Guiana francesa: Novas migracões internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia? Lusotopie, Pará, v.1, n. 1, p. 67-78, 2000.
- Aydos, M. e Baeninger R. The case of forced migration to Brazil. In: XXVI IUSSP International Population Conference. Marrakesh: 2009.
- Aydos, M. Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações. Belo Horizonte: 2009
- Aydos, M. Migração Forçada. Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2009). Dissertação (Mestrado apresentado no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2010.

- Baeninger, R. Brasileiros na América do Sul. In: I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros no Mundo, Itamaraty. Rio de Janeiro: 2008
- Baeninger, R. Brasileiros na America Latina: o que revela o projeto IMILA/ CELADE. In: CASTRO, M. G. (Org.). Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasilia: CNPD, 2001.
- Baeninger, R. e Aydos, M. População Refugiada. Retrato das condições de vida: famílias em São Paulo e Rio de Janeiro. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2008.
- Baeninger, R. e Soares, W. Perfil Migratório do Brasil. Texto preliminar /OIM. Brasília: 2009 (mimeo).
- Baeninger, R. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Ciência Tecnologia e Inovação. Brasília: 2010, p. 442-507.
- Baptista, D. M. T. Migração na Metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 17, p. 103-118, 2007.
- Barreto, L. P. Teles Ferreira (org.). Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça. 2010.
- Bassanezi, M. S. C. B. Família e Imigração Internacional no Brasil do Passado. Estudos de História, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 289-315, 1999.
- Borges, J. Vítimas da guerra: Brasileiros participam do esforço de reconstrução de Angola. Revista Problemas Brasileiros, São Paulo, n. 374, p. 120-131, mar./abr. 2006.
- Braga, F. G. Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000). In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú-MG: 2006.
- Brito, B. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 21, n.1, p. 5-20, 2004.
- Cacciamali, M. C. e Azevedo, F. A. G. de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. In: Seminário Internacional Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos, GPTEC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.
- Campos, A. Anistia não esgota problemas enfrentados por imigrantes. Disponível em: http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1712. Acesso em: 15 abr. 2011.
- Conselho Nacional de Imigração-CNIq Base estatística atualizada. Ministério do Traba-Iho. Brasília. 2012 40 p. (mimeo)
- Department of Home Security DHS. Apprehensions by the US Border Patrol: 2005-2008. Fact Sheet. Washington-D.C. 2009.
- Desidério, E. Migração e Políticas de Cooperação: fluxos entre Brasil e África. In: IV Encontro Nacional sobre Migração. Rio de Janeiro-RJ: 2005.

- Estadão. Angola atrai cada vez mais brasileiros. Reportagem on line do jornal Estadão. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081012/not_ imp258412,0.php.>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- Fazito, D. Situação das migrações internacionais no Brasil contemporâneo. In: Brito, F. e Baeninger, R. (coord.). População e Políticas Sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília-DF: 2008, p. 150-170.
- Fernandes, D. e Nunan, C. dos S. A Volta para Casa: a inserção do imigrante internacional de retorno no mercado de trabalho. Um estudo comparativo entre Argentina, Brasil e Paraguai no inicio do século XXI. In: III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Córdoba-Argentina: 2008.
- Fernandes, D e Rigotti, J.I Os brasileiros na Europa: notas introdutórias, I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros pelo Mundo, Itamaraty. Rio de Janeiro. 2008.
- Fernandes, D; Milesi, R e Farias, A Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. Cadernos de Debates nº 6 . Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR. Brasília. 2012 pp 73 a 97.
- Fonseca, D. J. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. Pro-Posições, Campinas-SP, v. 20, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2009.
- Garcia, R. A e Soares, W. Migração Internacional de Retorno ao Brasil: efeitos diretos e indiretos. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte-MG: 2006.
- Hirano, F. Y. O Caminho Para Casa: o retorno dos dekasseguis. Textos NEPO UNICAMP. Campinas-SP: 2008.
- IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.migrante. org.br/IMDH/default.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- lotti, L. H. A política imigratória brasileira e sua legislação 1822-1914. In: X Encontro Estadual de história. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 26 a 30 de jun. Santa Maria-RS: 2010.
- Juilut, L. L. e Apolinário, S. M. O. S. A Necessidade de Proteção Internacional no Âmbito da Migração. Revista Direito GV, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010.
- Kaly, Alain Pascal. À procura de oportunidades ou desembarque por engano. Migrações de africanos para o Brasil. In: Cruz Paiva O. da (org). Migrações Internacionais. Desafios para o Século XXI. São Paulo: Memorial do Migrante, 2007, p. 99-142.
- Levy, M. E. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). Revista Saúde Pública, São Paulo, supl. 8, 49-90, 1974.
- Maia, A. O. Brasileiros no mundo: o ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior. In: I Conferência Sobre as Comunidades Brasileiras: Brasileiros no mundo. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília: 2009, pp. 25-46.

- Margolis, M. O Estado de São Paulo, 08/01/2012,p.
- Martes, A. C. B. e Fazito, D. Emigrações, Diáspora e Remessas. Projeto Brasil OIM. Relatório Final de Consolidação. 2009.
- Martine, G. Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 2, n. 3 p. 53-76, jul./set. 1982.
- Milesi, R. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH. Brasília: 2007.
- Ministério das Relações Exteriores MRE. Brasileiros no Mundo: estimativas. 2a ed. Brasília: 2009.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho. In: Diálogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho. 25 a 28 de ago. São Paulo: 2008.
- Ministério do Trabalho e Emprego. MERCOSUL e as migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: 2008.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Visto de trabalho para estrangeiro é concedido em menos de 20 dias. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/imprensa/visto-de-trabalho- para-estrangeiro-e-concedido-em-menos-de-20-dias.htm>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- Moreira, K. C. P e Vaca, L. E. A. Análise da Migração Internacional na Amazônia Peruana no Contexto da Globalização. In: Anais do XVI Encontro nacional dos Geógrafos. Porto Alegre-RS: 2010.
- Oliveira, L. L. O Brasil dos Imigrantes. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
- Oliveira, M. M. de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183-196, maio/ago. 2006.
- Oliveira, M. M. de. Feminilização e Vulnerabilizades da Migração Internacional na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia. In: Simpósio Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Florianópolis: 2008a.
- Oliveira, M. M. de. Migrações Fronteiriças: Uma Reflexão Necessária no Amazonas. In: Anais V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Salvador-Bahia: 2008b.
- Organização Internacional para as Migrações OIM. Perfil Migratório do Brasil 2009. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento-CNPD. Ministério do Trabalho. Brasília: 2010.
- Patarra, N. L. e Baeninger, R. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no MERCOSUL. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População - ALAP. Caxambú-MG: 2004.
- Patarra, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

- Patarra, N. L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, maio/ago. 2006.
- Patarra, N. e Fernandes, D. Desenvolvimento e migração IN CHIARELLO, L. M. (org) Las Políticas Públicas sobre Migraciones y la Sociedad Civil em América Latina. Cap. II Políticas Públicas e Migração Internacional no Brasil. Scalabrini Internacional Migration Network. New York. 2011 pp 160-194.
- Petrus, M. R. Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil. Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais. Dissertação (Mestrado apresentado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2001.
- Pinto, M. de J. de S. O Fetiche do Emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém-PA: 2008.
- Relatório da Comissão Mundial Sobre Migrações Internacionais. As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação. Fundação Calouste Gulbenkian. 2005.
- Ribeiro, J. T. L. Migração Internacional Brasil África: Angola em destaque. In: PATAR-RA N. L. (org.) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2 ed. Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996, p. 122-132.
- Ripoll, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 151-165, 2008.
- Rocha, L. Refugiados haitianos na Amazônia preocupam governo. Revista Época, 28 de jan. Disponível em: http://colunas.epoca.globo.com/politico/2011/01/28/refugia- dos-haitianos-na-amazonia-preocupam-governo/>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- Rossi, P. L. Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal: Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal. Lisboa: SOCIUS Working Papers, 2004.
- Sales. T. e Baeninger, R. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, n. 36, p. 33-44, 2000.
- Silva, P. O. da. Aspectos gerais da migração fronteiriça entre Brasil e Bolívia. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: 2008.
- Simai, S.; Baeninger, R. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, n. 66, p. 15-23, 2011.
- Siqueira, S. Emigração Internacional e o Retorno à Terra Natal: realizações e frustrações. In Anais do XV Encontro Sobre Migrações. Campinas-SP: 2007.
- Souchaud, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: Pacelli Ferreira, A.; Vainer, c.; Póvoa Neto, h.; de Oliveira Santos, m. (Orgs.). Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 267-290.

- SprandeL, M. e Patarra, N. Projeto: perfis migratórios. Brasil. Texto preliminar/OIM. Brasília: 2009 (mimeo).
- Teixeira, H. D. D. Uma visão perspectiva das leis de restrição à imigração no Brasil (1920-1940). In: XIII Encontro de História - Anpuh. 04 a 07 de ago. Rio de Janeiro: 2008.
- Valler Filho, W. O. Brasil e a Crise Haitiana: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.
- Villa, M. e Martinez, J. Tendencias e Patrones de la Migracion Internacional en America Latina y Caribe. In: Simposio sobre Migraciones Internacionales en las Americas. OIM/CEPAl-CELADE/FNUAP. Costa Rica: 2000.

Anexo I

Exposição de motivos voto conselheiros do CNIg reunião de 13-03-2011

"As políticas migratórias estabelecidas pelo CNIg se pautam pelo respeito aos direitos humanos e sociais dos migrantes, de forma a que sejam tratados com dignidade e em igualdade de condições com os brasileiros. Esta política está firmemente assentada na Constituição Federal, que consagra dentre os objetivos fundamentais da Repúbica Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mais além, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Tais assertivas refletem-se no caput do art. 5º da Carta Magna que assevera que "todos são iquais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residente no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (relacionados nos incisos que seguem)".

Tal política tem se materializado por meio de Resoluções, Normativas e Recomendadas, adotadas por consenso entre os integrante deste Conselho.

No que diz respeito "aos casos omissos em relação a imigrantes", as decisões são tomadas com base na Resolução Normativa N. 27, de 25 e novembro de 1998, que disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Essa Resolução considera como "situações especiais" aquelas que, embora não estejam expressamente definidas nas Resoluções do CNIq, possuam elementos que permitam considerá-las satisfatórias para a obtenção do visto ou permanência; e, como "casos omissos", as hipóteses não prevsitas em Resoluções do CNIg.

Na aplicação da RN n. 27/98, o CNIg tem considerado as políticas migratórias estabelecidas para considerar como "especiais" os casos que sejam "humanitários", isto é, aqueles em que a saída compulsória do migrante do território nacional possa implicar claros prejuízos à proteção de seus direitos humanos e sociais fundamentais" (Extrato do voto aprovado pelo CNIg em reunião de 13/03/2011).

Anexo II

HAITIANOS NO AMAZONAS (COMUNICADO DE MANAUS)

Estimado padre Alfredo e coirmãos

Falar de migrantes em Manaus neste momento é falar dos haitianos. Eles ganharam certa visibilidade dentro da cidade. Eles são vistos andando pela cidade à procura de empregos, são percebidos, sobretudo, em São Geraldo, São Raimundo, Terra Nova, Manoa e em outros lugares onde eles estão de parada.

A chegada dos haitianos a Manaus iniciou em fevereiro do ano passado. Dos que chegaram até junho 2010, praticamente ninguém permaneceu em Manaus, passaram por Manaus. Muitos tinham o sonho dos Estados Unidos, da Europa (guem sabe, via a Guiana Francesa). Saíram em silêncio e não se sabe que rumo tomaram.

Os que chegaram a partir de julho do ano passado falavam que queriam permanecer em Manaus. Foram acolhidos um tempo na casa do migrante do Estado, depois, alguns ficaram numa pequena casa de acolhida sob a responsabilidade das irmãs carlistas; para outros foram alugadas algumas casinhas.

Mas o número foi aumentado. Por isso nós reformamos um espaço aqui na paróquia São Geraldo. Foi aberta no mês de agosto. Seria para doze pessoas, mas o número foi sempre superior. A partir do mês de novembro o número cresceu mais ainda, então foi alugado um casarão que chegou a abrigar 36 pessoas, mas as condições de abrigo eram muito precárias. Iniciou-se este ano numa situação bastante crítica, aí o padre Valdecir, um pouco no desespero, pediu a ajuda ao pároco da paróquia São Raimundo. Ele dispunha de um salão, com bateria de banheiros e cozinha. Ele aceitou e explicou o caso aos paroquianos. Então a maioria dos que estavam no casarão foram para a paróquia São Raimundo.

Neste momento a Pastoral do Migrante (liderada pelos padres e irmãs scalabrinianos e leigos), está acolhendo 30 pessoas na São Geraldo, 35 na São Raimundo, 15 em outras duas casas. Para esses fornecemos a alimentação básica – fruto de doações. Além disso, acompanhamos mais uns 40 que estão em pequenas casas alugadas pelos próprios imigrantes que já conseguiram algum trabalho, mas ainda dependem de ajudas para viver.

Além do trabalho de assistência (comida, casa, trabalho), não nos cansamos de interpelar os órgãos públicos, mas os resultados foram poucos. No dia 9 de fevereiro, estivemos reunidos com o Arcebispo Dom Luiz, com a primeira dama do Estado e três representantes da Ação Social. Estamos esperando algo deste encontro. Hoje devo visitar o comando do exército.

Enquanto isso os haitianos ocupam espaço nos meios de comunicação, jornais e televisão ('Funasa examinou haitianos, diz Época'; 'Haitianos são examinados'; 'FVS chega a Tabatinga para enfrentar cólera'; PF evita imigração ilegal: Ministério da Justiça quer conter imigração desenfreada ' quem entrar sem visto será deportado'). Como o número dos que estão em Tabatinga é bastante elevado – fala-se de uns 300, e como o Amazonas vive um surto muito grande dengue, teme-se também pela chegada do cólera (via haitianos). O que mais nos assusta é o futuro próximo. Primeiro: o que vai acontecer com imigrantes que não receberão mais o Protocolo de Refugiados e que a polícia federal está barrando, tanto em Tabatinga, como em Brasiléia (Acre). Segundo o que fazer com os que nos próximos dias chegarão a Manaus. Hoje está prevista a chegada de 35. Por isso a polícia federal está começando a negar o visto de entrada (até agora eles recebiam um Protocolo de pedintes de refúgio). Fala-se de deportação para os indocumentados. Vai ser uma situação muito complicada para os haitianos. Dinheiro para voltar eles não têm e estão afunilados dentro da tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia (cercados pela floresta de todos os lados).

Sempre se falou que Brasília iria tratar com carinho a imigração haitiana. O governo sempre disse que era 'mui amigo' dos haitianos. Muito se falou de um 'visto humanitário' para eles. Agora o discurso prático é fechar as fronteiras, barrar! Fala-se de invasão de haitianos – eles não são nem mil no Brasil! Vamos ver o que vai acontecer nos próximos meses. Sentimo-nos, porém, atores dentro desta história toda.

Um abraço Manaus. 18 de fevereiro de 2011 Pela comunidade de Manaus, Pe. Gelmino

Refugiados africanos em São Paulo, Brasil: espaços da migração

Rosana Baeninger ¹ Roberta Guimarães Peres ²

Resumo: Este texto busca apontar evidências empíricas da população africana refugiada em São Paulo em diálogo com elementos teóricos que permitam compreender esse fluxo migratório. No texto são destacados o contexto da imigração de refugiados — os marcos internacionais e o Brasil como país de refúgio — e três aspectos teóricos relacionados com os resultados da pesquisa acerca dos africanos refugiados em São Paulo: os espaços de vida dessa imigração refugiada, o esforço para a manutenção da identidade desses imigrantes e as consequências do estranhamento da sociedade receptora e seus reflexos na inserção laboral desse contingente imigrante refugiado em São Paulo.

Palavras-chave: Refugiados, Imigração, São Paulo, Brasil

Introdução

A imigração internacional no Brasil adquire novos contornos no final do século XX e início do século XXI. Dentre os temas a serem tratados no âmbito das migrações internacionais contemporâneas, evidencia-se a questão dos refugiados. Tema bastante amplo, marcado por situações históricas, econômicas e políticas específicas, envolve debates acadêmicos, acordos internacionais, ajuda humanitária, ações com comunidades locais, protocolos, convenções. Ou seja, trata-se de deslocamentos populacionais regidos e orientados por uma política de refúgio para migrantes, por uma política migratória onde se define a condição jurídica do refugiado.

Este texto busca apontar evidências empíricas da população africana refugiada em São Paulo, em diálogo com elementos teóricos que permitam compreender esse fluxo

Departamento de Demografia e Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, Brasil. Email:baeninger@reitoria.unicamp.br.

² Núcleo de Estudos de População, UNICAMP. Email: Roberta@nepo.unicamp.br.

migratório. A pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil (CVPR) contou com pesquisa de campo em 2007 e foi realizada em parceria com o Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, o Alto Comissariado das Nacões Unidas para Refugiados-Brasil (ACNUR), a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal do Brasil.

No texto são destacados o contexto da imigração de refugiados – os marcos internacionais e o Brasil como país de refúgio – e três aspectos teóricos relacionados com os resultados da pesquisa acerca dos africanos refugiados em São Paulo: os espaços de vida dessa imigração refugiada, o esforço para a manutenção da identidade desses imigrantes e as consequências do estranhamento da sociedade receptora e seus reflexos na inserção laboral desse contingente imigrante refugiado em São Paulo.

Marcos internacionais para refugiados

Os marcos internacionais para criação de instrumentos para definição jurídica de refugiado datam do pós-Segunda Guerra Mundial, traduzidos na "Convenção de 1951 relativa ao Estatuto do Refugiado" e, posteriormente, no "Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados" da Organização das Nações Unidas. Na Convenção de 1951, define-se o refugiado como a pessoa

"que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele" (Capítulo 1, Artigo 1, Parágrafo 1).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados "tem a incumbência de zelar pela aplicação das convenções internacionais que assegurem a proteção dos refugiados" (Convenção de 1951, Preâmbulo). No Protocolo de 1967, mantém-se a definição de refugiado, suprimindo a parte referente aos "acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro", uma vez que novas situações e categorias de refugiados foram surgindo.

No caso dos países da América Latina e América Central, em 1984, tais países adotaram definição mais ampla de refugiado com a "Declaração de Cartagena". Nas conclusões e recomendações do Colóquio encontra-se:

"a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública" (Declaração de Cartagena, Capítulo III).

De acordo com Milesi e Marinucci (2005: 10), "mesmo sem a força de Convenção, a Declaração de Cartagena tem inspirado atitudes e posturas dos países da região que, na prática, passaram a reconhecer refugiados com amparo na abertura conceitual consagrada em seus termos". Para Santiago (2003; apud Milesi e Marinucci, 2005), "devido à Declaração pode-se ir além da idéia de perseguição individualizada por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a certo grupo social ou opiniões políticas (razões que aparecem na Convenção de 1951 e são assumidas pelo Protocolo de 1967)".

Nos vinte anos da Declaração de Cartagena, em 2004, a "Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina" propõe ações duradouras, a saber: 1) Programa de Auto-suficiência e Integração Cidades Solidárias: integração mais efetiva dos refugiados nos centros urbanos (estudo piloto em toda América Latina); 2) Programa Integral Fronteiras Solidárias: promover o desenvolvimento social e econômico, beneficiando as pessoas que requerem proteção internacional e as populações locais de acolhida (particularmente para Equador, Panamá e Venezuela, considerando o aumento de refugiados Colombianos); 3) o Programa Regional de Reassentamento Solidário: proposto, em 2004, pelo Governo Brasileiro para refugiados latino-americanos.

Estes são os instrumentos de proteção aos refugiados em âmbito internacional, todos regidos pelo Estatuto do Refugiado (Convenção de 1951 e Protocolo de 1967). No caso dos países da América Latina e Central, os novos focos de conflitos armados resultaram na Declaração de Cartagena e no Plano de Ação do México. Neste último, é importante ressaltar o reconhecimento da necessidade de revisão da definição de refugiado, onde se encontra que

"a definição de refugiado da Declaração de Cartagena tem sido incluída na legislação interna de um número importante de países. Não obstante, se constatou a necessidade de esclarecer e precisar os critérios para sua interpretação em circunstâncias específicas e sua aplicação aos casos individuais, utilizando a jurisprudência estabelecida pelos órgãos e tribunais de direitos humanos e tomando em conta os legítimos interesses da segurança dos Estados, através do diálogo amplo e aberto" (Declaração e Plano de Ação do México, 2004).

O Brasil e o refúgio

Em 1960, o Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951. Em 1997, foi também o primeiro país da região a sancionar uma Lei Nacional de Refúgio. Em 1998, criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva, vinculado ao Ministério da Justiça, que tem a finalidade de conduzir a política nacional sobre os refugiados (Barreto, 2001). A Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997, define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, avançando na definição de refugiados, no item III:

"Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior:
- III devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país" (Lei n.9.474/97 Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1).

Em 1999, foi iniciado o Programa de Reassentamento, tendo por objetivo realocar pessoas que na condição de refugiadas foram assentadas em outros países e continuam sofrendo perseguições. Este acordo, firmado entre o Governo do Brasil e o ACNUR, está presente na Lei 9.474/97, artigo 46, onde se encontra que

"o reassentamento de refugiados no Brasil se efetuará de forma planificada e com participação coordenada dos órgãos estatais e, quando possível, de organizações não-governamentais, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades".

No Brasil, o Conselho Nacional para Refugiados (CONARE) outorga às pessoas reconhecidas como refugiados documentação que lhes permite residir legalmente no país, trabalhar e ter acesso aos serviços de saúde e educação. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem como função colaborar no Brasil quanto à aplicação da Convenção de 1951 sobre o Estatuto do Refugiado, bem como trabalhar com a sociedade civil e com os refugiados para facilitar seu processo de integração através de rede nacional de apoio.

Considerando a situação nacional, o Brasil apresentava, em dezembro de 2011, 4.477 pessoas na condição de refugiados, tendo apresentado uma taxa de crescimento anual de 6,47% entre 2005-2011 (Tabela 1).

O continente africano é o que representa maior participação entre os refugiados no Brasil (64% do total em 2011), com cerca de 2.856 pessoas. Somam-se 77 diferentes nacionalidades, destacando-se recentemente a solicitação de refúgio por migrantes oriundos da América Latina, com uma taxa de crescimento da população refugiada no Brasil de 24,76% ao ano, no período de 2005-2011. Houve também expressivo incremento dos refugiados oriundos da Ásia, que de 181 pessoas passou para 486, no último quinquênio.

Procedência	Refugiados 2005	Refugiados 2011	Taxa de crescimento da população refugiada (% a.a.)
África	2.506	2.856	2,20
América Latina e Caribe	274	1.033	24,76
Ásia	181	486	17,89
Europa	113	97	-2,51
Apátrida	-	05	
Total	3.074	1 177	6.47

Tabela 1 - Imigrantes refugiados, Brasil, 2005 e 2011

Fonte: CONARE; Ministério da Justiça, Brasil. 2011

As principais nacionalidades desse grupo de refugiados no Brasil são: Angola (1.686 refugiados), Colômbia (654), República Democrática do Congo (470), Libéria (258) e Iraque (207). Em São Paulo, os refugiados africanos contituem o maior grupo: 740 refugiados, no total de 1.015 pessoas nessa condição jurídica.

Os espaços de vida da imigração refugiada africana

A condição jurídica de refugiado é conferida a indivíduos, sendo, contudo, necessário considerar a família como unidade de análise para o entendimento dos processos migratórios em uma perspectiva que contemple os espaços de vida desse contingente populacional. Desse modo, a pesquisa Condição de Vida da População Refugiada no Brasil (CVPR, NEPO/UNICAMP, 2007) permite avançar em dimensões que aprofundam as especificidades da população em refúgio (não é claro se esta pesquisa é apenas sobre refugiados em São Paulo. Nuns parágrafos/tabelas fala-se apenas em SP, noutros não. Seria também útil explicar brevemente a metodologia).

Do ponto de vista teórico, o conceito de refugiado tem enfatizado as diferenças entre os refugiados e o migrante voluntário; o debate está preocupado em apreender a natureza da migração forçada, uma vez que esta se confunde em alguns aspectos com a migração voluntária. Entretanto, Lubkemann (2001) propõe considerar o conceito de espaço de vida para a compreensão dos movimentos migratórios de populações refugiadas, com ênfase nas redes sociais e no mundo social dos sujeitos. Essa abordagem propõe não limitar a algum lugar específico ou a fronteiras territoriais as relações sociais a que os sujeitos respondem e nos quais estão imersos. Além da questão espacial, a dimensão temporal compõe essa perspectiva de análise, uma vez que os espaços de vida pressupõem certos horizontes comuns organizados por representações coletivas, isto é, culturalmente compartilhados. Assim, esse texto adota, a partir dessa abordagem teórica, que tais espaços de vida se reconfiguram em espaços da migração, pautados por intensas relações sociais e por deslocamentos populacionais em diferentes direções, temporalidades e distâncias.

A análise da população refugiada em São Paulo tem como pressuposto teórico que, de um lado, em muitos casos, as redes sociais – constituintes dos e nos espaços da migração entre esses imigrantes – precedem a condição jurídica de refugiado no país; de fato, 35% dos refugiados africanos em São Paulo, contemplados na pesquisa em 2007, entraram no país sem regularização de permanência e sem a condição de refugiado.

De outro lado, as redes sociais entre origem/etapas migratórias/destino e as relações sociais estabelecidas entre os membros da família ausentes no domicílio do refugiado (que não residem no mesmo país) são constituintes do espaço da migração dos refugiados, em particular dos africanos em São Paulo: das 180 pessoas que compõem as famílias de refugiados africanos, na amostra da pesquisa em São Paulo (total de 266 pessoas), cerca de 40% era familiar ausente e residindo em outros países (Tabela 2). Na composição familiar desse contingente ainda estavam presentes 15% de brasileiros como membros da família (conjuge ou filhos) e 45% de pessoas com a condição jurídica de refugiado.

Tabela 2 - País de moradia dos familiares ausentes entre as famílias refugiadas africanas em São Paulo, 2007

Países	Membros ausentes de famílias fricanas da amostra
Angola	19
Camarões	2
Colômbia	6
Costa do Marfim	2
Cuba	4
Equador	1
Espanha	2
Estados Unidos	1
França	3
Guiné	1
Iraque	11
Nepal	4
Nigéria	1
República Democrática do Congo	11
Somália	2
Sudão	5
Tanzânia	2
Total	77

Fonte: CVPR - Nepo/Unicamp/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Os países que contemplam os espaços da migração dos refugiados africanos em São Paulo se articulam com o país de origem predominantemente – Angola e República Demogrática do Congo –, mas se entrelaçam por outros continentes, com familiares ausentes residindo na França, Espanha, Iraque, Estados Unidos e países de América Latina, como Colômbia e Cuba.

Esses fortes laços com demais localidades vincula-se também ao fato dos refugiados africanos em São Paulo serem solteiros (mais da metade daqueles contemplados na amostra da pesquisa), reforçando a importância de análises que contemplem os espaços da migração desse contingente imigrante em diferentes pontos de articulação e não somente na origem e no destino.

Nesse sentido, a distribuição etária dos refugiados africanos em São Paulo, identificados na pesquisa, concentra-se entre 25-35 anos, com a predominância da população marculina. Lubkemann (2001) destaca, no caso de sua análise sobre os refugiados moçambicanos, que a permanência e as redes sociais presentes entre refugiados são diferenciadas pela estrutura de idade e sexo. De fato, essa estrutura etária jovem e solteira dos refugiados africanos em São Paulo indica possibilidades futuras de uniões matrimoniais com brasileiros e brasileiras, ampliando o espaço da migração desse contingente refugiado em São Paulo; foram identificados cerca de 30% de refugiados africanos casados com brasileiras.

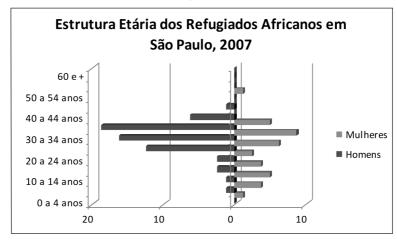


Gráfico 1 - Estrutura Etária dos Refugiados Africanos em São Paulo, 2007

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Outro elemento que compõe o espaço da migração desse contingente de refugiados africanos em São Paulo refere-se às trajetórias até chegar ao país de residência atual. Considerando a compressão espaço-tempo, Harvey (1989) aponta as práticas espaciais materiais ou fluxos e as transferências que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e reprodução social.

Nesse sentido, o número de etapas migratórias dos refugiados africanos em São Paulo, identificados na pesquisa, que passaram por outros países antes de chegar ao Brasil (Tabela 3), também indica a expansão dos espaços dessa migração de refugiados - antes de chegar ao país do refúgio -, considerando que cerca de 40% desse contingente teve mais de duas etapas antes de chegar ao país. Aqueles que vieram diretamente para o Brasil tiveram Angola como o principal país de origem.

Tabela 3 – Número de etapas migratórias antes de chegar ao Brasil

Número de etapas migratórias antes de chegar ao Brasil	Refugiados africanos da amostra
1	49
2	12
3	10
4	5
5	5
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Os países de passagem antes da chegada ao Brasil (Tabela 4) estiveram bastante concentrados no Continente Africano, demonstrando o intenso deslocamento interno antes da emigração para outro continente. Ou seja, os espaços da migração são portadores de trajetórias, etapas e conformações sociais que não se limitam ao considerar apenas a condição jurídica de refugiado no país. Além disso, a diversidade de situações se ilustra com os os fluxos dos africanos que estão refugiados em São Paulo, pela Europa (França, Espanha, Holanda, Alemanha, Áustria) e pela América Latina, no caso a Argentina.

Tabela 4 - Países de etapas migratórias. Refugiados africanos em São Paulo, 2007

Países de etapas migratórias	Número de migrantes que passaram por estes países	Países de etapas migratórias	Número de migrantes que passaram por estes países
África do Sul	13	Gâmbia	1
Angola	7	Holanda	1
Beliz	3	lemem	1
Argentina	3	Rússia	1
Camarões	1	Quênia	4

Senegal	3	Áustria	1
Guiné Equatorial	1	Tanzânia	3
Congo	1	Moçambique	2
Brazavile	1	Suazilândia	1
Costa do Marfim	2	Uganda	1
França	1	Espanha	1
Alemanha	1	Síria	2
Guiné	1	Botsuana	1
Guiné Bissau	3	Namíbia	1
Guiné Conacri	1	Zimbábue	3
Nenhuma etapa percorrida antes da chegada ao Brasil		49	

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Em "culturas viajantes", Clifford (1992) chama a atenção para a mobilidade real e a mobilidade simbólica; a circulação por diferentes espaços e suas articulações em termos de relação social se descola da condição de morador - no caso, o local fixo de destino dos refugiados africanos em São Paulo.

O mundo social da imigração de refugiados adquire novas interpretações ao se considerar seus espaços de migração, ampliando o debate e demonstrando a necessidade de se contemplar a complexidade desse fenômeno nos instrumentos jurídicos de proteção e acolhimento à população refugiada.

As principais trajetórias dos imigrantes africanos refugiados em São Paulo foram:

- Camarões Senegal Guiné Equatorial
- Congo Brazavile Angola África do Sul
- Dubai África do Sul
- Guiné-Conacri Guiné Bissau Senegal Gâmbia Costa do Marfim
- Quênia Tanzânia Moçambique Suazilândia África do Sul
- Quênia Uganda
- Senegal Espanha
- Tanzânia África do Sul Áustria
- Tanzânia Moçambique
- Uganda Quênia
- Zâmbia Angola
- Zâmbia Botsuana Namíbia África do Sul
- Angola Beliz Argentina

Considerando o último país de residência dos africanos refugiados em São Paulo, captados pela pesquisa, nota-se a importância de Angola, tanto como país de origem como de passagem para a busca de refúgio até chegar no Brasil (Tabela 5).

Tabela 5 - País de última residência. Refugiados africanos em São Paulo, 2007

Último país de residência	Refugiados africanos da amostra
África do Sul	9
Angola	36
Chade	1
Congo	1
Costa do Marfim	2
Eritréia	1
Etiópia	1
Gâmbia	1
Guiné-Bissau	1
Holanda	4
lemen	1
Libéria	1
Mauritânia	1
Moçambique	1
Namíbia	1
Quênia	1
República Democrática do Congo	5
Ruanda	1
Serra Leoa	6
Síria	2
Uganda	1
Zimbábue	3
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Identidade e estranhamento

Keller (1975) enfatiza que a inserção de refugiados na sociedade receptora não implica na perda de traços culturais. Pode-se dizer que a língua é um elemento que mantém vivas as raízes dos refugiados com seus países. No caso dos refugiados africanos em São Paulo, contemplados na pesquisa, o português e o francês destacaram-se como as línguas de domínio nativo e falada em casa, porém se identificando o árabe, suaíli, inglês, dentre outras (Tabela 6). A preservação da identidade através da língua constitui um dos elementos da mobilidade simbólica (Clifford, 1992).

Tabela 6 - Língua nativa e falada pelos refugiados africanos em São Paulo, 2007

Línguas nativa e falada	Refugiados africanos da amostra
America	1
Árabe	4
Crio	3
Crull	1
Fioti	2
Francês	20
Inglês	4
Kinyarwanda	1
Lingala	6
Madingu	1
Mende	1
Português	21
Quicongo	3
Quimbundo	3
Rabish	1
Somali	3
Soninke	1
Suaíli	4
Umbundu	1
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Apesar dessa característica, Stein (1981) enfatiza claramente a perda de cultura que os refugiados enfrentarão pelo deslocamento. No caso dos refugiados africanos em São Paulo, pode-se verificar que, mesmo com o esforço em manter a língua materna, a religião já parece apontar para novos processos identitários (Tabela 7). Parte dos refugiados africanos em São Paulo declararam pertencer à religião muçulmana e outras religiões, mas se nota uma tendência ao pertencimento a religião evangélica muito mais que a católica – religião predominante no Brasil, redesenhando, provavelmente, a inserção desse contingente em seus processos identitários e sociais.

Tabela 7 – Religião dos refugiados africanos em São Paulo, 2007

Religião	Refugiados africanos da amostra
Católica	10
Evangélica	24
Judaica	1
Protestante	10
Muçulmana	14
Outra	20
Nenhuma	2
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Malkii (1995) ressalta ainda um ponto importante para o entendimento da difícil inserção dos refugiados na sociedade de destino, baseado no estranhamento e hostilidade do país receptor.

Isto pode ser apreendido, no caso dos africanos refugiados em São Paulo identificados na pesquisa, a partir da expressiva condição de desempregado em relação aos anos de estudo dessa população (Tabela 8).

Tabela 8 - Anos de estudos e *status* ocupacional dos africanos refugiados em São Paulo, 2007

Anos de Estudo	Refugiados africanos da amostra	Status ocupacional	Refugiados africanos da amostra
0 a 3 anos	7	empregado(a)	13
4 a 7 anos	8	autônomo/ conta própria	11
8 a 10 anos	16	empregador(a)	1
11 a 15 anos	36	autônomo da econo- mia informal	8
mais de 16 anos	14	desempregado	39
	estudante	10	
Total	81		

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Nota-se que 60% dos refugiados africanos da pesquisa apresentavam mais de 10 anos de estudo, com forte concentração entre 11 a 15 anos de estudos; ou seja, incluise curso universitário. Porém, mais da metade desses refugiados africanos, excluindose os estudantes, encontrava-se desempregado no momento da pesquisa. Essa baixa inserção no mercado de trabalho da população refugiada alimenta também, segundo Malkii (1995), preconceitos e xenofobia. Dos refugiados africanos ocupados, presentes na amostra, 78% estavam vinculados ao setor de prestação de serviços e comércio em São Paulo, dos quais mais da metade recebiam um salário mínimo.

Nesse sentido, as tendências do contexto brasileiro indicam o crescimento da imigração de refugiados, demonstrando a necessidade de reavaliação e discussão dos instrumentos de proteção ao refugiado no país, em especial ao se considerar seus espaços da migração.

Referências bibliográficas

- Adelman, H. (2001) "From refugees to forced migration: The UNHCR and human security". International Migration Review, 35:7-33.
- Aydos, M (2010). Migração forçada: Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006). Dissertação de Mestrado. IFCH-UNICAMP.
- Aydos, M; Baeninger, R e Dominguez, J.; (2008) "Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares". Trabalho apresentado no III Congreso de La Asociación Latino Americana de Población ALAP, 2008, Córdoba – Argentina.
- Barreto, L. P. T. (2001), "Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo", in CNPD, Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas, Brasília, pp. 63-72.
- Bertrand, D.(1998) "Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach", International Migration, 36: 107-113.
- Black, R.(2001) "Fifty years of Refugee Studies: From Theory to Policy". International Migration Review, 35: 57-78.
- Clifford, James (1992). "Culturas Viajantes" In A.A. Arantes (org) O espaço da diferença. Campinas. Papirus.
- Haines, D.W. (1996). Refugees in America in the 1990s: A Reference Handbook. Westport, CT: Greenwood Press.
- Harvey, D. (1989) A condição pós-moderna. Ed. Loyola. São Paulo
- Keller S.(1975) Uprooting and social change: The role of refugee in development .Delhi: Manohar
- Kunz, K.(1981) "Exile and refugee theory", International Migration Review, 15:42 51.
- Long, L. et al. (2003) Coming Home? Refugees, Migrants, and Those Who Stayed Behind. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Lubkemann, S. C. (2001). "Embedded Time and dispersed place: Displacement and gendered Differences in Mozambican "Lifespace", Paper presented at the XXIV IUSSP Congress in Salvador, Brazil.

- Malkii, L.(1995) "Refugees and Exile: From 'Refugee Studies' to the National Order of Things", Annual Review of Antropology, 24: 495-523
- Martin, S. (2002) "Averting Forced Migration in Countries in Transition", International Migration Review, 40: 25-37.
- Marx,E (1990) "The social world of Refugees: A Conceptual Framework". Journal of Refugee Studies, 3(3):189-203.
- Milesi, R.; Marinucci, R (2005) Refugiados e Migrações Forçadas: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena (mimeo).
- Milesi, Rosita (2003) (org.). Refugiados realidade e perspectivas, Edições Loyola, São Paulo, 2003.
- Stein, BN (1981) "The refugee experience: defining the parameters of a field of study. " International Migration Review 15(1).



Novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana: as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla

Iolanda Évora 1

Resumo

Neste estudo, a reflexão sobre as remessas e a mobilidade transnacional cabo-verdiana evidencia os processos de negociação das complexas questões diaspóricas trazidas pelos fluxos de gente, capital, informação, objetos e valores no tempo e no espaço. A diminuição percecionada das ajudas dos emigrantes contradiz os dados oficiais que indicam o aumento das remessas, mas sugere novas dimensões do impacto dos ausentes em Cabo Verde, a sua participação na satisfação dos desejos de consumo dos não-migrantes e das necessidades mais restritas do seu grupo familiar. A análise sobre as práticas transnacionais de via múltipla mostra que cada vez mais cabo-verdianos integram-se e negociam a sua presença dentro de mundos sociais que cruzam fronteiras e envolvem outros migrantes. Estas práticas alteram as expectativas em relação a cada destino tradicional da emigração cabo-verdiana, o significado dos lugares e os processos de integração nas sociedades de destino. Ao mesmo tempo, reforçam um novo papel dos destinos tradicionais como pontos de apoio aos migrantes que circulam no espaço diaspórico cabo-verdiano. A perceção sobre as remessas e as práticas transnacionais multiterritoriais revelam um novo dinamismo na construção, negociação e reprodução de práticas sociais e trazem a possibilidade de emergência de outras categorias sociais. Além disso, mostram a necessidade de novas estruturas de referência que possam capturar as experiências sociais e económicas dos migrantes em diferentes lugares, incluindo o lugar de origem.

Palavras-chave: Migrações, Cabo Verde, Remessas, Transnacionalismo, Diáspora

CESA, ISEG/UTL, Rua Miguel Lupi, 20 – 1249-078 Lisboa, Portugal. Email: ioevora@hotmail.com.

Introdução

A mobilidade dos cabo-verdianos pelo mundo tem registo desde o século XIX, incluindo-se, inicialmente, no movimento de dispersão pós-escravidão de africanos e seus descendentes e, a seguir, integrando-se entre as diásporas contemporâneas do continente africano. Estas formaram-se a partir do século XIX e conheceram três ciclos, na medida em que, além da colonização e descolonização, desde 1980 são diásporas que emergem na era do ajustamento estrutural (Zeleza, 2005). Este autor inclui a comunidade de cabo-verdianos nos Estados Unidos da América (EUA) naquele último grupo, por ser uma comunidade de fixação mais antiga, tal como as da Argentina, Brasil e Uruquai. Também se destacam, pela antiquidade, as comunidades no Senegal, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, somando-se a de Portugal, que se apresenta com número significativo de membros, a par dos EUA e Holanda. As comunidades de cabo -verdianos em França, Itália, Suíça e Luxemburgo são mais recentes e menos numerosas, apontando-se para a coincidência da fixação nesses lugares com o período em que aumenta de forma significativa o volume dos fluxos migratórios cabo-verdianos.

No conjunto das experiências africanas considera-se que a migração cabo-verdiana mais cedo se organizou como diáspora. Como refere Schnapper (2006) a propósito das diásporas em geral, assiste-se à formação de uma identidade especificamente diaspórica cabo-verdiana, pela qual, de forma aparentemente paradoxal, o cimento seria constituído pela dispersão espacial e a referência comum a uma origem quase mítica de uma terra-mãe madrasta. De forma imaginária, a caboverdianidade diaspórica tornou-se positiva e, em nome de um mal inicial – as condições adversas na origem – , atribuíram-se dons excecionais ao povo disperso, advindos de um destino ingrato. Como as grandes epopeias – a dispersão dos povos judeu, arménio e grego – , na tradição da migração cabo-verdiana também intervém uma dimensão histórica e a partilha da memória coletiva da experiência secular de uma terra que expulsa os seus filhos por meio das secas consecutivas. De igual modo, a memória das mortes (genocídio) por causa das secas terá contribuído para dar um sentido trágico, portanto político, à consciência histórica de Cabo Verde e dos cabo-verdianos dispersos. Ou seja, e seguindo Schnapper (2006), encontramos uma conotação de coletividade histórica relativa a um mito de origem positivo (a cultura cabo-verdiana) ou negativo (a colonização, a escravatura), além da associação ao lugar de origem e a sacralização ligada à catástrofe (a seca) que está na origem da dispersão (Évora, 2010).

No processo de formação da comunidade cabo-verdiana, da migração e da constituição de Cabo Verde como um país de migrantes, as remessas dos trabalhadores migrantes e da diáspora transformam-se na principal fonte de divisas do arquipélago e as transferências de rendimentos são destinadas à sobrevivência das famílias e das comunidades, assegurando a melhoria da alimentação, habitação, educação e saúde. As remessas são indicadas como o fator essencial de equilíbrio da balança de pagamentos, aumentam a reserva em divisas e reforçam a moeda nacional (Estevão, 2001). Por conseguinte, no imaginário coletivo nacional, a migração cabo-verdiana constrói-se como importante fonte de sobrevivência e traz consigo grandes expectativas de transferência de competências e recursos para o desenvolvimento do país (ICMPD/OIM, 2010). Em contraste com outros países africanos (Nyberg-Sørensen, 2007), em Cabo Verde, desde cedo, admite-se o engajamento potencial da comunidade dispersa nos processos de desenvolvimento e desenvolvem-se argumentos sobre as suas responsabilidades e compromissos em relação à sua terra de origem. Ao longo do tempo, a aproximação às comunidades dispersas é a medida comum das agendas dos sucessivos governos do país, que procuram reforçar os argumentos para que a tradicional ajuda dos emigrantes aos seus familiares seja ampliada aos municípios e ao país em geral.

As características e potencialidades demonstradas de participação da comunidade dispersa no desenvolvimento do país têm sido tema central da análise da migração cabo-verdiana. No âmbito mais amplo das relações dos países africanos com as suas diásporas, no caso cabo-verdiano admite-se desde há muito que a comunidade dispersa é potencialmente explorável e um recurso a desenvolver. Em Cabo Verde permitiu-se que fossem desenvolvidos mecanismos de aproximação aos emigrantes no exterior, mantendo e reestabelecendo contacto e encorajando-os a viver de acordo com as expectativas do lugar de origem. Neste trabalho, discutimos sobre as circunstâncias em que tais expectativas são apresentadas na atualidade, assim como as disponibilidades atuais demonstradas pelos emigrantes em relação a Cabo Verde. A partir das narrativas recolhidas recentemente (Évora, 2010), analisamos as perspetivas do senso comum em relação a um tema essencial para o país, procurando reconhecer o impacto dos ausentes e as transformações e permanências no modo como as pessoas compreendem as responsabilidades materiais e morais dos emigrantes.

As narrativas de migrantes e não-migrantes cabo-verdianos referem-se à importância económica das remessas num contexto de extrema pobreza, como é o caso de Cabo Verde, o seu valor (social e familiar) e o compromisso moral dos emigrantes para com o arquipélago. Neste sentido, dão conta quer do papel que o lugar de origem representa para qualquer migração, quer de uma realidade migratória de longo tempo em que o território original torna-se condição e expressão a priori do lugar social que o emigrante/imigrante ocupará, estabelecendo-se como memória e, por conseguinte, definindo-se para cada pessoa ou grupo como a marca espacial da consciência histórica do ser conjunto. O discurso dos agentes remete ao fato de que, no passado como no presente, definindo-se a dispersão cabo-verdiana, em grande parte, pelo que significa para o arquipélago, promovem-se fortemente as ligações entre as comunidades na emigração e as ilhas que, neste sentido, representam o símbolo cultural da identidade dos cabo-verdianos no exterior. Na atualidade, a dimensão prática desta ligação descreve-se, em grande medida, pelas comunicações e deslocações frequentes ao país de origem mas, desde sempre, como referem os agentes, muito mais pelas transferências, as ajudas e os esforços de investimento dos emigrantes na terra de origem.

Num outro sentido, emergem as práticas transnacionais em via múltipla, ou seja, as deslocações dos cabo-verdianos entre diferentes lugares de destino que, por conseguinte, ampliam a perspetiva do transnacionalismo de via dupla, definido pelas ligações constantes entre origem e destino. As diversas comunidades no exterior e a referência ao conjunto como diáspora cabo-verdiana ganham relevância atual como fator de internacionalização do arquipélago, ou seja, as redes criadas pela presença de longo tempo das comunidades no exterior interessam para promover novas parcerias do país e um novo lugar de Cabo Verde no contexto internacional. A comunidade dispersa pode ser um precioso instrumento de mobilização e de afirmação da cultura no espaço internacional e permite ampliar a cultura como fator de identidade, ao inscrevêla no naipe das culturas de vocação universalizante (Évora, 2010).

Em comparação com as dispersões que resultaram na formação das diásporas clássicas, a experiência cabo-verdiana é considerada de reduzida dimensão e alcance geográfico. No entanto, a emigração tem um significado numérico determinante para o arquipélago² e, entre os cabo-verdianos, a dispersão e a experiência transnacional são experiências de dimensão social amplamente vividas e partilhadas por todos. A experiência comum de relocalização, diz Gibau (2008), serve como base à solidariedade entre os cabo-verdianos em diferentes lugares ou mesmo países diferentes, sendo esta experiência evocada nas interações cotidianas e nas produções culturais. De acordo com a autora, deve-se compreender a mobilidade cabo-verdiana e a formação da diáspora atual como um processo, através do qual indivíduos e grupos forjam novas identidades, deslocando-as por múltiplas lealdades a vários locais de origem (lar, casa) e de acolhimento (Gibau, 2005). Na perspetiva psicossocial, trata-se de perseguir os insights relativos aos diferentes sentidos atribuídos à dispersão cabo-verdiana, avaliar a intensidade das identidades que lhe estão associadas e reconhecer as repercussões de tal dispersão nos modos de vida no espaço diaspórico, dentro e fora do arquipélago (Évora, 2010).

A complexidade das questões colocadas pela experiência diaspórica cabo-verdiana atual e pelas dinâmicas experimentadas no campo social da migração envolve tanto os lugares de destino como o arquipélago de origem. Neste sentido, devem ser investigadas recorrendo-se à análise dos discursos que ocorrem normalmente, ou seja, no processar da vida corrente. Trata-se do estudo dos processos de produção e compreensão de textos, que revela como grande parte do conhecimento que governa a produção de um texto ou de uma conversa é compartilhado socialmente entre comunidades sociais, profissionais e culturais, tornando-se um denominador comum para a ação, a interação, o discurso e as práticas sociais (Dijk, 2004). O discurso ou a conversação natural, a linguagem real utilizada em situações reais, são agui tomados como "formas de interação social, com as suas próprias variáveis, objetivos, interesses, problemas e estratégias para fazer sentido" (Dijk, 2004, p.11), permitindo ver a realidade, ou seja, aquilo que as pessoas constroem como real.

Os dados oficiais apontam para o dobro da população de origem cabo-verdiana no exterior, em comparação com a população em Cabo Verde.

Os emigrantes e as remessas

Nas últimas décadas do século XX, verifica-se a consolidação da presença das comunidades cabo-verdianas no exterior, que coincide com mudanças significativas no perfil da migração cabo-verdiana em geral. Os cabo-verdianos mantêm a preferência pela emigração para Portugal, mas outros países europeus também são destinos importantes, como é o caso da França, Países Baixos, Itália, Luxemburgo, Suíça, Bélgica e Alemanha. Nesse período, assiste-se à reativação das redes migratórias para os Estados Unidos da América, país que recebeu a primeira vaga de emigração no período 1900-1926. A distribuição (aproximada) dos cabo-verdianos nos destinos mais atuais é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Estimativa da distribuição dos migrantes cabo-verdianos num grupo de países de destino

Países de destino	População imigrada
Estados Unidos	265 000
Portugal	80 000
Angola	45 000
Senegal	25 000
Países-Baixos	20 000
Argentina	5 000

Fonte: ICMPD/OIM, 2010

Apesar da indicação geral de que as saídas do país têm diminuído, a dispersão atual dos cabo-verdianos envolve cerca de 30 países de África, América e Europa. Mantém-se a particularidade de Cabo Verde ser um país com uma comunidade dispersa em maior número do que o de residentes no arquipélago: o recenseamento nacional de 2000 indicava um número de 500 000 a viver no exterior e 450 000 em Cabo Verde (ICMPD/ OIM, 2010).

A redução apontada para os fluxos migratórios a partir de Cabo Verde coincide com a melhoria das condições de vida no arquipélago e o aumento dos movimentos de retorno, embora estes envolvam, sobretudo, emigrantes em países (como São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau ou Senegal) que não constam da lista dos destinos cujas remessas são essenciais para Cabo Verde. Por outro lado, a Espanha é um destino recente, mas figura entre os seis destinos de maior volume de transferências para Cabo Verde. Ao contrário, os Estados Unidos da América, onde vivem 53% dos emigrantes cabo-verdianos, ocupam o terceiro lugar no que se refere às ajudas monetárias dos emigrantes com destino a Cabo Verde (Quadro 2).

Quadro 2 - Principais países de origem e valor das remessas para Cabo Verde em 2008

País da transferência	Valor da transferência (EUR)
Portugal	28 milhões
França	19 milhões
Estados Unidos da América	12,5 milhões
Países Baixos	10,8 milhões
Itália	6,4 milhões
Espanha	3,2 milhões
Luxemburgo	2,6 milhões
Reino Unido	2,3 milhões
Suíça	2,1 milhões
Alemanha	1,3 milhões
Angola	480,000

Fonte: http://asemana.publ.cv/spip.php?article40669, página consultada a 27.05.2011

Em contraste com a perceção geral do senso comum³ de que os fluxos de remessas vêm diminuindo, sobretudo nos últimos anos, dados de 2008 indicavam que as remessas continuam a representar a principal fonte de recursos do país (9% do Produto Interno Bruto). Em 2010, as remessas monetárias atingiram os US\$144 milhões⁴ e os principais centros urbanos do país (Praia e Mindelo) mantêm-se como os principais recetores desses recursos. Do mesmo modo, os valores apresentados pelo Banco Mundial desde há vários anos permitem concluir que há um aumento significativo das remessas na última década, só quebrado ligeiramente após 2008: o volume total de remessas aumentou de US\$109 milhões em 2003 para um máximo de US\$155 milhões em 2008, tendo depois declinado para US\$144 milhões em 2010 (Banco Mundial, 2011). Dados divulgados pelo Banco de Cabo Verde (BCV) em julho de 2011 davam ainda conta de um aumento das remessas dos emigrantes na ordem dos 33,7%, atingindo um total de um bilião e 54 milhões de escudos. Os aumentos referem-se, sobretudo, aos envios dos emigrantes residentes na zona euro, com maior incidência de Portugal (397,7 milhões) e França (221,3 milhões). Os Estados Unidos da América representam a terceira fonte (216,8 milhões) e, a seguir, incluem-se os Países Baixos, de onde foram remetidos 103,4 milhões⁵. Outro indicador importante deste aumento é apresentado pela mesma

http://asemana.publ.cv/spip.php?article58074&ak=1, página consultada a 27.05.2011

http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=13247477&indice=0&canal=402, página consultada a 21.03.2012.

fonte⁶ e refere-se ao crescimento de pedidos de emissão da declaração de emigrante, condição primeira para abertura da conta poupança que serve para investimentos.

Todavia, ao contrário de alguns destes números, as pessoas têm a perceção de diminuição das ajudas dos emigrantes e apontam a crise internacional como a principal causa da diminuição dos fluxos de remessas, porque afeta as condições de trabalho e emprego dos emigrantes. Ou seja, se, por um lado, as fontes oficiais informam sobre a intensidade maior do fluxo de remessas para Cabo Verde ou, pelo menos, a sua redução apenas ligeira, por outro, encontramos a perceção transmitida pelas pessoas. Estas, ao descreverem o cenário de redução das ajudas dos emigrantes e as razões do seu comportamento atual, consideram muito mais a dimensão material da empreitada (sinais de melhoria das condições de vida da família em Cabo Verde), associada ao ambiente sócio-económico (aumento da situação de pobreza, do desemprego e da insegurança). As discrepâncias encontradas entre os dados oficiais e as perceções sobre o fenómeno podem ser um indicador importante de mudanças nos objetivos pretendidos pelos emigrantes com as suas remessas, apontando para um interesse muito maior para o investimento em áreas de produção nacional, ao invés da aplicação em recursos que garantem a sobrevivência ou melhoria direta das condições de vida dos seus grupos de referência na origem.

Na perspetiva dos sujeitos das narrativas, as razões da diminuição percecionada das ajudas dos emigrantes são: dificuldades que sofrem em Cabo Verde quando pretendem investir (leis pouco transparentes, tratamento diferenciado em relação ao investimento estrangeiro não-emigrante, política monetária desfavorável, falta de garantia da proteção dos seus bens, apropriação indevida de terrenos de emigrantes por parte de algumas câmaras municipais); avaliação negativa do desenvolvimento do país e consequente redução do interesse em regressar após uma vida de trabalho no exterior; aumento do compromisso com os países que os acolheram e proporcionaram o acesso a segurança, educação para os filhos, crédito favorável, justiça, tranquilidade nas ruas, etc. O tema é motivo, ainda, de críticas em relação ao que alguns entrevistados apontam como ignorância dos cabo-verdianos ao que é verdadeiramente a sua migração nos dias atuais. Por exemplo, ao contrário da ideia difundida de que a ajuda sempre vem do exterior, as circunstâncias atuais têm exigido que, em alguns casos, os emigrantes mais recentes recebam auxílio dos familiares em Cabo Verde para ultrapassar os primeiros tempos de instalação e adaptação no exterior. No caso de pessoas que recebem diretamente o auxílio, como indica a pesquisa realizada por Akesson (2011), a (re)constituição de famílias no lugar de destino é, igualmente, uma razão reconhecida para que o envio de remessas diminua.

As justificações acima referidas sobre a diminuição percecionada das ajudas sugerem um processo em curso de tentativas de desagregar a diáspora e olhar as diferentes

O jornal digital África21 cita a Inforpress como fonte original da notícia e dos dados.

experiências de determinados grupos, regiões e lugares de destino, cuja expressão mais visível, para os não-migrantes, consiste no comportamento diferenciado das comunidades em termos dos envios para Cabo Verde. Por outro lado, cresce a atenção mais sistematizada pelos efeitos sociais e simbólicos das mobilidades para a sociedade em Cabo Verde (Akesson, 2011; Évora, 2007), que ultrapassa quer a análise dos benefícios materiais e objetivos, quer as referências ao lugar de origem visto como o lugar de todos os mitos de origem e do retorno real ou desejado.

As interpretações relativas às remessas são formuladas por pessoas diferentemente vinculadas à migração cabo-verdiana (antigos emigrantes, não-migrantes, familiares de migrantes ou representantes de organismos oficiais) e trazem sentidos diversos atribuídos às deslocações e à dispersão cabo-verdiana pelo mundo, sustentados em situações sociais reais e em formas reais de interação. Todavia, a perceção partilhada sobre a diminuição das ajudas e os motivos apresentados sugerem que as interpretações dos agentes são construídas a partir da avaliação relativa à importância atual das ajudas para a satisfação das necessidades básicas das famílias e dos desejos de consumo dos não-migrantes. Neste caso, introduz-se a importante questão sobre as mudanças nos interesses revelados pelos emigrantes em redirecionar as suas transferências para o investimento e a produção, ou em manter o papel de provedor das fontes de sobrevivência da família e de satisfação das necessidades de consumo corrente.

Preservação e integração como dimensões da sociedade transnacional

Tal como os estudos com interesse nas repercussões internas das estadias dos emigrantes, os que se debruçam sobre as comunidades no exterior constituem uma bibliografia importante, centrando-se nas questões da cultura, da educação e da ligação e relação com o lugar de origem. No entanto, muito ainda resta por compreender sobre o modo como os cabo-verdianos incorporam os aspetos distintivos das sociedades de destino e os processos de identificação e interiorização das normas e valores dessas comunidades.⁷ Estes aspetos são essenciais para a descrição de um grupo como diáspora, ou seja, esclarecem sobre as condições e a capacidade demonstrada pelo grupo imigrante de desenvolver um contacto prolongado com outras comunidades no destino e absorver as qualidades do lugar, incorporando novos elementos, ao mesmo tempo em que preserva a relação com um lugar de origem mítico ou real (Cohen, 2008). Num estudo realizado recentemente foram explorados aspetos relativos à construção diaspórica (Évora, 2010), constatando-se que, na avaliação das pessoas, a qualidade dos recursos sociais postos à disposição dos emigrantes no país de imigração é o fator mais importante na determinação da relevância de cada lugar de destino e da avaliação do grau de interiorização de novos valores pelos emigrantes. As interpretações sobre o

Os estudos colocam ênfase maior nos efeitos das deslocações – em que subjaz a ideia do imigrante como possuidor de uma personalidade de base ou de uma memória coletiva construída desde a infância e da qual guarda a marca indelével – , muito mais que a ênfase no ritmo e nas modalidades de adoção dos comportamentos dos nacionais por parte dos imigrantes e vice-versa.

significado de cada lugar de destino dos cabo-verdianos para o conjunto da diáspora remetem às experiências sociais dos imigrantes e acentuam a importância do grupo sentir-se mais ou menos alienado ou isolado da sociedade de destino, porque acredita que não é, ou não pode ser, totalmente aceite por ela. Como refere Cohen, o caráter conturbado que costuma caracterizar o relacionamento com as sociedades de destino não descarta a possibilidade desse encontro trazer uma criatividade distintiva, que enriquece as sociedades de acolhimento mais tolerantes (Cohen, 2008). A ênfase dos estudos tem sido colocada nas formas como os grupos se apropriam dos espaços urbanos nos quais inscrevem as famílias parcialmente reconstituídas e as estruturas que marcam a presença desses coletivos. Neste sentido, a análise recai tanto sobre as redes culturais, políticas e económicas que favorecem a inserção, como sobre os marcadores territoriais (igreja, monumentos que exaltam a história do grupo, empreendimentos comerciais, cafés, nomes de ruas, escolas, etc.) que, progressivamente, ocupam o novo espaço da comunidade. A riqueza da vida associativa é, igualmente, uma referência do tipo de inserção, bem como as divisões políticas e o grau de exigência (relativamente à cultura original do grupo) sobre as gerações mais novas nascidas na diáspora (Bruneau, 1994).

No campo dos estudos sobre a diáspora, não apenas a crítica dirige-se à reduzida atenção dos estudiosos sobre as sociedades nacionais dos lugares de destino como, muito mais, considera-se que a abordagem deve incidir, com maior ênfase, sobre o caráter transnacional das migrações atuais e a fluidez dos contactos, por serem estes os principais definidores de uma experiência de diáspora (Tarrius, 2001). O transnacionalismo é definido como o conjunto de processos pelos quais os imigrantes tecem e enredam relações sociais de natureza múltipla, religando as suas sociedades de origem e de acolhimento (Basch, Glick Schiller e Blanc-Szanton, 1994). Estes autores acentuam a construção de espaços sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas, por meio das múltiplas atividades nas quais os imigrantes se aplicam, ao mesmo tempo, na sociedade de origem e de destino. A atenção recai sobre o transnacionalismo como um fenómeno contemporâneo que mostra o crescente número de pessoas constantemente circulando em "via dupla" entre os dois países: "os indivíduos criaram comunidades que atravessam fronteiras e que, num sentido muito concreto, não se situam nem lá nem cá, mas aqui e lá ao mesmo tempo" (Portes, 1999, p. 16). No entanto, este autor sublinha que a tendência em designar os imigrantes contemporâneos de transmigrantes contraria os estudos mais recentes; nem todos os imigrantes são transnacionais, a prática transnacional não é universal, as atividades caracterizam uma minoria, costumam ser ocasionais e nem mesmo o envolvimento ocasional é universal (Portes, 2003). Portanto, em relação às práticas transnacionais e aos diferentes discursos sobre a diáspora e o transnacionalismo cabo-verdiano, é necessário verificar em que medida representam uma alternativa distinta de outras formas sociais, processos e programas de instalação e incorporação dos imigrantes.

No caso da migração cabo-verdiana, a transnacionalidade é descrita pelos aspetos da intensificação das relações com o arquipélago, ou seja, a aproximação dos emigrantes entre si, servindo para reforçar a centralidade de Cabo Verde no seio da sociedade diaspórica. No entanto, para além do movimento constante entre destinos e lugar de origem, podem ser descritos outros modos complexos de inserção dos cabo-verdianos no contexto migratório e os processos pelos quais as identidades são negociadas dentro de mundos sociais que abrangem mais de um lugar de imigração.

Dinâmicas transnacionais multiterritoriais como fator descritor da diáspora contemporânea cabo-verdiana

A literatura sobre as diásporas africanas avalia que os emigrantes cabo-verdianos têm redes bem organizadas e estruturadas principalmente nos EUA (Boston, Brockton, Pawtucket, Providence, Bridgeport), no Senegal (Dakar), em Portugal (Lisboa, Faro, Porto), em França (Paris, Marselha), em Itália (Roma, Milão), nos Países Baixos (Roterdão), na Suíça (Lausanne), no Brasil (Rio de Janeiro) e no Luxemburgo. Mais recentemente, mostram-se particularmente envolvidos em dinâmicas transnacionais que ligam as comunidades entre si, mas este facto é menos referenciado como um elemento descritor importante e diferenciado das deslocações que, anteriormente, descreviam-se entre origem e cada destino. Neste sentido, a experiência que constrói o par emigrante/imigrante bem como as dinâmicas entre origem e destino permanecem no imaginário coletivo como expressão do ato migratório. Os cabo-verdianos identificam o aumento da intensidade das ligações com Cabo Verde como efeito da melhoria das comunicações e dos transportes, mas sem indicar, igualmente, como reflexo dessa melhoria, a intensa circulação transnacional entre as comunidades e o desenvolvimento de formações identitárias associadas a pertenças múltiplas.

Nos últimos anos, os cabo-verdianos emigrantes intensificaram as suas deslocações entre diferentes países da Europa onde se encontram comunidades instaladas e, com a ajuda das redes, realizam uma importante atividade comercial e social. Nesses movimentos atuais, participam os emigrantes que realizam estadias nos diferentes lugares, de acordo com as condições do mercado de trabalho oferecidas. Por exemplo, são capazes de se deslocarem de Portugal para França ou Países Baixos de acordo com as informações difundidas sobre onde se encontram as melhores condições de emprego. Após um determinado período, podem regressar a Portugal e receber familiares ou amigos que, originalmente, emigraram para aqueles países.

Estas redes engajam, de forma particularmente intensa, mulheres. Conforme casos relatados (Évora, 2006), constroem histórias particulares de mobilidade como, por exemplo, as que relatamos a seguir:

Rosa⁸ emigrou para o Luxemburgo onde encontrou os seus irmãos e primos. Após algum tempo, procurando um modo mais fácil de trazer o seu filho de Cabo Verde,

Os nomes foram alterados.

decidiu instalar-se em Portugal para promover a vinda do seu filho e marido ainda em Cabo Verde. Em Portugal, não encontrou as boas condições de trabalho e salário do Luxemburgo e, por isso, realizava viagens periódicas a França (por terra) e Países Baixos, vendendo produtos adquiridos em Portugal e muito apreciados pelas comunidades cabo-verdianas naqueles lugares. Ao mesmo tempo, trazia produtos para vender em Portugal. Por fim, a resistência do marido em relação às exigências de mobilidade das suas atividades comerciais e ao seu modo mais independente de vida, levam ao rompimento da relação e a uma nova migração para o Luxemburgo. Rosa ainda ponderou ir para os Países Baixos por causa das boas condições ali oferecidas a quem tem filhos e porque ficaria mais perto de Portugal.

Ângela viveu em Portugal e, desde há muito, viaja com muita frequência para os Estados Unidos da América, Brasil e alguns países africanos, onde adquire produtos que revende em Portugal. Nos últimos anos, mudou-se para França e iniciou uma atividade comercial em que adquire produtos de cosmética em países asiáticos e revende tanto em Portugal como em França, Luxemburgo ou Países Baixos. Ocasionalmente, ainda se desloca a Espanha, Suíça ou Cabo Verde.

Luísa morava em Portugal desde que saiu de Cabo Verde com os pais. A seguir, emigrou para Espanha e depois Itália. Ali viveu muitos anos, mas, numa deslocação aos Países Baixos, reencontrou um velho amigo de Cabo Verde e casaram-se. O marido não se adaptou à vida na Itália e Luísa pensa em mudar-se para Portugal onde, segundo avalia, a sua filha terá mais oportunidades de trabalho porque, mesmo sendo italiana, e apesar da sua formação superior, é discriminada no país guando procura emprego.

Carlos nasceu no país em que os pais viviam enquanto estudavam e, muito cedo, foi enviado para Cabo Verde para ficar aos cuidados dos avós e tios até os pais terminarem a formação superior e regressarem. Depois, ele mesmo fez o seu percurso de estudante universitário, agora para um país diferente daquele onde os pais estudaram, mas não se adaptou. A família tomou como preocupação principal Impedir que voltasse a Cabo Verde; tios, primos e demais membros da família alargada (em Cabo Verde, no lugar onde estudava e em outros lugares de imigração) decidiram que ele devia permanecer no exterior, deslocando-se, agora, para outro país que não aquele onde estuda. Esperam que, neste último lugar, os familiares o ajudem a encontrar um emprego, ou a descobrir a sua vocação e retomar os seus estudos. Por enquanto, Carlos permanece algum tempo em cada lugar onde tem familiares na Europa, envolvendo-se em pequenos trabalhos, mas estas estadias não o farão desistir da ideia de instalar-se definitivamente nos Estados Unidos da América, onde outros familiares o acolherão.

Os relatos acima apresentados indicam que emigrantes com mais possibilidades de escolha e recursos pertencem a famílias que conseguiram repartir os seus membros por diferentes países. Deste modo, mostram uma nova estratégia dos grupos familiares para aumentar os rendimentos e investimentos. 9 Como agentes contemporâneos da migração cabo-verdiana, estes atores apresentam-se cada vez mais num espaço transnacional constituído por redes informais de entreajuda e solidariedade, apoiado pela elevada densidade relacional do coletivo de imigrantes e com uma presença significativa de mulheres. Neste espaço, destaca-se a presença das rabidantes – mulheres comerciantes de Cabo Verde –, que realizam uma atividade transnacional em caráter permanente, percorrendo vários países, entre eles os destinos dos cabo-verdianos. O trabalho das comerciantes depende do seu dinamismo multiterritorial, que se estrutura em torno de redes identitárias e de solidariedade no interior da complexa malha que forma a diáspora cabo-verdiana, revelando muito mais do que a natureza material desta atividade e da diáspora (Grassi, 2003). Soma-se às experiências migratórias múltiplas de curta duração e à atividade comercial transnacional, a mobilidade dos agentes envolvidos com a produção cultural. Estes deslocam-se entre os diferentes lugares de destino dos cabo-verdianos conforme as suas necessidades de trabalho, as vantagens atuais de cada lugar e as agendas da cultura. As atividades sócio-culturais e políticas que cruzam fronteiras podem envolver várias pessoas ao mesmo tempo, em atividades desportivas e culturais conjuntas, e têm repercussões nas diferentes comunidades. 10

Em particular, assiste-se à intensificação da mobilidade transnacional múltipla no espaço europeu, que atualmente inclui novos lugares - como é o caso do Reino Unido -, para além dos lugares das comunidades instaladas há muito tempo. Deste modo, os cabo-verdianos engajam-se num modelo de mundialização da migração que contribui para transformar a migração tradicional e, graças aos encontros com outras coletividades móveis, inauguram novas redes de sociabilidade responsáveis por novos cosmopolitismos (Tarrius, 2001). Como afirma Tarrius (2001: 45), constroem-se, assim, novas formas de savoir faire o caminho da migração (entre uma origem e um destino), conforme a capacidade demonstrada pelo grupo de negociar melhor as entradas e estadias no exterior, quando se alteram as condições para a emigração. Este movimento favorece a melhor circulação do conhecimento sobre cada comunidade e as características e qualidades de cada lugar tradicional de emigração cabo-verdiana, fator essencial na escolha dos candidatos a emigrantes. Os movimentos transnacionais desse tipo favorecem um conhecimento mais preciso das características dos diferentes países, que não se esgota nas suas condições materiais, pois permite a aproximação às ordens dos estados-nação e às qualidades e divergências entre as diferentes sociedades. De algum modo, trata-se de movimentos que contribuem para a construção de perspetivas globais do emigrante,

Esta estratégia favorece, igualmente, os elementos que permanecem em Cabo Verde mas realizam migrações temporárias de curta duração para os lugares onde já residem parentes próximos. Fazendo uso das redes já instaladas, esses migrantes temporários realizam trabalhos de curta duração, auxiliados pelo conhecimento do campo dos residentes. Em pouco tempo, é possível reunir um valor monetário que lhes permite resolver uma necessidade material no regresso a Cabo Verde. Em muitos casos, esta migração temporária também envolve pessoas com nível educacional médio ou superior que têm a sua ocupação laboral no arquipélago (Évora, 2010).

Este é o caso dos campeonatos desportivos, dos eventos musicais, como o concurso Vozes da Diáspora, ou do Congresso dos Quadros da Diáspora. No caso dos primeiros, despertam particular interesse no seio das comunidades dispersas, em parte, possivelmente, porque os vencedores se deslocam a Cabo Verde.

na medida em que colocam em contacto não (mais) apenas as sociedades de origem e destino, mas as sociedades que têm em comum o facto de serem lugares de destino.

A fraca referência a este mundo transnacional cabo-verdiano de via múltipla apresenta-se em contraste com a precocidade da formação de uma comunidade transnacional. Com efeito, as "habilidades" para se lidar com as situações no interior de um campo transnacional remontam ao século XIX, mas o movimento transnacional multiterritorial que parece ligar as comunidades nos destinos desafia os esforços de naturalização da ideia de nação e território propostos pelo estado-nação cabo-verdiano. Como nova forma de migração que faz uso do espaço social construído pelos emigrantes ao longo do tempo, o transnacionalismo de via múltipla acrescenta complexidade no que se refere às tentativas de definição da nação diaspórica cabo-verdiana. Com efeito, exige um sistema competente de reciprocidade e solidariedade entre os envolvidos num espaco em que as pessoas criam mundos sociais entre lugares físicos e comunidades de dois ou mais estados-nação (Vertovec, 2001) e vivem em diversos "habitats de significação" que não são territorialmente restritos. Nestes espaços, atualizam-se os repertórios culturais que, por sua vez, influenciam a construção da identidade ou, certamente, das múltiplas identidades. Como afirma Vertovec (2001), cada lugar ou localidade do espaço transnacional apresenta um conjunto de fatores que condicionam a identidade. Estes incluem histórias e estereótipos de pertença local e de exclusão, geografias das diferenças culturais e da segregação étnica e de classe, hierarquias socio económicas racializadas, graus e tipos de mobilização coletiva, formas de acesso aos recursos e perceções e regulações relativas aos direitos e deveres.

Conclusões

Neste estudo, foram discutidas algumas novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana: as perceções sobre as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla.

No que se refere às remessas, as interpretações dos agentes sobre a diminuição das ajudas dos emigrantes estão baseadas na avaliação sobre a menor participação destes na satisfação dos desejos de consumo corrente dos não-migrantes em Cabo Verde. As discrepâncias encontradas entre os dados oficiais e as perceções sobre o fenómeno podem ser um indicador importante de mudanças nos objetivos pretendidos pelos emigrantes com as suas remessas, apontando para um interesse muito maior no investimento em áreas de produção nacional, ao invés da aplicação em recursos que garantem a sobrevivência ou melhoria direta das condições de vida dos seus grupos de referência na origem.

No caso da mobilidade, o reconhecimento e a análise de novas práticas no espaço transnacional e diaspórico cabo-verdiano permitem identificar e compreender as novas sociabilidades que são ensaiadas tanto em contexto migratório como no país de

origem. Num tempo em que as comunidades se apresentam cada vez mais enraizadas no exterior, tais sociabilidades contribuem para a renovação da identidade coletiva e o fortalecimento do sistema de relações no espaço rede, que religa os diferentes pólos num território circulatório ainda pouco reconhecido como definição por excelência da nação cabo-verdiana (Évora, 2010).

Referências bibliográficas

- África 21 (2012) "Investimentos de emigrantes continuam a aumentar em CaboVerde" (http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=13247477&indice=0&can al=402) (acesso em 21.03.2012).
- Akesson, L. (2011) "Cape Verdean Notions of Migrant Remittances", Cadernos de Estudos Africanos, nº20, jan, pp.139-159.
- Banco Mundial (2011), The Migration and Remittances Factbook 2011, Washington, D.C., World Bank.
- Basch, I., Glick-Schiller, N., Blanc-Szanton, C. (1994) Nations unbound; transnational projects, post-colonial predicaments and de-territorialized nations-states, Langhorne, PA, Gordon and Breach.
- Bruneau, M. (1994) "Espaces et territoires de diaspora", L'Espace géographique, Les Diasporas, no.1, pp.5-8.
- Cohen, R. (2008) Global Diasporas: an introduction. Londres, UCL Press.
- Dijk, T.v. (2004) Prefácio, In: Iniguez, Lupicinio (org.) Manual de análise do discurso em ciências sociais, Petrópolis, Vozes Ed., pp. 7-14.
- Estevão, J. (2001) "As pequenas economias insulares e as condições do desenvolvimento", Revista KCultura, número especial, setembro, pp.71-78.
- Évora, I. (2006) "De emigrantes/imigrantes a migrantes transnacionais: possibilidades e limites de uma nova categoria de análise da identidade e da migração cabo-verdianas", 3º Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa (mimeografado).
- Évora, I. (2007) "Minha terra, minha gente: as atribuições sociais da emigrante em Cabo Verde", In: Grassi, Marzia e Iolanda Évora (orgs) Género e Migrações cabo-verdianas, Lisboa, ICS, pp.63-98.
- Évora, I. (2010) "Discourses on the Capeverdean Diaspora: views from home", Report Fellowship, CODESRIA.
- Gibau, G.S. (2005) "Contested Identities: Narratives of Race and Ethnicity in the Capeverdean Diaspora", Identities: Global Studies in Culture and Power, 12, pp.405-438.
- Gibau, G.S. (2008) "Cape Verdean Diasporic Identity Formation", in L. Batalha and J. Carling (eds) Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp.255-267.

- Grassi, M. (2003), Rabidantes. Comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde, Lisboa, ICS e Spleen Edições.
- ICMPD/OIM (2010) "L'expérience Cap-Verdienne", MTM: Un dialogue en action. Lier les communautés d'émigrants pour plus de développement- Inventaire des capacités et pratiques institutionnelles, Viena.
- Nyberg-Sørensen, (ed.)(2007) Living Across Worlds: Diaspora, Development and Transnational Engagement. Geneva: International Organisation for Migration.
- Portes, A. (1999) La mondialisation par le bas, Actes de la recherche en sciences sociales. Délits d'immigration, n.129, sept., p.15-25.
- Portes, A. (2003) " Conclusion: Theoritical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism", International Migration Review, v.37, n.3 (fall), pp.874-892.
- Schnapper, D. (2006) « Les nations se sont longtemps méfiées des diasporas », Sciences Humaines (dossier: Comment les diasporas changent le monde), 173, juillet, pp.44-45.
- Tarrius, A. (2001) « Mobilités transnationales et nouvelles formes cosmopolites», Journal des anthropologues, janvier
- Vertovec, S. (2001) "Transnationalism and Identity", Journal of Ethnic and Migrations Studies, v. 27, n.4., october, pp. 573-582.
- Vertovec, S. (2005) "The Political Importance of Diasporas", www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=261
- Zeleza, P. T. (2005) "Rewriting the African Diaspora: Beyond the black Atlantic". African Affairs, 104, pp. 35-68.





Migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e controvérsias dos actores envolvidos no processo

João Ribeiro Butiam Có¹

Resumo

Este artigo visa uma análise da migração oriunda da Guiné-Bissau, as suas causas e tipologias, a integração das diferentes categorias/grupos de migrantes na sociedade de acolhimento, em particular Portugal, bem como as relações dos migrantes com o processo de desenvolvimento do país da origem.

A história migratória guineense testemunha dinâmicas transnacionais ligadas à cultura e tradição migratórias de dois grupos migrantes (Manjacos e Fulas), com processos, projectos e infra-estruturas de investimentos nos espaços de origem bem diferentes dos demais. Não do lado oposto, mas com menores referências de transnacionalismo, encontramos o grupo dos crioulos e/ou outros migrantes clássicos similares. A par dos crioulos, enquadra-se o grupo dos quadros qualificados, com espaços de vida divididos entre o mercado mais qualificado e o de construção civil e obras públicas. Este último grupo, apesar de algumas tentativas de ligação a nível académico e político num país de conflito, ainda não encontrou a melhor forma de fazer justificar os seus projectos no processo de desenvolvimento do país.

A tese defendida neste texto é a de que este desencontro não só se refere à consistente instabilidade política e governativa da Guiné-Bissau mas, também, se associa a determinantes socioculturais implícitos nas acções da diáspora guineense qualificada. As melhores experiências referem-se aos profissionais da área de saúde, tanto pela sua integração satisfatória no espaço de acolhimento, como pelo contributo motivado pelas associações de migrantes e ONG estrangeiras ligadas ao sector.

¹ Investigador Permanente do INEP – Bissau (Guiné-Bissau), Investigador Integrado do CEAUP – Porto (Portugal) e Membro Associado do SOCIUS – Lisboa (Portugal). Email: jooribeiro@yahoo.com.

Palavras-chave: migração, desenvolvimento, associações da diáspora, transnacionalismo, Guiné-Bissau.

1 - Introdução e enquadramento

O conceito de migração despertou grande interesse nos últimos anos, pela sua implicação e complexidade não só na mobilidade dos indivíduos mas, também, pelo seu contributo para o desenvolvimento e civilização humana. Isto demonstra a amplitude da dinâmica das migrações, enquanto movimentos de carácter social, económico e político. No quadro da mobilidade, integração e contributo para o desenvolvimento, essencialmente nos países de origem, as redes migratórias têm tido um papel importante neste desafio, bem como nas políticas migratórias. As redes migratórias representam agentes imprescindíveis na manobra e mobilidade dos agentes migrantes, na escolha de momentos e locais de migração, assim como na natural integração no novo espaço de vida.

No entanto, o contributo das redes migratórias guineenses no desenvolvimento do país de origem não se dissocia da experiência migratória e enquadramento diferenciado dos grupos migrantes nos países de destino. Isto, apesar de, em boa parte, os diferentes grupos migratórios guineenses partilharem o mesmo espaço de vida. A maior excepção cabe à categoria dos médicos e alguns profissionais da área da saúde, com enquadramento no mercado de trabalho proporcional ao grau académico.

A convivência de espaço de vida entre os quadros qualificados e os trabalhadores não qualificados tem muito a ver com a disponibilidade do mercado, com a rede e capital simbólico dos migrantes guineenses, bem como com o não regresso dos quadros devido a turbulências políticas do país de origem. Essa turbulência também não permite uma relação saudável entre os migrantes e a origem, mesmo no quadro de iniciativas das redes associativas e até mesmo de projectos de desenvolvimento local. Pela ausência de políticas de investimento em capital humano, apenas o grau de maturidade e de experiência migratória de cada grupo migrante permite testemunhar experiências positivas no processo de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.

São esses desafios e controvérsias de posições que pretendemos discutir neste texto. O nosso objectivo é o de testemunhar a importância das migrações no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, através de experiências, projectos e ligações à origem, através de redes (associações) migratórias.

2 – Migração guineense e retorno

A história da dinâmica dos fluxos migratórios guineenses testemunha mobilidades internas, regionais e internacionais, movidas por interesses económicos, guerras civis e oportunidades concedidas pelas redes e políticas migratórias. Assim, com o grupo étnico Manjaco, a dinâmica quineense conhece uma experiência migratória transfronteiriça para o Senegal e depois para França, durante o período colonial. A partir de meados dos anos setenta, surgiu o primeiro fluxo da Guiné-Bissau para Portugal, designadamente dos colonos expatriados e dos que estavam ligados à ex-potência colonial. A descolonização criou uma mobilidade unidireccional para Portugal, de natureza política, com possibilidade de integração favorável no mercado de trabalho. São os chamados primeiros Luso-guineenses (Machado, 2002).

A segunda vaga para Portugal, devido à crise da conjuntura económica, surge em meados de 1985 e prolonga-se até 1995. Este período testemunha a mobilidade dos primeiros migrantes clássicos em massa, estendendo-se a todos os grupos étnicos guineenses, mas representados na sua maioria pelos crioulos/cristãos. Essa dinâmica estava associada à necessidade de mão-de-obra em Portugal no sector da construção civil e obras públicas, incentivada pelo apoio do Quadro Comunitário (com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986), o que fez com que a maior parte dos migrantes se tenham direccionado para este sector. Devido à necessidade de sobrevivência e de projectos de escala temporária, a fim de regressarem ao país de origem, muitos quadros médios e superiores formados no Leste europeu (em países socialistas, como a antiga URSS e Cuba) tiveram que se enquadrar neste mercado secundário da construção civil e obras públicas (Có, 2003).

Uma última grande vaga é a dos refugiados, motivada pelo conflito político-militar que assolou o país durante dois anos (1998 a 1999). Por consequência, dinamizou a mobilidade para o exterior do país de todas as classes sociais, sendo os migrantes designados na altura de refugiados. É sobretudo neste período que podemos falar do fluxo de *brain drain* – representado pelos profissionais da área da saúde – da Guiné-Bissau para vários países europeus e africanos, mas com Portugal como referência. E, por outro lado, acentua-se o movimento dos quadros *overstayers*, que não regressam ao país de origem após as suas formações.

2.1 - Migração, integração e perspectivas de retorno

A ideia de que na migração está sempre inerente o conceito de retorno é manifestada voluntariamente quando os migrantes regressam aos locais de origem ou quando demonstram ligações aos países de origem, através de incentivos, remessas ou outras influências, sem que haja uma obrigatoriedade de presença física. Porém, a ideia de período de auto-sustentação na migração e consequente retorno nunca é rigorosamente predefinida, na medida em que, à medida que o espaço de vida se torna favorável no país de acolhimento em detrimento do país de origem, o migrante tende a ficar e a prolongar a ideia de regresso. À medida que o tempo vai passando, a mesma ideia vai sendo diluída pela integração e surgimento de outras novas gerações (Machado, 2002). Esta realidade é testemunhada pelo grupo dos crioulos na migração guineense (Có, 2003).

Vários contributos sobre as migrações e o mercado de trabalho sublinham que, em boa parte, a migração é relacionada com a demanda de emprego, sendo esta

última a variável independente. Por consequência, na nossa perspectiva, a integração dos migrantes tem que ser compreendida na relação entre o espaço de vida e o capital humano, bem como na satisfação que estes atribuem ao tipo de emprego que detêm no contexto social em que vivem. Caso contrário, a perspectiva de regresso e/ou de re-emigração ganha forma. Porém, esse equilíbrio não é automático. De facto, depois de uma aceitação de categorias migrantes, mesmo já em estado de reprodução social de gerações, as sociedades de acolhimento têm dispositivos limitados para uma integração desejada, sobretudo quando as economias simplesmente não suportam equilíbrios entre a oferta e a procura de trabalho, nos segmentos de mercado por excelência do migrante. É disso exemplo a actual crise económica na Europa e no mundo global.

Neste desafio, consideramos que a liberdade de movimento dos indivíduos deve associar-se sempre à perspectiva de regresso e/ou de ligação ao país de origem. Isto sucede, por um lado, devido a dificuldades de uma aceitação e integração plena, por parte do migrante, numa nova sociedade; e, por outro, devido aos riscos de disjunção com o país de origem. O equilíbrio comparativo entre as duas realidades, através de redes e mecanismos de ligação à origem, permite minimizar os riscos de certas acções de discriminação (in)voluntárias e aceitar a migração como uma oportunidade de desenvolvimento entre os dois países envolvidos. Por exemplo, em contextos de crise económica, onde a mão-de-obra migrante é incerta, certas medidas são pouco humanas. Em meados de 1997, a Tailândia expulsou cerca de 250 mil trabalhadores imigrantes; a Coreia do Sul autorizou com indulgência a partida de 50 mil trabalhadores ilegais; e a Malásia despediu cerca de 50 mil trabalhadores indonésios (Cruz, 1999).

No caso de Portugal, em particular, a categorização social sublinhada por Baganha et al. (2001), posicionando os imigrantes PALOP como os últimos no escalonamento social da sociedade portuguesa, reforça a ideia de difícil ou plena integração dos mesmos. Isso pode intensificar-se em momentos de crise, uma vez que os mercados são produtos de relações sociais e consequentemente instituições sociais. Porém, a nosso ver, as políticas migratórias e os modelos de integração adoptados pelos Estados envolvidos continuam a ser determinantes na consciencialização do migrante quanto à perspectiva de continuidade ou de temporalidade migratória (Có, 2003). Neste contexto, não houve um investimento assinalado do Estado quineense no sentido do retorno. As experiências conhecidas foram sobretudo locais, partindo de indivíduos e instituições étnicas com alguma tradição e experiência migratória, como veremos mais à frente.

2. 2 - Os grupos migrantes e a ligação ao país de origem na experiência quineense

A análise do retorno na migração guineense obriga-nos a uma classificação diferenciada de grupos migrantes, uma vez que estes apresentam heterogeneidade nas suas constituições e nas perspectivas de ligação ao país de origem. Ainda que não se possa falar num retorno físico em grande número dos migrantes guineenses, apesar de alguns projectos de vida nesse sentido, podemos considerar a seguinte nomenclatura de grupos migrantes: Migrantes Laborais, Refugiados e Quadros Qualificados. Estes são diferenciados quanto ao estatuto social, experiência e consciência migratórias, e também nos tipos e modos de incorporação. Para além disso, os dois últimos grupos (Refugiados e Quadros Qualificados) apenas conhecem experiências de retorno físico no quadro de programas animados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) — como veremos mais adiante.

Neste caso, o transnacionalismo guineense associa-se às ligações e projectos que cada indivíduo e/ou grupo migrante testemunha nos seus projectos em relação ao país e locais de origem. Apesar da difícil mensuração do fluxo (entrada e saída), é aceitável a ideia de que a migração guineense, no seu todo, já se encontra no seu auge em termos de crescimento e maturidade migratória. Contudo, as instabilidades quase que crónicas da Guiné-Bissau constituem obstáculos às pretensões dos migrantes, no processo de desenvolvimento do país e dos locais de origem.

Os migrantes laborais ou clássicos em análise apresentam subgrupos. De um lado estão os chamados crioulos – todos os migrantes que provieram da capital e centros urbanos na sociedade de origem – e similares; do outro lado, dois grupos étnicos, Manjacos e Fulas, que representam, na história da migração guineense, uma experiência singular em relação aos restantes grupos ou etnias migrantes, com experiências, tradições e culturas migratórias mais activas e longas na história do processo migratório guineense (Có, 2003).

A diferença destes dois subgrupos migrantes já provinha da origem de cada um, visto que os Fulas e os Manjacos são caracterizados pela existência de muita mobilidade espacial. Por outro lado, o capital social, relações sociais, redes sociais, normas, valores e convicções comuns que confirmam a qualidade e quantidade de interacções sociais entre indivíduos numa comunidade são muito evidenciados nestas duas comunidades. O grau elevado do capital social e a confiança recíproca permitem uma maior harmonização dos seus agentes entre si, maior cooperação e melhor desenho dos projectos em comum. A ligação destas categorias/subgrupos migratórios ao país de origem suscita também desequilíbrios regionais significativos nos lugares de origem. As regiões de Bafatá e Gabú, dos Muçulmanos (Fulas), e Cacheu e Canchungo, para os Manjacos, apresentam-se como grandes regiões com novas urbanizações e com vantagem nas infra-estruturas em relação a muitas regiões que lhes eram similares. Tal obriga, do ponto de vista do crescimento urbano, a um desenvolvimento considerável. As "dependências" das redes de transferência de capitais montadas estrategicamente nestas regiões, como as agências Western Union, são o exemplo dos fluxos financeiros que afectam e circulam nestas zonas do país.

Por sua vez, a realidade da migração dos chamados crioulos/cristãos é recente, às vezes não muito bem preparada, o que acaba por se reflectir na decisão de

integração e continuidade na sociedade de acolhimento. Na nossa definição estes constituem indivíduos com alguma propensão à assimilação, chegando-se a pôr de lado a ideia de regresso à origem. Uma vez que muitos dos que constituem este grupo tendem a perder as suas raízes tradicionais e étnicas, assimilam o estatuto de crioulos ou cristãos.

A grande análise que se pode considerar na comparação destes subgrupos é que apresentam indicadores de retorno e ligação aos locais de origem muito heterogéneos e diferenciados. Os chamados crioulos são muito mais de "contenção" quanto ao retorno, o que é motivado pela preocupação de se integrarem mais na sociedade de acolhimento. Os modos de incorporação e o espaço de vida/habitat na sociedade receptora são o exemplo desta diferenciação, aliados a um discurso de pessimismo acentuado quanto às crises e instabilidade política que se vivem no país de origem. Tal não acontece nas regiões dos Manjacos e Fulas, por exemplo. Esta realidade também não se pode dissociar da falta de experiência de migração e do "crioulismo", que é toda a capacidade e mentalidade de integração e assimilação às culturas de civilização mais ocidentais.

3 - Migração, cooperação e desenvolvimento

Muitos dos países menos desenvolvidos, como a Guiné-Bissau, vivem de recursos ou remessas dos migrantes, como salvaguarda de debilidades das suas economias e da deterioração e crises políticas. Nos últimos anos, as migrações têm sido importantes no desenvolvimento socioeconómico quineense, tanto a nível das remessas como das influências sobre as políticas locais. Segundo o PNUD (2006), o volume de remessas dos emigrantes guineenses variou de 10 milhões de dólares em 2001, para 28 milhões em 2005 (cerca de 8,2% do Produto Interno Bruto). Em comparação, a Guiné-Bissau terá recebido de Portugal, em 2005, como ajuda pública ao desenvolvimento, no quadro do apoio bilateral, 10.874 milhões de euros.

A consciência desta realidade nas várias experiências africanas está a fazer surgir estratégias e políticas que permitam o apoio ao desenvolvimento dos países africanos. São disso exemplo o fórum de Julho de 2001 da Organização da Unidade Africana (OUA) e a cimeira extraordinária da União Africana (UA), em Fevereiro de 2003, onde a diáspora foi aclamada como a sexta região do continente africano. Ainda podemos citar a Cimeira de Ouagadougou; a Cimeira de Banjul; e a Declaração Conjunta da África e União Europeia em Tripoli sobre as Migrações e Desenvolvimento (MIDA, 2007; África-EU, 2006).

Apesar do reconhecimento internacional, esta ainda é uma realidade não encarada de forma muito séria pelo Estado guineense em termos de legislação. E poderá pecar por ser tarde. Do ponto de vista das leis que poderiam estimular e incentivar o investimento dos migrantes, ainda se verifica a confusão entre o agente migrante e o agente estrangeiro/cooperante. Esta situação é evidente no Manual do Regime Geral das Isenções (capítulo IX, lei nº 2/95) e no Código de Investimento no País da Guiné-Bissau (Có, 2003). As isenções referentes aos materiais a desalfandegar pelos migrantes, devido à instabilidade governativa, não são rígidas na sua aplicabilidade, dependendo da "boa" disponibilidade dos sucessivos governos. Porém, em 1986, criou-se o Instituto de Apoio ao Emigrante (IAE), através do decreto-lei n.º 37/86 de 2 de Dezembro, bem como o estatuto geral do emigrante, através do decreto-lei n.º 38/86 de 4 de Dezembro. Mais recentemente, com a criação do cargo de Secretário de Estado das Comunidades, através do decreto presidencial n.º 39/2009, o governo demonstra dar maior atenção à diáspora guineense, pondo em prática os objectivos manifestados nas atribuições dadas ao IAE, através do decreto-lei n.38/86 de 4 de Dezembro.

Não obstante estas medidas, uma outra oportunidade de migração e desenvolvimento, onde os migrantes poderiam ser grandes intérpretes, é a cooperação descentralizada, cujo princípio foi introduzido na Quarta Convenção de Lomé, em 1989, complementado no Regulamento (CEE) nº 443/92 do Conselho (Có, 2003).

3.1 - As associações como redes locais e transnacionais de desenvolvimento

As Associações das Comunidades Migrantes guineenses, essencialmente as de Portugal e França, começaram a constituir-se na segunda fase do crescimento migratório quineense na diáspora global, na década de noventa, e consolidaram-se na década seguinte. Num estado evoluído de volume e aceitação, regista-se uma necessidade de auto-sustentação e de preocupações com o desenvolvimento dos locais e do país de origem. É a consciência da diáspora e do transnacionalismo. As remessas familiares, que promovem o desenvolvimento das famílias e da comunidade, associam-se a projectos de indivíduos organizados colectivamente (comunitariamente) para resolver os problemas que afectam os seus locais de origem. Esse facto não se dissocia da cultura e experiências migrantes dos diferentes grupos guineenses, boa parte identificada etnicamente. Por exemplo, em Portugal, das 35 associações reconhecidas pela Confederação de Associações Guineenses em Portugal, em 2002, 63% apresentavam um carácter étnico, dentro dos quais 91% eram identificadas como de Manjacos e Muçulmanos (Có, 2004). Isto evidencia a influência destes dois grupos na formação do transnacionalismo comunitário quineense.

Segundo o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural português (ACIDI), entre as principais associações que podem comprovar a existência de uma relação laboral a fim de se obter uma autorização de residência para exercício de actividade profissional – segundo a Lei da imigração n.º23/2007, de 4 de Julho –, encontram-se três associações guineenses: a Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), a Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal (ANPRP) e a Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque (AUPIB). De sublinhar que, tirando a reconhecida capacidade de intervenção da AGUINENSO,

uma das mais importantes associações de imigrantes em Portugal, as duas últimas possuem uma natureza étnica/comunitária, destacando-se pelas suas capacidades de organização, intervenção, integração dos seus pares migrantes e ligação ao país (local) de origem (Guiné-Bissau).

A lógica de intervenção transnacional destas associações (tanto de Portugal como de França) destina-se, na sua maior parte, às áreas sociais (educação e saúde), estando a emergir também a área agrícola na estratégia de desenvolvimento local. Devido a limitações no quadro profissional dos seus membros, chegam a mobilizar profissionais estrangeiros dos países de acolhimento para colaborarem nos seus espaços de origem. São disso exemplo a Associação de Amizade Matosinhos-Portugal / Mansoa-Guiné-Bissau, com estratégias de intervenção ao nível da saúde e da educação, e a Associação Moura-Bissau. Esta última (Associação Moura-Bissau) colaborou na instalação de uma biblioteca em Bissau e no envio de ajuda medicamentosa para o hospital Simão Mendes (o hospital principal de Bissau), para o Centro Hospitalar de Mansoa e para a Missão Católica em Bissau; organizou cursos de formação em Administração Pública Directa e Administração Autárquica, com o apoio de formadores portugueses que se deslocaram à Guiné-Bissau; e incentivou estágios de alguns profissionais quineenses em Portugal. Estas são experiências felizes que estão a crescer, sendo cada vez mais habitual ver grupos de estrangeiros de diferentes cantos do mundo a intervir sazonalmente na Guiné-Bissau, em colaboração com os nacionais, em projectos de ajuda em medicamentos, intervenções cirúrgicas, materiais escolares e desportivos, construção de estabelecimentos de ensino básicos, construção de diques para o desenvolvimento da agricultura, orientações para formação em gestão e desenvolvimento do comércio, etc.

A capacidade de intervenção e o reconhecimento das Associações das Comunidades Migrantes, apesar da crise mundial, é evidente no país de origem. Hoje em dia, muitas Associações criam e intermedeiam parcerias entre os governos do país de origem e de acolhimento, através de projectos transnacionais com grandes implicações nos espaços de origem. O exemplo mais recente e marcante é o surgimento do grupo GRDR (Groupe de Recherche et de Réalisations pour le Développement Rural), em matéria de migração, cidadania e investigação. O GRDR está na Guiné-Bissau desde 2009, através da confederação de associações de emigrantes guineenses de etnia manjaca em França. É um grupo que surgiu através de engenheiros senegaleses e malianos em França, em finais dos anos sessenta, com dinâmicas de projectos e sinergias transnacionais em diferentes áreas. Na Guiné-Bissau, o GRDR acompanha a realização de projectos com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações locais, através da colaboração entre as populações e os emigrantes oriundos das regiões. Neste momento, em Cacheu², o GRDR está a implementar o Programa

Cacheu é uma das oito regiões administrativas da Guiné-Bissau, composta por uma população de 185 053 habitantes (RGPH, 2009), na sua maioria do grupo étnico Manjaco. É uma zona fronteiriça com elevado potencial para o desenvolvimento económico, com alta taxa de emigração e uma implicação muito importante dos emigrantes no processo de desenvolvimento local.

de Apoio às Iniciativas de Desenvolvimento Local (PAIDEL), com financiamento da União Europeia, Associações de Emigrantes e fundos próprios, através do levantamento de mapas temáticos de diferentes áreas (saúde, agricultura, educação). Este programa será depois apresentado à Confederação de Emigrantes em França, Espanha e Portugal, a fim de participarem na decisão final de escolha de prioridades para o desenvolvimento dos seus locais de origem. Estes exemplos e experiências, ainda em fase embrionária, testemunham mais do que o contributo transnacional no desenvolvimento da Guiné-Bissau, mas sim, em particular, a experiência e o estado de amadurecimento da emigração guineense através do grupo étnico Manjaco.

3.2 – Quadros superiores, capital humano e projectos de ligação a Guiné-Bissau

De forma geral, a África tem visto muitos dos seus melhores quadros superiores (altamente qualificados) deixarem o continente. Isso também ocorre devido às políticas de imigração dos países desenvolvidos, que atraem os respectivos quadros, sobretudo nas áreas de engenharia e profissionais de saúde (Lowell, 2002). É certo que têm surgido estratégias de inversão desta tendência, assim como projectos que têm permitido uma melhor colaboração da diáspora africana no desenvolvimento do próprio continente. Num simpósio em Turim (Itália), em Junho de 2006, a Comissão Económica para África (ECA) reportou que, embora África tenha sofrido uma perda considerável dos seus quadros altamente qualificados para os países mais desenvolvidos, algumas evidências têm comprovado os efeitos positivos do retorno, sobretudo nos aspectos sociais e económicos do desenvolvimento africano (África-EU, 2006). Basta olharmos para a variação das remessas da diáspora migrante da África em geral (apesar de esta não se resumir à diáspora africana qualificada). Em 1995, aquela era de 58 mil milhões de dólares americanos, e em 2004 foi de 160 mil milhões de dólares, muito acima do Official Development Assistance (ODA), que variou no mesmo período homólogo de 59 mil milhões para 79 mil milhões (World Bank, 2006).

Apesar do volume de quadros altamente qualificados de alguns países africanos, a taxa de integração profissional – que testemunha a relação positiva, entre a formação e enquadramento socioprofissional – de alguns países, incluindo os PA-LOP, é muita baixa, caso de São Tomé (18%), Moçambique (18%), Angola (17%), Cabo Verde (15%), Guiné-Bissau (14%), Argélia (14%), Marrocos (13%), Camarões (13%), Mali (11%) (Marfouk e Abdeslam, 2007). Por consequência, a promoção de políticas coerentes para as migrações e desenvolvimento tem estado, cada vez mais, na agenda dos debates e acordos entre países do Norte (desenvolvidos) e Sul (em desenvolvimento). É disso exemplo a conferência de Rabat (Marrocos), em Julho de 2006, e de Tripoli, em Novembro do mesmo ano, onde o MIDA (Migrações para o Desenvolvimento Africano) é, cada vez mais, pensado e estruturado como um instrumento de coerência para as migrações e desenvolvimento, permitindo acordos de parcerias entre os países envolvidos (África-EU, 2006; cf. supra).

Na agenda das mobilidades internacionais e das diásporas migratórias, os dados estatísticos sobre a Guiné-Bissau são difíceis de encontrar. Os números disponíveis testemunham que a taxa de emigração dos quadros altamente qualificados quineenses é de 24,4% (Marfouk e Abdeslam, 2007).

A categoria dos quadros quineenses qualificados também apresenta subgrupos, movidos pela maior ou menor discriminação no mercado de emprego. Muito embora esta discriminação seja às vezes oculta, contribui muito para as decisões e perspectivas de vida. Por um lado, temos a categoria dos médicos e alguns enfermeiros, normalmente mais bem enquadrados profissionalmente em relação às outras categorias profissionais. Por consequência, são os que apresentam menor propensão ao retorno e/ou à ideia de regresso em curto prazo. Isto apesar de a encararem para o futuro. Por outro lado, existe uma categoria que enquadra vários grupos de profissionais das áreas das ciências sociais e humanas, incluindo gestão, economia, direito, etc.. Estes apresentam geralmente um enquadramento profissional pouco adequado, associado à submissão a certos empregos não qualificados, o que reforça também o impasse perante a perspectiva de retorno. Este pode ser motivado quando existem incentivos de cooperação técnica. É o caso de projectos como o RQAN (Retorno de Quadros Qualificados Africanos), que fez regressar 57 dos quadros quineenses, e possivelmente o MIDA (Migração e Desenvolvimento Africano), como novo projecto para retorno dos migrantes. Para além disso, o país de origem até à data pouco tem feito para incentivar e enquadrar os quadros qualificados, o que se reflecte na situação em que se encontra o país (desprovido de quadros) (Có, 2003).

O TOKTEN (Programa de Transferência de Conhecimentos dos Expatriados) é um outro programa com o mesmo objectivo global do RQAN, o de reforçar a capacidade institucional do governo da Guiné-Bissau nos sectores prioritários do desenvolvimento, como a administração pública, saúde, educação, agricultura e sector privado, proporcionando facilidade e integração profissional e social dos quadros. Porém, o programa não foi ainda implementado. Actualmente há determinação do governo de retomar um projecto igual, estando uma equipa de investigação do CeSA (ISEG/ Universidade Técnica de Lisboa) a realizar um estudo sobre os quadros quineenses na diáspora (França e Portugal), que possam servir de contributo ao processo de desenvolvimento económico do país.

De facto, há exemplos elucidativos de experiências de ajuda ou contributo ao desenvolvimento da diáspora guineense em geral, como é o caso de várias actividades e iniciativas de dirigentes associativos e de associações de imigrantes laborais não qualificados para com o desenvolvimento das comunidades locais de origem, mesmo sem peso significativo (Có, 2004). Porém, em termos de redes de representação da diáspora guineense qualificada, e dos próprios profissionais da área da saúde, apenas existem algumas iniciativas de debates e contribuições socioculturais e políticas de associações de estudantes e quadros superiores (Bolanha e Guineáspora). Esta preocupação demonstra a fragilidade das redes migratórias da diáspora qualificada guineense, ao contrário de algumas redes dos imigrantes clássicos, que têm tido contributos assinaláveis nos espaços de origem sem intervenção/apoio do Estado.

A experiência da migração guineense qualificada testemunha elementos importantes na reflexão das teorias migratórias. Na realidade migratória, o capital humano é importante na ligação ao mercado de trabalho, considerado como o conjunto de todas as oportunidades de formação adquiridas. Na compreensão da realidade migratória guineense é um pouco exagerado fazer essa correlação positiva. São disso exemplo claro os migrantes com formação superior mas que não conseguem empregos compatíveis com os seus níveis académicos, pelo que muitos deles optam (in) voluntariamente pelo segmento secundário do mercado de trabalho. Isso reforça a tese, por um lado, de os determinantes socioculturais serem importantes na própria performance do capital humano e consequente integração em qualquer mercado de emprego; e, por outro, a experiência e cultura migratórias serem importantes na integração e construção de processo de transnacionalismo na experiência migratória guineense.

4 - Considerações finais

Na agenda internacional, a tipologia da diáspora guineense testemunha três grupos migrantes que, em boa parte, partilham o mesmo espaço de vida nos países de acolhimento, mas que apresentam uma experiência de transnacionalismo diferenciada. Em primeiro lugar, encontramos o grupo de experiência migratória representado pelos Manjacos e Fulas. Em segundo, o grupo de migrantes clássicos guineenses, com dinâmica a partir de meados da década de oitenta. Em terceiro, o grupo de qualificados, constituído por quadros *overstayers*, resultantes do fluxo estudantil associado aos acordos de formação assegurados pela convenção de Lomé III (renovada em 2000), entre a União Europeia e Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), e por alguns profissionais da área da saúde, que emigraram de forma significativa após o conflito político-militar de 1998/99. De forma geral, a história da mobilidade dos guineenses para a Europa, incluindo Portugal, também se associa, por um lado, às consequências das crises socioeconómicas, movidas por falhanços de iniciativas e programas de relançamento económico durante os anos oitenta na Guiné-Bissau, e, por outro, à instabilidade político-militar que o país vive desde a sua independência.

O crescimento do volume da diáspora guineense qualificada tem sido acompanhado pelo surgimento de redes de enquadramento e protecção dos migrantes, com natural propensão de ligação ao país de origem. São disso exemplo as inúmeras associações de migrantes clássicos e de quadros qualificados. No entanto, são redes que têm conhecido experiências diferenciadas de agenda transnacional, sendo que as que representam migrantes clássicos (essencialmente Manjacos e Fulas) são mais transnacionais do que as de crioulos e quadros qualificados. De facto, com propósitos assentes em políticas

de inversão da fuga de quadros e desenvolvimento de estratégias que permitam a utilização do know how dos quineenses na diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, as principais redes de representação da diáspora guineense qualificada têm realizado esforços, através de debates, conferências e seminários sobre temas ligados ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, especialmente na área da saúde.

Porém, determinantes socioculturais e o peso negativo do capital social e simbólico, traduzido na falta de capacidade do país de origem em se mobilizar e envolver em acordos internacionais de reciprocidade para o benefício dos seus migrantes, bem como a falta de cultura e experiência organizativa das redes da diáspora guineense qualificada, continuam a constituir obstáculos intervenientes no processo (quineense) de migrações e desenvolvimento. Estas dificuldades, associadas à ausência do Estado, não afectam as redes de associações de migrantes clássicas que, pela experiência e cultura migratórias, estão bastante ligadas aos seus locais de origem, através de projectos ligados à saúde, educação e agricultura.

Referências bibliográficas

- Africa-EU (2006), "Joint AFRICA-EU Declaration on Migration and Development", TRI-POLI, SIRTE, 22-23 November – Final Version.
- Baganha, Maria et al. (2001), Imigração e Política: O Caso Português, Fundação Luso -Americana para o Desenvolvimento, Edição CES.
- Böhning, W. R. (1996), "Employing Foreign Workers", A Manual on Policies and Procedures of Special Interest to Middle and Low-income Countries, Geneva, International Labour Office.
- Castles, Stephen et al (1998), The age of Migration: International Population Movements in the Modern Word, 2° Edition, McMillan, Press Lda.
- Castles, Stephen (2000), « Les Migrations Internationales au Début du XXIe Siècle: Tendances et Problèmes Mondiaux »; In Revue Internationale de Sciences Sociales pp. 313-329, RISS 165/Septembre UNESCO.
- Có, João R. Butiam (2003), Migração Guineense e Retorno: um Mito ou uma Realidade Desencorajada?, Tese mestrado – ISEG/UTL.
 - (2004), "Migrações e Desenvolvimento: As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense", SOCIUS Working Papers n.º 12/04 – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – ISEG/UTL Lisboa.
- Cohen, Robin (ed.) (1996) The Sociology of Migration The International Library of Studies on Migration – Series Editor, University of Warwick, UK.
- Cruz, António (1999), "Os Eternos Culpados" In Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio, ano 27, n.º 1, pp. 26-28, Rio de Janeiro.

- Faist, Thomas (2000), The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces, New York, Clarendon Press, Oxford University Press.
- Jackson, John (1991), Migrações, Lisboa, Edições Escher.
- Kastoryano, Riva (2000), « Immigration, Communautés Transnationales et Citoyenneté » In Revue Internationale de Sciences Sociales pp.: 353-359, RISS 165/Septembre UNESCO.
- Lowell, B. (2002) Policy Responses to the International Mobility of Skilled Labour- International Migration Paper, n. ° 45, Geneva, International Labour Office.
- Machado, Fernando Luís, (2002), Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Oeiras, Celta Editora.
- Marfouk e Abdeslam (2007), "The African Brain-Drain: scope and determinants", Working paper, n. °8, Research Series, Dulbea, L'Université Libre de Bruxelles.
- MIDA (2007), Migration for Development in Africa Mobilizing the African Diasporas for the Development of Africa, Geneva, International Organization for Migration (IOM).
- OIM (Organisation Internationale pour les Migrations) (2001), Migrations pour le Développement en Afrique (MIDA), Programme de Renforcement des Capacités dans les Pays Africains, Switzerland, 17 route des Morillons, Geneva 19.
- Papademetriou, Demetrios (1999), "Ilusões e Realidade" Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio, ano 27, n.º1, pp.: 18-23, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.
- PNUD (2006), Rapport National sur le Développement Humain en Guinée-Bissau, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), República da Guiné-Bissau, Bissau.
- Portes, Alejandro (1999), Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação, Oeiras, Celta Editora.
- Salt, John et al (2000), « Les Migrations Internationales dans la Région de CEE-ONU: Caractéristiques, Tendances et Politiques », Revue Internationale de Sciences Sociales 165/Septembre, UNESCO, pp. 361-377.
- Simon, Gildas (1999), "Acolher ou Rejeitar" Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio, ano 27, n.º 1, pp.: 23-26, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.
- Tapinos, George (2000), « Mondialisation, Intégration Régionale, Migrations Internationales », In Revue Internationale de Sciences Sociales pp.: 343-353, RISS 165/ Septembre, UNESCO.
- Todd, Emmanuel, (1994), Le Destin des Immigrés Assimilation et Ségrégations dans les Démocraties Occidentales, Paris, Edition Seuil.
- World Bank (2006), "Capital flows to Africa and their impact on growth", in Economic Report on Africa.



Mobilidade e migrações na Guiné-Bissau: dinâmicas históricas e determinantes estruturais ¹

Alexandre Abreu²

Resumo

A mobilidade humana desempenha um papel central ao longo da história da Guiné--Bissau. Das expansões mandinga e fula do último milénio à migração para França ao longo do último século; da transumância, ainda hoje praticada na parte leste do território à migração rural-urbana das últimas décadas; e da consolidação de um sistema migratório pós-colonial com destino a Portugal à recente diversificação dos contextos de acolhimento da diáspora, a mobilidade humana no interior da Guiné-Bissau e para o seu exterior tem moldado e sido moldada pela trajetória política, económica e social, tanto deste território como dos espaços em que se insere e com que interage. Este artigo apresenta uma panorâmica destes padrões de mobilidade ao longo da história, com ênfase nas últimas décadas, e procura relacioná-los quer com os principais fatores estruturais que os determinaram, quer com o padrão de dispersão geográfica a que deram origem. Conclui-se que a mobilidade das populações deste território tem origens históricas muito antigas, é extremamente diversa e só pode ser adequadamente compreendida à luz de uma perspetiva histórica e estrutural. Procura-se assim contribuir para um melhor conhecimento das causas e diversidade dos padrões de mobilidade no caso da Guiné-Bissau, mas também para um entendimento mais sofisticado e realista dos determinantes da mobilidade humana em geral.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, migrações, mobilidade, história, diáspora

1. Introdução

A perceção generalizada dos padrões de mobilidade característicos dos países da África Subsariana inclui habitualmente três componentes: o mito da imobilidade

Este artigo baseia-se parcialmente em informação recolhida no âmbito de um projecto de doutoramento na School of Oriental and African Studies (Universidade de Londres) que beneficiou de apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (bolsa de doutoramento SFRH/BD/37628/2007).

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL). Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. E-mail: alexjabreu@gmail.com.

pré-moderna, ou seja, a ideia segundo a qual as comunidades "tradicionais" – préindustriais e pré-capitalistas – eram e/ou são essencialmente estáticas em termos socioespaciais; a migração rural-urbana no contexto da urbanização induzida pela modernização; e a migração intercontinental em massa no período pós-colonial, decorrente dos enormes diferenciais de rendimento face a um Norte global rico e industrializado. Trata-se de uma perceção que é consistente, nas suas componentes tanto interna como internacional, com uma conceção dos movimentos migratórios enquanto mecanismo mais ou menos automático de ajustamento em face de diferenças de rendimento – na linha dos modelos neoclássicos das migrações de que o modelo de Harris-Todaro constitui o exemplo mais conhecido e influente.³ Esta perceção, que tende a aplicar-se à generalidade dos países em desenvolvimento (não constituindo o caso da Guiné-Bissau uma exceção), não só se encontra extremamente disseminada ao nível do senso comum e da opinião pública desse mesmo Norte global, como é também performativa, na medida em que afeta as representações da população migrante e a formulação de políticas em domínios como a regulação dos fluxos ou a cooperação para o desenvolvimento.

Na realidade, porém, a mobilidade humana, tanto na África Subsariana em geral como no caso particular da Guiné-Bissau, é muito mais diversa e complexa do que é assumido e sugerido pela imagem simplista atrás descrita – e este artigo recorre a este exemplo particular de modo a contribuir para desmontar essa mesma imagem. Como veremos, a população da Guiné-Bissau possui uma história de mobilidade muito antiga e diversa, associada a um vasto conjunto de determinantes ambientais, económicos, sociais e políticos, à qual se sobrepuseram posteriormente novas dinâmicas decorrentes das oportunidades e constrangimentos decorrentes da trajetória colonial e pós-colonial deste território. Em virtude disso mesmo, a Guiné-Bissau, tal como a generalidade dos países da África Subsariana, caracteriza-se por uma sobreposição e articulação complexas de dinâmicas de mobilidade que ultrapassam em muito a imagem simplista veiculada no início desta introdução.

Este artigo visa, assim, contribuir para um melhor conhecimento destas dinâmicas de mobilidade, dos determinantes estruturais que lhe estiveram e estão associados, e das suas consequências ao nível dos padrões de dispersão interna e internacional da população deste território. Para esse efeito, apresenta uma panorâmica histórica das principais dinâmicas de mobilidade interna no interior deste território e de migração internacional com origem nele (parte 2), seguida de uma breve caracterização qualitativa e quantitativa da diáspora guineense na atualidade (parte 3). Nas conclusões (parte 4), salienta-se o caráter estrutural dos determinantes das dinâmicas de mobilidade analisadas e argumenta-se, em termos mais gerais, em favor de uma abordagem ao estudo das migrações que tenha em conta a diversidade da mobilidade humana e que privilegie o método histórico e os fatores de caráter estrutural.

O modelo de Harris-Todaro postula que a intensidade dos movimentos migratórios entre duas regiões é uma função da diferença entre os níveis de rendimento nessas duas regiões ponderados pelas respetivas taxas de desemprego: Harris, John and Todaro, Michael, «Migration, unemployment and development: a two-setor analysis», The American Economic Review, 60(1), 1970, 126-142.

2. Guiné-Bissau: uma história de mobilidade

As migrações – e a mobilidade humana em geral – constituem um aspeto perene e central da história da Guiné-Bissau. Se isso é especialmente evidente no caso dos períodos colonial e pós-colonial, não é menos verdade no que se refere ao seu passado pré--colonial: com efeito, a diversidade e importância dos movimentos populacionais ocorridos ao longo de toda a história deste território constituem uma eloquente refutação do mito da imobilidade das sociedades pré-modernas, tal como enunciado na introdução deste artigo.

As primeiras fontes históricas relativas à sub-região da África Ocidental remontam ao século XI da nossa era e consistem em registos de cronistas e historiadores árabes.⁴ Por esse motivo, possuímos um conhecimento bastante mais sistemático relativamente aos eventos e dinâmicas posteriores a esta época do que em relação àqueles que lhe são anteriores – nomeadamente no que se refere aos milénios em que decorreu o povoamento do atual território quineense por parte dos grupos populacionais cuja posterior reorganização deu origem ao mosaico de grupos étnicos animistas presentes na Guiné-Bissau atual e, principalmente, nas suas regiões costeiras e insulares. Ainda assim, os vestígios arqueológicos revelam que a sub-região da África Ocidental foi originalmente povoada há milénios, tendo posteriormente passado por processos extremamente profundos de transformação social, que incluíram a domesticação endógena de espécies agrícolas locais e um afluxo migratório de grandes dimensões e importância por parte de grupos pastoralistas oriundos das regiões do Sara e Sahel por volta de 4.000-3.000 a.C., em consequência da conclusão do processo de desertificação do Sara por volta desta altura.⁵

Sabe-se, assim, que o território da Guiné-Bissau atual era já habitado há muito tempo, tendo já passado por diversas e profundas recomposições societais e populacionais, quando teve lugar, já no período estritamente histórico, a primeira das expansões querreiras dos dois grandes grupos etnolinguísticos que constituem atualmente a larga maioria da população islamizada deste país. A primeira destas expansões foi a do grupo étnico mandinga (também conhecido como malinke), cuja presença no território da atual Guiné-Bissau remonta ao século XIII;6 a segunda, vários séculos mais tarde, teve lugar no contexto da jihad levada a cabo a partir do século XVIII pelos fulas (também designados por peul ou fulani), oriundos da região de Futa Djallon (na atual Guiné-Conacri), a qual envolveu a subjugação, e nalguns casos conversão, de diversos grupos pré-existentes (incluindo os próprios mandingas desta região, cujo Reino de Kaabu, vassalo do império mandinga do Mali, foi derrotado na batalha de Kansala em 1868 e subsequentemente convertido ao Islão).⁷ A coexistência híbrida e sincrética de elementos animistas e muçulmanos que caracteriza a matriz cultural guineense na atualidade é, por isso, ela própria um produto

Davidson, Basil, A History of West Africa: 1000-1800, London, Longman, 1978.

⁵ McIntosh, Susan and McIntosh, Roderick, «New perspectives on the later prehistory of West Africa», Journal of World Prehistory, 1(2), 1988, 89-133.

⁶ Pélissier, René, *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia*, Lisboa, Estampa, 1989.

Pélissier (ibid).

de movimentos populacionais de grande importância histórica, no contexto dos quais grupos animistas pré-existentes, caracterizados por formas de organização sociopolítica relativamente mais elementares e fragmentadas, foram empurrados em direção à costa atlântica, subjugados e/ou aculturados por dois grandes estados do interior do continente dotados de superiores capacidade militar e organização sociopolítica – um dos quais (os fulas) foi o principal responsável pela expansão do Islão na África Ocidental.

Paralelamente a estas dinâmicas intracontinentais de expansão, recomposição e aculturação, a redescoberta do território da Guiné-Bissau atual por parte dos navegadores portugueses e a subsequente fundação de entrepostos comerciais a partir do século XVI8 estiveram também na origem de movimentos e recomposições populacionais significativos – designadamente, através da frequente relocalização de parte da população local para as áreas em redor das feitorias e entrepostos portugueses, a fim de realizar trocas comerciais e tirar partido das oportunidades económicas aí existentes.9 O caso de Geba, localidade onde os navegadores e mercadores portugueses fundaram uma feitoria no século XVII, é especialmente interessante, na medida em que os processos de miscigenação e de conversão ao Cristianismo de parte da população local estiveram na origem da emergência de um grupo sociocultural distinto – os cristãos de Geba – que persiste até aos nossos dias como referente hetero e autoidentitário a um nível análogo, por exemplo, aos fulas, mandingas, manjacos ou balantas. Assinale-se, entretanto, que a aculturação foi um processo de duplo sentido, tal como ilustrado pelo exemplo dos lançados - mercadores e aventureiros portugueses que penetraram no interior do território guineense e adotaram práticas linguísticas e culturais locais. Com efeito, foram precisamente estes processos de hibridização e aculturação mútua que estiveram na origem da emergência e desenvolvimento da língua e cultura crioulas ao longo dos séculos subsequentes. 10

O período de colonização efetiva do território iniciou-se em finais do século XIX (no contexto da chamada "partilha de África") e envolveu uma série de campanhas de "pacificação" levadas a cabo pelo exército colonial português contra os grupos locais que resistiam à sua dominação. 11 Estas guerras constituíram uma importante causa de movimentos populacionais significativos, como também o foram a subsequente introdução de impostos coloniais, os trabalhos forçados (principalmente no contexto da construção de infraestruturas) e a imposição de culturas agrícolas obrigatórias por parte da administração colonial.¹² Por exemplo, a grande migração balanta a partir do seu território "original" na região de Oio em direção ao sul do território guineense, na primeira metade do século XX, terá sido essencialmente motivada pela escassez de arroz no norte do território, por sua vez provocada pelas alterações na organização social da produção agrícola decorrentes da imposição do cultivo do amendoim por parte da administração colonial.¹³

A redescoberta do território quineense é habitualmente atribuída a Nuno Tristão, por volta de 1446, tendo a primeira feitoria portuguesa em território quineense, Cacheu, sido fundada em 1588 (Pélissier, ibid).

Nafafé, José, Colonial Encounters: Issues of Culture, Hybridity and Creolisation, Frankfurt, Peter Lang, 2007.

¹⁰ Nafafé (ibid).

¹¹ Pélissier (ibid).

¹² Carreira, António e Meireles, Artur, «Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné Portuguesa», Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, XIV(53), 1959, 7-19.

Van der Ploeg, Jan, «Autarky and technical change in rice production in Guinea-Bissau: on the importan-

Por outro lado, a existência de dinâmicas significativas de mobilidade neste território, tanto na era moderna como muito antes dela, esteve sempre associada a um conjunto alargado de fatores que não se limitavam às oportunidades e constrangimentos introduzidos por exércitos invasores e outras causas externas. Pelo contrário, fatores internos, tais como a pressão demográfica sobre a terra, a deterioração dos solos ou os resultados de disputas no âmbito de estruturas políticas tradicionais estiveram, também, de forma consistente e desde tempos remotos, na origem de movimentos populacionais significativos. ¹⁴ Para muitas comunidades costeiras e insulares, a mobilidade no contexto do ciclo agrícola é uma prática secular que permaneceu até aos nossos dias, envolvendo a deslocação de umas áreas para as outras a fim de cultivar diferentes colheitas em diferentes alturas do ano. Fora do contexto estritamente agrícola, os manjacos, papeis e mancanhas têm uma longa tradição de migração temporária para sul, leste e em direção a Bissau em busca de emprego durante a estação seca, naquela que é a época de menor actividade no que concerne à produção de arroz. 15 Adicionalmente, muitas comunidades pastoralistas do Leste do território quineense permaneceram seminómadas até meados do século XX – continuando ainda hoje a praticar a transumância, ainda que de forma residual. O que todos estes exemplos mostram é que, embora o período de colonização efetiva, com a conflitualidade, repressão e imposição de mudanças ao nível da organização socioeconómica que lhe estiveram associadas, tenha estado na origem de dinâmicas e padrões específicos de mobilidade, estes vieram apenas sobrepôr-se (acentuando ou modificando) a uma longa tradição de mobilidade temporária ou permanente por uma variedade de motivos, partilhada pela generalidade dos grupos populacionais presentes neste território.

A emergência da primeira corrente migratória significativa da era contemporânea em direção ao exterior do território da atual Guiné-Bissau teve lugar em meados do século XIX¹⁶ e correspondeu à migração, principalmente por parte de indivíduos pertencentes aos grupos étnicos mancanha e manjaco, em direção ao sul do Senegal, em busca de emprego nas plantações de amendoim, com vista à colheita de borracha e, mais tarde, em atividades não-agrícolas como o trabalho doméstico.¹⁷ Estes movimentos populacionais foram inicialmente induzidos pelo aumento da pressão demográfica sobre a terra na região Norte e pela proximidade ao Senegal, tendo posteriormente sido reforçados pela "pacificação" e repressão coloniais – e pela crescente consciencialização de que as estra-

ce of commoditization and de-commoditization as interrelated processes». In Haswell, M. and Hunt, D. (eds.) *Rural Households in Emerging Societies*, Oxford, Berg Publishers, 1990, 93-113. Temudo, Marina «From the margins of the State to the presidential palace: the Balanta case in Guinea-Bissau», *African Studies Review*, 52(2), 2009, 47-67.

Carreira e Meireles (ibid); Jao, Mamadu, «Origem étnica e migração entre os mancanha da Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série(6), 2003, 107-120.

¹⁵ Cardoso, Leonardo, «Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série (3), 2002, 29-50.

Excluindo aqui a mobilidade transfronteiriça de âmbito relativamente local (por exemplo, no contexto de cerimónias de iniciação) por parte de grupos etnolinguísticos cujos territórios habituais extravasam as fronteiras Norte e Sul, como os felupes (também designados por diolla) no Norte, ou os nalu e os sosso no Sul.

¹⁷ Gable, Eric, «The Culture Development Club: youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau», *Anthropological Quarterly*, 73(4), 2000,195-203; Jao (ibid).

tégias migratórias constituíam uma via possível para a emancipação individual em contextos sociais considerados opressivos devido a práticas como os casamentos forcados. 18

Num segundo momento, e parcialmente em consequência da sua experiência de navegação enquanto grupo populacional costeiro, os manjacos viriam então a consolidar e diversificar esta corrente migratória ao procurarem emprego, de forma crescente, na marinha mercante colonial francesa. Isso acabaria por conduzir à instalação em França dos primeiros pioneiros intercontinentais manjacos em inícios do século XX¹⁹ e à subsequente consolidação de um sistema migratório ligando o norte da Guiné-Bissau, o Senegal (incluindo a Gâmbia, que se encontra inteiramente incrustada em território senegalês) e a França.²⁰ Precisamente em consequência das origens deste processo, a numerosa comunidade de origem manjaca atualmente residente em França encontra-se ainda fortemente concentrada nas principais cidades portuárias ou na sua vizinhanca – particularmente em Marselha e ao longo do vale do Sena, entre Le Havre e Paris²¹ –, pese embora o facto de, naturalmente, a maior parte destes migrantes e dos seus descendentes ter posteriormente ocupado segmentos socioprofissionais distintos, com especial destaque para o setor da construção automóvel no contexto das décadas "douradas" de crescimento económico e expansão industrial após a 2ª Guerra Mundial.²²

A fase final do período colonial esteve também associada a movimentos populacionais significativos, internos e externos, principalmente em consequência da guerra de independência que teve lugar entre 1963 e 1974. À medida que o conflito se intensificou, verificouse um crescente afluxo populacional em direção à capital com vista a escapar aos efeitos diretos da guerra, o qual despoletou um processo de urbanização que, por razões distintas, haveria de persistir e acelerar no período após a independência. Também durante a guerra e um pouco por todo o território, numerosas comunidades rurais foram voluntária ou coercivamente agrupadas e/ou deslocadas, tanto pela administração colonial como pelo exército de libertação (PAIGC), a fim de subtrair as respetivas populações ao controlo inimigo. Por outro lado, verificou-se também uma intensificação dos fluxos com destino ao exterior do território, com o objetivo de escapar tanto ao conflito propriamente dito, como à intensificação da repressão política por parte da administração colonial.²³ Na sua maioria, estes fluxos tiveram como destino o Senegal, reforçando ainda mais o contingente guineense presente nesse país, mas dirigiram-se também, em menor grau, para a República da Guiné (Conacri), onde se situava o quartel-general do PAIGC durante a guerra de independência.

Jao (ibid).

Curiosamente, a expressão que designa na língua manjaca estes primeiros migrantes que rumaram a França reflecte precisamente o processo que esteve na origem desta corrente migratória: "napat ubabu", ou "aqueles que remam (napat) para a terra dos brancos (nababu)".

²⁰ Carreiro, Maria, Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono: A Diáspora Guineense em Portugal, Lisboa, Fundação Portugal-África, 2011.

GRDR, Répertoire des Associations de Migrants de Guinée-Bissau, Montreuil, GRDR, 2010.

²² A comunidade de origem manjaca residente em França caracteriza-se, porém, por uma grande invisibilidade estatística, por um lado em virtude do facto de muitos terem migrado enquanto senegaleses (tendo adquirido originalmente a sua documentação já neste último país) e, por outro lado, em resultado do caráter assimilacionista da política de integração francesa. Um aspeto particularmente curioso desta migração e assimilação por etapas (Guiné-Bissau – Senegal – França) consistiu na galicização de apelidos de raiz portuguesa: Gomis, Mendy e Saha – apelidos muito comuns entre a comunidade de origem manjaca residente em França (incluindo alguns jogadores de futebol internacionais franceses) – correspondem à galicização de, respectivamente, Gomes, Mendes e Sá. ²³ Čardoso (ibid).

O período que se seguiu à independência em 1973-74 trouxe consigo um conjunto de novas mudanças ao nível dos padrões de mobilidade, tanto nacional como internacional. A expansão das oportunidades económicas em Bissau, associada à substituição da administração colonial por uma administração local, intensificou os processos de migração rural-urbana e urbanização que haviam sido despoletados pela guerra (Figura 1). Por outro lado, muitos (embora nem todos) os colonos portugueses regressaram à metrópole, tendo sido acompanhados neste processo por uma primeira vaga de migrantes "luso-quineenses" (tipicamente pertencentes à "sociedade crioula" de Bissau, com um estatuto social relativamente elevado e caracterizados por diversos tipos de ligações à antiga administração colonial²⁴). Esta constituiu a primeira fase no desenvolvimento e consolidação de um sistema migratório pós-colonial ligando a Guiné-Bissau com a sua antiga metrópole, o qual emergiu de forma paralela (e com escassas ligações) à migração para França via Senegal. Com efeito, embora ao longo das décadas subsequentes tenha havido alguma sobreposição temporal entre estas duas grandes correntes migratórias, numa perspetiva de médio/longo prazo podemos afirmar que a migração para Portugal foi em grande medida sucessora da migração para França, uma vez que a renovação dos fluxos migratórios para este último país entrou em declínio (em grande medida devido à contração económica da década de 70 e às restrições adicionais à imigração então impostas em França), precisamente na altura em que a migração para Portugal emergiu de forma significativa. Por outro lado, o final da guerra e a independência recém-alcançada estimulou também o regresso de parte da população quineense que havia procurado refúgio no Senegal, embora este processo tenha tido lugar de forma apenas gradual e tenha continuado a ser compensado por novos fluxos de saída, na medida em que os fatores que lhes estavam subjacentes não se limitavam ao conflito e à repressão colonial.

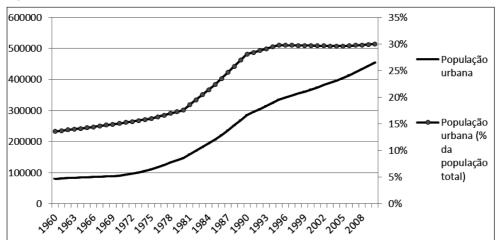


Fig. 1: População urbana da Guiné-Bissau (valor absoluto e % da população total), 1960-2009

Fonte: World Bank Development Indicators

O golpe de estado de 14 de novembro de 1980, que derrubou o Presidente Luís Cabral e implicou a plena separação política da Guiné-Bissau e Cabo Verde, teve também como consequência a remoção de numerosos quadros de origem cabo-verdiana, tanto

Machado, Fernando Luís, Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Oeiras, Celta, 2002.

de cargos de responsabilidade política como da estrutura da administração pública, tendo boa parte destes rumado a Cabo Verde ou a Portugal. As perseguições, repressão e exílios no período pós-independência não se iniciaram, porém, com o golpe de estado de 1980, pois já no período anterior um número considerável de pessoas (nomeadamente antigos combatentes quineenses que haviam servido no exército colonial) fora forçado a abandonar o país de modo a evitar consequências mais graves, tendo muitos sido detidos e executados nos primeiros anos após a independência.

Enquanto a presidência de Luís Cabral (1973-1980) se caracterizara por uma política económica desenvolvimentista de inspiração socialista, com a tentativa de criação de um setor empresarial estatal alargado, a década que se seguiu (sob a liderança autocrática de João "Nino" Vieira) correspondeu à gradual adoção de uma postura bastante mais pragmática e orientada para a satisfação das exigências dos doadores externos, consumada, em 1986, com a implementação de um programa de ajustamento estrutural de acordo com os cânones do Consenso de Washington.²⁵ Tanto num período como no outro, porém, o setor agrário e as áreas rurais foram objeto de um misto de subordinação e abandono: no período desenvolvimentista, através da adoção planificada de termos de troca rurais-urbanos que penalizavam a produção agrícola, com vista a extrair parte do excedente agrário de forma a propulsionar a criação de um setor empresarial urbano-industrial alargado; no período que se seguiu à liberalização, através do abandono da intervenção estatal ao nível tanto dos serviços de extensão rural como da construção de infraestruturas de apoio à produção e comercialização, e ainda através do incentivo à especialização numa monocultura (caju) caracterizada por cadeias de valor monopsonísticas e preços decrescentes no mercado internacional. O viés urbano, primeiro através da extração deliberada do excedente e depois por via do abandono das áreas rurais e do setor agrícola, foi, assim, uma característica constante e central da política económica pós-independência,²⁶ a qual contribuiu sobremaneira para intensificar ainda mais a migração rural-urbana durante todo o período entre a independência e meados da década de 1990 (altura em que a taxa de urbanização começou finalmente a exibir sinais de estabilização: Figura 1).²⁷ O período de ajustamento estrutural, pesem embora as proclamadas intenções de libertar a produção agrícola dos constrangimentos da planificação pró-urbana e pró-industrial que o antecedeu, correspondeu na verdade ao pico da migração interna em direção a Bissau, uma vez que implicou um agravamento adicional das já difíceis condições de vida nas áreas rurais.

²⁵ Imbali, Faustino, *Efeitos socio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*, Bissau,

²⁶ Tendo-o sido também no período colonial: Galli, Rosemary, «Liberalisation is not enough: structural adjustment and peasants in Guinea-Bissau», Review of African Political Economy, 49, 52-68; Galli, Rosemary, «Capitalist agriculture and the colonial state in Portuguese Guinea, 1926-1974», African Economic History, 23, 51-78.

²⁷ Um outro fator que contribuiu para este processo foi a gradual substituição da produção de arroz, para consumo local, pela produção de castanha de caju, com destino ao mercado internacional, devido ao facto dos requisitos em termos de mão-de obra desta última serem temporalmente mais concentrados do que os da primeira.

Neste contexto, a migração para Portugal, que registou uma intensificação substancial a partir da década de 80, constituiu uma válvula de escape importante. Esta segunda grande vaga migratória para a antiga metrópole assumiu, porém, características qualitativas distintas da primeira, sendo bastante mais diversa em termos de origens étnicas, geográficas e sociais, caracterizando-se por uma maior masculinização e níveis médios de escolaridade mais baixos, e orientando-se mais claramente para o mercado de trabalho secundário.²⁸ Ao nível do país de destino, este processo foi facilitado pela legislação e controles migratórios relativamente mais permissivos então vigentes em Portugal e pelo aumento da procura de mão de obra decorrente da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 e consequente afluxo de fundos comunitários. O setor da construção civil e obras públicas, em particular, registou uma expansão sem precedentes entre essa altura e meados da década de 2000, tendo sido responsável, ao longo dessas duas décadas, pela incorporação laboral de dezenas de milhares de migrantes guineenses.

Uma outra subcategoria da migração internacional guineense que emergiu no período pós-independência, tendo persistido até à atualidade, consistiu na migração de estudantes, tipicamente no âmbito de acordos de cooperação intergovernamental com os países recetores. Os países do antigo bloco de Leste assumiram um papel preponderante a este nível nas décadas de 70 e 80, mas os destinos da migração estudantil diversificaram-se bastante nas décadas seguintes: Portugal, Alemanha, Brasil, Itália, Cuba e Marrocos, entre outros, tornaram-se, todos eles, importantes parceiros internacionais da Guiné-Bissau no contexto deste tipo de acordos, o que esteve na origem da formação e consolidação de comunidades guineenses significativas nalguns destes países, por via da transição da formação universitária para o mercado de trabalho.

A guerra (ou "conflito político-militar") de 1998-99 (que opôs a maioria das forças armadas guineenses, por um lado, aos apoiantes minoritários do Presidente Nino Vieira e aos exércitos do Senegal e Guiné-Conacri, por outro) foi o mais recente evento a desencadear movimentos populacionais abruptos. Devido ao facto dos confrontos terem tido lugar principalmente na cidade de Bissau e nos seus arredores, mais de 200.000 habitantes da capital (segundo algumas estimativas²⁹) terão abandonado a cidade e procurado refúgio nas áreas rurais durante os meses do conflito. Por outro lado, alguns milhares de elementos da elite mais qualificada da capital, tendo conseguido mobilizar os recursos necessários no tempo disponível, abandonaram o país (principalmente para Portugal), tendo uma parte acabado por permanecer no exterior após o final do conflito.

Finalmente, a década de 2000 pode ser caracterizada como correspondendo ao período de diversificação geográfica da diáspora guineense, com a transição de um

Machado (ibid).

Temudo, Marina, «A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau», Etnográfica, 13(2), 237-264.

regime largamente assente em antigas ligações coloniais (França, via Senegal) e póscoloniais (Portugal), para um outro bastante mais flexível, diverso e correlacionado com as dinâmicas de curto prazo dos mercados de trabalho dos diferentes países de acolhimento. Dois fatores, em particular, contribuíram significativamente para esta transição: por um lado, a aquisição de nacionalidade portuguesa ao longo dos anos por parte de numerosos migrantes guineenses residentes em Portugal, a qual tornou bastante mais fácil a sua circulação no espaço europeu; por outro lado, a gradual desaceleração da economia portuguesa ao longo da década, que afetou com especial acuidade o setor da construção civil e obras públicas, reduzindo substancialmente as oportunidades de trabalho disponíveis para a população imigrante em geral e guineense em particular. As estratégias adotadas pelos migrantes guineenses em resposta a estes desenvolvimentos desfavoráveis incluíram o retorno (mais ou menos temporário) à Guiné-Bissau, a tentativa de inserção noutros segmentos do mercado de trabalho secundário (como o setor da segurança e vigilância) e, no caso de muitos milhares, a remigração para outros contextos de acolhimento cujos mercados de trabalho continuaram, pelo menos durante algum tempo, a exibir maior dinamismo. Espanha assumiu especial relevância neste contexto, emergindo rapidamente como um dos mais importantes pólos da diáspora em termos quantitativos: o facto de este país ter continuado a registar um ritmo de crescimento económico pujante (e muito assente na construção civil), numa altura em que a economia portuguesa se encontrava já estagnada, permitiu um aumento exponencial da comunidade guineense residente em Espanha (nomeadamente em Madrid, no País Basco e na região agrícola de Almeria) durante a segunda metade da década de 2000. Porém, são também muitos os indícios da emergência de países como o Reino Unido ou o Luxemburgo como importantes novas extensões da diáspora nos últimos anos³⁰, principalmente na sequência de processos de remigração não só a partir de Portugal como, também, curiosamente, de Espanha (na sequência da mais tardia mas abrupta contração do mercado de trabalho neste último país).

3. Breve caracterização da diáspora guineense na atualidade

A tentativa de caracterização qualitativa e quantitativa da diáspora quineense é uma tarefa que envolve diversos obstáculos e dificuldades. Em primeiro lugar, os dados estatísticos encontram-se dispersos por diferentes fontes em diferentes países de acolhimento, padecem de problemas de fiabilidade (dadas as limitações dos métodos de recolha que lhes estão subjacentes) e, no caso de alguns países de acolhimento, não são disponibilizados publicamente devido à reduzida dimensão absoluta das comunidades quineenses aí presentes. Em segundo lugar, com exceção de alguns estudos académicos maioritariamente referentes ao caso português, são escassos os trabalhos publicados que se têm debruçado sobre as características quantitativas e qualitativas das comunidades quineenses residentes no exterior do seu país de origem. Em terceiro lugar, a diáspora quineense caracteriza-se por uma considerável invisibilidade estatística no caso

Carreiro (ibid).

de alguns contextos de acolhimento, tanto devido ao caráter irregular de parte dos contingentes aí presentes, como, particularmente no caso dos países europeus, devido ao facto de muitos migrantes de origem guineense serem nacionais de outros países (quer por via da aquisição da nacionalidade portuguesa ou francesa ao fim de alguns anos de permanência, quer devido ao facto de uma parte considerável da migração para França ter tido lugar via Senegal e com documentação obtida neste último país). Finalmente, a flexibilidade exibida pelos fluxos migratórios guineenses em resposta a alterações nas condições socioeconómicas, particularmente nos tempos mais recentes, a par da porosidade das fronteiras (entre a Guiné-Bissau e o Senegal e entre Portugal e Espanha, por exemplo) colocam dificuldades adicionais à caracterização da dispersão geográfica desta diáspora. Todos estes constrangimentos obrigam a que triangulemos os escassos dados estatísticos disponíveis com alguma informação qualitativa (mais ad hoc mas também, tipicamente, mais atualizada), à luz das dinâmicas históricas apresentadas na secção anterior, a fim de obtermos uma imagem mais completa e fidedigna das principais características atuais desta diáspora.

A Global Migrant Origin Database,³¹ referente ao ano de 2007 e produzida pelo Sussex Centre for Migration Research (SCMR) com base na compilação de diversas fontes oficiais, indica que o mais numeroso pólo da diáspora guineense é o Senegal (com uma comunidade guineense estimada em 32.628), seguido por Portugal (21.435), a Gâmbia (17.130) e França (8.125). Se adicionarmos a estes valores as comunidades menos numerosas existentes nos restantes países de acolhimento, chegamos a um contingente total residente fora da Guiné-Bissau consistente com o total de 111.300 migrantes internacionais (ou 6,8% da população total) referido pelo Banco Mundial.³² Porém, são fortes os indícios de que estes valores subestimam a real dimensão quantitativa destas comunidades em diversos casos – e que, consequentemente, a estimativa global peca, também ela, por defeito.

No caso do Senegal, é provável que o número dos guineenses aí residentes no final dos anos 80, estimado em 87.000 por Galli e Jones em 1987,³³ tenha registado uma redução desde então. Porém, independentemente dos cerca de 33.000 indicados na base de dados do SCMR subestimarem ou não o contingente guineense aí residente, este continua provavelmente a ser o principal contexto de acolhimento dos guineenses residentes no estrangeiro (especialmente se incluirmos a Gâmbia, cujo território se encontra inteiramente incrustado no Senegal e que pertence, em termos funcionais, ao mesmo sistema migratório). Em termos gerais, estes migrantes encontram-se principal-

Acessível no endereço de Internet: http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html. É importante assinalar que esta base de dados reúne informação estatística que tem por base tanto o critério da naturalidade (critério primário) como o da nacionalidade (critério complementar), de modo a produzir uma única matriz bilateral de origens e destinos. Este facto deve ser tido em conta ao longo da discussão levada a cabo nas páginas seguintes, que aliás recorre ela própria, de forma complementar, a dados provenientes de outras fontes estatísticas.

World Bank, Migration and Remittances Factbook, Washington, DC, The World Bank, 2011.

Galli, Rosemary and Jones, Jocelyn, Guinea-Bissau: Politics, Economy and Society, London, Frances Pinter, 1987.

mente concentrados na região de Casamança (imediatamente a norte da Guiné-Bissau) e em Dacar – para além da Gâmbia –, exibem uma elevada taxa de feminização e desempenham, na sua maioria, profissões relativamente pouco qualificadas e de baixas remunerações, como as limpezas domésticas ou a tecelagem e produção de bordados.

A estimativa da população quineense residente em Portugal indicada pelo SCMR (21.435) subestima também, seguramente, a real importância quantitativa da comunidade presente neste país. O Eurostat refere valores ligeiramente superiores (23.672 em 2010, sugerindo uma reducão considerável face aos 28.871 de 2008)³⁴, ao passo que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português indica a presença de 19.817 nacionais guineenses em situação regular à data de 31 de dezembro de 2010 (contra 22.945 em 2009).³⁵ Porém, tanto a generalidade dos investigadores que se têm debruçado sobre esta comunidade como os membros da própria comunidade entrevistados referem habitualmente que, se tivermos também em conta os migrantes em situação irregular e aqueles que adquiriram entretanto a nacionalidade portuguesa (para além, eventualmente, dos descendentes de todos estes), o número total de indivíduos de origem guineense residentes em Portugal corresponderá provavelmente a, pelo menos, 40.000.

Dito isto, há seguramente razões para crer que a comunidade guineense residente neste país terá registado uma redução substancial nos últimos anos, quer por via de alguma migração de retorno à Guiné-Bissau, quer, principalmente, por via de fluxos recentes de remigração para contextos que, do ponto de vista estatístico, são ainda bastante invisíveis: Espanha, cuja comunidade guineense era estimada pelo SCMR em 2007 como correspondendo a 2.226 indivíduos, mas que (apesar da redução que se seguiu, nos tempos mais recentes, ao aumento exponencial do final da década passada) será seguramente várias vezes maior do que isso (com o Eurostat a apresentar uma estimativa de 6.679 em 2010); ou o Reino Unido, para o qual a estimativa do SCMR corresponde a uns meros 539, mas em relação ao qual as declarações de elementos da própria comunidade aí residente, a par das frequentes referências à remigração para este país por parte de representantes da comunidade residente em Portugal, permitem apontar para um número na ordem dos 5.000 a 10.000 (apesar de serem ainda invisíveis também para o Eurostat).

As características qualitativas da comunidade quineense residente em Portugal refletem a sobreposição das diversas vagas migratórias com destino a este país ao longo das três décadas e meia após a independência – incluindo fluxos migratórios relativamente qualificados, principalmente nos primeiros anos após a independência e aquando do conflito de 1998-99; a migração predominantemente laboral, masculina e relativamente pouco qualificada, cujo pico terá tido lugar entre meados da década de 1980 e a década de 2000; e ainda a migração (e posterior transição para o mercado de trabalho) por parte de estudantes universitários guineenses. Verifica-se, em virtude de tudo isto,

³⁵ Fonte: sefstat.sef.pt.

Fonte: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database#.

uma sobrerrepresentação por parte dos migrantes guineenses tanto nos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho secundário (especialmente a construção civil e limpezas domésticas) como nalguns segmentos altamente qualificados (sobretudo médicos, mas também engenheiros e outros profissionais de elevadas qualificações).³⁶

De todos os contextos de acolhimento que contam com comunidades de origem quineense relativamente numerosas, França é aquele onde a sub-representação estatística é provavelmente maior. Segundo os dados do SCMR, a comunidade guineense residente neste país não excederia os 8.125 em 2007, enquanto o Eurostat refere uns meros 2.491 em 2005 (número bastante suspeito, mesmo face aos 7.596 estimados pela mesma fonte para o ano de 1999). O Instituto de Estatística francês (INSEE³⁷) indica a existência de 1.714 indivíduos economicamente ativos de nacionalidade guineense residentes em França em 2006. Apesar de tudo isto, porém, não há qualquer dúvida que a França continua a ser um dos dois mais importantes pólos da diáspora quineense na Europa em termos quantitativos (juntamente com Portugal), independentemente da vasta maioria destes migrantes (e dos seus descendentes) não surgirem nas estatísticas como guineenses, em virtude de possuírem nacionalidade francesa ou senegalesa. Segundo alguns representantes desta comunidade, em entrevistas com o autor deste artigo, a dimensão total da comunidade de origem quineense residente em França poderá rondar os 50.000 – um número muito mais consistente do que todos os anteriores com o facto de se estimar existirem cerca de duzentas organizações da diáspora guineense em França.³⁸ Em qualquer dos casos, trata-se de um sistema migratório que atingiu há muito a maturidade e que tem vindo a registar, há já várias décadas, uma redução substancial ao nível da renovação dos fluxos. Ainda assim, continua a ser uma comunidade que mantém laços efetivos importantes com as suas comunidades de origem na Guiné-Bissau (nomeadamente em termos de visitas regulares e do envio de remessas individuais e coletivas), pelo que a sua importância não deve ser subestimada em consequência da sua maior invisibilidade estatística.

Para concluir esta breve caracterização quantitativa e qualitativa da diáspora guineense, é necessário referir ainda um conjunto de outros contextos de acolhimento que, por diversas razões e através de diferentes mecanismos, emergiram em diferentes momentos como pólos adicionais de concentração de migrantes guineenses, mas em relação aos quais existe uma quase total ausência de informação secundária: a Alemanha (estimativa SCMR: 5.701, provavelmente decorrentes da migração de estudantes e da emergência subsequente de uma corrente migratória laboral); outros destinos na África Ocidental, como a Guiné-Conacri (est. 7.326), o Burkina Faso (est. 7.448) e o Gana (est. 6.107), em relação aos quais se conhece ainda menos, mas no contexto dos quais a migração guineense está provavelmente relacionada com o funcionamento de

³⁶ Cf. o artigo de João Có neste volume.

Fonte: http://www.insee.fr/fr/themes/detail.asp?reg_id=99&ref_id=pop-immigree-pop-etrangere . GRDR (ibid).

redes comerciais intraétnicas e com mecanismos de recrutamento laboral "pela base", 39 Cabo Verde, onde as estimativas informais de membros do governo quineense apontam para uma comunidade de origem quineense que ronda os 10.000, constituídos por um elevado número de migrantes relativamente pouco qualificados, mas incluindo também muitos professores do ensino secundário e outros profissionais qualificados que trocaram a Guiné-Bissau por Cabo Verde nas décadas de 70 e 80 (alguns dos quais remigraram subsequentemente para os Estados Unidos, sequindo os percursos migratórios cabo-verdianos); e ainda o Luxemburgo, Brasil e Itália, cujas comunidades guineenses decorrem de dinâmicas referidas na segunda parte deste artigo⁴⁰.

4. Conclusões: para um entendimento mais adequado da mobilidade humana e dos seus determinantes

O objetivo principal deste artigo consistiu em apresentar uma panorâmica histórica das dinâmicas de mobilidade interna e migração internacional com origem na Guiné--Bissau, chamando a atenção para as suas raízes históricas profundas e para a sua diversidade e complexidade. Vimos, assim, que a história deste território é toda ela uma história de mobilidade por parte da população que o habita e que o mito da imobilidade pré-moderna carece, aqui como noutros contextos, de fundamento. Vimos, também, que os processos de mobilidade e migração interna ao longo da história da Guiné-Bissau não se limitam à migração rural-urbana, sendo que mesmo esta última não é uma consequência automática da "modernização", mas sim um produto histórico de dinâmicas político-económicas contingentes e identificáveis. Vimos ainda que a migração intercontinental com origem na Guiné-Bissau não é uma mera consequência automática dos diferenciais de rendimento face ao Norte global, mas sim um processo que segue padrões geográficos específicos e determinados historicamente de forma sistémica. E vimos, finalmente, de que forma é que os níveis de urbanização da sociedade guineense e as características quantitativas e qualitativas da sua diáspora global são um reflexo das dinâmicas de mobilidade e migração anteriormente referidas.

A análise dessas dinâmicas e das suas consequências em termos de dispersão populacional deixa bastante claro que é impossível compreender adequadamente as origens, características e evolução dos diversos padrões de mobilidade e correntes migratórias sem recorrer, de forma central, a proposições causais assentes em fatores de caráter estrutural. No que se refere às áreas de origem dos movimentos migratórios, assinalaramse aqui, entre outros fatores, a pressão demográfica sobre a terra; os constrangimentos introduzidos pelo colonialismo; o viés urbano das opções de política económica após a independência; e a especialização, no contexto de um processo de ajustamento es-

Aos quais podemos provavelmente acrescentar Angola, por via da ligação lusófona e em consequência da expansão económica registada neste país na última década, em resultado da extração petrolífera. Um número significativo de guineenses tem procurado migrar para este país nos últimos anos, congregandose de forma visível à porta do consulado de Angola em Bissau. Porém, o governo angolano tem-se mostrado pouco recetivo em relação à imigração para efeitos de trabalho, sendo improvável que o contingente quineense residente neste país exceda algumas centenas ou, no máximo, alguns milhares. 40 Carreiro (ibid).

trutural, numa cultura agrícola direcionada para exportação caracterizada por preços decrescentes no mercado mundial e estrangulamentos ao nível da cadeia de valor. No que diz respeito às áreas de atração dos migrantes, sublinhou-se a importância de determinantes como a procura de mão de obra nas economias de plantação situadas na vizinhança regional; o viés urbano característico do período pós-independência (novamente); ou a procura de mão de obra relativamente pouco qualificada em contextos capitalistas mais avançados, como Portugal e França. Todos estes fatores têm raízes históricas e um caráter estrutural – independentemente de terem eventualmente sido catalisados, em cada contexto local, por acontecimentos mais ou menos contingentes.

Por outro lado, quando analisamos de que forma é que os diferentes incentivos estruturais à migração, na origem e no destino, se traduzem em diferentes dinâmicas migratórias concretas, verificamos que é necessário recorrer aos fatores explicativos habitualmente enfatizados pelas teorias dos sistemas e redes migratórios. Por exemplo, entre os contextos capitalistas mais avançados caracterizados por uma procura estrutural de mão de obra imigrante, a migração internacional com origem na Guiné-Bissau tendeu a dirigir-se para aqueles que mantinham relações sistémicas mais significativas com este país, decorrentes de fatores como a história colonial ou a língua – tornando-se depois a migração relativamente autossustentada em virtude da inércia introduzida pelas redes migratórias. Este modelo geral de emergência e consolidação de dinâmicas migratórias repete-se vezes sem conta ao longo da história das migrações guineenses: incentivos estruturais à migração decorrentes de alterações que comprometem ou ameaçam a subsistência nos contextos de origem (e não do nível de rendimento nesses contextos); existência de oportunidades de refúgio e/ou acesso a atividades produtivas ou emprego em contextos potenciais de acolhimento, que mantêm relações históricas e sistémicas com os contextos de origem; consolidação e sustentação das dinâmicas migratórias, uma vez criadas, devido à inércia introduzida pelas redes migratórias.

O exemplo da Guiné-Bissau mostra como o poder explicativo deste modelo geral é claramente superior ao de quaisquer tentativas simplistas de interpretação com base na modelação das escolhas racionais dos indivíduos ou agregados familiares, quer essas escolhas dependam em última instância de diferenciais ao nível do rendimento esperado (como no modelo de Harris-Todaro) ou do grau de incompletude dos mercados no contexto de estratégias de aversão ao risco (como nos modelos da nova economia das migrações⁴¹). Qualquer um destes últimos modelos é incapaz de explicar, por exemplo, porque é que regiões igualmente pobres da Guiné-Bissau se têm caracterizado historicamente por níveis e padrões de mobilidade muito distintos. Os indivíduos tomam decisões de forma mais racional ou menos racional, no âmbito de estratégias de caráter individual, familiar ou grupal, mas o cerne da explicação de fenómenos como as migrações e a mobilidade reside no contexto estrutural que enquadra e constrange essas decisões – e, particularmente, nas transformações por que passa esse contexto estrutural ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico.

Stark, Oded and Bloom, David, «The new economics of labour migration», The American Economic Review, 75(2), 1985, 173-178.

Num artigo anterior de caráter teórico, 42 o autor do presente artigo procede a uma crítica dos fundamentos ontológicos e epistemológicos tanto da teoria neoclássica das migrações como da nova economia das migrações (apresentando a segunda como um mero avatar, um pouco mais sofisticado mas igualmente problemático, da primeira). Nesse mesmo artigo, conclui-se com um apelo a uma "nova síntese histórico-estruturalista", que incorpore contributos teóricos tanto de autores que têm enfatizado as dinâmicas estruturais características das áreas de atracão de migrantes, como de outros que se têm debruçado principalmente sobre essas mesmas dinâmicas no caso das áreas de origem dos fluxos migratórios. Uma tal "nova síntese", sugere-se também, pode ainda incorporar de forma vantajosa um conjunto de contributos habitualmente associados às teorias das redes e dos sistemas migratórios – as quais, apesar de serem habitualmente apresentadas como teorias rivais e de idêntico alcance, são na verdade compatíveis em termos tanto ontológicos como teóricos com as abordagens históricoestruturalistas "tradicionais", ao mesmo tempo que são incapazes de, por si mesmas, proporcionar explicações plenamente satisfatórias para os processos migratórios realmente existentes. Neste contexto, o presente artigo, cujo caráter é principalmente empírico, visou proporcionar um melhor conhecimento da diversidade e evolução histórica das migrações guineenses como um fim em si mesmo, mas também, desejavelmente, validar o apelo atrás referido e corroborar a superioridade das abordagens ao estudo das migrações que adotem uma perspetiva histórica, estrutural e sistémica.

Referências bibliográficas

- Abreu, Alexandre, «The new economics of labour migration: beware of neoclassicals bearing gifts», Forum for Social Economics, no prelo, disponível "online first" no endereço: http://www.springerlink.com/content/q6r14x15657l1v1k.
- Cardoso, Leonardo, «Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série (3), 2002, 29-50.
- Carreira, António e Meireles, Artur, «Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné Portuguesa», Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, XIV(53), 1959, 7-19.
- Carreiro, Maria, Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono: A Diáspora Guineense em Portugal, Lisboa, Fundação Portugal-África, 2011.
- Davidson, Basil, A History of West Africa: 1000-1800, London, Longman, 1978.
- Gable, Eric, «The Culture Development Club: youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau», Anthropological Quarterly, 73(4), 2000, 195-203.
- Galli, Rosemary, «Liberalisation is not enough: structural adjustment and peasants in Guinea-Bissau», Review of African Political Economy, 49, 1990, 52-68.

Abreu, Alexandre, «The new economics of labour migration: beware of neoclassicals bearing gifts», Forum for Social Economics, no prelo, disponível "online first" no endereço: http://www.springerlink.com/content/g6r14x15657l1v1k/.

- Galli, Rosemary, «Capitalist agriculture and the colonial state in Portuguese Guinea, 1926-1974», African Economic History, 23, 1995, 51-78.
- Galli, Rosemary and Jones, Jocelyn, Guinea-Bissau: Politics, Economy and Society, London, Frances Pinter, 1987.
- Groupe de Recherches et de Réalisations pour le Développement Rural (GRDR), Répertoire des Associations de Migrants de Guinée-Bissau, Montreuil, GRDR, 2010.
- Harris, John and Todaro, Michael, «Migration, unemployment and development: a twosetor analysis», The American Economic Review, 60(1), 1970, 126-142.
- Imbali, Faustino, Efeitos socio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, Bissau, INEP, 1993.
- Jao, Mamadu, «Origem étnica e migração entre os mancanha da Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série(6), 2003, 107-120.
- Machado, Fernando Luís, Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Oeiras, Celta, 2002.
- McIntosh, Susan and McIntosh, Roderick, «New perspectives on the later prehistory of West Africa», Journal of World Prehistory, 1(2), 1988, 89-133.
- Nafafé, José, Colonial Encounters: Issues of Culture, Hybridity and Creolisation, Frankfurt, Peter Lang, 2007.
- Pélissier, René, História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia, Lisboa, Estampa, 1989.
- Stark, Oded and Bloom, David, «The new economics of labour migration», The American Economic Review, 75(2), 1985, 173-178.
- Temudo, Marina «From the margins of the State to the presidential palace: the Balanta case in Guinea-Bissau», African Studies Review, 52(2), 2009, 47-67.
- Temudo, Marina, «A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau», Etnográfica, 13(2), 2009, 237-264.
- Van der Ploeg, Jan, «Autarky and technical change in rice production in Guinea-Bissau: on the importance of commoditization and de-commoditization as interrelated processes». In Haswell, M. and Hunt, D. (eds.) Rural Households in Emerging Societies, Oxford, Berg Publishers, 1990, 93-113.
- World Bank, Migration and Remittances Factbook, Washington, DC, The World Bank, 2011.





Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem

Manuel G. Mendes de Araújo ¹ Ramos C. Muanamoha ²

Resumo

Este artigo analisa os impactos da migração moçambicana indocumentada para a República da África do Sul sobre o consumo corrente, investimento produtivo e outras metas sociais nas comunidades de origem.

A migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul tem sido, do ponto de vista socioeconómico, uma das estratégias de sobrevivência dos agregados familiares na região sul de Moçambique. Os migrantes indocumentados têm ajudado seus membros de família, na origem, através de remessas (em dinheiro ou bens, enviados ou trazidos pelos próprios migrantes), embora em escala muito menor do que sucede com a migração documentada. A capacidade de enviar ou trazer bens ou dinheiro para casa tem uma correlação positiva com a duração da estadia (experiência), o nível de rendimento na África do Sul e o tipo de actividade exercida. Os migrantes com emprego na indústria, por exemplo, têm enviado relativamente mais dinheiro do que aqueles que trabalham na agricultura (os empregados nas farmes).

As remessas em bens e dinheiro têm sido usadas, principalmente, para o consumo corrente nos agregados familiares. Em segundo plano, algum dinheiro tem sido usado para pequenos negócios familiares, na agricultura de subsistência, na educação das crianças e na construção da habitação. Em alguns casos, o dinheiro tem sido útil aos migrantes para a concretização das suas obrigações sociais nas comunidades de origem, tais como casamento/lobolo ou pagamento de dívidas. Mas as remessas dos migrantes indocumentados têm sido muito reduzidas por causa da sua vulnerabilidade à exploração e deportação da África do Sul.

Palavras-chave: Migração indocumentada, remessas, impacto, comunidades de origem, Moçambique, África do Sul.

Centro de Análise de Políticas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Av. Julius Nyerere, Campus Universitário Principal, Caixa Postal 257, Maputo, Moçambique. Email: manuel.araujo@uem.mz.

Centro dé Análise de Políticas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Av. Julius Nyerere, Campus Universitário Principal, Caixa Postal 257, Maputo, Moçambique. Email: ra-mos_muanamoha@yahoo.com.

1. Introdução

A migração indocumentada de Moçambique para a República da África do Sul afecta a vida socioeconómica das comunidades de origem. Na sua maioria os migrantes indocumentados são jovens do sexo masculino, de faixas etárias economicamente activas, cuja ausência nos agregados familiares afecta o tamanho e a composição destes e, também, causa uma perda de seus trabalhadores produtivos. Contudo, a migração indocumentada para a África do Sul tem também algum impacto positivo nas comunidades de origem, pois permite que alguns agregados familiares possam melhorar o seu nível de vida material. Os migrantes com longa experiência migratória e que conseguem integração social e económica na África do Sul têm maior probabilidade de trazer benefícios da migração para suas famílias ou comunidades de origem do que aqueles com pouca experiência.

Neste âmbito, torna-se importante sublinhar que De Vletter (2006), num estudo sobre migração e remessas no sul de Moçambique, observou que existia uma disparidade de riqueza e bem-estar entre os agregados familiares de migrantes. Por exemplo, os agregados com várias gerações de migrantes mineiros eram mais propensos a ter propriedades e uma capacidade produtiva que os colocava numa condição económica bem acima de outros agregados com envolvimento mais recente na migração.

Estas questões são analisadas neste texto através de uma análise do impacto socioeconómico da migração dos distritos de Magude e Chókwè (Moçambique) para a África do Sul. Especificamente, a análise focaliza os efeitos da migração indocumentada sobre o consumo corrente (subsistência da família, habitação, educação para crianças e melhoria do nível de vida), investimento produtivo (produção agrícola e pequenos negócios) e outras metas sociais.

O texto é dividido em cinco secções. Na segunda secção, a seguir a esta introdução, faz-se uma abordagem do conceito de remessas de migrantes, do ponto de vista da literatura, e sua contextualização nas áreas de estudo. A terceira e quarta secções são sobre o uso das remessas no consumo corrente e no investimento produtivo, respectivamente. Finalmente, na quinta secção, são apresentadas algumas conclusões.

A informação que serviu de base para a elaboração deste texto deriva de uma pesquisa de campo realizada em áreas seleccionadas no sul de Moçambique, nos distritos de Magude e Chókwè, e na África do Sul (nas províncias de Gauteng e Mpumalanga). A pesquisa foi feita em 2004 (em Moçambique) e em 2005 (na África do Sul). As duas áreas seleccionadas em Moçambique estão entre as mais importantes emissoras de migrantes laborais, em parte por causa da sua proximidade geográfica da África do Sul. As províncias sul-africanas de Gauteng e Mpumalanga constituem os principais destinos de migrantes moçambicanos.

Duas abordagens diferentes – entrevistas qualitativas e inquérito – foram usadas para a colecta de dados usados neste artigo. Entrevistas qualitativas foram realizadas tanto em Moçambique quanto na África do Sul, enquanto o inquérito teve lugar apenas em Moçambique. O inquérito incluiu uma amostra probabilística muti-etápica de 745 agregados familiares dos distritos de Magude e Chókwé (representando cerca de 2% do total dos agregados). A unidade de observação foi o agregado familiar. A unidade de análise foi cada membro no agregado familiar que tivesse alguma vez experimentado migração laboral indocumentada para a África do Sul.

Um questionário estruturado, consistindo principalmente de perguntas fechadas, foi usado no inquérito e tinha como enfoque o seguinte: (i) características sociais e demográficas básicas do agregado familiar e identificação das pessoas com experiência prévia de migração laboral indocumentada para a África do Sul (migrantes retornados); (ii) informação sobre migrantes laborais indocumentados retornados (perfil, remessas, experiência de migração laboral); e (iii) condição socioeconómica do agregado familiar.

O método qualitativo envolveu 22 entrevistas em profundidade (com informantes-chave, tais como indivíduos, organizações e profissionais que lidam com questões relacionadas com migrantes laborais indocumentados) e 32 histórias de vida migratória de migrantes retornados (em Moçambique) e migrantes correntes (na África do Sul). Na sua maioria, os migrantes abordados para histórias de vida migratória (em Moçambique) tinham sido identificados durante o inquérito aos agregados familiares. Todos os nomes usados neste artigo são fictícios.

2. Remessas de migrantes

A principal vantagem da migração laboral nas comunidades emissoras reside no facto de os emigrantes poderem enviar para casa parte dos seus rendimentos, na forma de remessas, que, de acordo com Ghai (2004), constituem a maneira mais óbvia através da qual a migração ajuda as famílias e parentes que ficam em casa e o país de origem. Para Stalker (2006), as remessas têm-se tornado uma fonte crucial de renda e divisas para muitos países, tendo as remessas globais atingido cerca de 483 mil milhões de dólares americanos em 2011, dos quais 351 foram para os países em desenvolvimento (*vide* Ratha, 2011). As remessas têm sido também uma fonte vital de renda para milhões de famílias de migrantes que, em muitos casos, particularmente em África, despendem o dinheiro em comida e outros bens indispensáveis à sua sobrevivência, bem como em educação para seus filhos (Stalker, 2006). Noutros casos, o dinheiro é gasto em habitação ou terra, ou este é simplesmente poupado ou investido em novos negócios (Akuei, 2005; Horst, 2004; Mazzucatto, 2005; Nwajiuba, 2005).

No sul de Moçambique, as remessas da África do Sul desempenham também um papel significante na melhoria das condições de vida material de agregados familiares de migrantes. Contudo, De Vletter (2006) observou que, embora o impacto global da migração laboral seja positivo, na região sul como um todo, o envolvimento na migração laboral em si não significa necessariamente que o agregado familiar possa estar em

melhores condições do que aqueles que não tenham membros migrantes na África do Sul. O autor argumenta que existe alguma diferenciação económica entre os agregados emissores de migrantes, causada principalmente por quatro factores, nomeadamente: (i) o nível de remuneração na África do Sul; (ii) o grau de cometimento de trabalhadores migrantes para remeter dinheiro ou bens aos seus agregados familiares (o que é afectado pelas facilidades disponíveis aos diferentes tipos de migrantes para enviar dinheiro ou bens); (iii) o tamanho da família (que geralmente determina a força de trabalho disponível para migração) e (iv) a história migratória dos agregados familiares (visto que os agregados com uma história migratória multi-geracional têm propensão para acumular mais recursos do que aqueles com uma história recente).

Por sua vez, o nível de remuneração depende, de acordo com De Vletter (2006), de uma série de factores, tais como: (i) capacidade geradora de rendimento do migrante (que é afectada pelo nível de educação e anos de experiência); (ii) sector de ocupação (acesso ou não ao sector mineiro) e (iii) a condição legal do migrante.

A amostra do inquérito nos distritos de Magude e Chókwè identificou 107 pessoas, em idade economicamente activa, que tinham migrado sem documentos para trabalhar na África do Sul entre 1980 e 2004. Aproximadamente ¾ destas pessoas declararam que tinham enviado alguns bens para os seus agregados familiares quando estavam na África do Sul. Além disso, 67,3% dos migrantes trouxeram uma variedade de bens consigo no seu primeiro retorno a casa. Em termos de valores monetários, apenas 47,7% destes migrantes tinham conseguido enviar algum dinheiro. Entretanto, 61,7% dos migrantes trouxeram dinheiro consigo quando regressaram pela primeira vez a casa.

Muitos migrantes devem ter preferido gastar seus rendimentos em bens sul-africanos, que supostamente são baratos, a enviar dinheiro para casa, onde a oferta desses bens era muito menor e onerosa. Por outro lado, alguns migrantes devem ter optado primeiro pela poupança que, depois, lhes permitiu retornar com produtos sul-africanos e/ou algum dinheiro.

Entretanto, existem também outros factores que contribuiram para a elevada proporção de migrantes que enviaram bens para casa. De acordo com as declarações de alguns entrevistados, o processo de remessa de bens era facilitado, por um lado, por alguns transportadores moçambicanos, que regularmente transportavam haveres de migrantes da África do Sul para Moçambique. Por exemplo, Jorge, um migrante laboral indocumentado retornado, no distrito de Magude, afirmou que tinha conseguido enviar alguns bens para sua mãe e seus irmãos em casa, graças a um transportador moçambicano:

Quando eu estava em Free State costumava enviar sabão, farinha de milho, roupa e cadernos para minha mãe e meus irmãos em casa. Eu costumava enviar esses bens através de um proprietário de transporte de entrega, que regularmente levava bens de *Free State* para o distrito de Magude. Ele transportava bens de todos aqueles que quisessem enviar alguma coisa de lá para Magude. Além disso, ele era bem conhecido pela minha família, aqui em Magude (Entrevista com Jorge no distrito de Magude, a 02 de maio de 2004).

Por outro lado, existe uma outra via de enviar bens para casa através da empresa MANICA, na África do Sul. Muitos migrantes entrevistados consideraram esta via como a mais fácil. Por exemplo, Dércio, um imigrante indocumentado em Nelspruit, já foi cliente dessa empresa. Como resultado dos bons serviços da MANICA, ele tinha melhorado consideravelmente as condições de vida em casa. Dércio conseguiu ampliar a casa de sua mãe e torná-la relativamente confortável. Ele adicionou novos quartos à casa e cobriu-a com chapas de zinco que, em Moçambique, representa um sinal de melhoria de condições de vida e de estatuto social. Além disso, pintou a casa e ligou-a ao sistema de fornecimento de energia eléctrica. Para a efectuação desses melhoramentos, Dércio teve primeiro que comprar materiais de construção, pintura e electricidade na empresa MANICA em Nelspruit. Ele obteve o recibo da compra feita, que enviou depois para seus parentes em casa. Por sua vez, os parentes levaram este recibo para a filial da MANICA em Maputo, onde receberam todos os materiais comprados pelo Dércio em Nelspruit.

De acordo com Dércio, esta empresa oferece serviços excelentes para as pessoas que querem enviar bens para suas famílias. Essas pessoas não precisavam de levar os produtos consigo. Segundo Dércio, esta forma de enviar bens para casa é a mais prática, principalmente para os imigrantes sem documentação:

Ao contrário de outras empresas, que exigem a apresentação de documentos de pessoas que queiram enviar alguma coisa para as suas famílias em casa, a Empresa MANICA não exige nenhuma documentação. Ela ajuda muito a moçambicanos que queiram enviar bens para casa e não tenham algum documento válido (Entrevista com Dércio, em Nelspruit, a 20 de setembro de 2005).

Portanto, a Empresa MANICA é particularmente importante para moçambicanos que remetem materiais de construção para suas casas em Moçambique. Maria, por exemplo, é uma mulher migrante, entrevistada no distrito de Magude (em janeiro de 2004), que conseguiu construir sua casa, graças às facilidades que teve para comprar e enviar materiais de construção da África do Sul, através da Empresa MANICA. Neste âmbito, ela explicou:

Quando eu estava na África do Sul costumava enviar bens para minha família, através do correio da MANICA, uma empresa sul-africana que lida com entregas. Também da Empresa MANICA eu pude comprar todo o material de construção desta casa. Eu não trouxe o material comigo. Quando regressei a casa trouxe apenas o recibo da compra que apresentei aos representantes da Empresa MANICA em

Maputo. Depois, eu recebi todo o material de construção que comprei na África do Sul (Entrevista com Maria, no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

A Tabela 1 sugere a existência de uma relação entre a duração da estadia na África do Sul e a capacidade de remeter bens e dinheiro para casa. Quanto mais longo é o período de estadia na África do Sul maior é a probabilidade de remessas em dinheiro ou em espécie serem enviadas para casa. Em média, a duração da estadia na África do Sul dos migrantes que enviaram bens e dinheiro para casa foi respectivamente 1,7 e 0,5 meses mais longa do que daqueles que nada enviaram. Migrantes que permanecem na África do Sul por um período de tempo mais longo são mais propensos a ter um emprego regular e oportunidades de rendimentos.

Tabela 1 - Remessa de bens e dinheiro para casa, segundo a duração da estadia na África do Sul na primeira viagem

Duração da estadia	Remessa de b	ens para casa	Remessa de dir	nheiro para casa	+
na África do Sul na 1ª viagem	Sim	Não	Sim	Não	Total
< 3 meses (%)	1,3		2,0		0,9
3-5 meses (%)	2,6	20,0	3,9	10,7	7,5
6-11 meses (%)	22,1	23,3	21,6	23,2	22,4
12 e+ meses (%)	74,0	56,7	72,5	66,1	69,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (meses)	10,9	9,2	10,7	10,2	10,4
Mediana (meses)	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0
Número de migrantes	77	30	51	56	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Como foi referido previamente, muitos migrantes da amostra tinham preferido levar bens e dinheiro consigo no momento do seu retorno. Mas houve alguns que não levaram algo consigo quando regressaram. A duração média da estadia na África do Sul, na Tabela 2, indica que os migrantes que levaram bens consigo para casa tinham estado na África do Sul, em média, mais 0,7 meses do que aqueles que não levaram bens para casa. Com efeito, a proporção de migrantes que estiveram na África do Sul por um período de 12 meses ou mais é relativamente maior entre aqueles que levaram bens consigo para casa (72,2% contra 62,9%). De igual modo, a duração média da estadia na África do Sul revela que os migrantes que levaram dinheiro consigo para casa tinham estado na África do Sul, em média, 0,4 meses mais do que aqueles que não levaram dinheiro para casa. Também, a proporção de migrantes que permaneceram na África do Sul por um período de 12 meses ou mais é comparativamente maior entre aqueles que levaram dinheiro para casa (71,2% contra 65,8%). Portanto, os dados na Tabela 2 sugerem que existe alguma relação entre a experiência na África do Sul e a capacidade de levar bens ou dinheiro para casa.

Tabela 2 - Capacidade de levar bens e dinheiro para casa, segundo a duração da estadia na África do Sul na primeira viagem

Duração da estadia na	Capacidade bens pa		Capacidade dinheiro pa		Total
África do Sul na 1ª viagem	Sim	Não	Sim	Não	
< 3 meses (%)	1,4		1,5		0,9
3-5 meses (%)	5,6	11,4	6,1	9,8	7,5
6-11 meses (%)	28,8	25,7	21,2	24,4	22,4
12 e+ meses (%)	72,2	62,9	71,2	65,8	69,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (meses)	10,7	10,0	10,6	10,2	10,4
Mediana (meses)	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0
Número de migrantes	72	35	66	41	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

A relação entre o nível de rendimento e a capacidade de remeter bens e dinheiro para casa é analisada na Tabela 3.

Tabela 3 - Remessa de bens e dinheiro para casa, segundo o redimento semanal no primeiro emprego na África do Sul

Rendimento semanal	Remessa de be	ens para casa	Remessa de di	nheiro para casa	Takal
(em Randes)	Sim	Não	Sim	Não	Total
Nunca obteve emprego (%)		16,7		8,9	4,7
<r100 (%)<="" td=""><td>33,7</td><td>23,3</td><td>35,3</td><td>26,8</td><td>30,8</td></r100>	33,7	23,3	35,3	26,8	30,8
R100-R199 (%)	37,7	10,0	25,5	33,9	29,9
R200+ (%)	28,6	50,0	39,2	30,4	34,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (Randes)	161,8	205,6	181,1	167,7	174,1
Mediana (Randes)	150,8	190,0	150,0	140,0	150,0
Número de migrantes	77	30	51	56	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Metade dos migrantes que não remeteram bens para casa estava ganhando 200 Randes ou mais por semana, enquanto apenas 28,6% de migrantes que enviaram bens para casa tinham o mesmo rendimento. Além disso, a média e mediana dos rendimentos semanais dos que não remeteram bens para casa foram relativamente mais elevadas (205,6 e 190,0 Randes, respectivamente) do que daqueles migrantes que enviaram bens para casa (161,8 e 150,8 Randes). Isto sugere que o nível de rendimento pode não ter sido um factor importante na capacidade de remeter bens. Contudo, este parece ter tido uma ligeira influência na capacidade de remeter dinheiro. A proporção de migrantes cujo rendimento semanal atingiu 200 Randes ou mais foi relativamente maior

entre aqueles que enviaram dinheiro para casa (39,2%) do que entre os migrantes que não enviaram dinheiro (30,4%). A média e mediana dos rendimentos semanais dos migrantes que remeteram dinheiro para casa (181,1 e 150,0 Randes, respectivamente) foram relativamente mais elevadas do que daqueles que não enviaram dinheiro (167,7 e 140,0 Randes). Neste caso, pode-se inferir que alguns migrantes não remeteram dinheiro, provavelmente, por causa do seu baixo rendimento.

Finalmente, a Tabela 4 visualiza a relação entre o nível de rendimento e a capacidade de levar bens ou dinheiro para casa. Quanto mais longo é o período de estadia na África do Sul, mais é o dinheiro ganho para remessas e compra de bens. Os valores da média e mediana do rendimento semanal de migrantes que levaram consigo bens e dinheiro foram relativamente superiores aos daqueles que nada levaram. Estes dados sugerem que o nível de rendimento dos migrantes na África do Sul pode ter tido algum efeito na capacidade de levar bens e dinheiro para casa.

Tabela 4 - Capacidade de levar bens e dinheiro para casa, segundo o redimento semanal no primeiro emprego na África do Sul

Rendimento semanal	Capacidade o			e levar dinheiro a casa	Total
(em Randes)	Sim	Não	Sim	Não	rotar
Nunca obteve emprego (%)		14,3		12,2	4,7
<r100 (%)<="" td=""><td>31,9</td><td>28,6</td><td>34,8</td><td>24,4</td><td>30,8</td></r100>	31,9	28,6	34,8	24,4	30,8
R100-R199 (%)	32,0	25,7	27,3	34,1	29,9
R200+ (%)	36,1	31,4	37,9	29,3	34,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (Randes)	180,0	161,9	185,9	155,1	174,1
Mediana (Randes)	150,0	100,0	150,0	120,0	150,0
Número de migrantes	72	35	66	41	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Considerando a relação entre a capacidade de enviar ou levar bens e dinheiro para casa e o sector de ocupação na África do Sul, a Tabela 5 revela que a maioria dos migrantes, em quase todos os sectores, enviou ou levou bens para casa, mas o mesmo não se verificou com o envio de dinheiro. Porém, em termos de quantia de dinheiro enviado ou levado pelos próprios migrantes, o tipo de sector de ocupação parece ter tido alguma influência (vide Tabela 6). Em média, os migrantes empregados na indústria enviaram relativamente mais dinheiro (678,6 Randes por cada migrante) do que os outros, na sua primeira viagem para África do Sul. A seguir a eles foram os migrantes ocupados no comércio informal (511,4 Randes por cada migrante) e no sector de construção (468,5 Randes por cada migrante). Menos dinheiro (250 Randes por cada migrante) foi enviado pelos migrantes empregados na agricultura.

Tabela 5 - Capacidade de enviar e levar bens e dinheiro para casa, segundo o sector de ocupação na África do Sul

Capacidade de remeter e levar	er e levar			Sector	Sector de ocupação	ão		
bens e dinheiro para casa	casa	Construção	Serviços	Comércio informal	Indústria	Agricultura	Desempregado	Total
	Sim (%)	75,5	79,2	66,7	100,0	33,3	1	72,0
Capacidade de enviar bens para casa	Não (%)	24,5	20,8	33,3	-	2'99	100,0	28,0
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Sim (%)	49,1	37,5	46,7	100,0	2′99	-	47,7
Capacidade de enviar dinheiro para casa	Não (%)	50,9	62,5	53,3	-	33,3	100,0	52,3
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Sim (%)	62,3	70,8	86,7	100,0	2'99	-	67,3
Capacidade de levar bens para casa	Não (%)	37,7	29,2	13,3	-	33,3	100,0	32,7
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Sim (%)	52,8	70,8	80,0	100,0	2'99	-	61,7
Capacidade de levar dinheiro para casa	Não (%)	47,2	29,2	20,0	1	33,3	100,0	38,3
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de migrantes		53	24	15	7	3	5	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Tabela 6 - Dinheiro enviado para casa na primeira viagem para a África do Sul, segundo o sector de ocupação

Dinheiro enviado para casa		Sect	or de ocupa	ção		Tatal
(em Randes)	Construção	Serviços	Comércio informal	Indústria	Agricultura	Total
Média (Randes)	468,5	323,3	511,4	678,6	250,0	469,0
Mediana (Randes)	210,0	250,0	400,0	500,0	250,0	250,0
Número de migrantes	21	9	7	7	2	51

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

A Tabela 7 mostra a quantia de dinheiro levado para casa pelos próprios migrantes. É interessante, porém, notar que os migrantes ocupados na agricultura foram os que levaram para casa a quantia mais elevada de dinheiro. Em média, eles levaram consigo 1500 Randes, na sua primeira viagem para a África do Sul. A seguir a eles foram os migrantes ocupados na indústria (1035,7 Randes por cada migrante), no sector de construção (866,1 Randes por cada migrante) e no comércio informal (852,5 Randes por cada migrante). Os migrantes ocupados no sector de serviços foram os que levaram consigo menos dinheiro (379,4 Randes por cada migrante). Em poucas palavras, pode-se afirmar que a quantia de dinheiro levada para casa pelos próprios migrantes foi muito mais elevada que a enviada, principalmente porque os migrantes optaram pela poupança para o momento de retorno a casa, especialmente aqueles que estiveram a ganhar relativamente menos como, por exemplo, os ocupados na agricultura.

Tabela 7 - Dinheiro levado para casa pelos próprios migrantes na primeira viagem para a África do Sul, segundo o sector de ocupação

Dinheiro enviado para casa		Sect	or de ocupa	ção		
(em Randes)	Construção	Serviços	Comércio informal	Indústria	Agricultura	Total
Média (Randes)	866,1	379,4	852,5	1035,7	1500,0	775,5
Mediana (Randes)	600,0	400,0	500,0	1000,0	1500,0	500,0
Número de migrantes	28	17	12	7	2	66

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Portanto, os dados apresentados nas Tabelas 6 e 7 sugerem que a quantia de dinheiro enviado ou levado para casa pelos próprios migrantes foi, de certa maneira, dependente do tipo de sector de ocupação. Em geral, as remessas em dinheiro foram bastante reduzidas. Contudo, elas podem ser usadas, juntamente com as remessas em espécie, para a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares em casa. As secções que se seguem mostram como é que as remessas são usadas.

3. O uso das remessas no consumo corrente

Ambos os dados quantitativos e qualitativos indicaram que o rendimento de migrantes é geralmente direccionado, primeiro, para a satisfação de necessidades imediatas dos agregados familiares, tais como alimentação, vestuário, educação das crianças, habitação e bens de consumo. Os bens enviados ou levados para casa com maior frequência incluem vestuário, alimentação, mobília e chapas de zinco.

A Tabela 8 mostra a distribuição dos migrantes da amostra, segundo o tipo de bens enviados ou trazidos para casa pelos próprios migrantes, durante a sua primeira viagem para a África do Sul. A maioria dos migrantes indocumentados enviou ou levou para casa vestuário, durante a primeira viagem para a África do Sul. Em termos de envio de bens para casa, o vestuário é seguido pela alimentação, mobília e chapas de zinco. Em relação aos bens levados pelo migrante, a mobília supera a alimentação. A mobília enviada ou levada para casa inclui, principalmente, cadeiras, mesas e camas. Em menor proporção, houve também outros tipos de bens enviados ou levados para casa, tais como bicicletas, rádios ou gravadores.

Tabela 8 - Migrantes segundo o tipo de bens enviados ou levados para casa, na primeira viagem para a África do Sul

	Percentagem de M	igrantes
Tipo de bens	Bens enviados para casa	Bens levados para casa
Vestuário	59,7	76,4
Alimentação	18,2	5,5
Mobília	14,3	12,5
Chapas de zinco	6,5	1,4
Outros	1,3	4,2
Total	100,0	100,0
Número de migrantes	77	72

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Uma análise de como as remessas enviadas ou levadas para casa são usadas revela que estas têm sido utilizadas principalmente para o consumo/sustento pessoal e/ou da família. Em seguida, elas são direccionadas para negócios da família, investimento na agricultura e educação das crianças. Em menor proporção, as remessas em dinheiro têm sido usadas também para outros propósitos muito importantes, tais como construção ou compra de uma habitação, casamento/lobolo e pagamento de dívida (vide Tabela 9).

 Tabela 9 - Migrantes segundo os propósitos das remessas em dinheiro enviadas ou levadas para casa

			Percentagem	Percentagem de Migrantes		
Propósito do dinheiro en- viado ou levado para casa		Dinheiro enviado para casa	a casa	Dink	Dinheiro levado para casa	casa
	Propósito 1	Propósito 2	Propósito 3	Propósito 1	Propósito 2	Propósito 3
Consumo pessoal/familiar	100,0	;	;	6'86	1	:
Negócio familiar	1	52,0	14,3	1	46,7	12,0
Agricultura	1	34,4	;	1	26,7	4,0
Educação	1	9,4	64,3	1	13,3	72,0
Habitação	1	:	;	1,5	6,7	:
Casamento / lobolo	1	3,1	7,1	4,6	4,4	8,0
Pagamento de dívida	1	3,1	14,3	1	2,2	4,0
Total	100,0	0′001	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de migrantes	51	35	14	99	45	52

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

3.1. Consumo pessoal/familiar

Como mostrado na Tabela 9, as remessas são usadas principalmente para o consumo/sustento pessoal/familiar. Somente em poucos casos elas são direccionadas para propósitos produtivos, provavelmente por serem muito reduzidas. Esta observação é, até certo ponto, consistente com a constatação de De Vletter (2006), ao analisar a diferenciação de agregados familiares no sul de Moçambique. Ele notou que as despesas em alimentação e outras necessidades básicas dominavam sobremaneira o orçamento de agregados familiares de migrantes externos.

Com efeito, quase todos os imigrantes moçambicanos indocumentados, entrevistados na África do Sul, afirmaram que estavam se arriscando apenas para obtenção de meios básicos para o sustento de suas famílias em casa, visto que essas famílias eram, na sua maioria, rurais e dependentes de uma agricultura de subsistência improdutiva. Muitos imigrantes disseram que eles eram os únicos que garantiam o consumo básico da família em casa.

Por exemplo, Isabel, que estava residindo em Bekkersdal com seu cônjuge, desde 1995, declarou que costumava retornar a casa apenas para curtas visitas aos seus irmãos. Sempre que ela vinha a casa costumava comprar bens para seus irmãos, dado que o trabalho destes na lavoura não estava rendendo o suficiente para a sua sobrevivência. Isabel (entrevistada em Bekkersdal a 17 de julho de 2005) era a única pessoa que podia ajudá-los, providenciando alguns bens essenciais. Ela também construiu e mobilou uma casa, na qual moravam seus irmãos.

Adelino, um outro imigrante moçambicano em Nelspruit (entrevistado a 20 de setembro de 2005), confessou que não tinha nenhuma intenção de residir para sempre na África do Sul. O seu grande desejo era o de morar com sua família em Maputo. Se houvesse oportunidades de emprego em Maputo, optaria por residir lá ao invés de vir para a África do Sul sem documentação. Mas ele tinha que continuar a trabalhar em Nelspruit, visto que ele poderia ganhar algum dinheiro que lhe permitiria sustentar a sua família em casa. Ele explicou ainda que nunca retornou a casa desde que chegou a Nelspruit em 2004. Ele costumava enviar bens essenciais (alimentação e vestuário) para a sua família em Maputo. Nunca enviou dinheiro para a família, porque o que ele ganhava não era suficiente para poupanças.

A sobrevivência da família em casa constituía também um imperativo para António e Pedro. António, que confessou ter tido uma experiência amarga na África do Sul (particularmente em Johannesburg), em relação à obtenção de um emprego decente, afirmou que, apesar das dificuldades, ele conseguiu enviar para casa mobília (cama e guarda-roupa), uma aparelhagem electrónica de som e dinheiro para a compra de alimentação para seus pais e oito irmãos. Pedro, que subsequentemente se tornara proprietário de uma oficina de reparação e pintura de automóveis em Soweto, conseguiu enviar alguns bens, sobretudo artigos essenciais, para a sua mãe e seus irmãos em casa. Para o futuro, ele esperava construir uma casa para a sua mãe. Entretanto, não sabia quando retornaria, porque todos lá dependiam dos seus rendimentos em Soweto.

Entretanto, quanto às remessas para o consumo pessoal e/ou familiar, é interessante notar que De Haas (2005) criticou a tendência de alguns estudos considera-

rem as despesas com habitação, saneamento, cuidados de saúde, alimentação e educação como improdutivas. Segundo ele, os melhoramentos no bem-estar e no capital humano das pessoas ajudam a incrementar a sua produtividade, liberdade de escolha e capacidade de participar no debate público; consequentemente, isso constitui desenvolvimento (De Haas, 2005).

3.2. Educação para as crianças

A educação para as crianças foi referida, por alguns migrantes entrevistados, como um dos propósitos das remessas em dinheiro (vide Tabela 9), principalmente entre aqueles que deixaram crianças em casa. Por exemplo, Maria, uma mulher migrante retornada da África do Sul e entrevistada em janeiro de 2004 no distrito de Magude, declarou que o dinheiro que ela ganhou na África do Sul permitiulhe não apenas construir sua casa e alimentar seus filhos, mas também colocá-los na escola. Ela afirmou que não pararia de trabalhar na África do Sul num futuro próximo, pois tinha que continuar a patrocinar a educação dos filhos (Entrevista com Maria, no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

De facto, providenciar ajuda para a educação dos membros mais novos do agregado familiar parece ser uma obrigação social para muitos migrantes. Jorge, entrevistado no distrito de Magude em Maio de 2004, também foi um dos que sentiu este tipo de obrigação quando se encontrava na África do Sul. Ele afirmou que, no lugar de enviar dinheiro, enviou cadernos para seus sete irmãos, no sentido de ajudá-los na sua educação, visto que todas as pessoas na família dependiam dele. Os irmãos do Jorge estavam morando com uma mãe viúva e incapacitada.

3.3. Habitação

Embora o melhoramento das condições de habitação não tenha sido identificado com um dos principais propósitos das remessas em dinheiro (Tabela 9), este revelou-se como um importante factor nas entrevistas qualitativas. Quase todos os migrantes entrevistados afirmaram que uma das metas na sua vida migratória era a obtenção de uma habitação própria com o mínimo de condições em Moçambique. Esta meta já foi alcançada por Maria e Angelina, duas mulheres migrantes, entrevistadas no distrito de Magude e em Tembisa, respectivamente. Maria, que construiu uma casa de três quartos, no distrito de Magude, com material convencional, explicou como conseguiu fazer isso:

Por causa das difíceis condições de vida em casa, fui forçada a viajar para a África do Sul. Lá obtive um emprego e comecei a trabalhar como empregada doméstica. Depois notei que poderia comprar produtos e revendê-los cá em Moçambique para ganhar dinheiro extra. Assim, comecei a fazer isso. Passado algum tempo, e depois de muitas viagens para a África do Sul, comprando bens e os revendendo em Moçambique, consegui construir esta casa que Deus me deu. Graças à África do Sul, consegui tudo o que tenho nesta casa (Entrevista com Maria no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

Angelina (entrevistada em Julho de 2005) informou que, com o dinheiro que estava ganhando em Tembisa, foi capaz de construir casa própria, em Moçambique, em 2001. Sua mãe e seus filhos estavam morando nessa casa. Ela tencionava poupar mais dinheiro, no sentido de poder comprar um automóvel num futuro próximo. Depois disso, ela pretendia comprar mobília para a sua nova casa. Finalmente, ela teria que ganhar mais dinheiro para o futuro de seus filhos. Portanto, não existia data para o seu retorno definitivo a Moçambique. Ela retornaria somente depois de suas metas terem sido atingidas (Entrevista com Angelina em Tembisa, a 19 de Julho de 2005).

A posse de uma habitação no local de origem representa um símbolo de prestígio para os migrantes, especialmente quando esta está localizada na cidade de Maputo. Isso foi, por exemplo, o caso de Sr. Vuma, um imigrante moçambicano em Tembisa, que conseguiu obter a nacionalidade sul-africana e, subsequentemente, tornar-se um empresário bem sucedido. O Sr. Vuma declarou que a insegurança na sua terra natal (distrito de Magude) na década de 80, como resultado da guerra civil (que afectou principalmente as áreas rurais), forçou-o a comprar uma casa alternativa na cidade de Maputo, em 1989. Ele acrescentou que essa casa pertencia a um ex-governador da província de Maputo. Pela casa, ele pagou o equivalente a 60 mil Randes. O Sr. Vuma trouxe alguns dos seus parentes que tinham abandonado suas residências no distrito de Magude, por causa da guerra, para morar na casa. Assim, o Sr. Vuma era proprietário de duas residências: uma no distrito de Magude e outra na cidade de Maputo (Entrevista com Sr. Vuma em Tembisa, a 19 de Julho de 2005).

Mas o caso do Sr. Vuma é uma excepção, pois uma análise das características das habitações, em termos de tipo de material de construção usado, não revela grandes diferenças entre os migrantes retornados e aqueles sem experiência migratória. De Vletter (2006) observou que a construção de casas de cimento era geralmente uma prioridade de migrantes mineiros no sul de Moçambique. Mas isso não era o caso de migrantes laborais indocumentados, particularmente aqueles dos distritos de Magude e Chókwè. A verdade é que somente poucos migrantes indocumentados conseguem construir uma habitação de cimento. Dada a sua instabilidade no emprego e vulnerabilidade à deportação, a maioria dos migrantes indocumentados não é capaz de acumular poupanças suficientes que lhes permita construir uma habitação de alta qualidade, como os mineiros documentados (que são migrantes laborais contratados).

3.4. Lobolo/casamento

O *lobolo* foi definido por Smith (2002) como uma tradição secular de casamento em África, a qual requer que um preço seja pago para o direito de casar com uma mulher. Trata-se de um processo complexo e muito formal de negociação entre duas famílias para um acordo mútuo sobre o preço que o noivo deve pagar no sentido de casar com a noiva. O propósito do *lobolo* é o de unir as duas famílias para promover

respeito mútuo e dignidade e expandir o amor entre o homem e a mulher para as famílias nucleares e alargadas (Smith, 2002).

Uma das realizações sociais dos migrantes, principalmente os migrantes jovens masculinos, é o facto de eles poderem usar uma parte das suas poupanças para o pagamento do lobolo, que lhes permita casar, depois do retorno a casa. Embora a amostra do inquérito tenha mostrado poucos casos de migrantes que usaram as suas poupanças para propósitos de lobolo ou casamento, as entrevistas qualitativas indicaram que esta tem sido uma das metas mais comuns entre os migrantes jovens masculinos. A informação disponível dá a impressão de que, na sua primeira viagem para a África do Sul, os migrantes indocumentados masculinos têm sido maioritariamente solteiros que, depois de algum período de estadia na África do Sul, retornam com os meios necessários para "lobolar".

Por exemplo, Manuel, um migrante indocumentado entrevistado em Tembisa em Julho de 2005, deslocou-se para a África do Sul, deixando em casa Anita, uma mulher que tornar-se-ia sua esposa num futuro próximo. Embora eles estivessem a morar juntos, antes de Manuel migrar para a África do Sul, ele não a considerava como sua esposa, porque ainda não tinha pago o lobolo. Conforme a sua explicação, ele ainda não tinha sido socialmente aceite pela família da Anita como esposo dela. Por isso, Manuel tinha poupado dinheiro e estava se preparando para retornar, com o propósito de pagar o lobolo para poder casar com Anita, de acordo com as normas culturais da sua comunidade.

3.5. Nível de vida

Por nível de vida entende-se a qualidade e quantidade de bens e serviços disponíveis para as pessoas e como estes estão distribuidos. Na sua medição, diversos indicadores têm sido levados em conta, tais como o produto interno bruto, rendimento per capita, acesso e qualidade dos cuidados de saúde e educação, e acesso ao saneamento e água (Ministry of Social Development, 2001; Steckel, 1995).

Neste estudo, a avaliação do impacto da migração laboral indocumentada sobre o nível de vida de agregados familiares de migrantes é feita através de uma análise do tipo de combustível que é usado para cozinhar e da presença de alguns bens duráveis nos agregados, tais como bens electrónicos (telefones, rádios e televisão) e veículos (carros, tractores, motociclos e bicicletas). De acordo com Massey et al. (1987), isto torna a vida muito mais agradável e melhora a condição social e o prestígio de uma família dentro da comunidade rural.

A maioria das comunidades rurais em Moçambique não tem acesso à electricidade. Por isso, a lenha continua sendo a sua principal fonte de combustível. Isso foi reflectido nos resultados da amostra do inquérito nos distritos de Magude e Chókwè, que revelaram que a lenha é usada pela maioria de agregados de migrantes e não-migrantes. Os poucos agregados que usam electricidade localizam-se nas sedes dos distritos, consideradas como áreas urbanas. Porém, mesmo entre os agregados urbanos da amostra, muito poucos usam electricidade. De um total de 22 agregados familiares de migrantes urbanos da amostra, apenas 9,1% usam electricidade. Similarmente, a proporção de agregados familiares urbanos de não-migrantes que usam esta mesma fonte de energia é muito baixa: somente 7,1% de um total de 127. Portanto, não há grandes diferenças entre agregados de migrantes e de não-migrantes em relação ao tipo de combustível mais frequentemente usado para a cozinha.

Um outro indicador usado para avaliar o nível de vida foi a posse de um telefone fixo entre agregados de migrantes e não-migrantes. Nenhum dos agregados familiares, migrante ou não, possui telefone fixo. Também, a maioria de agregados familiares, quer de migrantes quer de não-migrantes, não possui televisão, carro ou motociclo.

Porém, uma análise à posse de rádio ou bicicleta revelou algumas diferenças entre agregados de migrantes e de não-migrantes. Mais de metade (52,4%) dos agregados familiares de migrantes possui um rádio, contra 42,9% dos não-migrantes. O mesmo sucede para a posse de bicicleta (44,8%, contra apenas 18,9%). Estes dados sugerem que rádios e bicicletas são os bens duráveis mais comuns entre os agregados de migrantes indocumentados nos distritos de Magude e Chókwè. Rádios e bicicletas são bens que podem ser comprados facilmente na Àfrica do Sul ou adquiridos no mercado local, em Moçambique, e são relativamente baratos. A posse destes dois tipos de bens é o mínimo que um migrante comum pode fazer, no sentido de melhorar a sua condição social e o seu prestígio dentro da comunidade.

Em suma, a análise da presença de bens duráveis seleccionados nos agregados familiares de migrantes indocumentados e de não-migrantes, nos distritos de Magude e Chókwè, não revelou diferenças salientes no nível de vida entre os dois grupos. O uso da electricidade, bem como a posse de televisões, carros ou motociclos foi declarado apenas por um número muito pequeno de agregados familiares, quer de migrantes quer de não-migrantes, o que significa que não há um padrão claro de posse segundo a condição migratória. Em parte, isto pode ser explicado pelo facto de as duas áreas de estudo serem essencialmente rurais e os rendimentos ganhos pelos migrantes indocumentados serem relativamente baixos.

4. Remessas no investimento produtivo

Além do consumo corrente, o investimento em negócios familiares e na agricultura constitui um dos propósitos para os quais os migrantes têm enviado ou trazido dinheiro para casa. Através das entrevistas qualitativas foi possível perceber em que tipo de negócios e projectos agrícolas os migrantes indocumentados têm investido mais. A maioria usa o dinheiro para pequenos negócios no sector informal. Em geral, estes negócios

3 –

Re

incluem a compra e revenda de géneros alimentícios, com o propósito de gerar algum rendimento para a sobrevivência da família. Isto foi evidente na observação das principais fontes de rendimento entre agregados familiares de migrantes e de não-migrantes (Tabela 10): o negócio foi a principal fonte de rendimento para 41% dos primeiros, contra apenas 28,3% dos segundos.

Tabela 10 - Principal fonte de rendimento em agregados familiares de migrantes retornados e não-migrantes

	Percentagem de Agregados familiares					
Principal fonte de rendimento	Agregados de migrantes retornados	Agregados de não-migrantes				
Salário	5,7	26,0				
Agricultura	37,1	45,7				
Negócio	41,0	28,3				
Trabalho migratório	16,2					
Total	100,0	100,0				
Número de agregados familiares	105	254				

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

O desejo de ter um negócio em casa foi a aspiração mais comum de muitos migrantes entrevistados. Manuel, entrevistado em Julho de 2005 em Tembisa, foi um dos migrantes que conseguiram fazer algo para ter negócios em casa. Ele relatou que, com o dinheiro que ganhava em Tembisa, conseguiu comprar uma barraca na sua terra. Passou a usar essa barraca como uma mini-mercearia para a venda de géneros alimentícios. Ao contrário, Pinto, entrevistado em janeiro de 2004 no distrito de Magude, não foi capaz de realizar a sua aspiração de ter seu próprio negócio, visto que teve que retornar a casa como deportado. Contudo, tenciona persistir e, se conseguir juntar dinheiro suficiente, construirá uma mini-mercearia em casa para venda de produtos diversos.

Alguns migrantes disseram que poderiam empreender negócios em casa, para melhorar suas condições de vida, se as suas aldeias tivessem acesso a energia eléctrica. A falta de electricidade foi considerada, por muitos entrevistados, como o maior obstáculo às suas aspirações de desenvolver negócios produtivos nas suas comunidades locais. Este foi, por exemplo, o ponto de vista de Maria:

Se esta aldeia tivesse acesso à electricidade, eu construiria uma mini-mercearia aqui que me permitisse alimentar e educar meus filhos, e não voltaria mais para a África do Sul. Não pretendo ser absolutamente dependente das minhas deslocações para a África do Sul. A minha filha mais velha, que cuida dos irmãos mais novos na minha ausência, sairá de casa a qualquer momento por causa do seu casamento. Os filhos mais novos correm o risco de ficarem sós em casa a qualquer momento. Isso preocupa-me bastante. Por essa razão, tenho que lutar para construir uma mini-mercearia aqui em casa, para que possa cuidar dos meus filhos (Entrevista com Maria no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

Portanto, na sua maioria, os negócios desenvovlvidos pelos agregados de migrantes indocumentados são algo insignificantes no contexto do crescimento económico e do desenvolvimento das comunidades locais. Eles não geram emprego e dificilmente podem satisfazer as necessidades básicas de um agregado familiar. Os negócios mais comuns resumem-se à venda, na rua ou dentro de mercados informais locais, de géneros alimentícios, vestuário, bebidas alcóolicas tradicionais, carvão e lenha.

Além de pequenos negócios, alguns migrantes disseram que enviaram ou trouxeram dinheiro para casa, para investimento na produção agrícola. No geral, o dinheiro foi usado para pagamento de trabalhadores de fora do agregado familiar ou para o aluguer de uma charrua. Os trabalhadores de fora são, geralmente, convidados para reforçar a mão-de-obra disponível no agregado familiar. Porém, é importante sublinhar que o impacto deste tipo de investimento no desenvolvimento das comunidades locais não é evidente, o que pode ser explicado pelo facto de este ser feito por um número muito reduzido de migrantes, numa base irregular e restringido apenas à agricultura de subsistência.

Uma análise à posse de tractores e gado no agregado familiar, indicadores usados para avaliar o investimento em insumos para a produção agrícola, sugere que não houve realizações significativas, quer nos agregados familiares de migrantes quer nos de não-migrantes. Somente dois (num total de 105) agregados familiares de migrantes possuíam um tractor, contra um agregado familiar de não-migrantes (num total de 254). Do total dos agregados familiares de migrantes, 25% tinham pelo menos um boi, contra apenas 14% de agregados de não-migrantes. Aqui torna-se importante sublinhar que a criação de gado é uma actividade comum nos distritos de Magude e Chókwè, que também parece ser a mais preferida pelos migrantes retornados naquelas áreas.

O sucesso do investimento produtivo nas comunidades emissoras de migrantes é, em alguns casos, dependente da experiência e condição legal dos migrantes. Migrantes com longa experiência na África do Sul e na posse de documentação legal têm maior propensão para fazer investimentos visíveis do que aqueles sem experiência suficiente e numa condição ilegal. Por exemplo, o Sr. Vuma, que residia em Tembisa há mais de três décadas no momento da entrevista (Julho de 2005), relatou que tinha se tornado num grande agricultor e criador de gado na sua terra natal, depois de ter feito um investimento significativo em insumos para a produção agrícola (tractores e gado). Note-se, porém, que o Sr. Vuma adquiriu nacionalidade sul-africana desde 1970 e tornou-se num empresário de sucesso em Tembisa.

Conclusão

Do ponto de vista socioeconómico, a migração laboral indocumentada de Moçambique para a África do Sul constitui uma das várias estratégias de sobrevivência dos agregados familiares nos distritos de Magude e Chókwè. Os migrantes indocumentados têm ajudado os membros de seus agregados famíliares através de remessas (em dinheiro ou bens, enviados ou trazidos para casa pelos próprios migrantes), embora em escala muito reduzida. Somente poucos têm enviado dinheiro para casa; a maioria dos migrantes tem preferido trazê-lo consigo no momento de retorno, provavelmente porque têm optado, primeiro, pela poupança.

A capacidade de enviar ou levar bens ou dinheiro para casa tem uma relação positiva com a duração da estadia (experiência) e o nível de rendimentos na África do Sul. Os migrantes que se têm empregado na indústria têm remetido relativamente mais dinheiro, se comparados com os ocupados no sector da agricultura.

Os bens enviados ou trazidos para casa incluem, principalmente, vestuário, alimentação, mobília e chapas de zinco. As remessas têm sido usadas, principalmente, para o consumo corrente nos agregados familiares. Algum dinheiro tem sido usado também para pequenos negócios familiares, agricultura de subsistência, educação das crianças e construção da habitação. Em alguns casos, o dinheiro é utilizado pelos migrantes para a realização das suas obrigações sociais, tais como lobolo/casamento ou pagamento de dívidas.

As remessas de migrantes indocumentados têm sido muito reduzidas, devido à sua vulnerabilidade à exploração e deportação da África do Sul. Dada a limitação das remessas, não tem havido melhoramentos significativos na sua qualidade de vida, como, por exemplo, no caso de migrantes mineiros que são, maioritariamente, contratados. Igualmente, não há realizações visíveis no desenvolvimento socioeconómico dos agregados ou comunidades locais, porque as remessas são muito limitadas.

Referências bibliográficas

- Akuei, S. R. (2005), "Remittances as unforeseen burdens: the livelihoods and social obligations of Sudanese refugees", GCIM Global Migration Perspectives No. 18.
- De Haas, H. (2005), "International migration, remittances and development: myths and fact", GCIM Global Migration Perspectives No.30.
- De Vletter, Fion (2006). "Migration and Development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival", SAMP Migration Policy Series No. 43.
- Ghai, D. (2004), "Diasporas and development: the case of Kenya", GCIM Global Migration Perspectives No. 10.
- Horst, C. (2004), "Money and mobility: transnational livelihood strategies of the Somali

- diaspora", GCIM Global Migration Perspectives No. 9 (2004).
- Massey, D. S., Alarcón, R., Durand, J. & González, H. (1987), Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico. Berkeley, University of California Press.
- Mazzucato, V. (2005), "Ghanaian migrants' double engagement: a transnational view of development and integration policies", GCIM Global Migration Perspectives No. 48.
- Ministry of Social Development (2001), Economic standard of living. The Social Report 2001, New Zealand. http://socialreport.msd.govt.nz/2001/economic-standard/ economic-standard.shtml (Acesso: 20/02/2007).
- Nwajiuba, C. (2005), "International migration and livelihoods in southeastern Nigeria", GCIM Global Migration Perspectives No. 50.
- Ratha, Dilip (2011), "World remittance flows updated to \$483 billion for 2011", People Move: A blog about migration, remittances, and development. http://blogs.worldbank.org/peoplemove/worlwide-remittance-flows-updated-to-483-billion-for-2011 (Acesso: 10/02/2012).
- Smith, G. (2002), "Marriage tradition in Africa: lobola", Essortment. http://azaz.essortment.com/africanmarriag_rntr.htm (Acesso: 20/03/2007).
- Stalker, P. (2006), "Stalker's Guide to International Migration: Impact of emigration". http://pstalker.com/migration/mg_emig_2.htm (Acesso: 07/03/2007).
- Steckel, R. H. (1995), "Stature and the Standard of Living", Journal of Economic Literature, 33 (Part 2): 1903-1940.



Causas, consequências e padrões da migração internacional de Moçambique: questões emergentes no espaço da lusofonia ¹

Inês M. Raimundo 2

Resumo

As migrações internas e internacionais têm sido uma das características dominantes da população de Moçambique e do continente africano no geral, provocadas particularmente pela descolonização, oportunidades de emprego e de formação, guerras civis, cooperação internacional e calamidades naturais. Segundo Martin, Martin e Weill (2006) e o PNUD (2009), os factores dominantes desses fenómenos têm sido as diferentes respostas resultantes das diferenças económicas, políticas, sociais e ideológicas que ocorrem a nível interno e externo desses países.

Por razões históricas, Moçambique é um dos países da África Austral com relações económicas privilegiadas com a República da África do Sul, cuja emigração laboral para as minas, plantações e outros sectores de trabalho é já muito antiga. Porém, nos últimos tempos, Moçambique vem sendo palco de um outro fenómeno, caracterizado por imigração sem precedentes e bastante acentuada, cuja origem se localiza particularmente na região dos Grandes Lagos de África, Etiópia, Somália, Médio Oriente (Líbano) e na Ásia, especificamente China, Bangladesh e Paquistão. Entretanto, os dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 indicam que, nessa altura, existiam 206.906 estrangeiros a residir em Moçambique, dos quais 6.560 eram provenientes de Cabo Verde, 4.279 de Portugal, 1.192 de São Tomé e Príncipe, 985 de Angola, 934 do Brasil e 355 da Guiné-Bissau, não havendo dados específicos sobre imigrantes provenientes do Timor Leste. Estes formam, no conjunto, os migrantes do espaço da lusofonia.

Docente e investigadora da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Geografia e Centro de Análise de Políticas, Cx Postal 257, Maputo, Moçambique. E-mail: ines.raimundo@uem.mz, inesmacamo@gmail.com

Agradeço ao Prof. Gerhard Liesegang, pelas ideias sugeridas ao longo da preparação deste artigo, e à Universidade Eduardo Mondlane, em particular à Faculdade de Letras e Ciências Sociais que, através do seu Director, o Prof. Armando Jorge Lopes, me autorizou a participar em conferências internacionais relacionadas com a temática em estudo. Agradeço também ao Prof. João Peixoto, pela disponibilidade imediata e incondicional de informação estatística e de fontes relacionadas com a imigração em Portugal. Finalmente, os meus agradecimentos são também endereçados ao meu marido, Zé, que, de forma incansável, fez a correcção, revisão e comentário do texto.

Neste contexto, o presente artigo analisa a migração internacional que ocorre no espaco/território da lusofonia, em particular em Mocambique, tendo como base os dados dos censos nacionais e relatórios sobre migrações do Banco Mundial. Apesar de não serem representativos, a informação obtida desses dados ilustra claramente uma tendência de crescimento de pessoas que se movimentam para dentro e para fora de Moçambique, e, curiosamente, muito pouco para o interior do espaço/território da lusofonia. Por isso achamos legítimo questionar: por que é que isso acontece assim? Por que razão esse movimento migratório não privilegia o espaço/território da lusofonia, que, por sinal, tem o mesmo passado colonial e, por consequência, a mesma língua?

Palavras-chave: Migrações, espaço/território lusófono, Moçambique

1. Introdução

Moçambique, nos últimos 36 anos de sua independência3, tem registado uma intensa mobilidade populacional que, até muito recentemente, era justificada pela instabilidade política originada pela guerra dos 16 anos (1976-1992), pelas invasões militares estrangeiras e, também, calamidades naturais tais como inundações, ciclones e particularmente as secas.

Desde o primeiro Recenseamento Geral da População realizado em 1980 até ao terceiro em 2007, foram recolhidas várias informações sobre a migração em Moçambique, sem, contudo, se fazer uma análise exaustiva sobre a migração internacional, em particular no espaço da lusofonia. Por isso, este artigo procura colmatar essa lacuna tendo como base os dados dos censos nacionais e alguns estudos encontrados na Internet e que versam sobre os países lusófonos. Apesar de não serem representativos, a informação obtida a partir desses dados ilustra uma tendência de crescimento de pessoas que se movimentam para dentro e para fora de Moçambique, provocando a seguinte curiosidade: Quem são essas pessoas? O que é que elas fazem? Para onde é que se dirigem? Por que saíram dos seus lugares habituais de residência?

Na proposta inicial deste tema colocámos algumas guestões que, na altura, constituíam o centro de preocupações, tais como: a definição exacta da natureza dos migrantes que se encontram no espaço da lusofonia, as suas principais ocupações, suas qualificações, o tipo de políticas e leis que gerem essas migrações e a natureza de políticas referentes à circulação da mão-de-obra no território da lusofonia. Porém, a análise de dados e a pesquisa bibliográfica permitiram novas reflexões que nos trouxeram novas inquietações referentes à circulação de migrantes no espaço/território da lusofonia. Por que é que Portugal se transformou no destino final de migrantes brasileiros, angolanos, cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses e não de moçambicanos?

É de referir que a República de Moçambique é independente desde o dia 25 de Junho de 1975.

Aparentemente a circulação de migrantes dentro do espaço dos PALOP⁴ é menos expressiva. Pode ser pelo facto de os países possuírem economias muito fracas e pelo factor distância. Esta última hipótese não é aceitável na medida em que em Moçambique se podem encontrar povos de lugares distantes com os quais o país não tem ligação histórica. Aliás, Cabo Verde é o país dos PALOP mais distante de todos, mas que supera numericamente as restantes nacionalidades da lusofonia em Moçambique. Quando olhamos para as estatísticas sobre moçambicanos em Portugal observamos que são baixas. Segundo as fontes portuguesas, são apenas 3.122 indivíduos em 2010 (SEF, 2010). Perante este facto, seria interessante estudar quem são estes poucos moçambicanos que aí se encontram. Porém, esse não é o objectivo deste artigo.

Importa referir que nos objectivos iniciais fazia-se também menção à possibilidade de serem usados dados do Ministério da Educação relacionados com moçambicanos bolseiros e seu destino, para avaliar as tendências de fuga de profissionais qualificados. Porém, esta intenção se revelou inútil, porque o referido Ministério ainda está a organizar a sua base de dados. Da Costa (s/d)⁵, citando dados obtidos no portal do Ministério da Educação, menciona existirem 800 estudantes moçambicanos no exterior. Contudo, a autora não acredita neste número, pois julga ser superior ao que nos é dado pelo Ministério da Educação.

Adepoju (1996⁶, 2008⁷), Raimundo (2008a)⁸ e o PNUD⁹ (2009) defendem que as migrações, como um acto de mudança de local de residência, constituem hoje um autêntico desafio, particularmente quando se trata de migração internacional, no que diz respeito ao registo, à identificação das causas dessa migração e à obtenção de dados estatísticos fiáveis. São um grande desafio na medida em que, na sua maioria, esses migrantes nunca chegam a declarar a sua situação concreta no país, isto é, se o fazem em definitivo ou não. Segundo Adepoju (2008), o registo de migrantes em África é deficiente pelo facto de ser difícil separar as migrações internas das internacionais, sobretudo nas regiões fronteiriças.

2. Espaço/território lusófono e migração

Antes de se avançar com qualquer análise, iremos discutir alguns conceitos que nos darão esclarecimentos prévios, tais como "espaço, território e lusofonia".

⁴ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Da Costa, Ana B. (2009). Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. Ensino Superior e circulação internacional de estudantes: os PALOP no Brasil e em Portugal.

Adepoju, Aderanti. The links between intra-continental and intern-continental migration in and from Africa. Dakar (1996).

Adepoju, Aderanti. Perspectives on international migration and national development in sub-Saharan Africa. Leiden (2008).

⁸ Raimundo, Inês M. Mozambican refugees in Malawi: What did happen to soils and forests? Bonn (2008).

⁹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ultrapassando barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. New York (2009).

Araújo (1988)¹⁰ define espaço como produtivo e residencial. Segundo ele, o espaço produtivo é o intercalamento que existe entre a produção e a residência, enquanto o espaço residencial é o lugar onde a população reside.

Gil (2009)¹¹ diferencia território do espaço, quando afirma que o território é o fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forcas, de relações de poder económico, político e cultural, enquanto o espaço se forma dentro de um território e tem funções definidas e diferenciadas dentro da divisão do trabalho. Assim, o espaço rural é o lugar da produção agrícola e pecuária e o espaço urbano é o do consumo dos produtos rurais.

Na opinião de Hansine (2010)¹², território é uma extensão considerável de terra, área de um país ou Estado; é a base geográfica do Estado sobre a qual ele exerce sua soberania. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Ele possui limites, fronteiras, e, por isso, é um lugar de conflitualidades.

Partindo destas definições, é fácil dizer o que é, de facto, um território lusófono. Porém, o mesmo já não acontece quando pretendemos definir um espaço lusófono, na medida em que nos deparamos com problemas relacionados com limites geográficos, questões culturais e materiais, produção económica, que reflectem o continuum. Será que existe algum continuum dentro dos países lusófonos?

Assim, entende-se neste trabalho por espaço lusófono o "território" formado por um conjunto de países que têm como língua oficial o português e estão unidos por uma organização, nomeadamente a CPLP¹³, que inclui os PALOP.

Importa referir que, neste trabalho, Portugal será privilegiado não só pelo facto da língua portuguesa ser comum entre os PALOP e a CPLP, mas particularmente por ser o principal destino dos migrantes deste espaço/território lusófono.

A CPLP é formada por oito Estados soberanos, nos quais a língua portuguesa é uma das mais importantes.

A Guiné Equatorial apesar de ter a língua portuguesa como oficial e fazer parte da CPLP como observador, assim como o Senegal, Maurícias e Timor Leste, foram pro-

Araújo, Manuel G. Mendes de. O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Lisboa. Lisboa (1988).

Gil, Izabel C. (2009). Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/territorialidadedesenvolvimentocontemporaneo.pdf. acedido no dia 12 de Janeiro de 2012.

¹² Hansine, Rogers J, M. O conceito de Região e sua relação com desenvolvimento do território. Texto não publicado. Maputo (2010).

¹³ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

positadamente excluídos desta análise. As razões desta exclusão são duas: a Guiné Equatorial, o Senegal e as Maurícias, por não terem sido colónias de Portugal, e Timor Leste, pelo facto de ter sido colonizado pela Indonésia, após a sua independência em 1975, situação que terá "quebrado" a sua ligação com os restantes países lusófonos, pelo menos na questão linguística. Por outro lado, os dados estatísticos existentes sobre a migração dos povos mencionados para Portugal, como país de destino, são de um valor estatístico muito baixo.

O CODESRIA¹⁴ publicou em 2005 um livro resultante de uma colectânea de artigos com o título: *Lusofonia em África: História, democracia e integração africana*. O referido livro resultou das comunicações apresentadas na Conferência Internacional em Maputo (Moçambique) em Maio de 2005, por africanos da lusofonia e por "estrangeiros africanos", ou seja, pessoas que não sendo africanas, ou que não estando baseadas num país africano, se interessam pelo estudo do continente africano e, em particular, da África lusófona. Apesar da discordância sobre o conceito de lusofonia e sobre o significado de ser lusófono, as comunicações apresentadas analisaram o assunto segundo a perspectiva científica em que se encontram integradas.

Sem querer concordar ou discordar com as opiniões dos colegas, neste trabalho pretende-se apresentar uma análise da criação do espaço lusófono a partir do fenómeno da migração. Isto é, a migração que supostamente deveria ocorrer dentro do espaço lusófono.

Amaral (2005:8)¹⁵ define lusofonia em África como sendo um conceito que integra cinco países que se formaram ao longo dos cinco séculos de colonização portuguesa, tendo, por consequência, adoptado alguns aspectos comuns. Este é o caso da língua portuguesa, que funcionou como um elemento interno de ligação entre as respectivas populações e para projecção exterior.

A discussão da migração dentro do espaço da lusofonia é desenvolvida na base da existência de um espaço lusófono e no contexto de um movimento populacional que significa mudança de residência. Os dados disponíveis, tal como se verá mais adiante, combinam a população migrante e população estrangeira. Muitas vezes, o debate é posto em causa pela indisponibilização de dados actualizados e coerentes. Importa referir que é apenas Portugal o país que possui estatísticas mais actualizadas sobre a migração dentro da CPLP, sendo, por sinal, o país de destino de muitos desses migrantes. Segundo o SEF¹⁶ (2010), Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau são os países africanos com maior número de comunidades estrangeiras a viver em Portugal, suplantados pelo Brasil e por alguns países do Leste Europeu.

¹⁴ Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África.

¹⁵ Amaral, Ilídio. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos desafios do Século XXI. Dakar

¹⁶ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2010. http/www.sef-pt.

É de referir que, para efeitos de medição da migração em Moçambique, o III Recenseamento Geral da População de 2007, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, considerou as seguintes perguntas: (i) lugar de residência actual, (ii) lugar de nascimento, (iii) lugar de residência um ano antes da data do Censo (1 de Agosto de 2006) e (iv) lugar de residência cinco anos antes da data do Censo (1 de Agosto de 2002).

Como referem Muanamoha e Raimundo (2011)¹⁷, as perguntas sobre o lugar de nascimento e o lugar de residência actual permitem estimar a migração acumulada ou de toda a vida, enquanto as perguntas sobre o lugar de residência um ano e cinco anos antes da data do censo permitem aferir sobre a migração mais recente. Assim, os dados estatísticos do III RGPH18 de 2007 de Moçambique contabilizaram 20.579.265 habitantes, dos quais 9.897.116 eram homens e 10.682.149 eram mulheres. Estas estatísticas mostram também que no espaco/território lusófono havia anteriormente 1.460 moçambicanos, dos quais 1.373 se encontravam em Portugal.

Apesar da CPLP e dos PALOP estarem empenhados na integração, os números revelados sobre a migração dentro do espaço lusófono criam uma curiosidade, porque tal como se mencionou, através dos dados do SEF e daqueles disponíveis dentro dos PALOP, em particular nas estatísticas oficiais de Moçambique, a relação secular entre os países pode ser questionada. No quadro 1 podemos nitidamente observar a preponderância da comunidade brasileira em Portugal e a presença quase insignificante da comunidade moçambicana naquele país, no conjunto dos países dos PALOP e da CPLP.

Quadro 1- População com nacionalidade da CPLP em Portugal em 2010

País de nacionalidade	Número	Percentagem da população estrangeira residente em Portugal (%)		
Total da população estrangeira	445.262	100		
Angola	23.494	5,27		
Brasil	119.363	26,80		
Cabo Verde	43.979	9,87		
Guiné-Bissau	19.817	4,45		
Moçambique	3.122	0,70		
São Tomé e Príncipe	10.495	2,35		

Fonte: SEF, 2010

O quadro 2 versa sobre a população residente em Portugal nascida no estrangeiro. Nele pode-se constatar que Moçambique faz parte dos cinco países com maior número de população estrangeira em Portugal. Esta informação provém do site http://www.

Muanamoha, R. C. e Raimundo, I. M, Movimentos migratórios em Moçambique. Maputo (artigo ainda não publicado).

Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação.

migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523, cujos dados se referem a população nascida no estrangeiro, não sendo claro quantos são moçambicanos naturalizados portugueses, isto é, aqueles que já possuem a nacionalidade portuguesa. 19 De qualquer das formas, esta informação é de capital importância para perceber quantas pessoas nascidas em Moçambique vivem em Portugal, ou à data de recolha desta informação se encontravam em Portugal.

C	uadro	2 -	Popula	cão n	ascida	na	CPI P	em	Portugal	em	2003
~	dudio	_	i Opula	Çuo i	lasciaa	Hu		CIII	i Oi tugai	CIII	2005

País de origem Número		Percentagem da população nascida no es- trangeiro residente em Portugal (%)
Total da população nascida no estrangeiro	651.472	100,0
Angola	174.210	26,7
França	95.282	14,6
Moçambique	76.017	11,7
Brasil	49.891	7,7
Cabo Verde	44.969	6,9
Outros países	211.108	32,4

Fonte: http://www.migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523

3. A migração internacional e as estatísticas sobre a migração

Entende-se por migração internacional a deslocação de pessoas entre fronteiras internacionais, resultando numa mudança do país de residência habitual (PNUD, 2009:15). Ela é um dos fenómenos mais complexos que existem na actualidade. Peixoto (2004)²⁰ considera a migração internacional como um problema demográfico, económico, político, social e cultural. Esta constatação é mais aprofundada por Raimundo (2009), quando nas questões culturais ela discute a feitiçaria como um factor de migracão forcada.

Embora se reconheça que a migração internacional continua a ser um fenómeno excepcional dentro das restrições de movimentações impostas pelos Estados que lutam pela sua soberania contra a "invasão" dos aliens (Adepoju 2008; Oucho 2008²¹), ela é um fenómeno incontornável que as sociedades modernas não se podem dar ao luxo de dizer que não devia existir, exactamente pelas dimensões desenvolvidas por Peixoto.

A obtenção de números sobre as pessoas que estão em mobilidade é dos mais difíceis exercícios na disciplina da Demografia. Pese embora o registo de pessoas nas fronteiras, nem sempre os resultados são os mais desejados, porque elas cruzam fronteiras por variados motivos. Zlotnik (1999)²² enfatiza esta dificuldade ao afirmar que seria

Estes dados incluem as repatriações de indivíduos de descendência portuguesa após a independência das ex-colónias

Peixoto, João. As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. N011/2004.

Oucho, John. African brain drain and gain, Diaspora and remittances: More rhetoric than action. Leiden

Zlotinik, Hania. Trends of international migration since 1965: What existing data reveal. Geneva.

necessário contar anualmente todas as pessoas que cruzam fronteiras por motivos de fixação de residência definitiva, incluindo as saídas dos seus países de origem e as que regressam definitivamente para os seus países.

Considerando que apenas um pequeno grupo de países tem capacidade financeira, humana e vontade política (com leis e políticas migratórias claras e definidas), a estimativa da migração internacional ao nível global e, particularmente, dentro de um grupo de países, tal como o que está em discussão, é quase impossível. O que torna esta situação ainda mais difícil é a existência de um número indefinido de pessoas que foge das guerras, das perseguições políticas, religiosas e étnicas. Esta dificuldade imperativamente nos remete para estimativas da migração. Maior é a dificuldade quando se pretende fazer comparação dos dados estatísticos dos países, pois, como referem Castro e Oliveira (2001)²³, existe um desencontro de dados devido à altura da colheita dos mesmos. Por outro lado, os dados sobre migrantes são em muitos dos casos obtidos a partir da categoria "nações mais representadas", situação que exclui os países menos representados. O SEF, por exemplo, enfatiza as "dez principais nacionalidades mais representativas em Portugal", sendo cinco da CPLP, nomeadamente Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Portanto, Moçambique não consta.

De acordo com Raimundo (2008a), a informação que as instituições internacionais (o PNUD e o Banco Mundial) têm sobre migrantes moçambicanos na Europa ou na América não têm sido obtidas a partir de fontes nacionais, mas sim dos países onde esses cidadãos se encontram radicados. Por outro lado, alguns casos, como o site http://www. migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523, revelam que aos dados dos migrantes se podem acrescentar os da população nascida no estrangeiro, situação que pode baralhar os leitores. Tal pode criar um quadro desajustado da realidade, ao procurar apresentar uma imagem de um país cuja população se movimenta mais para fora do seu território do que para o interior das fronteiras convencionais estabelecidas.

Já em relação ao Brasil foi possível encontrar dados referentes a estrangeiros provenientes da Europa (Portugal), Ásia (Japão), América Latina e América do Norte residentes neste país. Em relação à população dos PALOP, a informação encontrada é de 1988 e 2001, mencionando africanos em situação irregular beneficiários de uma amnistia.

O maior problema estatístico é aquele que tem ocorrido nos PALOP, em que os censos não têm estado sintonizados. Por exemplo, Angola prepara um censo para 2013, Cabo Verde realizou um em 2010, Guiné-Bissau em 2009, Moçambique em 2007 e São Tomé e Príncipe em 2001. Para além do acesso aos dados obtidos ser difícil (apenas se dispõe da informação colocada na Internet), os diferentes anos em que os censos foram realizados tornam difícil qualquer comparação.

Castro, M. Garcia e Oliveira, Antônio Tadeu. Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e PNADS (1980-1998) e alguma leituras da mídia. Brasil (2001).

Os dados estatísticos sobre migrações disponíveis e mais actualizados sobre Moçambique permitiram determinar a migração acumulada (life time migration), ou seja, o stock à data do censo. Entretanto, não foi possível fazer este exercício para os restantes países da CPLP ou PALOP.

O quadro sobre dados estatísticos é muito sombrio e, por isso, deve-se admitir que as análises foram feitas sem o recurso a dados comparáveis. A mesma foi feita com base em inferências, dentre elas o facto de a lusofonia ser apenas um espaço/território linquístico e não de migração, não obstante a existência das marcas culturais da migração, representadas pela língua, música, dança e gastronomia.

4. Migração internacional em Moçambique

Raimundo (2009)²⁴, secundando autores que estudaram as migrações em Moçambique, tais como Borges Coelho (1993)²⁵, Covane (1996)²⁶, Crush e Tshitereke (2002)²⁷, das Neves (1998)²⁸, de Vletter (2000)²⁹, Harries (1994)³⁰ e Penvenne (1982)³¹, justifica as migrações de Moçambique como continuidade de rotas definidas por vários eventos que aconteceram no passado, tais como: as migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o xibalo (trabalho forçado), o traba-Iho migratório para as minas e plantações da África do Sul, incluindo para as plantações da ex-Rodésia do Sul (Zimbawe), e as calamidades naturais.

Na opinião de Raimundo (2008b³², 2010) e de Muanamoha (2010)³³, nos dias que correm o trabalho migratório, em muitos dos casos, já não acontece dentro do sistema formal, isto é, do recrutamento feito por Companhias, tais como a TEBA (The Bureau of Employment), a Thola e a Algos, mas sim por mecanismos informais, situação que engrossa o número de indocumentados nestes países, em particular na África do Sul, dificultando, deste modo, a obtenção de dados estatísticos viáveis.

Além dos homens, também as mulheres moçambicanas passaram a atravessar as

Raimundo, Inês M. População, mobilidade, pobreza rural em Moçambique e feitiçaria. Maputo (2009).

²⁵ Borges Coelho, João P. C. (1993). Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war. Bradford, UK.

²⁶ Covane, Luís A., 1996, Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Especial Reference to Lower Limpopo Valley, 1920-1992. London (1996).

Crush, Jonathan and Tshitereke. Contesting Migrancy: The foreign labour debate in Post-1994 South Africa. Cape Town, SA (2002).

²⁸ Das Neves, Joel M. Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c. 1965: A case Study of Manica Province. London (1998).

²⁹ De Vletter, Fion. Labour migration to South Africa: the lifeblood for southern Mozambique. In *On borders* - Perspectives on international migration in southern Africa. Cape Town, SA (2000).

Harries, Patrick. Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910. Johannesburg, SA (1994).

³¹ Penvenne, Jeanne. A History of African Labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950. Boston (1982).

Raimundo, Inês M. Migration management: Mozambique's challenges and strategies. Leiden (2008).

³³ Muanamoha, Ramos Cardoso. Dynamics of undocumented Mozambican labour migration to South Africa. Saarbrucken, Germany (2010).

fronteiras da África do Sul, recrutadas por vias informais para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar e de tomate, ou para trabalharem como cabeleireiras nas ruas de grandes cidades sul africanas, noameadamente Johannesburg, Durban, Pretoria e Nelspruit (Raimundo, 2010) 34.

Entretanto, as províncias fronteiriças do centro e norte de Moçambique, tais como Cabo Delgado, Niassa, Manica e Tete, também têm uma história secular de migrações. Podemos apreciar, por exemplo, nos trabalhos de Das Neves (1998), referências ao trabalho migratório feito por moçambicanos da região Centro nas plantações no Zimbabwe. Segundo Raimundo (2010), o comércio secular que se estabeleceu nas províncias do Niassa e Cabo Delgado com o Malawi e com a Tanzânia criou bases para um fenómeno migratório que continua nos nossos dias. Por exemplo, encontramos gente que sai de Mandimba, na província do Niassa, para o Malawi e Tanzânia, tendo por finalidade o comércio. É a chamada migração transfronteiriça ou cross border trade.

Em suma, os dados sobre as migrações internacionais oriundas de Moçambique indicam uma maior tendência direccionada para a região Austral de África e menor para os países da lusofonia. É importante referir que, apesar do nível de debate sobre questões de migração em Moçambique ser ainda incipiente, já começa a despontar algum interesse na abordagem académica, bem como no esforço de formulação de políticas de desenvolvimento mais centradas no factor humano.

4.1 População estrangeira residente em Moçambique

Os dados do III RGPH apurados segundo a variável nacionalidade indicam que residiam em Moçambique 20.252.223 habitantes em 2007, dos quais 20.046.317 são de nacionalidade moçambicana e os restantes 205.906 de nacionalidade estrangeira. Observando o quadro 3, constata-se que, do universo da população estrangeira, a maioria provém de Malawi com 74.996, do Zimbabwe com 24.612, da África do Sul com 8.613, da Tanzânia com 7.406, da Zâmbia com 5.753 e da República Democrática do Congo com 1.465 habitantes vivendo no território de Moçambique. Dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa destacam-se Cabo Verde (6.560) e São Tomé e Príncipe (1.192), e depois Angola com 985 e Guiné-Bissau com 365 habitantes.

Fora de África encontramos uma forte presença de população de Portugal com 4.279, da Índia com 2.357, do Paquistão com 1.243, do Brasil com 934 e da China com 667 habitantes. Refere-se, entretanto, que existem 52.986 habitantes cuja cidadania não foi possível apurar e foram registados como "desconhecidos".

Raimundo, I.M. (2010). Gender, Choice and Migration: Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique. Saarbrucken, Germany (2010).

Quadro 3 - População residente em Moçambique em 2007, por nacionalidade

País	Total	Homens	Mulheres
Moçambique	20.046.317	9.646.196	10.400.121
África do Sul	8.613	4.064	4.549
Angola	985	475	510
Botswana	55	19	36
Burundi	898	484	414
Cabo Verde	6.560	3.208	3.352
Congo (Brazzaville)	2.320	1.338	982
Etiópia	64	39	25
Gâmbia	93	64	29
Guiné-Bissau	365	188	167
Guiné-Conacri	829	620	209
Guiné-Equatorial	107	84	23
Ilhas Maurícias	224	127	97
Lesoto	66	40	26
Madagáscar	18	11	7
Malawi	74.996	35.346	39.650
Namíbia	54	20	34
Níger	126	85	41
Nigéria	532	422	110
Quénia	204	120	84
República Democrática do Congo	1.465	1.136	329
Ruanda	737	391	346
São Tomé e Príncipe	1.192	570	622
Senegal	352	297	55
Serra Leoa	430	235	195
Seychelles	105	47	58
Somália	231	144	87
Sudão	51	30	21
Suazilândia	870	360	510
Tanzânia	7.406	3.631	3.775
Togo	177	102	75
Tunísia	100	53	47

Uganda	0	0	0
Zâmbia	5.753	2.579	3.174
Zimbabwe	24.612	10.063	14.549
Outros países africanos	0	0	0
Alemanha	295	167	128
Brasil	934	397	537
Chile	67	38	29
China	667	527	140
Cuba	237	140	97
Espanha	252	130	122
Estados Unidos da América	567	291	276
França	348	214	134
Índia	2.357	1.463	894
Inglaterra	498	258	240
Itália	492	313	179
Japão	44	16	28
Paquistão	1.243	773	470
Peru	60	31	29
Portugal	4.279	2.609	1.670
Outros países da América	0	0	0
Outros países da Europa	0	0	0
Outros países da Ásia	0	0	0
Outros países da Oceânia	0	0	0
Sem especificação	52.986	26.735	26.251

Fonte: III RGPH 2007

O quadro 4 nos indica que entre 2002 e 2006 houve um saldo migratório positivo correspondente a 22.982 estrangeiros, representando um crescimento de 7,2 %. Durante este período, todos os países africanos aumentaram a sua população. Destaque vai para a província Malawi que lidera os países de imigração, com um ganho líquido de 8.295 pessoas. A seguir está a África do Sul (7.990), a Zâmbia (1.896) e a Tanzânia (1.076 pessoas). Os países cuja população não aumentou durante este período são o Senegal, a Serra Leoa e o Togo, que aumentaram apenas uma pessoa, enquanto a Guiné Equatorial aumentou cinco, a Gâmbia e São Tomé e Príncipe aumentaram sete pessoas.

Contudo, não foram identificados nacionais de Cabo Verde e do Zimbabwe. É provável que a população destes países se encontre "escondida" na categoria do censo de "sem especificação".

Em relação aos países asiáticos, as principais nacionalidades são a indiana e a paquistanesa, enquanto as europeias são dominadas por Portugal. Por último se encontra a América, onde se destacam países como Brasil e Estados Unidos da América. No geral, a população destes países, em ambos os períodos de análise, é inferior a 1.000 habitantes.

Os saldos migratórios por sexo indicam que o maior ganho líquido de população em Moçambique, resultante da migração, registou-se entre a população feminina, pois em ambos os períodos elas superam a população do sexo masculino, em 16.516 em 2002 e em 16.358 em 2006.

Quadro 4 - População estrangeira residente em Moçambique, por sexo e país de nacionalidade, em 2002 e em 2006

País	População	o estrangeira em 2002	residente	População estrangeira residente em 2006				
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
	316.282	149.883	166.399	339.264	161.453	177.811		
África do Sul	25.281	11.795	13.486	33.271	15.761	17.510		
Angola	548	311	237	583	331	252		
Botswana	64	25	39	85	34	51		
Burundi	962	523	439	1.006	548	458		
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0		
Congo (Brazaville)	2.006	1.148	858	2.083	1.187	896		
Etiópia	339	171	168	362	182	180		
Gâmbia	72	53	19	79	57	22		
Guiné-Bissau	331	206	125	375	232	143		
Guiné-Conacri	885	672	213	900	680	220		
Guiné-Equatorial	118	64	54	123	66	57		
Ilhas Maurícias	255	115	140	262	117	145		
Lesoto	67	23	44	71	26	45		
Madagáscar	213	82	131	220	87	133		
Malawi	165.459	77.986	87.473	173.754	82.181	91.573		
Namíbia	109	51	58	111	53	58		
Níger	111	59	52	113	60	53		
Nigéria	646	492	154	655	495	160		
Quénia	327	180	147	340	186	154		
República Democrática do Congo	591	356	235	610	364	246		
Ruanda	751	405	346	769	413	356		

São Tomé e Príncipe	248	119	129	255	123	132
Senegal	389	324	65	389	324	65
Serra Leoa	54	40	14	55	40	15
Seychelles	168	62	106	180	68	112
Somália	270	169	101	273	171	102
Sudão	38	22	16	40	23	17
Suazilândia	4.020	1.818	2.202	4.505	2.057	2.448
Tanzânia	20.608	9.858	10.750	21.684	10.386	11.298
Togo	64	28	36	65	29	36
Tunísia	48	22	26	54	25	29
Uganda	78	43	35	80	43	37
Zâmbia	15.375	7.189	8.186	16.271	7.640	8.631
Zimbabwe	0	0	0	0	0	0
Outros países africanos	1.386	1.107	279	1.415	1.124	291
Alemanha	347	174	173	376	193	183
Brasil	963	425	538	985	433	552
Chile	47	29	18	49	31	18
China	696	547	149	698	547	151
Cuba	277	157	120	281	160	121
Espanha	248	121	127	254	124	130
Estados Unidos da América	498	250	248	547	174	272
França	268	160	108	288	1.881	114
Índia	3.121	1.852	1.269	3.182	237	1.301
Inglaterra	403	228	175	424	298	187
Itália	448	291	157	460	27	162
Japão	68	26	42	70	791	43
Paquistão	1.242	778	464	1.267	16	476
Peru	25	16	9	25	2.411	9
Portugal	3.658	2.359	1.299	3.755	48	1.344
Outros países da América	370	183	187	377	202	190
Outros países da Europa	1.150	602	548	1.194	506	564
Outros países da Ásia	779	492	287	807	54	301
Outros países da Oceânia	94	49	45	103	54	49
Sem especificação	59.699	25.626	34.073	63.084	27.365	35.719

Fonte: III RGPH 2007

Em relação à população do espaço lusófono, apresentada no quadro 5, pode-se observar que ela cresceu consideravelmente, pois foram acrescidos entre 2002 e 2006 mais 3.218 habitantes provindos dos países lusófonos. Deste universo, os países se encontram posicionados da seguinte forma: Portugal aumentou 97 habitantes, seguido por Guiné-Bissau com 44, Angola com 37, Brasil com 22 e São Tomé e Príncipe com 7 habitantes. Estranhamente, os dados consultados referem que em 2002 e 2006 não havia população de Cabo Verde, não obstante os 6.560 cidadãos de Cabo Verde registados em 2007 à altura do censo.

Quadro 5 - População de língua portuguesa residente em Moçambique em 2002, 2006 e 2007

País	2002	2006	Balanço mi- gratório	População residente em 2007 por nacio- nalidade
Total	316.282	339.264	22.982	
Moçambique				20.046.317
População do espaço lusófono	2.727	5.945		14.305
Angola	548	583	37	985
Brasil	963	985	22	934
Cabo Verde	0	0	0	6.560
Guiné-Bissau	331	375	44	355
Portugal	3.658	3.755	97	4.279
São Tomé e Príncipe	248	255	7	1.192

Fonte: III RGPH 2007

Apreciando o quadro 6, constata-se a existência de indivíduos provenientes de outras partes de África com as quais Moçambique não possui ligação histórica. Por isso, é de estranhar que não haja registo de cabo-verdianos, uma vez que este país possui lacos históricos comuns com Mocambique. Será apenas um problema estatístico? Ou talvez nenhum deles se sinta atraído pelo outro? Exceptuando o Senegal, cuja população residente em Moçambique em 2002 foi igual à população de 2006, os restantes países sem história comum de colonização portuguesa viram os seus habitantes aumentar em Moçambique.

PALOP	2002	2006	Balanço migratório	Outros países africanos	2002	2006	Balanço migratório
Angola	548	583	37	Congo Brazzaville	2.006	2.083	77
Cabo Verde	0	0	0	Etiópia	331	362	31
Guiné-Bissau	331	375	44	Guiné-Conacri	885	900	15
São Tomé e Príncipe	248	255	7	Guiné-Equatorial	118	123	5
				Níger	111	113	2
				Nigéria	646	655	9
		Democr		República Democrática do Congo	591	610	19
				Senegal	389	389	0
				Somália	270	273	3

Quadro 6 - Outras populações de países africanos "sem história" comum de colonização portuguesa com Moçambique residentes no país em 2002 e 2006

Fonte: III RGPH 2007

5. Dinâmica das migrações no território/espaço lusófono

Os números sobre migração no território da lusofonia são variados e díspares, o que torna a presente análise um pouco difícil. Contudo, temos que admitir que a presença da população das ex-colónias portuguesas em Portugal é significativa, não necessariamente em termos numéricos, mas sobretudo através da sua cultura (gastronomia, música e dança). Santana (2011) refere que a integração de moçambicanos em Portugal foi realizada através de associações, como são os casos da "Associação Casa de Moçambique" em Lisboa, da "Associação Centro Cultural Luso-Moçambicano" em Lisboa, e da "Índico – Associação Cívica de Moçambique" no Porto. Para este autor, a "Associação Casa de Moçambique" é a mais antiga, com cerca de 40 anos de existência. Um dado interessante que Santana nos apresenta é o facto de existirem apenas três associações moçambicanas num universo de 107 associações de origem imigrante. A explicação que o autor nos dá para este número tão baixo é o facto de o "Estado moçambicano, através da Embaixada de Moçambique em Portugal, subsidiar as suas actividades, que, regra geral, se resumem à organização de festas...".

Reconhecendo o papel das associações dos imigrantes como um meio de receber imigrantes e estimular o desenvolvimento nos países de origem, como é que se explica que as mesmas não tenham a "capacidade" de atrair mais moçambicanos para Portugal, ou outros destinos da Europa e América, incluindo o Brasil?

Em termos de manifestações culturais, os imigrantes portugueses em Moçambique raramente se encontram envolvidos nas chamadas "danças folclóricas", como o fazem na África do Sul, nos Estados Unidos da América e em toda a Europa, onde a presença portuguesa é significativa, enquanto os brasileiros estabelecidos em Moçambique marcam a sua presença através das Igrejas Evangélicas e Pentecostais, da dança da Capoeira, do samba e, também, do conhecido carnaval, que se instituiu em todos os países da lusofonia.

Em relação aos países africanos da lusofonia em Moçambique, podemos apreciar a Kizomba, o Semba e o kuduru como dancas populares de Angola. Estas manifestações culturais representam também as marcas da migração.

5.1. Migração na África Austral e nos PALOP

Apesar de não existirem ainda estudos empíricos que possam demonstrar a identidade dos moçambicanos que se encontram em Portugal nos últimos 36 anos, é fácil perceber, através dos trabalhos de Marques (2008) e de Santana (2011), que a sua maior parte é constituída por aqueles que não aceitaram o sistema político instituído em Moçambique no pós - independência. Outros que lá se encontram são estudantes e membros do corpo diplomático.

Uma vez que está sendo difícil encontrar explicação plausível para justificar os motivos de Portugal não ser país de preferência da migração de mocambicanos, passaremos a analisar o que tem acontecido na região Austral de África, na medida em que as estatísticas de 2007 indicam números muito elevados de moçambicanos que migram para a África do Sul e Malawi, bem como de sul-africanos e malawianos que migram para Moçambique. Sobre este assunto, Black et al. (2006: 24)³⁵ estimam existirem cerca de 500.000 moçambicanos na África do Sul como trabalhadores migrantes, número que de longe supera qualquer sector da economia doméstica de Moçambique, dos quais 80.000 estavam legalmente empregados no sector mineiro e os restantes encontravam-se empregados nas plantações, serviços industriais e comércio informal.

Covane (1996)³⁶, Crush e Tshitekere (2002)³⁷, Das Neves (1998)³⁸, De Vletter (2000)³⁹, Harries (1994)⁴⁰, Maharaj (2003)⁴¹, Penvenne (1988)⁴² e Raimundo (2008⁴³,

Black, Richard, Jonathan Crush, Sally Peberdy, Savina Ammassari, Lyndsay McLean Hilker, Shannon Mouillesseaux, Claire Pooley and Radha Rajkotia (2006). Migration and development in Africa: an overview. Cape Town, SA (2006).

³⁶ Covane, Luís A., Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Especial Reference to Lower Limpopo Valley, 1920-1992. London (1996).

³⁷ Crush, Jonathan and Tshitereke (2002). Contesting Migrancy: The foreign labour debate in Post-1994 South Africa. Africa Today 48(2002):49-70.

Das Neves, Joel M., Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c. 1965: A case Study of Manica Province. London (1998).

³⁹ De Vletter, Fion (2000). Labour migration to South Africa: the lifeblood for southern Mozambique. Cape Town, SA (2000).

⁴⁰ Harries, Patrick. Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa. Cape Town, SA (1994).

⁴¹ Maharaj, Brij. *Progressive Immigration Policies – Elusive in post-apartheid South Africa?* Roma (2003).

Penvenne, Jeanne. A History of African Labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950. Boston

⁴³ Raimundo, Inês M. Migration management: Mozambique's challenges and strategies. Leiden (2008).

2010⁴⁴) acreditam que Moçambique e outros países da região, tais como Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Suazilândia e Zimbabwe, estão histórica e economicamente ligados à economia sul-africana e, por essa razão, a população destes países, particularmente a de Moçambique, se sente muito atraída pela África do Sul. Como exemplo disto, milhares de moçambicanos "não se importam" de atravessar as fronteiras da África do Sul na situação de trabalhadores migrantes e de indocumentados em busca do El Dorado, "ignorando" os perigos que ocorrem ao longo do percurso, particularmente nos parques, game reserves, rios e autoridades fronteiriças e fronteiras. Por outro lado, a porosidade⁴⁵ das fronteiras terrestres, aéreas e marítimas, aliada à afinidade cultural e proximidade geográfica com a África do Sul, facilita a entrada de moçambicanos naquele país. O mesmo já não acontece com Portugal, onde, para além da distância, existem procedimentos migratórios muito difíceis de seguir, situação que desencoraja iniciativas de migração de moçambicanos para este país.

É importante observar que, em primeiro lugar, o trabalho migratório representa, em muitos casos, referência para muitos moçambicanos na África do Sul e noutros países vizinhos, com os quais Moçambique, ainda através de Portugal, assinou acordos de trabalho. Em segundo lugar, existe um comércio secular com os países vizinhos, tais como Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Suazilândia. Em terceiro lugar, estes países foram durante muitos anos hospedeiros dos refugiados moçambicanos durante a guerra colonial (1964-1974) e a guerra dos dezasseis anos (1976-1992). Do conjunto dos países de exílio, o Malawi foi o que mais população moçambicana recebeu durante as guerras (Raimundo, 2008a, 2008b e 2010).

Tendo em conta que o Brasil foi colónia de Portugal, com um território extenso, uma economia em ascensão e pelo facto de ser membro efectivo da CPLP, procurámos analisar o seu padrão de migração dentro do território/espaço da lusofonia. A primeira grande barreira com que nos deparámos foi a dificuldade em encontrar dados estatísticos. Os poucos que existem, na sua maioria, tratam apenas da emigração do Brasil para a América do Norte, Europa e Japão e, também, da migração dentro da América Latina. Alguns dados estatísticos encontrados estão desactualizados. A título de exemplo, podemos apreciar aqueles que se encontram na obra de Castro e Oliveira (2001)⁴⁶, que fazem referência a uma informação de 1991 na qual se aponta a Europa como a principal origem dos estrangeiros recenseados no Brasil, particularmente Portugal. Entretanto, Barreto (2001)⁴⁷ identifica a existência

⁴⁴ Raimundo, I.M. (2010). Gender, Choice and Migration: Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique. Saarbrucken, Germany (2010).

Sobretudo do lado de Moçambique, sendo facilitada pelos *marehanes*. Os *marehanes*, palavra Shangana (uma das línguas nacionais mais faladas no sul de Moçambique), são angariadores, neste caso, angariadores de imigrantes que, segundo Saíde e Pitrosse, fazem atravessar pessoas indocumentadas para a África do Sul, particularmente para as plantações de cana-de-açúcar, banana e tomate.

⁴⁶ Castro, Mary Garcia e Oliveira, Antônio Tadeu. *Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado* de trabalho: explorando o censo e PNADS (1980-1998) e alguma leituras da mídia. Brasil (2001).

Barreto, Luiz P. T. Ferreira. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. Brasil (2001).

de um milhão de estrangeiros que residiam naquele país em 2001 e 1,5 milhões de brasileiros a residirem no exterior. Além disto, também se referia à existência de 39.131 estrangeiros que residiam no Brasil em 1988, entre os quais 81 nacionalidades receberam amnistia por estarem em situação irregular, sendo 435 de Angola, 280 de Portugal, 21 de Cabo Verde, 15 de Moçambique e 4 de Guiné-Bissau. São Tomé e Príncipe não foi mencionado.

Em relação ao Brasil e Moçambique, o III RGPH 2007 refere que existiam 656 mocambicanos no Brasil em 2002 e 288 em 2006. Presume-se que a maioria seja constituída por estudantes que beneficiaram de bolsas de estudo para o ensino superior. O número de estudantes neste país poderá aumentar ainda mais, com a criação da Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB) em 2008, que oferece cursos de pós-graduação para os cidadãos oriundos dos Países Lusófonos que beneficiaram de bolsas de estudo para o ensino superior (http:// ww.unilab.edu.br/). Contrariamente ao decréscimo de mocambicanos no território brasileiro, os dados que nos são indicados pelo mesmo censo apontam um aumento da população brasileira em Moçambique, de 963 em 2002 para 985 no ano de 2006. Por isso, sem exagerar, existem mais brasileiros em Moçambique do que angolanos, são-tomenses e guineenses juntos. Este relativo aumento da população no território nacional precisa de uma explicação exaustiva, pelo que preferimos não avançar com hipóteses.

Na nossa opinião, no espaço ou território da lusofonia, o principal fluxo migratório deveria ser das ex-colónias para o país ex-colonizador. Porém, os dados disponíveis mostram uma realidade diferente, em que os moçambicanos não têm Portugal como preferência migratória e os restantes PALOP estão a reduzir a sua presença em Portugal. Importa referir também que, apesar de entre os PALOP a migração ser baixa, a gastronomia, a música e a dança são manifestações culturais de grande presença, mesmo quando não se faz sentir a presença física dos migrantes desses países.

6. Conclusão

Ao longo deste artigo, procurámos analisar a migração dentro do espaço ou território da lusofonia e as suas tendências. Para o efeito, tomámos em consideração a existência de uma comunidade de língua portuguesa que define a lusofonia e os laços históricos coloniais, que seriam a base para a compreensão deste movimento.

É de referir que, para efeitos de medição da migração em Moçambique, o III Recenseamento Geral da População de 2007 considerou as seguintes perguntas: (i) lugar de residência actual, (ii) lugar de nascimento, (iii) lugar de residência um ano antes da data do Censo (1 de Agosto de 2006) e (iv) lugar de residência cinco anos antes da data do Censo (1 de Agosto de 2002).

Os dados estatísticos da migração aqui apresentados permitiram identificar as tendências da migração internacional em Moçambique. Os mesmos dados foram analisados em função de população nascida no estrangeiro, população estrangeira residente em Moçambique em 2007 (na altura do censo), população residente em 2002 (a cinco anos da data do censo) e em 2006 (a um ano da data do censo).

Neste contexto, observa-se que a maioria da população estrangeira residente em Moçambique provém dos países da África Austral, com destaque para o Malawi, Tanzânia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe. Quanto aos países africanos de língua portuguesa, apenas Cabo Verde dominava numericamente em 2007. Porém, não foi possível obter dados a um ano e a cinco anos da data do censo para este país. Portugal e Brasil são países com significativa presença em Moçambique.

No que tange à emigração de moçambicanos, não foi possível avançar bastante, pois os dados do censo de Moçambique de 2007 não captaram esta informação. Sabe-se, porém, que esta ocorre maioritariamente para a África do Sul.

Uma das limitações da informação aqui discutida prende-se com o facto de esta não permitir o conhecimento das possíveis etapas migratórias intermediárias, nem do tempo em que se deu a migração. A análise não permite avançar explicações conclusivas sobre as causas das diferenças observadas entre os países quanto às tendências migratórias. Alguns factores são de natureza estatística, inconsistência de dados e falta de estudos recentes sobre a migração internacional. Neste aspecto, a análise foi dificultada pela disparidade de dados estatísticos dentro dos países em referência, motivada pela sua colheita em períodos diferentes e, ainda, pela indisponibilidade dos mesmos, inclusive em fontes virtuais tais como a Internet. Além disto, a tentativa de compreender o espaço/território lusófono dentro de limites linguísticos ou de comunidade constituiu um outro constrangimento. A histórica ligação secular pode-se dizer que, em algum momento, foi quebrada. Contudo, existem ainda países como o Brasil que procuram reavivá-la, através da entrada migratória recente em Portugal. Quanto aos PALOP, exceptuando Moçambique, a sua presença em Portugal é muito forte, apesar de se estar a reduzir nos últimos tempos.

Na tentativa de procurar as razões explicativas do relativo "desinteresse" da fixação de moçambicanos em Portugal, tomou-se em consideração a forte ligação histórica de Moçambique com a região austral de África a partir do trabalho migratório, factores resultantes da hostilidade de uma lei de imigração restritiva muito forte, bem como razões de natureza política e económica.

Em relação à migração dentro da CPLP, a falta de dados não permitiu avançar com muitas hipóteses. Os que estiveram disponíveis mostram que os fluxos se dirigem mais das ex-colónias para Portugal, com tendência a diminuir, exceptuando o Brasil, que, apesar de uma independência de dois séculos, "resolveu" mudar a rota da América do Norte e do resto da Europa para Portugal. Importa referir, neste caso, que de todos os países, Moçambique é o menos representado em Portugal, pela forte ligação histórica, económica e política com a África Austral.

Referências bibliográficas

- Adepoju, Aderanti (2008). "Perspectives on international migration and national development in sub-Saharan Africa". In International migration and national development in sub-Saharan Africa – Viewpoints and policy initiatives in the country of origin. Edited by Aderanti Adepoju, Ton van Naerssen and Annelies Zoomers. Brill, Leiden. The Netherland. Pp 21-48.
- Adepoju, Aderanti (1996). "The links between intra-continental and intern-continental migration in and from Africa". In International migration in and from Africa: Dimension, challenges and prospects. Edited by Aderanti Adepoju and Tomas Hammar. Dakar. Pp 13-37.
- Amaral, Ilídio (2005). "Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos desafios do Século XXI". In Lusofonia em África - História, Democracia e Integração Africana. CODESRIA. Editado por Teresa Cruz e Silva, Manuel G. Mendes de Araújo e Carlos Cardoso. Dakar. Pp 3-30.
- Araújo, Manuel G. Mendes de (1988). O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Barreto, Luiz P. T. Ferreira (2001). "Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo". In Migrações internacionais – Contribuições para políticas. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). Brasil. Pp 63-71.
- Black, Richard, Jonathan Crush, Sally Peberdy, Savina Ammassari, Lyndsay McLean Hi-Iker, Shannon Mouillesseaux, Claire Pooley and Radha Rajkotia (2006). Migration and development in Africa: an overview. African Migration and Development Series No.1. IDASA, Cape Town.
- Borges Coelho, João P. C. (1993). Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war. Tese de doutoramento não publicada. University of Bradford, Department of Social and Economic Studies. Bradford, UK.
- Castro, Mary Garcia e Oliveira, Antônio Tadeu (2001). Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e PNADS (1980-1998) e alguma leituras da mídia". In Migrações internacionais – Contribuições para políticas. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). Brasil. Pp 505-544.
- Cardoso, Fernando Jorge (2005). "Integração Regional em África: Que papel para a CPLP?" In Lusofonia em África - História, Democracia e Integração Africana. CODES-RIA. Editado por Teresa Cruz e Silva, Manuel G. Mendes de Araújo e Carlos Cardoso. Dakar. Pp 239-249.
- CGMI (2005). As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Calouste Gulbenkian. SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda. Lisboa.

- Covane, Luís A. (1996). Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Especial Reference to Lower Limpopo Valley, 1920-1992. Unpublished PhD dissertation. Institute of Commonwealth Studies, University of London. London.
- Crush, Jonathan and Tshitereke (2002). "Contesting Migrancy: The foreign labour debate in Post-1994 South Africa". Africa Today 48(2002):49-70.
- Da Costa, Ana B. (2009). Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. Ensino Superior e circulação internacional de estudantes: os PALOP no Brasil e em Portugal. http://www.scielo.br/pdf/ppv201/v20n1a08.pdf. Acedido no dia 17 de Dezembro de 2011.
- Das Neves, Joel M. (1998). Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c. 1965: A case Study of Manica Province. Unpublished PhD dissertation. London, School of Oriental and African Studies, University of London. London.
- De Vletter, Fion (2000). "Labour migration to South Africa: the lifeblood for southern Mozambigue". In On borders – Perspectives on international migration in southern Africa. Edited by David A. MacDonald. Southern Africa Migration Project, St. Martin's Press. Cape Town. Pp 46-70.
- Gil, Izabel C. (2009). Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. http://www2. fct.unesp.br/nera/publicacoes/territorialidadedesenvolvimentocontemporaneo.pdf. acedido no dia 12 de Janeiro de 2012.
- Hansine, Rogers J, M. (2010). "O conceito de Região e sua relação com desenvolvimento do território". Texto não publicado. Maputo.
- Harries, Patrick (1994). Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910. Allen Isaacman and Jean Hay editors. Witwatersrand University Press, Johannesburg, SA.

http://www.angolaglobal.net/noticias sobre angola. acedido no dia 07/01/2012.

http://www.transparencia.st/sociedade 128.htm. acedido no dia 07/01/2012.

http://www.migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523.

http://www.unilab.edu.br/

- INE, III Recenseamento Geral da População e Habitação. http://www.ine.cv/actualdestaques/files/relatorio resultados preliminares RGPH 2010.final pdf. Acedido no dia 17/12/2011.
- Maharaj, Brij (2003). "Progressive Immigration Policies Elusive in post-apartheid South Africa?" In The New Geography of Human Mobility Inequality Trends? Edited by Yoshitaka Ishikawa and Armando Montanari. IGU - Home of Geography Publication Series. Roma. Pp103-116.
- Marques, M. Margarida (2008). "Introdução". In Migrações e participação social: as associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de

- Oeiras. Fim do Século Edições, Sociedade Unipessoal, Lda. Editado por M. Margarida Marques, Rui Santos e José Leitão. Lisboa. Pp 15-22.
- Martin, P.L, S.F. Martin and P. Weil, 2006, "Migration and European-African Relations". In Managing Migration, Lexington Books, New York, Pp123-147.
- Muanamoha, Ramos Cardoso (2010). Dynamics of undocumented Mozambican labour migration to South Africa. Verlag Dr. Muller Aktiengesellschaft & Co. KG, Saarbrucken, Germany.
- Oucho, John (2008). "African brain drain and gain, Diaspora and remittances: More rhetoric than action". In International migration and national development in sub-Saharan Africa – Viewpoints and policy initiatives in the country of origin. Edited by Aderanti Adepoju, Ton van Naerssen and Annelies Zoomers. Brill, Leiden. The Netherland. Pp 49-69.
- Peixoto, João (2004). "As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas". N011/2004. SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. http://mim2010.eu/wp-content/uploads/2010(11/joao-peixototeorias-explicativas.pdf Acedido no dia 17 de dezembro de 22011.
- Penvenne, Jeanne (1982). A History of African Labor in Lourenco Margues, Mozambique, 1877 to 1950. Dissertação não publicada de Doutoramento, Boston.
- PNUD (2009). Ultrapassando barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Palgrave Macmillan, New York.
- Raimundo, I.M. (2010). Gender, Choice and Migration: Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique. Verlag Dr. Muller Aktiengesellschaft & Co. KG, Saarbrucken, Germany.
- Raimundo, Inês M. (2009). "População, mobilidade, pobreza rural em Moçambique e feiticaria". In Economia, Política e Desenvolvimento, CAP e UNDP. Volume 1. No.1 (4-12).
- Raimundo, Inês M. (2008a). "Migration management: Mozambique's challenges and strategies". In international migration and national development in sub-Saharan Africa – Viewpoints and policy initiatives in the country of origin. Edited by Aderanti Adepoju, Ton van Naerssen and Annelies Zoomers. Brill, Leiden. The Netherland. Pp. 91-116.
- Raimundo, Inês M. (2008b). "Mozambican refugees in Malawi: What did happen to soils and forests?" A paper presented at International Conference on Environment, Forced Migration and Social Vulnerability, Bonn, 9-11 October 2008.
- Saide, Alda. R. S. e Pitrosse, F. (2011). "Trabalho migratório de moçambicanos nas farmas da África do Sul, 1975-presente". Comunicação apresentada ao workshop sobre a disseminação das pesquisas financiadas pelo Projecto NPT, Holanda. Maputo 2 de Dezembro de 2011.

- Santana, Eugénio (2011). Moçambicanidades disputadas: os ciclos de festas da independência de Moçambique e da comunidade moçambicana em Lisboa. Fim de Século. Edições, Sociedade Unipessoal, Lda. Lisboa.
- SEF (2010). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2010. http/www.sef-PT.
- Zlotnik, Hania (1999). Trends of international migration since 1965: What existing data reveal. In Migration and Development. Edited by Reginald Appleyard. IOM and United Nations. International Migration Vol.37(1) 1999:21-61.



A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa

José Carlos Marques¹ Pedro Góis²

Resumo

Ao conceber as migrações como parte do sistema global de interações internacionais, a teoria dos sistemas migratórios oferece uma abordagem mais alargada dos movimentos populacionais, possibilitando a integração das contribuições oferecidas isoladamente por outras perspetivas teóricas. Neste artigo os autores exploram esta possibilidade descrevendo o funcionamento do sistema migratório lusófono a partir das migrações de (e para) Portugal. Mostram que emigração e imigração são mais bem compreendidas de forma integrada, demonstram que a imbricação de diferentes sistemas migratórios e a inserção de países como Portugal, Brasil e Angola na interseção de vários sistemas lhes confere um potencial de se moldarem facilmente às conjunturas socioeconómica e políticas do seu meio ambiente. Os autores defendem que o nódulo europeu do sistema migratório lusófono está atualmente numa fase de retração, por oposição a uma expansão do nódulo africano e por uma relativa estabilização do nódulo sul-americano. A análise a partir de fluxos migratórios distintos: emigração e imigração portuguesa, permite enunciar a existência de um sistema migratório sólido e estruturado com três pólos: Angola, Brasil e Portugal.

Palavras-chave: Sistema migratório, emigração, imigração, Portugal, sistema migratório lusófono

Introdução

Nas últimas três décadas, a realidade migratória portuguesa apresenta uma dinâmica assinalável que a torna um interessante laboratório de análise social. Esta realidade tem vindo a ser marcada por profundas e contínuas alterações que têm conduzido à

¹ Instituto Politécnico de Leiria (ESECS, CIID-IPL) e Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Contacto: CES, Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: jose.marques@ipleiria.pt.

² Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Contacto: CES, Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: pedrogois@ces.uc.pt.

complexificação e pluralização dos movimentos migratórios nos quais o país se encontra envolvido. De histórico e estrutural país de emigração, Portugal passou, durante a década de 90, a ser reconhecido e proclamado (científica e, sobretudo, politicamente) como país de imigração, para, recentemente, se redescobrir novamente como país de emigração, ou como país em que a emigração é, se não uma "constante estrutural" (Godinho, 1978: 23), pelo menos uma "válvula estrutural". De país de acolhimento para imigrantes originários de países com os quais partilha uma língua e um passado colonial, passou a acolher, também, imigrantes vindos de países com os quais os laços históricos, culturais, políticos e económicos eram fracos ou inexistentes. De país soberano na definição da sua política imigratória, passou a ator subsidiário na determinação da entrada, permanência e afastamento de estrangeiros. Em suma, de uma realidade marcada pela unidimensionalidade (quer do tipo de fluxo migratório, quer das características dos migrantes, quer, ainda, dos atores envolvidos na definição da política imigratória), passou para uma realidade em que a multidimensionalidade dos fluxos e das características dos atores envolvidos constitui uma marca determinante.

A análise das migrações portuguesas de uma forma integrada, captando, assim, os fluxos de saída e os fluxos de entrada, permite evidenciar as dinâmicas migratórias que tornam o caso português particularmente interessante e que sustentam a afirmação da existência de um sistema migratório lusófono que interage a diferentes níveis e em diferentes momentos com outros sistemas migratórios de escalas distintas (Baganha, 2009, Góis e Marques, 2009, Peixoto, 2004). O sistema migratório lusófono, como reconhece Maria Baganha, constitui um sistema "bem estruturado, estável e consistente (...), que é mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos" (2009: 10). Esta estabilidade é estrutural mas tal não significa, como afirma a mesma autora, que o sistema seja rígido e inflexível. Por exemplo, durante a década de 80 e os primeiros anos do séc. XXI, os fluxos migratórios foram mais intensos com outros sistemas migratórios aos quais Portugal também pertence (sobretudo, com o sistema migratório intraeuropeu) do que no interior do sistema migratório lusófono (Baganha, 2009: 12). Os autores do presente texto assinalaram uma igualmente pouco reconhecida, mas estrutural, bidireccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono (Góis e Marques, 2009), que surge com diferentes ritmos e vagas desde há mais de um século. Esta bidireccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono torna-se evidente na presença de comunidades dos diferentes países lusófonos (de dimensão variável) nos distintos países que fazem parte do sistema migratório. Não há, no entanto, um equilíbrio ou uma constante no posicionamento dos diferentes países (ou territórios de acolhimento) no seio do sistema migratório lusófono. Diferentes países assumem distintas posições ao longo do tempo numa assinalável dinâmica de rotação do seu papel de núcleo ou de periferia (ou de país de origem e/ou país de destino). Por outro lado, há países ou territórios que são indubitável e estruturalmente periferias consolidadas funcionando como territórios de origem de migrantes em larga escala e apenas subsidiariamente como territórios de acolhimento de migrantes em micro escala (e.g. em resultado de movimentos de contracorrente migratória).

Portugal tem participado de forma estrutural e ao longo de mais um século em diferentes sistemas migratórios (europeu, africano, sul e norte-americano), sendo, por isso, relevante contextualizar o lugar que o país ocupa nesses sistemas migratórios em diferentes momentos e procurar analisar a relevância deste posicionamento para uma compreensão das dinâmicas migratórias da contemporaneidade. No que se refere ao sistema migratório lusófono, a avaliação do posicionamento de Portugal revela-se de importância crucial como ilustração deste potencial de transmutação rápida de país central (recetor) para país periférico (emissor). A possibilidade de haver uma alteração na posição central que Portugal vinha ocupando nas últimas décadas (devido, por exemplo, ao crescimento do fluxo migratório português para o Brasil ou para Angola e ao menor número de emigrantes destes países que se dirigem para Portugal) constitui um indicador algo inusitado que os países não se tornam centro, mas que os países podem ser, por vezes, centro para logo em seguida deixarem de o ser. A centralidade num sistema migratório aparenta ser uma variável dependente de outras variáveis mais estruturais, como a variável económica ou política, e ser ou não ser o centro não é um acontecimento mas um processo não linear e multifatorial.

Podem conceber-se os fluxos de entrada e de saída de migrantes nos países pertencentes a estes sistemas como respondendo a distintas oportunidades percecionadas pelos migrantes em diferentes sistemas (neste caso o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), produzindo, assim, um 'movimento estrutural' entre os sistemas (isto é, um codesenvolvimento de dois fluxos migratórios que parece ser o resultado de uma interação simultânea entre eles).

Como se procurará demonstrar ao longo do presente texto, as migrações portuguesas são uma realidade complexa cuja apreensão adequada necessita de tomar em consideração fatores de nível estrutural, meso e individual. No que concerne à direcionalidade dos fluxos migratórios, os principais fatores estruturais que influenciam a emigração de portugueses para os países europeus e lusófonos e de imigrantes lusófonos para Portugal decorrem do facto destes fluxos migratórios ocorrerem na interseção de sistemas migratórios independentes mas estruturalmente relacionados (e.g. o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), em que Portugal desempenha, muitas vezes, um papel de plataforma giratória, de semiperiferia ou de cruzamento entre sistemas migratórios regionais diferenciados e, por vezes, todos estes papéis a um tempo.

Quando um país é, simultaneamente, um país emissor e recetor, torna-se particularmente difícil identificar e descrever o sistema migratório, dado que a perspetiva desse país também inclui outros sistemas migratórios em que participam países de origem e de destino. Isto é particularmente verdadeiro para o sistema migratório lusófono, que não pode ser analisado somente a partir da perspetiva do país de origem ou destino, porque aqueles que são os nódulos centrais no sistema enviam e recebem migrantes, embora em graus variados (veja-se, neste caso, a evolução dos fluxos migratórios de Angola, Brasil e Portugal ao longo do último século). Estes fluxos migratórios são, ao mesmo tempo, causa e consequência de políticas migratórias e até causa e consequência de políticas mais vastas, como políticas económicas ou de cooperação entre os Estados.

Adotando a perspetiva de um dos nódulos centrais dos sistema (Portugal), o presente artigo começa por, através da análise da evolução da imigração em Portugal, mostrar a inserção do país em diferentes sistemas migratórios. De seguida, o foco de análise dirige-se para a emigração portuguesa nas últimas duas décadas, mostrando como a inserção em diferentes sistemas migratórios foi sendo potenciada pela ação das redes migratórias. O artigo conclui defendendo a relevância de analisar as dinâmicas migratórias portuguesas na atualidade através da conceptualização de um sistema migratório lusófono, que permite tomar em consideração quer a posição estrutural dos países no sistema-mundo, quer o funcionamento das redes migratórias, que constituem uma das componentes dos sistemas migratórios.

Evolução da imigração em Portugal

A população estrangeira a residir em Portugal manteve-se até meados da década de 70 em níveis numéricos pouco relevantes. Em 1950 residiam, segundo o IX Recenseamento Geral da População, 21.186 estrangeiros em Portugal³, 72% dos guais originários de um país Europeu e 18% do Brasil. Os dados do X Recenseamento Geral da População indicam que até 1960 a situação pouco se alterou. Segundo esse Recenseamento, residiam no país 29.579 cidadãos de nacionalidade estrangeira, sendo a maioria destes de origem Europeia (67%). Dos restantes estrangeiros, 22% eram de nacionalidade Brasileira e, somente 1,5% provinham de um país africano (Esteves, 1991: 161). A revolução de 25 de abril de 1974 e os subsequentes processos de descolonização marcaram uma nova fase na estruturação dos movimentos migratórios com destino a Portugal, caracterizada, sobretudo, pelo aumento súbito da população estrangeira a residir no país e pela alteração do perfil sociodemográfico dos imigrantes. Entre 1975 e 1980 a população estrangeira passou de 32.000 para 58.000, a uma taxa de crescimento médio anual de 12,7%, passando a ser constituída maioritariamente por cidadãos de origem africana (48%), grande parte dos quais (98%) provenientes das antigas possessões ultramarinas portuguesas em África⁴.

Durante os anos 80 é possível notar um novo aumento significativo na população estrangeira a residir em Portugal, ultrapassando, no final da década, pela primeira vez,

A população estrangeira residente em Portugal regista uma diminuição contínua desde o início do século XX, passando de 41.728 (0,77% da população total), em 1900, para os referidos 21.186 (0,25%), em

Dados referidos nas Estatísticas Demográficas publicadas pelo INE (1975 a 1980).

a centena de milhar (Tabela 1). Se no período anterior existiam conjuntamente pelo menos dois tipos de imigrantes (refugiados e migrantes laborais), os anos 80 são claramente dominados pelas migrações de trabalho. O desenvolvimento positivo da população estrangeira tornou-se ainda mais intenso no decurso dos anos 90, em que atingiu uma taxa de crescimento anual média de 7%⁵ e em que a proporção de estrangeiros na população total passou de 1,1%, em 1990, para 1,9%, em 1999. Esta evolução foi particularmente sentida entre a população proveniente do continente africano e do continente europeu que, em 1999, representavam 76,6% do total de imigrantes presentes em território nacional (respetivamente 46,9% e 29,7%). Apesar de, em termos quantitativos, praticamente todas as nacionalidades registarem um aumento de efetivos, em termos relativos é possível verificar que, entre 1980 e 1999, a origem geográfica dos imigrantes sofreu algumas evoluções que importa assinalar. Primeiro, os dois principais grupos de imigrantes (europeus e africanos) registaram uma ligeira diminuição da sua proporção no total de imigrantes⁶. Segundo, a proporção de asiáticos e de brasileiros regista um aumento significativo, passando de, respetivamente, 2% e 7,4% em 1980, para 4,1% e 10,9% em 1999. A adição de todos os imigrantes provenientes de um país de língua portuguesa mostra que este grupo de países representa, em 1999, aproximadamente 55% da população estrangeira a residir legalmente em Portugal, o que constitui um importante indicador do significado do passado colonial português e da manutenção de contactos sociais e culturais entre estes países e Portugal, na constituição e consolidação deste fluxo migratório.

Em termos globais, pode concluir-se que até ao final do século XX a presença de imigrantes em Portugal era "relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podia atribuir-se diretamente ao nosso passado colonial, às nossas relações históricas e culturais, bem como às nossas relações económicas" (Baganha *et al.*, 2004: 24).

A partir de 2000, inicia-se um processo de transformação das origens geográficas dos imigrantes, que começam a provir maioritariamente da Europa do Leste, em especial da Ucrânia, e do Brasil. Elementos distintivos deste fluxo, em particular do de origem Leste Europeia, são a sua forte intensidade e a sua concentração num período temporal relativamente curto (dois a três anos, entre 2000 e 2002). Trata-se de um fluxo que só se tornou estatisticamente importante após a concessão, ao abrigo do artigo

É necessário referir que o crescimento registado durante esta década resultou mais de dois processos de legalização extraordinária, que ocorreram em 1992 (Decreto-Lei nº 212/92 de 12 de outubro de 1992) e 1996 (Lei nº 17/96 de 24 de maio de 1996), do que de uma entrada contínua de novos imigrantes. No decurso destes dois processos adquiriram um estatuto legal, aproximadamente, 39.000 (1992) e 35.000 (1996) imigrantes. Estes dois processos de legalização dirigiram-se especificamente aos imigrantes ilegais oriundos dos países de língua oficial portuguesa (PALOP e Brasil), ou seja, ambos os processos incluíam disposições favoráveis particularmente dirigidas a estes grupos (Baganha et al., 2000: 11-12).

⁶ É evidente que esta afirmação apenas é válida quando estes grupos são tomados em conjunto, uma vez que no interior de cada grupo se verificam diferentes evoluções. Por exemplo, no caso dos imigrantes de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é possível constatar a perda de peso relativo dos cabo-verdianos (que passam de 39,3%, em 1980, para 22,9%, em 1999) e o aumento de todos os restantes países africanos de língua portuguesa (que, no conjunto, passam de 7,8% para 21,6%).

55.º do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de janeiro, de 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam ilegalmente no país⁷. A maioria destas autorizações de permanência foi concedida a cidadãos do Leste da Europa (56%), incluindo 36% a cidadãos de um país específico, a Ucrânia. Em consequência deste processo de 'regularização' o número de imigrantes a residir legalmente⁸ em Portugal passou de 208.198, em 2000, para 350.5039, em 2001, o que significa que o volume da população estrangeira com residência legal aumentou cerca de 68% (Baganha et al., 2004: 26). Em 2003, os imigrantes provenientes da Ucrânia passam a constituir o grupo mais numeroso, seguido pelos brasileiros e pelos cabo-verdianos. Em conjunto, estas três nacionalidades representam, nesse ano, 52,6% do total de imigrantes de países terceiros a residir legalmente em Portugal.

A preponderância destes três grupos nacionais no total da população estrangeira a residir legalmente em Portugal mantém-se até ao presente, alterando-se, somente, a importância relativa de cada uma das nacionalidades. Assim, em 2010, os imigrantes brasileiros representam 26,8%, os ucranianos 11,1% e os cabo-verdianos 9,9% do total de imigrantes presentes em Portugal (SEF, 2010).

Em suma, em resultado de diversos fluxos imigratórios, a composição nacional dos estrangeiros a residir em Portugal é atualmente mais diversificada do que durante as décadas anteriores, compreendendo, para além de uma proporção significativa de imigrantes das ex-colónias portuguesas e da União Europeia, uma parte substancial de imigrantes provenientes de países com os quais Portugal não tinha, até então, quaisquer ligações históricas, económicas ou políticas significativas e de imigrantes provenientes do Brasil que, até à década de 60, tinha sido um dos principais destinos da emigração portuguesa.

Observando os fluxos de entrada em Portugal através de uma perspetiva sistémica, é possível notar que o país integra, após 1974, em simultâneo, vários sistemas migratórios identificados por diferentes autores (Massey, 2003). Numa primeira fase, integrou, sobretudo, o sistema migratório africano, funcionando quer como destino final dos migrantes que se dirigiam para o país, quer como país de transição destes para outros sistemas migratórios (em especial para o sistema migratório europeu). O caso da mi-

O artigo 55.º do Decreto-Lei 4/2001 estabelecia que até à aprovação do relatório contendo a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos setores de atividade em que as mesmas existem [relatório que veio a ser aprovado em 30 de novembro de 2001] "e em casos devidamente fundamentados, pode ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto adequado" e que reúnam diversas condições, nomeadamente serem titulares de proposta de contrato com informação da Inspeção-Geral do Trabalho. Aos imigrantes abrangidos por esta disposição foi-lhes concedida uma autorização de permanência válida por um ano e prorrogável por igual período até ao limite máximo de 5 anos.

A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001, a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência e detentores de autorizações de permanência.

Deste número, 126.901 eram autorizações de permanência e 223.602 eram residentes em Portugal (SEF, 2001 (http://www.sef.pt/estatisticas/autorizacao_permanencia_02.pdf).

gração cabo-verdiana, angolana, ou o caso dos imigrantes indianos com origem em Moçambique, são ilustrativos desta realidade. Desde os anos 80 do século XX, integra, também, o sistema migratório sul-americano, funcionando, igualmente, como país de acolhimento final de migrantes (sobretudo do Brasil), e/ou como país de transição ou intermediação dos migrantes para o sistema migratório europeu. Neste sistema migratório participa, ainda, com fluxos ou dinâmicas de circularidade específicas não analisadas no presente texto, como, por exemplo, os crescentes fluxos de estudantes e de jovens investigadores científicos. No final do século XX, o país insere-se, com maior intensidade, como país de acolhimento, no sistema migratório intraeuropeu, através da entrada massiva de imigrantes da Europa de Leste. Pela primeira vez Portugal surge já não como periferia mas como centro deste sistema, concorrendo com outros países por estes fluxos migratórios intraeuropeus.

Esta participação, simultânea ou sucessiva, em diferentes sistemas migratórios, mostra a abertura dos sistemas migratórios à mudanca e constitui um reflexo das alterações políticas, económicas e sociais que ocorrem nas suas diferentes partes constituintes, assim como do funcionamento das redes migratórias, que estabelecem a ligação entre os migrantes individuais e as condições estruturais para a migração. As redes migratórias contribuem para manter a ligação entre os países pertencentes aos diversos sistemas migratórios, constituindo-se numa componente central destes sistemas (Boyd, 1989: 643 e 661).

As redes migratórias que se desenvolvem a partir destas estruturas sociais de apoio constituem um elemento central dos sistemas migratórios, pois permitem o estabelecimento da ligação necessária entre os potenciais migrantes individuais e as condições estruturais existentes para a concretização da migração, contribuindo, assim, para manter as ligações entre os países pertencentes a um mesmo sistema migratório (Boyd, 1989: 643 e 661). Neste sentido, o funcionamento e a variedade destas redes (que ligam os migrantes a diferentes níveis) moldam os sistemas migratórios, como reconhecem Kritz e Zlotnik (1992: 15), e constroem as suas dinâmicas, contribuindo, em função do seu maior ou menor grau de autorreprodução, isto é, da sucessiva produção de comunicações/informações relevantes (Luhmann, 1993), para a sustentação, desaparecimento ou hibernação de determinados nódulos do sistema migratório.

Ano	Total de estrangeiros	África	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa	Outro
1980	58.091	27.748	4821	6403	1153	17.706	260
1980	58.091	27.748	4821	6403	1153	17.706	260
1985	79.594	34.978	7987	11.567	2564	22.060	438
1990	107.767	45.255	8993	17.376	4154	31.410	579
1995	168.316	79.231	10.853	25.867	6730	44.867	768
1996	172.912	81.176	10.783	25.733	7140	47.315	765
1997	175.263	81.717	10.573	25.274	7192	49.747	760
1998	178.137	83.065	10.247	24.579	7419	52.060	767
1999	190.896	89.516	10.171	25.818	7871	56.731	789
2000	207.607	98.754	10.201	27.419	8721	61.709	803
2001*	350.503	126.702	10.300	53.546	20.963	138.061	931
2002*	286.601	122.352	10.182	42.068	13.043	98.106	850
2003*	259.794	120.694	10.128	35.176	11.839	81.113	844
2004*	264.880	123.149	10.130	34.778	12.331	83.656	836
2005**	296.000	153.334	10.406	35.064	12.418	83.940	838
2006**	409.185	149.982	10.370	72.230	22.418	153.307	878
2007**	435.736	147.959	10.446	73.146	24.269	179.040	876
2008***	440.277	127.476	3.411	112.656	28.588	167.790	356
2009***	454.191	121.852	3.286	121.874	30.277	176.561	341
2010***	445.262	108.671	3.273	124.844	31.252	176.911	311

Tabela 1 - População estrangeira em Portugal por continente de origem, 1980-2010

Fonte: 1980-1995: INE, Estatísticas Demográficas e SEF, Estatísticas, cit. in Baganha, 1996

1996-2001: INE, Estatísticas Demográficas, 1996-2001

2001-2010: SEF, Estatísticas [http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx]

Notas: (*) Inclui Autorizações de Residência e Autorizações de Permanência

(**) Inclui Autorizações de Residência, Prorrogações de Autorizações de Permanência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração

(***) Inclui Autorizações de Residência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração

A emigração portuguesa: as últimas duas décadas

Os fluxos de entrada atrás descritos foram acompanhados, com maior ou menor intensidade, por fluxos de saída de cidadãos portugueses. Após a redução do fluxo emigratório intraeuropeu, verificada nos dez anos subsequentes à recessão económica de 1973/74, o país volta a registar um aumento significativo nas saídas após meados da década de 80. Esta retoma dos movimentos emigratórios portugueses não significa, contudo, que eles se tenham produzido num contexto institucional e com características semelhantes às que moldaram o fluxo emigratório português das décadas de 60/70. O surgimento de novos destinos migratórios, o desenvolvimento de novas (ou aparentemente novas) modalidades migratórias e a alteração do contexto institucional e político em que ocorre o movimento de saída dos portugueses surgem como as características mais salientes dos novos fluxos emigratórios pós-descolonização. Numa primeira fase,

até ao final do século XX, estes novos fluxos emigratórios continuaram a privilegiar os destinos integrados no sistema migratório europeu e os tradicionais destinos de ligação mais regionalizada (EUA para os açorianos e África do Sul e Venezuela para os madeirenses). Durante os primeiros anos do presente século, os destinos migratórios dos portugueses tornaram-se mais diversificados, completando a integração no sistema migratório europeu com a intensificação da participação como país de origem no sistema migratório lusófono. Vejamos, com o detalhe possível, dadas as limitações decorrentes da dificuldade em obter dados fidedignos sobre o número de saídas após meados dos anos 80, alguns dados que ilustram as características enunciadas¹⁰.

A análise das estatísticas sobre a entrada de portugueses em alguns países de destino, realizada por Baganha e Peixoto (Baganha e Peixoto, 1997, Peixoto, 1993a), demonstra que, entre 1985 e 1990, Portugal assistiu a uma intensificação das saídas permanentes (em média saíram durante este período 33.000 indivíduos), embora a níveis bastante inferiores aos das décadas precedentes. À semelhança do que sucedia antes da crise de 1973/74, os portugueses continuaram a emigrar, preponderantemente, para os países do sistema migratório europeu, mas mudaram os centros que os atraíam. Verificou-se, deste modo, uma importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal país de atração em detrimento da França. Assim, entre 1985 e 1991, a França acolheu apenas 6% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 59% desses emigrantes¹¹. Para além deste fluxo emigratório para a Europa há ainda a registar, durante a década de 80, um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas (Peixoto, 1993a: 47).

O aumento da mobilidade externa dos portugueses e a alteração na posição relativa dos países de acolhimento europeus podem ser, também, observados através da análise da evolução do *stock* da população de nacionalidade portuguesa a residir noutro país europeu. Como a Tabela 2 exemplifica para sete países europeus, após uma diminuição do *stock* de portugueses, entre 1981 e 1985, motivado pelo continuar do efeito de regresso daqueles que emigraram nas décadas de 60 e 70, assiste-se, a partir de 1985, ao aumento contínuo dos portugueses residentes, que, certamente, não se fica a dever somente ao crescimento natural da comunidade portuguesa residente nesses países, mas, também, à ação de novos movimentos migratórios. É particularmente significativo que, na maioria dos países, a população permanente portuguesa tenha mais do que duplicado entre 1985 e 2010, indicando claramente que a emigração continua a ser uma realidade para muitos portugueses. Os aumentos expressivos (em termos percentuais e absolutos) registados em países nos quais a presença de portugueses não tinha

Para uma análise mais desenvolvida dos efeitos da alteração do contexto institucional e político sobre os fluxos emigratórios portugueses após 1985, cf., entre outros, Marques (2008), Baganha, et al. (2002) e Ramos e Diogo (2003).

¹¹ Cálculos com base nos dados apresentados por Baganha e Peixoto, 1997.

até então assumido números significativos indicam que, em especial nas últimas duas décadas, a emigração portuguesa encontrou destinos alternativos e complementares aos tradicionais países recetores de mão de obra nacional. Os casos da Suíça, Andorra, Espanha ou Reino Unido são peculiarmente elucidativos da criação e consolidação de novos destinos migratórios, uma vez que, nestes países, os portugueses passaram, num espaço de tempo relativamente curto, de numericamente pouco expressivos no contexto migratório destes países, a uma das comunidades nacionais mais significativas. O efeito acelerador das redes migratórias (local-local) parece ser aqui bem evidente.

Durante a primeira década do século XXI nota-se, no conjunto dos países europeus selecionados, um reforço da população portuguesa residente. A exceção a este aumento generalizado é a Alemanha, que regista uma redução da população portuguesa. Como referem Marques (2008) e Malheiros (2010), o aumento da emigração portuquesa durante esta década fica a dever-se quer ao surgimento de novos destinos (como o Reino Unido ou a Espanha), quer à reanimação de destinos tradicionais (os casos da Suíça ou do Luxemburgo)¹².

Tabela 2 : População	portuguesa residente em	alguns países europeus,	1981-2010

	1981	1985	1990/1	1995	2000/1	2010
Andorra ³	1.304	1.731	3.951	6.885	6.748	13.100
Alemanha ^{1 e 4}	109.417	77.000	92.991	125.100	133.726	113.208
B élgica ¹	10.482	9.500	16.538	23.900	25.600	29.802
Espanha ^{1 e 5}	24.094	23.300	33.268	37.000	42.000	142.520
Luxemburgo ²	28.069	-	39.100	51.500	58.450	79.800
Reino Unido¹	-	-	-	30.000	58.000	102.000
Suíça ⁶	16.587	30.851	85.649	134.827	134.675	221.641
Total	189.953	142.382	271.497	409.212	459.173	605.526

Fontes: 1)SOPEMI, diversos anos; 2) Service Central de la Statistique et des Études Économiques (STATEC); ³)Ministeri de Justícia i Interior (Andorra) [http://www.estadistica.ad/indexdee.htm 4) Statistische Bundesamt Deutschland, Foreign Population. Results of the Central Register of Foreigners, 2006; 5) Instituto Nacional de Estadística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; 6) Bundesamt für Migration, Ausländer- und Asylstatistik, 2009/2. Os dados de 2010 foram retirados do site do Observatório da Emigração (http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt)

Como se verá adiante, estes dois motivos são, igualmente, responsáveis pela evolução da emigração com destino aos países lusófonos de África e da América do Sul.

Os valores relativos aos fluxos de entrada indicam que, nos últimos dois anos (2009 e 2010), o volume de novos emigrantes portugueses registados pelos serviços estatísticos dos países de acolhimento europeus apresenta uma clara desaceleração face aos valores registados desde 2005 (Tabela 3). A crise económica experimentada em alguns dos potenciais países de destino dos portugueses, assim como o desenvolvimento de formas migratórias de caráter temporário, ajudam, no nosso entender, a justificar esta redução. Significa isto uma diminuição dos fluxos da emigração portuguesa? Não. Significa apenas que, como veremos, mais uma vez a posição de Portugal em vários sistemas migratórios vai contribuir para uma nova vaga migratória para outros destinos no exterior da Europa.

Tabela 3: Fluxos de entrada de portugueses nos principais destinos europeus, 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Andorra	2.776	2.099	1.587	736	466	415
Alemanha	3.418	3.371	3.766	4.214	4.468	4.238
B élgica ¹	1.934	2.030	2.293	3.200	2.854	
Espanha ^{1 e 5}	13.327	20.658	27.178	16.857	9.739	7.678
Luxemburgo ²	3.761	3.796	4.385	4.531	3.844	3.845
Reino Unido¹	11.710	9.700	12.040	12.980	12.230	12.080
Suíça6	12.138	12.441	15.351	17.657	13.601	12.720
Total	49.064	54.095	66.600	60.175	47.202	

Fontes: Observatório da Emigração (http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/) e OCDE, International Migration Database (http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=MIG)

Por outro lado, com a globalização, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o aparecimento das companhias de aviação *low cost*, e a flexibilização generalizada de formas de contratação laboral (e.g. os subempreiteiros), as migrações portuguesas ganham novas formas, menos permanentes, mais temporárias ou mesmo circulares. Na realidade, a emigração temporária vai constituir uma característica marcante dos fluxos de saída para diferentes países europeus desde a década de 80. Na Suíça, o valor das entradas temporárias de portugueses foi, durante os anos 80 e 90, de aproximadamente 33.000 e de 26.000 durante os primeiros oito anos do século XXI. Em França, o valor da imigração temporária de portugueses passou de 14.719, em 1989, para 16.568, em 1991 (dados da OMI citados em Ruivo, 2001: 160)¹³.

A estas formas de mobilidade temporária de cariz individual há que adicionar os

Alguns destes temporários foram posteriormente incluídos nos 15.368 trabalhadores permanentes portugueses registados, em 1992, pelos serviços do Office des Migrations Internationales e do Institut Nationale D'Études Démographiques (Ruivo, 2001: 161).

movimentos dos trabalhadores destacados, os quais se tornaram particularmente evidentes na década de 90 e de que o melhor exemplo português é a migração para Berlim. Esta forma de mobilidade dos trabalhadores portugueses decorre através da colocação no exterior de efetivos de empresas portuguesas que funcionam, geralmente, como subcontratadas das empresas dos países de destino (por exemplo, de empresas de construção alemãs ou francesas).

O número exato de trabalhadores portugueses envolvidos nos processos de destacamento é difícil de determinar. De acordo com dados apresentados por Worthmann (2003), o número de trabalhadores portugueses destacados na Alemanha, em 1997, era de 21.919, o que representava 12,1% do total de trabalhadores destacados e 40,1% dos destacados com origem num dos Estados comunitários. Os portugueses seriam, assim, o maior grupo de trabalhadores destacados com origem num país membro da União Europeia. Trata-se de um número que, de acordo com algumas fontes, peca por defeito, dado referir-se apenas aos que se encontram em situação regular, não incluindo, por isso, os estimados 35.000 portugueses a trabalhar como destacados de forma irregular (Gago e Vicente, 2002: 212). Dados mais recentes mostram que, em 2007 e 2009¹⁴, o destacamento de trabalhadores portugueses foi de, respetivamente, 66.000 e 65.000, e que, em 2009, os principais países de destino foram a Espanha (37,4% dos trabalhadores destacados), a França (33,8%) e a Alemanha (11,8%) (European Commission, 2011).

No seu conjunto, os diferentes tipos de saídas temporárias referidas, assim como os movimentos emigratórios que assentam numa lógica mais permanente, beneficiam das oportunidades de livre circulação da União Europeia. Os padrões de mobilidade internacional que se desenvolvem assentam em interligações múltiplas entre vários países de destino e Portugal, bem como na participação regular e intensa num mercado de trabalho transnacional, delimitado e potenciado quer pelas fronteiras do sistema migratório europeu no qual o país se encontra integrado desde, pelo menos, meados da década de 60, quer pela existência e desenvolvimento de comunidades portuguesas nos vários países europeus, que se constituem como estruturas sociais de apoio aos novos emigrantes.

No caso da participação de Portugal no sistema migratório europeu, tal significa que as redes migratórias não se limitam a manter o fluxo migratório entre países ou locais específicos. Antes se reconfiguram continuamente de modo a possibilitar a ligação entre a origem e os vários destinos possíveis no interior do mesmo sistema migratório, concorrendo, deste modo, para responder à instabilidade do sistema, que advém da natureza volátil dos seus múltiplos elementos constituintes (como, por exemplo, o mercado

Não se apresentam os dados relativos a 2008, dado que apenas seis dos 18 Centros Distritais da Segurança Social responsáveis pela emissão do formulário E-101 (que, no estrangeiro, atesta a inscrição do cidadão nacional na segurança social do país de origem) é que forneceram nesse ano os dados relativos aos números de formulários emitidos (European Commission, 2011).

de trabalho, a economia ou o sistema político). Está-se, assim, na presença de redes migratórias multipolares com diferentes graus de produtividade e com uma forte capacidade de inclusão de novos destinos emigratórios. É esta dinâmica das redes migratórias que, em conjunto com a evolução da procura internacional de mão de obra e das condições de mobilidade externa, permite explicar (limitando-nos ao sistema migratório da Europa ocidental) a evolução registada, nas últimas duas décadas, nos fluxos emigratórios portuqueses, marcada pelo ressurgimento de destinos emigratórios tradicionais, como a França ou o Luxemburgo, a manutenção da emigração para a Suíça e o desenvolvimento de diversas formas de mobilidade externa dirigida a países como a Espanha, a Inglaterra, ou a Alemanha.

Em síntese, pode afirmar-se que o sistema migratório da Europa ocidental, no qual Portugal se encontra inserido, apresenta como uma das suas características centrais a multipolaridade de nódulos (destinos) migratórios, que vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que escasseiam em Portugal, que emergem e se desenvolvem nos diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelo surgimento de estruturas migratórias alternativas (Margues, 2008 e 2009).

A partir de 2005, a participação portuguesa no sistema migratório europeu intensifica a coexistência com a participação, como país emissor, no sistema migratório lusófono. Num momento em que a crise económica e de criação de emprego coloca em questão a centralidade de Portugal no sistema migratório lusófono, assiste-se ao desenvolvimento de outros centros no interior deste sistema. O caso de Angola, na sua dupla vertente de emissor e recetor de migrantes no interior deste sistema migratório, ilustra a relevância da bidireccionalidade dos fluxos migratórios e a emergência de um novo centro no sistema migratório lusófono (curiosamente, Angola surge como passível de ser caracterizada como semiperiferia do sistema mundial, à semelhança de Portugal e do Brasil).

Ao longo da última década, as relações bilaterais luso-angolanas têm tido por base uma forte vertente comercial, destacando-se o peso das exportações portuguesas para este país e a importância crescente das importações (sobretudo petróleo). Angola, durante vários anos, foi o 10.º cliente de Portugal, passando a partir de 2000 a ser um dos principais destinos de exportações, sendo apenas superado por alguns parceiros comunitários e pelos EUA. Atualmente, Angola é, de forma sustentada, o quarto maior parceiro comercial de Portugal. Há em Angola, de acordo com os dados dos serviços consulares, mais de dois milhares de empresas de capital português ou de capital misto luso-angolano. Realizam-se 20 voos semanais entre Lisboa e Luanda, que transportam entre seis e sete mil pessoas.

Em paralelo a esta evolução das relações económicas entre os dois países, os fluxos migratórios foram ganhando preponderância. A emigração de portugueses para Angola reassumiu números importantes nos últimos anos. O retorno de quadros Angolanos em Portugal ao país de origem tem vindo a consolidar-se e tem ocorrido uma diminuição da imigração angolana em Portugal (mantendo-se embora um significativo volume acumulado), num interessante movimento de contrafluxo de fluxos migratórios passados. Os últimos dados disponíveis registam 85.000 residentes inscritos no consulado português em Luanda e 12.000 inscritos no consulado português em Benguela¹⁵. Na evolução do movimento de portugueses para Angola, os números são elucidativos da aceleração deste fluxo migratório. Em 2006 registam-se apenas 156 novas entradas de emigrantes portugueses em Angola, que sobem para 1.256 em 2007, para 1.474 em 2008, valor que, em 2009, terá ascendido a cerca de 23 mil pessoas (Fonte: Observatório da Emigração).

Em relação à imigração em Portugal, tendo por base os dados publicados em dezembro de 2006 pelo SEF, existiam oficialmente um total de 34.219 angolanos, que correspondiam ao stock acumulado dos 27.697 detentores de "autorização de residência", aos quais acresciam 3.557 com "autorização de permanência" e 2.965 beneficiários de vistos de longa duração, entre os quais 1.784 com vistos de estudo. Desde 2006 a evolução do número de cidadãos angolanos residentes em Portugal deixou, porém, de ser positiva, tendo os números vindo a diminuir progressivamente nos últimos anos. O número de residentes em 2010 evidencia um decréscimo face ao ano transato (-11,5%). Em 2009, residiam em Portugal 26.557 nacionais angolanos. No ano de 2010, foram atribuídos primeiros títulos de residência a 1.317 cidadãos angolanos (face a um total de 1.543 em 2009)¹⁶.

Estamos, no caso da relação Angola-Portugal, num interessante estádio para avaliar a pertinência de falarmos de um sistema migratório não apenas relativamente estável, mas com uma dinâmica bi direcional de assinalável relevância. Este sistema migratório não é mero resultado de fluxos migratórios, mas é reforçado por ligações de natureza diferente: de bens, de capitais, de cultura, etc. (Massey et al., 1993: 454), que caracterizam um sistema migratório maduro. O sistema migratório lusófono, nesta sua dinâmica luso-angolana, exemplifica muitas das características enunciadas por Massey e colegas (1993), quando afirmam que: a) a formação de um sistema migratório não deriva da proximidade geográfica, mas de relações políticas e económicas entre os dois pólos; b) os sistemas migratórios podem ser multipolares, isto é, cada país pode fazer parte de mais de um sistema migratório; c) devido à dinâmica das condições económicas e políticas dos países que compõem um sistema migratório, a estabilidade de um sistema não implica a existência de uma estrutura rígida. O sistema migratório, nesta sua forma, é uma inovação que ocorre no seio de uma configuração estrutural invari-

in Pereira, Álvaro Santos (2010) "The Return of Portuguese Emigration." Simon Fraser. University Working Paper. Citado em João Sousa Andrade & Adelaide Duarte (2011) The Fundamentals of the Portuguese Crisis, Estudos do GEMF, N.º 16, FEUC, Coimbra.

O novo acordo de vistos assinado em setembro de 2011 entre os dois países (que vai mais além do que outros acordos multilaterais no âmbito da União Europeia) reflete muita desta situação e uma dinâmica migratória que privilegia a circulação migratória fluida, de modo a permitir o desenvolvimento das relações económicas entre Portugal e Angola.

ante (a chamada topologia) do sistema, que apresenta uma elevada regularidade estrutural. Atualmente, há uma reativação de um fluxo migratório que ocorreu no passado colonial entre os dois países e que reaparece num momento pós-colonial (o que parece ser inovador). Esta dinâmica migratória surge, porém, amplamente condicionada por um conjunto de variáveis ainda difíceis de avaliar, designadamente, as necessidades de mão de obra das empresas e organizações que atuam no mercado interno de Angola ou de Portugal, e as relações económicas e políticas entre os dois Estados.

Conclusão

Procurámos, neste artigo, através da análise dos recentes fluxos migratórios portuqueses, apresentar a evolução do sistema migratório lusófono, numa leitura integrada que toma em consideração a evolução deste sistema e a imbricação dos países constituintes deste sistema lusófono noutros sistemas migratórios. Argumentámos que a função recetora do nódulo europeu do sistema migratório lusófono está atualmente numa fase de retração, por oposição a uma expansão do nódulo africano e por uma relativa estabilização do nódulo sul-americano. A evolução do posicionamento estrutural e histórico de Portugal em diferentes sistemas migratórios (europeu, africano e sul e norte-americano) permite compreender com particular acuidade as dinâmicas migratórias da contemporaneidade.

Os principais fatores estruturais que influenciam a emigração de portugueses para os países europeus, de portugueses para os países africanos de língua portuguesa e de imigrantes lusófonos para Portugal devem-se ao facto destes fluxos migratórios ocorrerem na interseção de sistemas migratórios independentes mas estruturalmente relacionados (e.g. o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono). Em nosso entender, recorrendo à ideia e à formulação de uma 'ligação estrutural' entre diferentes sistemas funcionais proposta por Luhmann (1993) e reinterpretando-a para o nosso caso particular, podemos conceber os fluxos de entrada e de saída de migrantes nos países pertencentes a este sistema como respondendo a distintas oportunidades percecionadas pelos migrantes em diferentes sistemas (neste caso o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), produzindo, assim, um 'movimento estrutural' entre sistemas (isto é, um codesenvolvimento de dois fluxos migratórios, que parecem ser o resultado de uma interação simultânea entre eles).

Ousar pensar um sistema migratório com base na herança de um império colonial (a lusofonia enquanto elemento comum) e baseá-lo na partilha de um conjunto de características de que a cultura (via língua comum) seja um dos alicerces é ao mesmo tempo uma transgressão e um desafio epistemológico. Pretendemos, neste caso, transformar a noção de espaço com que o pioneiro Mabogunje (1970) analisou as dinâmicas migratórias, numa abordagem a partir da complexidade teórico-analítica da Sociologia das Migrações em que o espaço é, já não a cápsula onde decorrem as migrações, mas o meio ambiente bio-psico-social que faz parte integrante do sistema. Tal como no precursor modelo sistémico de Mabogunje, também aqui as características destes fluxos migratórios são complexas, revelam circularidade migratória, estão interconectadas e são interdependentes (Mabogunje, 1970: 16). Estes fluxos migratórios são, ao mesmo tempo, causa e consequência de políticas migratórias e até causa e consequência de políticas mais vastas, como políticas económicas ou de cooperação entre os Estados.

A abordagem sistémica, assumida como uma abordagem do tipo macro ou estrutural, parte de uma leitura espacial da realidade migratória mas alarga-a e postula que, dada a existência de múltiplas ligações entre migrantes, os contextos de origem e os contextos de destino, a compreensão adequada das migrações internacionais contemporâneas pressupõe que os países de origem e de destino dos migrantes sejam considerados como uma unidade, como um sistema migratório. Os sistemas migratórios não são por nós entendidos como entidades estáticas que existem independentemente dos fatores que moldam a sua existência. Estes sistemas estão abertos à mudança e refletem as alterações que ocorrem nas suas partes constituintes. Refletem, claro, as conjunturais alterações políticas, legais, económicas e sociais das partes que constituem os sistemas, mas persistem para além das conjunturas.

Mostramos que o sistema migratório da Europa ocidental, no qual Portugal se encontra inserido, apresenta, como uma das suas características centrais, a multipolaridade de nódulos (destinos) migratórios. Estes nódulos vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que escasseiam em Portugal e que emergem e se desenvolvem nos diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelos surgimento de conjunturas (estruturas) migratórias alternativas (Marques, 2008).

Analisados em conjunto, é possível notar, à semelhança do que já fizeram diversos autores anteriores (cf. Baganha, 1993, Baganha e Peixoto, 1997, Peixoto, 1993b, Ramos e Diogo, 2003), que o padrão contemporâneo dos movimentos migratórios portugueses se caracteriza pela coexistência entre novas formas migratórias e movimentos migratórios de cariz mais clássico. Estas novas formas são o resultado quer do quadro legal criado pela adesão de Portugal à União Europeia (pós anos 80), quer dos condicionalismos à entrada impostos por diversos países de destino tradicionais dos portugueses. O crescimento de diferentes formas de movimentos de saída temporários atrás descritos, assim como a frequente indefinição entre "movimentos permanentes" e "temporários" (Baganha, 1993 e Peixoto, 1993a: 68), surge, neste contexto, como o aspeto mais visível da transformação verificada nos movimentos migratórios externos portugueses.

A partir dos anos 80 do século passado, Portugal, para além de participar nas dinâmicas migratórias europeias descritas, desenvolve a sua participação no emergente sistema migratório lusófono, composto por países de língua oficial portuguesa e que se vai cristalizando, durante mais de duas décadas, em torno de um dos seus centros (Portugal). Hoje é evidente que o fluxo migratório oriundo dos países lusófonos (de África e do Brasil) com destino a Portugal constitui uma migração estrutural (com diferentes vagas migratórias) que, apesar de não ter sido em todos os momentos o fluxo dominante, marca decisivamente a realidade migratória nacional como o principal constituinte do stock migratório em Portugal.

Se olharmos para os diversos fluxos migratórios que se estabelecem entre os países que integram o sistema migratório lusófono, podemos conceber este sistema como sendo tradicionalmente bicéfalo, repartido entre Portugal e o Brasil, que se constituem como elos de ligação entre vários outros sistemas migratórios. Porém, os dados mais recentes sobre a evolução da migração portuguesa para Angola parecem sugerir que este sistema migratório poderá estar a evoluir para um sistema tricéfalo, em que Angola se assume como o terceiro nódulo central. As perspetivas para o século XXI afastam-se bastante das do passado. A recente prosperidade económica de Angola parece estar a alterar o seu estatuto migratório. A corrente migratória com Portugal foi invertida: enquanto os fluxos de Angola para Portugal têm vindo a diminuir, o numero de emigrantes portugueses em Angola revela a existência de uma nova vaga migratória, alterando a relação migratória entre os dois países. Por não querer encerrar aqui a temática deste texto, enunciamos que a multipolaridade do sistema migratório lusófono poderá, em anos futuros, poder ser verificada com a entrada de um novo centro: Moçambique. Embora de forma ainda incipiente, este país do Índico parece surgir com capacidade de atração para as migrações no interior deste sistema migratório e, se assim for, o sistema migratório lusófono tornar-se-á ainda mais complexo.

Referências bibliográficas

- Baganha, Maria, "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends", International Migration, 47, 3, 2009, 5-20.
- Baganha, Maria I., "Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa", Estruturas Sociais e Desenvolvimento-Actas do II Congresso Português de Sociologia Lisboa, Fragmentos, 1993, 819-835.
- Baganha, Maria I. e Carvalheiro, Luís, "Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas", in José Reis e Maria I. Baganha (eds.), A economia em curso. Contextos e Mobilidade, Porto, Afrontamento, 2002, 63-86.
- Baganha, Maria I., Ferrão, João e Malheiros, Jorge (eds.), Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002.
- Baganha, Maria I., Marques, José Carlos e Fonseca, Graça, Is an Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case, Lisboa, Luso American Development Foundation, 2000.
- Baganha, Maria I., Marques, José e Góis, Pedro, "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in Maria I. Baganha e Maria Lucinda Fonseca (eds.), New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe, Lisboa, Luso-American Foundation, 2004, 23-39.

- Baganha, Maria I. e Peixoto, João, "Trends in the 90's: the portuguese migratory experience", in Maria I. Baganha (ed.), Immigration in Southern Europe, Oeiras, Celta, 1997, 15-40
- Boyd, Monica, "Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas", International Migration Review, 23 (3), 1989, 638-670.
- Esteves, M. Céu, Portugal: País de Imigração, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991.
- European Commission, "Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on E101 certificates issued in 2008 and 2009", DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2011.
- Gago, Carla e Vicente, Teresa, "Alemanha", in Maria I. Baganha, João Ferrão e Jorge Malheiros (eds.), Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002, 177-224.
- Godinho, Vitorino Magalhães, "L'émigration portugaise: XV-XXe siècles: une constante structurale et les réponses aux changements du monde", Revista de História Económica e Social I, 1978, 5-32.
- Góis, Pedro e Marques, José Carlos, "Portugal as a semiperipheral country in the global migration system", International Migration, 47, 3, 2009, 19-50.
- Kritz, Mary M. e Zlotnik, Hania, "Global interactions: migration systems, processes and policies", in Mary M. Kritz, Lin Lean Lim e Hania Zlotnik (eds.), International Migration Systems. A Global Approach, Oxford, Clarendon Press, 1992, 1-16.
- Luhmann, Niklas, Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1993.
- Mabogunje, Akin L, "Systems approach to a theory of rural-urban migration", Geographical Analysis, 2, 1, 1970, 1-17.
- Malheiros, Jorge, Portugal 2010: o regresso do país de emigração? , JANUS.NET e-journal of International Relations (observare.ual.pt/janus.net/pt vol2 n1 not3), 2, 1, 2010, 133-142.
- Marques, José Carlos, "'E Continuam a Partir': As Migrações Portuguesas Contemporâneas", Ler História, nº 56, 2009, 27-44.
- Marques, José Carlos, Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.
- Massey, Douglas, "Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century", Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003 (online: http://pum.princeton.edu/ pumconference/papers/1-Massey.pdf)
- Massey, Douglas S., Joaquín Arango, Hugo Graeme, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino, and

- Edward J. Taylor, "Theories of international migration: A review and appraisal", Population and Development Review, 19, 3, 1993, 431-466.
- Peixoto, João, "A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução", Estudos Demográficos, 31, 1993a, 35-74.
- Peixoto, João, "Migrações e Mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in Maria Beatriz Silva, et al. (eds.), Emigração/Imigração em Portugal, Algés, Fragmentos, 1993b, 278-307.
- Peixoto, João, País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal, Socius Working Papers, 2004.
- Ramos, Maria Conceição e Diogo, Hugo, "Le Portugal, pays relais de la migration en Europe", Migrations Études, nº 116, 2003
- Ruivo, Jorge Rodrigues, Portugais et population d'origine portugaise en France, Paris, L'Harmattan, 2001.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008), Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009), Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2010), Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.
- Worthmann, Georg, Nationale Autonomie trotz Europäisierung: Probleme der Arbeitsmarktregulierung und Veränderungen der industriellen Beziehungen in der deutschen Bauwirtschaft, München, Rainer Hampp Verlag, 2003.



As políticas de imigração em Portugal. Contextos e protagonistas ¹

Ana Paula Beja Horta²

Resumo

Sendo um país profundamente marcado pela emigração, Portugal, tal como outros países do Sul da Europa, consolidou ao longo das últimas décadas a sua posição como um país de imigração. A gestão desta complexa realidade migratória tem vindo a sofrer mudanças consideráveis, que se prendem com as rápidas alterações verificadas no contexto nacional e internacional. Neste artigo perspetiva-se a evolução das políticas imigratórias, sublinhando, em particular, as políticas de integração, bem como o papel dos diferentes protagonistas na configuração do quadro político imigratório em Portugal. Destacam-se três principais fases distintas das políticas de integração, cuja orientação na última década tem girado em torno de um modelo de incorporação intercultural, ao invés da tendência assimilacionista que, mais recentemente, tem vindo a configurar as agendas políticas migratórias noutros países europeus.

Palavras-chave: emigração, imigração, políticas de integração, Portugal

1. Introdução

Tendo sido a emigração um fator estrutural da sociedade portuguesa ao longo dos séculos, no último quartel do século XX Portugal constitui-se, igualmente, como um país de imigração. Na década de 70 do século passado, a revolução de abril de 1974 e o processo de descolonização estão na origem de profundas mudanças políticas, económicas e sociais, com um forte impacto nos movimentos migratórios portugueses. A partir de 1975 os fluxos migratórios caracterizam-se por um decréscimo da emigração, o retorno de emigrantes, a repatriação dos Portugueses residentes nas ex-colónias, bem

¹ Algumas secções deste artigo têm por base dados do Capítulo III de Horta (2008).

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, nº 141-147 - 1269-001 Lisboa - Portugal. Email: apbhorta@uab.pt.

como pela primeira vaga de fluxos imigratórios oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Nos anos oitenta e especialmente na década de noventa assiste-se a um aumento exponencial da população imigrante a residir no país. A conjuntura económica favorável decorrente da entrada de Portugal na União Europeia em 1986, associada a uma imagem de modernização e de desenvolvimento económico e social, bem com a aplicação dos fundos estruturais europeus, sobretudo no setor das obras públicas, contribuiu para o aumento significativo da procura de mão de obra imigrante, especialmente na área da construção civil. Além destes aspetos, a estabilidade política e social e o aumento significativo do nível de vida atingidos na década de 90 transformaram Portugal num pólo de atração de populações estrangeiras, cujo crescimento viria a acentuar-se na viragem do século, quando o total de imigrantes em situação regular atinge aproximadamente 350 000 em 2001 versus 113 978 em 1991 e cerca de 450 000 em 2010, representando 4,2% do total da população residente no país (SEF, 2010). Na vertente emigratória, os fluxos de saída tenderam a desacelerar a partir dos meados da década de 70, vindo a retomar novo ímpeto na década de 90. Nos últimos cinco anos, devido à grave crise económica, financeira e social que o país tem vindo a atravessar, registou-se um incremento considerável da emigração portuguesa. Neste sentido, Portugal continua a ser um país profundamente marcado pelos fenómenos de emigração, estimando-se entre 4 a 5 milhões de portugueses a residir no estrangeiro.³

A gestão política desta complexa realidade migratória tem sido objeto de profundas mudanças, quer no que respeita à regulação dos fluxos, quer no plano das políticas de integração e de acesso à cidadania. Se na década de 80 as guestões da imigração se mantiveram fora da agenda política portuguesa, nos anos 90 assistimos à crescente politização do fenómeno imigratório associado à emergência de novos quadros legislativos e institucionais protagonizados por múltiplos atores sociais (instituições oficiais; associações de imigrantes; Igreja Católica; sindicatos; organizações da sociedade civil e intelectuais e académicos). A partir dos princípios do novo milénio a gestão da imigração ganha uma nova amplitude com a implementação de políticas de regulação de fluxos e de integração de cariz pluralista e intercultural.

Estas mudanças estão associadas a um conjunto de fatores que se prendem com as rápidas alterações da realidade imigratória, ocorridas nas últimas duas décadas, bem como as mudanças verificadas no contexto político nacional e internacional. O aumento e a diversificação considerável dos fluxos imigratórios na década de noventa e nos princípios do novo milénio; a crescente visibilidade e capacidade de reivindicação social e política dos imigrantes; a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 e a subsequente pressão para a harmonização das políticas portuguesas às directivas europeias, no que respeita, sobretudo, a regulação de fluxos de cidadãos de países terceiros, políticas de asilo e combate à imigração ilegal, bem como adesão a políticas comunitárias de integração lideradas pela Comissão Europeia (2003), são alguns dos principais fato-

Dados fornecidos pela OCPM. Fórum Migrações: Entre a Emigração e a Imigração (2012).

res que configuraram a natureza das políticas imigratórias e o modo como estas têm vindo a ser implementadas em Portugal. Neste artigo pretende-se traçar a evolução das políticas de imigração, com especial enfoque no quadro legislativo de políticas de integração. Assim, num primeiro momento, procederemos à caracterização, em tracos largos, das migrações no contexto português. Em seguida, passaremos a examinar as principais mudanças ocorridas na esfera das políticas de integração, centrando-nos no desenvolvimento das estruturas políticas institucionais, bem como na identificação dos seus principais protagonistas sociais e políticos.

2. A Evolução dos Fluxos E/Imigratórios – Uma Síntese

Tal como outros países da Europa do Sul, Portugal consolidou, nos últimos decénios, a sua posição como um país de destino dos fluxos migratórios internacionais. Contudo, ao invés da Grécia, Itália e Espanha (Triandafyllidou; 2009; Zincone, 2011; Bruquetas-Callejo et al., 2011), Portugal é um país cuja realidade migratória conjuga, de forma singular, fluxos de chegada e de partida, tendo a emigração adquirido, nos últimos anos, um renovado fôlego decorrente da profunda crise económica com que o país se defronta. Passaremos, em seguida, a apresentar uma síntese das principais tendências migratórias, com especial enfoque nos fluxos imigratórios.

2.1. A Emigração – Velhas e Novas Dinâmicas

Portugal tem sido tradicionalmente um país de emigração. Após a Segunda Guerra Mundial, entre os meados dos anos sessenta e os meados dos anos setenta, aproximadamente um milhão e meio de Portugueses emigrou para a Europa e para o Continente Americano (Rocha-Trindade, 1995). O atraso económico, o deflagrar das guerras coloniais na Guiné, Angola e Moçambique na década de sessenta e as parcas perspetivas de futuro constituíram fatores determinantes para o êxodo massivo de portugueses, que se viria a registar nos anos sessenta e setenta. Por outro lado, a recuperação económica Europeia no período do pós-querra e a falta de mão de obra foram importantes fatores de atração, potenciando os fluxos de mão de obra a partir dos países europeus periféricos (Grécia, Itália, Portugal, Espanha) para os países mais industrializados (Alemanha, França, Holanda, Luxemburgo, Grã-Bretanha).

No caso específico de Portugal, as políticas de emigração na década de sessenta e início da década de setenta assentavam no pressuposto de que a emigração constituía uma alternativa viável para força de trabalho excedente em Portugal, e tenderia, por isso, a atenuar os custos económicos do desemprego e subemprego. Por outro lado, as remessas dos emigrantes viriam a ser cruciais para minimizar o défice nacional e para subsidiar os custos das guerras coloniais.

Entre 1961 e 1974, a média anual de partidas totalizava 122 000 emigrantes, atingindo um pico em 1970, com 183 000⁴. Em meados da década de setenta,

Ver Baganha, 1998 e Rocha-Trindade, 1995. Segundo estes autores, as estatísticas Portuguesas oficiais

os fluxos de saída atingiram temporariamente uma súbita interrupção. A recessão económica, a crise do petróleo e as subsequentes políticas de imigração nos países Europeus viriam a reduzir consideravelmente os fluxos migratórios de mão de obra. Acrescenta-se, ainda, que as políticas de retorno dos países de imigração (por exemplo, França e Alemanha) favoreciam o regresso dos imigrantes legais ao país de origem. Estima-se que, entre 1981 e 1985, aproximadamente 500 000 Portugueses haviam regressado a Portugal (Ferrão, 1996).

Contudo, se a emigração sofreu um decréscimo significativo na década de setenta, nas duas décadas seguintes o número total de saídas viria a aumentar consideravelmente. Apesar da dificuldade crescente em quantificar os movimentos de mão de obra no espaço Europeu, devido às novas mobilidades criadas no âmbito da adesão de Portugal à União Europeia, estima-se que na década de oitenta a média anual de partidas era aproximadamente 20 000. Todavia, em 1991, o número total de partidas atingiu um pico de 46 000 (Baganha & Peixoto, 1994), sendo a Suíça o mais importante país de destino dos fluxos de saída de migrantes portugueses, absorvendo quase 40% do total de movimentos migratórios. Do mesmo modo, a Alemanha e outros países Europeus (por exemplo, Espanha, Luxemburgo, França e Grã-Bretanha) tornaram-se, igualmente, destinos preferenciais para os fluxos de saída de Portugueses na década de noventa e princípios do novo milénio (Baganha, 2001).

Ao ressurgimento destes fluxos tradicionais da emigração portuguesa veio aliarse, mais recentemente, o aumento significativo de fluxos emigratórios de mão de obra jovem especializada, que face à grave crise económica e às elevadas taxas de desemprego procuram na emigração novas oportunidades e melhores condições de vida. Segundo os dados do Observatório da Emigração, em Espanha, o número de emigrantes portugueses quase duplicou, passando de 71 mil em 2004 para 136 mil em 2008, enquanto no Reino Unido passou de 68 mil para 77 mil e em Angola de 17 mil em 2006 para 23 mil em 2008. Esta tendência de crescimento exponencial da emigração tem vindo a intensificar-se nos últimos dois anos, com volumes de saída de mão de obra que, segundo os dados da Obra Católica Portuguesa das Migrações/OCPM, rondaram as 100 mil partidas anuais em 2011, valores comparáveis aos registados nos picos das vagas emigratórias na década de sessenta e princípios dos anos setenta.5

2.2. Imigração e Comunidades Imigrantes

Após 1974, o processo de descolonização teve profundas consequências na reconfiguração da realidade migratória em Portugal, sendo uma das principais a repatriação maciça dos Portugueses residentes nas ex-colónias, principalmente de

subestimaram em grande medida o número total de saídas.

Para o mesmo período e segundo os dados do Observatório da Emigração o total de saídas anuais estima-se entre 70 a 75 mil.

Angola e Moçambique, que constituíram 94% do número total de repatriações registadas, 505 078 (INE, Recenseamento de 1981). De acordo com Pires (1987), os números oficiais subestimaram, em grande medida, os fluxos totais de repatriações que, segundo este autor, atingiram cerca de 800 000. Depois disso, no rescaldo da descolonização, as guerras civis e a fome em Angola e Moçambique na década de setenta precipitaram o êxodo de grande número de refugiados, a maioria dos quais se estabeleceu em Portugal numa base permanente. Para outros, Portugal funcionou como uma plataforma migratória a partir da qual os recém-chegados reemigravam para outros países Europeus e para o continente Americano. Embora durante este período os fluxos migratórios englobassem, igualmente, mão de obra migrante, no geral a imigração para Portugal na década de setenta e princípios dos anos oitenta do século passado foi essencialmente caracterizada por uma migração de refugiados dos PALOP (Machado, 1997).

De igual modo, a partir de meados da década de setenta, a migração de retorno cresceu substancialmente. Estima-se que, entre 1975 e 1985, aproximadamente 500 000 portugueses emigrados tenham regressado a Portugal (Ferrão, 1996). Na década seguinte vem a verificar-se uma diminuição substancial no número de regressos. Ainda assim, entre 1986 e 1991, os regressos anuais atingiam 36 000 (Lopes, 1999). Estes fluxos eram maioritariamente constituídos por trabalhadores portugueses que tiraram partido dos programas de incentivo ao regresso, implementados por vários países de acolhimento, como foi o caso da França e da Alemanha.

Durante a década de oitenta, a composição da população estrangeira alterouse significativamente. Se na década de sessenta e início da de setenta os Europeus constituíam o grupo mais numeroso, nas décadas seguintes os influxos de migrantes dos PALOP tornaram-se dominantes, invertendo assim as tendências anteriores. Em 1991, o número total de estrangeiros a residir legalmente em Portugal estimava-se em 113 978, aproximadamente 40% (47 998) dos quais eram oriundos dos PALOP (SEF, 1991). Em 1996, a população estrangeira totalizava 172 912; destes, 81 174 (46.5%) eram Africanos e 46 798 (27%) Europeus (Quadro 1).

Durante a década de 90, a evolução da imigração caracterizou-se por três principais tendências: a) a consolidação da imigração africana, constituída maioritariamente por indivíduos oriundos das ex-colónias e pelos seus descendentes; b) o rápido crescimento de novas correntes migratórias, com origens geográficas e culturais muito diversificadas, conjugando três principais origens geográficas - fluxos associados ao passado colonial e à independência das ex-colónias em África; movimentos migratórios do Brasil; e movimentos migratórios da Europa de Leste e de outros países europeus; c) o elevado número de fluxos de imigrantes ilegais. Estes fluxos foram predominantemente constituídos por imigrantes da Europa de Leste, em particular da Ucrânia, Rússia, Moldávia e Roménia, a grande maioria dos quais entrou em situação irregular, alimentados pelo tráfico internacional de mão de obra ilegal

(Peixoto et al., 2005). A par destes novos movimentos migratórios assiste-se a uma "nova vaga" de imigração brasileira, distinta da ocorrida nos finais dos anos oitenta e princípios dos anos noventa, com um perfil profissional menos qualificado e com níveis de feminização elevados. Importa ainda referir a intensificação dos fluxos de imigração chinesa e de imigrantes do subcontinente Indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh), que têm vindo a acentuar a diversidade da componente sociodemográfica da realidade da imigração em Portugal.

Nos princípios do novo milénio, assistimos a um pico do volume da imigração, o qual se deveu à entrada em vigor do novo regime de títulos de permanência ao abrigo do Decreto-lei nº 4/2001, o que possibilitou a legalização de milhares de imigrantes que se encontravam a residir em Portugal em situação irregular, chegados em 2000 ou até mesmo antes, nos finais da década de noventa. Entre 2001 e 2003 foram concedidos no total 183 655 títulos de permanência, com especial relevo aos cidadãos da Ucrânia e do Brasil.⁶ Decorrente deste processo de "regularização extraordinária", o total da população imigrante em situação legal quase que triplica, passando de 113 978 em 1991 para cerca de 350 000 em 2001.

A partir dos meados da primeira década de 2000, verifica-se um considerável abrandamento dos volumes imigratórios registados durante a década de noventa e na viragem do século. A contração da economia portuguesa e o agravamento da crise financeira internacional e nacional são alguns fatores que poderão ter potenciado a desaceleração dos fluxos de entrada (Peixoto e Iorio, 2011). Esta tendência tem vindo a acentuar-se nos últimos dois anos, verificando-se em 2010 um decréscimo de 1,97% da população imigrante residente face a 2009. Em 2010, a população estrangeira em Portugal totalizava 446 262, constituindo atualmente 4,2% do total da população residente no país, surgindo como as comunidades mais representativas os brasileiros, seguindo-se os ucranianos, cabo-verdianos, romenos e angolanos. Outras comunidades com representação significativa são os imigrantes oriundos da Guiné-Bissau, Moldávia, Reino Unido e China (Quadro 1).

Quadro 1 - As cinco nacionalidades mais representativas (1986-2010)

	1986			1996	2010		
1°	26.301	Cabo-verdianos	39.236	Cabo-verdianos	119.363	Brasileiros	
2°	7.470	Brasileiros	20.027	Brasileiros	49. 505	Ucranianos	
3°	6.958	Espanhóis	16.172	Angolanos	43.979	Cabo-verdianos	
4°	6.326	Americanos	12.548	Guineenses	36.830	Romenos	
5°	5.872	Ingleses	11.688	Ingleses	23.494	Angolanos	

Fonte: Adaptado de Machado (1997); SEF, Relatórios Estatísticos Anuais, 1986-2010.

De acordo com os dados do SEF (2003), do total dos títulos de permanência concedidos, 35% e 21% foram atribuídos aos imigrantes da Ucrânia e do Brasil, respectivamente.

Como temos vindo a referir, a evolução dos movimentos migratórios no contexto português tem sofrido profundas alterações ao longo das últimas três décadas, sendo de destacar a simultaneidade de fluxos de entrada e de saída, tendo a emigração ganho uma crescente expressão nos últimos anos. Ainda assim, os dados provisórios do Censo de 2011 (INE) apontam para um crescimento da população residente em Portugal, o que é justificado, sobretudo, pelo saldo migratório positivo entre imigração e emigração (182 100 pessoas). Noutros termos, apesar da crise económica que o país atravessa, o contributo da população imigrante continua a ser significativo para a demografia global do país.⁷

3. As Políticas de Integração - Evolução e Novas Tendências

A partir dos meados da década de noventa do século passado, o debate sobre os direitos de cidadania e os processos de integração das comunidades migrantes residentes ganhou uma centralidade sem precedentes na agenda política portuguesa. A existência de milhares de imigrantes em situação irregular, decorrente da ausência de dispositivos legais de recrutamento eficazes, potenciou a marginalização social, económica e política de grandes segmentos da população imigrante a residir no país. Dada a importância do acesso à nacionalidade no processo de integração dos imigrantes, passamos, em seguida, a traçar o quadro das principais alterações às leis de nacionalidade implementadas, a partir da década de setenta, evidenciando o seu impacto nas populações imigrantes. Num segundo momento, procederemos à análise das políticas de integração, sublinhando o cruzamento com a gestão dos fluxos imigratórios.

3.1. As Migrações e o Acesso à Cidadania

Nas últimas décadas o impacto das migrações nos regimes de nacionalidade tem sido alvo de um longo e polémico debate. Face às novas realidades migratórias, vários países europeus têm vindo a alterar as respetivas leis de nacionalidade (Bauböck et. al., 2007). Por outro lado, a emergência da Europa como uma entidade política e o aumento considerável dos fluxos migratórios no espaço Schengen potenciaram o acesso a um conjunto de direitos associados à cidadania europeia, bem como o alargamento dos direitos de cidadania atribuídos às populações imigrantes com base no tempo de residência no país de acolhimento (Bauböck et. al. 2007). De facto, nas últimas três décadas temos vindo a assistir à liberalização dos regimes de cidadania no contexto da União Europeia, privilegiando a conjugação entre ius solis (condicional) e uis sanguinis (Weinstock, 2008).8 De igual modo, verifica-se uma crescente tendência para a concessão da dupla nacionalidade (Joppke, 2008). Como veremos a seguir, Portugal tem vindo a acompanhar esta expansão na atribuição de direitos de cidadania às populações migrantes, sendo reconhecido, presentemente,

Ver o trabalho de Valente Rosa, M.J., Hugo Seabra e Tiago Santos, 2003, Contributo dos "Imigrantes na Demografia Portuguesa", ACIDI/OI.

⁸ Alguns autores têm vindo a defender a coexistência, na União Europeia, de políticas de nacionalidade de cariz restritivo e outras de natureza mais inclusiva e liberal (Waldrauch, 2008).

como o país europeu que promove uma das políticas de nacionalidade mais inclusivas, veiculando o acesso à nacionalidade portuguesa como um instrumento decisivo de integração das comunidades migrantes, assim como de coesão social (Migrant Integration Policy Index, III, Country Report).

Logo após 1974, a regulação do acesso à nacionalidade teve como pano de fundo o fim do império colonial e o subsequente processo de descolonização. A legislação em vigor em 1974 (Lei nº 2098 de 29 de julho de 1959), fortemente fundada no critério de ius soli, permitia a todos os nascidos nas ex-colónias o direito à nacionalidade portuguesa. Face a um rápido processo de descolonização, a manutenção deste dispositivo legal foi vista com grande apreensão, a nível social, económico e político. Face a esta situação, em 1975 procedeu-se à revisão da Lei da Nacionalidade de 1959, restringindo a manutenção da nacionalidade Portuguesa aos residentes nas ex-colónias que tivessem nascido em Portugal ou que tivessem ascendência Portuguesa e aos indivíduos nascidos nas ex-colónias que tivessem uma "ligação especial a Portugal ou evidenciassem um desejo inegável" de se tornarem Portugueses.

Na prática, a revisão da Lei de 1959 efetuada em 1975 potenciou a exclusão de um elevado número de cidadãos, a quem foi negada a manutenção ou a aquisição da nacionalidade portuguesa. Por outro lado, a atribuição da nacionalidade portuquesa a pessoas de origem africana criou, igualmente, as condições para a constituição de correntes migratórias com origem nos PALOP, sustentada por processos de reunificação familiar e de imigração laboral.

Em 1981, foi introduzida uma lei de nacionalidade mais restritiva (Lei 37/81). Se a lei anterior se fundava num equilíbrio entre ius soli e ius sanguinis, a nova legislação privilegiava, em grande medida, ius sanguinis. Assim, a aquisição automática da nacionalidade portuguesa por parte dos nascidos em território nacional passou a estar dependente do facto de os pais serem cidadãos portugueses ou, no caso de se tratar de filhos de cidadãos estrangeiros, de os pais residirem legalmente em Portugal há mais de seis anos. Para Esteves (1991), esta mudança na definição dos critérios para a aquisição da nacionalidade constituía uma resposta ao medo nacionalista, alimentado pelos crescentes influxos de migrantes decorrentes da descolonização. Por outro lado, o novo dispositivo legal viria a facilitar a reaquisição ou aquisição da nacionalidade aos emigrantes portugueses e aos seus descendentes a viver no estrangeiro. Além disso, a possibilidade da obtenção da dupla nacionalidade favorecia, igualmente, as populações emigrantes que tinham, entretanto, adquirido uma outra nacionalidade e, como tal, haviam perdido a nacionalidade portuguesa. Esta maior sensibilidade relativamente às comunidades portuguesas emigrantes sublinhava uma importante mudança ideológica na conceção da identidade nacional portuguesa.

Na década de oitenta, as representações oficiais da nação tornaram-se cada vez mais associadas à conceção da nação como uma comunidade imaginada de descendentes que transcendia as fronteiras territoriais. Direitos especiais, privilégios e a criação de canais institucionais para a participação plena dos emigrantes portugueses e dos seus descendentes na sociedade portuguesa visavam o fortalecimento dos laços económicos, culturais e étnicos entre Portugal e as suas comunidades no estrangeiro. 9 A conceção de Portugal como uma "nação de comunidades" (Aguiar, 1999: 19) traduzia, assim, um novo imaginário da nação, no qual os emigrantes portugueses se tornaram um elemento constitutivo da maior importância na construção da sociedade portuguesa pós-colonial.

Após, aproximadamente, uma década, em 1994, a alteração da Lei de Nacionalidade (Lei nº 25/94) viria a introduzir mudanças significativas, reforçando a restrição dos estrangeiros à nacionalidade portuguesa. Desde 1981, a atribuição da cidadania portuguesa tendia a favorecer um regime de ius sanguinis. Este regime viria a ser reforçado na nova legislação, dificultando substancialmente a aquisição da nacionalidade portuguesa a cidadãos estrangeiros. Além dos reguisitos de residência para obtenção da nacionalidade terem sido alargados de seis para dez anos para os cidadãos estrangeiros, excetuando os cidadãos dos PALOP, a aquisição da nacionalidade através do casamento deixou de ser automática. Em vez disso, a naturalização só poderia ser concedida após pelo menos três anos de matrimónio. Por outro lado, a nova Lei de Nacionalidade viria a introduzir, pela primeira vez, o requisito adicional da existência de "uma ligação efetiva à comunidade nacional", aferido através da prova de conhecimento da língua portuguesa, dos valores e da cultura portuguesa, bem como do envolvimento efetivo na sociedade civil.

A par da aquisição da cidadania europeia decorrente da adesão de Portugal à União Europeia, é constituída, em 1996, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A constituição desta comunidade favoreceu, igualmente, um espaço político de debate das questões da imigração, identidade e direitos de cidadania. Os seus objetivos principais norteavam-se pela construção de uma identidade lusófona transnacional e a criação de uma "cidadania lusófona", baseada em direitos de cidadania alargados para os nacionais de países de língua oficial portuguesa (Aguiar, 1998; Leitão, 1998). O desdobramento de espaços múltiplos de pertença lusófona traduziu-se em relações preferenciais com os países da CPLP, com impacto direto no acesso à cidadania portuguesa por parte dos cidadãos dos PALOP e do Brasil.

É já nos meados do primeiro decénio de 2000 que assistimos à promulgação da nova Lei de Nacionalidade (Lei Orgânica nº 2/2006), que altera substancialmente os requisitos de atribuição de nacionalidade, reforçando o regime de ius solis, ao mesmo tempo que permite, pela primeira vez, o alargamento dos direitos de

Ver Aguiar, 1999; Bretell, 1986; Rocha-Trindade, 1995.

nacionalidade às segunda e terceira gerações de imigrantes, muitos dos quais já nascidos em território nacional. Na prática a nova Lei de Nacionalidade permitiria a atribuição de direitos de cidadania a um número considerável de imigrantes e seus descendentes, muitos deles já nascidos em Portugal, constituindo um importante veículo de integração de populações imigrantes no tecido social e político português (Malheiros e Horta, 2008; Horta e White, 2009). No tocante às comunidades portuquesas residentes no estrangeiro, o novo quadro legislativo permitiu, ainda, uma maior acessibilidade à naturalização e à aquisição da nacionalidade portuguesa às segundas gerações de portugueses a residir no estrangeiro.

Decorrente da nova Lei de Nacionalidade regista-se um aumento exponencial de naturalizações, que quadruplicaram entre 2004 (5 669) e 2008 (24 247), verificando-se em 2010 uma ligeira descida (17 376). As comunidades mais representadas foram as oriundas dos PALOP e do Brasil, evidenciando-se, nos últimos anos, um crescimento dos pedidos de nacionalidade portuguesa por parte das populações imigrantes da Europa de Leste (SEF, 2010).

Presentemente, segundo os dados do Migrant Integration Policy Index (MIPEX II, 2007, em particular, o MIPEX III, 2011)¹⁰, Portugal está colocado numa posição cimeira no que respeita o acesso à nacionalidade, sendo considerado como o país com a política mais liberal e inclusiva entre os 31 países analisados, no contexto Europeu e na América do Norte.¹¹ A liberalização do acesso à nacionalidade portuquesa traz para o centro do debate a relação estreita entre o acesso à cidadania e a integração das comunidades imigrantes. Como escreve Healy (2011: 139), "para os 'novos portugueses' poderem ser cidadãos plenos de direitos, as políticas de integração e de anti-racismo do Governo têm um papel fundamental. Em suma, o processo de integração de um imigrante em Portugal não chega ao seu fim com a aquisição da nacionalidade portuguesa". Neste sentido, o acesso à nacionalidade revela-se, sobretudo, como um veículo de integração e não tanto como o culminar de um processo de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

3.2. Integração: do *Laissez-Faire* à Interculturalidade

Na Europa, a realidade migratória tem sido, ao longo dos tempos, um fator de mudança e de desenvolvimento. Contudo, as respostas institucionais aos novos padrões migratórios no contexto europeu, em particular no que respeita à integração das comunidades migrantes, têm-se configurado de forma muito diversificada. Ao analisar as políticas de integração, Castles (1995) sugere uma tipologia que se estrutura a partir de três principais modelos de integração. O primeiro reporta-se ao "modelo de exclusão diferencial", associado a países como a Alemanha, Áustria e

¹⁰ O Migrant Integration Policy Index/MIPEX pretende avaliar e comparar as políticas de integração de 31 países (Europa e América do Norte), considerando os seguintes indicadores: acesso ao mercado de traba-Iho, reagrupamento familiar, educação, residência de longa duração, participação política, aquisição de nacionalidade e antidiscriminação.

Ver MIPEX III disponível online: (http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&s id=2850

Suíça. Os seus aspetos essenciais incluem um sistema de "trabalhador convidado" altamente exclusivo em termos de cidadania, direitos sociais e políticos. O segundo refere-se ao "modelo de assimilação", exemplificado por países como a França e, até certo ponto, pelo Reino Unido. Neste modelo, espera-se que os imigrantes assimilem os valores, normas, códigos e práticas sociais da sociedade de acolhimento. Este processo de assimilação cultural, social e política constitui um requisito fundamental para a atribuição da cidadania. Contudo, Castles sublinha a tensão entre a "inclusão formal" e a "exclusão estrutural", o que significa que, em certos contextos, embora os imigrantes possam gozar de plenos direitos de cidadania, a marginalização, a exclusão social e o racismo têm vindo a acentuar-se em relação às comunidades étnicas imigrantes. O terceiro modelo diz respeito ao modelo pluralista das relações étnicas nos E.U.A., Canadá e Austrália. Nestes países, o multiculturalismo constituise como uma política oficial que norteia a atuação do Estado no que respeita às políticas públicas dirigidas às comunidades étnicas e imigrantes. Embora as políticas dominantes em alguns países exemplifiquem melhor um modelo específico, isso não implica necessariamente que estejamos perante uma tipologia rígida. Pelo contrário, cada país tende a combinar uma variedade de dimensões de diferentes modelos.

No contexto português, e tomando como ponto de partida a tipologia proposta por Castles (1995), passamos a traçar a evolução das políticas de integração evidenciando três principais fases.

A primeira fase iniciou-se em 1974 e estende-se até ao final da década de oitenta. Durante este período, Portugal, tal como outros países do sul da Europa, que se tornaram países de destino das migrações internacionais, tendeu a adotar uma política de laissez-faire face às novas realidades imigratórias (Kubat, 1993). Ainda que a entrada, permanência e saída de estrangeiros tivesse sido, pela primeira vez, objeto de regulação em 1981 (Decreto-Lei nº 264-B/81), a ausência de um quadro legal e institucional de políticas imigratórias de integração teria como principal consequência a despolitização da imigração e da etnicidade em Portugal (Machado, 1993). A falta de uma política de imigração e a ausência de um debate político sobre a imigração tendeu a marginalizar do espaço social e político as populações imigrantes recém-chegadas, que viriam a consolidar a sua posição e a ganhar particular expressão nas duas décadas seguintes.

Esta tendência de invisibilidade política dos imigrantes inverteu-se, substancialmente, nos princípios dos anos noventa, quando passamos a assistir à crescente politização do fenómeno imigratório em Portugal. De facto, a década de noventa constitui um importante ponto de viragem na gestão da realidade imigratória, correspondendo a uma segunda fase na evolução das políticas de integração, marcada pela implementação de quadros legislativos e pela constituição de estruturas institucionais especialmente dirigidas aos imigrantes.

Este novo quadro político e social da imigração surge num contexto de grandes mudanças ocorridas a nível nacional e internacional. A nível nacional, o aumento exponencial das populações imigrantes (muitas destas em situação ilegal); a crescente politização do movimento associativo imigrante; a emergência de plataformas e redes da sociedade civil; o papel da Obra Católica Portuguesa das Migrações, organizações não-governamentais e comunidade científica; bem como a adesão de Portugal à União Europeia, contribuíram para a efetiva inserção da imigração no quadro político e social em Portugal. A nível internacional, no contexto da União Europeia, o esforço na harmonização de políticas migratórias traduziu-se no Acordo de Schengen e na Convenção de Dublin (junho, 1990), visando uma estrutura comum para as políticas de imigração nos países membros. O enfoque nos direitos de cidadania e na integração das populações imigrantes teve importantes repercussões na regulação dos fluxos, bem como na formulação de medidas de integração em Portugal.

No tocante à regulação dos fluxos imigratórios, durante a década de noventa, o quadro legislativo visou a implementação de períodos de regularização extraordinária de imigrantes em 1992 (Lei nº 212/92, de 12 de outubro) e em 1996 (Lei nº 17/96, de 24 de maio), bem como a introdução de novos instrumentos de regulação dos fluxos (Decreto-Lei nº 59/93 de 3 de março; Decreto-Lei nº 244/98 de 8 de agosto). A implementação destes dispositivos legais evidenciava um esforço de harmonização e de convergência da política portuguesa de imigração à política europeia de "Europa Fortaleza", apostada no combate à imigração ilegal, bem como no controlo dos novos influxos migratórios, em particular de cidadãos de países terceiros. 12 Por outro lado, a integração de comunidades étnicas migrantes ganhou, na década de noventa, uma centralidade sem precedentes na agenda política europeia, obrigando à adoção de medidas concretas de inclusão social destas populações no espaço europeu (Martiniello, 1995; Wihtol de Wenden, 1994).

Nos princípios dos anos noventa, a presença de milhares de imigrantes em situação irregular e a viver em condições muito precárias ganha especial visibilidade social e política. Face à ausência de políticas dirigidas às comunidades imigrantes, são, neste primeiro momento, as organizações da sociedade civil os principais protagonistas das ações de mobilização e de reivindicação dos direitos dos imigrantes. De particular importância é a criação, em 1991, do Secretariado Coordenador das Associações para a Legalização (SCAL). Este Secretariado, apoiado por uma extensa rede de organizações da sociedade civil, a destacar as associações de imigrantes, centrais sindicais, o Conselho Português para os Refugiados, o Conselho Portuquês das Igrejas Cristãs, a Obra Católica Portuguesa das Migrações, bem como

O Decreto-Lei 244/98 estabelecia novas diretivas na regulação da entrada e residência de estrangeiros no país. Segundo a lei, as novas medidas tiveram por base "a necessidade urgente para ajustar a legislação atual às normas e medidas que têm sido adotadas pelas convenções internacionais, das quais Portugal é um Estado signatário, nomeadamente como membro da União Europeia e parceiro no Tratado de Schengen" (Decreto-Lei 244/98, p.5). Um enfoque na reunificação familiar, a criminalização da imigração ilegal e a nova provisão para o regresso voluntário em caso de expulsão, foram algumas das medidas especiais introduzidas na nova legislação. Contudo, em relação à entrada de estrangeiros de "Países Terceiros", as novas regras reforçaram um controlo mais rigoroso das entradas e permanência destes cidadãos no país.

várias municipalidades, desempenhou um papel fundamental nos processos de decisão no âmbito do Ministério da Administração Interna e dos responsáveis políticos. Por outro lado, a grande capacidade do SCAL na mobilização do movimento associativo imigrante, em rápido desenvolvimento, assim como de outros parceiros sociais, foi determinante para a criação de dispositivos legais de integração das comunidades imigrantes, sendo de especial importância a implementação de períodos de regularização extraordinária de imigrantes (1992 e 1996). Ao longo dos anos, o SCAL e, mais tarde, já em 2002, as ações do Secretariado Coordenador de Associações de Imigrantes/SCAI visaram, sobretudo, a legalização, a integração e a participação cidadã dos imigrantes na sociedade portuguesa.¹³

A nível político-institucional, a gestão da nova realidade imigratória centravase, sobretudo, na regulação dos fluxos migratórios e na implementação de um conjunto de medidas pontuais e de natureza mais reactiva que proactiva, não existindo, de facto, uma verdadeira política de integração. O discurso oficial então produzido tendia a colocar o ónus da integração nos imigrantes, veiculando estratégias pró-assimilacionistas, associadas a um discurso securitário sobre a imigração, alinhado com o paradigma dominante da "Europa Fortaleza" (Horta, 2008).

Por outro lado, é nos princípios da década de 90 que começam a surgir os primeiros programas e estruturas institucionais dirigidos aos imigrantes, como é o caso da criação em 1993 do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/Entreculturas e do lançamento do Projeto de Educação Intercultural, bem como da Comissão Interdepartamental para a Integração dos Imigrantes e Minorias Étnicas, cujos objetivos visavam a implementação de medidas de combate a sentimentos xenófobos e discriminação, bem como a promoção de programas de formação profissional das comunidades imigrantes desfavorecidas.

Importa, ainda, sublinhar a criação do Programa Especial de Realojamento (PER) em 1993, que visava a erradicação dos bairros de barracas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto até ao ano 2000, contemplando todos os residentes independentemente do seu estatuto jurídico (nacionais ou imigrantes, legais ou em situação irregular).

A nível local, começa-se, igualmente, a assistir a um novo protagonismo dos municípios nos assuntos da imigração, com a constituição de conselhos municipais consultivos, dirigidos às comunidades imigrantes, como é o caso do Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas, constituído em Lisboa, em 1993. ¹⁴ A

Para uma análise pormenorizada da intervenção da Obra Católica Portuguesa das Migrações/OCPM ver Pedro, Rui, 2010 "A Obra Católica Portuguesa das Migrações e o Movimento Associativo Imigrante em Portugal. Percursos e Desafios in *Revista Migrações*, nº 6, Abril 2010. Número Temático Associativismo Imigrante, pp.163-186.

O Conselho funcionava como uma comissão de aconselhamento, constituído por técnicos e responsáveis políticos da Câmara, assim como por representantes de associações de imigrantes. Os seus objetivos principais eram, primeiro, promover a participação política das comunidades imigrantes no processo de tomada de decisão; segundo, promover os valores culturais dos imigrantes; e, finalmente, a promoção de um "diálogo intercultural".

criação de canais institucionais para a participação das comunidades migrantes a nível local foi seguida por outras duas municipalidades na periferia de Lisboa, como é o caso do Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes, na Amadora, em 1995, e do Gabinete para os Assuntos Religiosos e Sociais Específicos (GARSE), no concelho de Loures. Já no novo milénio viríamos a assistir à constituição de estruturas institucionais similares às anteriormente criadas, como é o caso do Gabinete de Apoio aos Imigrantes e Minorias Étnicas, estabelecido no concelho de Santarém, em 2002, e do Conselho Municipal das Comunidades do Porto, criado em 2005, e que se constitui como um órgão consultivo para as comunidades imigrantes.

A partir dos meados da década de noventa, as respostas políticas e institucionais à imigração ganham uma nova dinâmica, com a nomeação, pelo governo socialista, em 1995, do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas/ACIME (Decreto-Lei nº 3-A/96). O ACIME, sob a dependência direta do Primeiro-Ministro, tinha como principal objetivo a conceção e implementação de políticas de integração das populações imigrantes.15

A partir de 1996, verifica-se um alargamento considerável dos direitos sociais e políticos das populações imigrantes. 16 Na esfera política, o direito de voto e de ser eleito nas eleições municipais (Decreto-Lei nº 36/96) foi, igualmente, concedido às comunidades migrantes. 17 Além da atribuição do direito de voto aos imigrantes, são criadas novos canais de participação política, sendo exemplo disso a constituição do Conselho Consultivo para a Imigração/COCAI (Decreto-Lei nº39/98), a funcionar sob os auspícios do ACIME. O COCAI, constituído por responsáveis políticos e representantes sindicais, assim como por representantes das organizações de imigrantes, tinha como principais objetivos a participação das associações de imigrantes no processo de "decisão das políticas de integração social e de combate à exclusão" (arto 6; ACIME, Boletim nº17, janeiro, 1998). O reforço da participação das associações de imigrantes no quadro político português traduziu-se, igualmente, na implementação de dois principais dispositivos legais, o Regime Jurídico das Associações de Imigrantes (Decreto-Lei nº 115/99) e o Regime Jurídico das Associações (Decreto-Lei n° 75/2000).

Com base em acordos recíprocos, o direito de voto e de elegibilidade foi concedido a cidadãos da União Europeia, assim como a nacionais de Cabo Verde, Brasil, Peru e Uruguai, Argentina, Noruega e Israel (Boletins ACIME, setembro a dezembro, 1996).

A promoção de um diálogo interministerial na implementação de políticas de imigração setoriais (habitação, educação, e emprego); o alargamento dos direitos sociais e políticos às populações imigrantes e étnicas; e a promulgação de um conjunto de medidas para combater o racismo, a discriminação e a xenofobia, constituíram as principais áreas de intervenção do Gabinete do Alto Comissário.

No que respeita aos benefícios sociais, as populações imigrantes a residir legalmente no país passaram a usufruir de direitos sociais até então reservados somente à população autóctone. A título exemplificativo, alguns deles foram o rendimento mínimo, benefícios da Segurança Social e cobertura médica e hospitalar. Além disso, relativamente à legislação laboral, o Decreto-Lei nº 199/97 conferiu um conjunto de direitos aos imigrantes. A nova legislação revogou o anterior Decreto-Lei nº 87/77, que impunha uma quota de 90% de trabalhadores portugueses nas empresas com mais de cinco trabalhadores. De igual importância foi a introdução de uma provisão para a igualdade de tratamento entre trabalhadores imigrantes e portugueses, visando o combate à discriminação no local de trabalho e à exclusão social.

Já nos finais da década de noventa, no âmbito da defesa da igualdade de direitos entre estrangeiros e nacionais, é promulgada a Lei 134/99, que visa a prevenção e o combate à discriminação em função da cor, nacionalidade ou origem étnica. Este mesmo diploma cria, junto do ACIME, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, cujo funcionamento só se viria a efetivar com a promulgação da Lei nº 111/2000, de 4 de julho.

Em suma, a partir dos meados dos anos noventa verifica-se uma tendência para a implementação de medidas legislativas e para a criação de estruturas institucionais com uma orientação política mais inclusiva face à realidade imigratória. Esta viragem, protagonizada pelo poder central, pretendeu criar um modelo de gestão consensual e alargado aos diversos parceiros sociais, sendo as associações de imigrantes um interlocutor privilegiado no processo de auscultação política. Esta nova orientação política, de cariz mais pluralista, viria a conhecer novas e importantes mudanças na década seguinte.

A terceira fase das políticas de integração inicia-se nos princípios do novo milénio e prolonga-se até ao presente. Durante este período, a adoção de uma política migratória viria a privilegiar a integração e o alargamento dos direitos de cidadania às comunidades imigrantes e o diálogo intercultural. De particular importância é a regularização das populações imigrantes a residir no país em situação irregular. Entre 2001 e 2004, um conjunto de novos dispositivos legais de regularização extraordinária são implementados, permitindo a legalização de milhares de imigrantes (Decreto-Lei nº 4/2001; Decreto-Lei nº 40/2003, de 19 de setembro; Decreto Regulamentar nº 6/2004). A par destas alterações legislativas, o quadro legal que estabelece as condições de entrada e permanência de cidadãos estrangeiros viria a ser, igualmente, objeto de alterações (Decreto-Lei nº 34/2003; Decreto-Lei nº 23/2007). Embora a análise do impacto destes quadros legislativos transcenda o objetivo deste trabalho, importa sublinhar a preocupação do legislador em criar dispositivos legais que potenciem uma maior articulação entre a regulação dos fluxos e a integração dos imigrantes, o que é, especialmente, evidente no Decreto-Lei nº 23/2007, ao introduzir o estatuto de residente de longa duração, que confere aos seus titulares igualdade de direitos face aos nacionais (art.º 133). Outro domínio que mereceu especial atenção prende-se com a adoção de medidas que potenciam a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, ao garantirem o reconhecimento das qualificações e habilitações obtidas no estrangeiro (Decreto-Lei nº 341/2007 e Decreto-Lei nº 396/2007). De igual modo, o reagrupamento familiar (Decreto-Lei nº 1563/2007) foi objeto de significativas alterações com o estabelecimento de condições favoráveis aos titulares, tendo subjacente o reconhecimento da família como um elemento de particular importância para o sucesso da integração dos imigrantes. A introdução destas novas medidas legislativas constitui, igualmente, uma resposta por parte do Estado português às diretivas da Comissão Europeia (2003/86/CE e 2003/109/CE, respetivamente).

No tocante às políticas de integração, na primeira década do novo milénio verificase a consolidação e o alargamento das estruturas institucionais dirigidas às populações imigrantes. A criação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - ACIME (Decreto-Lei 251/2002, de 22 de novembro), orgão consultivo do Governo responsável pelas políticas de integração, na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, é o principal marco. Este veio a ser, posteriormente, designado como Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI I.P.). Além das múltiplas e diversificadas áreas de intervenção social e cultural deste órgão, importa realçar a criação da rede nacional de informação ao imigrante, implementada através da constituição de Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), o apoio ao movimento associativo imigrante e a criação do Observatório da Imigração.

No âmbito deste trabalho importa referir quatro principais vertentes que se afiguram de particular importância para as políticas de integração das populações imigrantes.

A primeira dimensão diz respeito à implementação de uma política de integração de proximidade, sendo o seu principal instrumento a criação da rede nacional dos CLAII, que conta, presentemente, com um total de 87 gabinetes de acolhimento a funcionar em todo o território nacional. A proximidade às comunidades imigrantes; a articulação com o tecido institucional, potenciando sinergias e recursos; o incentivo às parcerias com entidades oficiais e da sociedade civil local, bem como a sua pertença a uma rede nacional de estruturas similares, têm sido fatores determinantes para a implementação continuada de programas de integração e de interculturalidade a nível local.18

A segunda dimensão reporta-se à implementação de um outro instrumento político, de carácter pioneiro e de particular importância no quadro político migratório, os Planos para a Integração de Imigrantes/PII (2007-2009; 2010-2013). Tendo como principais objetivos a integração e gestão da diversidade cultural, bem como a coesão social, os PII apresentam um conjunto de medidas de intervenção transversais a múltiplos domínios (nacionalidade, habitação, trabalho, educação, discriminação, informação e sensibilização, associativismo imigrante). A implementação destes instrumentos tem sido acompanhada por um discurso oficial que veicula uma política de integração fundada nos pressupostos dos direitos de cidadania para todos, da interculturalidade, da interação positiva entre populações culturalmente diversificadas e da coesão social.

A terceira vertente aponta para o reforço do apoio institucional a nível do movimento associativo imigrante, com a criação em 2004 do Gabinete de Apoio Técnico às Associações Imigrantes/GATAI. A missão do GATAI integra-se numa estratégia

A este propósito ver Malheiros, J. (orq.), 2011, Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Manual para Técnicos/as. ACIDI I.P.

mais abrangente de políticas de integração protagonizado pelo ACIDI I.P., visando a promoção da participação cívica dos imigrantes e dos seus descendentes. O apoio financeiro e técnico, bem como a mobilização dos imigrantes para a participação ativa em entidades púbicas e privadas e em organizações da sociedade civil, constituem princípios orientadores das ações de intervenção do GATAI.

Por último, a constituição do Observatório da Imigração permitiu a participação ativa e continuada de académicos, investigadores e especialistas no quadro político nacional. O incentivo e a valorização da investigação científica no domínio da imigração tem potenciado a visibilidade do fenómeno imigratório, quer a nível nacional quer a nível internacional. Por outro lado, o envolvimento da comunidade científica nos processos de decisão política, quer na conceção, implementação e avaliação de programas de integração social, quer na participação em órgãos consultivos, quer junto à opinião pública, abre um novo campo de intervenção e de mediação no sistema político português.

A par da consolidação e expansão institucional do ACIDI I.P., importa, ainda, referir a implementação de vários programas de integração, como é o caso do Projeto "Escolhas – 4ª Geração" (ACIDI I.P.); "Portugal Acolhe" (promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissiona/IEFP); e "Português para Todos" (PTT). Este último visou, em particular, a oferta de cursos de iniciação de língua portuguesa gratuitos, o que isenta os estudantes que concluíram o curso com sucesso de realizarem o teste de língua portuguesa requisito obrigatório para a obtenção da cidadania portuquesa.

Por outro lado, assiste-se, igualmente, à emergência de novas redes e plataformas da sociedade civil, como é o caso da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal/PERCIP (2006), bem como à consolidação de outras redes e fóruns da sociedade civil diretamente ligadas às questões imigratórias, que têm vindo a desempenhar um papel fundamental na criação e desenvolvimento de espaços alargados de participação cívica e cidadã (Rede Anti-Racista; Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes/PPAII; Fórum de Organizações Católicas para a Imigração e Asilo /FORCIM; Comissão para a Ratificação da Convenção Internacional da ONU para a Proteção dos Direitos dos Trabalhos Migrantes e Membros de suas Famílias; e Serviço Jesuíta dos Refugiados, citando a título de exemplo).

Em síntese, ao longo da última década, a implementação de medidas de integração em vários domínios tem sido decisiva para uma maior inserção das populações imigrantes. Segundo o MIPEX III (2011), Portugal surge em segundo lugar, logo a seguir à Suécia, como sendo o país com as melhores práticas de integração dos imigrantes. No cômputo geral, Portugal surge numa posição cimeira no que respeita ao acesso à nacionalidade, considerado como o país que melhor promove a sua aquisição. Boas práticas são igualmente evidenciadas no que respeita ao estatuto de longa duração, reagrupamento familiar e acesso ao mercado de trabalho. Relativamente a esta última área de intervenção, "Portugal foi o país que mais progresso registou em termos de respostas à situação laboral específica dos imigrantes" (MIPEX III: 28), registando, ao contrário de outros países, uma melhor abertura ao reconhecimento de qualificações. Por outro lado, foi nas áreas da educação, da participação política e da antidiscriminação que se verificaram os valores mais baixos.

4. Considerações Finais

Na década de noventa e na viragem do milénio, Portugal consolida-se como um país de imigração, sem nunca ter deixado de ser um país de emigração. As respostas políticas e institucionais face à nova realidade imigratória têm sido múltiplas e diversificadas, apresentando, ao longo das últimas três décadas, continuidades e descontinuidades. Como atrás referimos, as políticas de regulação de fluxos migratórios e de integração das comunidades imigrantes têm sofrido mudanças significativas. Nos anos 80 do século passado, a política dominante de laissez-faire implicou a marginalização social e política dos imigrantes, negando-lhes o acesso aos direitos de cidadania e à participação efetiva na sociedade portuguesa. Esta tendência viria a inverter-se nos anos noventa. A forte mobilização da sociedade civil, protagonizada por plataformas e fóruns que congregam associações de imigrantes, ONG, sindicatos, Igreja Católica, com especial relevo para a Obra Católica Portuguesa das Migrações, académicos, políticos, líderes e ativistas sociais, torna-se fundamental para a inclusão das questões da imigração na agenda política. Face à inexistência de respostas políticas dirigidas às novas populações imigrantes, as ações bottom-up constituem importantes espaços de articulação das reivindicações das populações imigrantes e de pressão política. Contudo, até 1995, os assuntos da imigração reduziram-se, essencialmente, à gestão da regulação dos fluxos migratórios liderada pelo Ministério da Administração Interna. A partir dos meados da década de noventa assiste-se a um processo de institucionalização da imigração, com a criação de novas estruturas oficiais (ACIME/COCAI) responsáveis pelas políticas de integração das comunidades imigrantes. Ao invés do discurso pró-assimilacionista dos anos anteriores, o discurso oficial sobre a nova realidade imigratória ganha novos contornos, articulando, pela primeira vez, a imigração com os direitos de cidadania. É, igualmente, neste período que se verifica a atribuição de um conjunto alargado de direitos sociais e políticos aos imigrantes. Ainda assim, dificilmente poderemos identificar a existência de uma política migratória concertada. A nível da regulação dos fluxos, e tal como em outros países do sul da Europa, deparamo-nos com um conjunto de medidas avulsas e pontuais de natureza reativa face à realidade imigratória, sendo exemplo disso os sucessivos períodos de regularização extraordinária de imigrantes em situação irregular. No tocante à integração, a criação de novos espaços de decisão política foi de crucial importância para a reconfiguração dos processos de inserção das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa. No entanto, importa sublinhar a desarticulação entre a regulação de fluxos imigratórios e as medidas de integração. Ou seja, a presença e a

manutenção de vastos segmentos da população imigrante em situação irregular constituiu um imenso desafio à implementação de medidas de integração norteadas pelo princípio da igualdade de direitos para todos.

Na última década, assiste-se a uma nova orientação política que tem vindo a conjugar a regulação de fluxos com políticas de integração e de acesso à cidadania. Neste novo campo de políticas imigratórias merece destaque a liberalização da atribuição dos direitos sociais e políticos de cidadania; o acesso à nacionalidade como instrumento de integração; a implementação de boas práticas na regulação dos fluxos imigratórios; e a adoção de medidas de integração envolvendo diferentes escalas de governação (poder central e local e sociedade civil). A par disto, a consolidação e o desenvolvimento de novas estruturas institucionais formais têm vindo a reconfigurar os processos de decisão política. Ainda que a tendência na gestão da imigração tenha vindo a incidir em estratégias top-down, dominadas pelo Ministério da Administração Interna e pelo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, novos espaços de redes sociais a nível autárquico e de plataformas do terceiro setor envolvendo múltiplos parceiros sociais têm tido um importante e positivo impacto nas políticas imigratórias em Portugal.

Numa Europa em que o "pânico" da diversidade ganhou terreno após o 11 de setembro; em que as políticas multiculturais têm vindo a ser minadas por discursos populistas securitários e por políticas pró-assimilacionistas (Zincone, 2011), Portugal tem vindo a adotar um modelo de integração veiculado aos princípios da cidadania para todos, da interculturalidade e da interação positiva entre populações culturalmente diferenciadas.

Os futuros desafios que se colocam às políticas de imigração em Portugal são múltiplos. Ao contexto nacional de rápidas mudanças nos fluxos de entrada e de saída, precipitadas pela crise económica e financeira com que o país se defronta, juntam-se necessariamente, no contexto internacional, as orientações políticas da União Europeia, bem como as respostas políticas e institucionais de outros países. Neste complexo puzzle político e social, o "direito a ter direitos" (Hannah Arendt) ganha especial pertinência.

Referências bibliográficas

- Aguiar, M., "Comunidades Lusófonas. Migrações e Cidadania", Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos. M.B. Rocha-Trindade (ed.). Lisboa: Publicações Europa América, 1998.
- Aguiar, M., Portugal, O País das Migrações sem Fim, Lisboa, Cabográfica, 1999.
- Baganha, M. I.. "Portuguese Emigration After World War II", Modern Portugal. A. Costa Pinto (orgs..), Palo Alto: The Society for the Promotion of Science e Scholarship, 1998.
- Baganha, M. I.. "Cada Sul o seu Norte: Dinâmicas Migratórias em Portugal", Globalização – Fatalidade ou Utopia?, Boaventura Sousa Santos (ed.), Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 135-156.

- Baganha, M. I. e J. Peixoto, 1994. "Trends in the '90s: The Portuguese Migratory Experience", Cost A2 Workshop - Immigration in Southern Europe, Coimbra, Portugal.
- Bauböck, R., B. Perchinig & W. Sievers (orgs.), Citizenship in the New Europe, IMISCOE Research Series, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2007.
- Bretell, C., Men who Migrate, Women Who Wait, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1986.
- Bruquetas-Callejo et al., "The Case of Spain", Zincone et. al (orgs.), Migration Policymaking in Europe, IMISCOE Research Series, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2011, pp. 291-326.
- Castles, Stephen. "How nation-states respond to immigration and ethnic diversity", New Community 21(3), 1995, pp. 293-308.
- Esteves, Maria do Céu. (ed.). 1991. "Portugal País de Imigração". Cadernos IED Vol.22. Lisboa: IED — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Ferrão, J., "Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico", A Situação Social em Portugal, 1960-1995. António Barreto et al. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- Healy, Claire, A Cidadania Portuguesa. A Nova Lei da Nacionalidade de 2006. Coleção Estudos OI, nº 45, Lisboa, ACIDI I.P., 2011.
- Horta, A. P. B., A Construção da Alteridade: Nacionalidade, Políticas de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-colonial, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- Horta, A. P. B. e P. White, "Post-colonial migration and citizenship regimes: a comparison of Portugal and the UK", Revista Migrações, Vol. 4: 33-57, 2009, Lisboa, ACIDI I.P.
- Joppke, J., "Dual Citizenship and Transnationalism in Europe", Canadian Diversité. Volume 6:4 Fall. Citizenship in the 21st Century.International Approaches, 2008, pp. 21-23.
- Kubat, D. (ed.), The Politics of Migration Policies. Staten Isle: The Center for Migration Studies of New York, 1993.
- Leitão, J., 1998. "Génese e Dinâmica da Cidadania Lusófona", Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos, M.B. Rocha-Trindade (org.), Lisboa, Publicações Europa-América.
- Lopes, P., Portugal: Holograma da Mobilidade Humana. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1999.
- Machado, F., "Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização", Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX – XX). Algés, Edições Fragmentos, 1993, pp. 407-414.
- Machado, F., "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", Sociologia Problemas e Práticas, 24, 1997, pp. 9-44.

- Malheiros, J, Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Manual para Técnicos/as, Lisboa, ACID I.P., 2011.
- Malheiros, J. e A. P. B. Horta, "Citizenship and Integration Policies in Portugal: An overview of recent immigration to Portugal", Canadian Diversité. Volume 6:4 Fall. Citizenship in the 21st Century. International Approaches, 2008, pp. 107-109.
- Martiniello, M., "European citizenship, European Identity e Immigrants: towards the post-national state?" Migration e European Integration. Miles, R. e D. Thranhardt (orgs.), London, Pinter Publishers, 1995.
- OCPM. Fórum Migrações: Entre a Emigração e a Imigração, 2012.
- Pedro, Rui, "A Obra Católica Portuguesa das Migrações e o Movimento Associativo Imigrante em Portugal. Percursos e Desafios, Revista Migrações, nº 6, Abril, Número Temático Associativismo Imigrante, A.P.B Horta (org.), 2010, pp.163-186.
- Peixoto, J. et al., O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas, Lisboa, ACIME/OI, 2005.
- Peixoto, J. e J. Iorio, Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Retorno, Regulação ou Resistência?, Cascais, Editora Principia, 2011.
- Pires, R. P. (ed.), "Os Retornados, um estudo sociográfico" in Cadernos IED, nº 14. Lisboa: IED, 1987.
- Rocha-Trindade, M.B. (org.), Manual de Sociologia das Migrações, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) Relatório Estatístico Anual e Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, vários anos.
- Triandafyllidou, A, "Greek Immigration Policy at the Turn of the 21st Century, European Journal of Migration and Law, Vol. 11, n° 2, 2009, pp. 159-177.
- Valente Rosa, M.J., Hugo Seabra e Tiago Santos, Contributo dos "Imigrantes na Demografia Portuguesa", Lisboa, ACIDI/OI, 2003.
- Waldrauch, H et. al, Acquisition and Loss of Nationality. Policies and Trends in 15 European Countries, IMISCOE Research Series, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2008.
- Weinstock, D., "The Theory and Practice of Citizenship in the 21st Century: A Few International Trends", Canadian Diversité. Volume 6:4 Fall. Citizenship in the 21st Century. International Approaches, 2008, pp. 3-7.
- Wihtol de Wenden, C. "Immigrants as political actors in France" in West European Politics Vol. 17 (2), 1994, pp.91-109.
- Zincone, G., et. al (orgs.), Migration Policymaking in Europe, IMISCOE Research., Amsterdam University Press, 2011.
- Zincone, G., "Comparing the Making of Migration Policies", Zincone et. al (orgs.), Migration Policymaking in Europe, IMISCOE Research., Amsterdam University Press, 2011, pp. 377-442.





O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses

Augusto Nascimento 1

Resumo

Neste texto, a partir de uma visão sumária da história do arquipélago de São Tomé e Príncipe, aborda-se a relativamente recente emigração de são-tomenses. Citam-se não apenas variáveis demográficas, mas também o arraigamento social de representações sobre as possibilidades e as (des)vantagens da emigração, da qual, até à independência, os são-tomenses por regra se alheavam. Após a independência, as mudanças políticas, económicas e sociais alteraram radicalmente a (des)valorização da emigração. Procurada enquanto solução para as dificuldades da vida, a emigração veio a dar origem a núcleos importantes de são-tomenses em vários países. A presente conjuntura política e a amplitude da emigração sugerem a constituição de uma diáspora são-tomense, a qual ensaia dialogar com um poder político nem sempre recetivo às mensagens do exterior.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, história da emigração, diáspora são-tomense

A relação entre a história das ilhas, por um lado, e a migração e a diáspora são-tomenses, por outro, afigura-se singular na medida em que, diferentemente, por exemplo, de Cabo Verde, a emigração não só é recente como até meados de Novecentos a emigração se afiguraria uma trajetória inimaginável para a esmagadora maioria dos são-tomenses.

O lastro histórico do arquipélago² pesa na modelação de uma, até há poucos anos, impensável diáspora são-tomense? São Tomé e Príncipe foi uma colónia com algumas especificidades. O século XIX trouxe a recolonização e, com isso, formas de dominação

Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical; colaborador do CEA-ISCTE/IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH/UNL. Contacto: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, R. da Junqueira 30, 3°, 1349-007 Lisboa. Email: anascimento2000@yahoo.com.

Alguns explicarão a recusa dos são-tomenses em emigrar devido ao tráfico de escravos e, também, à observação das condições de vida dos serviçais – equiparados a escravos – nas roças da sua terra. Este ponto merece ponderação. Todavia, tal perceção deve ser referida tanto à apreciação das condições de vida dos serviçais, quanto à relativa segurança e independência de modo de vida dos são-tomenses. Mais, não creio em perceções acerca da emigração deduzidas da imagem da condição degradante do serviçal. Afora isso, se é certo que, no regime monopartidário, os dirigentes cultivaram uma imagem negativa do emigrante, não é líquido que tal tenha enformado a perceção do comum dos são-tomenses que, numa mudança cultural em muito sugerida pelo rumo pós-independência, passaram a aspirar a sair do arquipélago.

típicas do colonialismo moderno, entre elas, a prevalência de barreiras raciais como ordenadoras do tecido económico e das relações sociais. Curiosamente, os moldes de exploração da terra assente na usura de mão de obra importada preservaram os ilhéus numa posição social subalterna mas algo independente e protegida do mando directo dos roceiros. A previsibilidade da vida aferia-se pela rotina moldada pelo imobilismo da terra devotada à monocultura do cacau nas grandes roças. Apesar da determinação por baixo do teto de necessidades, a relativa seguranca de uma vida pobre baseada nos proventos de uma gleba, somados aos dos trabalhos de ocasião ou dos salários, mesmo se baixos, não impelia os são-tomenses a emigrar. Malgrado a marginalidade económica e social a que foram votados ao longo de Novecentos, a sua condição não foi gravosa a ponto de os induzir à emigração. Significativamente, foram os mais qualificados que, por falta de oportunidades nas ilhas ou para não suportar a subalternização na sua terra, emigraram para Angola na primeira metade de Novecentos. Já no terceiro quartel, outros são-tomenses – e, também, cabo-verdianos, antes chegados às ilhas como serviçais – lhes seguiriam os passos.

A experiência mais próxima de emigração com que os são-tomenses contactavam era a do contrato dos serviçais que, até à década de 1950, trabalhavam nas roças e viviam apartados da terra. De acordo com o viés colonialista, nalguma medida comungado pelos ilhéus, a pobreza dos serviçais era explicada em virtude, não da usura do trabalho nas roças, mas da privação extrema nas terras de origem. Fosse como fosse, a pobreza e os demais condicionalismos que impendiam sobre os serviçais assimilavam o contrato a um desterro e não tornavam a ideia de migrar atrativa. Adiantemo-lo, já depois da independência, a despeito da proclamação da igualdade jurídica de todos os africanos, os esquemas de subalternização dos ex-servicais devem ter constituído uma lição, implícita mas nem por isso menos elucidativa, do trunfo da pertença à terra na prescrição de destino para os nativos e para os de fora, diferença em tudo dissonante do palavreado e das intenções políticas de 1975. Subliminarmente, também esta constatação poderia ter laborado para não tornar a emigração aliciante para os são-tomenses³. Porém, os constrangimentos políticos e, sobretudo, a trajetória de empobrecimento das ilhas mudariam radicalmente e, se quisermos, num ápice, a atitude face à emigração. Foi já enquanto cidadãos de uma terra independente que os são-tomenses começaram a emigrar em número crescente.

Retornando ao passado colonial, o arguipélago nunca fora uma colónia de povoamento. Diferentemente do sucedido, por exemplo, em Angola, os colonos não se enraizaram e não adotaram a terra como sua. Num certo sentido, nem sequer seriam imigrantes. Eram agentes do poder económico e político materializado nas roças e na influência destas sobre a ação governativa. Eram funcionários ou assalariados de poderosos interesses económicos e, mesmo quando não eram roceiros, revelavam-se inacessíveis e distantes do tecido social nativo. Por altura do 25 de abril, viveriam nas ilhas os

As diferenças de trajetória de ilhéus e de ex-serviçais nunca foram um assunto abordado, devido aos indisputados dogmas políticos e ideológicos do regime de partido único e à cultura de silêncio prevalecente no arquipélago desde o colonialismo.

primeiros brancos – poucos – que, assumindo-se como portugueses (como sucedia com são-tomenses), se identificariam com a terra.

Apesar de esbatidas nos derradeiros anos do colonialismo, as barreiras raciais tinham moldado o quotidiano nas roças e na exígua cidade de São Tomé, prevenindo, desde logo pelo escrutínio e censura dos comportamentos, a interação social e a miscigenação. Embora culturalmente misto por força de uma aculturação enquadrada por instituições com permanência plurissecular – como a Igreja Católica –, São Tomé e Príncipe não era uma terra de diversidade e, menos ainda, de abertura para o mundo. A presença dos colonos não teve impacto na renovação de costumes.

Todas estas situações começaram a modificar-se nos derradeiros anos do colonialismo, mas não sobrou tempo para alterar significativamente tanto as estruturas sociais quanto as visões prevalecentes sobre o lugar dos são-tomenses no mundo. Aliás, estas foram como que vincadas num sentido conservador pelos dirigentes independentistas, que se diziam progressistas mas cujas noções de empenhamento social e de lealdade política passavam pelo fechamento do novel país ao mundo, refreando o movimento de pessoas tornadas como que património nacional.

Com efeito, neste particular, a independência política não se constituiu como uma rutura. A mudança viria após o falhanço do projeto socialista idealizado pelos independentistas, mormente dos desígnios económicos e sociais subjacentes às políticas implementadas após 1975, parte das quais ampliava as delineadas nos derradeiros anos do colonialismo. Ao passo que a propriedade da terra, entrementes nacionalizada, continuava inacessível aos ex-trabalhadores, a oferta de instrução aos jovens e a melhoria dos indicadores sanitários aumentariam exponencialmente a pressão social para que não existia, antes pelo contrário, o correspondente crescimento económico. Somado à degradação do ambiente político, o empobrecimento empurrou muitos são-tomenses para a cidade e, depois, para a emigração, sugerida também pela expatriação para efeitos de formação universitária e, dir-se-ia, pelas deserções de governantes.

Em suma, durante o colonialismo moderno, São Tomé e Príncipe pareceu desmentir a tendência observável em microespaços insulares para a expatriação dos seus nativos, por regra relacionada com as dificuldades de sobrevivência ou de realização das metas idealizadas por falta de oportunidades. Por circunstâncias singulares, no arquipélago equatorial não se constituiu uma tradição de emigração. Por maioria de razão não se decantou uma diáspora, realidade associativa, política e institucional dos tempos recentes para que, consoante os contextos de acolhimento, os são-tomenses tendem agora a caminhar celeremente. Já no arquipélago, os estudos das migrações não se encontram muito aprofundados⁴, o que se prende não só com a relativa pobreza intelectual e científica legada pelo colonialismo, quanto com o facto de a emigração ser relativamente

⁴ Afora trabalhos realizados sob a égide de organismos internacionais, realce-se a dissertação de mestrado de João BONFIM (2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), na qual alguns problemas relacionados com a emigração são-tomense são abordados de vários ângulos, entre eles, o da evolução política, que, também neste texto, tentamos ponderar.

recente. Porém, como se verá, a emigração ocupa um espaço crescente na política e nas conversas de rua em torno desta.

Evolução demográfica

Sem filiar a emigração são-tomense na demografia, cumpre atentar nas variáveis demográficas. Já iniciado antes, o crescimento populacional tornou-se particularmente acentuado após a independência. Durante décadas tributário da importação de braços, a partir de meados de Novecentos, o aumento da população passou a depender do crescimento natural, favorecido pela redução das taxas de mortalidade, particularmente da infantil e juvenil, e alimentado por elevadas taxas de natalidade.

Concomitantemente, o peso dos serviçais no cômputo da população tendeu a decrescer. Primeiro, a maioria dos serviçais passou a ser repatriada em devido tempo e, segundo, verificou-se uma progressiva redução dos fluxos de servicais oriundos de outras colónias. A importação de serviçais findou em 1970, com a chegada dos últimos cabo-verdianos contratados.

No arquipélago, a evolução demográfica dos são-tomenses não tem sofrido com as privações económicas, facto que, nalguma medida, também explicará o crescimento após 1975, não obstante as crescentes dificuldades económicas. Com efeito, salvo em conjunturas específicas, a marginalidade económica e social da população nativa, em crescendo de finais de Oitocentos a meados de Novecentos, não afetou o seu crescimento, desmentindo os colonialistas de finais de Oitocentos, que, denotando a influência do darwinismo social, prognosticavam a degenerescência e o desaparecimento da raça dos ilhéus.

Para além da integração de segmentos de serviçais e dos respetivos descendentes, o crescimento dos ilhéus deveu-se, em parte, às condições ecológicas avessas a situações de fome⁵, ao enquadramento sanitário, melhorado no derradeiro quartel do colonialismo, e, ainda, à inexistência de uma emigração significativa. Por fim, as mutações sociais e políticas do derradeiro quartel do colonialismo potenciaram o crescimento demográfico, que prosseguiu após 1975. Em todo o caso, e como se disse, as dificuldades extremas do pós-independência levaram são-tomenses a emigrar como nunca tinham feito antes, em parte também pela configuração da política colonial.⁶

Consulte-se TENREIRO, Francisco, 1961, A ilha de S. Tomé, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, p.110.

Em São Tomé e Príncipe, para além de um ambiente ecológico não propício à ocorrência de fomes e de fatalidades que empurassem os ilhéus para a emigração, a política colonial construiu-se no sentido de preservar um grupo que, à margem das roças, funcionasse, sob diversas perspetivas, como uma espécie de 'almofada social' para as tensões nas roças. Apesar da subalternidade, aos ilhéus foi bastando o seu modo de vida, pobre mas independente e ao abrigo do mando dos roceiros. Embora veladamente, algumas autoridades coloniais alimentavam o sonho de poder vir a criar um mercado de mão de obra a que acorreriam os ilhéus proletarizados, mercado que dispensaria a importação de serviçais (cf. NASCI-MENTO, 2002, Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos, S. Tomé). Por todas estas razões, se não impediu completamente, também não se favoreceu a emigração de ilhéus. Este quadro mudou nos derradeiros anos do colonialismo, quando ilhéus com instrução começaram a procurar Angola.

No pós-independência sucederam-se as dissidências no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP) e no regime. Em resultado dessas divergências, militantes e simples cidadãos abandonaram o MLSTP e alguns saíram do arquipélago. Mais uma vez, este perdeu elementos qualificados, não só em virtude da evolução política⁷, quanto também pelas raríssimas oportunidades para os quadros que aspiravam a alguma ascensão social fora da política. Tratou-se de um movimento que, não tardaria muito, seria seguido por muitos outros são-tomenses de diversas condições sociais. Também por causa de um crescimento demográfico incessante.

Dados da população são-tomense

Ano	População residente		
1921	59.055		
1940	60.490		
1950	60.159		
1960	64.263		
1970	73.631		
1975	80.000		
1981	96.611		
1991	117.504		
2001	137.599		
2010	163.784		

Fonte: Nascimento, 2008: 43

Atualmente, a emigração do arquipélago é um bom exemplo, não somente da tendência dos espaços microinsulares para a expatriação das suas populações, mas, no que a São Tomé e Príncipe diz respeito, também do inimaginável impacto de sucessivas mudanças políticas e sociais que governantes e o comum dos são-tomenses pensaram ter controladas. Produto dessas mudanças, cite-se o facto de o arquipélago equatorial ser já o segundo país africano com maior percentagem de emigrados (ver à frente), quando, até há pouco, a emigração era uma opção quase liminarmente descartada pelos ilhéus.

Aventa-se que 20% da população são-tomense está emigrada8, estimativa que, evi-

Apesar de matizados por laços pessoais e familiares, os constrangimentos do regime monopartidário, conjuntamente com as dificuldades económicas, impeliram parte dos mais capacitados a deixar o arquipélago (CAHEN, Michel, 1991, "Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe" in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº14-15, Lisboa, CEAA-IICT, p.134). Também HODGES e NEWITT realçaram a expatriação de elementos diferenciados em resultado de dissensões políticas e da escassez de oportunidades (cf. 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press, p.105). De acordo com João BONFIM, desfavorecidos e afectados economicamente, elementos da elite sofreram com o totalitarismo e a intolerância (op. cit., p.120), o que levaria alguns deles a abandonar o país.

Por exemplo, Libertato Moniz aludiu a mais de 20% de são-tomenses expatriados, cf. http://www.telanon.info/sociedade/2011/11/28/9118/forum-da-diaspora-abre-hoje-com-polemica/, acesso: 28 de Novembro de 2011.

dentemente, compreende descendentes de emigrados que já não serão são-tomenses de direito e que, sem embargo de se dizerem são-tomenses e de poderem enunciar o objetivo de vir a viver na terra natal dos seus ascendentes, nunca o farão. Como, de resto, sucederá com muitos emigrados, cujo regresso não depende da sua vontade. Costumeiramente, variadíssimas razões do dia-a-dia obstam à concretização dos almejados regressos.

Ademais, nem na hipótese de atravessar uma fase de crescimento económico consistente o arquipélago se revelará necessariamente propício ao retorno dos emigrados. Diga-se que, no futuro, a eventual exploração petrolífera poderá trazer ao arquipélago um afluxo de imigrantes do continente africano (para além dos entrementes chegados) e não só. Não surpreendentemente, por razões relacionadas com a responsabilidade política e social para com os concidadãos, nos círculos de poder parece conviver-se melhor com o ingresso de imigrantes do que com o regresso dos seus conterrâneos, que não é ativamente incentivado.

Os condicionalismos da emigração de são-tomenses

As mutações políticas e as crescentes dificuldades económicas e sociais após 1975 fizeram São Tomé e Príncipe passar de terra de chegada de sucessivas imigrações, frequentemente forçadas, para um país com um fluxo emigratório, cujo crescimento só é contido pelos escolhos apostos nos potenciais destinos.

Recentemente, sustentou-se que, até há anos, em São Tomé e Príncipe não se encarava de boa mente a emigração devido à imagem degradante de sucessivos imigrantes, dos degredados europeus aos contratados para as roças. Por causa disso, o modo de vida e os valores são-tomenses não incluiriam o abandono da terra natal, porquanto o emigrante era equiparado ao indivíduo sujeito à servidão. Tal juízo fundava-se na observação da vida dos contratados nas roças.9 Estas ideias merecem ser relativizadas: face à pressão das dificuldades económicas, a dimensão algo diminuta da emigração deverá ser atribuída sobretudo a condicionalismos políticos e sociais, entre eles, os contornos da governação depois da independência. Todavia, a dado passo, os impedimentos administrativos revelaram-se incapazes de continuar a conter a vontade de emigrar.

Em 1974-1975, traçado um amplo horizonte de expectativas pela independência, parte dos são-tomenses regressou à terra. 10 A euforia da independência levou a sobreestimar

Veja-se BONFIM, op. cit., pp.4, 10 e 18-19.

¹⁰ Enquanto isso, a independência provocava o êxodo de serviçais, sendo certo que muitos ficaram. EYZA-GUIRRE sustenta que os 9.000 cabo-verdianos à data de independência foram encorajados a permanecer pelo governo independente, que terá negado vistos de saída aos que não tinham posses para adquirir vistos para emigrar (cf. EYZAGUIRRE, Pablo, 1986, Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa, Ph. D. dissertation, Yale University, p.350). Outros deixaram o país devido à perceção da fragilidade da sua posição, bem como à premonição das dificuldades vindouras no arquipélago. BONFIM aduz que grande parte dos 15.000 serviçais abandonou na altura o país (op. cit., pp.20-21). Não se sabe quantos saíram, mas diga-se que a saída de um milhar de indivíduos já não terá sido negligenciável. Hoje, as cifras desse êxodo, ainda por apurar, não se afigurarão significativas, mas a saída de serviçais em 1975 terá sido económica e socialmente prejudicial, porquanto à drenagem de braços se somaram as consequências da orientação económica estatizante então adoptada.

as possibilidades económicas do novel país, sobretudo entre os mais qualificados. Todavia, alguns dos então regressados refariam o caminho de volta; outros, impedidos de o fazer, lamentariam a opção errada daquela época.

Após 1975, a estatização da economia e as políticas de integração social, nomeadamente a da promoção da escolaridade, lançaram a semente das migrações internas, entre cujas consequências se conta a elevada concentração demográfica na capital e respectiva zona limítrofe. Mas, ainda na década de 70, desenhou-se um movimento de emigração, mormente de quadros. Este movimento brotou da criação de um Estado policial e da tensão política daí resultante¹¹, assim como da desagregação económica e social.

Entrementes, a emigração era desencorajada pelos governantes com base na alegação de que os emigrantes, além de precisos na terra, viveriam mal fora dela. Mais do que por uma política clara, a emigração era contida por embaraços administrativos. Estes talvez se pudessem dever ao intuito de assegurar mão de obra, mas prevaleceriam, sobretudo, motivações de cariz ideológico e político. Reservada, laboraria a convicção de que, uma vez no exterior, os emigrantes se transformariam em potenciais opositores políticos.

A emigração pareceria indiciar o fracasso das opções do pós-independência. Ainda assim, no país foi prevalecendo a recusa em encarar a emigração como produto do rumo político, económico e social. Escorada no voluntarismo revolucionário, a política de emigração resumiu-se ao arbítrio das instâncias governamentais sobre os pedidos de saída do país. Deste modo, a emigração era permitida, ou não, de forma casuística. A insularidade ajudava a contê-la, o que não impediu que, na década de 80, no pico das dificuldades de sobrevivência, se falasse de pessoas que se aventuravam mar adentro para chegar à costa, como, aliás, o tinham feito europeus degredados e africanos escravizados em Oitocentos. Os governantes propenderam a uma tutela estrita da vida das pessoas, dificultando a emigração. Por isso, os intentos de emigração eram mascarados. Alguns emigrantes negociaram ou moveram influências para lograr a transigência das autoridades e poderem sair.

Em meados da década de 80, a faceta policial do Estado começou a esbater-se, mas outro tanto não sucedia com as privações e as dificuldades económicas. Estas tendiam a empurrar para a emigração, amiúde clandestina. A esta migração somou-se o não retorno dos estudantes no exterior e, até, dos que saíam em missão de serviço ou com baixa médica.

Entre os indivíduos mais diferenciados, mormente políticos, uma nova onda de emigração terá ocorrido aquando da liberalização política em 1990-1991. A alternância política trouxe perda de privilégios e, também por isso, procura de qualificação para novos desempenhos. O tirocínio no exterior revelou-se uma medida sagaz por parte de elementos conotados com o monopartidarismo. Contra a expectativa generalizada, a primeira

Aspeto mencionado por BONFIM, op. cit., p.85.

década de multipartidarismo pautou-se por um empobrecimento ainda maior do que o já vivenciado. Em parte, a emigração de quadros terá resultado mais das baixas remunerações do que do desemprego, sendo, portanto, determinada pela expectativa de um futuro melhor fora, a qual, em resultado dos problemas económicos em Portugal e da melhoria no arquipélago, vem sendo lentamente revertida nos dias de hoje.

A melhoria dos indicadores macroeconómicos não se traduz num significativo acréscimo de oferta de trabalho remunerado e, por isso, não se assistirá ao retorno em larga escala dos emigrantes. Ao invés, poder-se-á continuar a assistir à emigração, mormente para Angola. A palavra aventurar entrou no léxico local, quiçá, para ficar.

Como muitas outras mudanças inesperadas para os são-tomenses, a emigração tornou-se uma realidade, contida apenas pelas restrições nos potenciais destinos migratórios. Mais do que eventuais rastos históricos, é a procura de uma vida, que não se encontra nas ilhas, que pesa nas decisões relativamente à emigração. Afinal, emigrar só terá parecido algo de inimaginável no período do colonialismo moderno, cujos contornos económicos e constrangimentos políticos refrearam fortemente a mobilidade.

Destinos de emigração

Desde as derradeiras décadas de Oitocentos, são-tomenses emigraram para a ilha de Fernando Pó. Aí, alguns possuíram propriedades similares às roças entrementes criadas no seu arquipélago. Em resultado dessa emigração, constituiu-se naquela ilha uma comunidade são-tomense. A independência da antiga colónia espanhola veio alterar substancialmente a situação dos são-tomenses. Em 1972, na sequência da deterioração das condições de vida na ilha, dezenas de são-tomenses retornaram a São Tomé. Também em 1976, cerca de 400 são-tomenses regressaram devido à instabilidade sócio-política, tendo chegado num navio russo¹². O atual crescimento económico da Guiné Equatorial poderá levar alguns são-tomenses a rumar àquele país, nalguns casos refazendo laços de outrora.

Ao longo de Novecentos, os são-tomenses foram demandando Angola, que se tornou um destino de ilhéus, designadamente de profissionais liberais. A estes, não só lhes faltava espaço económico, social e político no arquipélago, como não podiam, na sua terra e perante os seus conterrâneos, conviver com a injustiça da sua desqualificação face a colonos, alguns dos quais de baixa extração social. Mais raramente, essa emigração teve igualmente a ver com os constrangimentos políticos da fase inicial de implantação do Estado Novo. Alguns descendentes desses são-tomenses viriam participar na luta pela independência de Angola.

Nos anos 60, a migração para Angola ter-se-á ampliado¹³. A visibilidade de uma colónia de são-tomenses, favorecidos na ascensão social pelas habilitações literárias e pela ocupa-

Segundo notícia da época, ainda no cais foram distribuídos pão e leite, principalmente às crianças, tendo-se facultado depois alojamento às pessoas que dele necessitavam, cf. Revolução nº19, 19 de março de 1976, p.5.

¹³ Esta emigração está por estudar, como, aliás, também estão por apurar muitas das facetas da atual comunidade são-tomense em Angola.

ção de posições subalternas na administração e na sociedade, ajudou à criação de estereótipos recíprocos entre angolanos e são-tomenses¹⁴. Nesses anos, por causa do seu crescimento económico, Angola ter-se-á tornado o principal destino da emigração são-tomense.

Porém, por causa do início da guerra civil em Angola, é provável que tenham chegado ao arquipélago perto de mil são-tomenses, além de cabo-verdianos¹⁵, estes últimos decerto de passagem. Dando embora conta das dificuldades do país em proporcionar emprego e alojamento, governantes independentistas reiteraram oficialmente a vontade de acolhimento dos são-tomenses desejosos de retornar¹⁶. Contudo, e ao menos episodicamente, é possível que o ambiente social em torno desses regressados fosse algo dissonante. Segundo o jornal oficial, os designados "deslocados" motivaram uma onda de solidariedade do "nosso povo". Todavia, a propósito de alegadas impertinências de um jovem recém-chegado, o fito do artigo era o de rebaixar as expectativas dos recém-chegados, aferidas não pela vida deixada para trás, mas pela obrigação de disciplina e de trabalho para vencer a pobreza.¹⁷ Este era o tom oficial, já o popular passaria também pela jocosidade, aliás, assinalada de passagem no mesmo relato em que se enaltecia a mobilização para atender aos recém-chegados.¹⁸ Na rua, foram depreciativamente alcunhados de kalúas, designação derivada da do navio em que muitos viajaram para o arquipélago (curiosamente, como outrora sucedera com os serviçais de quem os ilhéus se tinham quase sempre demarcado). Não surpreendemente, tal facto esvaneceu-se da memória social local.¹⁹ A emigração para Angola, restabelecida não tardou muito, terá induzido ao esquecimento desse episódio.

A 9 de agosto de 1975, um avião da Força Aérea Portuguesa transportou para São Tomé 68 "compatriotas deslocados de Angola". Nesse mesmo dia, o navio Kalua chegou a São Tomé com cerca de 300 passageiros, entre "santomenses e cabo-verdianos, deslocados de Angola" ou com 260 "refugiados" (cf. Revolução nº3, 22 de agosto de 1975, pp.2 e 5, respetivamente). A 8 de novembro, chegou o Porto Amélia com mais cerca de 400 desalojados. A 11, o navio Cabang trazia mais 110 desalojados (Revolução nº11, 21 de novembro de 1975, p.6). É possível que outros são-tomenses tenham chegado noutras ocasiões e por outros meios.

Coteje-se NASCIMENTO, Augusto, 2000a, "Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão de obra e das relações políticas)," in Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola, Lisboa, CNCDP. Na década de 1980, entrevia-se nos são-tomenses algum comprazimento pela posição de destaque dos conterrâneos em Angola. De alguma forma, a representação da posição dos são-tomenses em Luanda em Novecentos ressaltava a sua diferenciação social, como se, afinal, os são-tomenses não fossem emigrantes. Tal comprazimento atinha-se igualmente à situação prevalecente após a independência. Com ou sem fundamento, os são-tomenses orgulhavam-se de terem chegado até círculos próximos do presidente Eduardo dos Santos. As mudanças políticas e o afastamento entre os dirigentes dos dois países após a liberalização política, por um lado, e a reorientação da política externa derivada do achamento do petróleo, por outro, tornaram aquelas alusões menos frequentes e ostensivas. Tal também decorre do crescimento do número de são-tomenses, cujo padrão médio de qualificação forçosamente baixou, tornando menos visível a sua presença nos círculos das elites angolanas.

Carlos Graça, então ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais, deu conta de uma uma reunião de horas com os são-tomenses a viver em Angola, a quem descrevera a situação, económica, social e política do país. Desmentiu o boato segundo o qual se proibira o regresso a São Tomé e Príncipe. Expôs-lhes a situação difícil nas ilhas no tocante a alojamento e a emprego, dando nota da impossibilidade de concessão de auxílio financeiro (cf. *Revolução* n°7, 19 de setembro de 1975, pp.1 e 6). É possível que a viagem tenha sido norteada pelo intuito de suster o retorno de são-tomenses às ilhas.

Por exemplo, veja-se o texto "deslocados", in *Revolução* n°3, 22 de agosto de 1975, p.5.

Observara-se "as Forças Armadas a descarregarem caixotes, malas, malinhas, cadeiras, mesas, frigoríficos, móveis, fazendo rir as pessoas, dizendo provérbios jocosos", cf. *Revolução* nº3, 22 de agosto de 1975, p.5.
 BONFIM, *op. cit.*, p.33.

Por Angola, os migrantes contaram com o suporte de familiares, muitos dos quais se mantiveram ali apesar da guerra civil. De facto, nem o prolongado conflito armado impediu a emigração para Angola. Há anos, uma das maiores, senão a maior, comunidade²⁰ de são-tomenses no exterior residia neste país. Em 2002, estariam registados na embaixada de São Tomé e Príncipe cerca de 22.000 são-tomenses²¹. Atualmente, alude-se a 40.000 são-tomenses neste país. Já antes atrativa para são-tomenses com qualificação literária e técnica superior, a consolidar-se a estabilidade política e social e o crescimento económico, Angola tornar-se-á apelativa também para são-tomenses com menores qualificações. Deste modo, não só se replicará uma constante da história mais recente do arquipélago, a saber, a expatriação das suas elites, como, diferentemente de outrora, Angola poderá albergar um número considerável de são-tomenses menos qualificados dispostos a aventurar numa sociedade culturalmente mais próxima do que é hoje a sua realidade de origem.

Após 1975, também o Gabão foi procurado por são-tomenses, mormente por jovens. Conquanto os são-tomenses possam não ter disso consciência, a migração para o Gabão representa a inversão de um movimento de outrora, cujo eco no imaginário local é, precisamente, o uso do termo gabão para nomear os indivíduos desqualificados pela escravatura ou pelo trabalho nas roças. Após 1975, a tensão entre os dirigentes de ambos os países e a ideia de que o Gabão albergava os opositores a Pinto da Costa, não bastaram para tolher a emigração nem os contactos, apesar das então corriqueiras dificuldades de transporte até ao continente. Essa corrente alicercou-se em lacos pessoais, assim como no trato empreendido por pequenos comerciantes ou candonqueiros, que passou a animar as relações com o Gabão.

Nem em razão do desanuviamento político da segunda metade da década de 80, coevo do arranque do processo de liberalização política no arquipélago, o cenário económico e social no Gabão se tornou necessariamente favorável aos imigrantes são-tomenses.²² Na sequência de uma crise económica repercutida na desvalorização da moeda, no fecho de empresas e no aumento do desemprego e da criminalidade, os são-tomenses ilegalmente residentes não foram poupados à ordem de saída do país até 31 de janeiro de 1995 dada a todos os estrangeiros indocumentados. A 3 de fevereiro, cinco centenas de

²¹ Cf. RAMALHO Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica, disssertação de mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, p.23.

Não se adota acriticamente a ideia de uma homogeneidade ou, tão-pouco, da coesão entre os sãotomenses. Costumeira no discurso político, tal noção comporta um desígnio volitivo relativamente aos são-tomenses. Porém, sem embargo da proximidade refeita pela distância face à origem comum, são muitos os obstáculos à solidariedade, desde uma matriz cultural e social de origem pouco inclinada ao associativismo, até às difíceis condições de vida nas terras e locais de acolhimento.

Por vezes, as vidas de emigrantes são-tomenses em Angola e no Gabão foram perturbadas por eventos não relacionados com a emigração. Por exemplo, em 1993, dezenas de refugiados são-tomenses foram retirados de Huambo, após alegados maus-tratos perpetrados pela UNITA, que não os considerava estrangeiros "por serem pretos como nós" (cf. Nova República nº60, 29 de junho de 1993, p.1 e nº61, 6 de Julho de 1993, p.2 e nº62, 12 de julho de 1993, p.1). Nesse ano, também duas centenas de sãotomenses regressaram do Gabão em vista dos conflitos ali ocorridos aquando das eleições. Em São Tomé, esperava-se que essa cifra pudesse duplicar (cf. Nova República nº73, 1 de dezembro de 1993, pp.1 e 3). Neste caso, parte deles terá regressado ao Gabão tão logo a situação política serenou.

são-tomenses regressaram do Gabão.²³ À chegada a São Tomé, esses retornados terão sido alvo de troça por parte das *palaiés*. Tal evento, com paralelismos com o sucedido aquando do regresso de são-tomenses de Angola em 1975, terá constituído uma forma de desagravo simbólico da poligamia constitutiva de laços familiares no Gabão, em razão dos quais se esfacelavam os anteriormente criados em São Tomé e Príncipe.

Aparentemente, por entre alguns que terão escapado à aplicação das medidas administrativas, só um são-tomense terá sido preso. Aliás, as autoridades são-tomenses falariam de flexibilidade das congéneres gabonesas, atento o "bom comportamento" dos são-tomenses. ²⁴ Ultimamente, estimam-se em cerca de 7.000 os são-tomenses no Gabão, dos quais 1.400 inscritos nos cadernos eleitorais. ²⁵ Um número superior a 8.000, dos quais a maioria seria composta de mulheres, foi também recentemente apontado. ²⁶ Tais cifras parecem pecar por defeito, em razão, por exemplo, das estimativas de meados da última década do século XX, ²⁷ aquando das medidas gabonesas contra os imigrantes ilegais.

Na era colonial, Lisboa tornou-se um destino de alguns são-tomenses. Uns partiriam daqui para o exílio e para a militância pela independência. Em 1975, vários são-tomenses deixaram Portugal rumo ao seu país. Porém, outros fariam o caminho inverso. Como se disse, a independência, a subsequente cristalização do regime monopartidário e os constrangimentos políticos, policiais e administrativos – ameaçadores da determinação da vivência individual, porventura até mais acentuadamente do que em certos períodos do colonialismo – levaram são-tomenses com uma visão do mundo oposta à dos governantes a emigrar para Portugal.

Conquanto as razões políticas se perfilem como uma justificação para a decisão de emigrar, amiúde elas terão sido um motivo secundário e, porventura, invocado posteriormente. Mais do que por razões políticas, muitos estudantes quedaram-se por Portugal devido à antevisão das imensas dificuldades económicas, as quais infirmavam um horizonte de vida consentâneo com as aspirações decorrentes da sua formação. Assim, uma nova mas maior leva de emigrantes resultou, em parte, do tirocínio académico,²⁸ quanto também da decisão de muitos de não regressarem após uma viagem, por vezes de serviço. Com efeito, aproveitando uma breve estada

²³ Cf. http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/100, acesso a 17 de dezembro de 2011.

Notícias nº101, 17 de março de 1995, pp.2 e 7. Esta ideia foi replicada numa crónica: "a honestidade e a dedicação ao trabalho (...) serviram de justificativo e de muito perdão para os santomenses sem papiers, aquando da decisão do Governo do Gabão de expulsar todos os estrangeiros indocumentados" (cf. ALEGRE, Francisco Costa, 2011, Crónica de Magodinho, São Tomé, UNEAS, p.22). Um retrato dissonante desta apreciação positiva foi traçado por Luís Vaz de Sousa BASTOS, 2011, São Tomé e Príncipe desafios e desenvolvimento, São Tomé, UNEAS, pp.111 e ss.

²⁵ Cf. http://presidenteaurelio.wordpress.com/2011/06/20/aurelio-martins-encontra-comunidade-sao-to-mense-no-gabao/, acesso a 16 de novembro de 2011.

²⁶ Cf. BASTOŠ, 2011, op. cit., p.111.

²⁷ Estimativas de 1992 falavam de 6.000 são-tomenses no Gabão, cifra que, admitia-se, teria aumentado muito nos anos seguintes (cf. *Notícias* [nº ilegível], 18 de janeiro de 1995, p.12).

²⁸ Em todo o caso, muitos dos estudantes que optam por não voltar reúnem condições para obter a nacionalidade portuguesa.

ou passagem por Portugal – caso, por exemplo, de equipas desportivas –, algumas pessoas aventuraram-se a ficar e a viver clandestinamente, preferindo este cenário a regressar para a sofrida sobrevivência nas ilhas.

Noutros termos, a emigração processou-se frequentemente de forma dissimulada, não só pelos escolhos no arquipélago, quanto também pelos óbices apostos à entrada em Portugal. Alguns dos que arriscaram a sorte contaram com o apoio de familiares e de amigos que os tinham precedido na decisão de emigrar. Previsivelmente, a cifra dos são-tomenses em Portugal, cujo número inclui em alguns casos os cidadãos de segunda geração, aumentou notoriamente nos últimos anos.

São-tomenses em Portugal

Ano	Número	
1986	1563	
1987	1625	
1988	1730	
1989	1873	
1990	2034 29	
1991	2007 30	
1996	4092 31	
1998	4338 32	
1999	4809 ³³	
2001	800934	
2004	10483 ³⁵	
2007	10627³6	
2010	15.000 a 18.000 ³⁷	

Fonte: ver notas

De 1986 a 1990, dados do Servico de Estrangeiros e Fronteiras (doravante SEF), citados por BONFIM, op. cit., p.30. Dos 2007, 927 seriam homens e 1080 mulheres (cf. censo de 1991). Para este ano também se referem 2183 são-tomenses legalizados (cf. SEF, cit. por BONFIM, op. cit., p.26 e anexo 3).

³¹ São-tomenses radicados (cf. *Público*, 21 de Fevereiro de 1996, cf. BONFIM, op. cit., p.25).

³² São-tomenses legalizados (cf. BONFIM, *op. cit.*, p.28)

Dados do SEF citados por TROVÃO, Susana e RAMALHO, Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial. Dinâmicas familiares, de género e geração, vol.1, Lisboa, ACIDI, p.38

³⁴ Cifra equivalente a cerca de 5,7% da população são-tomense, à qual, de resto, importará somar o número dos não legalizados (cf. MENEZES, Aires Bruzaca de, 2002, Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL, p.50). Para o INE, em Março de 2001, residiriam 8.517 são-tomenses. Segundo o SEF, em Dezembro de 2001 existiam 6.230 são-tomenses titulares de uma autorização de residência e de um cartão de residência, a que cumpre somar os titulares de vistos temporários para trabalho ou estudo (cf. ROSA, SEABRA e SANTOS, 2003, Contributos dos 'iimigrantes' na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira, http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf, acesso a 16 de Novembro de 2011).

Total de autorizações de permanência (2001-2004) mais autorizações de residência (cf. SEF, in http:// www.acime.gov.pt/docs/GEE/Estatisticas_GEE_2005.pdf, Setembro de 2006).

Dados do SEF citados por TROVÃO e RAMALHO, op. cit., p.38.

³⁷ Dados referidos por Sónia RAMALHO, que adianta que o SEF tem registados apenas cerca de 11.000, (cf. op. cit., p.23). Não é ainda incomum ouvir referida a cifra de cerca de 25.000 são-tomenses em Portugal.

De referir que, segundo dados do SEF, em 2008, entre os são-tomenses existia uma maioria de mulheres, 55%, caso único entre as várias comunidades. Tal refletirá a femininização da migração – supostamente também observável no Gabão –, realçada pelo caráter recente da migração são-tomense. Para Portugal, desde 2001 que o fluxo migratório é maioritariamente formado por mulheres³⁸.

O facto de a migração de são-tomenses ser nova e tributária, por exemplo, da mobilidade dos estudantes, ajuda a explicar a média de idades relativamente baixa, afora a eventual circunstância de são-tomenses mais antigos terem entrementes obtido a nacionalidade portuguesa. Em 2001, a idade média dos são-tomenses em Portugal era de 29,6 anos.³⁹ No tocante ao alojamento, existe uma forte concentração de são-tomenses na região de Lisboa. Em 1998, a taxa de desemprego era de 13,7%,⁴⁰ sendo possível que não se tenha alterado significativamente. A ser assim, tal cifra contrasta com recentes alusões ao baixo desemprego entre as são-tomenses, mesmo tendo em conta que se tende a considerar o trabalho precário e ocasional e, bem assim, ocupações de parte de um dia como "trabalho". Diferentemente do sucedido com imigrantes de outras comunidades, as dificuldades económicas recentes em Portugal não estarão a provocar um retorno à terra de um significativo número de são-tomenses.

Em resultado da mobilidade dos últimos anos, as maiores comunidades migrantes encontram-se em Portugal, Angola e Gabão, existindo pequenos grupos em Espanha, Inglaterra, Costa do Marfim, Nigéria e Moçambique. Por ora, intentos de vidas transnacionais não são um traço marcante da diáspora são-tomense — ao invés, a dimensão das vivências transnacionais é ainda diminuta —, entre outras razões, por o clima económico na terra não ser propício a esse tipo de trajetos de vida. Entretanto, a comunidade migrante são-tomense move-se e, não deixando de ser são-tomense, adopta, instrumentalmente ou não, novas identidades e alarga a sua fronteira. Nos derradeiros anos, os são-tomenses fazem de Portugal plataforma para percursos de vida noutros países, mormente no Reino Unido.

Há anos, estimava-se em cerca de 15.000 o número de são-tomenses a residir no estrangeiro. Atualmente, esta estimativa está largamente excedida. Atualmente, aludese a cerca de 30% a 40% de são-tomenses nessa situação. Regista-se um aumento das suas remessas nos derradeiros anos, conquanto não haja (ou não se publiquem) dados precisos sobre tal facto. 42

Dir-se-á que presentemente se desenha a tendência para a diminuição da taxa de emigração, o que poderá dizer menos dos números absolutos da emigração do que

Gf. RAMALHO, op. cit., p.24.

³⁹ ROSA, SEABRA e SANTOS, 2003, op. cit.

⁴⁰ OLIVEIRA, Catarina Reis de, 2004, Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal, p.93, in http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_Ol/Estudos%20OI%204.pdf, acesso a 16 de novembro de 2011.

⁴¹ BARBOSA, José Gomes, 2001, Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL, p.40.

⁴² Cf. http://cstome.net/oparvo/1%C2%BA%20F.htm e http://www.oplop.uff.br/boletim/896/diasporasao-tomense-governo-realiza-encontro-para-debater-tema, acesso a 16 de dezembro de 2011.

refletir o crescimento demográfico no arquipélago. A par disso, os entraves nos destinos podem estar a conter a emigração, para a qual, a somar às dinâmicas inerentes à globalização, as condições económicas continuam a impelir os são-tomenses.

Sustenta-se que os fluxos para o estrangeiro, os de uma ilha para a outra ou, ainda, das zonas rurais para a cidade de São Tomé, derivam dos estrangulamentos dos pequenos estados insulares.⁴³ Porém, o êxodo, a relacionar com os escolhos ao desenvolvimento, não pode imputar-se apenas a condicionalismos estruturais, antes deve ser pensado em razão das políticas adotadas no arquipélago.

Perceções da emigração e a tensão com a terra

Ao invés do que sucedeu durante muito tempo, a emigração parece agora perfilar-se como uma mais-valia. Mas, na prática e para além da adequação aos lemas das agendas internacionais, que fazer perante a repentinamente imensa mole de emigrantes? Alguns alvitrarão que os sucessivos governos pretendem o retorno de emigrantes. Porém, tal parece implausível, podendo suceder que haja interesse no retorno de pessoas qualificadas. A exemplo do que ocorre sobre outras facetas da vida coletiva, é provável que o debate sobre a emigração e, em particular, o retorno dos emigrantes espelhe, mesmo que indiretamente, outras tensões políticas e sociais nas ilhas.⁴⁴

Sem profundidade temporal, sem uma ideologia de emigração historicamente decantada, a emigração são-tomense não desempenha um papel económico, 45 social e cultural equiparável ao de outras migrações ou diásporas. Fruto da pobreza do arquipélago, assim como das dificuldades de integração nos países de destino, durante anos a emigração são-tomense permaneceu marginal nos vários países de acolhimento e esquecida na terra natal. Também por isso, até há anos, a emigração são-tomense tendia a cortar laços com a terra, atitude que parece mudar e que mudará em caso de futura prosperidade económica no arquipélago.

No arquipélago, arredadas as abordagens meramente preconceituosas, as reflexões sobre a emigração tornam-se, a um tempo, demasiado focadas e avulsas. Insta-se ao empenho do Estado são-tomense no enquadramento da emigração. Nessa senda, reivindicam-se políticas de proteção social e de prevenção da exploração dos cidadãos

⁴³ Tais estrangulamentos tolheriam o desenvolvimento, entre outras razões, pela fuga de cérebros e de competências e pelas inevitáveis perturbações sociais; consulte-se, por exemplo, BARBOSA, op. cit., p.18. ⁴⁴ Independentemente da coloração partidária dos governos em São Tomé e Príncipe, parece impossível cerzir a clivagem política entre o poder em São Tomé e os intelectuais ou quadros no exterior, centrada na disputa de quem tem o saber e a competência. Esta clivagem é avivada por o debate político não se prender apenas com os recursos técnicos e científicos, quanto também com a idoneidade moral e política (que os de fora dizem ter, ao que os de dentro retorquirão que apenas se lhes cobiça os lugares). Cimenta-se, assim, uma clivagem face aos governantes e aos elementos preponderantes na terra.

Em 1985, os emigrantes foram encarados como um recurso económico. Por essa altura, quando já se reconhecia serem 20% os são-tomenses emigrados, aprovou-se um decreto-lei sobre contas especiais de depósito para captação das poupanças de emigrantes; como era abertamente dito, a medida era "uma caça ao dólar", um estímulo à entrada de divisas e, dizia-se, um estímulo à participação dos emigrantes no desenvolvimento do país (cf. Revolução nº448, 19 de Junho de 1985, p.2; nº449, 26 de junho de 1985, p.2 e n°450, 3 de julho de 1985, pp.2 e 4).

emigrantes, tais, em termos genéricos, os objetivos propostos ao Estado, cujos representantes a espaços prometem apoio aos são-tomenses.

No país, sopesam-se agora as desvantagens políticas, económicas e sociais da migração. A mais danosa será a redução da capacidade técnica necessária para a administração e para o desenvolvimento económico. Salientando-se os danos do *brain drain*, ⁴⁶ aqui e além, aventa-se a ideia do ganho que o arquipélago teria com o regresso dos emigrados. Em abstrato, trata-se de uma proposição lógica, mas ela ignora não só as dificuldades de integração no mercado de trabalho, quanto o clima de alguma dissonância entre os que vivem nas ilhas e os emigrados.

Admitindo-se, ao menos tacitamente, que a emigração se tornou uma eventual valia, será de indagar os motivos da aversão supostamente subsistente face aos emigrantes. A este propósito, importará destrinçar as atitudes do comum dos são-tomenses, muitos deles potenciais migrantes, por um lado, da perplexidade de estudiosos e da incomodidade dos políticos, por outro.

Após a independência, os emigrantes eram como que classificados de antipatriotas. A politização de todos os itens da vida levava a atribuir um posicionamento pró ou contra os governantes de São Tomé e Príncipe. No tempo do partido único, muitos dos emigrantes eram tendencialmente encarados como adversários do "povo" e, na realidade, muitos deles eram avessos ao regime que não encontrava oposição no território. Ocorria que a decisão de emigrar, mesmo quando tinha como primeira motivação a condição económica, acabava por se fazer acompanhar de uma subliminar desqualificação da liderança política, com o que se convivia mal no arguipélago. Amiúde, os emigrantes acabavam como opositores do regime de partido único. Com a liberalização política e as profundas mutações sociais nos anos recentes, os emigrantes deixaram de ser hostilizados como durante o monopartidarismo.⁴⁷ Mas a tensão parece perdurar e a questão coloca-se: independentemente de diferentes roupagens retóricas e motes políticos, não subsistirão sentimentos similares aos do pós-independência relativamente aos emigrantes, como se, com esta condição, deixassem de ser tão são-tomenses como os que ficam? A aludida tensão com a diáspora pode encarar-se como produto da conjuntura pós-independência ou trata-se de uma dimensão conflitual como que inevitável e relacionável com as dificuldades da microinsularidade?

Por regra, é em razão do percurso histórico que se atribui, ou não, valia à respetiva diáspora. Porém, no arquipélago, não é líquido que a história tenha um peso decisi-

⁴⁶ Atualmente, na abordagem dos tópicos da emigração e do desenvolvimento, de imediato emerge a questão do *brain drain*. Relativamente ao arquipélago, BONFIM considerou que razões económicas – rendimentos insuficientes – e políticas – por exemplo, intolerância para com o pluralismo e a instabilidade política – contribuíram para o êxodo de intelectuais e técnicos. Acrescenta que parte dos que acabaram como emigrantes deixara o país para prosseguir a sua formação (cf. BONFIM, *op. cit.*, pp.92-93, 100 e 117).

Para o MLSTP, os emigrantes eram considerados menos são-tomenses. Inocência MATA acrescenta que, com a liberalização, os emigrantes políticos, tendo deixado de ser hostilizados, não deixaram, por isso, de ser ignorados. A emigração não é olhada como uma mais-valia (cf. MATA, 2004, A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense, Lisboa, Edições Colibri, pp.25 e 45-46).

vo – diria antes que ela serve de álibi – na configuração das atitudes relativamente à emigração e, sobretudo, aos emigrantes. Mais do que o lastro histórico, privilegiaria a indução política no facetar das atitudes para com a emigração. No arquipélago, desde 1975, os migrantes foram sendo como que apartados da nação. Este aspeto é fundamental porque da atitude dos governos dependem aspetos da vida dos emigrantes que, parecendo ao longe despiciendos, são, no particular das vidas por fora, deveras importantes e podem traduzir-se em perdas ou ganhos significativos. Entretanto, a sensibilidade política mudou, mas ainda não se repercute em resultados palpáveis. Até pela inexistência de pressão social nesse sentido numa terra onde as condições de vida permanecem assaz difíceis.

A emigração na esfera política

Na esfera política, as estratégias de afirmação nacional – e, de caminho, de maior ou menor valorização da diáspora – mobilizam representações sociais acerca da idiossincrasia grupal ou coletiva, com que, por vezes, justificam os projetos de inserção geopolítica e as engenharias políticas e sociais. Essas representações refletem também a apetência, ou não, das gentes do arquipélago para a emigração. Durante anos, a ausência de uma política de emigração significava que o país não pensava nos seus emigrantes e, quando o fez, amiúde não foi além de justificações de circunstância ou de anúncios de intenções que demoram a concretizar-se. Tardou a despertar-se para a diáspora, de resto, uma noção que se foi impondo de fora para dentro.

Seja como for, ultimamente a diáspora⁴⁸ tornou-se um item da política, condicionando de alguma forma o discurso, que não necessariamente as políticas postas em prática. Sem capacidade de provocar mudanças sociais, conformar-se-á a diáspora a ser, sobretudo, um mote propagandístico?

No arquipélago, a rala política são-tomense para a emigração tem balançado entre a descoberta da importância da emigração – que levou à criação do vetor das comunidades no Ministério dos Negócios Estrangeiros na década de 90 – e a aparente demarcação dos que andam por fora (esta ambivalência repercute-se num posicionamento muito comum entre os são-tomenses que, na terra, têm opinião sobre o futuro do país). Em que medida tal alheamento justifica e/ou é induzido tanto pelas decisões e práticas de sucessivos governos, quanto pela tendência para a cristalização das assimetrias sociais a que (teoricamente) se opõe a diáspora mais propensa a salientar a valia da mobilidade social na construção do futuro das ilhas, tal seria uma questão a apurar.

Construção histórica multifacetada, a diáspora é uma noção lata que, em diálogo com a globalização, mantém o estado-nação como referência. As fronteiras da diáspora são a raça e a cultura. Atualmente, delineiam-se estratégias no sentido de tornar a diáspora um empreendimento económico vantajoso (cf. FALOLA, Toyin, 2003, The power of african cultures, Rochester, University of Rochester Press, pp.279 e 277, respectivamente), tais as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de comunicação e pela constituição de redes transnacionais. As diásporas tornaram-se indutoras da cooperação, não somente a estatal, mas também a das administrações periféricas e das associações cívicas.

Tal tensão transparece tanto em conversas pessoais como em fóruns institucionalizados. Por exemplo, o Encontro Nacional da Cultura, realizado em São Tomé entre 21 e 26 de novembro de 2011, ficou marcado pela polémica em torno da intervenção do ministro Olinto Daio, que "arrancou aplausos do público". ⁴⁹ De uma posição adversativa, dir-se-ia que o ministro não poderia ter feito mais para cortar pontes com a diáspora. Numa alocução parcialmente proferida em *santomé* ou *forro*, o ministro disse: "Negaram a dança da puíta porque tem cumba e foram dançar danço congo e estão a tomar chicote", ⁵⁰ tal a metáfora que alguns entenderam dirigida aos emigrantes constantemente críticos da miséria do país, que deixaram para escapar àquela, mas que acabaram, muitos deles, a viver numa miséria pior, não cessando, ainda assim, de dizer mal em vez de regressar para ajudar a melhorar a sua terra.

No fundo, parece subsistir a exigência de uma conduta em conformidade com a condição de são-tomense, que, não estando definida, passa pelo alinhamento com o poder instalado, assim se classificando, ou não, os indivíduos como "verdadeiros são-tomenses". Independentemente da diferença de regimes e de linguagens políticas, a relação com a diáspora parece difícil. Tendo em vista a realização do Fórum da Diáspora nos dias imediatos, 28 e 29 de novembro de 2011, não se poderá rejeitar qualquer interpretação da intencionalidade do ministro Olinto Daio, mormente a da reafirmação do costumeiro desdém pelos contributos políticos e culturais da diáspora, dado que não se esperam contributos económicos significativos.

A propósito deste evento, imediatamente surgiram críticas ao alegado sectarismo dos convites para a participação num encontro que, supostamente, visava obter os contributos da diáspora para a delineação da política económica. Entre as recomendações ao governo emanadas desse evento, conta-se a da alteração legislativa para viabilizar a participação dos emigrantes nas eleições parlamentares, a criação de um instituto dos emigrantes no arquipélago, a institucionalização de um fórum dos emigrantes em São Tomé e, ainda, o apoio jurídico nos serviços consulares.⁵¹

Em São Tomé e Príncipe, celeremente tornado no país africano com a segunda maior taxa de emigração⁵², parece arraigada a incomodidade com a condição mas, sobretudo, com o protagonismo dos emigrantes, sentimento transversal a pessoas de vários gover-

⁴⁹ Referindo-se à identidade cultural do país, Olinto Daio disse: "estamos perdidos, minha gente. Não sabemos quem somos, as nossas origens! Até os são-tomenses que estão no estrangeiro só falam mal da nossa terra, negam a sua terra" (cf. *Correio da Semana* n°322, 23 de novembro de 2011, p.16).

[&]quot;Inem iscá nega semba punda cumba, maje inen sá nalá cá piá dançu, isca toma sotchi bôbô" (cf. http://www.telanon.info/cultura/2011/11/23/9064/ministro-da-educacao-sem-educacao-vai-ao-%e2%80%9cprimeiro-forum-nacional-da-cultura%e2%80%9d-e-insulta-os-santomenses/, acesso a 29 de novembro de 2011). Neste caso, tradução livre é a menção apropriada. Interpelada, uma pessoa são-tomense afirma que interpretava a frase como uma mensagem do seguinte teor: "Estamos perdidos! Existem são-tomenses que estão no estrangeiro que só falam mal da nossa terra e desvalorizam a nossa cultura".

⁵¹ Cf. http://cstome.net/oparvo/1%C2%BA%20F.htm, acesso a 16 de dezembro de 2011.

Para 2010, a taxa de emigração cifrava-nos 21,9%, cf. http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf, acesso a 27 de fevereiro de 2102. Eventualmente calculada por defeito, esta taxa é assinalável por, como se disse, a emigração ser um facto recente, isto é, ter apenas algumas décadas e materializar uma mudança radical na relação dos são-tomenses com o mundo.

nos e partidos. Aliás, encontrar-se-á quem, crítico na diáspora, vire crítico desta depois de reinserido na terra. A mudança para a democracia representativa não removeu este lastro de antagonismo, para o qual, dissemos, talvez tenha de se procurar explicações para além do dia a dia da política nas ilhas.

As perspetivas sobre as causas da emigração explicam o subsistente mal-estar entre a terra e a diáspora, evidentemente não verbalizado como tal. Parte dos emigrantes achará sempre que teve de sair, que foi forçada a procurar a vida. Na falta de uma ideologia ou cultura da emigração, esta é explicada pelas circunstâncias na terra. Logo, esta explicação dá, implícita mas imediatamente, lugar à avaliação da política, o mesmo é dizer, à depreciação dos políticos. Parte da diáspora, mormente a mais qualificada, sente que está apartada por razões que se prendem com a perpetuação no poder dos políticos, a quem atribuem a desgraça do país e a falta de oportunidades para os demais cidadãos, parte dos quais, por isso, tem de ficar por fora. O sentimento de injustiça aflora, tanto mais que parte dos expatriados julga que a diáspora tem talentos e competências que não abundam nas ilhas.

Portanto, o que está em causa é a rede clientelar que, mobilizando oportunidades, se constitui como um óbice ao retorno dos são-tomenses. Logo, as queixas relativas à arquitetura política não desaparecem: se, no tempo do partido único, a feição ditatorial do regime constituía o alegado empecilho ao regresso,53 atualmente fala-se na corrupção e na acumulação indevida de recursos e de oportunidades. Numa sociedade algo fechada, quem chega para construir uma vida à medida das necessidades aprendidas por fora admite sujeitar-se a percorrer a via-sacra de lealdades pessoais. A sua ascensão social depende mais desta predisposição do que da sua competência técnica. Além deste aspeto, sobram os efeitos do ainda pouco enraizado pluralismo político e da escassa tolerância para com as diferenças.54

Tal ambiente pode obstar ao retorno e complicar a reinserção dos emigrantes. Se, como outrora, os problemas políticos,⁵⁵ as dificuldades económicas e, ainda, as limitações de um horizonte insular determinaram a partida de são-tomenses, presentemente, a antevisão da rarefação das oportunidades e das consequentes tensões associadas à sua disputa desincentiva o respetivo regresso.⁵⁶ Em suma, no arquipélago perduram os fatores de alguma conflitualidade surda e da estigmatização dos emigrantes, assim se

Diga-se que tais condições prejudiciais aos emigrantes não os visavam enquanto tais, sendo antes um resultado da política económica e financeira do novel Estado. Naturalmente, a ter existido uma tradição de emigração e um número significativo de emigrantes, que sugerissem maior abertura ao mundo, as opções económicas e financeiras poderiam ter sido diferentes desde os primórdios da independência.

Assinalado por BONFIM, op. cit., pp.92-93; veja-se também MATA, op. cit.

Já no regime multipartidário, mais do que como escapatória económica e social, a emigração tem sido encarada por atores políticos como solução temporária para acomodar derrotas na política e para ajudar a diluir a memória local dessas derrotas. É certo que esta representação da emigração diz respeito sobretudo aos políticos, mas ela contamina a visão que nas ilhas corre acerca do comum dos emigrantes.

Aparentemente, a situação dos estudantes enviados para vários países constitui uma manifestação, se não de imperícia, pelo menos de dificuldade na relação entre o Estado e os expatriados. De Cuba, do Brasil e de Angola chegam amiudadas queixas relativamente a atrasos nos pagamentos de bolsas, o que cria desafeição e, objetivamente, empurra jovens para fora dos estudos. Em resultado desta situação, quanto de uma (inconfessada) depreciação das possibilidades de singrar na sua terra, nalguns casos os jovens acabam por se fixar nas sociedades onde fizeram os seus estudos, não regressando ao arquipélago.

alimentando a dinâmica de atrito entre, por um lado, os que ficaram e se apropriaram de vários recursos de poder e, por outro, alguns dos expatriados que não perdem de vista a deriva da sua terra.

Consciência crítica na diáspora

Após anos de aparente imobilismo, o enquadramento político internacional do arquipélago alterou-se radicalmente e as suas relações externas ganharam múltiplas facetas (as várias comunidades – incluindo as de outros africanos no arquipélago – também compõem as relações entre o arquipélago e os países geográfica ou politicamente próximos). Enquanto isso, a diáspora são-tomense é, em primeiro lugar, uma descoberta retórica. Esboça constituir-se como uma rede, mas ainda não assenta num pujante associativismo. Também por este facto, a diáspora são-tomense não vê acrescentada a capacidade de influir direta ou indiretamente no devir do país.

Desde há anos, vem-se notando a tentativa de afirmação da diáspora, cujo pólo mais dinâmico se localiza em Portugal. Porém, contra essa afirmação milita a pobreza e a marginalidade de uma fração substancial dos emigrantes. Afora isso, também não sabemos se a indiferença relativamente ao associativismo prevalecente nas ilhas não é replicada em Portugal e se não se olha com ceticismo as tentativas de protagonismo no seio da comunidade. É de admitir que o reforço dos vínculos familiares e, por conseguinte, da identidade coletiva se processe à margem de esforços associativos e da tentada afirmação institucional da diáspora.

Justamente, a diáspora – ou quem, socialmente mais diferenciado, a representa – pretende-se talhada para o diálogo político com os governantes em São Tomé. Mais, hoje, alguns emigrantes tentam ser uma consciência crítica do rumo político do arquipélago (em contrapartida, por ocasião dos pleitos eleitorais, qual réplica da *maldição* da terra, outros emigrantes já demandam *banho*, isto é, a dádiva de bens materiais em troca de votos). Por isso, ao mesmo tempo que comummente se fala de trajetos e condições de vida, alguns emigrantes escrutinam o rumo da democracia e a incidência da corrupção na terra natal.

Os emigrantes tentam erigir-se numa diáspora, de alguma forma denotadora da elevação do seu patamar cultural e social. Ainda em fase de afirmação de si própria, a diáspora não reflete, por ora, muito mais do que uma consciência militante da parte de alguns emigrantes quanto à necessidade da sua participação cívica e política. Ensaia-se uma institucionalização que lhe aumente a representatividade e a importância social e política. Alguns passos dados nesse sentido mostram-se inconsequentes. Replicando a rarefeita sociedade civil nas ilhas, os esforços associativos da diáspora ainda são débeis.⁵⁷ Pese embora a regularidade de certas realizações, elas apenas alcançam um universo re-

A debilidade associativa também reflete tanto as reservas quanto os expedientes mais ou menos inconsequentes dos governos dos países de acolhimento no atinente à criação de mecanismos de integração social dos imigrantes.

duzido. Outras, de maior vulto, sugeridas pelo mimetismo ou pelo voluntarismo, tornamse suscetíveis de instrumentalização ou motivo de polémica e dissensão.

Em outubro de 1998, em Lisboa, ocorreu o Encontro Nacional de Quadros de São Tomé e Príncipe. Voltou a efetuar-se um encontro, desta feita em São Tomé, mas por aí se parece ter quedado tudo. Em Portugal, a espaços ocorrem eventos, como o encontro dos quadros da Ilha do Príncipe em 2004, mas sem mais consequências. Como referimos, resta saber se tal inconsequência não espelha um juízo negativo sobre a valia dos propósitos e dos esforços associativos e se, no fundo, não reflete uma inamovível descrença no destino da terra e, note-se, no dos são-tomenses.

O incremento das possibilidades de comunicação aumentou o fluxo de comentários e de debate das várias vertentes de governação, por exemplo, em torno da observância dos acordos relativos à exploração petrolífera com a Nigéria e das políticas de desenvolvimento. É do exterior, onde o acesso a cargos políticos na terra se afigura mais improvável, que emana parte substancial dos reparos à fraca capacidade técnica e institucional dos dirigentes. Daí a incomodidade com as críticas, as quais, representando um exercício de responsabilidade social dos expatriados para com a terra natal, são ressentidas como injustas nas ilhas.

Por isso, no arquipélago, desvaloriza-se o que é dito e escrito por fora. Nas ilhas, algumas das tomadas de posição da diáspora são amalgamadas com a sobranceria de quem não está obrigado à resolução das incontáveis dificuldades do dia a dia no arquipélago. De caminho, entre os inconvenientes da formação no exterior,58 cita-se o desajustamento dos contributos para a resolução dos problemas sociais e das propostas de desenvolvimento elaboradas sem ponderação da realidade local. Independentemente da pertinência deste diagnóstico, assim abstratamente formulado, ele poderá dar azo a um fechamento de perspetivas e a juízos arbitrários e enfeudados à lógica clientelar aparentemente prevalecente em São Tomé e Príncipe, onde, note-se, por regra não se avalia o fosso entre as promessas proclamadas e as (não) executadas.

Por ora, os expatriados qualificados não têm possibilidades de um efetivo protagonismo. Desde logo, porque a diáspora não tem a profundidade histórica, a dimensão demográfica e o peso económico e social comparáveis aos de diásporas de outros países. Trata-se de uma diáspora recente, relativamente diminuta, ainda pouco estabilizada e institucionalmente fragmentada, culturalmente com alguma diferenciação mas sem avultados recursos económicos, mais, condicionada pelas situações de privação económica e social. Depois, porque não elencando a emigração como uma prioridade

Descortina-se aqui um veio histórico, a saber, o da avocação de uma relação particular com a terra como condição de um saber profícuo. Curiosamente, na era colonial, os colonos desconsideravam quaisquer apreciações em razão da presumida valia do seu saber prático, forjado na lida diária com os africanos. A residência e a sua hegemonia nas ilhas eram a fonte de um saber indiscutido. Mudados os referentes e os lemas políticos, a ligação à terra ressurge como uma premissa de qualquer enunciação pertinente sobre o arquipélago. No pós-independência, tal pressuposto aplicou-se aos estrangeiros, mas foi, e é, igualmente usado para se depreciar o contributo dos são-tomenses entrementes emigrados.

da política, as autoridades são-tomenses não contemplam, senão ocasionalmente e, porventura, com calculismo político, o papel da diáspora. De certa forma, os elementos da diáspora são tidos como indivíduos tornados diferentes. Nestas circunstâncias, o contributo da diáspora na renovação das elites, de governantes e das práticas políticas deverá permanecer mínimo.

E, não obstante este alheamento face ao eventual contributo dos expatriados, é de notar como, em mais de três décadas de independência, os líderes chegaram de fora, fosse do território, fosse do círculo das cumplicidades políticas operantes na terra. ⁵⁹ Em sucessivas conjunturas, a demanda de individualidades com contornos redentores – Miguel Trovoada e Fradique de Menezes – sobrepôs-se à adesão a elementos distintos a viver na terra. Aliás, o projeto nacionalista triunfante teve a sua gestação fora do território.

Iniciativas associativas

Portugal será o país de destino com ambiente mais favorável à atividade associativa e política dos são-tomenses e onde a comunidade pode aproveitar mais a sua capacidade organizativa. Se contra esta possibilidade milita uma pobre tradição de participação cívica da sociedade portuguesa, a verdade é que, nos últimos anos, instâncias políticas e administrativas favoreceram, quando não induziram, o associativismo entre os imigrantes.

Não foi por isso que certos projetos deixaram de falir. Por exemplo, a Associação Internacional dos Angolares, sediada em Sacavém, dita Internacional por supostamente ligar pessoas de vários países, anunciou em 2001 intervenções em prol do desenvolvimento do sul da ilha de São Tomé. Porém, não terá ido muito além de uma reunião de trabalho em janeiro de 2002 e de intenções. 60 Precisamente, ela pode ser um exemplo de um facto comum, a saber, a caducidade de muitos intentos associativos. Porém, pode igualmente indiciar a replicação de linhas de clivagem que radicam numa história não muito distante.

Com efeito, o associativismo denota veios de diferenciação que atravessam a comunidade são-tomense. Afirmaram-se várias associações, de que se salientam a ACOSP – criada em 1997 e habitualmente reconhecida como a associação dos são-tomenses em Portugal – e, mais recentemente, a associação de mulheres, *Men Non*,⁶¹ cuja apresentação, mormente no tocante ao trajar, parece tributária de uma ideia de uma comunidade orgânica que remonta aos primeiros desfiles da OMSTEP, a organização das mulheres são-tomenses do partido único. Os eixos fundamentais da sua

⁵⁹ A recente eleição de Pinto da Costa, que esteve à frente do país durante o regime de partido único, não invalida esta ideia, porque ele se manteve como que à margem das disputas políticas, reaparecendo como uma figura distante e promotora da regeneração das práticas políticas.

⁶⁰ Esta associação não foi reconhecida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Inter-cultural (ACIDI) (cf. RAMALHO, op. cit., pp.112-113).

⁶¹ Revelando um dinamismo apreciável, a *Men Non* vem com alguma regularidade promovendo eventos com os quais se vem dando a conhecer. Consulte-se também http://www.wix.com/mulher8/mennon.

atuação parecem ser os da sociabilidade e suporte jurídico, social e, quando possível, material aos membros da comunidade.

Alentado pela motivação religiosa, algum associativismo informal, de base, terá um papel relevante no apoio material, mesmo se parco, e na reconstrução de laços sociais⁶² de uma comunidade sujeita a uma força social centrífuga e na qual, evidentemente, se sentem os impactos negativos da crise económica.

O associativismo feminino denota a assimetria de género – o problema da mulher são-tomense é o homem são-tomense!, asseveram-nos – e, simultaneamente, evidencia as possibilidades de abordagem de temas – por exemplo, a violência doméstica - que nas ilhas começaram a concitar a atenção por indução de organizações internacionais. Ainda a respeito das assimetrias de género, é de salientar que a possibilidade de desagregação da família é um dos motivos para parte das mulheres não desejar regressar a São Tomé e Príncipe, 63 mesmo quando são perentórias a afirmar que teriam mais facilidades de vida caso voltassem ao arquipélago, asserção de que também importa duvidar.

Nota final

Por entre inércias e rituais, e mesmo quando resumido à "conversa deitada fora" sobre o curso da política e das vidas na terra e fora dela, o associativismo tem algum papel na promoção da ligação entre os são-tomenses expatriados.

Diga-se, pelas ilhas, a africanização⁶⁴ e os processos de diferenciação económica (de que a apropriação de terra é um sinal) vão apartar parte dos são-tomenses a viver no estrangeiro que, natural e progressivamente, deixarão de se sentir identificados com a terra, sua e dos seus ascendentes. Afinal, os emigrantes nem sempre encontram uma abertura propícia ao acolhimento dos de fora, nos quais progressiva e tacitamente eles próprios acabam por ser incluídos. Por razões ligadas à reprodução social das assimetrias prevalecentes, no arquipélago escasseia a compreensão pelos emigrantes, mormente pelos não bem sucedidos. Mas, arriscaria prognosticar, a recetividade em relação aos conterrâneos bem sucedidos mas sem hipóteses ou intenções de consumo dissipatório na terra também não será maior.

⁶² Sobre a participação cívica das mulheres são-tomenses, veja-se Sónia RAMALHO, *op. cit.*

NASCIMENTO, Augusto, 2011, "The São Toméan female association in Lisbon: the perception of gender in a migratory context" na 4th European Conference on African Studies - ECAS 4, in http://www.nai.uu.se/ ecas-4/panels/81-100/panel-96/Augusto-Nascimento-full-paper.pdf. Para outros aspetos relacionados com a perceção das relações de género entre são-tomenses, veja-se RAMALHO, op. cit., pp.45 e ss.

Um discurso identitário cada vez mais vincado vem celebrando a africanização da terra, como se este processo – aqui grosseiramente sintetizado como uma propensão para um retorno simbólico a origens africanas – corrigisse a distorção imposta pelo colonialismo. Ora, este viés essencialista não favorece, antes pelo contrário, o contributo dos emigrantes, mormente dos que vivem na Europa.

Referências bibliográficas

- Alegre, Francisco Costa, 2011, Crónica de Magodinho, São Tomé, UNEAS
- AMADO, Lúcio Barbosa Neto, 2002, S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial (de 1975 a 1991). O percurso do sistema educativo, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE
- barbosa, José Gomes, 2001, Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL
- Bastos, Luís Vaz de Sousa, 2011, São Tomé e Príncipe desafios e desenvolvimento, São Tomé, UNEAS
- Bonfim, João do Sacramento, 2000, Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa, dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Cahen, Michel, 1991, "Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe" in Revista Internacional de Estudos Africanos nº14-15, Lisboa, CEAA-IICT
- Eyzaguirre, Pablo, 1986, Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa, Ph. D. dissertation, Yale University
- Falola, Toyin, 2003, The power of african cultures, Rochester, University of Rochester Press
- Ferreira, Manuel Ennes, 1990, "Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R. D. São Tomé e Príncipe" in Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, CEAA-IICT
- Hodges, Tony e NEWITT, Malyn, 1988, São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate, Londres, Westview Press
- Mata, Inocência, 2004, A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense, Lisboa, Edições Colibri
- Menezes, Aires Bruzaca de, 2002, Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL
- Nascimento, Augusto, 2000a, "Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão de obra e das relações políticas)" in Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- 2000b, "Relações entre Brasil e S. Tomé e Príncipe: declínio e esquecimento" in As Ilhas e o Brasil, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico
- 2002, Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos, S. Tomé
- 2005, "Notas sobre a valia política, simbólica e económica dos processos migratórios em S. Tomé e Príncipe" in Arquipélago. História, 2ª Série, vols. IX-X, Ponta Delgada, Universidade dos Açores

- 2007, "Diáspora são-tomense e política na terra" in http://www2.iict. pt/?idc=1028&idi=11758
- _ 2008, *Atlas da lusofonia*. São Tomé e Príncipe, Lisboa, Prefácio
- _ 2011, "The São Toméan female association in Lisbon: the perception of gender in a migratory context", 4th European Conference on African Studies – ECAS 4, Uppsala, 15 a 18 de Junho in http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/81-100/panel-96/ Augusto-Nascimento-full-paper.pdf
- Oliveira, Catarina Reis de, 2004, Estratégias empreariais de imigrantes em Portugal, http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf, acesso:16 de novembro de 2011.
- Ramalho Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica, disssertação de mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL
- Rosa, M. J., Seabra, H. e SANTOS, T., 2003, Contributos dos 'imigrantes' na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira, http://www. oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf, acesso:16 de novembro de 2011.
- Sacramento, António Francisco do, 1996, A problemática do crescimento demográfico no processo de planeamento do território em S. Tomé e Príncipe: análise no sector de educação, saúde e emprego, dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Seibert, Gerhard, 1999, Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe, Leiden, Leiden University
- 2002, "Democracia e corrupção. O caso de São Tomé e Príncipe" in Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Porto, CEA da Universidade do Porto
- Tenreiro, Francisco, 1961, A ilha de S. Tomé, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- Trovão, Susana e RAMALHO, Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial. Dinâmicas familiares, de género e geração, vol.1, Lisboa, ACIDI



Breves considerações sobre as migrações e os trabalhadores não residentes em Macau

Ho Chi Un 1

1. Introdução

As sociedades modernas necessitam cada vez mais de se focar nos fenómenos e nos problemas demográficos, considerando o homem como meta última de todas as políticas e estratégias. Desta circunstância deriva a prioridade ou relevância dos estudos sobre a população. Por outro lado, em função da realidade demográfica, económica e social específica, e também do seu enquadramento político e jurídico, como é o caso de Macau, que é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China (RPC), que se estrutura em função da residência, importa, no contexto das migrações, em particular da imigração, referir o estatuto dos trabalhadores não residentes por contraposição aos residentes, entre a população residente em Macau em sentido amplo.

2. A evolução dos fluxos migratórios, em particular de imigração ²

Antes de mais, vamos abordar a evolução da estrutura da população. Ao longo dos 30 anos anteriores à transferência de soberania, a população do Território apresentou uma estrutura pouco estável. No final dos anos 50, e tendo por referência a década precedente, era notória uma tendência para o envelhecimento da população, resultando provavelmente da reacção natural à retracção de nascimentos que se terá verificado no período da II Guerra Mundial.

A partir de então, e até 1970, torna-se evidente a reduzida proporção da população idosa, facto este derivado essencialmente do enorme crescimento da população (50 %)

¹ Assessor do Secretário para a Segurança e docente em tempo parcial da Faculdade de Direito da Universidade de Macau; doutorando em Ciência do Direito Constitucional e Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Zhejiang da República Popular da China.

² Nesta parte, o presente estudo foi inspirado pelo artigo intitulado "A População de Macau (Estrutura e Dinâmica)", da autoria de José Castro Pinto, publicado na Revista Administração, n.º 23, vol. VII, 1994-1.º, pp. 111-129.

ao longo da década de 60. Até ao início dos anos 80 dá-se um grande aumento da população jovem (15 aos 29 anos), como consequência directa da estrutura etária dos fluxos imigratórios de finais da década de 70.

Em 1991, os dados dos Censos revelaram uma nova alteração, traduzida no notório agravamento do peso do grupo dos 25 aos 39 anos e ainda um grau de envelhecimento inferior ao de dez anos antes. Mais de uma década depois da transferência de soberania, em 12 de agosto de 2011, registaram-se 552 503 pessoas na população de Macau, mais 117 268 do que em 2001, ou seja, um aumento de 26,9%, e um crescimento anual médio de 2,4% nos últimos dez anos.

Em consequência do rápido desenvolvimento económico, aumentaram as necessidades de mão-de-obra, tendo o crescente número de trabalhadores não residentes atenuado a falta de recursos humanos e acelerado o crescimento populacional de Macau.

No período dos Censos 2011 encontravam-se em Macau 62 304 trabalhadores não residentes, assim como 4 944 estudantes não residentes, representando estes dois grupos 12,2% da população total. Excluindo trabalhadores e estudantes não residentes, os residentes de Macau totalizavam 485 255.

É de realçar que o número de nascimentos, que vinha descendo progressivamente desde o pico de meados da década de 80, recomeçou a subir gradualmente em 2003. Este fenómeno traduziu-se numa queda substancial de 30,1% na população infantil e juvenil, com 65 870 indivíduos até aos 14 anos, representando 11,9% da população total, que diminuiu 9,7 pontos percentuais face a 2001. Daí que, como já foi vincado, a estrutura da população de Macau tenha sofrido grandes alterações ao longo das últimas décadas, as quais são atribuíveis essencialmente à contínua queda da taxa de natalidade e mais ainda ao comportamento dos fluxos migratórios.

A seguir, vamos analisar com pormenor o fenómeno dos fluxos migratórios, com base nos dados estatísticos referentes à imigração (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados estatisticos sobre imigração							
	IMIGRAÇÃO						
	Indivíduos autorizados a residir em Macau		Cidadãos chineses titulares de "Salvo conduto singular da China Continental para Macau/Hong Kong"				
Ano	N.°	Variação homóloga (%)	N.°	Variação homóloga (%)			
1985	~	~	1.784	~			
1986	~	~	1.689	-5,3			
1987	~	~	1.533	-9,2			
1988	~	~	1.478	-3,6			
1989	~	~	1.463	-1,0			

Quadro 1 - Dados estatísticos sobre imigração

1990	1.684	~	1.493	2,1
1991	7.558	348,8	1.579	5,8
1992	5.771	-23,6	1.447	-8,4
1993	2.026	-64,9	1.445	-0,1
1994	1.852	-8,6	1.667	15,4
1995	1.797	-3,0	1.921	15,2
1996	1.465	-18,5	1.857	-3,3
1997	1.485	1,4	1.937	4,3
1998	1.179	-20,6	2.521	30,1
1999	973	-17,5	4.984	97,7
2000	1.127	15,8	2.919	-41,4
2001	2.359	109,3	4.621	58,3
2002	4.092	73,5	3.110	-32,7
2003	2.791	-31,8	2.451	-21,2
2004	7.279	160,8	6.885	180,9
2005	11.395	56,5	3.335	-51,6
2006	~	~	2.800	-16,0
2007	6.115	~	2.221	-20,7
2008	7.917	29,5	2.280	2,7
2009	9.489	19,9	3.121	36,9
2010	4.455	-53,1	9.056	190,2
2011	2.812	-36,9	6.222	-31,3
Total	85.621		77.819	

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (http://www.dsec.gov.mo/default.aspx)

Se observarmos o quadro indicado acima, pode constatar-se existirem apenas pequenos desvios entre a imigração registada oficialmente nos anos de 1988 a 1991 e o número de residentes no Território naturais da República Popular da China, que declararam nos Censos de 1991 terem entrado naqueles anos. Assim, tomando a série dos últimos 15 anos baseada nos Censos de 1991 como bastante aproximada da realidade e ainda pouco afectada pela ocorrência de óbitos ou pela emigração, pode concluir-se que o fenómeno imigratório era pouco significativo em meados da década de 70. A partir de 1987 nota-se um novo aumento da imigração até 1991.

Com base nos dados do referido quadro, poder-se-á também concluir que nos últimos 15 anos teriam entrado, permanecendo ainda no Território, cerca de 160 mil pessoas provenientes da RPC, ou seja, um quantitativo idêntico ao total da população existente em 1960.

Quanto à situação actual, em termos da população imigrante, é uma componente demográfica muito relevante para Macau, já que, de acordo com os dados dos Censos 2011, os 326.376 indivíduos que nasceram fora de Macau equivaliam a 59,1% da população total, crescendo 3,0 pontos percentuais face a 2001. Segundo o local de nascimento, 255.186 indivíduos eram naturais da China Continental, representando 46,2% da população total e caindo 1,2 pontos percentuais em comparação com 2001. Os 226.127 naturais de Macau representavam 40,9% da população total, enquanto os 19.355 naturais de Hong Kong correspondiam a 3,5% e os 1.835 naturais de Portugal correspondiam a 0,3 %.

O número de indivíduos naturais de outros países e territórios aumentou substancialmente, devido à afluência de trabalhadores não residentes. Salienta-se que 14.544 pessoas eram naturais das Filipinas, 7.199 do Vietname e 6.269 da Indonésia, perfazendo conjuntamente 5,1% da população total. Quanto à distribuição por continentes, 1.942 nasceram na Europa (excepto Portugal), 2.252 na América, 959 na África e 672 na Oceânia.

Quanto à nacionalidade, 509.788 pessoas possuíam nacionalidade chinesa, representando 92,3% da população total e diminuindo 2,9 pontos percentuais relativamente aos Censos 2001. A nacionalidade portuguesa representava 0,9% da população total, descendo 1,1 pontos percentuais. A composição populacional apresentou um comportamento diversificado, em consequência do desenvolvimento económico, do investimento do Exterior e da entrada de trabalhadores e estudantes não residentes. Contaram-se 37.695 pessoas com outras nacionalidades, ou seja, 6,8% da população total, com um acréscimo de 4,0 pontos percentuais, destacando-se 2,7% com nacionalidade filipina.

Macau é uma sociedade maioritariamente chinesa, já que 510.383 indivíduos tinham ascendência chinesa, um acréscimo de 94.030 nos últimos dez anos, não obstante a redução de 3,3 pontos percentuais em relação à população total, ou seja, 92,4%. Quanto à ascendência portuguesa (e mista), totalizava 8.106 indivíduos, com um ligeiro acréscimo de 333 comparativamente a 2001, constituindo 1,5% da população total, isto é, diminuindo ligeiramente 0,3 pontos percentuais em termos relativos.

3. Os residentes e os trabalhadores não residentes na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)³

Como se referiu, residem em Macau indivíduos de diversas nacionalidades. Sendo Macau uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, e sendo embora a larga maioria dos residentes de nacionalidade chinesa, o sistema jurídico

Nesta parte segue-se de perto a intervenção proferida na Conferência Internacional sobre "As Reformas Jurídicas de Macau no Contexto Global", por ocasião do 20º Aniversário da Faculdade de Direito, organizada entre 17 a 18 de Dezembro de 2008 pelo Centro de Estudos Jurídicos e Instituto de Estudos Jurídicos Avançados da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, e publicada no Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, n.º 27, pp 357 e ss.

de Macau estrutura-se com base na residência e não na nacionalidade, e por isso nos direitos dos residentes e dos não residentes por equiparação com os residentes.

Assim, é também de utilidade, neste contexto, abordar e caracterizar brevemente o conceito de residência previsto na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (designada abreviadamente por Lei Básica). Este vai muito mais além do conteúdo juscivilístico previsto no Código Civil, assumindo contornos verdadeiramente especiais, que o tornam ímpar quanto cotejado com o dos demais ordenamentos jurídicos. A Lei Básica evidencia, desde logo, uma enorme preocupação em esclarecer rigorosamente, enumerando até à exaustão, quem goza do "direito" de residência (permanente) na RAEM (vide as alíneas 1) a 6) do art.º 24.º,).⁴ A Lei refere, designadamente, na mesma norma "in fine", que "As pessoas acima referidas têm direito à residência na Região Administrativa Especial de Macau e à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente Permanentes da Região Administrativa Especial de Macau". E acrescenta: "Os residentes não permanentes da Região Administrativa Especial de Macau são aqueles que, de acordo com as leis da Região, tenham direito à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente de Macau, mas não tenham direito à residência."

Donde se retira *a contrario*, e residualmente, que a residência permanente, ou estatuto de "residência permanente", para utilizar a opção personalizada da Lei Fundamental, é o que confere o "direito de residência", aquele que emana directamente da Lei Constitucional, por virtude exclusivamente de um conjunto de circunstâncias íntimas do indivíduo, e sem qualquer intervenção de qualquer poder, ou qualquer possibilidade de afastamento ou compressão. Isto sucede por oposição ao estatuto de residente não permanente, o qual, além do mais, depende de um acto de autorização da Administração Pública, impregnado de um elevado nível de discricionariedade.

⁴ Escreve-se no artigo 24.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau:

[&]quot;Os residentes da Região Administrativa Especial de Macau, abreviadamente denominados como residentes de Macau, abrangem os residentes permanentes e os residentes não permanentes.

São residentes permanentes da Região Administrativa Especial de Macau:

¹⁾ Os cidadãos chineses nascidos em Macau antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, bem como os seus filhos de nacionalidade chinesa nascidos fora de Macau;

²⁾ Os cidadãos chineses que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos sete anos consecutivos, antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, e os seus filhos de nacionalidade chinesa nascidos fora de Macau, depois de aqueles se terem tornado residentes permanentes:

³⁾ Os portugueses nascidos em Macau que aí tenham o seu domicílio permanente antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau;

⁴⁾ Os portugueses que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos sete anos consecutivos, antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, e aí tenham o seu domicílio permanente;

⁵⁾ As demais pessoas que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos sete anos consecutivos, antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, e aí tenham o seu domicílio permanente;

⁶⁾ Os filhos dos residentes permanentes referidos na alínea 5), com idade inferior a 18 anos, nascidos em Macau antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau."

É de notar que os residentes de Macau, de qualquer nacionalidade, podem ingressar no estatuto de residente permanente por duas vias. A primeira, que designaríamos por "aquisição originária" do "direito" de residência, depende, como atrás se disse, apenas de circunstâncias pessoais, ligadas ao nascimento e ao parentesco, que operam por si mesmas, ope lege, sem necessidade de gualquer impulso do interessado, mas tão somente, e só em certos casos, de um mero acto de reconhecimento. A segunda, que na mesma linha de raciocínio será uma "aquisição derivada", configura apenas uma "autorização de residir" em Macau, precedida da avaliação de uma série de circunstâncias e requisitos fixos e variáveis, e consubstancia, como também já se disse, um acto administrativo impregnado de uma larga discricionariedade conferida pela lei originária (Lei n.º 4/2003 e Regulamento Administrativo n.º 5/2003).

A expressão "trabalhador não residente" situa-nos imediatamente no âmbito do direito do trabalho, e dentro deste no conceito de "trabalhador", que pela sua universalidade, de todos conhecida, despiciendo seria aqui caracterizar. Também nos transporta para a noção de "não residente", esta a merecer aqui algum desenvolvimento quanto aos seus traços de natureza jurídico-política e até sociológica, e muito particularmente pelos contornos que assume no contexto de Macau, em face do singular conceito de "residência" nesta região autónoma.

Na verdade, o termo "residência" sugere, por norma, e no comum dos ordenamentos jurídicos, o "lugar que serve de base de vida a uma pessoa", o seu domicílio. Isto é, independentemente da nacionalidade da pessoa e quer esta se mantenha ou não domiciliada no seu país de origem, a residência é, em geral, o lugar onde ela possui a sua casa de habitação, onde permanece habitualmente, onde exerce a sua actividade profissional e de um modo geral onde possui a sua família, o seu círculo de amigos, onde, em suma, em dado momento da sua vida estabelece as suas raízes em termos familiares, económicos e sociais.

Simplesmente, em Macau, a noção de residência vai muito mais além dos limites jus-civilísticos que é comum encontrar-se nos ordenamentos dos Estados soberanos, assumindo aqui contornos muito próximos da cidadania, aliás, como importante corolário do próprio da autonomia desta região da República Popular da China.

Só a título de exemplo, entre muitos outros relevantíssimos aspectos, a qualidade de residente confere capacidade eleitoral ao seu titular, o que, como é bom de ver, não se compaginaria com a concessão da comum autorização de residência, e por via dela da atribuição do "estatuto de residente", nas circunstâncias em que tal é vulgar acontecer, objectiva e subjectivamente, na generalidade dos ordenamentos jurídico-políticos. Isto sucede com toda e qualquer pessoa autorizada a permanecer em Macau, por um período mais ou menos longo e para a concretização de um qualquer fim tutelável, sem que se mostrem presentes apertados requisitos e condições em tudo idênticos aos da concessão do estatuto de nacional por parte dos estados soberanos.

Esta situação vale inteiramente, pelo menos a título de densificação das políticas migratórias concebidas há já décadas para Macau, relativamente àqueles que demandam este território, especialmente estrangeiros, em busca de emprego, primordialmente.

Foi criada, por isso, para esta categoria de cidadãos que "permanecem em Macau" para fins laborais, uma ficção jurídica que visa sobretudo distingui-los dos residentes, dos trabalhadores residentes, mas também, em nossa opinião, dos que aqui permanecem com uma finalidade que não a do trabalho stricto sensu ou simplesmente para fins turísticos.

Dizemos ficção porque é, na verdade, uma realidade ficcionada, pois não é do senso comum que uma pessoa trabalhe habitual e prolongadamente, e por consequinte viva, num determinado espaço geográfico sem que se considere que nele resida.

Mas o que se passa é que os trabalhadores a que nos vimos referindo, apesar de aqui possuírem o seu emprego com carácter de regularidade (muitos há uma e mais décadas) e de aqui viverem, permanecendo habitualmente (por vezes anos consecutivos), não são considerados residentes, pese embora também se não entenda que aqui permanecem meramente, não obstante, no fundo, residirem, de facto, em Macau. Eis, pois, como a cisão da noção de residência, em residência de facto e de direito, leva à criação da figura ficcionada de "trabalhador não residente".

No âmbito da abordagem histórica e sociológica, pode afirmar-se que desde as últimas décadas do séc. XX, em especial por força de um quadro económico e político que começa a desenhar-se no capítulo do desenvolvimento urbano e demográfico, o avizinhar do retorno de Macau à pátria, a assinatura da Declaração Conjunta lusochinesa, em 1987, entre outros factores, e ainda em face de um notável crescendo de imigração proveniente de alguns países do sudeste asiático, e da própria China continental, se sente a necessidade da consagração de um regime jurídico disciplinador, quer das relações de trabalho entre os empregadores locais e os trabalhadores estrangeiros, rectius não residentes, quer do próprio estatuto destes.

Pois em face do exponencial crescimento, quer da população residente, quer da procura de emprego por pessoas vindas do exterior, já deixara de fazer sentido o quadro legal antigo, vago, insipiente, constante do Diploma Legislativo n.º 1796 de 1969. Este consagrava uma enorme liberdade e facilidade no estabelecimento de relações laborais e de residência (claro que justificável, ao tempo, designadamente pela escassez de mão-de-obra qualificada, e não só), mas que em todo o caso possuía o mérito de introduzir um primeiro regime legal daquelas relações, pese embora ainda muito embrionário quanto à questão laboral e à relação desta com o instituto da residência.

Por fim, para actualização, modernização e adaptação das políticas legislativas a uma nova realidade social totalmente diversa da dos anos 80 do séc. XX e condensação

dos diversos instrumentos legais num só diploma, ou num pacote legislativo, com o fim de evitar a dispersão, favorecer a certeza e a segurança, e facilitar o conhecimento por parte dos cidadãos, a RAEM já publicou um pacote legislativo sobre o trabalhador não residente, com a entrada em vigor da Lei n.º 21/2009, que aprova a Lei da contratação de trabalhadores não residentes. Para efeitos de boa execução daquela lei, o Chefe do Executivo elaborou consequentemente o Regulamento Administrativo n.º 8/2010 sobre a Regulamentação da Lei da contratação de trabalhadores não residentes, bem como o Regulamento Administrativo n.º 23/2010, que Regulamenta as condições ou encargos a estabelecer na autorização de contratação de trabalhadores não residentes.

Assim, para adequada e rigorosa conformação da forma com a nova realidade de normação patente na Lei Básica, Macau conta com um novo meio jurídico para regular a matéria desta índole, sendo alargada a acção disciplinadora da lei a outras realidades do mundo laboral de hoje, designadamente em matéria de prestação de serviços e de actividades por conta própria.

Em geral, e dado o fenómeno da procura de Macau como destino de trabalho, prevenindo e reagindo contra o trabalho em condições não admitidas, há necessidade de proibir o trabalho ilegal, como se determina através do Regulamento Administrativo n.º 17/2004.

Por último, podem ser outras as motivações e o estatuto dos que procuram Macau. Para captar investimentos e para a fixação de quadros dirigentes e técnicos especializados, o Governo, desde 1995, vinha a criar incentivos para atrair indivíduos qualificados para residir em Macau, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da economia. Segundo os dados de 2007 a 2011, divulgados pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, o número dos beneficiários resultantes dos pedidos de fixação temporária por aquisição de bens imóveis nos anos 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 são, respectivamente, de 3 858, 5 066, 7 146, 483 e 101. Podemos constatar que o número dos beneficiários nos últimos dois anos indicados se reduziu consideravelmente, por causa da suspensão, em 4 de abril de 2007, da recepção de pedidos de fixação temporária por aquisição de bens imóveis, nos termos do Regulamento Administrativo n.º 7/2007, para evitar os efeitos desfavoráveis dessa política, que contribuía decisivamente para elevar os preços de mercado no sector imobiliário.

Migração laboral em Timor-Leste

Augusto Soares ¹ Jenice Fernandes ²

Timor-Leste é um país recém-independente, com 14.609 quilómetros quadrados, no sudeste da Ásia. O país inclui a metade oriental da ilha de Timor, o enclave de Oecusse, localizado no interior do território da Indonésia em Timor Ocidental, e as ilhas de Ataúro e Jaco.

A capital de Timor-Leste é Díli, com uma população de 175 730 habitantes (Censo 2004), que representa cerca de 19 % da população total. As línguas oficiais são o Tétum e o Português, existindo duas línguas de trabalho, o Inglês e o Indonésio.

A história de Timor-Leste foi caracterizada por mais de 400 anos de governação colonial, por portugueses e holandeses. A colonização portuguesa acabou em 1975, sendo seguida por um novo período de colonização imposto pelo governo indonésio. Em 1999 foi realizado um referendo, com o apoio das Nações Unidas, que mostrou que 78% da população rejeitava a ligação à Indonésia, favorecendo assim a independência. As forças armadas indonésias responderam com violência. Em resultado, foram destruídos 85% dos edifícios da cidade e um terço da população fugiu, a maioria para Timor Ocidental, Indonésia, e, em menor número, para países como Austrália e Portugal.

A 25 de outubro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), como um sistema integrado e multidimensional de manutenção de paz responsável pela administração do país durante a sua transição para a independência. A 30 de agosto de 2001, os timorenses elegeram uma Assembleia Constituinte. A Fretilin, o partido político historicamente associado à luta pela independência, ganhou 55 dos 88 lugares na assembleia. A Assembleia Constituinte foi responsável pela elaboração da Constituição de Timor Leste.

Universidade da Paz, Timor-Leste. Email: unpazfaculty.ish@gmail.com.

² Ponto focal ACP e Organização Internacional para as Migrações, Timor-Leste. Email: jfernandes@iom.int.

Apesar da maioria das instituições estatais definidas pela Constituição de Timor--Leste ter sido implementada, algumas ainda estão em fase de desenvolvimento. Em muitas ainda não existem recursos humanos de qualidade e quadros jurídicos e regulamentares, que são necessários para o funcionamento da economia de mercado. Uma quebra recente na segurança nacional em abril de 2006 abrandou a construção da nação e o processo institucional de fortalecimento do governo, o que resultou num pedido de ajuda internacional. A falta de um governo forte e a fragueza institucional afectam o ambiente socioeconómico, assim como as possibilidades de desenvolvimento e crescimento.

Durante a luta de Timor-Leste pela independência, mais de 250.000 pessoas deixaram o país, fugindo para Timor Ocidental (na Indonésia) e, em menor número, para países como Austrália e Portugal (Hamilton, 2004). Estes números sugerem que as migrações são um problema sério para o governo de Timor-Leste, resultando daí a necessidade de se formularem políticas adequadas.

Mais de 60% da população está abaixo da idade dos 25 anos, com uma taxa de desemprego de 18,4% entre os jovens de todo o país e 35% entre a juventude urbana. Este número provavelmente aumentará no futuro, em resultado da elevada taxa de crescimento populacional, de mais de 3%, e devido à emigração dos meios rurais para os urbanos.

Decorridos apenas alguns anos após a independência, Timor-Leste enfrenta problemas de debilidade económica, pobreza e desemprego. O governo criou uma lei relativa aos programas para promover a emigração de trabalho, com ênfase na segurança dos trabalhadores e na proteção social. Enquanto esta lei não é aprovada, foi criada uma unidade de trabalho no exterior dentro da Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego (SEFOPE), que coordena um programa de trabalhadores emigrantes enviados para a Coreia do Sul. Os incentivos oferecidos são sobretudo os salários, 15 vezes superiores em relação à média local, dos quais 85% devem ser enviados para o país de origem (FDC, 2007; Shuaib, 2008). Existe também um fluxo de jovens timorenses à procura de empregos na Europa, nomeadamente na Irlanda e no Reino Unido, através de Portugal (embora esta tendência tenha diminuído em 2003, dados os requisitos para obtenção de visto estabelecidos pelo governo português, bem como as iniciativas da Malásia e Coreia, que concordaram recentemente em aceitar trabalhadores timorenses). Além disso, o Governo de Timor-Leste, através da Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, assinou um Memorando de Entendimento com o Governo Australiano para iniciar um programa através do qual os trabalhadores timorenses são enviados para a Austrália. A principal área em que estes jovens timorenses irão operar será o turismo. Se no futuro a emigração de trabalho aumentar significativamente em Timor-Leste, isso terá um impacto no fluxo de remessas para o país, como já vimos em outros países em desenvolvimento.

Para além do povo timorense sair do país para procurar trabalho no exterior, entraram muitos trabalhadores estrangeiros em Timor-Leste, oriundos da China, Indonésia e Filipinas. A presença de trabalhadores estrangeiros no país despoletou alguma competição no mercado de trabalho. A maioria dos trabalhadores timorenses, que possuem poucas qualificações, não conseque competir com os estrangeiros, que chegam com competências profissionais variadas. Estes trabalham principalmente na área das infraestruturas, tal como projetos de eletricidade, construção de edifícios governamentais, estradas e pontes. Existem ainda outras questões relevantes nesta área. Por exemplo, muitos destes trabalhadores estrangeiros entraram no país com um visto de turismo, mas com o objectivo de procurar emprego. O departamento de imigração do governo de Timor-Leste identificou alguns destes trabalhadores estrangeiros e deportou-os, sempre que apropriado, ou então solicitou-lhes o pagamento de uma multa ao governo.

Como um país novo, Timor-Leste continua a enfrentar a falta de trabalhadores timorenses qualificados para participarem no desenvolvimento. Isto faz com que não possa evitar ou impedir os trabalhadores estrangeiros de entrarem no país. Uma das questões mais importantes é que Timor-Leste é a única economia baseada no dólar norte-americano na região e está a atrair imigrantes económicos asiáticos. A entrada de trabalhadores estrangeiros qualificados e não qualificados poderá ser encarada como uma privação de potenciais oportunidades de emprego por parte dos nacionais. Por outro lado, o investimento é particularmente necessário, mas os investidores muitas vezes importam os seus próprios trabalhadores (Almeida, 2010).

As questões da imigração laboral, tanto as que respeitam à emigração de nacionais como à entrada de trabalhadores estrangeiros, não têm sido levadas a debate público nem devidamente acompanhadas (Almeida, 2010). A Organização Internacional do Trabalho tem trabalhado em estreita colaboração com o Governo de Timor-Leste, assim como com os sindicatos, para desenvolver o direito do trabalho. A lei do trabalho foi aprovada pelo Parlamento Nacional em Dezembro de 2011. Espera-se que esta lei regule os direitos dos trabalhadores nacionais e estrangeiros neste novo país. Uma vez que a migração de trabalhadores é um dos aspetos que contribuem para o desenvolvimento, é necessária mais atenção por parte do governo para lidar com os problemas que estes trabalhadores enfrentam.

Referências bibliográficas

- Almeida, V. M. (2010), "Overview on South-South Migration and Development Trends and Research Needs in Timor-Leste", Bruxelas, ACP Observatory on Migration.
- Foundation for Development Cooperation (FDC) (2007), "Policy and Regulatory Framework for Remittances – Timor Leste", Brisbane, Foundation for Development Cooperation.
- Hamilton, K. (2004), "East Timor: Old Migration Challenges in the World's Newest Country", Washington, Migration Policy Institute.
- Shuaib, F. (2008), "Country Case Studies: Timor-Leste", in Leveraging Remittances with Microfinance, Part 2, Monash Asia Institute, Institute for Regional Development, University of Tasmania, Foundation for Development Cooperation.





Revista Internacional em Língua Portuguesa

Migrações

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa III Série, nº. 24 - 2011

Publicação Anual da Associação das Universidades de Língua Portguesa (AULP)

Referência solicitada ao catálogo LATINDEX – Sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e ao European Reference Index for the Humanities (ERIH) da European Science Foundation (ESF).

A Revista Internacional em Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

Fundador: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Director: Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Jorge Ferrão)

Coordenação Científica (Número Especial): João Peixoto (Universidade Técnica de Lisboa) e Duval Fernandes (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Secretariado Executivo: Teresa Botelheiro

Conselho Editorial: João Peixoto (Universidade Técnica de Lisboa - UTL), Duval Fernandes (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas), Adriana Freire Noqueira (Universidade do Algarve-UALG)

Conselho de Acompanhamento Científico: Conselho de Administração da AULP – Jorge Ferrão (Universidade Lúrio-Unilúrio), João Guerreiro (Universidade do Algarve-UALG), Clélio Diniz (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Rui Martins (Universidade de Macau-UM), Orlando Mata (Universidade Agostinho Neto - UAN), Paulino Fortes (Universidade de Cabo Verde-UNICV), Lourenço do Rosário (Universidade Politécnica de Moçambique-UPM), Armando Pires (Instituto Politécnico de Setúbal-IPS), Carlos Silva (Universidade Independente de Angola (UNIA), Fernando Costa (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), Aurélio Guterres (Universidade Nacional Timor Lorosa'e – UNTL), Rui Jandi (Universidade Lusófona da Guiné – ULG), Peregrino Costa (Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe – ISPSTP), Benedito Guimarães Neto (Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM)

Capa/Arranjo Gráfico:

Helder Rodrigues (Universidade do Algarve)

Execução Gráfica: Clio - Artes Gráficas, LDA

Editor: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Depósito Legal: 180505/02 **ISSN:** 2182-4452

Preço deste número: 10,00 Euros

Assinatura:

Correspondência relativa a colaboração de permutas e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2°, 1050-203 LISBOA Telf: 217816360 | Fax: 217816369 | Email: aulp@aulp.org

Para referência de números anteriores consultar: www.aulp.org

RILP

Revista Internacional em Língua Portuguesa

Migrações

Editores João Peixoto e Duval Fernandes

Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil



Índice

APRESENTAÇÃO MIGRAÇÕES Jorge Ferrão 9 **NOTA DOS EDITORES** João Peixoto e Duval Fernandes 13 PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA "Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países de língua portuguesa" Nancy Tolentino, Carlos Rocha, Corsino Tolentino e João Peixoto 23 **ANGOLA** "A noção de subalternidade e a distribuição étnica de Angola" 49 Helder Bahu **BRASIL** "Brasil: país de imigração?" Neide Lopes Patarra e Duval Fernandes 65 "Refugiados africanos em São Paulo, Brasil: espaços da migração" Rosana Baeninger e Roberta Guimarães Peres 97 CABO VERDE "Novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana: as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla" Iolanda Évora 113 GUINÉ-BISSAU "Migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e controvérsias dos actores envolvidos no processo" João Ribeiro Butiam Có 131 "Mobilidade e migrações na Guiné-Bissau: dinâmicas históricas e determinantes estruturais" Alexandre Abreu 145 **MOCAMBIQUE** "Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem" Manuel G. Mendes de Araújo e Ramos C. Muanamoha 165 "Causas, consequências e padrões da migração internacional

de Moçambique: questões emergentes no espaço da lusofonia"

187

Inês M. Raimundo

PORTUGAL	
"A evolução do sistema migratório lusófono.	
Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa"	212
José Carlos Marques e Pedro Góis	213
"As políticas de imigração em Portugal. Contextos e protagonistas"	
Ana Paula Beja Horta	233
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	
"O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses"	
Augusto Nascimento	257
ESTUDOS E NOTAS	
MACAU	
"Breves considerações sobre as migrações e os trabalhadores	
não residentes em Macau"	
Ho Chi Un	283
TIMOR-LESTE	
"Migração laboral em Timor-Leste"	
Augusto Soares e Jenice Fernandes	291



Migrações

Jorge Ferrão
Presidente da AULP e Reitor da Universidade Lúrio, Moçambique

Os fluxos migratórios têm vindo a aumentar em todo o mundo e no espaço da CPLP o fenómeno é evidente, sobretudo com o advento da paz nos países africanos de língua portuguesa. Esta realidade coloca numerosos desafios e profundas mudanças no contexto regional e nacional que exigem não apenas a uma mudança nas políticas públicas, mas, e fundamentalmente, respostas coordenadas e adaptadas num contexto de mobilidade regional e internacional.

Na realidade, a importância do fenómeno migração é visível pela sua dimensão e constitui uma das principais causas da modificação dos efectivos e das estruturas da população em todos os países da CPLP. A dinâmica migratória ocorre devido ao desenvolvimento de novas formas de mobilidade internacional do mercado e aos múltiplos processos de integração regional e da globalização. Por outro lado, não é menos verdade que a instabilidade e os conflitos armados que, infelizmente, ainda se verificam em alguns países no continente africano, contribuem em grande medida para alimentar estes fluxos.

Actualmente, e segundo dados estatísticos disponíveis (ONU e OCDE 2007), aproximadamente 200 milhões de homens e mulheres vivem fora dos seus países de origem, sendo imigrantes legais ou ilegais e refugiados, crescendo estes fluxos a um ritmo mais rápido do que o crescimento da população mundial. Estas mesmas estatísticas apontam para o facto de 95% dos migrantes serem mulheres, pois 1/3 das migrações internacionais são migrações familiares.

Analogamente, o número de estudantes que procuram por instituições de ensino superior tem aumentado, apesar de o espaço da lusofonia ter aberto muitas instituições de ensino superior. Dados da OCDE indicam que mais de 2,7 milhões de pessoas estudam fora do seu país de origem. Esta tendência se agrava com a introdução do protocolo de Bolonha e ainda pelo aumento exponencial que se verificou no subsistema secundário em muitos países. Só em Portugal verificou-se um aumento do número de estudantes inscritos de Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé. Entre os anos 2000 e 2005 o crescimento foi de 67,5%.

Tomando em consideração estes pressupostos, a AULP não pode estar alheia ao fenómeno migração. Assim, decidiu incorporá-lo na sua agenda de trabalho e pesquisa a todos os níveis, bilateral e multilateral, como prioridade. Aliás, nem é por acaso que o fenómeno migração, por ser um fenómeno em ascenção, tenha até instituído o Dia Internacional dos Migrantes (18 de Dezembro) como data de reflexão.

Esta revista, a primeira da AULP que aborda a questão da migração nos nossos países, foi produzida por especialistas e pesquisadores de nossas universidades e centros de pesquisa que acompanham e monitoram as tendências nacionais e regionais das migrações. Estas reflexões, naturalmente, colocam desafios às sociedades contemporâneas, às diferentes instituições políticas, educacionais, culturais, económicas e regionais.

Por conseguinte, é necessário questionar o espaço migratório do ponto de vista da sua mundialização, privilegiando as inter-relações que se tecem entre as zonas de partida e de chegada e, sobretudo, os retornos possíveis. No espaço da CPLP, os fluxos migratórios devem continuar ainda com mais intensidade nos próximos anos. Para a AULP, o importante seria avaliar as mutações espaciais induzidas pela circulação material e imaterial, o capital humano e financeiro e, fundamentalmente, as interacções entre a lógica dos actores e as recomposiçoes territoriais. O que agora se apresenta como desafio terá de ser analisado e assumido como uma oportunidade. A migração foi a base de prosperidade de vários países desenvolvidos. Com a CPLP, o percurso a trilhar poderá trilhar o mesmo rumo.



Nota dos Editores

João Peixoto
Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal
Duval Fernandes
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

O tema das migrações internacionais tem sido alvo de atenção crescente desde as últimas décadas do século XX. É certo que as migrações internacionais sempre existiram: movimentos populacionais unindo vários territórios, na configuração atual de Estados-nação ou em configurações anteriores, são tão antigos como a humanidade. Mas o incremento absoluto e, muitas vezes, relativo destes movimentos tem sido uma realidade ao longo do tempo. Os factores que estão na base da globalização explicam o aumento recente dos fluxos – e são, por sua vez, potenciados por eles. Todas as regiões do mundo estão hoje envolvidas em alguma forma de relação migratória internacional. Em muitos contextos, a mudança social e o desenvolvimento económico são dependentes das migrações. Dependendo do país, por vezes o estatuto migratório é sobretudo o de emissor, enquanto outras vezes predomina o de receptor. Mas são cada vez mais frequentes as combinações de estatuto (emigração e imigração em simultâneo) e, também, a alternância entre fluxos dominantes (emigração seguida de imigração ou o contrário).

Este número da *Revista Internacional em Língua Portuguesa* incide sobre o tema das migrações internacionais nos vários países de língua portuguesa. A reunião de um conjunto de textos nesta área é, só por si, um empreendimento inovador. Apesar da atenção crescente de que as migrações internacionais têm beneficiado e do aumento dos estudos sobre este tema em cada uma das nações envolvidas, o enfoque comum nos países que falam português é muito raro. Até à data, a primeira e única iniciativa deste tipo parece ser a publicação de um conjunto de textos na revista *International Migration* em 2009 (Martin, 2009) – curiosamente, uma publicação em língua inglesa. Esses textos resultaram da conferência "Migration and the Lusophone World", que teve lugar a 17-18 de Novembro de 2006, em Washington, EUA, sob a coordenação de Susan Martin. Depois disso, não parecem ter existido novos contributos, pelo que este número da *Revista Internacional em Língua Portuguesa* é o primeiro em que o tema é discutido em português.

A reunião de textos sobre as migrações internacionais nos países de língua portuguesa justifica-se por duas razões. Em primeiro lugar, é um pretexto para cruzar conhecimentos e experiências entre países que falam a mesma língua. Apesar de situados em diferentes regiões de mundo e de conhecerem histórias e problemas migratórios muitas vezes diversos, o facto de pensarem e falarem em português pode facilitar o intercâmbio de ideias. Em segundo lugar, é uma ocasião para refletir nas dinâmicas comuns. Como se sabe pela teoria dos sistemas migratórios, a ligação de territórios e países ao longo da história permite – e é reforçada com – deslocações migratórias (Kritz e Zlotnik, 1992). No caso dos países que falam português, séculos de história conjunta incluíram deslocações de pessoas em múltiplos sentidos e com inúmeros cambiantes. Ainda na atualidade e no futuro prospectivo, as migrações nestes países contam e irão contar com muitos intercâmbios recíprocos.

Adotando a perspetiva dos sistemas migratórios, um texto publicado no referido volume da International Migration marcou o debate. Maria loannis Baganha – autora que infelizmente já não está entre nós – foi a primeira a refletir de forma sistemática sobre a realidade do sistema migratório lusófono (Baganha, 2009). Segundo ela, Portugal começou por ser o centro do sistema, tendo as primeiras grandes ligações migratórias ocorrido com o Brasil. A entrada de outros países de língua portuguesa no sistema – países africanos, Timor-Leste e Macau – permitiu a multiplicação dos contactos. Com o tempo, o sistema tornou-se mais complexo, anunciando as mudanças que, em muitos casos, apenas hoje começam a tomar forma.

Para além do caráter inovador, este número da Revista Internacional em Língua Portuguesa apresenta um outro motivo de interesse. Assistimos hoje a uma importante viragem no estatuto e panorama migratório de muitos países lusófonos, o que sugere o início de um novo paradigma. Muitas das mudanças ocorreram na sequência da crise económica mundial desencadeada em 2008, enquanto outras estavam latentes ou eram já manifestas, tendo redobrado a sua intensidade nos últimos anos. Portugal, que durante séculos foi o centro do sistema migratório lusófono, tendo conhecido, nos finais do século XX, entradas numerosas oriundas de quase todos os países de língua portuguesa, conhece hoje um lugar menos preponderante; na atualidade, reconverteuse em emissor, muitas vezes para países que falam português. O Brasil, que alicerçou grande parte da sua história na entrada de imigrantes e que, depois de 1980, se tinha reconvertido em país de emigração, tornou-se de novo um magnete para fluxos internacionais. Angola é hoje um dos mais importantes recetores de imigrantes em África, provenientes de muitas partes do mundo. Em menor grau, também Moçambique e Cabo Verde se deparam com novos fluxos de entrada. Muitos destes assuntos são examinados nos artigos que fazem parte desta publicação.

Os artigos publicados neste número da Revista Internacional em Língua Portuguesa efetuam um levantamento dos problemas migratórios dos países lusófonos e, em muitos casos, focam as mudanças recentes que estão a levar a um novo paradigma. Estão apresentados por ordem alfabética dos países, à exceção do primeiro contributo, que se dedica à análise conjunta dos países africanos de língua portuguesa, e dos últimos, que constituem breves notas sobre a realidade migratória em Macau e Timor-Leste. Todas as nações que falam português e integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) estão agui representadas.

O primeiro texto, da autoria de Nancy Tolentino, Carlos Rocha, Corsino Tolentino e João Peixoto, examina a relação entre migrações, remessas e desenvolvimento no contexto africano, em particular no que respeita ao caso dos países de língua portuguesa. São revistos alguns dos principais números sobre os fluxos migratórios que unem, em diferentes direções e sentidos, os países africanos de língua portuguesa; é discutida a noção de que estes fazem parte de um sistema migratório comum, unido pela língua (ao qual pretence também o Brasil e, num sentido mais amplo, Timor-Leste); e é examinada a evolução das remessas, tanto no sentido dos fluxos recebidos como enviados. Entre outros aspetos, conclui-se pelo carácter muito dinâmico da realidade migratória, porque os países em causa têm assumido posições diversas ao longo do tempo. O caso mais exemplar é o de Angola, que atualmente detém uma forte atratividade migratória e se apresenta como um difusor líquido de remessas. Dada esta dinâmica, os países carecem de uma observação continuada.

O artigo de Helder Bahu é o único que incide sobre o caso específico de Angola, embora numa perspetiva histórica. O texto discute a distribuição dos grupos étnicos neste país, tendo em conta as suas linhas de identificação, processo de evolução e relação com fluxos migratórios. São tomados em conta, em primeiro lugar, os mapas étnicos desenhados durante o período colonial. Estes são criticados pela sua ligação à política colonial e com recurso à perspetiva dos subaltern studies, que procuram descortinar a identificação étnica de grupos dominados e subordinados sob as linhas de demarcação étnica oficiais. São ainda discutidas algumas mudanças registadas na época pós--colonial, tanto no que se refere à manutenção de divisões étnicas, como ao impacto dos fluxos migratórios contemporâneos. O autor argumenta que, apesar da deslocação generalizada para as cidades e dos casamentos interétnicos, que favorecem a diluição das identidades étnicas, é importante prosseguir o estudo destas linhas de demarcação em Angola.

No caso do Brasil, dois textos são apresentados. O primeiro, de autoria de Neide Patarra e Duval Fernandes, traça o perfil da evolução histórica do processo migratório brasileiro, com especial atenção aos desafios a serem enfrentados pela sociedade no momento atual. Os autores, partindo de uma breve introdução histórica, mostram como evoluiu a situação do país, que passa de um país de imigração, desde o descobrimento até ao final da 2ª Guerra Mundial, para a posição de país de emigração, na década de 80 do séc. XX e seguintes. A situação política internacional após os eventos de 11 de setembro e a crise económica do final da primeira década do presente século, contribuem para alterar o panorama da migração no Brasil, que volta a ter afluência expressiva de imigrantes, com importante participação de originários dos países lusófonos. Ao mesmo tempo, o país conta com uma comunidade de brasileiros no exterior que ultrapassa a casa de alguns milhões. Este quadro é emoldurado por um arcabouço jurídico ultrapassado, remanescente da época ditatorial, que desafia as autoridades na busca de soluções. Estas deverão ser encontradas em um amplo debate com a participação de todos os segmentos sociais, tendo como marco principal o respeito aos direitos humanos dos imigrantes.

O segundo texto, de autoria de Rosana Baeninger e Roberta Peres, aporta informações sobre a situação dos africanos que buscam refúgio no Brasil. Como contingente mais expressivo entre os refugiados em solo brasileiros, os angolanos representam, aproximadamente, 35% dos demandantes de refúgio. O perfil dos refugiados acolhidos na cidade de São Paulo é tratado em detalhe pelas autoras, que descrevem a trajetória destes imigrantes e as suas dificuldades de adaptação no país de acolhida.

O caso de Cabo Verde tem sido um dos que maior atenção tem registado por parte dos investigadores na área das migrações. O caráter secular das migrações envolvendo Cabo Verde e a extensão da sua diáspora explicam muito do seu interesse. O artigo de lolanda Évora começa por lembrar a origem da diáspora cabo-verdiana, referindo a coexistência dos fluxos e da ligação simbólica à terra-mãe, reforçada pelo acentuar da adversidade das condições naturais que explicam a partida. Em seguida, discute algumas novas práticas da diáspora cabo-verdiana, incluindo a importância das remessas para a economia familiar (o "impacto dos ausentes") e a sua possível viragem para usos produtivos; e as práticas de mobilidade transnacional em "via múltipla". Neste último caso, argumenta que as deslocações dos migrantes cabo-verdianos entre diferentes lugares de destino constituem, actualmente, um processo de circulação migratória e de redefinição da identidade coletiva, ultrapassando a ligação clássica entre um país de origem e um de destino.

A realidade migratória da Guiné-Bissau é estudada por dois autores. Num destes contributos, João Ribeiro Butiam Có revê alguns dos principais eixos de relação entre migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau. Ele examina um conjunto de aspetos: a evolução dos fluxos migratórios oriundos da Guiné-Bissau ao longo do tempo, com relevo para os que ocorreram após a independência; a diferente natureza dos fluxos e dos projectos migratórios, em função dos grupos étnicos de pertença; as suas contribuições para o desenvolvimento do país, de novo diferenciadas em função dos grupos étnicos; e as posições assumidas pelo Estado guineense. O autor enfatiza a importância que, em alguns casos, o associativismo migrante tem tido para aumentar a ligação e promover o desenvolvimento da Guiné-Bissau; e a diferença existente entre os grupos profissionais, sendo o caso dos profissionais de saúde considerado o mais promissor do ponto de vista das relações transnacionais.

De forma complementar, Alexandre Abreu estuda as migrações na Guiné-Bissau sob um ponto de vista histórico e estrutural. O objetivo do seu texto é duplo: por um lado, pretende apresentar uma descrição sintética das migrações no interior a e partir da Guiné-Bissau ao longo do tempo; por outro, sugere algumas interpretações teóricas mais amplas. No primeiro caso, desenha um retrato de largo alcance temporal da mobilidade geográfica que tem envolvido os guineenses, nas épocas pré-colonial, colonial e pós-colonial. Neste âmbito, realiza uma tentativa de quantificação e caracterização da diáspora quineense atual em vários contextos geográficos. No segundo caso, arqumenta que uma explicação rigorosa da mobilidade implica a rejeição de pontos de vista e teorias mais simplistas. Segundo o autor, a explicação para as migrações que envolveram e envolvem a Guiné-Bissau – como todas as outras migrações no mundo – obriga a uma perspetiva histórica e estruturalista, por contraposição a leituras que destacam apenas o papel da racionalidade económica dos migrantes com base nos desníveis de rendimento.

O caso de Moçambique é examinado em dois artigos. O primeiro, de Manuel G. Mendes de Araújo e Ramos C. Muanamoha, incide sobre a migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul. O texto resulta de uma pesquisa empírica realizada pelos autores em algumas regiões do Sul de Moçambique e na África do Sul, envolvendo migrantes moçambicanos indocumentados que se deslocam para o seu país vizinho. Essa pesquisa, baseada em inquéritos e entrevistas aprofundadas, permitiu apurar vários elementos acerca das remessas (em dinheiro ou bens) enviadas pelos migrantes, tanto enviadas regularmente, como levadas para casa no final do trajecto migratório. Os autores destacam o escasso valor das remessas, relacionado com o estatuto indocumentado dos migrantes, e os seus usos no consumo corrente e investimento produtivo. Apesar do seu reduzido montante, os autores argumentam que as transferências se revelam essenciais para assegurar algumas despesas básicas das famílias e alguns pequenos investimentos, incluindo ao nível do capital humano (educação das crianças).

Por seu lado, Inês M. Raimundo discute o panorama das migrações internacionais em Moçambique, tendo sobretudo em conta o seu posicionamento em relação aos fluxos no interior do espaço dos países de língua portuguesa. A autora nota que os fluxos dirigidos de Moçambique para Portugal são os mais pequenos entre os diferentes países africanos de língua portuguesa, sendo também reduzidos os fluxos entre Moçambique e os outros PALOP. Na sua perspetiva, é sobretudo a inserção, há longa data, de Moçambique num espaço de fluxos migratórios na África Austral, sobretudo dirigidos à África do Sul, que explica esta situação particular. Como se pode observar noutros contextos internacionais, nem a distância nem as políticas restritivas nos países de destino impedem a existência de migrações; porém, no caso de Moçambique, foi a forte atração pelo pólo sul-africano que tornou pouco relevantes os fluxos dirigidos para a Europa.

O caso de Portugal é examinado, de modo muito amplo, por José Carlos Marques e Pedro Góis. Os autores estudam a evolução recente das migrações internacionais no país sob um prisma particular: a posição de Portugal no sistema migratório lusófono, primeiro enquanto principal centro atrativo do sistema e hoje repartindo a centralidade

com o Brasil e Angola. São revistas, em pormenor, as principais tendências da imigração e emigração em Portugal: a oscilação de períodos com maior ou menor entrada (ou saída) líquida de migrantes ocorreu em simultâneo com o acionamento de sistemas migratórios complementares. Segundo os autores, o que é significativo, na atualidade, é o renovado envolvimento de Portugal (de novo enquanto emissor) no sistema migratório europeu, bem como a nova posição no sistema lusófono (agora enquanto emissor líquido para Angola e Brasil). Do ponto de vista teórico, eles ressaltam a importância da noção dos sistemas migratórios para compreender as dinâmicas de mudança dos fluxos migratórios internacionais, uma vez que combinam a lógica dos constrangimentos estruturais, ao nível macro, com a ação decisiva das redes migratórias, ao nível micro.

Ana Paula Beja Horta observa, por sua vez, as políticas migratórias em Portugal, focando os seus contextos e protagonistas. Começa por realizar uma breve síntese das dinâmicas de emigração e imigração no país, explicando de que modo diferentes conjunturas podem apelar a ações políticas diferenciadas. Descreve em seguida, de forma aprofundada, as políticas de imigração desenhadas pelas autoridades portuguesas, com destaque para as políticas de integração de imigrantes. Explica de que modo a uma situação inicial de algum laissez faire se segue o desenho de políticas de integração cada vez mais abrangentes, até se chegar a um modelo de atribuição de múltiplos direitos de cidadania e de promoção da interculturalidade. Neste aspeto, a autora lembra a posição muito destacada que o país tem conhecido no âmbito da comparação de políticas de integração nos países europeus e da América do Norte, bem como a importância de medidas deste tipo numa conjuntura internacional hoje muito marcada por tensões e conflitos entre nativos e estrangeiros.

A realidade migratória em São Tomé e Príncipe é estudada por Augusto Nascimento. Neste texto, o autor examina em profundidade os padrões da migração em São Tomé e Príncipe, com destaque para os movimentos de emigração nas últimas décadas, bem como a relação que as comunidades emigradas mantêm com o país. Um dos pontos destacados pelo autor é que a emigração é relativamente recente no arquipélago, ao contrário do que se passou noutras ex-colónias portuguesas. Tal parece ter sido consequência de constrangimentos à saída e, também, de uma imagem negativa das migrações, uma vez que estas foram durante muito tempo associadas à entrada de trabalhadores para as roças e degredados europeus. Outro ponto examinado pelo autor é a difícil vinculação da diáspora ao território: o facto de as saídas terem sido algumas vezes encaradas como um abandono do projecto nacional, no período pós-independência, tem levado a que as vozes da diáspora nem sempre sejam bem acolhidas.

Finalmente, duas pequenas notas descrevem alguns desenvolvimentos recentes das migrações internacionais em Macau e Timor-Leste. No caso de Macau, Ho Chi Un relembra as principais tendências do crescimento populacional e da imigração nas últimas décadas, examinando ainda os contornos específicos do estatuto dos residentes e dos trabalhadores não residentes nesta Região Administrativa Especial da República Popular da China. No caso de Timor-Leste, Augusto Soares e Jenice Fernandes apontam os principais desafios migratórios do novo país, incluindo a tendência para a emigração laboral de timorenses na região asiática e, em simultâneo, a entrada de trabalhadores estrangeiros (sobretudo asiáticos), qualificados e não qualificados, para participarem no desenvolvimento do país.

Ficam evidentes nestes artigos alguns elementos principais: o caráter muito dinâmico das migrações internacionais nos espaços de língua portuguesa, a relativa heterogeneidade entre eles e, também, a sua forte interdependência. Os séculos de história comum geraram diferentes configurações dos fluxos migratórios, quer na época colonial, quer na pós-colonial, e os séculos futuros irão conhecer novos tipos de configurações, alguns dos quais começam hoje a emergir. Em alguns casos, os países lusófonos integraram-se em sistemas migratórios específicos, por vezes baseados na contiguidade geográfica, o que lhes atribui singularidade, enquanto noutros casos alimentaram numerosos intercâmbios recíprocos, em sentidos e com conteúdos variados.

Resta aos organizadores deste número da Revista Internacional em Língua Portuquesa manifestar o seu reconhecimento aos autores pelo enorme empenho e qualidade dos textos apresentados, bem como agradecer à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) a ocasião para esta publicação. Durante todo este processo, o apoio prestado por Teresa Botelheiro, da AULP, deve ser enaltecido. Espera-se que esta publicação contribua para um melhor conhecimento das migrações nos países de língua portuguesa, reforce as parcerias entre os seus investigadores e incentive o estudo conjunto das realidades migratórias – que, por diferentes que sejam, podem ser melhor entendidas quando falamos a nossa língua.

Belo Horizonte e Lisboa, abril de 2012

Referências bibliográficas

Baganha, Maria Ioannis (2009), "The Lusophone migratory system: patterns and trends", International Migration, Vol. 47, N° 3, pp. 5-20.

Kritz, Mary M. e Zlotnik, Hania (1992), "Global interactions: migration systems, processes, and policies", in Mary M. Kritz, Lin Lean Lim e Hania Zlotnik (eds.), International Migration Systems. A Global Approach, Oxford, Clarendon Press, pp. 1-16.

Martin, Susan (2009), "Introduction to the special issue on migration in the Lusophone world", International Migration, Vol. 47, N° 3, pp. 3-4.





Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países de língua portuguesa ¹

Nancy Tolentino ² Carlos Rocha ³ Corsino Tolentino ⁴ João Peixoto ⁵

Resumo

O objeto deste artigo é um grupo de países africanos unidos por uma história partilhada ao longo de séculos e pertença à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Na primeira secção, é feita uma descrição geral das tendências atuais da migração internacional africana e das remessas. Na segunda, cuidamos do caso dos países africanos de língua portuguesa, comparando alguns indicadores de desenvolvimento, tendências migratórias e remessas.

Palavras-chave: Migrações, Remessas, PALOP, África

Os africanos migram sobretudo na região e constituem apenas 9% da migração internacional (UNDESA, 2009). Trata-se de um movimento migratório predominantemente intrarregional e instável, fomentado por fatores relacionados com a posse da terra fértil, conflitos religiosos, instabilidade política e pobreza. É também uma migração sazonal e cada vez mais feminina. Algumas destas características explicam porque os países africanos recebem fluxos financeiros modestos em comparação com outras regiões beneficiárias.

Uma primeira versão deste texto foi publicada pelo Observatório das Migrações ACP (Nancy Tolentino e João Peixoto, "Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países lusófonos", Nota de Informação, nº 3, Observatório das Migrações ACP, Agosto de 2011).

SOCIUS, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Email: nancytolentas@yahoo.com.

Cabo Verde Investimentos. Email: rochac@gmail.com.

Co-fundador da AULP em 26 de novembro de 1986, na Cidade da Praia, Cabo Verde. Email: tolentino. corsino@gmail.com.

⁵ SOCIUS, Înstituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Email: jpeixoto@iseg.utl.pt.

O objeto deste artigo é a situação de um grupo de países africanos unidos por uma história partilhada ao longo de séculos e pertença à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a qual tem a singularidade de combinar a descontinuidade geográfica com o uso comum de uma língua e a ambição de cooperar para o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Esses países africanos de língua portuguesa, simultaneamente muito diferentes e muito próximos entre si, são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Na primeira secção, é feita uma descrição geral das tendências atuais da migração internacional africana e das remessas. Na segunda, cuidamos do caso dos países africanos de língua portuguesa, comparando alguns indicadores de desenvolvimento e tendências migratórias e das remessas. Observações finais à laia de conclusões transitórias constituem a terceira secção. As conclusões são transitórias porque outras características comuns ao grupo de países aqui analisados são a insuficiência de estudos sistemáticos dos movimentos migratórios e a consequente ausência de estratégias e políticas eficazes. Acreditamos que o aumento de capacidade humana instalada nesses países e a crescente intervenção das respetivas diásporas viabilizarão a passagem a um estádio mais avançado de investigação, diálogo e participação na análise de situação, definição de políticas migratórias, acompanhamento e avaliação.

1. Padrões e evolução da migração africana

África tem uma longa tradição de migrações. No passado, os movimentos migratórios eram provocados pela busca de segurança, de terra para a agricultura e a criação de gado ou pela relação comercial entre a costa Oriental e a costa Ocidental através do deserto do Sara. Mais tarde, o sistema colonial introduziu novas causas e motivações dos fluxos migratórios, por meio, designadamente, da alteração das fronteiras e da introdução do trabalho forçado na construção das infraestruturas necessárias ao sucesso imperial.

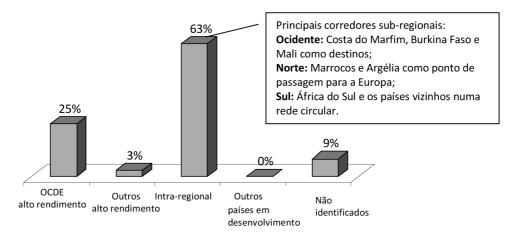
Hoje em dia, à semelhanca do que se passa noutras regiões do mundo, os migrantes africanos não são um grupo facilmente identificável pela semelhança da origem, natureza e destino. Como refere Jonsson (2009: 6):

Enquanto os investigadores acumulam conhecimento empírico sobre as migrações na região africana, o cenário torna-se mais complexo. Este facto pode afectar a nossa percepção dos padrões históricos que podem parecer mais simples e lineares em contraste com a actual complexidade. Assim, pode dar-se o caso aparentemente paradoxal de a complexidade crescente observada derivar do facto de termos mais informação do que no passado.

1.1 Padrões de migração internacional

a) Migração intrarregional. Atualmente, os migrantes africanos deslocam-se no respetivo país e, quando atravessam as fronteiras, dirigem-se tendencialmente para os países vizinhos (Gráfico 1). Antes dos conflitos violentos de 2011, as sub-regiões do Ocidente, Sul e Norte de África destacaram-se pela elevada intensidade dos movimentos de população na direção dos pólos de desenvolvimento constituídos por Costa do Marfim, Líbia, Gana e África do Sul. Também, proporcionalmente à população residente, alguns Estados de pequena envergadura como os arquipélagos de Cabo Verde, Comores e Seicheles tendem a ser simultaneamente países de emigração e de imigração.

Gráfico 1 – Principais destinos dos emigrantes africanos subsarianos, 2005



Fonte: Banco Mundial

b) Instabilidade da migração. Outros fatores a ter em conta, particularmente relevantes a sul do Sara, são a irregularidade dos fluxos migratórios (Gráfico 2) e o seu peso na evolução demográfica dos respetivos países. De acordo com um estudo conduzido pela Divisão da População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), entre 1975 e 2010, a sub-região que mostrou maior instabilidade migratória foi a África Central, com uma enorme variação das taxas de crescimento populacional de cinco em cinco anos durante esse período: 1,6 % (1975-80), -4,4 (1980-85), -0,6 (1985-90), 12 (1990-95), -12,9 (1995-2000), 2,4 (2000-2005) e 0,6 (2005-2010).

A África Ocidental foi a sub-região menos volátil e com taxas de crescimento da população positivas. Países como a Costa do Marfim antes da última crise póseleitoral, a Gâmbia e o Burkina Faso distinguiram-se por acolherem altas taxas de imigrantes relativamente às respetivas populações residentes.

15 5 0 1995-00 1975-80 1985-90 2000-05 2005-10 -5 -15

Gráfico 2 – Evolução da população migrante internacional nas sub-regiões africanas (1975-2010) (cinco anos. %)6

Fonte: Banco Mundial

Os motivos da irregularidade dos fluxos entre 1975 e 1985 são principalmente de natureza política (as independências) e económica (programas de ajustamento estrutural e consequentes custos sociais). As décadas de instabilidade explicam-se, em grande medida, pelos conflitos violentos e os tumultos sociais com origem nas sequelas do colonialismo, baixos níveis de educação, pobreza e má governação.

- c) Conflitos. A história demonstrou que, em geral, os conflitos não se limitam a um país. A réplica nos países vizinhos é praticamente certa e frequentemente célere. Um caso paradigmático é a guerra civil na Libéria (1989), que se estendeu à Serra Leoa (1991), seguida do golpe militar e da guerra civil na Costa do Marfim (1999 e 2002), a qual agravou, por sua vez, o ambiente político e de segurança na Guiné, Guiné-Bissau e Burkina Faso.
- d) As taxas positivas da imigração na África Ocidental, ilustradas pelo Gráfico 2, significam que se verifica mais imigração do que emigração, fenómeno que parece um paradoxo, tendo em conta o número de conflitos referidos. No entanto, este fenómeno é explicado pelo facto de a população que foge desses conflitos migrar para outros países da mesma sub-região, o que manteve as taxas de imigração subregional elevadas. Esta situação não se verificou na África Oriental, onde o genocídio no Ruanda (1994) e a instabilidade permanente no Corno de África empurraram as pessoas para a sub-região Centro (facto que explica os saldos negativos das duas últimas décadas). A instabilidade é parcialmente explicada pelos efeitos dos conflitos no Sudão e a sua influência direta no Chade e na República Centro-Africana.
- e) As taxas negativas da imigração na sub-região Norte ou do Magrebe explicam-se pelo facto de os fluxos de saída ocorrerem sobretudo para a Europa e os principais focos de violência no Sudão se manterem inalterados. Por outro lado, os tumultos sociais e as mudanças políticas em Marrocos, Argélia, Líbia e Egito ainda não afetaram

Neste trabalho, umas vezes utilizamos a divisão de África da UNDESA (2009), sendo exceções a inclusão do Egito e a exclusão das ilhas de Reunião e Santa Helena (dependências de França e do Reino Unido, respetivamente), outras vezes as cinco comunidades económicas sub-regionais da União Africana.

significativamente a direção dos fluxos. Situação diferente é a da cintura do Sahel, a tradicional zona de choque entre cristãos e muçulmanos, onde as populações da Mauritânia, do Mali, Níger, Chade, Sudão Sul, Etiópia e Somália viram a crise agravada pela ação sistemática do terrorismo internacional.

- f) O crescimento negativo da população de imigrantes na África Austral, entre a década de 1980 e a primeira década do século XXI, pode ter resultado do domínio do apartheid até 1990, quando a Namíbia conquistou a independência. Recorde-se igualmente que as primeiras eleições livres na África do Sul ocorreram em 1994, quatro anos depois da independência da Namíbia. De todo o modo, como mostram o Gráfico 2 e as atuais tendências, a África Austral é uma zona de migração circular relativamente estável.
- q) Neste princípio de milénio, observa-se um crescimento lento mas positivo da população imigrante na maioria das sub-regiões e países, fenómeno que reflete a crescente atratividade da região africana como provável consequência dos lentos progressos da paz social que alguns governos promoveram, de algum crescimento económico contra as previsões mais pessimistas e da decrescente instabilidade política baseada nos pequenos ganhos da democracia.

1.2 Olhando mais de perto alguns números e tendências em 2005.

Cerca de 63 % do fluxo migratório (Gráfico 1) circulava no espaco regional. Isto significa que África é o maior destino dos seus próprios migrantes. Todavia, parece pertinente perguntar o que este fenómeno significa:

- Dificuldades de entrada na Europa, EUA, Canadá e outros países desenvolvidos?
- Crescente atratividade da vizinhança territorial?
- Efeitos de políticas de integração regional promovidas pelas Comunidades Económicas?

A análise corrobora todas as hipóteses, mas a pergunta sobre a importância relativa de cada uma continua sem resposta. Vejamos:

a) Dificuldades de entrada na Europa, EUA, Canadá e outros países desenvolvidos. É sabido que as políticas de imigração restritivas contrariam as promessas da globalização e livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas. Apesar do envelhecimento da mão de obra no velho continente e dos consequentes riscos de rutura dos sistemas de segurança social, a Europa tem tentado fechar as suas fronteiras aos imigrantes.

O tratamento diferenciado que os países desenvolvidos e as suas principais organizações intergovernamentais promovem em relação ao capital, às mercadorias e à mão de obra fazem desconfiar do altruísmo que todos apresentam como motor das relacões internacionais, da liberdade e da democracia. Na verdade, temos por um lado as políticas restritivas da migração ao lado da grande abertura em relação às trocas comerciais (OMC) e à circulação dos capitais (FMI). E pergunta-se: por que é que dos tradicionais fatores de produção (matérias-primas, capital e trabalho), só o último é objeto de restrições cada vez mais drásticas e generalizadas?

Alguns dos países desenvolvidos optaram por políticas seletivas de imigração, atraindo as pessoas com mais formação e mais capazes de acrescentar valor de modo eficiente em sectores específicos da economia, tais como as tecnologias, a saúde e a inovação. À medida que as economias avançam na escala tecnológica (substituição de indústrias por serviços) verifica-se a substituição da imigração de massa por imigração seletiva baseada no conhecimento, o que favorece a fuga de talentos e do capital investido na sua formação. A Alemanha e o Canadá são exemplos de nações que optaram pela imigração seletiva.

- b) A crescente atratividade da vizinhança territorial é outro aspeto fundamental em África. A história mostra que desde o passado longínguo os africanos migraram para as zonas vizinhas, embora as razões tenham sido diferentes, consoante a região e a época, indo do comércio (travessia do Sara por mercadores), aos motivos religiosos e políticos, à procura do trabalho na Costa de Marfim, Burkina Faso, Mali, Marrocos, Argélia e África do Sul. As catástrofes naturais, a má governação e os conflitos violentos também contam como determinantes de fluxos migratórios (Dumont et al., 2010).
- c) Efeitos de políticas de integração regional promovidas pelas Comunidades Económicas. Apesar da integração regional preconizar primeiramente a circulação de mercadorias, a experiência mostra que ela potencia as migrações, quanto mais não seja através da redução ou eliminação dos excessos de procedimentos burocráticos para a obtenção de vistos de entrada e autorização de estabelecimento. Segundo Adepoju (2001), a integração regional proporciona o aumento dos movimentos migratórios em África.

1.3 Diferenças sub-regionais

Os padrões de migração são diferentes entre uma sub-região e outra. Inscrevemos aqui algumas diferenças, eventualmente relevantes para indagações futuras.

a) A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem sido caracterizada por migrações, trânsito e deslocamento de populações, com diversas causas. Dados da ACP (2010) mostram que se esperava que em 2010 a sub-região acolhesse cerca de 8,4 milhões de migrantes, ou seja, um aumento de 1,2 milhões relativamente à década anterior.

A região da Nigéria e do Níger (Hausa Land), assim como do Gana e da Costa de Marfim, foi um dos maiores centros de migrações (Akinrinade, 2005). As populações Fulani eram pastores nómadas que se deslocaram do Sul para o Norte do Gana em conseguência da degradação das terras agrícolas.

Em 2005 cerca de 90 % dos migrantes no Níger, 80 % no Senegal e 75 % no Mali eram originários de outros países da sub-região. Da mesma forma, no Gana e no Níger, as migrações internas atingiram cerca de 20 % entre 1990 e 2005. (ACP, 2010).

b) Já na África Austral os padrões de migração eram diferentes e relacionados com a oferta de trabalho nas minas e plantações da África do Sul, Namíbia, Tanzânia e Maurícias (Akinrinade, 2005). As migrações na África Austral são, como já referimos, do tipo circular, caracterizadas por ir trabalhar num país determinado durante uns anos, ganhar dinheiro, poupar e regressar à terra de origem (De Vletter, 2000).

Outra característica é esses migrantes mostrarem ligações fortes com o país de origem. Mas tal como no Ocidente, a migração do trabalho é de suma importância. A economia da África Austral se transformou num pólo atrativo de imigrantes sub--regionais altamente qualificados.

c) Na década de 90, como consequência direta do fim dos conflitos étnicos armados, a sub-região Leste evoluiu de zona de emigração para zona de imigração. Recorde-se que, de 1960 a 1980, os principais países de emigração tinham sido Ruanda, Burundi, Moçambique, Zâmbia e Tanzânia para as plantações de café, chá e sisal no Quénia e Uganda (Spann e Moppes, 2006).

1.4 As remessas financeiras

- a) As remessas são a ligação mais forte entre a migração e o desenvolvimento, distinguindo-se dos outros fluxos de financiamento externo pela estabilidade, previsibilidade e benefício direto das famílias. Melde e Schicklinski (2011) sintetizaram recentemente os principais desafios relacionados com os conceitos, as principais tendências, os impactos sobre a redução da pobreza e o desenvolvimento, assim como a recolha de informação, particularmente relevantes em África, tendo em conta o peso dos canais informais utilizados pelos migrantes.
- b) A importância das remessas informais. Para alguns países em desenvolvimento, as remessas constituem o fluxo de financiamento externo de maior dimensão, estabilidade e previsibilidade. Como pode ver-se no Gráfico 3, as remessas representam 9 a 35 % do PIB em nove países ACP, incluindo quatro africanos: Lesoto, Togo, Cabo Verde e Senegal. O facto de a África ao sul do Sara poder ser a área com o maior fluxo de entrada de remessas não registado também deve ser considerado. Segundo algumas estimativas, o fluxo informal chega a ser, em certos países, superior a 50 % do fluxo registado.

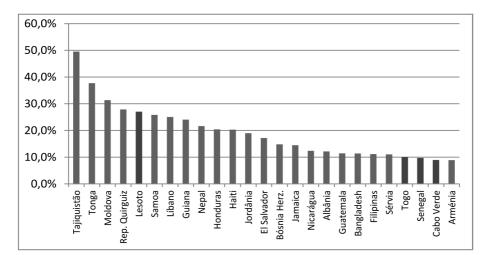


Gráfico 3 – Os 25 maiores recetores mundiais de remessas, em percentagem do PIB, 2008

Fonte: Banco Mundial, 2010. Os países africanos foram sinalizados pelos autores.

- c) Serviços financeiros. Os principais problemas a este respeito são a falta de acesso a serviços financeiros, os elevados custos de transferência e o ambiente institucional deficiente em termos de regulamentação, concorrência e inovação.
- d) Utilização e distribuição. Ao nível macroeconómico, as remessas são uma importante fonte de moeda estrangeira, poupança, financiamento e redução de desequilíbrios da balança de pagamentos. Ao nível doméstico, as remessas são sobretudo utilizadas nas despesas quotidianas com alimentos, educação e saúde.

1.5 Diásporas

A primeira secção, que trata das tendências das migrações e das remessas financeiras africanas, pode ser fechada com um resumo do potencial das diásporas africanas nos países desenvolvidos. Fazemo-lo com a ajuda de Semhar Araia, diretora executiva de DAWN, Diaspora African Women's Network (AllAfrica Global Media, allAfrica.com, 2012).

Na verdade, mau grado a crise mundial desencadeada em 2008, pode ser admitido que o avanço acelerado das tecnologias de informação, das redes sociais e da interação transnacional, que caracterizou as duas últimas décadas, intensifica a relação entre a migração e o desenvolvimento no médio e longo prazo. Em seguida, especificamos alguns argumentos que, além das remessas financeiras, do turismo e da questão da fuga ou circulação dos talentos, apoiam esta afirmação:

a) Empresariado e desenvolvimento. As diásporas tendem a promover o desenvolvimento nos respetivos países de origem, através das remessas sociais (conhecimento, valores e atitude), do apoio à educação, inovação, interação e negócios;

- b) Ajuda humanitária. O altruísmo que caracteriza a relação entre o emigrante e a terra natal revela-se mais intensa nos momentos críticos. A análise de casos de desastre natural e humano (secas, conflitos étnicos e violência política) mostra uma relação positiva entre a necessidade no país de origem e a intensidade de resposta dos emigrantes;
- c) Pontes entre África e outras regiões. São vários os casos de comunidades africanas que impulsionaram as relações entre os respetivos países de acolhimento e de origem. A elevação do nível da educação e o crescimento das redes de imigrantes tendem a transcender as fronteiras dos países de origem e destino, colocando a sua ação no plano inter-regional;
- d) Redefinição da narrativa africana. As múltiplas organizações e atividades de originários de África redescobrem as raízes e dão novas formas à sua História, conciliando as crenças específicas com os valores universais;
- e) Relações internacionais. Os imigrantes contam cada vez mais na redefinição das relações internacionais, no sentido de mais verdade, eficácia e justiça;
- f) Remessas financeiras, turismo nacional e circulação de talentos africanos. O tratamento destes temas é cada vez mais articulado com os itens anteriores em perspetivas holísticas, participadas e de longo prazo.

2. Migrações dos países africanos de língua portuguesa

2.1 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Estes países partilham a história comum de colónias portuguesas e de resistência durante séculos. A relação colonial terminou apenas em meados da década de 70 do século XX, após a transição de Portugal para a democracia em 1974 e as independências nacionais entre 1973 e 1975. Estes países formam o núcleo PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), que inspirou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tende a diluir-se nela. A CPLP é uma organização intergovernamental formada em 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, este último desde 2002.

2.2 Geografia, estatuto político-social e desenvolvimento.

Apesar das semelhanças resultantes do percurso histórico, os países africanos de língua portuguesa constituem um grupo heterogéneo. Estão distribuídos por África Ocidental (Cabo Verde e Guiné-Bissau), África Central (Angola e São Tomé e Príncipe) e África Oriental (Moçambique). Incluem dois arquipélagos de pequena envergadura (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), um país de dimensões médias (Guiné-Bissau) e dois países de grandes dimensões (Angola e Moçambigue). Estão afiliados em cinco blocos sub-regionais: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Estados do Sahel e do Sara (CEN-SAD) e Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). A dimensão populacional, o PIB per capita, o índice de desenvolvimento humano e o ambiente político-social são muito diferentes (Tabela 1). Porém, além da História, da língua portuguesa e dos laços afetivos e de cooperação, os membros da CPLP têm os oceanos a uni-los.

Tabela 1 – Países africanos de língua portuguesa

	Área (km2)	População (2011)	PIB per capita (USD)	Índice de de- senvolvimento humano (Ordem 2011)	Ambiente político-social
Angola	1 247 000	13 000 000	4.874	148°	Praticamente estável
Cabo Verde	4000	492 000	3.402	133°	Estável
Guiné-Bissau	36 000	1 500 000	994	176°	Instável
Moçambique	802 000	23 000 000	898	184°	Praticamente estável
São Tomé e Príncipe	960	207 000	1.792	144°	Praticamente estável

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2011

2.3 Padrões de migração internacional

Os padrões de migração internacional nos países africanos de língua portuguesa são diferentes em dimensão, origem, destino e proporção de migrantes qualificados (Tabela 2). Apesar da credibilidade limitada das fontes, apontam-se como principais características dos movimentos migratórios nesse grupo descontínuo de países:

Angola. Com exceção do período pós-independência, Angola é caracterizada por uma emigração reduzida, estando a transformar-se paulatinamente numa região atrativa, recebendo imigrantes africanos e de outras regiões. O fim da guerra e a pujança da economia angolana confirmam a tendência.

Cabo Verde. Tem uma longa tradição de emigração e uma diáspora considerável, sobretudo na Europa e nos EUA, mas também em todos os países membros do grupo e em vários outros do Sul. Recentemente registou fluxos de imigração crescentes da África Ocidental. Mantém o estatuto de país de forte emigração e transforma-se em país de imigração.

Guiné-Bissau. Desde a década de 80 do século XX, apresenta um aumento considerável de emigração, uma consequência directa da instabilidade política. As migrações internas e internacionais são negativamente influenciadas pela instabilidade política e o fraco índice de desenvolvimento humano.

Moçambique. Com um nível reduzido de emigração típica da África Austral, circulando em torno da África do Sul, tende a estabilizar.

São Tomé e Príncipe. Os fluxos migratórios são muito irregulares e relativamente elevados.

Tabela 2 – Países africanos de língua portuguesa: diferenças nos padrões de migração

	Stock de emigrantes (% da população, 2005)	3 destinos principais	Emigração qualificada (% ensino supe- rior, 2000)	Stock de imigrantes (% da população, 2005)	3 origens principais	Saldo migratório internacional (%, 2005- 2010)
Angola	3,3	Portugal, Zâmbia, Namíbia	25,6	0,4		0,1
Cabo Verde	35,8	Portugal, Estados Unidos da América, França	69,1	2,2	São Tomé e Príncipe, Angola, Portugal	-0,5
Guiné-Bissau	7,3	Senegal, Portugal, Gâmbia	29,4	1,2	Senegal, Guiné, Gâmbia	-0,2
Moçambique	4,1	África do Sul, Tanzânia, Malawi	42,0	2,1	África do Sul, Portugal, Zimbabwe	0,0
São Tomé e Príncipe	13,6	Portugal, Cabo Verde, França	35,6	4,8	Angola, Cabo Verde, Portugal	-0,9

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2009

Tal como se verifica no contexto africano, os fluxos de emigrantes foram instáveis e frequentemente relacionados com conflitos violentos. Isto aconteceu com particular intensidade em Angola, Guiné-Bissau, e Moçambique. Alguns fluxos de refugiados e de emigrantes dirigiram-se a países vizinhos, em conformidade com as tendências migratórias intrarregionais africanas, ao passo que outros foram para a Europa. Nas últimas décadas, as migrações forçadas tiveram motivações, estratégias e destinos variáveis.

2.4 Sistema migratório de língua portuguesa

Apesar das respetivas especificidades, pode considerar-se que os países africanos de língua portuguesa fazem parte de um sistema migratório internacional comum, o sistema migratório lusófono (Baganha, 2009) ou sistema migratório de língua portuguesa. De um modo geral, vários elementos da abordagem dos sistemas migratórios (Kritz et al., 1992), aplicados a cenários coloniais e pós-coloniais, contribuem para a compreensão da migração nestes países. Os principais fatores incluem um conjunto de relações mútuas (políticas, administrativas, comerciais e culturais) que facilitam e permitem a migração. A principal direção geográfica dos fluxos migratórios pode variar com o tempo, o que representa uma perspetiva dinâmica dos fluxos migratórios internacionais.

O sistema migratório lusófono foi inicialmente concebido para a melhor compreensão do caso português, uma vez que muitas das suas ligações migratórias, tanto de saída como de entrada, envolveram outros países de língua portuguesa. Segundo Baganha (2009), o sistema foi primeiro composto por Portugal e Brasil e posteriormente alargado aos países africanos de língua portuguesa, sobretudo após as independências conquistadas em meados da década de 70 do século XX. Pode considerar-se que o sistema adquiriu maior complexidade com o tempo, explicando atualmente os movimentos de e para Portugal, mas também vários fluxos que envolvem os restantes países.

Neste trabalho, preferimos a expressão "países africanos de língua portuguesa" e "sistema migratório de língua portuguesa" e abstemo-nos de adotar os termos "países africanos lusófonos" e "sistema migratório lusófono". Os nossos principais argumentos são: (a) esses países têm o património da língua portuguesa comum, mas fora do ambiente lusófono, o qual é tipicamente português; (b) a CPLP é um grupo de países iguais que decidiram cooperar e valorizar a diversidade; (c) na análise histórica dos fluxos migratórios seria difícil escolher entre Angola, Brasil e Portugal como eventual centro do atual sistema migratório; (d) num sistema multipolar, assim como neste trabalho, a expressão países africanos de língua portuguesa é mais ampla do que o termo países africanos lusófonos.

Na verdade, os maiores fluxos do passado entre Portugal e Brasil são explicados por uma intensa relação colonial entre os dois países. No contexto africano, os primeiros movimentos significativos levaram numerosos colonos portugueses aos territórios ultramarinos a partir da segunda metade do séc. XX, a que se seguiu uma corrente sustentada de Cabo Verde para Portugal, iniciada no final da década de 60. Os fluxos migratórios em massa para Portugal aconteceram com a descolonização em meados da década de 70, primeiro como movimento politicamente induzido (com o auge na altura dos retornados, provenientes principalmente de Angola e Moçambique) e depois sobretudo como migração económica, com os motivos políticos e os conflitos a desempenharem papel relevante.

Ao longo do tempo, apesar de os fluxos dos PALOP para Portugal nunca terem cessado, diminuem gradualmente. Hoje em dia, como consequência dos fluxos do passado, Portugal é um dos três principais destinos de todos os países africanos de língua portuguesa, exceto Moçambique, e é uma das três principais origens, excepto para a Guiné-Bissau (Tabela 2). Para além disso, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe mantêm estreitas relações migratórias entre si, na sequência das ligações iniciadas durante o período colonial (Tabela 2).

Porém, esta espécie de estrutura comum não impede a integração noutros sistemas migratórios. Isto ocorre com Portugal (Baganha, 2009) e com outros países de língua portuguesa, que enviam e recebem migrantes para e de outras partes do mundo. Em alguns casos, como Moçambique, as ligações com outros sistemas migratórios (África do Sul) explicam a maioria dos fluxos.

As perspetivas para o séc. XXI afastam-se bastante do passado. A par da redução dos fluxos para Portugal, um exemplo de mudança substancial é o caso de Angola. A recente prosperidade económica deste país alterou o seu estatuto. A corrente migratória com Portugal foi invertida: enquanto os fluxos de Angola para Portugal desvaneceram gradualmente, o número de portugueses que foram viver em Angola disparou na última década, alterando substancialmente a relação entre os dois países.⁷ Angola está a atrair cada vez mais migrantes de outros países africanos e de outras partes do mundo.

Consultar o Observatório da Emigração (http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html).

2.5 Análise de fluxos de entrada e saída de remessas: características dos emigrantes e países de destino.

Como conseguência de diferentes padrões de migração, as remessas variam, tendo em conta o respetivo volume, impacto e países envolvidos (Tabela 3 e Gráficos 4 a 7). Por causa das insuficiências da informação, especialmente relevantes quando se estudam as remessas no contexto africano (Melde e Schicklinski, 2011), os valores disponíveis são meramente indicativos.

- a) Fluxos de entrada: verifica-se que os fluxos per capita (Tabela 3) são maiores em Cabo Verde (Costa Ocidental), quer devido ao número reduzido da população residente, quer devido à elevada taxa de emigrantes, maioritariamente, nos países desenvolvidos (emigração tipicamente sul/norte). Nos próximos parágrafos iremos tentar identificar possíveis pistas para essa diferença regional nos fluxos per capita de remessas, que poderão estar i) no grau de qualificação do emigrante ou ii) no país destino do emigrante.
- b) O Banco Mundial aponta Cabo Verde como um dos países com mais alta taxa de emigrantes qualificados, cerca de 67,5 % (ver Ozden e Schiff, 2006).8 Esse dado é importante por permitir colocar a hipótese do contributo da emigração nos fluxos financeiros e, de certa forma, minimizar o efeito da fuga de cérebros. Dumont et al. (2010) identificam a África do Sul e a Tanzânia como os maiores destinos dos moçambicanos. Na África do Sul a percentagem de moçambicanos qualificados é de 0,4 %, contra 10 % para os zimbabueanos. Na Tanzânia existem 0,2 % de moçambicanos qualificados, contra 2,6 % de quenianos. Para Cabo Verde, a taxa de emigração qualificada, computada pelos autores com base em dados da OCDE e do INE de Cabo Verde, se cifra atualmente em 20 %, significativamente abaixo, por exemplo, da taxa de indianos no Reino Unido (33 %, segundo a OCDE). Barbados, Guiana, Maurícias, Tonga e Belize apresentam percentagens superiores a 50.

A informação para Cabo Verde (2009) foi obtida através da fórmula seguinte, na qual M é a percentagem de emigrantes qualificados:

$$M = \frac{Emigrantes\ Qualificados}{Emigrantes\ Qualificados\ +\ Nacionais\ Qualificados}$$

$$M = \frac{\Box}{7.6\ mil} = 20\ por\ cento$$

Os nacionais qualificados foram obtidos do Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011). A taxa de emigração de Cabo Verde apresentada pela OCDE é de 26 %, enquanto nós partimos do estudo de Francisco Carvalho (2009) para chegarmos ao resultado de 20 %.

Moçambique (África Austral) apresenta o fluxo total de entrada per capita mais baixo do grupo. Em 2000, a África do Sul era o maior destino dos emigrantes moçambica-

As taxas de emigração são mais elevadas para países menos populosos e insulares (ver também Dumont et al., 2010).

nos, seguida da Tanzânia, com 254 e 38 mil entradas, respetivamente. A taxa de educação superior é baixa: 0,4 % para a África do Sul e 0,2 % para a Tanzânia. A hipótese mais provável é o nível de remessas per capita se relacionar diretamente com a escolaridade dos emigrantes, que ocuparão os postos de trabalho menos qualificados e mal remunerados.

Tenha-se no entanto em conta que nem sempre as elevadas qualificações são reconhecidas nos países de destino. Outra particularidade a registar é a juventude de novas vagas de emigrantes africanos, pessoas mais educadas que agravam as consequências da fuga de cérebros (Dumont et al., 2010) e da migração seletiva.

Outra diferença: os emigrantes de Cabo Verde estão, maioritariamente, nos países da OCDE e os de Moçambique em países não OCDE: África do Sul e Tanzânia. Notese que a taxa de emigrantes qualificados da CEDEAO para os países da OCDE é de cerca de 14,8 %, enquanto a taxa dos não qualificados é de 1 % (ACP, 2010).

c) Fluxos de saída: do lado dos fluxos de saída de remessas, a análise é mais simples. Destaca-se claramente o caso dos trabalhadores estrangeiros qualificados nas indústrias extrativas de Angola (hidrocarbonetos e minérios). Nenhum outro PALOP pode proporcionar rendimentos semelhantes aos imigrantes. São pouco atrativos.

Tabela 3 -	Países	africanos	de	língua	portuguesa: remes	sas

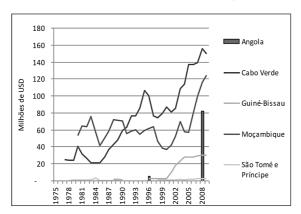
	Fluxo	s de entrada, 2	Fluxos de saída, 2007		
	Milhões de USD	<i>Per capita,</i> USD	Principal origem (%)	Milhões de USD	Por migrante, USD
Angola				603	10,695
Cabo Verde	139	262	Europa (62)	6	537
Guiné-Bissau	29	17	Europa (80,5)	5	280
Moçambique	99	5	Europa (34)	45	111
São Tomé e Príncipe	2	13	Europa (90,5)	1	92

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2009

Quer sejam medidos por volume total ou per capita, os fluxos de entrada, saída e os saldos líquidos de remessas são diferentes. Considerando o volume total (Gráficos 4 a 6), os fluxos líquidos são positivos e, de modo geral, estão a aumentar em todos os países, exceto Angola, onde os fluxos estão a mostrar-se cada vez mais negativos.⁹ Apesar de a maior parte dos países se destacar como recetores de remessas, sendo Cabo Verde o caso mais paradigmático, o papel de Angola como país de envio de remessas está a afirmar-se.

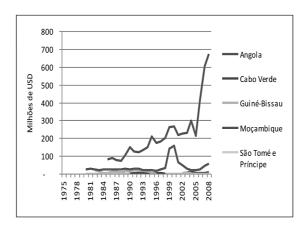
Tendo em conta a falta de dados do Banco Mundial (2010) relativamente aos fluxos de entrada de remessas para Angola, apenas disponíveis para 1996 e 2008 (Gráfico 4), as estimativas de fluxos de remessas líquidos neste país são calculadas para os dois anos referidos (Gráficos 6 e 8). É de referir que as estimativas dos fluxos de entrada de remessas em Angola são problemáticas, uma vez que os valores indicados pelo Banco Mundial são muito inferiores aos indicados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Alvarez Tinajero, 2010: 78): o Banco Mundial indica um valor de 82 milhões de USD, representando 0,1 % do PIB, em 2008, ao passo que o FIDA indica um valor geral de 969 milhões de USD, representando 2 % do PIB em 2007.

Gráfico 4 – Fluxos de entrada de remessas (milhões de USD), 1975-200



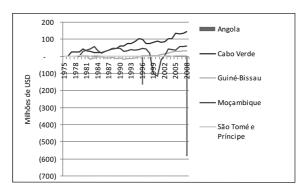
Fonte: Banco Mundial, 2010

Gráfico 5 – Fluxos de saída de remessas (milhões de USD), 1975-2008



Fonte: Banco Mundial, 2010

Gráfico 6 – Fluxos líquidos de remessas (milhões de USD), 1975-2008



Fonte: Banco Mundial, 2010

No que diz respeito à principal origem das remessas (Tabela 3), a Europa é a mais relevante, representando 62 % dos fluxos em Cabo Verde, 80 % na Guiné-Bissau, 34 % em Moçambique e 90 % em São Tomé e Príncipe (Banco Mundial e PNUD 2009). A origem das remessas para Angola não está disponível. No geral, Portugal destaca-se como o principal país europeu de origem dos fluxos financeiros para os PALOP. Contudo, os imigrantes africanos estão longe de ser quem mais envia remessas a partir de Portugal. Esta posição pertence ao Brasil, que conta com mais de metade das remessas enviadas daquele país. A menor representatividade das remessas dos africanos, comparada com a sua proporção na população imigrante total (existem mais africanos do que brasileiros em Portugal), sugere uma propensão menor para o envio de remessas ou, mais provavelmente, uma utilização limitada dos canais formais, tendo em conta a escassez e os custos associados (Tolentino et al., 2008; Alvarez Tinajero, 2010). Do grupo de países em estudo, Moçambique é o mais envolvido na migração Sul-Sul, vindo grande parte das remessas da África do Sul.

d) Importância macroeconómica das remessas: em proporção do PIB, as remessas representam mais de 9 % em Cabo Verde e apenas 0,1 % em Angola (Gráfico 7). Outro aspeto a considerar no que diz respeito aos diferentes montantes das remessas é a taxa de câmbio – relação entre o USD e cada moeda nacional (cuanza, escudo cabo-verdiano, franco CFA, metical e dobra). Os cálculos são mais ou menos complicados em função da estabilidade ou instabilidade da relação cambial.

10.0% 9.0% 8.0% ■ Angola 7.0% 6.0% Cabo Verde 5.0% 4.0% ■ Guiné-Bissau 3.0% 2.0% ■ Moçambique 1.0% 0.0% Mocambique e Principe
Mocambique e Principe
Africa Subsatiana ■ São Tomé e Príncipe ■ África Subsariana

Gráfico 7 – Remessas em proporção do PIB, 2008 (%)

Fonte: Banco Mundial, 2010

e) A situação de Angola merece atenção especial, uma vez que o país está a tornar-se num importante destino ao lado da África do Sul. Este novo estatuto migratório reflete-se na evolução dos fluxos de saída e nos fluxos líquidos de remessas em ambos os países (Gráfico 8).

1,400 1,200 1,000 800 Fluxos líquidos Angola 600 Milhões de USD Fluxos líquidos África 400 do Sul 200 Fluxos de saída Angola Fluxos de saída África (200)do Sul (400) (600)(800)

Gráfico 8 - Fluxos de saída e fluxos líquidos de remessas (milhões de USD), 1975-2008 - Angola e África do Sul

Fonte: Banco Mundial, 2010

O dinâmico caso de Angola merece, assim, investigação, nomeadamente sobre o impacto das recentes mudanças económicas, sociais e políticas, com destaque para a possível relação entre a elevada taxa de crescimento económico, a migração e as remessas. Os fluxos de entrada de remessas foram recentemente estudados por Alvarez Tinajero (2010), mas não se sabe muito dos fluxos de saída (quem envia dinheiro, para onde, para quem e porquê). Trabalhos anteriores colocaram a hipótese de o volume substancial de remessas para o exterior poder resultar, em parte, dos lucros elevados da indústria da exploração mineira (Melde e Schicklinski, 2011). Outra parte dos fluxos de saída pode ter origem na recente migração para Angola de trabalhadores e quadros qualificados, principalmente de países europeus. A informação disponível no Observatório da Emigração de Portugal¹⁰ diz que, em 2009, a quantia em dinheiro enviada pelos imigrantes angolanos em Portugal era 8,4 vezes inferior à quantia enviada pelos portugueses em Angola (103,5 milhões versus 12,3 milhões de Euros.

f) Remessas e desenvolvimento: para concluir, a investigação relativa ao impacto das remessas sobre o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa ainda é escassa. Alguns dos estudos disponíveis são sobre Cabo Verde (Tolentino et al., 2008), Guiné-Bissau (Có, 2004; Carreiro, 2007; Quintino, 2010) e Angola (Alvarez Tinajero, 2010). No caso de Cabo Verde e Angola, as principais conclusões coincidem com as de outros países africanos: as remessas são uma das ligações transnacionais mais importantes entre as diásporas e o país de origem, ocorrendo sobretudo no âmbito familiar; constituem um importante suporte financeiro para as famílias, sendo utilizadas sobretudo nas despesas quotidianas, educação e saúde; a sua utilização na estrutura produtiva continua limitada; e o recurso aos canais informais é considerável, ocorrendo segundo certos estudiosos com mais de metade dos

http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html

valores transferidos através dos canais oficiais. O caso da Guiné-Bissau destaca-se pelo papel mais importante dos agentes coletivos, uma vez que uma fração significativa das remessas é canalizada por associações de imigrantes (hometown associations), geralmente ligadas a grupos étnicos específicos e com impacto positivo no desenvolvimento local.

De um modo geral, o debate relativo ao impacto mútuo entre a migração e o desenvolvimento é recente na maior parte destes países (Forum Gulbenkian Imigração, 2007). A situação em Cabo Verde parece ser a melhor documentada, uma vez que existe uma longa tradição de práticas transnacionais e políticas relacionadas com a migração (Góis, 2008). Todavia, existe pouco aproveitamento de um número considerável de estudos realizados por especialistas nacionais e estrangeiros sobre a problemática das migrações. Espera-se que o aumento da capacidade técnica e cívica dos emigrantes, associada aos movimentos dos imigrantes, contribua eficazmente para maior diálogo entre os investigadores e os atores políticos, económicos e sociais, em benefício de políticas de médio e longo prazo mais coerentes e mais justas.

3. Conclusões transitórias

3.1 África vive entre a tradição da liberdade e a necessidade de regulamentar os movimentos de pessoas, bens e capitais, tanto para fora, porque as políticas restritivas de imigração nos países de acolhimento a tal obrigam, como no interior da região, uma vez que os governos nacionais e as autoridades sub-regionais mostram consciência coletiva dessa importância e possuir instrumentos políticos, jurídicos e técnicos de ação.

A heterogeneidade prevalece. O estatuto migratório dos países, a motivação e os fluxos de remessas são variáveis e é certo que estas tiveram um impacto no desenvolvimento da região aparentemente mais limitado do que o esperado. Este arqumento é apoiado pelo volume relativamente modesto das transferências efetuadas por canais oficiais e a escassa aplicação na produção de bens e serviços. Contudo, a perceção que temos melhora quando tomamos nota da importância dos fluxos informais, que se estimam muito significativos, e dos efeitos microeconómicos das remessas, que chegam a ser decisivas para o bem-estar de muitas famílias, em particular através da saúde e da educação.

Entendemos que África, em geral, e os países de língua portuguesa, em particular, precisam de centrar o debate sobre as migrações nos seguintes aspetos:

- -como melhorar e harmonizar os sistemas de informação?
- -quais são a situação e o papel das diásporas em África?
- -como integrar a migração nas estratégias e políticas de médio e longo prazo, nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DECRP)?

-como coordenar as políticas de migração no âmbito dos PALOP, da CPLP e da Região? -como intensificar o diálogo entre os atores políticos e os investigadores sobre as migrações em África?

3.2 Marcas da migração nos países africanos de língua portuguesa

Nos países africanos de língua portuguesa existem várias diferenças nas tendências da migração internacional e das remessas, apesar das semelhanças com o contexto geral africano e a integração comum no sistema de migração de língua portuguesa. Apesar das limitações desta caracterização sumária, tentamos identificar marcas da migração nos cinco países em análise:

Angola tem uma emigração tradicionalmente circular e transforma-se num dos mais importantes pólos de imigração da região.

Cabo Verde tem uma longa tradição de emigração e já possui um número significativo de estudos realizados por nacionais e estrangeiros sobre o seu caso. Na última década, manteve o estatuto de país de emigração e evoluiu para país também de imigração.

Guiné-Bissau tem uma emigração cada vez mais importante para os países vizinhos, França e Portugal. Os fluxos são muito influenciados pela instabilidade política e fraco desempenho económico e social.

Moçambique está inserido nos fluxos de migração intrarregionais africanos, com caráter acentuadamente circular.

Em São Tomé e Príncipe, apesar de arquipelágico, os emigrantes preferem os destinos de Angola, Gabão e Guiné Equatorial, além de Portugal.

3.3 Interrogações em ambiente de crise global

Parece oportuno suscitar algumas questões sobre o futuro próximo das migrações, como parte irrecusável das políticas e estratégias de crescimento económico e desenvolvimento humano nesta década.

Qual poderá ser a evolução das remessas e do seu papel nas balanças de pagamento dos países fortemente dependentes da emigração para a OCDE, num contexto de crise agravada na União Europeia e nos EUA?

Num tal cenário, uma previsão quase certa é a redução da Ajuda Pública. Esta possibilidade arrasta consigo o desafio de encontrar espaços alternativos mais dinâmicos como a própria África e os atores emergentes na arena internacional, como o Brasil, a China e a Índia, com crescente peso económico e político. Neste quadro, será bom lembrar que, em geral, os emigrantes atuam aos níveis micro da família e

da empresa, enquanto as grandes alterações se estão a verificar ao nível macro da diplomacia económica, política, movimentos de população e segurança. Queremos dizer que as novas ancoragens terão de integrar a análise das migrações numa visão holística integradora dos fluxos de todos os fatores de produção.

Qual será o papel de África? Transforma-se numa das regiões economicamente mais puiantes e politicamente mais poderosas ou continuará a automutilar-se e a ver passar o poder para Leste? Na procura de resposta a estas perguntas teremos de ter em conta três factos: (a) apesar da instabilidade política e da deficiente governação, África é atualmente a região que tem a mais alta taxa de crescimento económico, depois da China e da Índia; (b) a China foi quem mais investiu em África na primeira década deste milénio, tendo ultrapassado o Banco Mundial, a União Europeia e os EUA; (c) África é sobretudo um fornecedor de matérias-primas e um mercado consumidor.

Se África ganhar a batalha da democratização, poderá continuar a crescer economicamente e a investir na indústria transformadora e nos servicos para acrescentar valor às matérias-primas e criar as condições institucionais mais favoráveis à classe média emergente. Estas mudanças poderão colocar a região num dos centros de poder de um mundo multipolar, mais justo e mais seguro.

Nessas circunstâncias, depois da vaga de deslocalização de empresas para a China, a tendência parece reverter a favor de África. Milhares de empresas da própria China, acompanhadas de trabalhadores e de capital, deslocalizam-se para África, onde os custos da mão-de-obra e a existência de matérias-primas, designadamente fontes energéticas, parecem favoráveis. Neste quadro, os fluxos migratórios seriam afetados de duas maneiras: diminuição das saídas, como resultado dos efeitos conjugados do aumento da oferta de emprego na região e das políticas restritivas da Europa; e mesmo o regresso de parte significativa de trabalhadores africanos jovens, em situação de precariedade nos países membros da OCDE.

A recomposição económica e política do mundo, com as economias ditas emergentes a terem um papel cada vez mais importante, permite preconizar alterações significativas nos atuais padrões migratórios. As universidades, os centros de estudos, os atores políticos, económicos e sociais, assim como as organizações da sociedade civil deverão tratar com crescente profissionalismo e comprometimento cívico a questão das migrações. Ficaremos felizes se este escrito contribuir para a tomada de consciência da importância política, económica, social e cultural das migrações nos países africanos de língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- ACP, 2010, Overview on South-South Migration and Development Trends and Research Needs in ECOWAS region, October 2010
- Adepoju, Aderanti 2001, "Regional organizations and intraregional migrations in Sub Saharan Africa: challenges and prospects", International Migration, Vol. 39, nº 6, pp. 43-60.
- Adepoju, Aderanti 2005, "Migration in West Africa". Regional Studies, Global Commission on International Migration. Lagos.
- Adepoju, Aderanti 2008, Migration and Social Policy in Sub-Saharan Africa. Paper prepared for The UNRISD-IOM-IFS project on Social Policy in Migration in Developing Countries.
- Akinrinade, Sola, 2005, "Migration: Africa" in New Dictionary of the History of Ideas. Encyclopedia.com. (http://www.encyclopedia.com).
- Alvarez Tinajero, Sandra 2010, Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa. IOM Migration Research Series, No. 39, OIM, Genebra.
- Amin, Aloysius 2008, "OIM, IDEP and Trustafrica Workshop on Migration and Economic Development in Africa: Summary Conclusions with Recommendations". Senegal.
- Arnfred, Signe e Mats Utas 2007, "Re-thinking Africa: a contribution to the Swedish government white paper on Africa". The Nordic Africa Institute. Uppsala.
- Baganha, Maria Ioannis 2009, "The Lusophone migratory system: patterns and trends", International Migration, Vol. 47, n° 3, pp. 5–20.
- Bakewell, Oliver 2007, "Keeping them in their place: the ambivalent relationship between migration and development in Africa", IMI Working Papers 8, University of Oxford.
- Banco Mundial 2010, The Migration and Remittances Factbook 2011, Migration and Remittances Unit, World Bank, Washington, D.C., http://go.worldbank.org/QGU-**CPJTORO**
- Carreiro, Maria João 2007, "Dinâmicas transnacionais protagonizadas por associações de imigrantes guineenses em Portugal", CIES e-Working Paper 26/07, ISCTE, Lisboa.
- Carvalho, Francisco 2009, Migração em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009.
- CEDEAO 1993, Secretariado executivo, "Tratado revisto". Abuja.
- Có, João Butiam 2004, "As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense". SOCIUS Working Papers 12/2004, ISEG, Lisboa.
- De Vletter, F. 2000, "Labour Migration to South Africa: The Lifeblood for Southern Mozambique". In D. McDonald. (ed.) On Borders: Perspectives on International Migration in Southern Africa. New York: St Martin's Press

- Dorrit Posel, 2003, "Have Migration Patterns in post-Apartheid South Africa Changed?", University of Natal South Africa, Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003
- Dumont, Jean-Christophe, Gilles Spielvogel e Sarah Widmaier 2010, "International Migrants in Developed, Emerging and Developing Countries: An Extended Profile", OECD Social, Employment and Migration Working Papers N° 114, www.oecd.org/ els/workingpapers
- Forum Gulbenkian Imigração 2007, Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP - As Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento. OIM, IPAD, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIME. Lisboa.
- Góis, Pedro (ed.) 2008, Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da imigração Cabo-Verdiana, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Lisboa.
- Global Forum on Migration and Development, summary report for the GFMD, "From evidence to action: Facilitating South-South labor migration for development", Abuja, October 2011.
- Instituto Nacional de Estatística, 2011, Census 2010, www.ine.cv
- Jonsson, Gunvor 2009, "Comparative report: African migration trends", IMI, University of Oxford.
- Kritz, Mary M., Lin L. Lim e Hania Zlotnik (ed.) 1992, International Migration Systems. A Global Approach. Clarendon Press, Oxford.
- Lucas, Robert 2006, "Migration and economic development in Africa: a review of evidence" Journal of African Economies, volume 15, suplemento 2. Oxford University Press. Oxford.
- Melde, Susanne e Judith Schicklinski 2011, "Remessas nos países da África, das Caraíbas e do Pacífico", Nota de informação, n.º 2, Observatório das Migrações ACP, março de 2011. http://www.acpmigration-obs.org/node/80.
- Ndiaye, Mandiogou e Nelly Robin 2010, "Les migrations internationales en Afrique de l'Ouest : une dynamique de régionalisation articulée à la mondialisation ", IMI Working Papers 23, University of Oxford.
- OCDE, 2010, Emigration rates by country of origin, sex and educational attainment levels, dioc-e (release 3.0) 2000
- Organização Internacional para as Migrações 2008, World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy. OIM, Genebra
- Ozden, Caglar e Maurice Schiff (eds.) (2006), International Migration, Remittances and the Brain Drain, World Bank and Palgrave Macmillan, Washington DC.
- PNUD 2009, Relatório de Desenvolvimento Humano [edição portuguesa]. Edições Almedina. Coimbra.

- PNUD 2011, Relatório de Desenvolvimento Humano [edição portuguesa]. Edições Almedina. Coimbra.
- Quintino, Maria Celeste 2010, "Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta", Migrações, 6, pp. 81-102.
- Shaw, William 2007, "Migration in Africa: a review of the economic literature on international migration in 10 countries". Development Prospects Group, World Bank. Washington DC.
- Spean, Ernst e David van Moppes. 2006, "African Exodus? Trends and Patterns of International Migration in Sub-Saharan Africa". Working Papers Migration and Development Series, no 4, Nijmegen: Research Group Migration and Development, Radboud, University Nijmegen.
- Tolentino, André, Carlos Rocha e Nancy Tolentino 2008, A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Lisboa.
- Tolentino, Nancy 2009, "Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano". SOCIUS Working Papers 09/2009, ISEG, Lisboa.
- UNDESA Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas 2009 International Migration 2009.





A noção de subalternidade e a distribuição étnica de Angola

Helder Bahu¹

Resumo

Este artigo analisa o mapa etnográfico angolano tendo em conta os diversos focos de influência e a reconfiguração actual. O processo colonial, a guerra civil e as migrações internas e externas constituem um factor determinante para a compreensão da sociedade angolana actual. Contrariamente à existência de uma "etnicidade forte", o hibridismo passa a ser uma categoria a considerar, pois a reclamação de uma identidade étnica é observável em círculos bastante reduzidos, geralmente em sociedades rurais.

Palavras-chave: Mapa etnográfico, migrações, hibridismo, subalternidade

Introdução

A problemática do mapa etnográfico de Angola tem sido discutida com algum rigor em muitos círculos da sociedade angolana. Trata-se de uma discussão que, em certos casos, opõe cientistas sociais e alguns sectores da vida política. Estes acreditam que um estudo dos grupos étnicos em separado constitui uma "espécie de agitação" à divisão entre grupos étnicos.

Todavia, a intenção dos investigadores é tentar praticar uma visão *emic*² e reflectir sobre os grupos em função daquilo que eles pensam no que tange à sua perspectiva identitária.

¹ Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla — ISCED-HUÍLA, Rua Sarmento Rodrigues, Bairro Comandante Cow Boy, Lubango, Angola , E-mail: isced_lub@yahoo.com

A visão *emic* versus *etic* surge como prolongamento das mudanças registadas na Antropologia, fundamentalmente com a revitalização da observação participante como método de recolha etnográfica. Este processo atinge o seu ponto mais alto com Bronislaw Malinowski no início do século XX. A nova perspectiva (*emic*) apregoa a recolha partindo do interior do sujeito a ser investigado, fazendo com que seja ele a traduzir os processos evolutivos do seu meio; contrariamente, a visão *etic*, que ficou conhecida por "Antropologia de Gabinete" ("Antropologia Colonial"), é baseada numa observação por fora (à distância). Essas mudanças revolucionaram a Antropologia, porque permitiram uma recolha e discussão mais próxima dos processos sociais emergentes em cada sujeito.

Podemos constatar que a maior parte dos grupos étnicos de Angola não se revê no quadro da classificação elaborada no período colonial, baseada essencialmente em critérios linguísticos e proximidade cultural.

A questão do mapa etnográfico de Angola e a ideia de subalternidade, tendo em conta a tão questionada designação de "subgrupo", são os assuntos a serem tratados neste pequeno ensaio. Todavia, o texto atravessa duas temáticas essenciais: o mapa etnográfico angolano nas suas diferentes etapas. A descrição do mesmo é necessária tendo em conta as linhas de compreensão dos grupos étnicos angolanos, as consequências das migrações no período colonial e, numa perspectiva posterior, as migrações resultantes do conflito armado; os subaltern studies, como temática pós-colonial que se consubstanciou na valorização das entidades mais pequenas ofuscadas durante o período colonial, permitiram o reavivamento étnico e auto valorização dos preceitos étnicos de grupos outrora colocados numa dimensão de subgrupos.

A intensificação das migrações inverte, mais uma vez, o rumo dos acontecimentos, tornando os reavivamentos étnicos como algo irrelevante ao nível dos principais centros urbanos. A busca de uma "etnicidade forte" torna-se apenas imperiosa em alguns cenários rurais do interior angolano. Vislumbra-se algum hibridismo e uma tendência para se considerar uma nova dimensão étnica que poderá ser o "grupo étnico angolano".

O processo de recolha etnográfica obedece, em muitos casos, as particularidades do terreno em análise. O cenário étnico angolano tem sido pouco discutido nos últimos anos, a julgar pelo grau de dificuldades que o mesmo encerra, começando pela extensão territorial e a necessidade de criação de um colectivo interdisciplinar para avaliar os diferentes prismas da temática. Para o presente texto, enveredou-se pela observação directa que resultou da reunião de diferentes constatações realizadas ao nível dos diversos cenários (rural e urbano) do país. A esta opção metodológica juntou-se o método histórico, que permitiu analisar os diferentes circuitos migratórios no interior do país e as consequências resultantes deste movimento, permitindo, posteriormente, encontrar elementos comparativos que permitiram o questionamento da realidade étnica actual.

Estado da Arte

A produção teórica referente à distribuição étnica de Angola é bastante incipiente e cai cada vez mais no rol do "perfeccionismo" referente aos grandes clássicos da História de Angola.

Entre os grandes clássicos desta temática podemos destacar Redinha (2009), Distribuição Étnica de Angola; Guerreiro (1968), Bochimanes de Angola; Milheiros (1951), Etnografia Angolana: Esboço Para um Estudo Etnográfico das Tribos de Angola; Estermann (1957, 1961, 1970, 1971, 1983), Etnografia de Angola – Sudoeste e Centro; e Henderson (1990), A Igreja Em Angola. Um Rio Com Várias Correntes.

Na base dos estudos que se estavam a desenvolver um pouco por toda a parte (século XVIII com Carl Von Lineu) e dada a necessidade de se classificar e nomear tudo,

tal como acontecia com a Taxonomia (Biologia) – as ciências sociais e humanas, nomeadamente a Antropologia, começam a classificar e a categorizar tudo. Esta intenção, no contexto africano, vai contar com o apoio das grandes companhias coloniais, que precisavam de conhecer cada vez mais e melhor o "outro" para melhor o subjugar.

Nesta perspectiva, o critério de selecção encontrado para a identificação das etnias que habitam hoje o território de Angola foi meramente linguístico. As semelhanças linguísticas levaram ao agrupamento de vários grupos num só, facto que, do ponto de vista metodológico, não está errado. Esta perspectiva é partilhada por Redinha (2009: 19), quando refere:

Nestas circunstâncias, considerando embora a advertência de H. R. Valloi quando diz que os factos linguísticos enganam mais do que ajudam as buscas antropológicas – facto, aliás, que temos constatado em Angola – outro recurso não resta ao etnólogo que recorrer à linguística para a repartição das etnias, dada, para mais, a grande carência de estudos de Antropologia somática nas populações da África banta.

Os estudos realizados tentaram, na medida do possível, descrever a origem, o itinerário e a distribuição do mosaico étnico que habita o território que é hoje Angola. Aspectos ligados à estrutura económica, política, religiosa e cultural fazem as delícias destas narrativas que, apesar de terem uma carga colonial elevada, constituem ainda hoje as grandes "bíblias" da etnografia angolana. Depois da independência houve um grande declínio em termos de produção etnográfica angolana. Não houve estudos substanciais sobre a realidade angolana e os interesses científicos se limitaram a guestões ligadas ao conflito armado angolano e ao drama dos refugiados.

Pelo que foi ilustrado até ao momento, pode-se depreender rapidamente que o estudo do mapa etnográfico de Angola não pode ser feito sem que haja recurso ao itinerário do mítico povo Bantu, que constitui a grande maioria dos grupos étnicos que habitam hoje o território angolano.

Migrações Bantu e o Actual Território de Angola

Tal como é recorrente observar ao nível da bibliografia disponível sobre as migrações Bantu, este grupo foi descoberto durante o processo de penetração e ocupação colonial. Reza a História que, durante o processo acima enunciado, alguns indivíduos castigados eram levados para regiões distantes. Por exemplo, um indivíduo que estivesse na Costa Atlântica, uma vez levado à Costa Índica, continuava a comunicar-se com os que aí se encontravam.

Este facto despertou a curiosidade das entidades coloniais, que rapidamente accionaram as suas equipas de investigação para tentar perceber este fenómeno. Por esta ordem de ideias, vieram para África alguns linguistas, que encontraram semelhanças na maior parte destas línguas. A maior parte delas tem o radical Ntu para designar pessoa:

O termo "Bantu" aplica-se a uma civilização que conserva a sua unidade e foi desenvolvido por povos de raça negra. O radical "ntu", comum a muitas línguas bantas, significa "homem, pessoas humanas". O prefixo "ba" forma o plural da palavra "Muntu" (pessoa). Portanto, "Bantu" significa "seres humanos, pessoas, homens, povo". G. Grey sugeriu, para a divisão das línguas africanas em classes, a designação de "línguas bantas", pensando que o radical "ntu" seria comum a todas elas. O prefixo "ba" forma o plural da primeira classe. O vocábulo "ntu" é, por assim dizer, "a expressão cristalizada da mentalidade natural banta, acentuando de maneira extraordinária o que é fundamental e essencial no "Muntu" e na África Banta [...]. Revela o foco cultural, característico dos povos da África sul-sariana (Altuna, 2006:23).

Até ao momento, existem muitas especulações em torno da origem deste grupo. No que se pode constatar, não existem grandes certezas sobre a origem do grupo, mas as migrações fizeram-se a partir do Vale Médio do Benué³. Presume-se que o processo migratório se tenha efectuado por duas vias: um grupo partiu para Oeste e, mais tarde, através da savana Atlântica dirigiu-se para Sul; outro grupo foi para Leste, através das savanas do Norte e dos planaltos que cercam os Grandes Lagos. Por esta via, chegaram ao país Luba, no Shaba, onde os linguistas situam o principal núcleo bantófono, a partir do qual irradiaram as actuais línguas faladas que pertencem ao grupo Bantu. Daqui sequiram para a África Austral. O processo migratório desencadeado não fez apenas deslocar pessoas. Levou consigo uma estrutura complexa e alterou grandemente o cenário do continente africano. Assim, para além da língua, levaram consigo a cultura – pressupondo uma cultura Bantu; técnicas de obtenção e fundição do ferro – a existência de uma Idade do Ferro Bantu; mitos, folclore, religião, meios de produção.

O processo migratório que atingiu o território Luba constituiu o prelúdio para o povoamento do território que é hoje Angola. Deve-se assinalar que, antes da chegada dos Bantu, este território já era habitado⁴. Eis a distribuição apresentada por Redinha (2009: 23-24): (1) Povos não-Negros e não-Bantu: Bosquímanos ou Bochimanes; Vakwankala ou Vasekele, na designação dos Bantu. !Nkhw, como se designam a si próprios, "bosquimanos amarelos"; (2) Grupo Hotentote-Bosquimano ou Khoisan: Cazamas ou Vazamas (Kazama ou Vazama). "Bosquimanos Negros", Quedes (Kede). Falavam um dialecto Hotentote e vêm adoptando a língua Cuanhama (Xikwaniama), (3) Povos não-Bantu designados Pré-Bantu: Cuissis (Kuisi ou Ova-kwando). Admite-se que falavam uma língua Khoisan. Utilizam actualmente o dialecto cuvale; (4) Vátuas ou Vatwa: Cuepes (Kwepe ou Ova-Kwepe); "Corocas". Falam uma língua do grupo Khoisan; (5) Povos negros Bantu: Bakongo ou Congo; Ambundu; Lunda Cokwé; Ovimbundu; Ganguela; Nyaneka-Nkhumbi; Ambó; Herero; Xindonga; (6) Europeus e outros.

Os povos de origem Bantu, por dominarem a metalurgia e praticarem a agricultura, empurraram os outros para regiões inóspitas. Atendendo ao facto de que, na actualidade, a natureza ser hostil aos outros povos, tem-se verificado nos últimos tempos alguma integração e subordinação desses povos em relação aos de origem Bantu. O

Trata-se de uma região que se localiza entre a Nigéria e os Camarões.

Questões referentes à migração e fixação dos povos no território que é hoje Angola não serão abordados neste texto, por não caberem no escopo deste artigo.

quadro etnográfico apresentado acima não chega para explicitar o contexto angolano. Os povos de origem Bantu acima apresentados têm as suas variantes.

Henderson (1990: 19 a 26) destaca a complexidade do guadro étnico angolano tendo em conta os grupos e "subgrupos": (a) O grupo Bakongo inclui: Xikongo, Susso, Zombo, Sorongo, Iaca, Congo, Pombo e Sucu; (b) Ambundu: Luanda, Luango, Ntemo, Puna, Dembo, Bangala, Holo, Cari, Chinje, Minungo, Bambeiro, Quibala, Haco, Sende, Ngola ou Jinga, Bondo, Songo, Quissama e Libolo; (c) Ovimbundu: Viyé, Ndulo, Bailundu, Sambu, Cikuma, Chiaka, Uambu, Galangue, Va-Hanha, Caconda, Caluguembe; (d) Ambo: Cuanhama, Cuamati, Dombandola, Evale e Cafima; (e) Nyaneka-Nkhumbi: Ovamwila, Ngambwé, Ovankhumbi, Ovandonguena, Ovahinga, Ovacuncua, Handa de Cipungu, Handa da Mupa, Cipungu, Cilenge Humbe, Cilengue Muso; (f) Herero: Dimba, Chimba, Chavicuas, Hacavonas, Cuvales, Dombe, Cuanhoca e Guendelengo; (g) Lunda, Lunda-lua-Chinde, Lunda-Ndembo, Mataba, Cacongo, Mai e Chokwé; (h) Nganguela: Luimbe, Luena, Lovale, Lutchazi, Bunda, Ganquela, Ambuela, Ambuila-Mandumba, Econjeiro, Ngonielo, Mbande, Cangala, Iahuma, Gengista, Ncoia, Camachi, Ndungo, Nhemba e Avico⁵.

O mapa que se segue dá uma ideia mais circunstanciada do mapa etnográfico de Angola e corresponde a realidade étnica angolana colonial (século XIX).



Mapa referente à distribuição étnica de Angola Fonte: Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola.

Este mapa, tal como veremos mais adiante, não corresponde à realidade étnica angolana actual, a julgar pelos casamentos multiétnicos e migrações que se realizam regularmente no interior do território.

A questão dos nomes dos grupos étnicos angolanos constitui uma temática muito discutida. As diferentes associações de preservação da cultura e língua de alguns grupos étnicos angolanos, com a ajuda de linguistas, têm estudado mecanismos de uniformização em termos de escrita. Desta feita, pode-se observar uma grande variedade em termos de escrita de nomes de grupos étnicos angolanos.

A Noção de Subalternidade e a Distribuição Étnica de Angola: os Subaltern Studies

A ideia dos subaltern studies surge na sequência de um movimento desencadeado por um grupo de estudiosos sul-asiáticos no sentido de estudar a dimensão do período pós-colonial. Os referidos estudos tomaram como público principal um grupo de categoria inferior em termos de raça, classe, género, orientação sexual, etnia ou religião.

Este movimento surge nos anos 70 do séc. XX e torna-se mais divulgado na década de 1980. Teve o contributo de uma série de autores, como Touraj Atabaki, Shahid Amin, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, Gyan Prakash, Edward Said e outros. Forneceram um leque bastante grande de informação que, até certo ponto, destacou grandemente a Índia.

De acordo com Prakash (1994: 1476), a divulgação dos subaltern studies começou em 1982, com uma intervenção na historiografia sul-asiática, criticando de forma vertiginosa o modelo pós-colonial e levando à reformulação de complexos catequéticos de conhecimento. Os desafios que este movimento propõe não ficaram circunscritos ao Sul da Ásia e à História. Estenderam-se a outras disciplinas. O termo "subalterno" 6 aparece agora com frequência em estudos sobre África, América Latina e Europa e tem sido um modelo de análise crítica da História, Literatura e Antropologia.

Como se pode observar acima, os estudos não ficaram circunscritos ao espaço sul--asiático. Pelas características da colonização e pela existência de "dominados" um pouco por todo o globo, aqueles estenderam-se a vários continentes, incluindo a Europa. Se numa primeira análise se observa um grande protagonismo da ciência histórica em relação à temática enunciada, verifica-se hoje um carácter interdisciplinar ao nível dos subaltern studies.

Se tentarmos analisar as origens da terminologia acima ilustrada, Prakash continua e argumenta: o termo "subalterno", elaborado a partir dos escritos de António Gramsci, refere-se à subordinação em termos de classe, casta, género, raça, língua e cultura. Foi ainda utilizado para significar a centralidade da relação entre dominante e dominado na história (Ibidem: 1477). Esta ideia é reforçada por Hall, quando sublinha que o poder do discurso surge para criar e reforçar o domínio ocidental. Os discursos de como os Europeus descreveram diferenças entre si e os outros utilizando categorias culturais, língua e ideias europeias, tornaram-se um facto. O conhecimento produzido por um discurso é colocado em prática e em seguida torna-se realidade. Ao produzir um discurso de diferença, a Europa consequiu manter o seu domínio sobre o "outro", criando assim um subalterno, excluindo o "outro" a partir da produção do discurso 8.

Tradução minha.

Tradução minha

⁸ http://en.wikipedia.org/wiki/Subaltern_(postcolonialism). Consultado no dia 29 de Outubro de 2010. Tradução minha.

Pelo que se pode entender sobre a problemática em análise, os subaltern studies são uma forma de se analisar o dominado partindo daguilo que ele pensa de si mesmo e não de uma análise distanciada, feita por fora. Evidencia-se uma espécie de voz do dominado/subjugado. A questão da subalternidade surge para desconstruir uma série de mitos e realidades artificialmente levantados para justificar a colonização e, na medida do possível, repor a "realidade" dos chamados subalternos. A tendência dos estudos em ciências sociais e humanas hoje é essa. Pela abrangência que se quer dar aos subaltern studies, acredito que já se possa falar de um "African subaltern studies" 9. A realidade do continente africano e as marcas pós-coloniais nele ainda evidentes tornam esta problemática como sendo um campo de análise bastante fecundo. Nos dias que correm são cada vez mais visíveis as iniciativas de estudiosos africanos e africanistas no sentido de se dar uma outra "roupagem" à forma como os estudos são realizados. Este movimento começou com a luta de emancipação política e no período da confirmação das independências houve a necessidade de diminuir os efeitos psicológicos da colonização.

Angola não fugiu à regra e os estudos realizados pela maior parte dos estudiosos visaram a desconstrução dos preceitos coloniais. O mapa etnográfico de Angola é um dos exemplos. O mesmo foi concebido tendo em conta uma classificação colonial e linguística no quadro do processo classificatório que a Antropologia e outras ciências viveram. Acreditamos que a complexidade da diversidade etnográfica de Angola conformaria muitas dificuldades para qualquer investigador. Acontece que a classificação efectuada não se baseou num estudo profundo dos diferentes grupos, foi feita com base nas semelhanças linguísticas e culturais – o que é normal em função da origem comum, os povos de origem Bantu.

Actualmente, vimos verificando um pouco por todo o lado uma série de manifestações de grupos étnicos que não aceitam a ideia de serem "subgrupos" de outros. A fundamentação da ideia de classificação dos referidos grupos baseou-se nas afinidades linguísticas, culturais e proximidade em relação ao colonizador. O princípio da proximidade em relação ao colonizador determinou o grau de importância dos diferentes grupos étnicos angolanos. Assim, os mais próximos do colonizador tomaram a dianteira em termos de designação, englobando todos os outros grupos mais pequenos e mais distantes do colonizador.

Assim, por exemplo, quando falamos em Ovanyaneka-Nkhumbi como povos do sudoeste angolano, para quem lê, fica a impressão de que esta região é habitada por apenas dois grupos: os Ovanyaneka e os Ovankhumbi. Os Ovamuila, Cilenge, Cipungo, Handa e outros aparecem como subgrupos e não concordam com esta posição.

Utilizando como critério de análise um estudo realizado por Melo (2005), na sua obra "Nyaneka-Nkhumbi". Uma Carapuça que não Serve aos Handa, nem aos Nya-

Podemos destacar os escritos de Joseph Ki-Zerbo; Elikya Mbokolo; Leopolde Senghor.

neka, nem aos Nkhumbi, esta ilustra bem a forma como o grupo, visto por dentro, privilegia uma identidade própria que nem sempre se revê no dístico Nyaneka-Nkhumbi.

Indo para o contexto Ovimbundu, encontramos um outro conflito que se verifica ao nível do grupo étnico Hanha. Estão localizados na província de Benguela, com principal centro de incidência no município do Cubal. Estes, anteriormente, vestiam-se como os Ovanyaneka (povos do sudoeste) e falam, ainda hoje, uma língua muito próxima do Umbundu. Em termos de classificação, estão integrados como "subgrupo" do grupo étnico Ovimbundu. Interactuando com os mesmos, dizem apenas que são Hanha e a língua que falam é Hanha. Não têm nada a ver com os Ovimbundu e com os Ovanyaneka-Nkhumbi.

No sudeste angolano encontramos os Nganquelas e, no seio deles, encontramos os Nyembas, que são vistos como um "subgrupo" Nganguela. Os Nyembas não aceitam esta ligação com os Nganquelas – dizem que são simplesmente Nyembas. Mais a norte encontramos outra divergência na designação Lunda-Cokué. Para estes, o Lunda veio de fora (Norte – região do Congo Democrático) e juntou-se aos *Cokués* através de um casamento. Todavia, existem algumas diferenças nos mais variados aspectos do seu modus vivendi.

Em Cabinda vive-se um caso semelhante. Estes, em termos classificatórios são enquadrados no grupo Bakongo o que, para os habitantes daquele enclave, constitui um insulto. Consideram-se, em termos étnicos, *Ibinda*. Em síntese, são várias situações de inconformismo em termos de classificação étnica em Angola. Tendo em conta as limitações que este trabalho impõe, apresentamos apenas alguns exemplos.

Alguns posicionamentos inerentes aos grupos étnicos angolanos têm que ver com as sequelas da colonização, no pressuposto de "dividir para melhor reinar". Assim, houve uma espécie de "diabolização" dos diferentes grupos, vigorando, logicamente, uma certa reserva entre os mesmos. Esta tendência foi seguida, até certo ponto, pelos principais beligerantes durante a guerra civil em Angola. Desta feita, algumas entidades étnicas, como forma de protecção, passaram a assumir uma identidade étnica que não era a sua. Assim, alguns indivíduos nascidos no Centro/Sul de Angola ou no Norte, optaram por uma naturalidade que se estendia pelo corredor de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malange e parte do Kwanza Sul. Há situações de renúncia ao nome de família por este estar conotado a uma região do país que, na altura, não se coadunava com a ideia de projecção sem objecção. Com o fim da guerra, essa pressão invisível começa a desaparecer e dá lugar a formas novas de se olhar para o país e para as pessoas que nele habitam.

Apesar das dificuldades encontradas e que são o resultado das chamadas marcas pós-coloniais, podemos ainda observar que a colonização e a guerra civil que se desenvolveram em Angola constituíram um importante factor de unidade entre angolanos de diferentes partes do país. Esse argumento tem como base os casamentos inter-étnicos que se foram realizando, em função da movimentação das pessoas.

Se fizermos uma avaliação actual do mapa etnográfico de Angola baseando-nos na localização dos diferentes grupos étnicos, veremos que o território é multiétnico e não se podem estabelecer paralelos que possam secundar o argumento geográfico como legitimação de pertença. Neste quadro, ao fazermos uma avaliação da migração e instalação dos diversos grupos étnicos em Angola e ao tentar mapear, veremos que todos os grupos étnicos angolanos estão representados em todo o país, o que, de certo modo, desconstrói o mapa apresentado acima. Teríamos um mapa onde cada província estaria representada por vários pontos, a que podíamos chamar de "pequenas ilhas étnicas". Este processo parece ter sido reforçado com o fim do conflito armado a 4 de Julho de 2002, com a assinatura do memorando de entendimento do Luena¹⁰.

Acreditava-se que o fim das hostilidades em Angola resultaria num retorno às terras de origem. Isto não aconteceu e, contrariamente a todas as expectativas, as populações que vivem em regiões do interior e que tinham sido muito afectadas pela guerra consideram a paz um momento crucial para se juntarem a locais mais próximos dos principais centros urbanos. É visão dessas populações que a querra pode retornar e, estando longe das aldeias, estarão mais seguras e não voltarão a viver os horrores da guerra. Vive-se, actualmente, um enorme êxodo rural para as cidades.

Todo o enredo agora apresentado remete-nos para uma nova questão que se consubstancia na desconstrução do conceito de identidade étnica que, nesta ordem de ideias, passa a ser uma "falsa questão". O mesmo vai-se diluindo nos casamentos interétnicos e rapidamente se começa a perder a ideia de pertença a A ou B. O hibridismo passa a ser uma categoria a discutir e cada elemento abordado em relação à sua origem étnica acaba por descrever o percurso dos seus ancestrais e as fusões resultantes dos casamentos realizados. Para alguns angolanos, a ideia de se valorizar significativamente a sua pertença étnica torna-se "irrelevante" em função da mestiçagem étnica. Para outros, evidencia-se que, independentemente desta miscigenação, continua latente, ainda que de forma subterrânea, a ideia dos tabus étnicos dos "mais e menos civilizados". Está ainda enraizada uma ideia de "superioridade étnica" baseada na história, difusão e feitos de cada grupo étnico angolano.

Esta noção de alteridade evidencia-se com maior pormenor naquele segmento que manteve desde cedo relações com o colonizador e conseguiu uma expansão do seu império com a conquista de outros territórios, tornando-os vassalos. O corredor Luanda - Benguela - Lobito constitui um dos itinerários com os quais podemos identificar os Ambundu e Ovimbundu. Mais a Norte vamos encontrar os Bakongo que, pela história e dimensão do seu império, também reivindicam alguma alteridade no contexto angolano.

Devemos também sublinhar o efeito da difusão do cristianismo entre as etnias angolanas. Este movimento constituiu em parte uma espécie de marcador civilizacional. O

Município da província do Moxico, uma das províncias de Angola.

cristianismo se implanta em Angola em simultâneo com a chegada de Diogo Cão, em 1482, a foz do rio Zaire. Este processo começa com católicos que se vão estendendo pelo país e criam missões em diversas partes do país. Nestas, se formaram muitos nativos que passaram a fazer parte da elite angolana. Os evangélicos aparecem apenas no final do século XIX e se implantam, preferencialmente, no interior e centro de Angola. Estas missões eram uma alternativa aos nativos para o alcance de um nível académico razoável. A maior parte das famílias angolanas que conseguiram algum espaco na era colonial e que se impuseram durante a luta de libertação nacional e no pós-independência tiveram uma passagem pelas missões cristãs (católicas e evangélicas). Estas missões contribuíram também para os processos migratórios internos. Tudo porque a conclusão de uma etapa de formação implicava a deslocação para outra localidade onde se pudesse dar continuidade e, muitas vezes, o local para a continuação dos estudos estava numa província diferente. As mesmas encurtavam as barreiras étnicas e, baseando-se na bíblia, apelavam aos africanos a unidade, amor, tolerância. Casamentos interétnicos são realizados nestas missões.

Em síntese, os estudos mais recentes remetem a temática para uma discussão mais profunda e possível reformulação do mapa etnográfico de Angola, que já não conforma os interesses dos grupos em causa. Nesta perspectiva, a análise do quadro étnico angolano, tendo em conta os diversos grupos étnicos acima referenciados, resvala para uma questão tão pertinente na qual as respostas parecem ser evasivas e pouco convincentes. Eis a questão: qual será a origem, migração e integração no território que hoje é Angola dos diferentes grupos étnicos de origem Bantu? Os diferentes estudos apresentados retêm uma ideia de fusão entre algumas entidades étnicas de origem Bantu que foram dando origem a outras. Esta questão remete-nos para uma ideia de grupos e subgrupos, facto que não é aceite por muitas entidades étnicas angolanas. Todavia, analisando a profundidade cultural e linguística, existem poucos detalhes de confluência para se aceitar essa tese.

Nesta ordem de ideias, uma análise dos mesmos (grupos étnicos) baseados numa perspectiva emic resvala na dinâmica dos conhecidos mitos de origem, tornando-se insuficiente para explicar a complexidade étnica da Angola actual. Apesar disso, torna-se importante por poder resultar numa relevante produção teórica em relação àqueles que não tiveram voz e foram colocados numa perspectiva de subalternos.

Conclusões

Como se pode constatar, e se quisermos fazer uma análise cuidada sobre o mapa etnográfico de Angola, podemos verificar que a maior parte dos grupos étnicos de Angola não aceita a categorização de "subgrupos". Dizem que têm referências próprias e não podem ser diluídos na senda de um grupo mais amplo. Há, em algumas dimensões do meio rural, um reavivamento étnico consubstanciado nos subaltern studies, a julgar pelo florescimento de alguns quadros no âmbito das ciências sociais e

humanas¹¹; noutra vertente (meio urbano) começa-se a dar pouca importância a estes postulados, erigindo uma noção de angolanidade sem se ter em conta as fronteiras étnicas.

Ao longo dos anos, e devido à política assimilacionista adoptada por Portugal em todo o território angolano, alguns membros dos diferentes grupos étnicos entenderam aceitar a condição imposta. Pela distância das suas aldeias e pelo "desenvolvimento" que estavam a tomar as aldeias dos seus vizinhos mais próximas do colonizador, muitos passaram a ter receio de evocar a sua etnicidade. Reclamavam, nesta altura, uma identidade que não era a sua.

Com o decorrer dos anos e numa perspectiva pós-colonial, os ditos "assimilados étnicos" passaram a ser discriminados pelos seus vizinhos. A expressão em voga era: "o fulano não é Ovanyaneka. É de origem Cilenge. Não vês como ele fala? Aquilo é um crioulo porque ele está numa zona de transição onde cruzam vários grupos. Ele não é original como nós"12. Nos dias que correm observa-se um certo reavivamento étnico nas hostes de vários grupos que, cansados de serem olhados como "os outros", reclamam os seus verdadeiros ancestrais, cultura, língua e tentam mostrar aos outros que não são vassalos nem "subgrupos" – são um grupo com história.

Paradoxalmente, pelos fluxos migratórios registados e que ainda se fazem sentir um pouco por todo o país, a confluência das populações nos mesmos espaços geográficos e os casamentos interétnicos tornaram-se uma realidade inquestionável e, para muitas entidades étnicas, o "purismo étnico" passa a ser uma falsa questão e de pouca relevância. O hibridismo passou a ser a tónica dominante em muitos sectores da sociedade angolana. Todavia, os fenómenos actuais não podem ser tidos como uma forma de desmotivação em relação a questões de natureza étnica. Antes pelo contrário, seria motivador que se continuasse a estudar as diferentes entidades étnicas angolanas, sobretudo aquelas que foram marginalizadas ao longo dos largos anos de História de Angola.

Referências bibliográficas

Altuna, Raul Ruiz de Asúa.

2006 Cultura Tradicional Bantu. Luanda, Editora Paulinas.

Estermann, Carlos.

1957 Etnografia do Sudoeste de Angola. Volume II. Editora, Tipografia Minerva. Portugal.

A inclusão dos cursos de Antropologia e Sociologia em algumas universidades aumentou a ambição dos investigadores angolanos em estudar a realidade angolana actual. Começam a surgir alguns centros de investigação que começam a produzir algumas publicações.

¹² Conversa com Madalena Vacundo. Lubango, 12 de Março de 2010.

- 1961 Os Ba-nhaneca e os Ban-Kumbi no Deserto de Moçâmedes. Editora, Imprensa Nacional de Angola.
- 1970 Penteados, adornos e trabalhos da Muilas. Editora, Imprensa Portuguesa. Lisboa.
- 1971 A vida económica dos Bantos do Sudoeste de Angola. Edição, Junta Provincial de Povoamento de Angola.
- 1983 Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro). Volume I. Editora, Gráfica Imperial, LDA. Lisboa.
- 1983 Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro). Volume II. Editora, Gráfica Imperial, LDA. Lisboa.

Guaha, Ranjit

1994 Subaltern Studies VI: Writings on South Asian History and Society. New Deli: Oxford University Press.

Guerreiro, Manuel Viegas

1968 Bochimanes de Angola: !Khu: estudo etnográfico. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

Hall, Stuart

2007 The West and the Rest: Discourse and Power. Race and Racialization, Essential Readings. Das Gupta, T. et al (eds). Toronto: Canadian Scholars Press.

Henderson, Lawrence W

1990 A Igreja em Angola: Um Rio com Várias Correntes. Lisboa, Edições Além – Mar.

MELO, Rosa

- 2005 «Nyaneka-Nkhumbi: uma carapuça que não serve aos Handa, nem aos Nyaneka, nem aos Nkhumbi». Cadernos de Estudos Africanos. Lisboa.
- 2007 Homem é Homem, Mulher é Sapo: Género e Identidade Entre os Handa no Sul de Angola. Lisboa: Edições Colibri.

Milheiros, Mário

1951 Etnografia Angolana: Esboço Para Um Estudo Etnográfico das Tribos de Angola. Mensário Administrativo.

Oliveira, Américo Correia de

2006 O Livro das Adivinhas Angolanas. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

Prakash, Gyan

1994 "Subaltern Studies as Postcolonial Criticism," The American Historical Review, December, Vol. 99, No. 5, 1475-1490.

Redinha, José

1974 Distribuição Étnica de Angola. Centro de Informação e Turismo de Angola, 8ª

1975 Etnias e Culturas de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola.

2009 Etnias e Culturas de Angola. Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

SAID, Edward

2007 Orientalism. Race and Racialization: Essential Readings. Das Gupta, T. et al (eds). Toronto: Canadian Scholars Press.





Brasil: país de imigração?

Neide Lopes Patarra¹ Duval Fernandes²

Resumo

A história da imigração no Brasil inicia-se com os portugueses no contexto da colonização, visando a apropriação militar e econômica da Terra, a implantação da grande lavoura de exportação a qual deu origem ao tráfego de escravos africanos, movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850) e introduziu na colônia cerca de 4 milhões de cativos; esse movimento cunhou a sociedade escravocrata que marca a sociedade brasileira deixando profundos e importantes traços em sua cultura posterior à Abolição, em 1888. Nos quase 130 anos que separam este momento da década atual, o país passou de receptor de mão de obra para país de emigração, na década de 80 do séc. XX e seguintes, até se transformar, no início de 2012, em local de destino de grande número de imigrantes de países limítrofes e também de países do Hemisfério Norte. Este novo cenário lança desafios para a sociedade no sentido da necessidade extrema de definição de políticas migratórias que contemplem os direitos humanos dos imigrantes.

Palavras chave: migração internacional, políticas migratórias, Brasil.

1 - Apresentação

Constitui, sem dúvida, um grande desafio escrever, neste momento, sobre o tema de políticas migratórias no Brasil. A grande imprensa, revistas, trabalhos acadêmicos, redes sociais, *blogs*, portais oficiais do governo, e vários outros meios de comunicação estão repletos de reportagens, comunicados, divulgações e todo tipo de documentação voltada a um dos temas mais bombásticos destes últimos anos – as migrações internacionais.

Livre docente do Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp (aposentada) e Pesquisadora Titular da ENCE/ IBGE (Aposentada), Brasil. Email: npatarra@terra.com.br.

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontíficia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Brasil. Email: duval@pucminas.br.

De um lado, a imigração internacional no mundo "explodiu", acirrados os movimentos pelos conflitos no norte da África, nos países do Meio-Oriente e Ásia, principalmente, e pela crise financeira que tremula os países desenvolvidos (Europa e Estados Unidos, principalmente), cada um com suas características e especificidades, mas sempre traçando um panorama difícil, assustador e imprevisível.

A crise financeira atual, os desastres climáticos e a "Primavera Árabe", constituem dimensões absolutamente decisivas para o conhecimento, entendimento, observação e decisões a respeito dos movimentos migratórios internacionais atuais, destes últimos anos, que imprimem à problemática contornos de tamanho e implicações sem precedentes.

De outro lado, a "guinada" tão forte nas tendências histórias, com crises e conflitos, altera o equilíbrio de forças entre países ricos e pobres e a América Latina avança, ganha espaço e evidencia que a "crise é deles".

O Brasil, frequentemente chamado de "meio continente" apresenta desempenho positivo em sua performance econômica na dinâmica atual, tendo, na sucessão de governos democráticos e competentes nos últimos guase 20 anos, uma continuidade de resultados que o leva, hoje, a posição de país emergente de destaque nos foros intencionais e se ufana de ser classificado como a sexta maior economia do mundo.

Inserido nas reversões tão nítidas e fortes dos movimentos migratórios internacionais, o país vai assumindo posição de destaque e liderança na América Latina e constituindo-se como um país de forte atração imigratória. O tema abarrota, a grande imprensa no país (com alguma repercussão a nível internacional); as matérias são diárias, frequentes, alarmistas algumas, de ufanismo outras, de temor ainda outras, sempre envolvidas em posições e ideologias e conflitivas.

O governo atual, com seus compromissos claramente assumidos, busca traçar, e rapidamente, uma arquitetura oficial que dê conta das novas demandas, dos novos conflitos, ante o novo – pólo internacional de imigração – e o tradicional – país de imigração, embora sempre carregando tracos seletivos, com frequência restritivos e com discriminação e xenofobia frente alguns grupos de migrantes – porém restritiva e seletiva.³ Reforça-se, no momento presente, a imagem do país de imigração, possivelmente por motivos políticos ligados a sua inserção crescente na governabilidade internacional.

Em matéria divulgada recentemente, Mac Margolis, articulista brasilianista de certo destaque, caracteriza o Brasil como o novo pólo de imigração internacional:

"...A ascensão dos países emergentes está revolucionando a imigração global..., ten-

É bastante ampla, de qualidade e variada bibliografia sobre as tendências históricas da imigração no Brasil, desde clássicos como Caio Prado Jr.e Celso Furtado, ate estudiosos mais recentes. Uma idéia de conjunto dessa produção , veja-se em Patarra, N.L(1995 e 1996),OIM, Perfil Demográfico(2009) e, mais recentemente, Patarra, N.L. e Fernandes, D.(2011)

dência intensificada pela crise econômica na Europa, Japão e EUA." (Margolis, M. O Estado de São Paulo, 08/01/2012, p.A18).

Com cautela e dúvida, no entanto, diz o articulista:

"... Reeditando a história dos séculos 19 e 20, o país escancara as portas para os imigrantes europeus, mas também para os latinos. Mas será que ele as manterá abertas?" (p.A18)...."Apesar da enxurrada haitiana no Acre, é ainda modestíssima a presença de imigrantes no Brasil (apenas 443 mil no Censo de 2010); incluindo os clandestinos, não chegam a 2% da população...""Daí a pergunta incômoda: a louvável tolerância brasileira é mesmo patrimônio cultural? Ou será fruto da escassez? (A18) "

Sem dúvida o tema está a demandar um sério debate: Que imigração é essa? De pobres, não documentados, que viriam desempenhar tarefas com salários mais baixos - o país necessita dessa mão de obra ? Estamos mesmo vivendo uma escassez de mão de obra? As evidências indicam que manifestam-se preocupações e interesses de empresários na mão de obra qualificada. E os não-documentados? E as áreas de fronteira na América do Sul? E os refugiados? Culminando com caso da entrada de haitianos, marcando um ponto de inflexão na política imigratória brasileira.

O presente texto propõem-se a esboçar algumas dimensões inerentes às novas necessidades da governança das migrações internacionais e os dispositivos e regulamentos para lidar com a nova situação. A reconfiguração rápida e iniludível dos movimentos populacionais no novo contexto relativizam ou superam anteriores abordagens sobre políticas migratórias, onde os conhecidos e reiterados movimentos de países pobres a países ricos, com todas as suas manifestacões de discriminação e xenofobia constituíam a contrapartida da busca de melhores condições de vida e, principalmente, aferir um rendimento que se transformaria em remessas, as quais, abençoadas pelo Banco Mundial, constituiriam o lado positivo de emigração e poderiam ser consideradas o substituto para o desenvolvimento econômico que não dava mostra de poder ser alcançado. A partir de 1980, o Brasil entrou na rota dos movimentos internacionais e o caso brasileiro teve suas especificidades

Desde o histórico 11 de setembro de 2001 nos EUA, o panorama que envolve os movimentos migratórios passou por sérias e negativas modificações; o 11 de setembro e a crise financeira forçaram o desvio das rotas anteriores, influenciaram políticas de migração extremamente duras e produziram, a par de situações extremamente dolorosas, uma nova configuração dos fluxos, na qual a migração regional intra América Latina intensifica-se e o Brasil recupera sua anterior e discutível "vocação" imigratória.

No contexto atual, o debate deve ser situado na dinâmica regional recente, onde são nítidas, com maior ou menor intensidade, as tratativas de reforço de blocos regionais de integração latino-americana, ampliando a esfera do Tratado Mercosul, sempre como estratégias de desenvolvimento dos países mais pobres da região. Nesse contexto reformulam-se as bases institucionais e novas configurações emergem: reformulação das políticas do Mercosul e dos tratados dos países andinos, criação do UNASUL, globalização, o papel do FOMERCO (Fórum das Universidades do Mercosul) bem como a criação e início das atividades da UNILA (Universidade da Integração latino-americana) com forte potencial de atividades de preparação de novos quadros e pesquisas aplicadas que respaldem esse esforço de integração. E sempre considerando a questão das fronteiras transnacionais bem como a complexa guestão indígena.

Para colaborar com esse debate, este texto se propõe, na primeira parte, considerar, ainda que sucintamente, as tendências históricas de sustentação da imagem do país de imigração bem como a inversão de tendências, a partir do final do século passado; em seguida busca-se traçar um panorama dos movimentos migratórios mais recentes, para então situar o debate atual e a configuração de novas leis e regulamentos no país; o texto encerra-se com um comentário do explosivo caso haitiano, que culmina com a recente regulamentação de quotas e restrições à migração irregular.

2. Imigração histórica e sustentação da ideia de país de imigração

2.1. Período até 1980

Para compreensão da constituição e reforço do "mito" de um país de imigração, é necessário retomar, embora sucintamente, a trajetória histórica da imigração no Brasil, onde grupos de imigrantes de além-mar, principalmente no período que vai de 1890 a 1930, configuram a composição da população brasileira dos períodos subsequentes e forjam as práticas de assimilação de um lado e discriminação de outro; forjam ainda os mais diversos aspectos da cultura brasileira – musica, culinária, artes plásticas e, particularmente, no caso dos italianos e portugueses, o processo de industrialização e urbanização do país.

A história da imigração no Brasil⁴ inicia-se com os portugueses no contexto da colonização, visando a apropriação militar e econômica da terra, a implantação da grande lavoura de exportação a qual deu origem ao tráfego de escravos africanos, movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850) e introduziu na colônia cerca de 4 milhões de cativos; esse movimento cunhou a sociedade escravocrata que marca a sociedade brasileira, deixando profundos e importantes traços em sua cultura posterior à Abolição, em 1888.

Nas primeiras décadas do século XIX, o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade de policultura, atraiu alemães, italianos e outros estrangeiros para o sul do país. Já em meados desse século, imigrantes se dirigem à cafeicultura do oeste Paulista; outros foram canalizados para o trabalho em obras de infra estrutura urbana e na construção de caminhos e estradas.

Essa parte do texto beneficiou-se de texto anterior: Patarra & Fernandes (2011, cap. 2).

A abolição da escravidão proporcionou um novo cenário e trouxe consigo novos desafios; a grande expansão da produção cafeeira associada à falta de um contingente satisfatório de trabalhadores no território nacional possibilitou a abertura do Brasil para a imigração. Um período de imigração em grande escala da Europa para a América, em especial para o Brasil, aconteceu entre 1870 e 1930. Nesse ínterim, estimativas indicam que 40 milhões de pessoas tenham migrado do Velho para o Novo Mundo (Patarra e Fernandes, 2011. p. 160-161).

Em fins de dezembro de 1930, são publicadas as primeiras medidas restritivas à entrada de imigrantes internacionais, reflexo da crise vivenciada pela economia mundial em 1929, com consequente crise do café. As restrições vão crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937 (idem, ibidem, p.162).

A crise da economia mundial, em 1929, e a consequente crise do café, conduziram à passagem para outra etapa. Com a redução progressiva dos fluxos migratórios internacionais, e em virtude dessas alterações estruturais no campo econômico, houve um aumento da demanda por força de trabalho, a qual foi suprida pelas migrações internas no país.

Com a retomada das hostilidades na Europa e no Oriente que levaram à Segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios para Brasil foram praticamente interrompidos. Na segunda metade do século XX, a imigração para o país continuou de forma incipiente sem se notar nenhum fluxo de maior expressão. Tal fato, associado à praticamente inexistente emigração, indicava que, até meados dos anos 80 do século XX, o Brasil, em termos demográficos, poderia ser considerado um país fechado à migração.

2.2. Período pós 1980

A partir da década de 80, o Brasil inaugura uma nova fase no tocante aos deslocamentos de sua população, período em que fica nítido que um crescente número de brasileiros passa a residir no exterior, tema que, de forma recorrente, passou a ser abordado tanto pela mídia como pelos pesquisadores da área. De país historicamente receptor de imigrantes, o Brasil passa a ser um intenso expulsor de população. Os principais destinos dos emigrados brasileiros são os Estados Unidos, o Japão e alguns países da Europa, assim como o Paraguai.

Desde seu surgimento como tendência migratória, os fluxos de brasileiros para o Primeiro Mundo têm nos Estados Unidos o principal país receptor. Segundo o Ministério de Relações Exteriores, aproximadamente 1,4 milhão de brasileiros residem atualmente nos EUA: outros especialistas, no entanto estimam que não mais de 400 mil brasileiros devem residir no país (Martes e Fazito, 2009).

Ao longo da década de 80, os brasileiros entravam naguele país com visto de turista e, quando o prazo desse visto vencia, permaneciam, em situação irregular, no território estadunidense. Com a maior rigidez do governo americano em relação às leis de imigração e ao controle de fronteiras entre EUA e México, esse fluxo migratório sofre um arrefecimento, principalmente a partir da primeira metade da década de 90.

Com a consolidação das redes sociais de migração, os fluxos de entrada irregular nos EUA voltam a se intensificar e atingem seu ápice em 2000, quando o Department of Home Security (DHS) estadunidense registra a retenção de aproximadamente 54 mil brasileiros na travessia clandestina da fronteira. De acordo com informações desse mesmo órgão, a partir de 2005, o número de brasileiros reduziu-se amplamente. Isso foi reflexo da política imigratória aplicada na fronteira dos Estados Unidos e a exigência de visto para os brasileiros que se dirigiam ao México. Em 2005, 31 mil brasileiros haviam sido apreendidos durante a tentativa de travessia, e em 2008 foram apenas 977 (Patarra e Fernandes, op. cit, p. 172).

Outro fluxo importante foi em direção à Europa; a emigração de brasileiros para a Europa passou a se intensificar na última década do século XX. Se na década de 80 a maior parte dos fluxos emigratórios se destinava aos Estados Unidos, a partir da década de 90, os destinos passam a se diversificar na Europa (Martes e Fazito, 2009). O primeiro fluxo importante, por razões históricas e culturais, diz respeito à entrada de brasileiros em Portugal. Esse fluxo passa a se consolidar já no início da década de 1990, mantendo-se relativamente estável até o final da primeira década de 2000 (Fernandes e Rigotti, 2008).

Em um estudo que contou com a análise de 400 questionários aplicados a brasileiros que residiam em Portugal, Rossi (2004) encontrou resultados interessantes.Os dados desse trabalho demonstraram que a população amostrada caracterizava-se por uma forte disparidade entre sexos: os homens representaram 64,3% dos inquiridos e as mulheres 35,7%; o estado civil dos entrevistados era predominantemente solteiro ou divorciado/separado; tratava-se de uma população relativamente jovem, do qual 57% dos indivíduos possuíam menos de 30 anos. No que se refere ao nível de escolaridade desta comunidade verifica-se que 60,7 % tinha o segundo grau ou o técnico e 15,2% tinha nível superior. O estudo ainda revela que a região do Brasil que mais fornece imigrantes a Portugal é Minas Gerais, sendo que 30,8% dos inquiridos afirmaram ser naturais desse Estado, seguido por São Paulo, com 14,6% e Espírito Santo, com 9,7%. (Rossi, 2004)

Além de Portugal, a Espanha passou se apresentar como um importante país da Europa com presença de imigrantes brasileiros, atingindo aproximadamente 125 mil indivíduos (MRE, 2009). Apesar de ser relativamente recente, esse fluxo tem se intensificado nos últimos dez anos, quando passa a haver uma reemigração de brasileiros que chegaram em Portugal e Itália (Martes e Fazito, 2009).

Martes e Fazito (2009), ao analisarem os dados provenientes do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE), conseguiram traçar um perfil do imigrante brasileiro que residia na Espanha. No tocante à variável idade, os imigrantes brasileiros estabelecidos na Espanha formavam um grupo fundamentalmente jovem e em idade ativa, sendo que os adultos jovens – 25 a 34 anos – constituíam o contingente mais numeroso, representando 39% dos brasileiros cadastrados no país. Em seguida vinha o grupo de 35 a 44 anos, com 20%, e o segmento juvenil (entre 15 e 24 anos), com 19% do total de brasileiros.

Quando se observa o fluxo migratório brasileiro que tem como destino a Espanha, nota-se um forte desequilíbrio por sexo a favor das mulheres brasileiras, constituindo um dos coletivos de imigrantes mais feminizados na Espanha. Essa característica está relacionada com a demanda apresentada pelo mercado de trabalho espanhol e tem a ver com as mudanças sócio demográficas e econômicas que têm se produzido na Espanha nas últimas décadas. Em consequência à sua elevada feminização, o coletivo brasileiro apresenta alta concentração no setor de serviços, caracterizado pela elevada precariedade das condições de trabalho (Ripoll, 2008).

Outro país europeu que se destaca pelo volume de imigrantes brasileiros é a Itália. Este país recebeu brasileiros tardiamente, quando comparado com outras nações desse continente, pois sua proximidade com países do Leste europeu fez com que o mercado de oportunidades para os brasileiros fosse mais restrito. O principal fator que tem atraído brasileiros para esse país é a maior facilidade dos descendentes italianos nascidos no Brasil em conseguir o passaporte europeu. A Embaixada da Itália estima que o grupo de pessoas que decidem fixar residência no país corresponda a 10% daqueles que conseguem a nacionalidade italiana, percentual esse que corresponde aproximadamente a 30 mil brasileiros (Fernandes e Rigoti, 2008).

Nesse fluxo rumo à Europa tem se destacado o recente estoque de brasileiros residentes no Reino Unido e Irlanda. Somadas as estimativas de brasileiros residentes nos dois países, constata-se a presença de aproximadamente 195 mil brasileiros (MRE, 2009). Segundo Fernandes e Rigotti (2008) estas estimativas corroboram os resultados obtidos por outras fontes de pesquisa e evidenciam um incremento recente ocorrido no número de brasileiros residentes nessa região.

Em linhas gerais, com exceção dos fluxos mais antigos para Portugal, atualmente a população brasileira imigrante na Europa Ocidental é composta basicamente por jovens adultos (entre 20 e 40 anos) de ambos os sexos, com escolaridade elevada (em média mais de 50% em todos os países têm pelo menos 13 anos de estudo), e participantes da força de trabalho regional. Com exceção de Portugal, a maior parte desta migração não se constitui de familiares e apresenta elevado índice de migrantes em situação de irregular (Martes e Fazito, 2009).

É nítido o declínio da saída de brasileiros no período recente, apesar da divergência das informações segundo a fonte utilizada. Conforme dados do Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, em 2002, cerca de 1.964.498 brasileiros residiam no exterior. Quando se verifica os dados de 2007, percebe-se que 3.044.762 brasileiros encontram-se nessa situação, o que corresponde a um crescimento de 55%. Já as informações de 2011 dão conta de que este volume de emigrantes havia ampliado para 3.122.813, representando um aumento de 2,7% em 4 anos. No tocante ao destino desses emigrantes, os últimos dados de 2011, disponibilizados pelo Itamaraty, revelam que a América do Norte era o destino preferido dos brasileiros, abrigando um total de 1.433.146, seguida da Europa, 911.889; América do Sul, 406.926 e Ásia, 241.608 . Pelo Censo Demográfico de 2010 estima-se que 491.645 brasileiros estariam residindo no exterior naquele momento.

Neste mesmo período passamos a observar novas tendências de imigração internacional no país, que passa a ser receptor de coreanos, chineses, bolivianos, paraguaios, chilenos, peruanos e africanos procedentes de diferentes países. Nas últimas três décadas, portanto, passamos a observar no Brasil novas modalidades na migração internacional, que incluem não só a emigração de brasileiros, mas também a imigração de estrangeiros predominantemente originários de outros países em desenvolvimento. No período 2008 a 2011, o número de estrangeiros que obtiveram visto de trabalho/residência no Brasil aumentou em 60,0%, passando de 43.993 solicitações atendidas em 2008 para 70.524, em 2011.

2.3. Trocas migratórias entre Brasil e países da América Latina

No cenário recente das migrações internacionais, o Brasil tem acompanhado, de forma geral, as tendências migratórias que os países da América do Sul apresentam. Nota-se, em relação aos movimentos migratórios dos países do MERCOSUL para o Brasil, a importância crescente dos movimentos intrablocos, não tanto pelo volume, mas por sua diversidade e implicações, que correspondem a uma reestruturação produtiva. Observa-se que o contexto internacional proporcionou nessa região a transferência populacional tanto para as metrópoles, como para outras cidades, nas quais a posição geográfica e a competitividade do mercado têm atraído indústrias novas e internacionais nessa atual etapa da economia (Baeninger e Soares, 2009).

Dentre os fluxos de imigrantes recebidos pelo Brasil, destaca-se o de bolivianos. Diversos fatores impulsionam a emigração de bolivianos com destino ao Brasil, dentre eles pode-se destacar a estrutura social e econômica deficitária da Bolívia, além da instabilidade política e da miséria que afeta diversas regiões do país. Na América do Sul, o Brasil e a Argentina formam o pólo receptor da maior parte dos migrantes de baixa renda, principalmente em decorrência do baixo custo com o deslocamento, por possuírem uma extensa fronteira em comum. Esse fenômeno tem atraído a atenção de órgãos humanitários, em função da exploração que esses trabalhadores acabam sofrendo em território brasileiro (Cacciamali e Azevedo, 2005).

A imigração de bolivianos para o Brasil, principalmente para São Paulo, teve início já nos anos 1950, a partir da entrada de estudantes bolivianos através do programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia. Contudo, esse fluxo migratório se acentuou significativamente a partir dos anos 1980. Observa-se que a maioria desses imigrantes é constituída por jovens, de ambos os sexos, solteiros e que apresentam um nível mediano de escolaridade. Eles são provenientes de várias regiões da Bolívia, mas há uma predominância de indivíduos oriundos de La Paz e Cochabamba (Silva, 2008).

Até recentemente, uma parcela considerável dos bolivianos que adentraram o território brasileiro não estava legalizada, porque o Estatuto do Estrangeiro só permite a entrada de mão de obra especializada e de empreendedores. Aqueles que não apresentavam essas características tinham como opção, para a regularização, casar-se com cônjuge brasileiro ou ter um filho nascido em território brasileiro (Silva, 2008). Contudo, o Brasil buscou criar mecanismos para facilitar a regularização destes e de outros imigrantes. Em 2009, por meio do Decreto nº 6.893/2009, promulgou lei que concedeu anistia aos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009 e aqui residiam de forma irregular. No mesmo ano, entrou em vigor o acordo de livre trânsito de pessoas na área do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Decretos nº 6.964/2009 e nº 6.975/2009). Uma avaliação preliminar da anistia aos imigrantes irregulares aponta que até o final de 2009 foram realizadas, aproximadamente, 42 mil solicitações e destas, 17 mil tinham como solicitantes imigrantes bolivianos (OIM, 2010).

Conforme os resultados apresentados por Silva (2008), o Censo de 2000 registrou 20.388 imigrantes bolivianos residentes no Brasil, sendo que estes não se distribuem de maneira homogênea. De forma geral, eles se encontram concentrados em áreas metropolitanas (como São Paulo) e em espaços fronteiriços pontuais, como os municípios de Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Porto Velho (Rondônia).

Emigração para a Guiana Francesa

Pouco considerada na literatura especializada é o caso da saída de brasileiros em direção à Guiana Francesa. Segundo aponta Fazito (2005), as relações entre o Brasil e a Guiana Francesa não são de idade recente, elas datam desde o início do século XIX. Contudo, somente em 1964 houve a migração de um grande fluxo de brasileiros com esse destino. Essa primeira leva de migrantes foi incentivada pelo início da construção do Centro Espacial Guianense em Kourou, demandando grande volume de mão de obra não especializada. O que atraiu os trabalhadores brasileiros foram os altos salários pagos na época, especialmente em função da diferença cambial entre a moeda do Brasil e o franco francês (que era de cinco para um). Dessa forma, a vantagem financeira associada à carência de mão de obra impulsionou os primeiros fluxos migratórios de brasileiros com destino à Guiana Francesa.

A entrada de brasileiros em território guianense se dá, na maioria das vezes, através de embarcações de madeira, que se deslocam pela costa oceânica desde Belém e Macapá até Caiena. Outro trajeto é realizado partindo-se do Oiapoque, em uma viagem de menor duração. Na tentativa de se fugir do controle migratório, a chegada a Caiena é realizada durante o período noturno.

Os primeiros brasileiros a se deslocarem com destino à Guiana Francesa apresentavam um perfil socioeconômico e padrão cultural muito baixo. Assim, muitos não dominavam a língua local e eram facilmente enganados por seus contratantes, eram alojados em prédios abandonados no centro de Caiena, onde não havia condições mínimas de moradia.

O fato de que a maioria desses imigrantes entrou na Guiana Francesa de forma irregular dificulta a coleta de dados precisos quanto ao seu volume. Algumas estimativas realizadas pela imprensa brasileira calculam que este número seja em torno de 25 mil, montante expressivo quando comparado à população total da Guiana Francesa, que segundo o último dado censitário possui 140 mil habitantes. Dados do consulado do Brasil em Caiena apontam para o registro de apenas 10 mil brasileiros documentados (Fazito, 2005). Já a publicação Brasileiros no Mundo (MRE, 2009) apresenta uma estimativa na qual aproximadamente 19 mil brasileiros residem na Guiana Francesa. Desde seu surgimento como tendência migratória, este fluxo sofreu algumas mudanças, dentre elas o próprio perfil dos migrantes. A partir de 1990 observa-se que os migrantes deixam de ser apenas de classes menos favorecidas e passam a ser indivíduos pertencentes à classe média (com um nível educacional mais elevado). Arouck (2000) observa que há uma considerável diferença no estilo de articulação e de convivência entre os brasileiros das classes menos favorecidas, que foram os primeiros a migrar, e aqueles da classe média que hoje vivem na Guiana Francesa.

Os brasileiros que ali residem não se distribuem de forma homogênea no território, sendo que os dois centros urbanos onde se concentra a maior parte desses imigrantes estão alocados no litoral do país: a capital Caiena e a cidade de Kourou. Sabe-se que, embora os fluxos de emigração para a Guiana Francesa sejam significativos, eles são pouco expressivos quando comparados ao deslocamento de brasileiros para países do Primeiro Mundo. Todavia, quando se vislumbra o quadro regional desse fenômeno, verifica-se que o impacto desses deslocamentos é de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico das duas regiões, mesmo não havendo dados muito precisos com relação às remessas feitas (Arouck, 2000).

Alguns brasileiros, principalmente aqueles que migraram há mais de dez anos, conseguiram conquistar uma considerável ascensão econômica, contudo, muitos brasileiros ainda vivem de forma irregular na Guiana Francesa e se dedicam a atividades não formais, trabalhando em garimpos clandestinos, na prostituição e no tráfico de drogas. Essa situação de fragilidade socioeconômica vivenciada pelos imigrantes brasileiros tem

sido agravada em decorrência das ações restritivas por parte do governo francês, uma vez que a Guiana Francesa vem se tornando uma área estratégica no continente sul--americano (Fazito, 2005).

Em um estudo realizado por Pinto (2008), o autor afirma que a forma de integração dos brasileiros ao mercado de trabalho local ocorre, quase sempre, de maneira informal e irregular. Os brasileiros, atraídos pelo desejo de emprego, não se dão conta das frágeis relações de trabalho a que são submetidos, nos quais não raro são explorados de maneira intensa. Ainda de acordo com o autor, a grande oferta de mão de obra que atraiu os primeiros brasileiros que migraram para a Guiana Francesa, talvez não seja hoje a única explicação para a grande presença de estrangeiros na cidade de Caiena.

Outros fatores concorrem diretamente para que este território ultraperiférico da Europa tenha se transformado na última esperança dos excluídos de trabalho das regiões Norte/Nordeste do Brasil. A moeda forte, o sistema previdenciário, os benefícios sociais, as possibilidades reais de trabalho e a febre do ouro são os grandes responsáveis por aventuras dramáticas e situações de desespero vivenciadas por homens e mulheres que perderam suas referências territoriais (Pinto, 2008: 4).

Imigração de peruanos

Outro grupo de imigrantes que vem ganhando importância no país, com entrada a partir da fronteira Norte, é o de peruanos. Conforme salienta Oliveira (2006), para que seja possível uma melhor compreensão dos fatores que motivam o deslocamento de pessoas provenientes de diversas regiões do Peru para o Brasil, é relevante destacar as etapas de migrações pelas quais esses indivíduos passam dentro de seu próprio território antes de decidirem atravessar a fronteira.

Primeiramente, os fatores históricos estão profundamente atrelados à decisão de migrar, pois os povos andinos, desde suas origens, são predominantemente nômades. Em seguida, têm-se os fatores geográficos, representados pela proximidade da fronteira entre os dois países. Os fatores econômicos desempenham um papel preponderante na decisão de migrar, principalmente nos dias mais recentes, em função do período de crise e recessão pelo qual o Peru vem passando, além do período da ditadura militar, que se destaca como um dos fatores mais importantes no contexto das emigrações peruanas (Oliveira, 2006).

Somado a esses fatores, Moreira e Vaca (2010) salientam, ainda, que dentre os elementos que contribuíram para a migração de peruanos para a Amazônia brasileira, destacam-se os conflitos agrários, o avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas. Essa migração é mais intensa na área de contato entre a região da Selva Peruana que faz fronteira com o Estado do Amazonas. Os imigrantes peruanos se deslocaram, inicialmente, dentro dos próprios limites regionais de seu país, e, conforme Oliveira (2006), esse processo se deu, inicialmente, dos pequenos povoados e aldeias para as cidades maiores, dentre elas: Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. As cidades citadas, nas últimas décadas, passaram por um intenso processo de urbanização. Foi apenas em um segundo momento que os peruanos se deslocaram para o exterior, e esses fluxos migratórios se deram com mais intensidade na direção do Chile e para a Amazônia brasileira.

As primeiras levas de imigrantes peruanos com destino à Amazônia eram formadas, majoritariamente, por indivíduos do sexo masculino. Contudo, a partir dos anos 1990, um considerável contingente de mulheres passou a fazer parte desse fluxo de migrantes. A maioria das mulheres que migraram e se encontravam na condição de casadas, esperaram pela estabilidade de seus maridos, que foram os primeiros a emigrar. As mulheres que decidem migrar se deparam com alguns problemas específicos no que se refere à questão de gênero, principalmente a violência familiar e os abusos sexuais externos. Tais problemas se tornam mais recorrentes quando os migrantes se encontram em situação irregular (Oliveira, 2008a).

Ao analisar o perfil dos migrantes peruanos no Brasil, observa-se que poucos possuem alguma qualificação profissional, apesar da presença de alguns médicos, enfermeiros, dentistas, bioquímicos, engenheiros, contadores, arquitetos, técnicos em geral, dentre outras categorias profissionais. Sendo assim, a maioria dos migrantes peruanos apresenta baixo nível de estudos: são camponeses ou pertencentes a etnias indígenas peruanas (Oliveira, 2008b).

2.4. Trocas migratórias com países africanos⁵

As trocas migratórias entre Brasil e países africanos são marcadas por acordos multilaterais na área da educação e também por fluxos de migrantes forçados devido aos conflitos que assolaram o continente africano nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 90 do século XX.

As relações entre Brasil e Angola remontam ao período colonial, quando os dois países, com significativas diferenças no modelo de colonização por Portugal, mantinham uma relação de dependência, sobretudo marcada pelo fornecimento de escravos do segundo para o primeiro. No século XX, as relações se estreitaram tanto em termos culturais quanto em termos diplomáticos, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. A partir de 1980 teve início uma série de tratados de cooperação técnica e cultural entre os dois países⁶. No setor pri-

A questão da imigração angolana tem sido pesquisada e analisada por Baeninger e Aydos(2008) e Aydos (2009). O resumo que se segue beneficiou-se desses trabalhos, particularmente o recente texto preparado por Aydos para a Internacional Scalabrina Network.

Em 1980 foi firmado o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola. Em 1990 foi firmado um Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Em 1996 o Brasil ingressou na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, quando os acordos de cooperação técnica, científica e social foram ampliados, englobando também o desporto e a cultura.

vado, investimentos da Petrobrás na extração do petróleo angolano, e da Odebrecht na extração de diamantes, remontam à década de 80, e resultaram na criação de uma ponte aérea entre Luanda e Rio de Janeiro, que se tornou a principal forma de entrada da maioria dos imigrantes angolanos no país na década de 90 (Aydos, 2010).

O estímulo das relações comerciais entre os dois países aumentou após o final da querra civil, em 2002, com contínuo aumento da presença de empresas brasileiras em Angola, principalmente nas áreas de construção civil, comércio, indústria, telecomunicações e prestação de serviços.

No que se refere aos deslocamentos de angolanos com destino ao Brasil, verificase que esses movimentos, na maioria das vezes, refletem a busca por melhores condições de vida, longe de um contexto conflituoso. Os laços entre Brasil e Angola remetem ao tempo em que essas duas nacões ainda eram colônias de Portugal. Apesar da proximidade cultural que os angolanos possuem com o Brasil, em território brasileiro os imigrantes acabam por se deparar com a barreira do preconceito e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho; em muitos casos eles passam a viver à margem da sociedade (Baptista, 2007).

A imigração angolana para o Brasil foi apenas residual até a década de 70, quando, com a independência e o conseguente início da guerra civil em Angola (1975), observamos o aumento considerável deste fluxo para o Brasil. Ribeiro (1996) propôs a análise da imigração angolana a partir de três momentos: o primeiro, incluindo a vinda de escravos oriundos da região que depois foi delimitada como Angola; o segundo, marcado pela independência de Angola e, o terceiro, a partir década de 80, em decorrência dos conflitos internos do país. Aydos (2010) indica que a imigração angolana, a partir da década de 70, apresenta três momentos distintos: nesta década, o fluxo é marcado pela independência de Angola, que forçou a saída de famílias formadas por colonos portugueses, muitas já com membros de naturalidade angolana; a partir da década de 80, a imigração de angolanos sofreu uma queda acentuada e passou a ser mais diversificada, com uma diminuição na entrada de angolanos brancos, predominantes no período anterior. Segundo Ribeiro (1996), a década de 1980 foi caracterizada pela vinda de angolanos com visto de estudante para o país. Já na década de 90, o perfil dessa migração mudou, passando a ser predominantemente de jovens negros, do sexo masculino, que se concentraram na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os fluxos foram impulsionados pela intensificação dos conflitos em Angola entre 1992 e 1993, mesmo período em que o Brasil passou a conceder de forma mais ampla o estatuto de refugiado aos angolanos.

Mesmo com a assinatura de um protocolo de paz em Angola (1994) e a consequente diminuição do reconhecimento dos angolanos como refugiados no Brasil, a entrada de imigrantes angolanos no país continuou nos anos seguintes: "As motivações para a migração, embora em alguns contextos possa ter sido especificamente

a guerra, passaram, especialmente na década de 1990, a incluir a desestruturação econômica que a guerra causou no país, transformando a emigração em uma possibilidade, por vezes única, de ascensão social" (Aydos, 2010: 145). A maior parte da imigração de angolanos, durante a década de 1990, constituiu-se por jovens que fugiam do recrutamento obrigatório para participação no conflito armado (Petrus, 2001).

É importante também destacar os acordos referentes às Políticas de Cooperação Institucional para a Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), que entre 2000 e 2005 trouxeram ao país 118 estudantes angolanos pelo programa PEC-G (Desidério, 2005). Os jovens angolanos que atualmente estudam no Brasil, principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná, possuem um compromisso pessoal e institucional de retornar ao seu país de origem, de modo que possam, a partir do conhecimento que adquirem com a graduação, contribuir para a reconstrução do país. Todavia, uma grande parcela desses estudantes hesita em retornar e busca se instalar definitivamente no Brasil ou permanecer no país por mais tempo, para fazer a sua Pós-Graduação (Fonseca, 2009).

Há indícios de formação de uma rede migratória entre Brasil e Angola através da manutenção de redes sociais institucionais (acordos entre os dois países), comerciais (através da mukunza) e pessoais (Aydos, 2010).

Entre os anos de 1975 e 2002, Angola esteve envolvida em uma guerra civil que dizimou mais de 500 mil vidas. Durante esse período, os investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento do país foram praticamente inexistentes. Dessa forma, após o término do conflito teve início um profundo processo de reconstrução do país. Entretanto, para promover o desenvolvimento, após anos de estagnação, os angolanos se depararam com um grande problema: a falta de mão de obra qualificada. Esse panorama favoreceu o deslocamento de um considerável fluxo de migrantes, que viam em Angola uma oportunidade para ganharem altos salários (Estadão, 2008).

Ao longo dos últimos anos, mesmo com os muitos problemas estruturais que apresenta, Angola tem conseguido alcançar um considerável desenvolvimento econômico. Em 2000 o país registrava uma inflação de 268% ao ano, já em 2008 a inflação caiu para 13%; nesse mesmo ano, o país foi o quarto entre os que mais cresceram no mundo, elevando em aproximadamente 13,2% o Produto Interno Bruto. Esta nova realidade que Angola vem apresentando tem atraído a imigração de brasileiros. Esses indivíduos trabalham em atividades que vão desde pequenos comércios (cabeleireiros, manicures e donos de lojas de roupa) até empresas de grande porte, como é o caso da Petrobrás (Estadão, 2008).

A retomada do crescimento em Angola tem elevado consideravelmente a procura por profissionais qualificados. Essa corrida por inserção em um mercado dinâmico, que oferece uma série de oportunidades, tem atraído fortemente os brasileiros, principalmente em função dos altos salários. Os brasileiros acabam sendo os mais requisitados em relação a outros estrangeiros em decorrência do idioma e da proximidade cultural que possuem com o país (Borges, 2006).

Ao contrário daqueles que migram para os Estados Unidos, ou mesmo para os países europeus, boa parte dos brasileiros que se deslocam com destino a Angola ocupa altos cargos em empresas multinacionais. Muitos são os benefícios oferecidos pelas empresas para conquistar os profissionais brasileiros: salários que equivalem a quase o triplo daqueles que recebiam no Brasil, moradia, carro com motorista, além de passagens aéreas para rever a família são algumas das regalias que um profissional brasileiro com boa qualificação recebe. Há de se considerar também os técnicos e trabalhadores que servem às empresas brasileiras que atuam naquele país, as quais, por razões óbvias, têm clara preferência para contratar mão de obra de nacionais (Aydos, 2010).

Estimativas da Embaixada do Brasil em Luanda apontam que o número de brasileiros que reside atualmente em Angola deve chegar a 40 mil, número significativamente maior do que a estimativa apresentada pelo Ministério das Relações Exteriores (2009) que indicava a existência de 30 mil. Todavia, é uma população flutuante, pois frequentemente os contratos de trabalho incluem passagens de volta, periodicamente, ao Brasil.

2.5. Migração qualificada

Com a inserção crescente do Brasil na economia mundial, nota-se que o país atualmente tem apresentado grande demanda por profissionais qualificados, que, na maioria das vezes, o mercado de trabalho nacional não é capaz de suprir. Dessa forma, nos últimos anos observa-se a entrada de um considerável e crescente contingente de imigrantes no país, que passaram de 29.448 em 2007 para 56.066 em 2010 e a 70.524 em 2011, representando um crescimento da ordem de 139% em 4 anos. Dentre estes imigrantes, independente do período, mais de 60% possuía no mínimo o curso superior completo (CNIg-2012).

Há claros indícios do interesse oficial do governo na chamada "migração qualificada", entendendo-se pelo termo o deslocamento de pessoas com nível educacional superior completo e incompleto. Na atualidade, essa modalidade de migração tem sido recorrente devido às necessidades impostas por um mercado de trabalho cada vez mais globalizado. De acordo com as reflexões de Baeninger (2010), existem evidências empíricas que indicam a inserção brasileira em nível internacional por meio de seu desenvolvimento econômico e tecnológico, o que aponta para a importância de se desenvolver políticas públicas com o intuito de suprir a demanda do país por mão de obra qualificada.

Atualmente, trabalhadores qualificados são de substantiva relevância no que tange à competitividade empresarial na economia mundial, portanto, criar mecanismos capazes de facilitar a mobilidade desses profissionais é de fundamental importância para os países ditos emergentes.

2.6. O tratamento dos refugiados⁷

Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2010), indicam que em outubro de 2010 viviam no Brasil 4.306 refugiados de 75 nacionalidades diferentes, sendo predominantemente procedentes de países africanos (65%) e americanos (22%).

O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) oferece dados ligeiramente diferentes para 31 de dezembro de 2010: um total de 4.359, dos quais 3.952 reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade (ou seja, refugiados ditos "espontâneos", que solicitaram refúgio ao governo brasileiro) e 407 acolhidos pelo Programa de Reassentamento solidário⁸. Segundo os dados do ACNUR, Angola é o principal país de procedência, representando 39% do total, seguindo-se Colômbia (14%), República Democrática do Congo (10%), Libéria (6%) e Iraque (5%).

De acordo com os dados do Ministério de Justiça, o total de Refugiados no Brasil, ao final de 2011, era de 4.477 pessoas, das quais 4.053 reconhecidas por vias tradicionais de elegibilidade e 424 reconhecidas pelo Programa de Reassentamento (que permanecem no país), envolvendo 77 nacionalidades. Os dados do Ministério da Justiça ainda indicam que o número de refugiados colombianos era de 654 pessoas, 374 delas reconhecidas por vias tradicionais de elegibilidade e 280 reconhecidas pelo Programa de Reassentamento (que permanecem no país); o número de refugiados cubanos era de 133.

É importante deixar claro que esses números se referem aos casos de refúgio concedido pelo governo brasileiro desde o final da década de 90, e não à população de refugiados efetivamente presente em território nacional. Ao mesmo tempo em que grande parte desses indivíduos permaneceu no país, obtendo vistos de trabalho e residência como imigrantes regulares, sabe-se que um número não estimado deles retornou aos seus países de origem, ou se mudou para terceiras destinações. Isso se verifica particularmente quanto aos angolanos, que após a melhora da situação política do país na década de 2000, com o fim da guerra civil, para ele retornaram, e mesmo assim continuam a integrar as estatísticas de refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro.

No Brasil, a matéria é regulada pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que criou o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare. A Lei prevê em seu artigo 7º que: "estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento formal cabível".

Dados retirados do sítio internet do Instituto Migrações e Direitos Humanos, de Brasília (http://www. migrante.org.br/IMDH/).

Boa parte dos refugiados chegou ao Brasil durante a década de 90, devido à intensificação das guerras civis de Angola, Libéria e Serra Leoa no início da década, e já na década de 2000, devido ao agravamento dos conflitos na República Democrática do Congo e Iraque (Aydos e Baeninger, 2009). Por sua vez, os refugiados colombianos chegaram ao Brasil através da fronteira, mas é importante observar que dentre 589 colombianos reconhecidos, 395 permanecem no país através do Programa de Reassentamento Solidário. Uma pesquisa realizada no ano de 2007 (Baeninger e Aydos, 2008) mostrou que a maior parte destes refugiados chegou ao Brasil com idades entre 20 e 29 anos, com uma ligeira predominância de homens entre 20 e 24 anos.

Outro dado a ser considerado é o aumento da proporção de indeferimentos dos pedidos de refúgio, em relação ao número de pedidos deferidos. Enquanto, ao final da década de 1990, os deferimentos superavam as negativas de refúgio, ao longo da década seguinte assistimos a uma progressiva inversão nesta relação. Os indeferimentos começam, já no início da década, a ser em maior número, e tal situação se verifica na maior parte dos anos. Por exemplo, em 2010, das 323 solicitações recebidas pelo CONARE, 52,0% foram indeferidas.

Mais uma vez, a situação dos angolanos, o grupo mais numeroso, responde provavelmente por esta nova configuração. Continua a ocorrer uma imigração a partir deste país rumo ao Brasil, em parte devido à consolidação de uma rede migratória que teve origem com os refugiados da década de 1990, mas se estendeu para além dos mesmos, principalmente nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, as novas condições políticas em Angola ensejaram justificativas para a negação de grande parte das solicitações de refúgio ao longo da década de 2000, mesmo que a vinda de angolanos tenha continuado a ocorrer.

2.7. Anistias

... "defendemos que a questão da migração irregular tem aspectos humanitários e não pode ser confundida com criminalidade".

Com esta declaração, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em julho de 2009, a lei 1.664/2009, a Lei da Anistia Migratória, que autorizou a regularização dos estrangeiros que estavam em situação irregular e tinham entrado no país até 1º de fevereiro de 2009. Não era a primeira vez que o Governo Federal utilizava o mecanismo da anistia para regularizar a situação migratória de estrangeiros no país, mas de forma diversa as outras anistias houve preocupação em facilitar os procedimentos administrativos, com a redução do número de documentos solicitados e redução das taxas cobradas.

Este processo de anistia permitiu a obtenção de um visto temporário de dois anos, que, segundo informações do Ministério da Justiça, ao final de 2010, teria beneficiado mais de 42 mil imigrantes em situação irregular, embora a expectativa

fosse maior – pelo menos 50 mil, segundo estimativas oficiais, e por outras fontes até 200 mil. (Patarra e Fernandes, op. cit, pag. 208).

Anteriormente, outras anistias já haviam sido implementadas – em 1981, 1988 e 1998. O Acordo bilateral Brasil-Bolívia, firmado em 2005, também facilitou a regularização de imigrantes desse país vizinho. A ampliação do número de acordos bilaterais entre os países do MERCOSUL e associados contribuiu para se concretizar a mais recente ação nesse campo. O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, promulgado em outubro de 2009, torna possível a residência e o trabalho dos nacionais dos países signatários sem a necessidade de visto prévio. Em 28 de junho de 2011, Peru e Equador passaram a ser, também, signatários deste acordo.

3. Políticas e governança das imigrações atuais

Como vimos anteriormente, observa-se uma mudanca crescente de parâmetro das políticas sociais de imigração no Brasil; isso se reflete no encaminhamento (embora tortuoso e lento) do anteprojeto de uma nova lei de estrangeiros revendo a tão ultrapassada Lei 6815, de 1980. A PL 5.655/2009 está em tramitação na Câmara dos Deputados, mas até o presente o Congresso Nacional tem manifestado pouco interesse pela sua aprovação.

Por outro lado, há que se registrar também o papel do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), criado em 1980, que é um órgão colegiado tripartite, ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, e composto por representantes da área governamental, das centrais sindicais dos trabalhadores e das confederações empresariais, com assento para representantes da sociedade civil e observadores. A atuação do Conselho vem se ampliando nos últimos anos e mostrando também preocupação não só com os imigrantes estrangeiros no país, mas também com a situação dos brasileiros que vivem e trabalham no exterior.

O CNIg levou a cabo ampla discussão com diversos setores da sociedade que redundaram na proposta de "Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Imigrante", que se encontra em análise na Casa Civil da Presidência da República. No âmbito do MERCOSUL, a atuação do CNIq foi de capital importância nas negociações que levaram à assinatura de vários acordos no âmbito do mercado comum, dentre eles, o acordo de residência do MERCOSUL e países associados.

As políticas, ações e programas oficiais de governo voltadas à questão dos movimentos recentes de imigração de países latino-americanos e africanos (conexão Sul-Sul) vêm transformando a antiga percepção do imigrante como ameaça à segurança nacional e ao trabalhador nativo, rumo a uma postura de maior aceitação e de desenvolvimento de políticas ancoradas na ótica dos Direitos Humanos tal como consagrados internacionalmente, como pode se observar pelas medidas tomadas no Ministério do Trabalho e Emprego. Essas medidas são coerentes com a caracterização do Brasil como país simultaneamente de emigração e de imigração, embora as tendências recentes denotem uma intensificação dos movimentos de entrada de estrangeiros e a diminuição de saída de brasileiros, inclusive com movimentos de retorno, principalmente depois do 11 de setembro de 2001e reforçados tanto pela crise financeira internacional de 2008 quanto pelas suas consequências que, ainda hoje, é vivenciada por vários países.

Essa postura é nitidamente reforçada pelas tratativas do MERCOSUL e, mais recentemente, sob a ótica do UNASUL, que ganha força na atual conjuntura política em função da política externa brasileira, dos objetivos de integração sul-americana e da crescente liderança do atual governo, no contexto de transformações e novos alinhamentos no âmbito da América do Sul.

A postura oficial do Brasil frente aos movimentos migratórios e políticas migratórias pode ser claramente observada no discurso do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva por ocasião da sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil, a chamada Lei da Anistia. Iniciando pela migração irregular, afirma o então Presidente "Defendemos que a questão da migração irregular tem aspectos humanitários e não pode ser confundida com criminalidade"⁹.

Nesse momento, é formalizada uma visão da problemática migratória atual, ressaltando pontos que reforçam o que os ativistas da sociedade civil vêm preconizando, nos últimos tempos, frente à configuração de uma nova situação nacional, atualmente caracterizada como simultaneamente de imigração e de emigração. O discurso começa com um reforço do Brasil como país aberto, acolhedor e cordial; apregoando que os imigrantes tenham os mesmos direitos dos compatriotas, situa que as novas leis de imigração se colocam nas condições gerais de desenvolvimento econômico e social, inseridas no processo de integração da América do Sul:

".... Ao longo de muitas décadas, o Brasil sempre acolheu europeus, asiáticos, árabes, judeus, africanos e, mais recentemente, temos recebido fortes correntes migratórias de nossos irmãos da América do Sul, países africanos e da América Latina" (idem, ibidem)

O momento atual, início de 2012, está marcado por certa dose de ufanismo e paira um ambiente de otimismo; os resultados econômicos e de desenvolvimento têm sido positivos nos últimos anos, embora preocupe a excessiva ênfase no projeto de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* com receio de efeitos em médio prazo sobre a indústria nacional; o brasileiro se tornou um turista internacional; a propalada emergência de uma nova "classe média" que ascendeu de grupos da população menos favorecidos, a fúria consumista que se alastra, a proximidade da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), que serão sediadas no país, corroboram esse

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil – Ministério da Justiça – Brasília-DF, 02/07/2009 – íntegra do discurso vide Documento I. A seguir, será citada parte deste mesmo discurso até o final deste item. As divisões e grifos são nossos.

ambiente de otimismo e orgulho. Na contramão dessa história, o aumento da violência ligada ao narcotráfico e crimes sexuais e uma certa crise política nas disputas entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo também contornam esse cenário. É de se notar que manifestações populares, protestos, lutas de movimentos civis voltam-se, no momento, muito mais à questão de direitos da pessoa – luta contra homofobia, luta contra discriminação racial, luta contra o aborto, etc; a questão dos novos imigrantes pobres passa, muitas vezes, ao largo da vida social de boa parte da população.

Nesse contexto, os imigrantes, ainda que sem serem vistos com simpatia, incomodam a quem está perto; as imigrações recentes se dirigem predominantemente a São Paulo e Rio de Janeiro, com pequena representação em outros estados; além desse destino preponderante aos grandes centros urbanos, a imigração preocupa as autoridades no caso das fronteiras: Tríplice Fronteira (MERCOSUL) e Fronteira Norte (Amazonas e Acre) suscitando em ambos os casos decisões políticas específicas.

Nos grandes centros urbanos, a presença dos imigrantes recentes já faz parte do espaço e da vida social e cultural, como é principalmente o caso dos bolivianos em São Paulo que em sua trajetória de aproximadamente 40 anos de imigração já constituem uma comunidade, com suas associações, suas festas, sua cultura, sua comida, etc., numa convivência, senão harmoniosa, pelo menos admitida.

É na situação de trabalho que a vida dos imigrantes se complica, a começar pela burocracia com a obtenção dos documentos de permanência que, apesar das palavras do então Presidente Lula, não resolveu seus problemas, suas carências, suas necessidades, nem menos os problemas da discriminação, exploração e ausência de direitos – que permaneceram intocados com a Lei da Anistia.

Quanto ao acordo bilateral Brasil-Bolívia, o Brasil ofereceu resistências à sua renovação, baseando-se na política de reciprocidade adotada pelo Ministério das Relações Exteriores, com a alegação de que o número de brasileiros que se regularizam na Bolívia é irrisório em comparação com o número de bolivianos regularizados em território nacional. No entanto, estas tensões tendem a perder força uma vez incluído este acordo de residência no âmbito do Tratado do MERCOSUL e Países Associados.

Com tantas iniciativas para tirar estrangeiros da clandestinidade, por que os imigrantes indocumentados ainda são uma realidade no Brasil? Falta de divulgação de anistias e acordos, burocracia e excessivo tempo de espera para acessar tais benefícios e novas levas migratórias ajudam a explicar o fenômeno.

Há, no entanto, outras razões mais profundas. É preciso levar em conta que esses regulamentos oferecem uma "legalização com os dias contados" - são vistos temporários. A obtenção do documento permanente depende da comprovação de profissão ou emprego lícito, algo distante de uma grande massa de imigrantes em condição precária que ganham a vida em atividades associadas ao mercado informal, como o comércio ambulante e as pequenas confecções.

"Irregular e informal são duas categorias que andam juntas", explica o padre Mário Geremia, do Centro Pastoral do Migrante (CPM) em São Paulo (SP). A informalidade empurra estrangeiros de volta à situação de indocumentados, o que, por sua vez, impede o acesso ao mercado formal. "A verdade é que acordos e anistias são paliativos", analisa o padre. A informalidade e a clandestinidade mantêm na sombra violações de direitos humanos, pois muitos temem ser deportados caso denunciem trabalho degradante e escravo ou mesmo o tráfico de pessoas.

Essa conjuntura reforça a urgência de ações amplas para integrar os imigrantes para além da regularização em termos legais. Trata-se de uma tarefa complexa, que esbarra simultaneamente em dificuldades impostas pela legislação em vigor e na negligência com relação a direitos também garantidos por lei. Na prática, multiplicam-se situações que demonstram que, apesar dos discursos elogiosos à política imigratória, há muito a ser feito para garantir um tratamento verdadeiramente digno aos que migram para o Brasil (Campos, 2010).

Esses dispositivos e ações têm, como pano de fundo político, as tratativas do MERCOSUL, de um lado e, mais recentemente ampliada sob a ótica do UNASUL que ganha força na atual conjuntura política. No entanto muito se há de avançar além da anistia e da flexibilização da entrada de migrantes entre os países do MERCOSUL e da UNASUL; faz-se necessário reforçar, de imediato, medidas que permitam o acesso dos imigrantes e dos membros de suas famílias principalmente à escola pública e à saúde, o que é decidido no nível das unidades da Federação e muitas vezes obstaculizado sob a argumentação da falta de recursos humanos e instalações para essa extensão dos serviços públicos. Além disso, a gestão pública da migração no Brasil prescinde, ainda, de uma política nacional e local sobre como direcionar estes recursos de modo a favorecer o desenvolvimento regional.

De um modo geral, nem a saída de brasileiros nem a entrada de estrangeiros no Brasil atual assumem uma dimensão assustadora ou podem colocar em cheque os esforços de desenvolvimento do país. As questões e desafios que cercam os movimentos de emigração e imigração no país, hoje, são outros, como se verá a seguir.

4. A questão dos haitianos¹⁰

A questão da migração de haitianos para o Brasil se reveste de especial importância, pois desde o fim da 2ª Guerra Mundial não se via no país um afluxo tão expressivo de

Em função de sua recência e por se tratar de assunto candente optou-se, nesta parte, lançar mão de pronunciamentos e declarações recentes sobre o tema na íntegra, pois esses termos e as posições expressas são imprescindívels para um aprofundamento de um necessário debate sobre as perspectivas da política imigratória no país.

imigrantes, originários do Hemisfério Norte, que chegaram ao país em situação migratória irregular. O desafio colocado por esta situação e a solução encontrada para o problema pelo Governo escudado por parcela representativa da sociedade civil, merecerá em um futuro análise aprofundada e meticulosa. Ao final do episódio, mais de 5.000 haitianos deverão ter a sua situação migratória regularizada e foram colocados em marcha, mecanismos, embora passíveis de várias críticas, que permitirão, no futuro a chegada de imigrantes haitianos de forma regular ao país.

A situação social no Haiti vem, desde muito, se deteriorando e apresenta-se como uma das maiores catástrofes humanitárias das Américas. Se não bastasse a crise política que o país vive há mais de 20 anos, situações de extrema gravidade como intempéries climáticas e, mais recentemente, um terremoto que matou mais de 48.000 pessoas, têm contribuído para a deteriorização do tecido social e ampliado a extrema miséria que vive a maior parte da população. Neste quadro, a busca de saídas inclui, naturalmente, a emigração. O Banco Mundial (2011) estima que, aproximadamente, 10% da população do país (1.009.400) tenha emigrado e outras fontes afirmam que a diáspora haitiana já teria passado a casa dos 3 milhões de emigrantes (Haitian Diáspora - 2011). Este contingente se espalha pelos Estados Unidos e pelo Caribe, principalmente a República Dominicana.

Neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti - MINUSTAH, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social. Assim, pouco tempo após o terremoto, acontecido em janeiro de 2010, os primeiros imigrantes começaram a chegar ao Brasil.

O processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana e por via aérea chegam a Lima, no Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Destas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês; ao longo do percurso, vão se alternando os trechos percorridos em ônibus ou barcos.

Os principais pontos de entrada no Brasil são as fronteiras do Peru com os Estados do Acre e Amazonas. Ao chegarem à fronteira, estes imigrantes apresentam uma solicitação de refúgio, alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de se continuar vivendo naquele país após o terremoto. Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminham ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados - CONARE, do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física - CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho.

Por não atenderem aos requisitos do conceito de refugiado previsto na Convenção de 1951 e na legislação nacional, o CONARE não encontra amparo legal para deferir estas solicitações. No entanto, a legislação permite que os casos recusados por este órgão possam ser avaliados no Conselho Nacional de Imigração - CNIg que, por meio da Resolução Recomendada nº 08/06¹¹, tem a faculdade de conceder a estrangeiros, por razões humanitárias, vistos de permanência no território nacional.

No entanto esta trajetória não foi a simples aplicação de um dispositivo legal, mas sim um longo percurso onde o papel da sociedade civil, principalmente a Pastoral da Mobilidade Humana, foi fundamental, não só no acolhimento destes imigrantes, mas também na mobilização de diversos setores da sociedade, inclusive no âmbito de governos estaduais e Federal. Este trabalho deu os seus primeiros frutos quando, em 16 de março de 2011, mais de um ano após a chegada dos primeiros imigrantes ao país, o CNIq concedeu visto de permanência por razões humanitárias a 199 haitianos¹².

Esta nova situação, saudadas por alguns como "um momento ímpar vivido pela sociedade brasileira na sua relação com os imigrantes" (Fernandes, Milesi, Faria, 2012 p.82) é muito bem descrito na exposição de motivos que amparou o voto dos conse-Iheiros do CNIg (vide anexo 1).

Por outro lado, esta atitude longe de contribuir para reduzir o volume de imigrantes, levou à ampliação do número de haitianos que chegavam à fronteira do Brasil. Tal fato colocou em situação de calamidade os municípios fronteiriços que, por conta da sua pouca infraestrutura, não tinha como atender à crescente demanda dos imigrantes em suas necessidades básicas mínimas, enquanto aquardavam o recebimento do protocolo do pedido de refúgio. Neste particular é muito elucidativo o relato apresentado pelo Pe. Geomino, responsável pela paróquia de São Geraldo, em Manaus, local de referência para os haitianos que se dirigiam à cidade, uma vez tendo conseguido deixar a cidade fronteiriça de Tabatinga (vide anexo II).

Esta situação chegou ao seu clímax ao final do ano de 2011, quando se estimava que mais de 4.000 haitianos haviam chegado ao Brasil, em uma média diária que chegou a ultrapassar 40 pessoas. Tal quadro dava claras indicações de que este processo passava a se inserir em um contexto mercantil, com a atuação de "coiotes" que facilitavam a vinda dos imigrantes, apresentando falsas promessas de emprego, acenando, em alguns casos, ganhos superiores a USD 2.000,00 ao mês. Ao mesmo tempo, passou-se a observar que nacionais de outros países, principalmente do continente asiático, co-

Art. 1º Recomendar ao Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, Órgão vinculado ao Ministério da Justica, o encaminhamento ao Conselho Nacional de Imigração – CNIq, dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que, a critério do CONARE, possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias.

Até o início do ano 2012 haviam sido concedidos, aos haitianos, 2.296 vistos humanitários e foram expedidas 4.543 carteiras de trabalho atendendo não só aos que já estavam regulares, mas também àqueles que aquardavam parecer sobre o pedido de refúgio.

meçaram a utilizar os mesmos pontos de entrada no território nacional e sistemática semelhante de pedido de refúgio.

Ao perceber que o problema poderia tomar proporções de uma crise humanitária nas cidades de fronteira, o Governo entendeu que seria importante estabelecer alguns parâmetros que permitissem de um lado coibir a atuação dos "coiotes" e, de outro, dar, àqueles haitianos que desejassem imigrar para o país, a oportunidade de fazê-lo de forma segura e regular. Com este fim é aprovada, em reunião extraordinária do CNIg, em 12 de janeiro de 2012, a Resolução Normativa nº 97, que estipula a concessão de visto permanente, com prazo de 5 anos, para os haitianos e define a cota de 1.200 vistos ao ano para serem concedidos pela Embaixada Brasileira em Porto-Príncipe.

Ainda não é possível avaliar a extensão desta medida de forma concreta. No plano interno algumas instituições manifestaram preocupação com a medida, apesar do reconhecimento da necessidade de uma tomada de posição por parte do Governo. Outras chegaram mesmo a repudiar as ações governamentais, como nota distribuída pela CUT após a publicação da RN nº 97. A questão das cotas para concessão de vistos pode ser considerado um retrocesso quando avaliado à luz da história, pois o país aplicou este mesmo procedimento pela última vez em 1934, no governo de Getúlio Vargas, e deveria, no momento atual, buscar mecanismos que permitissem atender de forma ampla e democrática aqueles que quisessem imigrar. No entanto, fica patente que, de forma diversa ao que ocorre em outros países, principalmente da Europa, a solução encontrada garantiu o respeito dos direitos humanos daqueles imigrantes haitianos que já estavam em território brasileiro e conseguiu equacionar a situação daqueles que, em trânsito pelo território peruano, antes da entrada em vigor da exigência de visto para haitianos naquele país, fossem também acolhidos.

De todo este episódio, ainda inacabado, fica a lição da urgente necessidade de se definir políticas e construir um marco legal que garanta aos imigrantes o direito de ir e vir de forma segura, respeitando os direitos humanos de cada um deles.

5. Conclusões e perspectiva

O Brasil vive (nos últimos anos) um processo de rápidas e significativas mudanças em sua política migratória, em função de seu desempenho econômico recente e suas aspirações de inserção no novo cenário internacional de globalização, tendo como contrapartida expressivas demandas, movimentos populares e crescente participação da sociedade civil nesse processo.

Pode-se dizer que o momento atual é de reforço e sedimentação da imagem de país de imigração. Políticas, decretos, regulamentações, etc. voltam-se à fixação e ampliação da participação de estrangeiros no país: anistia, aumento de autorizações de trabalho, aumento da cobertura de refugiados, apoio à migração de retorno de brasileiros ,etc.

E tudo isso possivelmente mais por interesses políticos do que econômicos: liderança regional e internacional, inserção nos organismos internacionais da globalização.

O Brasil não tem escassez de mão de obra; interessa-se por migração qualificada – aumento das autorizações e trabalho – importante caso dos portugueses. As mudanças são favoráveis à arquitetura de um país de imigração, com especificidades e preferências para movimentos migratórios de países latino-americanos e países africanos, na ótica do UNASUL e da integração regional com liderança brasileira.

Essas mudanças, portanto, verificam-se muito mais em função do novo papel do país no cenário internacional e a busca de uma liderança regional do que por necessidades internas.

A essa situação acresce-se interesse manifestado por parte de empresários na mão de obra qualificada, na qual Portugal tem crescido de forma expressiva.

No conjunto, a presença imigratória no país é bastante pequena, portanto a perspectiva é que esse montante tenda a crescer em curto prazo. Tem-se, assim, reforçado a imagem do Brasil como país de imigração.

O caso dos haitianos mostrou outra face; cercado de conflitos, a entrada massiva e calamitosa de haitianos no país desnudou outra situação problemática na qual o país coloca freios e limites, encaminhando-se para uma política de cotas e rígidos procedimentos para obtenção do visto de permanência provisória no país - "país de imigração pero non troppo".

Nesse sentido, a perspectiva é que o tema passará a fazer parte do cotidiano de muitas áreas do Brasil, tomará conta de debates nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas instituições afins; enfrentará a pressão das demandas de grupos sociais organizados e de ONGS, nacionais e internacionais, que batalham pela abertura das portas aos imigrantes pobres e vítimas de catástrofes socias e/ou climáticas.

Nesse contexto, a governabilidade das migrações internacionais no mundo globalizado e com a participação crescente dos organismos internacionais, com os quais o país deve dialogar e negociar, requer respeito pelos direitos humanos, com crescente inserção dos novos imigrados em políticas sociais (oficiais) no Brasil.

Referências bibliográficas

- Arouck, R. Brasileiros na Guiana francesa: Novas migracões internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia? Lusotopie, Pará, v.1, n. 1, p. 67-78, 2000.
- Aydos, M. e Baeninger R. The case of forced migration to Brazil. In: XXVI IUSSP International Population Conference. Marrakesh: 2009.
- Aydos, M. Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações. Belo Horizonte: 2009
- Aydos, M. Migração Forçada. Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2009). Dissertação (Mestrado apresentado no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2010.

- Baeninger, R. Brasileiros na América do Sul. In: I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros no Mundo, Itamaraty. Rio de Janeiro: 2008
- Baeninger, R. Brasileiros na America Latina: o que revela o projeto IMILA/ CELADE. In: CASTRO, M. G. (Org.). Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasilia: CNPD, 2001.
- Baeninger, R. e Aydos, M. População Refugiada. Retrato das condições de vida: famílias em São Paulo e Rio de Janeiro. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2008.
- Baeninger, R. e Soares, W. Perfil Migratório do Brasil. Texto preliminar /OIM. Brasília: 2009 (mimeo).
- Baeninger, R. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Ciência Tecnologia e Inovação. Brasília: 2010, p. 442-507.
- Baptista, D. M. T. Migração na Metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 17, p. 103-118, 2007.
- Barreto, L. P. Teles Ferreira (org.). Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça. 2010.
- Bassanezi, M. S. C. B. Família e Imigração Internacional no Brasil do Passado. Estudos de História, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 289-315, 1999.
- Borges, J. Vítimas da guerra: Brasileiros participam do esforço de reconstrução de Angola. Revista Problemas Brasileiros, São Paulo, n. 374, p. 120-131, mar./abr. 2006.
- Braga, F. G. Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000). In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú-MG: 2006.
- Brito, B. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 21, n.1, p. 5-20, 2004.
- Cacciamali, M. C. e Azevedo, F. A. G. de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. In: Seminário Internacional Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos, GPTEC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.
- Campos, A. Anistia não esgota problemas enfrentados por imigrantes. Disponível em: http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1712. Acesso em: 15 abr. 2011.
- Conselho Nacional de Imigração-CNIq Base estatística atualizada. Ministério do Traba-Iho. Brasília. 2012 40 p. (mimeo)
- Department of Home Security DHS. Apprehensions by the US Border Patrol: 2005-2008. Fact Sheet. Washington-D.C. 2009.
- Desidério, E. Migração e Políticas de Cooperação: fluxos entre Brasil e África. In: IV Encontro Nacional sobre Migração. Rio de Janeiro-RJ: 2005.

- Estadão. Angola atrai cada vez mais brasileiros. Reportagem on line do jornal Estadão. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081012/not_ imp258412,0.php.>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- Fazito, D. Situação das migrações internacionais no Brasil contemporâneo. In: Brito, F. e Baeninger, R. (coord.). População e Políticas Sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília-DF: 2008, p. 150-170.
- Fernandes, D. e Nunan, C. dos S. A Volta para Casa: a inserção do imigrante internacional de retorno no mercado de trabalho. Um estudo comparativo entre Argentina, Brasil e Paraguai no inicio do século XXI. In: III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Córdoba-Argentina: 2008.
- Fernandes, D e Rigotti, J.I Os brasileiros na Europa: notas introdutórias, I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros pelo Mundo, Itamaraty. Rio de Janeiro. 2008.
- Fernandes, D; Milesi, R e Farias, A Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. Cadernos de Debates nº 6 . Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR. Brasília. 2012 pp 73 a 97.
- Fonseca, D. J. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. Pro-Posições, Campinas-SP, v. 20, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2009.
- Garcia, R. A e Soares, W. Migração Internacional de Retorno ao Brasil: efeitos diretos e indiretos. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte-MG: 2006.
- Hirano, F. Y. O Caminho Para Casa: o retorno dos dekasseguis. Textos NEPO UNICAMP. Campinas-SP: 2008.
- IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.migrante. org.br/IMDH/default.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- lotti, L. H. A política imigratória brasileira e sua legislação 1822-1914. In: X Encontro Estadual de história. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 26 a 30 de jun. Santa Maria-RS: 2010.
- Juilut, L. L. e Apolinário, S. M. O. S. A Necessidade de Proteção Internacional no Âmbito da Migração. Revista Direito GV, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010.
- Kaly, Alain Pascal. À procura de oportunidades ou desembarque por engano. Migrações de africanos para o Brasil. In: Cruz Paiva O. da (org). Migrações Internacionais. Desafios para o Século XXI. São Paulo: Memorial do Migrante, 2007, p. 99-142.
- Levy, M. E. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). Revista Saúde Pública, São Paulo, supl. 8, 49-90, 1974.
- Maia, A. O. Brasileiros no mundo: o ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior. In: I Conferência Sobre as Comunidades Brasileiras: Brasileiros no mundo. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília: 2009, pp. 25-46.

- Margolis, M. O Estado de São Paulo, 08/01/2012,p.
- Martes, A. C. B. e Fazito, D. Emigrações, Diáspora e Remessas. Projeto Brasil OIM. Relatório Final de Consolidação. 2009.
- Martine, G. Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 2, n. 3 p. 53-76, jul./set. 1982.
- Milesi, R. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH. Brasília: 2007.
- Ministério das Relações Exteriores MRE. Brasileiros no Mundo: estimativas. 2a ed. Brasília: 2009.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho. In: Diálogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho. 25 a 28 de ago. São Paulo: 2008.
- Ministério do Trabalho e Emprego. MERCOSUL e as migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: 2008.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Visto de trabalho para estrangeiro é concedido em menos de 20 dias. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/imprensa/visto-de-trabalho- para-estrangeiro-e-concedido-em-menos-de-20-dias.htm>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- Moreira, K. C. P e Vaca, L. E. A. Análise da Migração Internacional na Amazônia Peruana no Contexto da Globalização. In: Anais do XVI Encontro nacional dos Geógrafos. Porto Alegre-RS: 2010.
- Oliveira, L. L. O Brasil dos Imigrantes. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
- Oliveira, M. M. de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183-196, maio/ago. 2006.
- Oliveira, M. M. de. Feminilização e Vulnerabilizades da Migração Internacional na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia. In: Simpósio Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Florianópolis: 2008a.
- Oliveira, M. M. de. Migrações Fronteiriças: Uma Reflexão Necessária no Amazonas. In: Anais V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Salvador-Bahia: 2008b.
- Organização Internacional para as Migrações OIM. Perfil Migratório do Brasil 2009. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento-CNPD. Ministério do Trabalho. Brasília: 2010.
- Patarra, N. L. e Baeninger, R. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no MERCOSUL. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População - ALAP. Caxambú-MG: 2004.
- Patarra, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

- Patarra, N. L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, maio/ago. 2006.
- Patarra, N. e Fernandes, D. Desenvolvimento e migração IN CHIARELLO, L. M. (org) Las Políticas Públicas sobre Migraciones y la Sociedad Civil em América Latina. Cap. II Políticas Públicas e Migração Internacional no Brasil. Scalabrini Internacional Migration Network. New York. 2011 pp 160-194.
- Petrus, M. R. Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil. Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais. Dissertação (Mestrado apresentado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2001.
- Pinto, M. de J. de S. O Fetiche do Emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém-PA: 2008.
- Relatório da Comissão Mundial Sobre Migrações Internacionais. As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação. Fundação Calouste Gulbenkian. 2005.
- Ribeiro, J. T. L. Migração Internacional Brasil África: Angola em destaque. In: PATAR-RA N. L. (org.) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2 ed. Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996, p. 122-132.
- Ripoll, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 151-165, 2008.
- Rocha, L. Refugiados haitianos na Amazônia preocupam governo. Revista Época, 28 de jan. Disponível em: http://colunas.epoca.globo.com/politico/2011/01/28/refugia- dos-haitianos-na-amazonia-preocupam-governo/>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- Rossi, P. L. Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal: Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal. Lisboa: SOCIUS Working Papers, 2004.
- Sales. T. e Baeninger, R. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, n. 36, p. 33-44, 2000.
- Silva, P. O. da. Aspectos gerais da migração fronteiriça entre Brasil e Bolívia. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: 2008.
- Simai, S.; Baeninger, R. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, n. 66, p. 15-23, 2011.
- Siqueira, S. Emigração Internacional e o Retorno à Terra Natal: realizações e frustrações. In Anais do XV Encontro Sobre Migrações. Campinas-SP: 2007.
- Souchaud, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: Pacelli Ferreira, A.; Vainer, c.; Póvoa Neto, h.; de Oliveira Santos, m. (Orgs.). Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 267-290.

- SprandeL, M. e Patarra, N. Projeto: perfis migratórios. Brasil. Texto preliminar/OIM. Brasília: 2009 (mimeo).
- Teixeira, H. D. D. Uma visão perspectiva das leis de restrição à imigração no Brasil (1920-1940). In: XIII Encontro de História - Anpuh. 04 a 07 de ago. Rio de Janeiro: 2008.
- Valler Filho, W. O. Brasil e a Crise Haitiana: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.
- Villa, M. e Martinez, J. Tendencias e Patrones de la Migracion Internacional en America Latina y Caribe. In: Simposio sobre Migraciones Internacionales en las Americas. OIM/CEPAl-CELADE/FNUAP. Costa Rica: 2000.

Anexo I

Exposição de motivos voto conselheiros do CNIg reunião de 13-03-2011

"As políticas migratórias estabelecidas pelo CNIg se pautam pelo respeito aos direitos humanos e sociais dos migrantes, de forma a que sejam tratados com dignidade e em igualdade de condições com os brasileiros. Esta política está firmemente assentada na Constituição Federal, que consagra dentre os objetivos fundamentais da Repúbica Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mais além, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Tais assertivas refletem-se no caput do art. 5º da Carta Magna que assevera que "todos são iquais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residente no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (relacionados nos incisos que seguem)".

Tal política tem se materializado por meio de Resoluções, Normativas e Recomendadas, adotadas por consenso entre os integrante deste Conselho.

No que diz respeito "aos casos omissos em relação a imigrantes", as decisões são tomadas com base na Resolução Normativa N. 27, de 25 e novembro de 1998, que disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Essa Resolução considera como "situações especiais" aquelas que, embora não estejam expressamente definidas nas Resoluções do CNIq, possuam elementos que permitam considerá-las satisfatórias para a obtenção do visto ou permanência; e, como "casos omissos", as hipóteses não prevsitas em Resoluções do CNIg.

Na aplicação da RN n. 27/98, o CNIg tem considerado as políticas migratórias estabelecidas para considerar como "especiais" os casos que sejam "humanitários", isto é, aqueles em que a saída compulsória do migrante do território nacional possa implicar claros prejuízos à proteção de seus direitos humanos e sociais fundamentais" (Extrato do voto aprovado pelo CNIg em reunião de 13/03/2011).

Anexo II

HAITIANOS NO AMAZONAS (COMUNICADO DE MANAUS)

Estimado padre Alfredo e coirmãos

Falar de migrantes em Manaus neste momento é falar dos haitianos. Eles ganharam certa visibilidade dentro da cidade. Eles são vistos andando pela cidade à procura de empregos, são percebidos, sobretudo, em São Geraldo, São Raimundo, Terra Nova, Manoa e em outros lugares onde eles estão de parada.

A chegada dos haitianos a Manaus iniciou em fevereiro do ano passado. Dos que chegaram até junho 2010, praticamente ninguém permaneceu em Manaus, passaram por Manaus. Muitos tinham o sonho dos Estados Unidos, da Europa (guem sabe, via a Guiana Francesa). Saíram em silêncio e não se sabe que rumo tomaram.

Os que chegaram a partir de julho do ano passado falavam que queriam permanecer em Manaus. Foram acolhidos um tempo na casa do migrante do Estado, depois, alguns ficaram numa pequena casa de acolhida sob a responsabilidade das irmãs carlistas; para outros foram alugadas algumas casinhas.

Mas o número foi aumentado. Por isso nós reformamos um espaço aqui na paróquia São Geraldo. Foi aberta no mês de agosto. Seria para doze pessoas, mas o número foi sempre superior. A partir do mês de novembro o número cresceu mais ainda, então foi alugado um casarão que chegou a abrigar 36 pessoas, mas as condições de abrigo eram muito precárias. Iniciou-se este ano numa situação bastante crítica, aí o padre Valdecir, um pouco no desespero, pediu a ajuda ao pároco da paróquia São Raimundo. Ele dispunha de um salão, com bateria de banheiros e cozinha. Ele aceitou e explicou o caso aos paroquianos. Então a maioria dos que estavam no casarão foram para a paróquia São Raimundo.

Neste momento a Pastoral do Migrante (liderada pelos padres e irmãs scalabrinianos e leigos), está acolhendo 30 pessoas na São Geraldo, 35 na São Raimundo, 15 em outras duas casas. Para esses fornecemos a alimentação básica – fruto de doações. Além disso, acompanhamos mais uns 40 que estão em pequenas casas alugadas pelos próprios imigrantes que já conseguiram algum trabalho, mas ainda dependem de ajudas para viver.

Além do trabalho de assistência (comida, casa, trabalho), não nos cansamos de interpelar os órgãos públicos, mas os resultados foram poucos. No dia 9 de fevereiro, estivemos reunidos com o Arcebispo Dom Luiz, com a primeira dama do Estado e três representantes da Ação Social. Estamos esperando algo deste encontro. Hoje devo visitar o comando do exército.

Enquanto isso os haitianos ocupam espaço nos meios de comunicação, jornais e televisão ('Funasa examinou haitianos, diz Época'; 'Haitianos são examinados'; 'FVS chega a Tabatinga para enfrentar cólera'; PF evita imigração ilegal: Ministério da Justiça quer conter imigração desenfreada ' quem entrar sem visto será deportado'). Como o número dos que estão em Tabatinga é bastante elevado – fala-se de uns 300, e como o Amazonas vive um surto muito grande dengue, teme-se também pela chegada do cólera (via haitianos). O que mais nos assusta é o futuro próximo. Primeiro: o que vai acontecer com imigrantes que não receberão mais o Protocolo de Refugiados e que a polícia federal está barrando, tanto em Tabatinga, como em Brasiléia (Acre). Segundo o que fazer com os que nos próximos dias chegarão a Manaus. Hoje está prevista a chegada de 35. Por isso a polícia federal está começando a negar o visto de entrada (até agora eles recebiam um Protocolo de pedintes de refúgio). Fala-se de deportação para os indocumentados. Vai ser uma situação muito complicada para os haitianos. Dinheiro para voltar eles não têm e estão afunilados dentro da tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia (cercados pela floresta de todos os lados).

Sempre se falou que Brasília iria tratar com carinho a imigração haitiana. O governo sempre disse que era 'mui amigo' dos haitianos. Muito se falou de um 'visto humanitário' para eles. Agora o discurso prático é fechar as fronteiras, barrar! Fala-se de invasão de haitianos – eles não são nem mil no Brasil! Vamos ver o que vai acontecer nos próximos meses. Sentimo-nos, porém, atores dentro desta história toda.

Um abraço Manaus. 18 de fevereiro de 2011 Pela comunidade de Manaus, Pe. Gelmino

Refugiados africanos em São Paulo, Brasil: espaços da migração

Rosana Baeninger ¹ Roberta Guimarães Peres ²

Resumo: Este texto busca apontar evidências empíricas da população africana refugiada em São Paulo em diálogo com elementos teóricos que permitam compreender esse fluxo migratório. No texto são destacados o contexto da imigração de refugiados — os marcos internacionais e o Brasil como país de refúgio — e três aspectos teóricos relacionados com os resultados da pesquisa acerca dos africanos refugiados em São Paulo: os espaços de vida dessa imigração refugiada, o esforço para a manutenção da identidade desses imigrantes e as consequências do estranhamento da sociedade receptora e seus reflexos na inserção laboral desse contingente imigrante refugiado em São Paulo.

Palavras-chave: Refugiados, Imigração, São Paulo, Brasil

Introdução

A imigração internacional no Brasil adquire novos contornos no final do século XX e início do século XXI. Dentre os temas a serem tratados no âmbito das migrações internacionais contemporâneas, evidencia-se a questão dos refugiados. Tema bastante amplo, marcado por situações históricas, econômicas e políticas específicas, envolve debates acadêmicos, acordos internacionais, ajuda humanitária, ações com comunidades locais, protocolos, convenções. Ou seja, trata-se de deslocamentos populacionais regidos e orientados por uma política de refúgio para migrantes, por uma política migratória onde se define a condição jurídica do refugiado.

Este texto busca apontar evidências empíricas da população africana refugiada em São Paulo, em diálogo com elementos teóricos que permitam compreender esse fluxo

Departamento de Demografia e Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, Brasil. Email:baeninger@reitoria.unicamp.br.

² Núcleo de Estudos de População, UNICAMP. Email: Roberta@nepo.unicamp.br.

migratório. A pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil (CVPR) contou com pesquisa de campo em 2007 e foi realizada em parceria com o Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, o Alto Comissariado das Nacões Unidas para Refugiados-Brasil (ACNUR), a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal do Brasil.

No texto são destacados o contexto da imigração de refugiados – os marcos internacionais e o Brasil como país de refúgio – e três aspectos teóricos relacionados com os resultados da pesquisa acerca dos africanos refugiados em São Paulo: os espaços de vida dessa imigração refugiada, o esforço para a manutenção da identidade desses imigrantes e as consequências do estranhamento da sociedade receptora e seus reflexos na inserção laboral desse contingente imigrante refugiado em São Paulo.

Marcos internacionais para refugiados

Os marcos internacionais para criação de instrumentos para definição jurídica de refugiado datam do pós-Segunda Guerra Mundial, traduzidos na "Convenção de 1951 relativa ao Estatuto do Refugiado" e, posteriormente, no "Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados" da Organização das Nações Unidas. Na Convenção de 1951, define-se o refugiado como a pessoa

"que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele" (Capítulo 1, Artigo 1, Parágrafo 1).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados "tem a incumbência de zelar pela aplicação das convenções internacionais que assegurem a proteção dos refugiados" (Convenção de 1951, Preâmbulo). No Protocolo de 1967, mantém-se a definição de refugiado, suprimindo a parte referente aos "acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro", uma vez que novas situações e categorias de refugiados foram surgindo.

No caso dos países da América Latina e América Central, em 1984, tais países adotaram definição mais ampla de refugiado com a "Declaração de Cartagena". Nas conclusões e recomendações do Colóquio encontra-se:

"a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública" (Declaração de Cartagena, Capítulo III).

De acordo com Milesi e Marinucci (2005: 10), "mesmo sem a força de Convenção, a Declaração de Cartagena tem inspirado atitudes e posturas dos países da região que, na prática, passaram a reconhecer refugiados com amparo na abertura conceitual consagrada em seus termos". Para Santiago (2003; apud Milesi e Marinucci, 2005), "devido à Declaração pode-se ir além da idéia de perseguição individualizada por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a certo grupo social ou opiniões políticas (razões que aparecem na Convenção de 1951 e são assumidas pelo Protocolo de 1967)".

Nos vinte anos da Declaração de Cartagena, em 2004, a "Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina" propõe ações duradouras, a saber: 1) Programa de Auto-suficiência e Integração Cidades Solidárias: integração mais efetiva dos refugiados nos centros urbanos (estudo piloto em toda América Latina); 2) Programa Integral Fronteiras Solidárias: promover o desenvolvimento social e econômico, beneficiando as pessoas que requerem proteção internacional e as populações locais de acolhida (particularmente para Equador, Panamá e Venezuela, considerando o aumento de refugiados Colombianos); 3) o Programa Regional de Reassentamento Solidário: proposto, em 2004, pelo Governo Brasileiro para refugiados latino-americanos.

Estes são os instrumentos de proteção aos refugiados em âmbito internacional, todos regidos pelo Estatuto do Refugiado (Convenção de 1951 e Protocolo de 1967). No caso dos países da América Latina e Central, os novos focos de conflitos armados resultaram na Declaração de Cartagena e no Plano de Ação do México. Neste último, é importante ressaltar o reconhecimento da necessidade de revisão da definição de refugiado, onde se encontra que

"a definição de refugiado da Declaração de Cartagena tem sido incluída na legislação interna de um número importante de países. Não obstante, se constatou a necessidade de esclarecer e precisar os critérios para sua interpretação em circunstâncias específicas e sua aplicação aos casos individuais, utilizando a jurisprudência estabelecida pelos órgãos e tribunais de direitos humanos e tomando em conta os legítimos interesses da segurança dos Estados, através do diálogo amplo e aberto" (Declaração e Plano de Ação do México, 2004).

O Brasil e o refúgio

Em 1960, o Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951. Em 1997, foi também o primeiro país da região a sancionar uma Lei Nacional de Refúgio. Em 1998, criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva, vinculado ao Ministério da Justiça, que tem a finalidade de conduzir a política nacional sobre os refugiados (Barreto, 2001). A Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997, define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, avançando na definição de refugiados, no item III:

"Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior:
- III devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país" (Lei n.9.474/97 Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1).

Em 1999, foi iniciado o Programa de Reassentamento, tendo por objetivo realocar pessoas que na condição de refugiadas foram assentadas em outros países e continuam sofrendo perseguições. Este acordo, firmado entre o Governo do Brasil e o ACNUR, está presente na Lei 9.474/97, artigo 46, onde se encontra que

"o reassentamento de refugiados no Brasil se efetuará de forma planificada e com participação coordenada dos órgãos estatais e, quando possível, de organizações não-governamentais, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades".

No Brasil, o Conselho Nacional para Refugiados (CONARE) outorga às pessoas reconhecidas como refugiados documentação que lhes permite residir legalmente no país, trabalhar e ter acesso aos serviços de saúde e educação. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem como função colaborar no Brasil quanto à aplicação da Convenção de 1951 sobre o Estatuto do Refugiado, bem como trabalhar com a sociedade civil e com os refugiados para facilitar seu processo de integração através de rede nacional de apoio.

Considerando a situação nacional, o Brasil apresentava, em dezembro de 2011, 4.477 pessoas na condição de refugiados, tendo apresentado uma taxa de crescimento anual de 6,47% entre 2005-2011 (Tabela 1).

O continente africano é o que representa maior participação entre os refugiados no Brasil (64% do total em 2011), com cerca de 2.856 pessoas. Somam-se 77 diferentes nacionalidades, destacando-se recentemente a solicitação de refúgio por migrantes oriundos da América Latina, com uma taxa de crescimento da população refugiada no Brasil de 24,76% ao ano, no período de 2005-2011. Houve também expressivo incremento dos refugiados oriundos da Ásia, que de 181 pessoas passou para 486, no último quinquênio.

3			
Procedência	Refugiados 2005	Refugiados 2011	Taxa de crescimento da população refugiada (% a.a.)
África	2.506	2.856	2,20
América Latina e Caribe	274	1.033	24,76
Ásia	181	486	17,89
Europa	113	97	-2,51
Apátrida	-	05	
Total	3.074	4.477	6.47

Tabela 1 - Imigrantes refugiados, Brasil, 2005 e 2011

Fonte: CONARE; Ministério da Justica, Brasil. 2011

As principais nacionalidades desse grupo de refugiados no Brasil são: Angola (1.686 refugiados), Colômbia (654), República Democrática do Congo (470), Libéria (258) e Iraque (207). Em São Paulo, os refugiados africanos contituem o maior grupo: 740 refugiados, no total de 1.015 pessoas nessa condição jurídica.

Os espaços de vida da imigração refugiada africana

A condição jurídica de refugiado é conferida a indivíduos, sendo, contudo, necessário considerar a família como unidade de análise para o entendimento dos processos migratórios em uma perspectiva que contemple os espaços de vida desse contingente populacional. Desse modo, a pesquisa Condição de Vida da População Refugiada no Brasil (CVPR, NEPO/UNICAMP, 2007) permite avançar em dimensões que aprofundam as especificidades da população em refúgio (não é claro se esta pesquisa é apenas sobre refugiados em São Paulo. Nuns parágrafos/tabelas fala-se apenas em SP, noutros não. Seria também útil explicar brevemente a metodologia).

Do ponto de vista teórico, o conceito de refugiado tem enfatizado as diferenças entre os refugiados e o migrante voluntário; o debate está preocupado em apreender a natureza da migração forçada, uma vez que esta se confunde em alguns aspectos com a migração voluntária. Entretanto, Lubkemann (2001) propõe considerar o conceito de espaço de vida para a compreensão dos movimentos migratórios de populações refugiadas, com ênfase nas redes sociais e no mundo social dos sujeitos. Essa abordagem propõe não limitar a algum lugar específico ou a fronteiras territoriais as relações sociais a que os sujeitos respondem e nos quais estão imersos. Além da questão espacial, a dimensão temporal compõe essa perspectiva de análise, uma vez que os espaços de vida pressupõem certos horizontes comuns organizados por representações coletivas, isto é, culturalmente compartilhados. Assim, esse texto adota, a partir dessa abordagem teórica, que tais espaços de vida se reconfiguram em espaços da migração, pautados por intensas relações sociais e por deslocamentos populacionais em diferentes direções, temporalidades e distâncias.

A análise da população refugiada em São Paulo tem como pressuposto teórico que, de um lado, em muitos casos, as redes sociais – constituintes dos e nos espaços da migração entre esses imigrantes – precedem a condição jurídica de refugiado no país; de fato, 35% dos refugiados africanos em São Paulo, contemplados na pesquisa em 2007, entraram no país sem regularização de permanência e sem a condição de refugiado.

De outro lado, as redes sociais entre origem/etapas migratórias/destino e as relações sociais estabelecidas entre os membros da família ausentes no domicílio do refugiado (que não residem no mesmo país) são constituintes do espaço da migração dos refugiados, em particular dos africanos em São Paulo: das 180 pessoas que compõem as famílias de refugiados africanos, na amostra da pesquisa em São Paulo (total de 266 pessoas), cerca de 40% era familiar ausente e residindo em outros países (Tabela 2). Na composição familiar desse contingente ainda estavam presentes 15% de brasileiros como membros da família (conjuge ou filhos) e 45% de pessoas com a condição jurídica de refugiado.

Tabela 2 - País de moradia dos familiares ausentes entre as famílias refugiadas africanas em São Paulo, 2007

Países	Membros ausentes de famílias fricanas da amostra
Angola	19
Camarões	2
Colômbia	6
Costa do Marfim	2
Cuba	4
Equador	1
Espanha	2
Estados Unidos	1
França	3
Guiné	1
Iraque	11
Nepal	4
Nigéria	1
República Democrática do Congo	11
Somália	2
Sudão	5
Tanzânia	2
Total	77

Fonte: CVPR - Nepo/Unicamp/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Os países que contemplam os espaços da migração dos refugiados africanos em São Paulo se articulam com o país de origem predominantemente – Angola e República Demogrática do Congo –, mas se entrelaçam por outros continentes, com familiares ausentes residindo na França, Espanha, Iraque, Estados Unidos e países de América Latina, como Colômbia e Cuba.

Esses fortes laços com demais localidades vincula-se também ao fato dos refugiados africanos em São Paulo serem solteiros (mais da metade daqueles contemplados na amostra da pesquisa), reforçando a importância de análises que contemplem os espaços da migração desse contingente imigrante em diferentes pontos de articulação e não somente na origem e no destino.

Nesse sentido, a distribuição etária dos refugiados africanos em São Paulo, identificados na pesquisa, concentra-se entre 25-35 anos, com a predominância da população marculina. Lubkemann (2001) destaca, no caso de sua análise sobre os refugiados moçambicanos, que a permanência e as redes sociais presentes entre refugiados são diferenciadas pela estrutura de idade e sexo. De fato, essa estrutura etária jovem e solteira dos refugiados africanos em São Paulo indica possibilidades futuras de uniões matrimoniais com brasileiros e brasileiras, ampliando o espaço da migração desse contingente refugiado em São Paulo; foram identificados cerca de 30% de refugiados africanos casados com brasileiras.

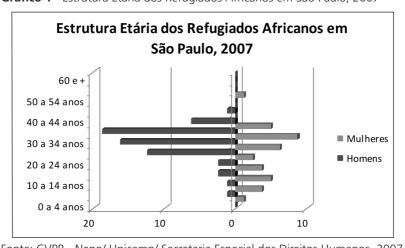


Gráfico 1 - Estrutura Etária dos Refugiados Africanos em São Paulo, 2007

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Outro elemento que compõe o espaço da migração desse contingente de refugiados africanos em São Paulo refere-se às trajetórias até chegar ao país de residência atual. Considerando a compressão espaço-tempo, Harvey (1989) aponta as práticas espaciais materiais ou fluxos e as transferências que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e reprodução social.

Nesse sentido, o número de etapas migratórias dos refugiados africanos em São Paulo, identificados na pesquisa, que passaram por outros países antes de chegar ao Brasil (Tabela 3), também indica a expansão dos espaços dessa migração de refugiados - antes de chegar ao país do refúgio -, considerando que cerca de 40% desse contingente teve mais de duas etapas antes de chegar ao país. Aqueles que vieram diretamente para o Brasil tiveram Angola como o principal país de origem.

Tabela 3 – Número de etapas migratórias antes de chegar ao Brasil

Número de etapas migratórias antes de chegar ao Brasil	Refugiados africanos da amostra
1	49
2	12
3	10
4	5
5	5
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Os países de passagem antes da chegada ao Brasil (Tabela 4) estiveram bastante concentrados no Continente Africano, demonstrando o intenso deslocamento interno antes da emigração para outro continente. Ou seja, os espaços da migração são portadores de trajetórias, etapas e conformações sociais que não se limitam ao considerar apenas a condição jurídica de refugiado no país. Além disso, a diversidade de situações se ilustra com os os fluxos dos africanos que estão refugiados em São Paulo, pela Europa (França, Espanha, Holanda, Alemanha, Áustria) e pela América Latina, no caso a Argentina.

Tabela 4 - Países de etapas migratórias. Refugiados africanos em São Paulo, 2007

Países de etapas migratórias	Número de migrantes que passaram por estes países	Países de etapas migratórias	Número de migrantes que passaram por estes países
África do Sul	13	Gâmbia	1
Angola	7	Holanda	1
Beliz	3	lemem	1
Argentina	3	Rússia	1
Camarões	1	Quênia	4

Senegal	3	Áustria	1
Guiné Equatorial	1	Tanzânia	3
Congo	1	Moçambique	2
Brazavile	1	Suazilândia	1
Costa do Marfim	2	Uganda	1
França	1	Espanha	1
Alemanha	1	Síria	2
Guiné	1	Botsuana	1
Guiné Bissau	3	Namíbia	1
Guiné Conacri	1	Zimbábue	3
Nenhuma etapa percorrida antes da chegada ao Brasil	49		

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Em "culturas viajantes", Clifford (1992) chama a atenção para a mobilidade real e a mobilidade simbólica; a circulação por diferentes espaços e suas articulações em termos de relação social se descola da condição de morador - no caso, o local fixo de destino dos refugiados africanos em São Paulo.

O mundo social da imigração de refugiados adquire novas interpretações ao se considerar seus espaços de migração, ampliando o debate e demonstrando a necessidade de se contemplar a complexidade desse fenômeno nos instrumentos jurídicos de proteção e acolhimento à população refugiada.

As principais trajetórias dos imigrantes africanos refugiados em São Paulo foram:

- Camarões Senegal Guiné Equatorial
- Congo Brazavile Angola África do Sul
- Dubai África do Sul
- Guiné-Conacri Guiné Bissau Senegal Gâmbia Costa do Marfim
- Quênia Tanzânia Moçambique Suazilândia África do Sul
- Quênia Uganda
- Senegal Espanha
- Tanzânia África do Sul Áustria
- Tanzânia Moçambique
- Uganda Quênia
- Zâmbia Angola
- Zâmbia Botsuana Namíbia África do Sul
- Angola Beliz Argentina

Considerando o último país de residência dos africanos refugiados em São Paulo, captados pela pesquisa, nota-se a importância de Angola, tanto como país de origem como de passagem para a busca de refúgio até chegar no Brasil (Tabela 5).

Tabela 5 - País de última residência. Refugiados africanos em São Paulo, 2007

Último país de residência	Refugiados africanos da amostra
África do Sul	9
Angola	36
Chade	1
Congo	1
Costa do Marfim	2
Eritréia	1
Etiópia	1
Gâmbia	1
Guiné-Bissau	1
Holanda	4
lemen	1
Libéria	1
Mauritânia	1
Moçambique	1
Namíbia	1
Quênia	1
República Democrática do Congo	5
Ruanda	1
Serra Leoa	6
Síria	2
Uganda	1
Zimbábue	3
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Identidade e estranhamento

Keller (1975) enfatiza que a inserção de refugiados na sociedade receptora não implica na perda de traços culturais. Pode-se dizer que a língua é um elemento que mantém vivas as raízes dos refugiados com seus países. No caso dos refugiados africanos em São Paulo, contemplados na pesquisa, o português e o francês destacaram-se como as línguas de domínio nativo e falada em casa, porém se identificando o árabe, suaíli, inglês, dentre outras (Tabela 6). A preservação da identidade através da língua constitui um dos elementos da mobilidade simbólica (Clifford, 1992).

Tabela 6 - Língua nativa e falada pelos refugiados africanos em São Paulo, 2007

Línguas nativa e falada	Refugiados africanos da amostra
America	1
Árabe	4
Crio	3
Crull	1
Fioti	2
Francês	20
Inglês	4
Kinyarwanda	1
Lingala	6
Madingu	1
Mende	1
Português	21
Quicongo	3
Quimbundo	3
Rabish	1
Somali	3
Soninke	1
Suaíli	4
Umbundu	1
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Apesar dessa característica, Stein (1981) enfatiza claramente a perda de cultura que os refugiados enfrentarão pelo deslocamento. No caso dos refugiados africanos em São Paulo, pode-se verificar que, mesmo com o esforço em manter a língua materna, a religião já parece apontar para novos processos identitários (Tabela 7). Parte dos refugiados africanos em São Paulo declararam pertencer à religião muçulmana e outras religiões, mas se nota uma tendência ao pertencimento a religião evangélica muito mais que a católica – religião predominante no Brasil, redesenhando, provavelmente, a inserção desse contingente em seus processos identitários e sociais.

Tabela 7 – Religião dos refugiados africanos em São Paulo, 2007

Religião	Refugiados africanos da amostra
Católica	10
Evangélica	24
Judaica	1
Protestante	10
Muçulmana	14
Outra	20
Nenhuma	2
Total	81

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Malkii (1995) ressalta ainda um ponto importante para o entendimento da difícil inserção dos refugiados na sociedade de destino, baseado no estranhamento e hostilidade do país receptor.

Isto pode ser apreendido, no caso dos africanos refugiados em São Paulo identificados na pesquisa, a partir da expressiva condição de desempregado em relação aos anos de estudo dessa população (Tabela 8).

Tabela 8 - Anos de estudos e *status* ocupacional dos africanos refugiados em São Paulo, 2007

Anos de Estudo	Refugiados africanos da amostra	Status ocupacional	Refugiados africanos da amostra
0 a 3 anos	7	empregado(a)	13
4 a 7 anos	8	autônomo/ conta própria	11
8 a 10 anos	16	empregador(a)	1
11 a 15 anos	36	autônomo da econo- mia informal	8
mais de 16 anos	14	desempregado	39
	estudante	10	
Total	81		

Fonte: CVPR - Nepo/ Unicamp/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Nota-se que 60% dos refugiados africanos da pesquisa apresentavam mais de 10 anos de estudo, com forte concentração entre 11 a 15 anos de estudos; ou seja, incluise curso universitário. Porém, mais da metade desses refugiados africanos, excluindose os estudantes, encontrava-se desempregado no momento da pesquisa. Essa baixa inserção no mercado de trabalho da população refugiada alimenta também, segundo Malkii (1995), preconceitos e xenofobia. Dos refugiados africanos ocupados, presentes na amostra, 78% estavam vinculados ao setor de prestação de serviços e comércio em São Paulo, dos quais mais da metade recebiam um salário mínimo.

Nesse sentido, as tendências do contexto brasileiro indicam o crescimento da imigração de refugiados, demonstrando a necessidade de reavaliação e discussão dos instrumentos de proteção ao refugiado no país, em especial ao se considerar seus espaços da migração.

Referências bibliográficas

- Adelman, H. (2001) "From refugees to forced migration: The UNHCR and human security". International Migration Review, 35:7-33.
- Aydos, M (2010). Migração forçada: Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006). Dissertação de Mestrado. IFCH-UNICAMP.
- Aydos, M; Baeninger, R e Dominguez, J.; (2008) "Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares". Trabalho apresentado no III Congreso de La Asociación Latino Americana de Población ALAP, 2008, Córdoba – Argentina.
- Barreto, L. P. T. (2001), "Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo", in CNPD, Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas, Brasília, pp. 63-72.
- Bertrand, D.(1998) "Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach", International Migration, 36: 107-113.
- Black, R.(2001) "Fifty years of Refugee Studies: From Theory to Policy". International Migration Review, 35: 57-78.
- Clifford, James (1992). "Culturas Viajantes" In A.A. Arantes (org) O espaço da diferença. Campinas. Papirus.
- Haines, D.W. (1996). Refugees in America in the 1990s: A Reference Handbook. Westport, CT: Greenwood Press.
- Harvey, D. (1989) A condição pós-moderna. Ed. Loyola. São Paulo
- Keller S.(1975) Uprooting and social change: The role of refugee in development .Delhi: Manohar
- Kunz, K.(1981) "Exile and refugee theory", International Migration Review, 15:42 51.
- Long, L. et al. (2003) Coming Home? Refugees, Migrants, and Those Who Stayed Behind. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Lubkemann, S. C. (2001). "Embedded Time and dispersed place: Displacement and gendered Differences in Mozambican "Lifespace", Paper presented at the XXIV IUSSP Congress in Salvador, Brazil.

- Malkii, L.(1995) "Refugees and Exile: From 'Refugee Studies' to the National Order of Things", Annual Review of Antropology, 24: 495-523
- Martin, S. (2002) "Averting Forced Migration in Countries in Transition", International Migration Review, 40: 25-37.
- Marx,E (1990) "The social world of Refugees: A Conceptual Framework". Journal of Refugee Studies, 3(3):189-203.
- Milesi, R.; Marinucci, R (2005) Refugiados e Migrações Forçadas: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena (mimeo).
- Milesi, Rosita (2003) (org.). Refugiados realidade e perspectivas, Edições Loyola, São Paulo, 2003.
- Stein, BN (1981) "The refugee experience: defining the parameters of a field of study. " International Migration Review 15(1).



Novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana: as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla

Iolanda Évora 1

Resumo

Neste estudo, a reflexão sobre as remessas e a mobilidade transnacional cabo-verdiana evidencia os processos de negociação das complexas questões diaspóricas trazidas pelos fluxos de gente, capital, informação, objetos e valores no tempo e no espaço. A diminuição percecionada das ajudas dos emigrantes contradiz os dados oficiais que indicam o aumento das remessas, mas sugere novas dimensões do impacto dos ausentes em Cabo Verde, a sua participação na satisfação dos desejos de consumo dos não-migrantes e das necessidades mais restritas do seu grupo familiar. A análise sobre as práticas transnacionais de via múltipla mostra que cada vez mais cabo-verdianos integram-se e negociam a sua presença dentro de mundos sociais que cruzam fronteiras e envolvem outros migrantes. Estas práticas alteram as expectativas em relação a cada destino tradicional da emigração cabo-verdiana, o significado dos lugares e os processos de integração nas sociedades de destino. Ao mesmo tempo, reforçam um novo papel dos destinos tradicionais como pontos de apoio aos migrantes que circulam no espaço diaspórico cabo-verdiano. A perceção sobre as remessas e as práticas transnacionais multiterritoriais revelam um novo dinamismo na construção, negociação e reprodução de práticas sociais e trazem a possibilidade de emergência de outras categorias sociais. Além disso, mostram a necessidade de novas estruturas de referência que possam capturar as experiências sociais e económicas dos migrantes em diferentes lugares, incluindo o lugar de origem.

Palavras-chave: Migrações, Cabo Verde, Remessas, Transnacionalismo, Diáspora

CESA, ISEG/UTL, Rua Miguel Lupi, 20 – 1249-078 Lisboa, Portugal. Email: ioevora@hotmail.com.

Introdução

A mobilidade dos cabo-verdianos pelo mundo tem registo desde o século XIX, incluindo-se, inicialmente, no movimento de dispersão pós-escravidão de africanos e seus descendentes e, a seguir, integrando-se entre as diásporas contemporâneas do continente africano. Estas formaram-se a partir do século XIX e conheceram três ciclos, na medida em que, além da colonização e descolonização, desde 1980 são diásporas que emergem na era do ajustamento estrutural (Zeleza, 2005). Este autor inclui a comunidade de cabo-verdianos nos Estados Unidos da América (EUA) naquele último grupo, por ser uma comunidade de fixação mais antiga, tal como as da Argentina, Brasil e Uruquai. Também se destacam, pela antiquidade, as comunidades no Senegal, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, somando-se a de Portugal, que se apresenta com número significativo de membros, a par dos EUA e Holanda. As comunidades de cabo -verdianos em França, Itália, Suíça e Luxemburgo são mais recentes e menos numerosas, apontando-se para a coincidência da fixação nesses lugares com o período em que aumenta de forma significativa o volume dos fluxos migratórios cabo-verdianos.

No conjunto das experiências africanas considera-se que a migração cabo-verdiana mais cedo se organizou como diáspora. Como refere Schnapper (2006) a propósito das diásporas em geral, assiste-se à formação de uma identidade especificamente diaspórica cabo-verdiana, pela qual, de forma aparentemente paradoxal, o cimento seria constituído pela dispersão espacial e a referência comum a uma origem quase mítica de uma terra-mãe madrasta. De forma imaginária, a caboverdianidade diaspórica tornou-se positiva e, em nome de um mal inicial – as condições adversas na origem – , atribuíram-se dons excecionais ao povo disperso, advindos de um destino ingrato. Como as grandes epopeias – a dispersão dos povos judeu, arménio e grego – , na tradição da migração cabo-verdiana também intervém uma dimensão histórica e a partilha da memória coletiva da experiência secular de uma terra que expulsa os seus filhos por meio das secas consecutivas. De igual modo, a memória das mortes (genocídio) por causa das secas terá contribuído para dar um sentido trágico, portanto político, à consciência histórica de Cabo Verde e dos cabo-verdianos dispersos. Ou seja, e seguindo Schnapper (2006), encontramos uma conotação de coletividade histórica relativa a um mito de origem positivo (a cultura cabo-verdiana) ou negativo (a colonização, a escravatura), além da associação ao lugar de origem e a sacralização ligada à catástrofe (a seca) que está na origem da dispersão (Évora, 2010).

No processo de formação da comunidade cabo-verdiana, da migração e da constituição de Cabo Verde como um país de migrantes, as remessas dos trabalhadores migrantes e da diáspora transformam-se na principal fonte de divisas do arquipélago e as transferências de rendimentos são destinadas à sobrevivência das famílias e das comunidades, assegurando a melhoria da alimentação, habitação, educação e saúde. As remessas são indicadas como o fator essencial de equilíbrio da balança de pagamentos, aumentam a reserva em divisas e reforçam a moeda nacional (Estevão, 2001). Por conseguinte, no imaginário coletivo nacional, a migração cabo-verdiana constrói-se como importante fonte de sobrevivência e traz consigo grandes expectativas de transferência de competências e recursos para o desenvolvimento do país (ICMPD/OIM, 2010). Em contraste com outros países africanos (Nyberg-Sørensen, 2007), em Cabo Verde, desde cedo, admite-se o engajamento potencial da comunidade dispersa nos processos de desenvolvimento e desenvolvem-se argumentos sobre as suas responsabilidades e compromissos em relação à sua terra de origem. Ao longo do tempo, a aproximação às comunidades dispersas é a medida comum das agendas dos sucessivos governos do país, que procuram reforçar os argumentos para que a tradicional ajuda dos emigrantes aos seus familiares seja ampliada aos municípios e ao país em geral.

As características e potencialidades demonstradas de participação da comunidade dispersa no desenvolvimento do país têm sido tema central da análise da migração cabo-verdiana. No âmbito mais amplo das relações dos países africanos com as suas diásporas, no caso cabo-verdiano admite-se desde há muito que a comunidade dispersa é potencialmente explorável e um recurso a desenvolver. Em Cabo Verde permitiu-se que fossem desenvolvidos mecanismos de aproximação aos emigrantes no exterior, mantendo e reestabelecendo contacto e encorajando-os a viver de acordo com as expectativas do lugar de origem. Neste trabalho, discutimos sobre as circunstâncias em que tais expectativas são apresentadas na atualidade, assim como as disponibilidades atuais demonstradas pelos emigrantes em relação a Cabo Verde. A partir das narrativas recolhidas recentemente (Évora, 2010), analisamos as perspetivas do senso comum em relação a um tema essencial para o país, procurando reconhecer o impacto dos ausentes e as transformações e permanências no modo como as pessoas compreendem as responsabilidades materiais e morais dos emigrantes.

As narrativas de migrantes e não-migrantes cabo-verdianos referem-se à importância económica das remessas num contexto de extrema pobreza, como é o caso de Cabo Verde, o seu valor (social e familiar) e o compromisso moral dos emigrantes para com o arquipélago. Neste sentido, dão conta quer do papel que o lugar de origem representa para qualquer migração, quer de uma realidade migratória de longo tempo em que o território original torna-se condição e expressão a priori do lugar social que o emigrante/imigrante ocupará, estabelecendo-se como memória e, por conseguinte, definindo-se para cada pessoa ou grupo como a marca espacial da consciência histórica do ser conjunto. O discurso dos agentes remete ao fato de que, no passado como no presente, definindo-se a dispersão cabo-verdiana, em grande parte, pelo que significa para o arquipélago, promovem-se fortemente as ligações entre as comunidades na emigração e as ilhas que, neste sentido, representam o símbolo cultural da identidade dos cabo-verdianos no exterior. Na atualidade, a dimensão prática desta ligação descreve-se, em grande medida, pelas comunicações e deslocações frequentes ao país de origem mas, desde sempre, como referem os agentes, muito mais pelas transferências, as ajudas e os esforços de investimento dos emigrantes na terra de origem.

Num outro sentido, emergem as práticas transnacionais em via múltipla, ou seja, as deslocações dos cabo-verdianos entre diferentes lugares de destino que, por conseguinte, ampliam a perspetiva do transnacionalismo de via dupla, definido pelas ligações constantes entre origem e destino. As diversas comunidades no exterior e a referência ao conjunto como diáspora cabo-verdiana ganham relevância atual como fator de internacionalização do arquipélago, ou seja, as redes criadas pela presença de longo tempo das comunidades no exterior interessam para promover novas parcerias do país e um novo lugar de Cabo Verde no contexto internacional. A comunidade dispersa pode ser um precioso instrumento de mobilização e de afirmação da cultura no espaço internacional e permite ampliar a cultura como fator de identidade, ao inscrevêla no naipe das culturas de vocação universalizante (Évora, 2010).

Em comparação com as dispersões que resultaram na formação das diásporas clássicas, a experiência cabo-verdiana é considerada de reduzida dimensão e alcance geográfico. No entanto, a emigração tem um significado numérico determinante para o arquipélago² e, entre os cabo-verdianos, a dispersão e a experiência transnacional são experiências de dimensão social amplamente vividas e partilhadas por todos. A experiência comum de relocalização, diz Gibau (2008), serve como base à solidariedade entre os cabo-verdianos em diferentes lugares ou mesmo países diferentes, sendo esta experiência evocada nas interações cotidianas e nas produções culturais. De acordo com a autora, deve-se compreender a mobilidade cabo-verdiana e a formação da diáspora atual como um processo, através do qual indivíduos e grupos forjam novas identidades, deslocando-as por múltiplas lealdades a vários locais de origem (lar, casa) e de acolhimento (Gibau, 2005). Na perspetiva psicossocial, trata-se de perseguir os insights relativos aos diferentes sentidos atribuídos à dispersão cabo-verdiana, avaliar a intensidade das identidades que lhe estão associadas e reconhecer as repercussões de tal dispersão nos modos de vida no espaço diaspórico, dentro e fora do arquipélago (Évora, 2010).

A complexidade das questões colocadas pela experiência diaspórica cabo-verdiana atual e pelas dinâmicas experimentadas no campo social da migração envolve tanto os lugares de destino como o arquipélago de origem. Neste sentido, devem ser investigadas recorrendo-se à análise dos discursos que ocorrem normalmente, ou seja, no processar da vida corrente. Trata-se do estudo dos processos de produção e compreensão de textos, que revela como grande parte do conhecimento que governa a produção de um texto ou de uma conversa é compartilhado socialmente entre comunidades sociais, profissionais e culturais, tornando-se um denominador comum para a ação, a interação, o discurso e as práticas sociais (Dijk, 2004). O discurso ou a conversação natural, a linguagem real utilizada em situações reais, são agui tomados como "formas de interação social, com as suas próprias variáveis, objetivos, interesses, problemas e estratégias para fazer sentido" (Dijk, 2004, p.11), permitindo ver a realidade, ou seja, aquilo que as pessoas constroem como real.

Os dados oficiais apontam para o dobro da população de origem cabo-verdiana no exterior, em comparação com a população em Cabo Verde.

Os emigrantes e as remessas

Nas últimas décadas do século XX, verifica-se a consolidação da presença das comunidades cabo-verdianas no exterior, que coincide com mudanças significativas no perfil da migração cabo-verdiana em geral. Os cabo-verdianos mantêm a preferência pela emigração para Portugal, mas outros países europeus também são destinos importantes, como é o caso da França, Países Baixos, Itália, Luxemburgo, Suíça, Bélgica e Alemanha. Nesse período, assiste-se à reativação das redes migratórias para os Estados Unidos da América, país que recebeu a primeira vaga de emigração no período 1900-1926. A distribuição (aproximada) dos cabo-verdianos nos destinos mais atuais é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Estimativa da distribuição dos migrantes cabo-verdianos num grupo de países de destino

Países de destino	População imigrada
Estados Unidos	265 000
Portugal	80 000
Angola	45 000
Senegal	25 000
Países-Baixos	20 000
Argentina	5 000

Fonte: ICMPD/OIM, 2010

Apesar da indicação geral de que as saídas do país têm diminuído, a dispersão atual dos cabo-verdianos envolve cerca de 30 países de África, América e Europa. Mantém-se a particularidade de Cabo Verde ser um país com uma comunidade dispersa em maior número do que o de residentes no arquipélago: o recenseamento nacional de 2000 indicava um número de 500 000 a viver no exterior e 450 000 em Cabo Verde (ICMPD/ OIM, 2010).

A redução apontada para os fluxos migratórios a partir de Cabo Verde coincide com a melhoria das condições de vida no arquipélago e o aumento dos movimentos de retorno, embora estes envolvam, sobretudo, emigrantes em países (como São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau ou Senegal) que não constam da lista dos destinos cujas remessas são essenciais para Cabo Verde. Por outro lado, a Espanha é um destino recente, mas figura entre os seis destinos de maior volume de transferências para Cabo Verde. Ao contrário, os Estados Unidos da América, onde vivem 53% dos emigrantes cabo-verdianos, ocupam o terceiro lugar no que se refere às ajudas monetárias dos emigrantes com destino a Cabo Verde (Quadro 2).

Quadro 2 - Principais países de origem e valor das remessas para Cabo Verde em 2008

País da transferência	Valor da transferência (EUR)
Portugal	28 milhões
França	19 milhões
Estados Unidos da América	12,5 milhões
Países Baixos	10,8 milhões
Itália	6,4 milhões
Espanha	3,2 milhões
Luxemburgo	2,6 milhões
Reino Unido	2,3 milhões
Suíça	2,1 milhões
Alemanha	1,3 milhões
Angola	480,000

Fonte: http://asemana.publ.cv/spip.php?article40669, página consultada a 27.05.2011

Em contraste com a perceção geral do senso comum³ de que os fluxos de remessas vêm diminuindo, sobretudo nos últimos anos, dados de 2008 indicavam que as remessas continuam a representar a principal fonte de recursos do país (9% do Produto Interno Bruto). Em 2010, as remessas monetárias atingiram os US\$144 milhões⁴ e os principais centros urbanos do país (Praia e Mindelo) mantêm-se como os principais recetores desses recursos. Do mesmo modo, os valores apresentados pelo Banco Mundial desde há vários anos permitem concluir que há um aumento significativo das remessas na última década, só quebrado ligeiramente após 2008: o volume total de remessas aumentou de US\$109 milhões em 2003 para um máximo de US\$155 milhões em 2008, tendo depois declinado para US\$144 milhões em 2010 (Banco Mundial, 2011). Dados divulgados pelo Banco de Cabo Verde (BCV) em julho de 2011 davam ainda conta de um aumento das remessas dos emigrantes na ordem dos 33,7%, atingindo um total de um bilião e 54 milhões de escudos. Os aumentos referem-se, sobretudo, aos envios dos emigrantes residentes na zona euro, com maior incidência de Portugal (397,7 milhões) e França (221,3 milhões). Os Estados Unidos da América representam a terceira fonte (216,8 milhões) e, a seguir, incluem-se os Países Baixos, de onde foram remetidos 103,4 milhões⁵. Outro indicador importante deste aumento é apresentado pela mesma

http://asemana.publ.cv/spip.php?article58074&ak=1, página consultada a 27.05.2011

http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=13247477&indice=0&canal=402, página consultada a 21.03.2012.

fonte⁶ e refere-se ao crescimento de pedidos de emissão da declaração de emigrante, condição primeira para abertura da conta poupança que serve para investimentos.

Todavia, ao contrário de alguns destes números, as pessoas têm a perceção de diminuição das ajudas dos emigrantes e apontam a crise internacional como a principal causa da diminuição dos fluxos de remessas, porque afeta as condições de trabalho e emprego dos emigrantes. Ou seja, se, por um lado, as fontes oficiais informam sobre a intensidade maior do fluxo de remessas para Cabo Verde ou, pelo menos, a sua redução apenas ligeira, por outro, encontramos a perceção transmitida pelas pessoas. Estas, ao descreverem o cenário de redução das ajudas dos emigrantes e as razões do seu comportamento atual, consideram muito mais a dimensão material da empreitada (sinais de melhoria das condições de vida da família em Cabo Verde), associada ao ambiente sócio-económico (aumento da situação de pobreza, do desemprego e da insegurança). As discrepâncias encontradas entre os dados oficiais e as perceções sobre o fenómeno podem ser um indicador importante de mudanças nos objetivos pretendidos pelos emigrantes com as suas remessas, apontando para um interesse muito maior para o investimento em áreas de produção nacional, ao invés da aplicação em recursos que garantem a sobrevivência ou melhoria direta das condições de vida dos seus grupos de referência na origem.

Na perspetiva dos sujeitos das narrativas, as razões da diminuição percecionada das ajudas dos emigrantes são: dificuldades que sofrem em Cabo Verde quando pretendem investir (leis pouco transparentes, tratamento diferenciado em relação ao investimento estrangeiro não-emigrante, política monetária desfavorável, falta de garantia da proteção dos seus bens, apropriação indevida de terrenos de emigrantes por parte de algumas câmaras municipais); avaliação negativa do desenvolvimento do país e consequente redução do interesse em regressar após uma vida de trabalho no exterior; aumento do compromisso com os países que os acolheram e proporcionaram o acesso a segurança, educação para os filhos, crédito favorável, justiça, tranquilidade nas ruas, etc. O tema é motivo, ainda, de críticas em relação ao que alguns entrevistados apontam como ignorância dos cabo-verdianos ao que é verdadeiramente a sua migração nos dias atuais. Por exemplo, ao contrário da ideia difundida de que a ajuda sempre vem do exterior, as circunstâncias atuais têm exigido que, em alguns casos, os emigrantes mais recentes recebam auxílio dos familiares em Cabo Verde para ultrapassar os primeiros tempos de instalação e adaptação no exterior. No caso de pessoas que recebem diretamente o auxílio, como indica a pesquisa realizada por Akesson (2011), a (re)constituição de famílias no lugar de destino é, igualmente, uma razão reconhecida para que o envio de remessas diminua.

As justificações acima referidas sobre a diminuição percecionada das ajudas sugerem um processo em curso de tentativas de desagregar a diáspora e olhar as diferentes

O jornal digital África21 cita a Inforpress como fonte original da notícia e dos dados.

experiências de determinados grupos, regiões e lugares de destino, cuja expressão mais visível, para os não-migrantes, consiste no comportamento diferenciado das comunidades em termos dos envios para Cabo Verde. Por outro lado, cresce a atenção mais sistematizada pelos efeitos sociais e simbólicos das mobilidades para a sociedade em Cabo Verde (Akesson, 2011; Évora, 2007), que ultrapassa quer a análise dos benefícios materiais e objetivos, quer as referências ao lugar de origem visto como o lugar de todos os mitos de origem e do retorno real ou desejado.

As interpretações relativas às remessas são formuladas por pessoas diferentemente vinculadas à migração cabo-verdiana (antigos emigrantes, não-migrantes, familiares de migrantes ou representantes de organismos oficiais) e trazem sentidos diversos atribuídos às deslocações e à dispersão cabo-verdiana pelo mundo, sustentados em situações sociais reais e em formas reais de interação. Todavia, a perceção partilhada sobre a diminuição das ajudas e os motivos apresentados sugerem que as interpretações dos agentes são construídas a partir da avaliação relativa à importância atual das ajudas para a satisfação das necessidades básicas das famílias e dos desejos de consumo dos não-migrantes. Neste caso, introduz-se a importante questão sobre as mudanças nos interesses revelados pelos emigrantes em redirecionar as suas transferências para o investimento e a produção, ou em manter o papel de provedor das fontes de sobrevivência da família e de satisfação das necessidades de consumo corrente.

Preservação e integração como dimensões da sociedade transnacional

Tal como os estudos com interesse nas repercussões internas das estadias dos emigrantes, os que se debruçam sobre as comunidades no exterior constituem uma bibliografia importante, centrando-se nas questões da cultura, da educação e da ligação e relação com o lugar de origem. No entanto, muito ainda resta por compreender sobre o modo como os cabo-verdianos incorporam os aspetos distintivos das sociedades de destino e os processos de identificação e interiorização das normas e valores dessas comunidades.⁷ Estes aspetos são essenciais para a descrição de um grupo como diáspora, ou seja, esclarecem sobre as condições e a capacidade demonstrada pelo grupo imigrante de desenvolver um contacto prolongado com outras comunidades no destino e absorver as qualidades do lugar, incorporando novos elementos, ao mesmo tempo em que preserva a relação com um lugar de origem mítico ou real (Cohen, 2008). Num estudo realizado recentemente foram explorados aspetos relativos à construção diaspórica (Évora, 2010), constatando-se que, na avaliação das pessoas, a qualidade dos recursos sociais postos à disposição dos emigrantes no país de imigração é o fator mais importante na determinação da relevância de cada lugar de destino e da avaliação do grau de interiorização de novos valores pelos emigrantes. As interpretações sobre o

Os estudos colocam ênfase maior nos efeitos das deslocações – em que subjaz a ideia do imigrante como possuidor de uma personalidade de base ou de uma memória coletiva construída desde a infância e da qual guarda a marca indelével – , muito mais que a ênfase no ritmo e nas modalidades de adoção dos comportamentos dos nacionais por parte dos imigrantes e vice-versa.

significado de cada lugar de destino dos cabo-verdianos para o conjunto da diáspora remetem às experiências sociais dos imigrantes e acentuam a importância do grupo sentir-se mais ou menos alienado ou isolado da sociedade de destino, porque acredita que não é, ou não pode ser, totalmente aceite por ela. Como refere Cohen, o caráter conturbado que costuma caracterizar o relacionamento com as sociedades de destino não descarta a possibilidade desse encontro trazer uma criatividade distintiva, que enriquece as sociedades de acolhimento mais tolerantes (Cohen, 2008). A ênfase dos estudos tem sido colocada nas formas como os grupos se apropriam dos espaços urbanos nos quais inscrevem as famílias parcialmente reconstituídas e as estruturas que marcam a presença desses coletivos. Neste sentido, a análise recai tanto sobre as redes culturais, políticas e económicas que favorecem a inserção, como sobre os marcadores territoriais (igreja, monumentos que exaltam a história do grupo, empreendimentos comerciais, cafés, nomes de ruas, escolas, etc.) que, progressivamente, ocupam o novo espaço da comunidade. A riqueza da vida associativa é, igualmente, uma referência do tipo de inserção, bem como as divisões políticas e o grau de exigência (relativamente à cultura original do grupo) sobre as gerações mais novas nascidas na diáspora (Bruneau, 1994).

No campo dos estudos sobre a diáspora, não apenas a crítica dirige-se à reduzida atenção dos estudiosos sobre as sociedades nacionais dos lugares de destino como, muito mais, considera-se que a abordagem deve incidir, com maior ênfase, sobre o caráter transnacional das migrações atuais e a fluidez dos contactos, por serem estes os principais definidores de uma experiência de diáspora (Tarrius, 2001). O transnacionalismo é definido como o conjunto de processos pelos quais os imigrantes tecem e enredam relações sociais de natureza múltipla, religando as suas sociedades de origem e de acolhimento (Basch, Glick Schiller e Blanc-Szanton, 1994). Estes autores acentuam a construção de espaços sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas, por meio das múltiplas atividades nas quais os imigrantes se aplicam, ao mesmo tempo, na sociedade de origem e de destino. A atenção recai sobre o transnacionalismo como um fenómeno contemporâneo que mostra o crescente número de pessoas constantemente circulando em "via dupla" entre os dois países: "os indivíduos criaram comunidades que atravessam fronteiras e que, num sentido muito concreto, não se situam nem lá nem cá, mas aqui e lá ao mesmo tempo" (Portes, 1999, p. 16). No entanto, este autor sublinha que a tendência em designar os imigrantes contemporâneos de transmigrantes contraria os estudos mais recentes; nem todos os imigrantes são transnacionais, a prática transnacional não é universal, as atividades caracterizam uma minoria, costumam ser ocasionais e nem mesmo o envolvimento ocasional é universal (Portes, 2003). Portanto, em relação às práticas transnacionais e aos diferentes discursos sobre a diáspora e o transnacionalismo cabo-verdiano, é necessário verificar em que medida representam uma alternativa distinta de outras formas sociais, processos e programas de instalação e incorporação dos imigrantes.

No caso da migração cabo-verdiana, a transnacionalidade é descrita pelos aspetos da intensificação das relações com o arquipélago, ou seja, a aproximação dos emigrantes entre si, servindo para reforçar a centralidade de Cabo Verde no seio da sociedade diaspórica. No entanto, para além do movimento constante entre destinos e lugar de origem, podem ser descritos outros modos complexos de inserção dos cabo-verdianos no contexto migratório e os processos pelos quais as identidades são negociadas dentro de mundos sociais que abrangem mais de um lugar de imigração.

Dinâmicas transnacionais multiterritoriais como fator descritor da diáspora contemporânea cabo-verdiana

A literatura sobre as diásporas africanas avalia que os emigrantes cabo-verdianos têm redes bem organizadas e estruturadas principalmente nos EUA (Boston, Brockton, Pawtucket, Providence, Bridgeport), no Senegal (Dakar), em Portugal (Lisboa, Faro, Porto), em França (Paris, Marselha), em Itália (Roma, Milão), nos Países Baixos (Roterdão), na Suíça (Lausanne), no Brasil (Rio de Janeiro) e no Luxemburgo. Mais recentemente, mostram-se particularmente envolvidos em dinâmicas transnacionais que ligam as comunidades entre si, mas este facto é menos referenciado como um elemento descritor importante e diferenciado das deslocações que, anteriormente, descreviam-se entre origem e cada destino. Neste sentido, a experiência que constrói o par emigrante/imigrante bem como as dinâmicas entre origem e destino permanecem no imaginário coletivo como expressão do ato migratório. Os cabo-verdianos identificam o aumento da intensidade das ligações com Cabo Verde como efeito da melhoria das comunicações e dos transportes, mas sem indicar, igualmente, como reflexo dessa melhoria, a intensa circulação transnacional entre as comunidades e o desenvolvimento de formações identitárias associadas a pertenças múltiplas.

Nos últimos anos, os cabo-verdianos emigrantes intensificaram as suas deslocações entre diferentes países da Europa onde se encontram comunidades instaladas e, com a ajuda das redes, realizam uma importante atividade comercial e social. Nesses movimentos atuais, participam os emigrantes que realizam estadias nos diferentes lugares, de acordo com as condições do mercado de trabalho oferecidas. Por exemplo, são capazes de se deslocarem de Portugal para França ou Países Baixos de acordo com as informações difundidas sobre onde se encontram as melhores condições de emprego. Após um determinado período, podem regressar a Portugal e receber familiares ou amigos que, originalmente, emigraram para aqueles países.

Estas redes engajam, de forma particularmente intensa, mulheres. Conforme casos relatados (Évora, 2006), constroem histórias particulares de mobilidade como, por exemplo, as que relatamos a seguir:

Rosa⁸ emigrou para o Luxemburgo onde encontrou os seus irmãos e primos. Após algum tempo, procurando um modo mais fácil de trazer o seu filho de Cabo Verde,

Os nomes foram alterados.

decidiu instalar-se em Portugal para promover a vinda do seu filho e marido ainda em Cabo Verde. Em Portugal, não encontrou as boas condições de trabalho e salário do Luxemburgo e, por isso, realizava viagens periódicas a França (por terra) e Países Baixos, vendendo produtos adquiridos em Portugal e muito apreciados pelas comunidades cabo-verdianas naqueles lugares. Ao mesmo tempo, trazia produtos para vender em Portugal. Por fim, a resistência do marido em relação às exigências de mobilidade das suas atividades comerciais e ao seu modo mais independente de vida, levam ao rompimento da relação e a uma nova migração para o Luxemburgo. Rosa ainda ponderou ir para os Países Baixos por causa das boas condições ali oferecidas a quem tem filhos e porque ficaria mais perto de Portugal.

Ângela viveu em Portugal e, desde há muito, viaja com muita frequência para os Estados Unidos da América, Brasil e alguns países africanos, onde adquire produtos que revende em Portugal. Nos últimos anos, mudou-se para França e iniciou uma atividade comercial em que adquire produtos de cosmética em países asiáticos e revende tanto em Portugal como em França, Luxemburgo ou Países Baixos. Ocasionalmente, ainda se desloca a Espanha, Suíça ou Cabo Verde.

Luísa morava em Portugal desde que saiu de Cabo Verde com os pais. A seguir, emigrou para Espanha e depois Itália. Ali viveu muitos anos, mas, numa deslocação aos Países Baixos, reencontrou um velho amigo de Cabo Verde e casaram-se. O marido não se adaptou à vida na Itália e Luísa pensa em mudar-se para Portugal onde, segundo avalia, a sua filha terá mais oportunidades de trabalho porque, mesmo sendo italiana, e apesar da sua formação superior, é discriminada no país guando procura emprego.

Carlos nasceu no país em que os pais viviam enquanto estudavam e, muito cedo, foi enviado para Cabo Verde para ficar aos cuidados dos avós e tios até os pais terminarem a formação superior e regressarem. Depois, ele mesmo fez o seu percurso de estudante universitário, agora para um país diferente daquele onde os pais estudaram, mas não se adaptou. A família tomou como preocupação principal Impedir que voltasse a Cabo Verde; tios, primos e demais membros da família alargada (em Cabo Verde, no lugar onde estudava e em outros lugares de imigração) decidiram que ele devia permanecer no exterior, deslocando-se, agora, para outro país que não aquele onde estuda. Esperam que, neste último lugar, os familiares o ajudem a encontrar um emprego, ou a descobrir a sua vocação e retomar os seus estudos. Por enquanto, Carlos permanece algum tempo em cada lugar onde tem familiares na Europa, envolvendo-se em pequenos trabalhos, mas estas estadias não o farão desistir da ideia de instalar-se definitivamente nos Estados Unidos da América, onde outros familiares o acolherão.

Os relatos acima apresentados indicam que emigrantes com mais possibilidades de escolha e recursos pertencem a famílias que conseguiram repartir os seus membros por diferentes países. Deste modo, mostram uma nova estratégia dos grupos familiares para aumentar os rendimentos e investimentos. 9 Como agentes contemporâneos da migração cabo-verdiana, estes atores apresentam-se cada vez mais num espaço transnacional constituído por redes informais de entreajuda e solidariedade, apoiado pela elevada densidade relacional do coletivo de imigrantes e com uma presença significativa de mulheres. Neste espaço, destaca-se a presença das rabidantes – mulheres comerciantes de Cabo Verde –, que realizam uma atividade transnacional em caráter permanente, percorrendo vários países, entre eles os destinos dos cabo-verdianos. O trabalho das comerciantes depende do seu dinamismo multiterritorial, que se estrutura em torno de redes identitárias e de solidariedade no interior da complexa malha que forma a diáspora cabo-verdiana, revelando muito mais do que a natureza material desta atividade e da diáspora (Grassi, 2003). Soma-se às experiências migratórias múltiplas de curta duração e à atividade comercial transnacional, a mobilidade dos agentes envolvidos com a produção cultural. Estes deslocam-se entre os diferentes lugares de destino dos cabo-verdianos conforme as suas necessidades de trabalho, as vantagens atuais de cada lugar e as agendas da cultura. As atividades sócio-culturais e políticas que cruzam fronteiras podem envolver várias pessoas ao mesmo tempo, em atividades desportivas e culturais conjuntas, e têm repercussões nas diferentes comunidades. 10

Em particular, assiste-se à intensificação da mobilidade transnacional múltipla no espaço europeu, que atualmente inclui novos lugares - como é o caso do Reino Unido -, para além dos lugares das comunidades instaladas há muito tempo. Deste modo, os cabo-verdianos engajam-se num modelo de mundialização da migração que contribui para transformar a migração tradicional e, graças aos encontros com outras coletividades móveis, inauguram novas redes de sociabilidade responsáveis por novos cosmopolitismos (Tarrius, 2001). Como afirma Tarrius (2001: 45), constroem-se, assim, novas formas de savoir faire o caminho da migração (entre uma origem e um destino), conforme a capacidade demonstrada pelo grupo de negociar melhor as entradas e estadias no exterior, quando se alteram as condições para a emigração. Este movimento favorece a melhor circulação do conhecimento sobre cada comunidade e as características e qualidades de cada lugar tradicional de emigração cabo-verdiana, fator essencial na escolha dos candidatos a emigrantes. Os movimentos transnacionais desse tipo favorecem um conhecimento mais preciso das características dos diferentes países, que não se esgota nas suas condições materiais, pois permite a aproximação às ordens dos estados-nação e às qualidades e divergências entre as diferentes sociedades. De algum modo, trata-se de movimentos que contribuem para a construção de perspetivas globais do emigrante,

Esta estratégia favorece, igualmente, os elementos que permanecem em Cabo Verde mas realizam migrações temporárias de curta duração para os lugares onde já residem parentes próximos. Fazendo uso das redes já instaladas, esses migrantes temporários realizam trabalhos de curta duração, auxiliados pelo conhecimento do campo dos residentes. Em pouco tempo, é possível reunir um valor monetário que lhes permite resolver uma necessidade material no regresso a Cabo Verde. Em muitos casos, esta migração temporária também envolve pessoas com nível educacional médio ou superior que têm a sua ocupação laboral no arquipélago (Évora, 2010).

Este é o caso dos campeonatos desportivos, dos eventos musicais, como o concurso Vozes da Diáspora, ou do Congresso dos Quadros da Diáspora. No caso dos primeiros, despertam particular interesse no seio das comunidades dispersas, em parte, possivelmente, porque os vencedores se deslocam a Cabo Verde.

na medida em que colocam em contacto não (mais) apenas as sociedades de origem e destino, mas as sociedades que têm em comum o facto de serem lugares de destino.

A fraca referência a este mundo transnacional cabo-verdiano de via múltipla apresenta-se em contraste com a precocidade da formação de uma comunidade transnacional. Com efeito, as "habilidades" para se lidar com as situações no interior de um campo transnacional remontam ao século XIX, mas o movimento transnacional multiterritorial que parece ligar as comunidades nos destinos desafia os esforços de naturalização da ideia de nação e território propostos pelo estado-nação cabo-verdiano. Como nova forma de migração que faz uso do espaço social construído pelos emigrantes ao longo do tempo, o transnacionalismo de via múltipla acrescenta complexidade no que se refere às tentativas de definição da nação diaspórica cabo-verdiana. Com efeito, exige um sistema competente de reciprocidade e solidariedade entre os envolvidos num espaco em que as pessoas criam mundos sociais entre lugares físicos e comunidades de dois ou mais estados-nação (Vertovec, 2001) e vivem em diversos "habitats de significação" que não são territorialmente restritos. Nestes espaços, atualizam-se os repertórios culturais que, por sua vez, influenciam a construção da identidade ou, certamente, das múltiplas identidades. Como afirma Vertovec (2001), cada lugar ou localidade do espaço transnacional apresenta um conjunto de fatores que condicionam a identidade. Estes incluem histórias e estereótipos de pertença local e de exclusão, geografias das diferenças culturais e da segregação étnica e de classe, hierarquias socio económicas racializadas, graus e tipos de mobilização coletiva, formas de acesso aos recursos e perceções e regulações relativas aos direitos e deveres.

Conclusões

Neste estudo, foram discutidas algumas novas práticas no campo social da diáspora cabo-verdiana: as perceções sobre as remessas e a mobilidade transnacional de via múltipla.

No que se refere às remessas, as interpretações dos agentes sobre a diminuição das ajudas dos emigrantes estão baseadas na avaliação sobre a menor participação destes na satisfação dos desejos de consumo corrente dos não-migrantes em Cabo Verde. As discrepâncias encontradas entre os dados oficiais e as perceções sobre o fenómeno podem ser um indicador importante de mudanças nos objetivos pretendidos pelos emigrantes com as suas remessas, apontando para um interesse muito maior no investimento em áreas de produção nacional, ao invés da aplicação em recursos que garantem a sobrevivência ou melhoria direta das condições de vida dos seus grupos de referência na origem.

No caso da mobilidade, o reconhecimento e a análise de novas práticas no espaço transnacional e diaspórico cabo-verdiano permitem identificar e compreender as novas sociabilidades que são ensaiadas tanto em contexto migratório como no país de

origem. Num tempo em que as comunidades se apresentam cada vez mais enraizadas no exterior, tais sociabilidades contribuem para a renovação da identidade coletiva e o fortalecimento do sistema de relações no espaço rede, que religa os diferentes pólos num território circulatório ainda pouco reconhecido como definição por excelência da nação cabo-verdiana (Évora, 2010).

Referências bibliográficas

- África 21 (2012) "Investimentos de emigrantes continuam a aumentar em CaboVerde" (http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=13247477&indice=0&can al=402) (acesso em 21.03.2012).
- Akesson, L. (2011) "Cape Verdean Notions of Migrant Remittances", Cadernos de Estudos Africanos, nº20, jan, pp.139-159.
- Banco Mundial (2011), The Migration and Remittances Factbook 2011, Washington, D.C., World Bank.
- Basch, I., Glick-Schiller, N., Blanc-Szanton, C. (1994) Nations unbound; transnational projects, post-colonial predicaments and de-territorialized nations-states, Langhorne, PA, Gordon and Breach.
- Bruneau, M. (1994) "Espaces et territoires de diaspora", L'Espace géographique, Les Diasporas, no.1, pp.5-8.
- Cohen, R. (2008) Global Diasporas: an introduction. Londres, UCL Press.
- Dijk, T.v. (2004) Prefácio, In: Iniguez, Lupicinio (org.) Manual de análise do discurso em ciências sociais, Petrópolis, Vozes Ed., pp. 7-14.
- Estevão, J. (2001) "As pequenas economias insulares e as condições do desenvolvimento", Revista KCultura, número especial, setembro, pp.71-78.
- Évora, I. (2006) "De emigrantes/imigrantes a migrantes transnacionais: possibilidades e limites de uma nova categoria de análise da identidade e da migração cabo-verdianas", 3º Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa (mimeografado).
- Évora, I. (2007) "Minha terra, minha gente: as atribuições sociais da emigrante em Cabo Verde", In: Grassi, Marzia e Iolanda Évora (orgs) Género e Migrações cabo-verdianas, Lisboa, ICS, pp.63-98.
- Évora, I. (2010) "Discourses on the Capeverdean Diaspora: views from home", Report Fellowship, CODESRIA.
- Gibau, G.S. (2005) "Contested Identities: Narratives of Race and Ethnicity in the Capeverdean Diaspora", Identities: Global Studies in Culture and Power, 12, pp.405-438.
- Gibau, G.S. (2008) "Cape Verdean Diasporic Identity Formation", in L. Batalha and J. Carling (eds) Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp.255-267.

- Grassi, M. (2003), Rabidantes. Comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde, Lisboa, ICS e Spleen Edições.
- ICMPD/OIM (2010) "L'expérience Cap-Verdienne", MTM: Un dialogue en action. Lier les communautés d'émigrants pour plus de développement- Inventaire des capacités et pratiques institutionnelles, Viena.
- Nyberg-Sørensen, (ed.)(2007) Living Across Worlds: Diaspora, Development and Transnational Engagement. Geneva: International Organisation for Migration.
- Portes, A. (1999) La mondialisation par le bas, Actes de la recherche en sciences sociales. Délits d'immigration, n.129, sept., p.15-25.
- Portes, A. (2003) " Conclusion: Theoritical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism", International Migration Review, v.37, n.3 (fall), pp.874-892.
- Schnapper, D. (2006) « Les nations se sont longtemps méfiées des diasporas », Sciences Humaines (dossier: Comment les diasporas changent le monde), 173, juillet, pp.44-45.
- Tarrius, A. (2001) « Mobilités transnationales et nouvelles formes cosmopolites», Journal des anthropologues, janvier
- Vertovec, S. (2001) "Transnationalism and Identity", Journal of Ethnic and Migrations Studies, v. 27, n.4., october, pp. 573-582.
- Vertovec, S. (2005) "The Political Importance of Diasporas", www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=261
- Zeleza, P. T. (2005) "Rewriting the African Diaspora: Beyond the black Atlantic". African Affairs, 104, pp. 35-68.





Migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e controvérsias dos actores envolvidos no processo

João Ribeiro Butiam Có¹

Resumo

Este artigo visa uma análise da migração oriunda da Guiné-Bissau, as suas causas e tipologias, a integração das diferentes categorias/grupos de migrantes na sociedade de acolhimento, em particular Portugal, bem como as relações dos migrantes com o processo de desenvolvimento do país da origem.

A história migratória guineense testemunha dinâmicas transnacionais ligadas à cultura e tradição migratórias de dois grupos migrantes (Manjacos e Fulas), com processos, projectos e infra-estruturas de investimentos nos espaços de origem bem diferentes dos demais. Não do lado oposto, mas com menores referências de transnacionalismo, encontramos o grupo dos crioulos e/ou outros migrantes clássicos similares. A par dos crioulos, enquadra-se o grupo dos quadros qualificados, com espaços de vida divididos entre o mercado mais qualificado e o de construção civil e obras públicas. Este último grupo, apesar de algumas tentativas de ligação a nível académico e político num país de conflito, ainda não encontrou a melhor forma de fazer justificar os seus projectos no processo de desenvolvimento do país.

A tese defendida neste texto é a de que este desencontro não só se refere à consistente instabilidade política e governativa da Guiné-Bissau mas, também, se associa a determinantes socioculturais implícitos nas acções da diáspora guineense qualificada. As melhores experiências referem-se aos profissionais da área de saúde, tanto pela sua integração satisfatória no espaço de acolhimento, como pelo contributo motivado pelas associações de migrantes e ONG estrangeiras ligadas ao sector.

¹ Investigador Permanente do INEP – Bissau (Guiné-Bissau), Investigador Integrado do CEAUP – Porto (Portugal) e Membro Associado do SOCIUS – Lisboa (Portugal). Email: jooribeiro@yahoo.com.

Palavras-chave: migração, desenvolvimento, associações da diáspora, transnacionalismo, Guiné-Bissau.

1 - Introdução e enquadramento

O conceito de migração despertou grande interesse nos últimos anos, pela sua implicação e complexidade não só na mobilidade dos indivíduos mas, também, pelo seu contributo para o desenvolvimento e civilização humana. Isto demonstra a amplitude da dinâmica das migrações, enquanto movimentos de carácter social, económico e político. No quadro da mobilidade, integração e contributo para o desenvolvimento, essencialmente nos países de origem, as redes migratórias têm tido um papel importante neste desafio, bem como nas políticas migratórias. As redes migratórias representam agentes imprescindíveis na manobra e mobilidade dos agentes migrantes, na escolha de momentos e locais de migração, assim como na natural integração no novo espaço de vida.

No entanto, o contributo das redes migratórias guineenses no desenvolvimento do país de origem não se dissocia da experiência migratória e enquadramento diferenciado dos grupos migrantes nos países de destino. Isto, apesar de, em boa parte, os diferentes grupos migratórios guineenses partilharem o mesmo espaço de vida. A maior excepção cabe à categoria dos médicos e alguns profissionais da área da saúde, com enquadramento no mercado de trabalho proporcional ao grau académico.

A convivência de espaço de vida entre os quadros qualificados e os trabalhadores não qualificados tem muito a ver com a disponibilidade do mercado, com a rede e capital simbólico dos migrantes guineenses, bem como com o não regresso dos quadros devido a turbulências políticas do país de origem. Essa turbulência também não permite uma relação saudável entre os migrantes e a origem, mesmo no quadro de iniciativas das redes associativas e até mesmo de projectos de desenvolvimento local. Pela ausência de políticas de investimento em capital humano, apenas o grau de maturidade e de experiência migratória de cada grupo migrante permite testemunhar experiências positivas no processo de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.

São esses desafios e controvérsias de posições que pretendemos discutir neste texto. O nosso objectivo é o de testemunhar a importância das migrações no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, através de experiências, projectos e ligações à origem, através de redes (associações) migratórias.

2 – Migração guineense e retorno

A história da dinâmica dos fluxos migratórios guineenses testemunha mobilidades internas, regionais e internacionais, movidas por interesses económicos, guerras civis e oportunidades concedidas pelas redes e políticas migratórias. Assim, com o grupo étnico Manjaco, a dinâmica quineense conhece uma experiência migratória transfronteiriça para o Senegal e depois para França, durante o período colonial. A partir de meados dos anos setenta, surgiu o primeiro fluxo da Guiné-Bissau para Portugal, designadamente dos colonos expatriados e dos que estavam ligados à ex-potência colonial. A descolonização criou uma mobilidade unidireccional para Portugal, de natureza política, com possibilidade de integração favorável no mercado de trabalho. São os chamados primeiros Luso-guineenses (Machado, 2002).

A segunda vaga para Portugal, devido à crise da conjuntura económica, surge em meados de 1985 e prolonga-se até 1995. Este período testemunha a mobilidade dos primeiros migrantes clássicos em massa, estendendo-se a todos os grupos étnicos guineenses, mas representados na sua maioria pelos crioulos/cristãos. Essa dinâmica estava associada à necessidade de mão-de-obra em Portugal no sector da construção civil e obras públicas, incentivada pelo apoio do Quadro Comunitário (com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986), o que fez com que a maior parte dos migrantes se tenham direccionado para este sector. Devido à necessidade de sobrevivência e de projectos de escala temporária, a fim de regressarem ao país de origem, muitos quadros médios e superiores formados no Leste europeu (em países socialistas, como a antiga URSS e Cuba) tiveram que se enquadrar neste mercado secundário da construção civil e obras públicas (Có, 2003).

Uma última grande vaga é a dos refugiados, motivada pelo conflito político-militar que assolou o país durante dois anos (1998 a 1999). Por consequência, dinamizou a mobilidade para o exterior do país de todas as classes sociais, sendo os migrantes designados na altura de refugiados. É sobretudo neste período que podemos falar do fluxo de *brain drain* – representado pelos profissionais da área da saúde – da Guiné-Bissau para vários países europeus e africanos, mas com Portugal como referência. E, por outro lado, acentua-se o movimento dos quadros *overstayers*, que não regressam ao país de origem após as suas formações.

2.1 - Migração, integração e perspectivas de retorno

A ideia de que na migração está sempre inerente o conceito de retorno é manifestada voluntariamente quando os migrantes regressam aos locais de origem ou quando demonstram ligações aos países de origem, através de incentivos, remessas ou outras influências, sem que haja uma obrigatoriedade de presença física. Porém, a ideia de período de auto-sustentação na migração e consequente retorno nunca é rigorosamente predefinida, na medida em que, à medida que o espaço de vida se torna favorável no país de acolhimento em detrimento do país de origem, o migrante tende a ficar e a prolongar a ideia de regresso. À medida que o tempo vai passando, a mesma ideia vai sendo diluída pela integração e surgimento de outras novas gerações (Machado, 2002). Esta realidade é testemunhada pelo grupo dos crioulos na migração guineense (Có, 2003).

Vários contributos sobre as migrações e o mercado de trabalho sublinham que, em boa parte, a migração é relacionada com a demanda de emprego, sendo esta

última a variável independente. Por consequência, na nossa perspectiva, a integração dos migrantes tem que ser compreendida na relação entre o espaço de vida e o capital humano, bem como na satisfação que estes atribuem ao tipo de emprego que detêm no contexto social em que vivem. Caso contrário, a perspectiva de regresso e/ou de re-emigração ganha forma. Porém, esse equilíbrio não é automático. De facto, depois de uma aceitação de categorias migrantes, mesmo já em estado de reprodução social de gerações, as sociedades de acolhimento têm dispositivos limitados para uma integração desejada, sobretudo quando as economias simplesmente não suportam equilíbrios entre a oferta e a procura de trabalho, nos segmentos de mercado por excelência do migrante. É disso exemplo a actual crise económica na Europa e no mundo global.

Neste desafio, consideramos que a liberdade de movimento dos indivíduos deve associar-se sempre à perspectiva de regresso e/ou de ligação ao país de origem. Isto sucede, por um lado, devido a dificuldades de uma aceitação e integração plena, por parte do migrante, numa nova sociedade; e, por outro, devido aos riscos de disjunção com o país de origem. O equilíbrio comparativo entre as duas realidades, através de redes e mecanismos de ligação à origem, permite minimizar os riscos de certas acções de discriminação (in)voluntárias e aceitar a migração como uma oportunidade de desenvolvimento entre os dois países envolvidos. Por exemplo, em contextos de crise económica, onde a mão-de-obra migrante é incerta, certas medidas são pouco humanas. Em meados de 1997, a Tailândia expulsou cerca de 250 mil trabalhadores imigrantes; a Coreia do Sul autorizou com indulgência a partida de 50 mil trabalhadores ilegais; e a Malásia despediu cerca de 50 mil trabalhadores indonésios (Cruz, 1999).

No caso de Portugal, em particular, a categorização social sublinhada por Baganha et al. (2001), posicionando os imigrantes PALOP como os últimos no escalonamento social da sociedade portuguesa, reforça a ideia de difícil ou plena integração dos mesmos. Isso pode intensificar-se em momentos de crise, uma vez que os mercados são produtos de relações sociais e consequentemente instituições sociais. Porém, a nosso ver, as políticas migratórias e os modelos de integração adoptados pelos Estados envolvidos continuam a ser determinantes na consciencialização do migrante quanto à perspectiva de continuidade ou de temporalidade migratória (Có, 2003). Neste contexto, não houve um investimento assinalado do Estado quineense no sentido do retorno. As experiências conhecidas foram sobretudo locais, partindo de indivíduos e instituições étnicas com alguma tradição e experiência migratória, como veremos mais à frente.

2. 2 - Os grupos migrantes e a ligação ao país de origem na experiência quineense

A análise do retorno na migração guineense obriga-nos a uma classificação diferenciada de grupos migrantes, uma vez que estes apresentam heterogeneidade nas suas constituições e nas perspectivas de ligação ao país de origem. Ainda que não se possa falar num retorno físico em grande número dos migrantes guineenses, apesar de alguns projectos de vida nesse sentido, podemos considerar a seguinte nomenclatura de grupos migrantes: Migrantes Laborais, Refugiados e Quadros Qualificados. Estes são diferenciados quanto ao estatuto social, experiência e consciência migratórias, e também nos tipos e modos de incorporação. Para além disso, os dois últimos grupos (Refugiados e Quadros Qualificados) apenas conhecem experiências de retorno físico no quadro de programas animados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) — como veremos mais adiante.

Neste caso, o transnacionalismo guineense associa-se às ligações e projectos que cada indivíduo e/ou grupo migrante testemunha nos seus projectos em relação ao país e locais de origem. Apesar da difícil mensuração do fluxo (entrada e saída), é aceitável a ideia de que a migração guineense, no seu todo, já se encontra no seu auge em termos de crescimento e maturidade migratória. Contudo, as instabilidades quase que crónicas da Guiné-Bissau constituem obstáculos às pretensões dos migrantes, no processo de desenvolvimento do país e dos locais de origem.

Os migrantes laborais ou clássicos em análise apresentam subgrupos. De um lado estão os chamados crioulos – todos os migrantes que provieram da capital e centros urbanos na sociedade de origem – e similares; do outro lado, dois grupos étnicos, Manjacos e Fulas, que representam, na história da migração guineense, uma experiência singular em relação aos restantes grupos ou etnias migrantes, com experiências, tradições e culturas migratórias mais activas e longas na história do processo migratório guineense (Có, 2003).

A diferença destes dois subgrupos migrantes já provinha da origem de cada um, visto que os Fulas e os Manjacos são caracterizados pela existência de muita mobilidade espacial. Por outro lado, o capital social, relações sociais, redes sociais, normas, valores e convicções comuns que confirmam a qualidade e quantidade de interacções sociais entre indivíduos numa comunidade são muito evidenciados nestas duas comunidades. O grau elevado do capital social e a confiança recíproca permitem uma maior harmonização dos seus agentes entre si, maior cooperação e melhor desenho dos projectos em comum. A ligação destas categorias/subgrupos migratórios ao país de origem suscita também desequilíbrios regionais significativos nos lugares de origem. As regiões de Bafatá e Gabú, dos Muçulmanos (Fulas), e Cacheu e Canchungo, para os Manjacos, apresentam-se como grandes regiões com novas urbanizações e com vantagem nas infra-estruturas em relação a muitas regiões que lhes eram similares. Tal obriga, do ponto de vista do crescimento urbano, a um desenvolvimento considerável. As "dependências" das redes de transferência de capitais montadas estrategicamente nestas regiões, como as agências Western Union, são o exemplo dos fluxos financeiros que afectam e circulam nestas zonas do país.

Por sua vez, a realidade da migração dos chamados crioulos/cristãos é recente, às vezes não muito bem preparada, o que acaba por se reflectir na decisão de

integração e continuidade na sociedade de acolhimento. Na nossa definição estes constituem indivíduos com alguma propensão à assimilação, chegando-se a pôr de lado a ideia de regresso à origem. Uma vez que muitos dos que constituem este grupo tendem a perder as suas raízes tradicionais e étnicas, assimilam o estatuto de crioulos ou cristãos.

A grande análise que se pode considerar na comparação destes subgrupos é que apresentam indicadores de retorno e ligação aos locais de origem muito heterogéneos e diferenciados. Os chamados crioulos são muito mais de "contenção" quanto ao retorno, o que é motivado pela preocupação de se integrarem mais na sociedade de acolhimento. Os modos de incorporação e o espaço de vida/habitat na sociedade receptora são o exemplo desta diferenciação, aliados a um discurso de pessimismo acentuado quanto às crises e instabilidade política que se vivem no país de origem. Tal não acontece nas regiões dos Manjacos e Fulas, por exemplo. Esta realidade também não se pode dissociar da falta de experiência de migração e do "crioulismo", que é toda a capacidade e mentalidade de integração e assimilação às culturas de civilização mais ocidentais.

3 - Migração, cooperação e desenvolvimento

Muitos dos países menos desenvolvidos, como a Guiné-Bissau, vivem de recursos ou remessas dos migrantes, como salvaguarda de debilidades das suas economias e da deterioração e crises políticas. Nos últimos anos, as migrações têm sido importantes no desenvolvimento socioeconómico quineense, tanto a nível das remessas como das influências sobre as políticas locais. Segundo o PNUD (2006), o volume de remessas dos emigrantes guineenses variou de 10 milhões de dólares em 2001, para 28 milhões em 2005 (cerca de 8,2% do Produto Interno Bruto). Em comparação, a Guiné-Bissau terá recebido de Portugal, em 2005, como ajuda pública ao desenvolvimento, no quadro do apoio bilateral, 10.874 milhões de euros.

A consciência desta realidade nas várias experiências africanas está a fazer surgir estratégias e políticas que permitam o apoio ao desenvolvimento dos países africanos. São disso exemplo o fórum de Julho de 2001 da Organização da Unidade Africana (OUA) e a cimeira extraordinária da União Africana (UA), em Fevereiro de 2003, onde a diáspora foi aclamada como a sexta região do continente africano. Ainda podemos citar a Cimeira de Ouagadougou; a Cimeira de Banjul; e a Declaração Conjunta da África e União Europeia em Tripoli sobre as Migrações e Desenvolvimento (MIDA, 2007; África-EU, 2006).

Apesar do reconhecimento internacional, esta ainda é uma realidade não encarada de forma muito séria pelo Estado guineense em termos de legislação. E poderá pecar por ser tarde. Do ponto de vista das leis que poderiam estimular e incentivar o investimento dos migrantes, ainda se verifica a confusão entre o agente migrante e o agente estrangeiro/cooperante. Esta situação é evidente no Manual do Regime Geral das Isenções (capítulo IX, lei nº 2/95) e no Código de Investimento no País da Guiné-Bissau (Có, 2003). As isenções referentes aos materiais a desalfandegar pelos migrantes, devido à instabilidade governativa, não são rígidas na sua aplicabilidade, dependendo da "boa" disponibilidade dos sucessivos governos. Porém, em 1986, criou-se o Instituto de Apoio ao Emigrante (IAE), através do decreto-lei n.º 37/86 de 2 de Dezembro, bem como o estatuto geral do emigrante, através do decreto-lei n.º 38/86 de 4 de Dezembro. Mais recentemente, com a criação do cargo de Secretário de Estado das Comunidades, através do decreto presidencial n.º 39/2009, o governo demonstra dar maior atenção à diáspora guineense, pondo em prática os objectivos manifestados nas atribuições dadas ao IAE, através do decreto-lei n.38/86 de 4 de Dezembro.

Não obstante estas medidas, uma outra oportunidade de migração e desenvolvimento, onde os migrantes poderiam ser grandes intérpretes, é a cooperação descentralizada, cujo princípio foi introduzido na Quarta Convenção de Lomé, em 1989, complementado no Regulamento (CEE) nº 443/92 do Conselho (Có, 2003).

3.1 - As associações como redes locais e transnacionais de desenvolvimento

As Associações das Comunidades Migrantes guineenses, essencialmente as de Portugal e França, começaram a constituir-se na segunda fase do crescimento migratório quineense na diáspora global, na década de noventa, e consolidaram-se na década seguinte. Num estado evoluído de volume e aceitação, regista-se uma necessidade de auto-sustentação e de preocupações com o desenvolvimento dos locais e do país de origem. É a consciência da diáspora e do transnacionalismo. As remessas familiares, que promovem o desenvolvimento das famílias e da comunidade, associam-se a projectos de indivíduos organizados colectivamente (comunitariamente) para resolver os problemas que afectam os seus locais de origem. Esse facto não se dissocia da cultura e experiências migrantes dos diferentes grupos guineenses, boa parte identificada etnicamente. Por exemplo, em Portugal, das 35 associações reconhecidas pela Confederação de Associações Guineenses em Portugal, em 2002, 63% apresentavam um carácter étnico, dentro dos quais 91% eram identificadas como de Manjacos e Muçulmanos (Có, 2004). Isto evidencia a influência destes dois grupos na formação do transnacionalismo comunitário quineense.

Segundo o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural português (ACIDI), entre as principais associações que podem comprovar a existência de uma relação laboral a fim de se obter uma autorização de residência para exercício de actividade profissional – segundo a Lei da imigração n.º23/2007, de 4 de Julho –, encontram-se três associações guineenses: a Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), a Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal (ANPRP) e a Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque (AUPIB). De sublinhar que, tirando a reconhecida capacidade de intervenção da AGUINENSO,

uma das mais importantes associações de imigrantes em Portugal, as duas últimas possuem uma natureza étnica/comunitária, destacando-se pelas suas capacidades de organização, intervenção, integração dos seus pares migrantes e ligação ao país (local) de origem (Guiné-Bissau).

A lógica de intervenção transnacional destas associações (tanto de Portugal como de França) destina-se, na sua maior parte, às áreas sociais (educação e saúde), estando a emergir também a área agrícola na estratégia de desenvolvimento local. Devido a limitações no quadro profissional dos seus membros, chegam a mobilizar profissionais estrangeiros dos países de acolhimento para colaborarem nos seus espaços de origem. São disso exemplo a Associação de Amizade Matosinhos-Portugal / Mansoa-Guiné-Bissau, com estratégias de intervenção ao nível da saúde e da educação, e a Associação Moura-Bissau. Esta última (Associação Moura-Bissau) colaborou na instalação de uma biblioteca em Bissau e no envio de ajuda medicamentosa para o hospital Simão Mendes (o hospital principal de Bissau), para o Centro Hospitalar de Mansoa e para a Missão Católica em Bissau; organizou cursos de formação em Administração Pública Directa e Administração Autárquica, com o apoio de formadores portugueses que se deslocaram à Guiné-Bissau; e incentivou estágios de alguns profissionais quineenses em Portugal. Estas são experiências felizes que estão a crescer, sendo cada vez mais habitual ver grupos de estrangeiros de diferentes cantos do mundo a intervir sazonalmente na Guiné-Bissau, em colaboração com os nacionais, em projectos de ajuda em medicamentos, intervenções cirúrgicas, materiais escolares e desportivos, construção de estabelecimentos de ensino básicos, construção de diques para o desenvolvimento da agricultura, orientações para formação em gestão e desenvolvimento do comércio, etc.

A capacidade de intervenção e o reconhecimento das Associações das Comunidades Migrantes, apesar da crise mundial, é evidente no país de origem. Hoje em dia, muitas Associações criam e intermedeiam parcerias entre os governos do país de origem e de acolhimento, através de projectos transnacionais com grandes implicações nos espaços de origem. O exemplo mais recente e marcante é o surgimento do grupo GRDR (Groupe de Recherche et de Réalisations pour le Développement Rural), em matéria de migração, cidadania e investigação. O GRDR está na Guiné-Bissau desde 2009, através da confederação de associações de emigrantes guineenses de etnia manjaca em França. É um grupo que surgiu através de engenheiros senegaleses e malianos em França, em finais dos anos sessenta, com dinâmicas de projectos e sinergias transnacionais em diferentes áreas. Na Guiné-Bissau, o GRDR acompanha a realização de projectos com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações locais, através da colaboração entre as populações e os emigrantes oriundos das regiões. Neste momento, em Cacheu², o GRDR está a implementar o Programa

Cacheu é uma das oito regiões administrativas da Guiné-Bissau, composta por uma população de 185 053 habitantes (RGPH, 2009), na sua maioria do grupo étnico Manjaco. É uma zona fronteiriça com elevado potencial para o desenvolvimento económico, com alta taxa de emigração e uma implicação muito importante dos emigrantes no processo de desenvolvimento local.

de Apoio às Iniciativas de Desenvolvimento Local (PAIDEL), com financiamento da União Europeia, Associações de Emigrantes e fundos próprios, através do levantamento de mapas temáticos de diferentes áreas (saúde, agricultura, educação). Este programa será depois apresentado à Confederação de Emigrantes em França, Espanha e Portugal, a fim de participarem na decisão final de escolha de prioridades para o desenvolvimento dos seus locais de origem. Estes exemplos e experiências, ainda em fase embrionária, testemunham mais do que o contributo transnacional no desenvolvimento da Guiné-Bissau, mas sim, em particular, a experiência e o estado de amadurecimento da emigração guineense através do grupo étnico Manjaco.

3.2 – Quadros superiores, capital humano e projectos de ligação a Guiné-Bissau

De forma geral, a África tem visto muitos dos seus melhores quadros superiores (altamente qualificados) deixarem o continente. Isso também ocorre devido às políticas de imigração dos países desenvolvidos, que atraem os respectivos quadros, sobretudo nas áreas de engenharia e profissionais de saúde (Lowell, 2002). É certo que têm surgido estratégias de inversão desta tendência, assim como projectos que têm permitido uma melhor colaboração da diáspora africana no desenvolvimento do próprio continente. Num simpósio em Turim (Itália), em Junho de 2006, a Comissão Económica para África (ECA) reportou que, embora África tenha sofrido uma perda considerável dos seus quadros altamente qualificados para os países mais desenvolvidos, algumas evidências têm comprovado os efeitos positivos do retorno, sobretudo nos aspectos sociais e económicos do desenvolvimento africano (África-EU, 2006). Basta olharmos para a variação das remessas da diáspora migrante da África em geral (apesar de esta não se resumir à diáspora africana qualificada). Em 1995, aquela era de 58 mil milhões de dólares americanos, e em 2004 foi de 160 mil milhões de dólares, muito acima do Official Development Assistance (ODA), que variou no mesmo período homólogo de 59 mil milhões para 79 mil milhões (World Bank, 2006).

Apesar do volume de quadros altamente qualificados de alguns países africanos, a taxa de integração profissional – que testemunha a relação positiva, entre a formação e enquadramento socioprofissional – de alguns países, incluindo os PA-LOP, é muita baixa, caso de São Tomé (18%), Moçambique (18%), Angola (17%), Cabo Verde (15%), Guiné-Bissau (14%), Argélia (14%), Marrocos (13%), Camarões (13%), Mali (11%) (Marfouk e Abdeslam, 2007). Por consequência, a promoção de políticas coerentes para as migrações e desenvolvimento tem estado, cada vez mais, na agenda dos debates e acordos entre países do Norte (desenvolvidos) e Sul (em desenvolvimento). É disso exemplo a conferência de Rabat (Marrocos), em Julho de 2006, e de Tripoli, em Novembro do mesmo ano, onde o MIDA (Migrações para o Desenvolvimento Africano) é, cada vez mais, pensado e estruturado como um instrumento de coerência para as migrações e desenvolvimento, permitindo acordos de parcerias entre os países envolvidos (África-EU, 2006; cf. supra).

Na agenda das mobilidades internacionais e das diásporas migratórias, os dados estatísticos sobre a Guiné-Bissau são difíceis de encontrar. Os números disponíveis testemunham que a taxa de emigração dos quadros altamente qualificados quineenses é de 24,4% (Marfouk e Abdeslam, 2007).

A categoria dos quadros quineenses qualificados também apresenta subgrupos, movidos pela maior ou menor discriminação no mercado de emprego. Muito embora esta discriminação seja às vezes oculta, contribui muito para as decisões e perspectivas de vida. Por um lado, temos a categoria dos médicos e alguns enfermeiros, normalmente mais bem enquadrados profissionalmente em relação às outras categorias profissionais. Por consequência, são os que apresentam menor propensão ao retorno e/ou à ideia de regresso em curto prazo. Isto apesar de a encararem para o futuro. Por outro lado, existe uma categoria que enquadra vários grupos de profissionais das áreas das ciências sociais e humanas, incluindo gestão, economia, direito, etc.. Estes apresentam geralmente um enquadramento profissional pouco adequado, associado à submissão a certos empregos não qualificados, o que reforça também o impasse perante a perspectiva de retorno. Este pode ser motivado quando existem incentivos de cooperação técnica. É o caso de projectos como o RQAN (Retorno de Quadros Qualificados Africanos), que fez regressar 57 dos quadros quineenses, e possivelmente o MIDA (Migração e Desenvolvimento Africano), como novo projecto para retorno dos migrantes. Para além disso, o país de origem até à data pouco tem feito para incentivar e enquadrar os quadros qualificados, o que se reflecte na situação em que se encontra o país (desprovido de quadros) (Có, 2003).

O TOKTEN (Programa de Transferência de Conhecimentos dos Expatriados) é um outro programa com o mesmo objectivo global do RQAN, o de reforçar a capacidade institucional do governo da Guiné-Bissau nos sectores prioritários do desenvolvimento, como a administração pública, saúde, educação, agricultura e sector privado, proporcionando facilidade e integração profissional e social dos quadros. Porém, o programa não foi ainda implementado. Actualmente há determinação do governo de retomar um projecto igual, estando uma equipa de investigação do CeSA (ISEG/ Universidade Técnica de Lisboa) a realizar um estudo sobre os quadros quineenses na diáspora (França e Portugal), que possam servir de contributo ao processo de desenvolvimento económico do país.

De facto, há exemplos elucidativos de experiências de ajuda ou contributo ao desenvolvimento da diáspora guineense em geral, como é o caso de várias actividades e iniciativas de dirigentes associativos e de associações de imigrantes laborais não qualificados para com o desenvolvimento das comunidades locais de origem, mesmo sem peso significativo (Có, 2004). Porém, em termos de redes de representação da diáspora guineense qualificada, e dos próprios profissionais da área da saúde, apenas existem algumas iniciativas de debates e contribuições socioculturais e políticas de associações de estudantes e quadros superiores (Bolanha e Guineáspora). Esta preocupação demonstra a fragilidade das redes migratórias da diáspora qualificada guineense, ao contrário de algumas redes dos imigrantes clássicos, que têm tido contributos assinaláveis nos espaços de origem sem intervenção/apoio do Estado.

A experiência da migração guineense qualificada testemunha elementos importantes na reflexão das teorias migratórias. Na realidade migratória, o capital humano é importante na ligação ao mercado de trabalho, considerado como o conjunto de todas as oportunidades de formação adquiridas. Na compreensão da realidade migratória guineense é um pouco exagerado fazer essa correlação positiva. São disso exemplo claro os migrantes com formação superior mas que não conseguem empregos compatíveis com os seus níveis académicos, pelo que muitos deles optam (in) voluntariamente pelo segmento secundário do mercado de trabalho. Isso reforça a tese, por um lado, de os determinantes socioculturais serem importantes na própria performance do capital humano e consequente integração em qualquer mercado de emprego; e, por outro, a experiência e cultura migratórias serem importantes na integração e construção de processo de transnacionalismo na experiência migratória guineense.

4 - Considerações finais

Na agenda internacional, a tipologia da diáspora guineense testemunha três grupos migrantes que, em boa parte, partilham o mesmo espaço de vida nos países de acolhimento, mas que apresentam uma experiência de transnacionalismo diferenciada. Em primeiro lugar, encontramos o grupo de experiência migratória representado pelos Manjacos e Fulas. Em segundo, o grupo de migrantes clássicos guineenses, com dinâmica a partir de meados da década de oitenta. Em terceiro, o grupo de qualificados, constituído por quadros *overstayers*, resultantes do fluxo estudantil associado aos acordos de formação assegurados pela convenção de Lomé III (renovada em 2000), entre a União Europeia e Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), e por alguns profissionais da área da saúde, que emigraram de forma significativa após o conflito político-militar de 1998/99. De forma geral, a história da mobilidade dos guineenses para a Europa, incluindo Portugal, também se associa, por um lado, às consequências das crises socioeconómicas, movidas por falhanços de iniciativas e programas de relançamento económico durante os anos oitenta na Guiné-Bissau, e, por outro, à instabilidade político-militar que o país vive desde a sua independência.

O crescimento do volume da diáspora guineense qualificada tem sido acompanhado pelo surgimento de redes de enquadramento e protecção dos migrantes, com natural propensão de ligação ao país de origem. São disso exemplo as inúmeras associações de migrantes clássicos e de quadros qualificados. No entanto, são redes que têm conhecido experiências diferenciadas de agenda transnacional, sendo que as que representam migrantes clássicos (essencialmente Manjacos e Fulas) são mais transnacionais do que as de crioulos e quadros qualificados. De facto, com propósitos assentes em políticas

de inversão da fuga de quadros e desenvolvimento de estratégias que permitam a utilização do know how dos quineenses na diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, as principais redes de representação da diáspora guineense qualificada têm realizado esforços, através de debates, conferências e seminários sobre temas ligados ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, especialmente na área da saúde.

Porém, determinantes socioculturais e o peso negativo do capital social e simbólico, traduzido na falta de capacidade do país de origem em se mobilizar e envolver em acordos internacionais de reciprocidade para o benefício dos seus migrantes, bem como a falta de cultura e experiência organizativa das redes da diáspora guineense qualificada, continuam a constituir obstáculos intervenientes no processo (quineense) de migrações e desenvolvimento. Estas dificuldades, associadas à ausência do Estado, não afectam as redes de associações de migrantes clássicas que, pela experiência e cultura migratórias, estão bastante ligadas aos seus locais de origem, através de projectos ligados à saúde, educação e agricultura.

Referências bibliográficas

- Africa-EU (2006), "Joint AFRICA-EU Declaration on Migration and Development", TRI-POLI, SIRTE, 22-23 November – Final Version.
- Baganha, Maria et al. (2001), Imigração e Política: O Caso Português, Fundação Luso -Americana para o Desenvolvimento, Edição CES.
- Böhning, W. R. (1996), "Employing Foreign Workers", A Manual on Policies and Procedures of Special Interest to Middle and Low-income Countries, Geneva, International Labour Office.
- Castles, Stephen et al (1998), The age of Migration: International Population Movements in the Modern Word, 2° Edition, McMillan, Press Lda.
- Castles, Stephen (2000), « Les Migrations Internationales au Début du XXIe Siècle: Tendances et Problèmes Mondiaux »; In Revue Internationale de Sciences Sociales pp. 313-329, RISS 165/Septembre UNESCO.
- Có, João R. Butiam (2003), Migração Guineense e Retorno: um Mito ou uma Realidade Desencorajada?, Tese mestrado – ISEG/UTL.
 - (2004), "Migrações e Desenvolvimento: As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense", SOCIUS Working Papers n.º 12/04 – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – ISEG/UTL Lisboa.
- Cohen, Robin (ed.) (1996) The Sociology of Migration The International Library of Studies on Migration – Series Editor, University of Warwick, UK.
- Cruz, António (1999), "Os Eternos Culpados" In Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio, ano 27, n.º 1, pp. 26-28, Rio de Janeiro.

- Faist, Thomas (2000), The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces, New York, Clarendon Press, Oxford University Press.
- Jackson, John (1991), Migrações, Lisboa, Edições Escher.
- Kastoryano, Riva (2000), « Immigration, Communautés Transnationales et Citoyenneté » In Revue Internationale de Sciences Sociales pp.: 353-359, RISS 165/Septembre UNESCO.
- Lowell, B. (2002) Policy Responses to the International Mobility of Skilled Labour- International Migration Paper, n. ° 45, Geneva, International Labour Office.
- Machado, Fernando Luís, (2002), Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Oeiras, Celta Editora.
- Marfouk e Abdeslam (2007), "The African Brain-Drain: scope and determinants", Working paper, n. °8, Research Series, Dulbea, L'Université Libre de Bruxelles.
- MIDA (2007), Migration for Development in Africa Mobilizing the African Diasporas for the Development of Africa, Geneva, International Organization for Migration (IOM).
- OIM (Organisation Internationale pour les Migrations) (2001), Migrations pour le Développement en Afrique (MIDA), Programme de Renforcement des Capacités dans les Pays Africains, Switzerland, 17 route des Morillons, Geneva 19.
- Papademetriou, Demetrios (1999), "Ilusões e Realidade" Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio, ano 27, n.º1, pp.: 18-23, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.
- PNUD (2006), Rapport National sur le Développement Humain en Guinée-Bissau, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), República da Guiné-Bissau, Bissau.
- Portes, Alejandro (1999), Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação, Oeiras, Celta Editora.
- Salt, John et al (2000), « Les Migrations Internationales dans la Région de CEE-ONU: Caractéristiques, Tendances et Politiques », Revue Internationale de Sciences Sociales 165/Septembre, UNESCO, pp. 361-377.
- Simon, Gildas (1999), "Acolher ou Rejeitar" Imigrantes: Mito das Fronteiras, Revista UNESCO Correio, ano 27, n.º 1, pp.: 23-26, Janeiro de 1999 Rio de Janeiro.
- Tapinos, George (2000), « Mondialisation, Intégration Régionale, Migrations Internationales », In Revue Internationale de Sciences Sociales pp.: 343-353, RISS 165/ Septembre, UNESCO.
- Todd, Emmanuel, (1994), Le Destin des Immigrés Assimilation et Ségrégations dans les Démocraties Occidentales, Paris, Edition Seuil.
- World Bank (2006), "Capital flows to Africa and their impact on growth", in Economic Report on Africa.



Mobilidade e migrações na Guiné-Bissau: dinâmicas históricas e determinantes estruturais ¹

Alexandre Abreu²

Resumo

A mobilidade humana desempenha um papel central ao longo da história da Guiné--Bissau. Das expansões mandinga e fula do último milénio à migração para França ao longo do último século; da transumância, ainda hoje praticada na parte leste do território à migração rural-urbana das últimas décadas; e da consolidação de um sistema migratório pós-colonial com destino a Portugal à recente diversificação dos contextos de acolhimento da diáspora, a mobilidade humana no interior da Guiné-Bissau e para o seu exterior tem moldado e sido moldada pela trajetória política, económica e social, tanto deste território como dos espaços em que se insere e com que interage. Este artigo apresenta uma panorâmica destes padrões de mobilidade ao longo da história, com ênfase nas últimas décadas, e procura relacioná-los quer com os principais fatores estruturais que os determinaram, quer com o padrão de dispersão geográfica a que deram origem. Conclui-se que a mobilidade das populações deste território tem origens históricas muito antigas, é extremamente diversa e só pode ser adequadamente compreendida à luz de uma perspetiva histórica e estrutural. Procura-se assim contribuir para um melhor conhecimento das causas e diversidade dos padrões de mobilidade no caso da Guiné-Bissau, mas também para um entendimento mais sofisticado e realista dos determinantes da mobilidade humana em geral.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, migrações, mobilidade, história, diáspora

1. Introdução

A perceção generalizada dos padrões de mobilidade característicos dos países da África Subsariana inclui habitualmente três componentes: o mito da imobilidade

Este artigo baseia-se parcialmente em informação recolhida no âmbito de um projecto de doutoramento na School of Oriental and African Studies (Universidade de Londres) que beneficiou de apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (bolsa de doutoramento SFRH/BD/37628/2007).

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL). Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. E-mail: alexjabreu@gmail.com.

pré-moderna, ou seja, a ideia segundo a qual as comunidades "tradicionais" – préindustriais e pré-capitalistas – eram e/ou são essencialmente estáticas em termos socioespaciais; a migração rural-urbana no contexto da urbanização induzida pela modernização; e a migração intercontinental em massa no período pós-colonial, decorrente dos enormes diferenciais de rendimento face a um Norte global rico e industrializado. Trata-se de uma perceção que é consistente, nas suas componentes tanto interna como internacional, com uma conceção dos movimentos migratórios enquanto mecanismo mais ou menos automático de ajustamento em face de diferenças de rendimento – na linha dos modelos neoclássicos das migrações de que o modelo de Harris-Todaro constitui o exemplo mais conhecido e influente.³ Esta perceção, que tende a aplicar-se à generalidade dos países em desenvolvimento (não constituindo o caso da Guiné-Bissau uma exceção), não só se encontra extremamente disseminada ao nível do senso comum e da opinião pública desse mesmo Norte global, como é também performativa, na medida em que afeta as representações da população migrante e a formulação de políticas em domínios como a regulação dos fluxos ou a cooperação para o desenvolvimento.

Na realidade, porém, a mobilidade humana, tanto na África Subsariana em geral como no caso particular da Guiné-Bissau, é muito mais diversa e complexa do que é assumido e sugerido pela imagem simplista atrás descrita – e este artigo recorre a este exemplo particular de modo a contribuir para desmontar essa mesma imagem. Como veremos, a população da Guiné-Bissau possui uma história de mobilidade muito antiga e diversa, associada a um vasto conjunto de determinantes ambientais, económicos, sociais e políticos, à qual se sobrepuseram posteriormente novas dinâmicas decorrentes das oportunidades e constrangimentos decorrentes da trajetória colonial e pós-colonial deste território. Em virtude disso mesmo, a Guiné-Bissau, tal como a generalidade dos países da África Subsariana, caracteriza-se por uma sobreposição e articulação complexas de dinâmicas de mobilidade que ultrapassam em muito a imagem simplista veiculada no início desta introdução.

Este artigo visa, assim, contribuir para um melhor conhecimento destas dinâmicas de mobilidade, dos determinantes estruturais que lhe estiveram e estão associados, e das suas consequências ao nível dos padrões de dispersão interna e internacional da população deste território. Para esse efeito, apresenta uma panorâmica histórica das principais dinâmicas de mobilidade interna no interior deste território e de migração internacional com origem nele (parte 2), seguida de uma breve caracterização qualitativa e quantitativa da diáspora guineense na atualidade (parte 3). Nas conclusões (parte 4), salienta-se o caráter estrutural dos determinantes das dinâmicas de mobilidade analisadas e argumenta-se, em termos mais gerais, em favor de uma abordagem ao estudo das migrações que tenha em conta a diversidade da mobilidade humana e que privilegie o método histórico e os fatores de caráter estrutural.

O modelo de Harris-Todaro postula que a intensidade dos movimentos migratórios entre duas regiões é uma função da diferença entre os níveis de rendimento nessas duas regiões ponderados pelas respetivas taxas de desemprego: Harris, John and Todaro, Michael, «Migration, unemployment and development: a two-setor analysis», The American Economic Review, 60(1), 1970, 126-142.

2. Guiné-Bissau: uma história de mobilidade

As migrações – e a mobilidade humana em geral – constituem um aspeto perene e central da história da Guiné-Bissau. Se isso é especialmente evidente no caso dos períodos colonial e pós-colonial, não é menos verdade no que se refere ao seu passado pré--colonial: com efeito, a diversidade e importância dos movimentos populacionais ocorridos ao longo de toda a história deste território constituem uma eloquente refutação do mito da imobilidade das sociedades pré-modernas, tal como enunciado na introdução deste artigo.

As primeiras fontes históricas relativas à sub-região da África Ocidental remontam ao século XI da nossa era e consistem em registos de cronistas e historiadores árabes.⁴ Por esse motivo, possuímos um conhecimento bastante mais sistemático relativamente aos eventos e dinâmicas posteriores a esta época do que em relação àqueles que lhe são anteriores – nomeadamente no que se refere aos milénios em que decorreu o povoamento do atual território quineense por parte dos grupos populacionais cuja posterior reorganização deu origem ao mosaico de grupos étnicos animistas presentes na Guiné-Bissau atual e, principalmente, nas suas regiões costeiras e insulares. Ainda assim, os vestígios arqueológicos revelam que a sub-região da África Ocidental foi originalmente povoada há milénios, tendo posteriormente passado por processos extremamente profundos de transformação social, que incluíram a domesticação endógena de espécies agrícolas locais e um afluxo migratório de grandes dimensões e importância por parte de grupos pastoralistas oriundos das regiões do Sara e Sahel por volta de 4.000-3.000 a.C., em consequência da conclusão do processo de desertificação do Sara por volta desta altura.⁵

Sabe-se, assim, que o território da Guiné-Bissau atual era já habitado há muito tempo, tendo já passado por diversas e profundas recomposições societais e populacionais, quando teve lugar, já no período estritamente histórico, a primeira das expansões querreiras dos dois grandes grupos etnolinguísticos que constituem atualmente a larga maioria da população islamizada deste país. A primeira destas expansões foi a do grupo étnico mandinga (também conhecido como malinke), cuja presença no território da atual Guiné-Bissau remonta ao século XIII;6 a segunda, vários séculos mais tarde, teve lugar no contexto da jihad levada a cabo a partir do século XVIII pelos fulas (também designados por peul ou fulani), oriundos da região de Futa Djallon (na atual Guiné-Conacri), a qual envolveu a subjugação, e nalguns casos conversão, de diversos grupos pré-existentes (incluindo os próprios mandingas desta região, cujo Reino de Kaabu, vassalo do império mandinga do Mali, foi derrotado na batalha de Kansala em 1868 e subsequentemente convertido ao Islão).⁷ A coexistência híbrida e sincrética de elementos animistas e muçulmanos que caracteriza a matriz cultural guineense na atualidade é, por isso, ela própria um produto

Davidson, Basil, A History of West Africa: 1000-1800, London, Longman, 1978.

⁵ McIntosh, Susan and McIntosh, Roderick, «New perspectives on the later prehistory of West Africa», Journal of World Prehistory, 1(2), 1988, 89-133.

⁶ Pélissier, René, *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia*, Lisboa, Estampa, 1989.

Pélissier (ibid).

de movimentos populacionais de grande importância histórica, no contexto dos quais grupos animistas pré-existentes, caracterizados por formas de organização sociopolítica relativamente mais elementares e fragmentadas, foram empurrados em direção à costa atlântica, subjugados e/ou aculturados por dois grandes estados do interior do continente dotados de superiores capacidade militar e organização sociopolítica – um dos quais (os fulas) foi o principal responsável pela expansão do Islão na África Ocidental.

Paralelamente a estas dinâmicas intracontinentais de expansão, recomposição e aculturação, a redescoberta do território da Guiné-Bissau atual por parte dos navegadores portugueses e a subsequente fundação de entrepostos comerciais a partir do século XVI8 estiveram também na origem de movimentos e recomposições populacionais significativos – designadamente, através da frequente relocalização de parte da população local para as áreas em redor das feitorias e entrepostos portugueses, a fim de realizar trocas comerciais e tirar partido das oportunidades económicas aí existentes.9 O caso de Geba, localidade onde os navegadores e mercadores portugueses fundaram uma feitoria no século XVII, é especialmente interessante, na medida em que os processos de miscigenação e de conversão ao Cristianismo de parte da população local estiveram na origem da emergência de um grupo sociocultural distinto – os cristãos de Geba – que persiste até aos nossos dias como referente hetero e autoidentitário a um nível análogo, por exemplo, aos fulas, mandingas, manjacos ou balantas. Assinale-se, entretanto, que a aculturação foi um processo de duplo sentido, tal como ilustrado pelo exemplo dos lançados - mercadores e aventureiros portugueses que penetraram no interior do território guineense e adotaram práticas linguísticas e culturais locais. Com efeito, foram precisamente estes processos de hibridização e aculturação mútua que estiveram na origem da emergência e desenvolvimento da língua e cultura crioulas ao longo dos séculos subsequentes. 10

O período de colonização efetiva do território iniciou-se em finais do século XIX (no contexto da chamada "partilha de África") e envolveu uma série de campanhas de "pacificação" levadas a cabo pelo exército colonial português contra os grupos locais que resistiam à sua dominação. 11 Estas guerras constituíram uma importante causa de movimentos populacionais significativos, como também o foram a subsequente introdução de impostos coloniais, os trabalhos forçados (principalmente no contexto da construção de infraestruturas) e a imposição de culturas agrícolas obrigatórias por parte da administração colonial.¹² Por exemplo, a grande migração balanta a partir do seu território "original" na região de Oio em direção ao sul do território guineense, na primeira metade do século XX, terá sido essencialmente motivada pela escassez de arroz no norte do território, por sua vez provocada pelas alterações na organização social da produção agrícola decorrentes da imposição do cultivo do amendoim por parte da administração colonial.¹³

A redescoberta do território quineense é habitualmente atribuída a Nuno Tristão, por volta de 1446, tendo a primeira feitoria portuguesa em território quineense, Cacheu, sido fundada em 1588 (Pélissier, ibid).

Nafafé, José, Colonial Encounters: Issues of Culture, Hybridity and Creolisation, Frankfurt, Peter Lang, 2007.

¹⁰ Nafafé (ibid).

¹¹ Pélissier (ibid).

¹² Carreira, António e Meireles, Artur, «Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné Portuguesa», Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, XIV(53), 1959, 7-19.

Van der Ploeg, Jan, «Autarky and technical change in rice production in Guinea-Bissau: on the importan-

Por outro lado, a existência de dinâmicas significativas de mobilidade neste território, tanto na era moderna como muito antes dela, esteve sempre associada a um conjunto alargado de fatores que não se limitavam às oportunidades e constrangimentos introduzidos por exércitos invasores e outras causas externas. Pelo contrário, fatores internos, tais como a pressão demográfica sobre a terra, a deterioração dos solos ou os resultados de disputas no âmbito de estruturas políticas tradicionais estiveram, também, de forma consistente e desde tempos remotos, na origem de movimentos populacionais significativos. ¹⁴ Para muitas comunidades costeiras e insulares, a mobilidade no contexto do ciclo agrícola é uma prática secular que permaneceu até aos nossos dias, envolvendo a deslocação de umas áreas para as outras a fim de cultivar diferentes colheitas em diferentes alturas do ano. Fora do contexto estritamente agrícola, os manjacos, papeis e mancanhas têm uma longa tradição de migração temporária para sul, leste e em direção a Bissau em busca de emprego durante a estação seca, naquela que é a época de menor actividade no que concerne à produção de arroz. 15 Adicionalmente, muitas comunidades pastoralistas do Leste do território quineense permaneceram seminómadas até meados do século XX – continuando ainda hoje a praticar a transumância, ainda que de forma residual. O que todos estes exemplos mostram é que, embora o período de colonização efetiva, com a conflitualidade, repressão e imposição de mudanças ao nível da organização socioeconómica que lhe estiveram associadas, tenha estado na origem de dinâmicas e padrões específicos de mobilidade, estes vieram apenas sobrepôr-se (acentuando ou modificando) a uma longa tradição de mobilidade temporária ou permanente por uma variedade de motivos, partilhada pela generalidade dos grupos populacionais presentes neste território.

A emergência da primeira corrente migratória significativa da era contemporânea em direção ao exterior do território da atual Guiné-Bissau teve lugar em meados do século XIX¹⁶ e correspondeu à migração, principalmente por parte de indivíduos pertencentes aos grupos étnicos mancanha e manjaco, em direção ao sul do Senegal, em busca de emprego nas plantações de amendoim, com vista à colheita de borracha e, mais tarde, em atividades não-agrícolas como o trabalho doméstico.¹⁷ Estes movimentos populacionais foram inicialmente induzidos pelo aumento da pressão demográfica sobre a terra na região Norte e pela proximidade ao Senegal, tendo posteriormente sido reforçados pela "pacificação" e repressão coloniais – e pela crescente consciencialização de que as estra-

ce of commoditization and de-commoditization as interrelated processes». In Haswell, M. and Hunt, D. (eds.) *Rural Households in Emerging Societies*, Oxford, Berg Publishers, 1990, 93-113. Temudo, Marina «From the margins of the State to the presidential palace: the Balanta case in Guinea-Bissau», *African Studies Review*, 52(2), 2009, 47-67.

Carreira e Meireles (ibid); Jao, Mamadu, «Origem étnica e migração entre os mancanha da Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série(6), 2003, 107-120.

¹⁵ Cardoso, Leonardo, «Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série (3), 2002, 29-50.

Excluindo aqui a mobilidade transfronteiriça de âmbito relativamente local (por exemplo, no contexto de cerimónias de iniciação) por parte de grupos etnolinguísticos cujos territórios habituais extravasam as fronteiras Norte e Sul, como os felupes (também designados por diolla) no Norte, ou os nalu e os sosso no Sul.

Gable, Eric, «The Culture Development Club: youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau», Anthropological Quarterly, 73(4), 2000,195-203; Jao (ibid).

tégias migratórias constituíam uma via possível para a emancipação individual em contextos sociais considerados opressivos devido a práticas como os casamentos forcados. 18

Num segundo momento, e parcialmente em consequência da sua experiência de navegação enquanto grupo populacional costeiro, os manjacos viriam então a consolidar e diversificar esta corrente migratória ao procurarem emprego, de forma crescente, na marinha mercante colonial francesa. Isso acabaria por conduzir à instalação em França dos primeiros pioneiros intercontinentais manjacos em inícios do século XX¹⁹ e à subsequente consolidação de um sistema migratório ligando o norte da Guiné-Bissau, o Senegal (incluindo a Gâmbia, que se encontra inteiramente incrustada em território senegalês) e a França.²⁰ Precisamente em consequência das origens deste processo, a numerosa comunidade de origem manjaca atualmente residente em França encontra-se ainda fortemente concentrada nas principais cidades portuárias ou na sua vizinhanca – particularmente em Marselha e ao longo do vale do Sena, entre Le Havre e Paris²¹ –, pese embora o facto de, naturalmente, a maior parte destes migrantes e dos seus descendentes ter posteriormente ocupado segmentos socioprofissionais distintos, com especial destaque para o setor da construção automóvel no contexto das décadas "douradas" de crescimento económico e expansão industrial após a 2ª Guerra Mundial.²²

A fase final do período colonial esteve também associada a movimentos populacionais significativos, internos e externos, principalmente em consequência da guerra de independência que teve lugar entre 1963 e 1974. À medida que o conflito se intensificou, verificouse um crescente afluxo populacional em direção à capital com vista a escapar aos efeitos diretos da guerra, o qual despoletou um processo de urbanização que, por razões distintas, haveria de persistir e acelerar no período após a independência. Também durante a guerra e um pouco por todo o território, numerosas comunidades rurais foram voluntária ou coercivamente agrupadas e/ou deslocadas, tanto pela administração colonial como pelo exército de libertação (PAIGC), a fim de subtrair as respetivas populações ao controlo inimigo. Por outro lado, verificou-se também uma intensificação dos fluxos com destino ao exterior do território, com o objetivo de escapar tanto ao conflito propriamente dito, como à intensificação da repressão política por parte da administração colonial.²³ Na sua maioria, estes fluxos tiveram como destino o Senegal, reforçando ainda mais o contingente guineense presente nesse país, mas dirigiram-se também, em menor grau, para a República da Guiné (Conacri), onde se situava o quartel-general do PAIGC durante a guerra de independência.

Jao (ibid).

Curiosamente, a expressão que designa na língua manjaca estes primeiros migrantes que rumaram a França reflecte precisamente o processo que esteve na origem desta corrente migratória: "napat ubabu", ou "aqueles que remam (napat) para a terra dos brancos (nababu)".

²⁰ Carreiro, Maria, Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono: A Diáspora Guineense em Portugal, Lisboa, Fundação Portugal-África, 2011.

GRDR, Répertoire des Associations de Migrants de Guinée-Bissau, Montreuil, GRDR, 2010.

²² A comunidade de origem manjaca residente em França caracteriza-se, porém, por uma grande invisibilidade estatística, por um lado em virtude do facto de muitos terem migrado enquanto senegaleses (tendo adquirido originalmente a sua documentação já neste último país) e, por outro lado, em resultado do caráter assimilacionista da política de integração francesa. Um aspeto particularmente curioso desta migração e assimilação por etapas (Guiné-Bissau – Senegal – França) consistiu na galicização de apelidos de raiz portuguesa: Gomis, Mendy e Saha – apelidos muito comuns entre a comunidade de origem manjaca residente em França (incluindo alguns jogadores de futebol internacionais franceses) – correspondem à galicização de, respectivamente, Gomes, Mendes e Sá.

²³ Čardoso (ibid).

O período que se seguiu à independência em 1973-74 trouxe consigo um conjunto de novas mudanças ao nível dos padrões de mobilidade, tanto nacional como internacional. A expansão das oportunidades económicas em Bissau, associada à substituição da administração colonial por uma administração local, intensificou os processos de migração rural-urbana e urbanização que haviam sido despoletados pela guerra (Figura 1). Por outro lado, muitos (embora nem todos) os colonos portugueses regressaram à metrópole, tendo sido acompanhados neste processo por uma primeira vaga de migrantes "luso-quineenses" (tipicamente pertencentes à "sociedade crioula" de Bissau, com um estatuto social relativamente elevado e caracterizados por diversos tipos de ligações à antiga administração colonial²⁴). Esta constituiu a primeira fase no desenvolvimento e consolidação de um sistema migratório pós-colonial ligando a Guiné-Bissau com a sua antiga metrópole, o qual emergiu de forma paralela (e com escassas ligações) à migração para França via Senegal. Com efeito, embora ao longo das décadas subsequentes tenha havido alguma sobreposição temporal entre estas duas grandes correntes migratórias, numa perspetiva de médio/longo prazo podemos afirmar que a migração para Portugal foi em grande medida sucessora da migração para França, uma vez que a renovação dos fluxos migratórios para este último país entrou em declínio (em grande medida devido à contração económica da década de 70 e às restrições adicionais à imigração então impostas em França), precisamente na altura em que a migração para Portugal emergiu de forma significativa. Por outro lado, o final da guerra e a independência recém-alcançada estimulou também o regresso de parte da população quineense que havia procurado refúgio no Senegal, embora este processo tenha tido lugar de forma apenas gradual e tenha continuado a ser compensado por novos fluxos de saída, na medida em que os fatores que lhes estavam subjacentes não se limitavam ao conflito e à repressão colonial.

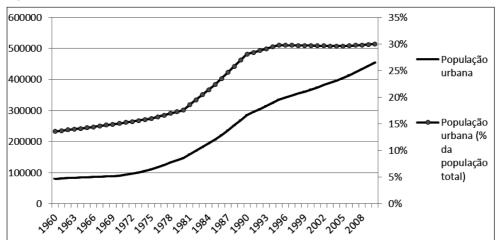


Fig. 1: População urbana da Guiné-Bissau (valor absoluto e % da população total), 1960-2009

Fonte: World Bank Development Indicators

O golpe de estado de 14 de novembro de 1980, que derrubou o Presidente Luís Cabral e implicou a plena separação política da Guiné-Bissau e Cabo Verde, teve também como consequência a remoção de numerosos quadros de origem cabo-verdiana, tanto

Machado, Fernando Luís, Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Oeiras, Celta, 2002.

de cargos de responsabilidade política como da estrutura da administração pública, tendo boa parte destes rumado a Cabo Verde ou a Portugal. As perseguições, repressão e exílios no período pós-independência não se iniciaram, porém, com o golpe de estado de 1980, pois já no período anterior um número considerável de pessoas (nomeadamente antigos combatentes quineenses que haviam servido no exército colonial) fora forçado a abandonar o país de modo a evitar consequências mais graves, tendo muitos sido detidos e executados nos primeiros anos após a independência.

Enquanto a presidência de Luís Cabral (1973-1980) se caracterizara por uma política económica desenvolvimentista de inspiração socialista, com a tentativa de criação de um setor empresarial estatal alargado, a década que se seguiu (sob a liderança autocrática de João "Nino" Vieira) correspondeu à gradual adoção de uma postura bastante mais pragmática e orientada para a satisfação das exigências dos doadores externos, consumada, em 1986, com a implementação de um programa de ajustamento estrutural de acordo com os cânones do Consenso de Washington.²⁵ Tanto num período como no outro, porém, o setor agrário e as áreas rurais foram objeto de um misto de subordinação e abandono: no período desenvolvimentista, através da adoção planificada de termos de troca rurais-urbanos que penalizavam a produção agrícola, com vista a extrair parte do excedente agrário de forma a propulsionar a criação de um setor empresarial urbano-industrial alargado; no período que se seguiu à liberalização, através do abandono da intervenção estatal ao nível tanto dos serviços de extensão rural como da construção de infraestruturas de apoio à produção e comercialização, e ainda através do incentivo à especialização numa monocultura (caju) caracterizada por cadeias de valor monopsonísticas e preços decrescentes no mercado internacional. O viés urbano, primeiro através da extração deliberada do excedente e depois por via do abandono das áreas rurais e do setor agrícola, foi, assim, uma característica constante e central da política económica pós-independência,²⁶ a qual contribuiu sobremaneira para intensificar ainda mais a migração rural-urbana durante todo o período entre a independência e meados da década de 1990 (altura em que a taxa de urbanização começou finalmente a exibir sinais de estabilização: Figura 1).²⁷ O período de ajustamento estrutural, pesem embora as proclamadas intenções de libertar a produção agrícola dos constrangimentos da planificação pró-urbana e pró-industrial que o antecedeu, correspondeu na verdade ao pico da migração interna em direção a Bissau, uma vez que implicou um agravamento adicional das já difíceis condições de vida nas áreas rurais.

²⁵ Imbali, Faustino, *Efeitos socio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*, Bissau,

²⁶ Tendo-o sido também no período colonial: Galli, Rosemary, «Liberalisation is not enough: structural adjustment and peasants in Guinea-Bissau», Review of African Political Economy, 49, 52-68; Galli, Rosemary, «Capitalist agriculture and the colonial state in Portuguese Guinea, 1926-1974», African Economic History, 23, 51-78.

²⁷ Um outro fator que contribuiu para este processo foi a gradual substituição da produção de arroz, para consumo local, pela produção de castanha de caju, com destino ao mercado internacional, devido ao facto dos requisitos em termos de mão-de obra desta última serem temporalmente mais concentrados do que os da primeira.

Neste contexto, a migração para Portugal, que registou uma intensificação substancial a partir da década de 80, constituiu uma válvula de escape importante. Esta segunda grande vaga migratória para a antiga metrópole assumiu, porém, características qualitativas distintas da primeira, sendo bastante mais diversa em termos de origens étnicas, geográficas e sociais, caracterizando-se por uma maior masculinização e níveis médios de escolaridade mais baixos, e orientando-se mais claramente para o mercado de trabalho secundário.²⁸ Ao nível do país de destino, este processo foi facilitado pela legislação e controles migratórios relativamente mais permissivos então vigentes em Portugal e pelo aumento da procura de mão de obra decorrente da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 e consequente afluxo de fundos comunitários. O setor da construção civil e obras públicas, em particular, registou uma expansão sem precedentes entre essa altura e meados da década de 2000, tendo sido responsável, ao longo dessas duas décadas, pela incorporação laboral de dezenas de milhares de migrantes guineenses.

Uma outra subcategoria da migração internacional guineense que emergiu no período pós-independência, tendo persistido até à atualidade, consistiu na migração de estudantes, tipicamente no âmbito de acordos de cooperação intergovernamental com os países recetores. Os países do antigo bloco de Leste assumiram um papel preponderante a este nível nas décadas de 70 e 80, mas os destinos da migração estudantil diversificaram-se bastante nas décadas seguintes: Portugal, Alemanha, Brasil, Itália, Cuba e Marrocos, entre outros, tornaram-se, todos eles, importantes parceiros internacionais da Guiné-Bissau no contexto deste tipo de acordos, o que esteve na origem da formação e consolidação de comunidades guineenses significativas nalguns destes países, por via da transição da formação universitária para o mercado de trabalho.

A guerra (ou "conflito político-militar") de 1998-99 (que opôs a maioria das forças armadas guineenses, por um lado, aos apoiantes minoritários do Presidente Nino Vieira e aos exércitos do Senegal e Guiné-Conacri, por outro) foi o mais recente evento a desencadear movimentos populacionais abruptos. Devido ao facto dos confrontos terem tido lugar principalmente na cidade de Bissau e nos seus arredores, mais de 200.000 habitantes da capital (segundo algumas estimativas²⁹) terão abandonado a cidade e procurado refúgio nas áreas rurais durante os meses do conflito. Por outro lado, alguns milhares de elementos da elite mais qualificada da capital, tendo conseguido mobilizar os recursos necessários no tempo disponível, abandonaram o país (principalmente para Portugal), tendo uma parte acabado por permanecer no exterior após o final do conflito.

Finalmente, a década de 2000 pode ser caracterizada como correspondendo ao período de diversificação geográfica da diáspora guineense, com a transição de um

Machado (ibid).

Temudo, Marina, «A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau», Etnográfica, 13(2), 237-264.

regime largamente assente em antigas ligações coloniais (França, via Senegal) e póscoloniais (Portugal), para um outro bastante mais flexível, diverso e correlacionado com as dinâmicas de curto prazo dos mercados de trabalho dos diferentes países de acolhimento. Dois fatores, em particular, contribuíram significativamente para esta transição: por um lado, a aquisição de nacionalidade portuguesa ao longo dos anos por parte de numerosos migrantes guineenses residentes em Portugal, a qual tornou bastante mais fácil a sua circulação no espaço europeu; por outro lado, a gradual desaceleração da economia portuguesa ao longo da década, que afetou com especial acuidade o setor da construção civil e obras públicas, reduzindo substancialmente as oportunidades de trabalho disponíveis para a população imigrante em geral e guineense em particular. As estratégias adotadas pelos migrantes guineenses em resposta a estes desenvolvimentos desfavoráveis incluíram o retorno (mais ou menos temporário) à Guiné-Bissau, a tentativa de inserção noutros segmentos do mercado de trabalho secundário (como o setor da segurança e vigilância) e, no caso de muitos milhares, a remigração para outros contextos de acolhimento cujos mercados de trabalho continuaram, pelo menos durante algum tempo, a exibir maior dinamismo. Espanha assumiu especial relevância neste contexto, emergindo rapidamente como um dos mais importantes pólos da diáspora em termos quantitativos: o facto de este país ter continuado a registar um ritmo de crescimento económico pujante (e muito assente na construção civil), numa altura em que a economia portuguesa se encontrava já estagnada, permitiu um aumento exponencial da comunidade guineense residente em Espanha (nomeadamente em Madrid, no País Basco e na região agrícola de Almeria) durante a segunda metade da década de 2000. Porém, são também muitos os indícios da emergência de países como o Reino Unido ou o Luxemburgo como importantes novas extensões da diáspora nos últimos anos³⁰, principalmente na sequência de processos de remigração não só a partir de Portugal como, também, curiosamente, de Espanha (na sequência da mais tardia mas abrupta contração do mercado de trabalho neste último país).

3. Breve caracterização da diáspora guineense na atualidade

A tentativa de caracterização qualitativa e quantitativa da diáspora quineense é uma tarefa que envolve diversos obstáculos e dificuldades. Em primeiro lugar, os dados estatísticos encontram-se dispersos por diferentes fontes em diferentes países de acolhimento, padecem de problemas de fiabilidade (dadas as limitações dos métodos de recolha que lhes estão subjacentes) e, no caso de alguns países de acolhimento, não são disponibilizados publicamente devido à reduzida dimensão absoluta das comunidades quineenses aí presentes. Em segundo lugar, com exceção de alguns estudos académicos maioritariamente referentes ao caso português, são escassos os trabalhos publicados que se têm debruçado sobre as características quantitativas e qualitativas das comunidades quineenses residentes no exterior do seu país de origem. Em terceiro lugar, a diáspora quineense caracteriza-se por uma considerável invisibilidade estatística no caso

Carreiro (ibid).

de alguns contextos de acolhimento, tanto devido ao caráter irregular de parte dos contingentes aí presentes, como, particularmente no caso dos países europeus, devido ao facto de muitos migrantes de origem guineense serem nacionais de outros países (quer por via da aquisição da nacionalidade portuguesa ou francesa ao fim de alguns anos de permanência, quer devido ao facto de uma parte considerável da migração para França ter tido lugar via Senegal e com documentação obtida neste último país). Finalmente, a flexibilidade exibida pelos fluxos migratórios guineenses em resposta a alterações nas condições socioeconómicas, particularmente nos tempos mais recentes, a par da porosidade das fronteiras (entre a Guiné-Bissau e o Senegal e entre Portugal e Espanha, por exemplo) colocam dificuldades adicionais à caracterização da dispersão geográfica desta diáspora. Todos estes constrangimentos obrigam a que triangulemos os escassos dados estatísticos disponíveis com alguma informação qualitativa (mais ad hoc mas também, tipicamente, mais atualizada), à luz das dinâmicas históricas apresentadas na secção anterior, a fim de obtermos uma imagem mais completa e fidedigna das principais características atuais desta diáspora.

A Global Migrant Origin Database,³¹ referente ao ano de 2007 e produzida pelo Sussex Centre for Migration Research (SCMR) com base na compilação de diversas fontes oficiais, indica que o mais numeroso pólo da diáspora guineense é o Senegal (com uma comunidade guineense estimada em 32.628), seguido por Portugal (21.435), a Gâmbia (17.130) e França (8.125). Se adicionarmos a estes valores as comunidades menos numerosas existentes nos restantes países de acolhimento, chegamos a um contingente total residente fora da Guiné-Bissau consistente com o total de 111.300 migrantes internacionais (ou 6,8% da população total) referido pelo Banco Mundial.³² Porém, são fortes os indícios de que estes valores subestimam a real dimensão quantitativa destas comunidades em diversos casos – e que, consequentemente, a estimativa global peca, também ela, por defeito.

No caso do Senegal, é provável que o número dos guineenses aí residentes no final dos anos 80, estimado em 87.000 por Galli e Jones em 1987,³³ tenha registado uma redução desde então. Porém, independentemente dos cerca de 33.000 indicados na base de dados do SCMR subestimarem ou não o contingente guineense aí residente, este continua provavelmente a ser o principal contexto de acolhimento dos guineenses residentes no estrangeiro (especialmente se incluirmos a Gâmbia, cujo território se encontra inteiramente incrustado no Senegal e que pertence, em termos funcionais, ao mesmo sistema migratório). Em termos gerais, estes migrantes encontram-se principal-

Acessível no endereço de Internet: http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html. É importante assinalar que esta base de dados reúne informação estatística que tem por base tanto o critério da naturalidade (critério primário) como o da nacionalidade (critério complementar), de modo a produzir uma única matriz bilateral de origens e destinos. Este facto deve ser tido em conta ao longo da discussão levada a cabo nas páginas seguintes, que aliás recorre ela própria, de forma complementar, a dados provenientes de outras fontes estatísticas.

World Bank, Migration and Remittances Factbook, Washington, DC, The World Bank, 2011.

Galli, Rosemary and Jones, Jocelyn, Guinea-Bissau: Politics, Economy and Society, London, Frances Pinter, 1987.

mente concentrados na região de Casamança (imediatamente a norte da Guiné-Bissau) e em Dacar – para além da Gâmbia –, exibem uma elevada taxa de feminização e desempenham, na sua maioria, profissões relativamente pouco qualificadas e de baixas remunerações, como as limpezas domésticas ou a tecelagem e produção de bordados.

A estimativa da população quineense residente em Portugal indicada pelo SCMR (21.435) subestima também, seguramente, a real importância quantitativa da comunidade presente neste país. O Eurostat refere valores ligeiramente superiores (23.672 em 2010, sugerindo uma reducão considerável face aos 28.871 de 2008)³⁴, ao passo que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português indica a presença de 19.817 nacionais guineenses em situação regular à data de 31 de dezembro de 2010 (contra 22.945 em 2009).³⁵ Porém, tanto a generalidade dos investigadores que se têm debruçado sobre esta comunidade como os membros da própria comunidade entrevistados referem habitualmente que, se tivermos também em conta os migrantes em situação irregular e aqueles que adquiriram entretanto a nacionalidade portuguesa (para além, eventualmente, dos descendentes de todos estes), o número total de indivíduos de origem guineense residentes em Portugal corresponderá provavelmente a, pelo menos, 40.000.

Dito isto, há seguramente razões para crer que a comunidade guineense residente neste país terá registado uma redução substancial nos últimos anos, quer por via de alguma migração de retorno à Guiné-Bissau, quer, principalmente, por via de fluxos recentes de remigração para contextos que, do ponto de vista estatístico, são ainda bastante invisíveis: Espanha, cuja comunidade guineense era estimada pelo SCMR em 2007 como correspondendo a 2.226 indivíduos, mas que (apesar da redução que se seguiu, nos tempos mais recentes, ao aumento exponencial do final da década passada) será seguramente várias vezes maior do que isso (com o Eurostat a apresentar uma estimativa de 6.679 em 2010); ou o Reino Unido, para o qual a estimativa do SCMR corresponde a uns meros 539, mas em relação ao qual as declarações de elementos da própria comunidade aí residente, a par das frequentes referências à remigração para este país por parte de representantes da comunidade residente em Portugal, permitem apontar para um número na ordem dos 5.000 a 10.000 (apesar de serem ainda invisíveis também para o Eurostat).

As características qualitativas da comunidade quineense residente em Portugal refletem a sobreposição das diversas vagas migratórias com destino a este país ao longo das três décadas e meia após a independência – incluindo fluxos migratórios relativamente qualificados, principalmente nos primeiros anos após a independência e aquando do conflito de 1998-99; a migração predominantemente laboral, masculina e relativamente pouco qualificada, cujo pico terá tido lugar entre meados da década de 1980 e a década de 2000; e ainda a migração (e posterior transição para o mercado de trabalho) por parte de estudantes universitários guineenses. Verifica-se, em virtude de tudo isto,

³⁵ Fonte: sefstat.sef.pt.

Fonte: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/data/database#.

uma sobrerrepresentação por parte dos migrantes guineenses tanto nos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho secundário (especialmente a construção civil e limpezas domésticas) como nalguns segmentos altamente qualificados (sobretudo médicos, mas também engenheiros e outros profissionais de elevadas qualificações).³⁶

De todos os contextos de acolhimento que contam com comunidades de origem quineense relativamente numerosas, França é aquele onde a sub-representação estatística é provavelmente maior. Segundo os dados do SCMR, a comunidade guineense residente neste país não excederia os 8.125 em 2007, enquanto o Eurostat refere uns meros 2.491 em 2005 (número bastante suspeito, mesmo face aos 7.596 estimados pela mesma fonte para o ano de 1999). O Instituto de Estatística francês (INSEE³⁷) indica a existência de 1.714 indivíduos economicamente ativos de nacionalidade guineense residentes em França em 2006. Apesar de tudo isto, porém, não há qualquer dúvida que a França continua a ser um dos dois mais importantes pólos da diáspora quineense na Europa em termos quantitativos (juntamente com Portugal), independentemente da vasta maioria destes migrantes (e dos seus descendentes) não surgirem nas estatísticas como guineenses, em virtude de possuírem nacionalidade francesa ou senegalesa. Segundo alguns representantes desta comunidade, em entrevistas com o autor deste artigo, a dimensão total da comunidade de origem quineense residente em França poderá rondar os 50.000 – um número muito mais consistente do que todos os anteriores com o facto de se estimar existirem cerca de duzentas organizações da diáspora guineense em França.³⁸ Em qualquer dos casos, trata-se de um sistema migratório que atingiu há muito a maturidade e que tem vindo a registar, há já várias décadas, uma redução substancial ao nível da renovação dos fluxos. Ainda assim, continua a ser uma comunidade que mantém laços efetivos importantes com as suas comunidades de origem na Guiné-Bissau (nomeadamente em termos de visitas regulares e do envio de remessas individuais e coletivas), pelo que a sua importância não deve ser subestimada em consequência da sua maior invisibilidade estatística.

Para concluir esta breve caracterização quantitativa e qualitativa da diáspora guineense, é necessário referir ainda um conjunto de outros contextos de acolhimento que, por diversas razões e através de diferentes mecanismos, emergiram em diferentes momentos como pólos adicionais de concentração de migrantes guineenses, mas em relação aos quais existe uma quase total ausência de informação secundária: a Alemanha (estimativa SCMR: 5.701, provavelmente decorrentes da migração de estudantes e da emergência subsequente de uma corrente migratória laboral); outros destinos na África Ocidental, como a Guiné-Conacri (est. 7.326), o Burkina Faso (est. 7.448) e o Gana (est. 6.107), em relação aos quais se conhece ainda menos, mas no contexto dos quais a migração guineense está provavelmente relacionada com o funcionamento de

³⁶ Cf. o artigo de João Có neste volume.

Fonte: http://www.insee.fr/fr/themes/detail.asp?reg_id=99&ref_id=pop-immigree-pop-etrangere . GRDR (ibid).

redes comerciais intraétnicas e com mecanismos de recrutamento laboral "pela base", 39 Cabo Verde, onde as estimativas informais de membros do governo quineense apontam para uma comunidade de origem quineense que ronda os 10.000, constituídos por um elevado número de migrantes relativamente pouco qualificados, mas incluindo também muitos professores do ensino secundário e outros profissionais qualificados que trocaram a Guiné-Bissau por Cabo Verde nas décadas de 70 e 80 (alguns dos quais remigraram subsequentemente para os Estados Unidos, sequindo os percursos migratórios cabo-verdianos); e ainda o Luxemburgo, Brasil e Itália, cujas comunidades guineenses decorrem de dinâmicas referidas na segunda parte deste artigo⁴⁰.

4. Conclusões: para um entendimento mais adequado da mobilidade humana e dos seus determinantes

O objetivo principal deste artigo consistiu em apresentar uma panorâmica histórica das dinâmicas de mobilidade interna e migração internacional com origem na Guiné--Bissau, chamando a atenção para as suas raízes históricas profundas e para a sua diversidade e complexidade. Vimos, assim, que a história deste território é toda ela uma história de mobilidade por parte da população que o habita e que o mito da imobilidade pré-moderna carece, aqui como noutros contextos, de fundamento. Vimos, também, que os processos de mobilidade e migração interna ao longo da história da Guiné-Bissau não se limitam à migração rural-urbana, sendo que mesmo esta última não é uma consequência automática da "modernização", mas sim um produto histórico de dinâmicas político-económicas contingentes e identificáveis. Vimos ainda que a migração intercontinental com origem na Guiné-Bissau não é uma mera consequência automática dos diferenciais de rendimento face ao Norte global, mas sim um processo que segue padrões geográficos específicos e determinados historicamente de forma sistémica. E vimos, finalmente, de que forma é que os níveis de urbanização da sociedade guineense e as características quantitativas e qualitativas da sua diáspora global são um reflexo das dinâmicas de mobilidade e migração anteriormente referidas.

A análise dessas dinâmicas e das suas consequências em termos de dispersão populacional deixa bastante claro que é impossível compreender adequadamente as origens, características e evolução dos diversos padrões de mobilidade e correntes migratórias sem recorrer, de forma central, a proposições causais assentes em fatores de caráter estrutural. No que se refere às áreas de origem dos movimentos migratórios, assinalaramse aqui, entre outros fatores, a pressão demográfica sobre a terra; os constrangimentos introduzidos pelo colonialismo; o viés urbano das opções de política económica após a independência; e a especialização, no contexto de um processo de ajustamento es-

Aos quais podemos provavelmente acrescentar Angola, por via da ligação lusófona e em consequência da expansão económica registada neste país na última década, em resultado da extração petrolífera. Um número significativo de guineenses tem procurado migrar para este país nos últimos anos, congregandose de forma visível à porta do consulado de Angola em Bissau. Porém, o governo angolano tem-se mostrado pouco recetivo em relação à imigração para efeitos de trabalho, sendo improvável que o contingente quineense residente neste país exceda algumas centenas ou, no máximo, alguns milhares. 40 Carreiro (ibid).

trutural, numa cultura agrícola direcionada para exportação caracterizada por preços decrescentes no mercado mundial e estrangulamentos ao nível da cadeia de valor. No que diz respeito às áreas de atração dos migrantes, sublinhou-se a importância de determinantes como a procura de mão de obra nas economias de plantação situadas na vizinhança regional; o viés urbano característico do período pós-independência (novamente); ou a procura de mão de obra relativamente pouco qualificada em contextos capitalistas mais avançados, como Portugal e França. Todos estes fatores têm raízes históricas e um caráter estrutural – independentemente de terem eventualmente sido catalisados, em cada contexto local, por acontecimentos mais ou menos contingentes.

Por outro lado, quando analisamos de que forma é que os diferentes incentivos estruturais à migração, na origem e no destino, se traduzem em diferentes dinâmicas migratórias concretas, verificamos que é necessário recorrer aos fatores explicativos habitualmente enfatizados pelas teorias dos sistemas e redes migratórios. Por exemplo, entre os contextos capitalistas mais avançados caracterizados por uma procura estrutural de mão de obra imigrante, a migração internacional com origem na Guiné-Bissau tendeu a dirigir-se para aqueles que mantinham relações sistémicas mais significativas com este país, decorrentes de fatores como a história colonial ou a língua – tornando-se depois a migração relativamente autossustentada em virtude da inércia introduzida pelas redes migratórias. Este modelo geral de emergência e consolidação de dinâmicas migratórias repete-se vezes sem conta ao longo da história das migrações guineenses: incentivos estruturais à migração decorrentes de alterações que comprometem ou ameaçam a subsistência nos contextos de origem (e não do nível de rendimento nesses contextos); existência de oportunidades de refúgio e/ou acesso a atividades produtivas ou emprego em contextos potenciais de acolhimento, que mantêm relações históricas e sistémicas com os contextos de origem; consolidação e sustentação das dinâmicas migratórias, uma vez criadas, devido à inércia introduzida pelas redes migratórias.

O exemplo da Guiné-Bissau mostra como o poder explicativo deste modelo geral é claramente superior ao de quaisquer tentativas simplistas de interpretação com base na modelação das escolhas racionais dos indivíduos ou agregados familiares, quer essas escolhas dependam em última instância de diferenciais ao nível do rendimento esperado (como no modelo de Harris-Todaro) ou do grau de incompletude dos mercados no contexto de estratégias de aversão ao risco (como nos modelos da nova economia das migrações⁴¹). Qualquer um destes últimos modelos é incapaz de explicar, por exemplo, porque é que regiões igualmente pobres da Guiné-Bissau se têm caracterizado historicamente por níveis e padrões de mobilidade muito distintos. Os indivíduos tomam decisões de forma mais racional ou menos racional, no âmbito de estratégias de caráter individual, familiar ou grupal, mas o cerne da explicação de fenómenos como as migrações e a mobilidade reside no contexto estrutural que enquadra e constrange essas decisões – e, particularmente, nas transformações por que passa esse contexto estrutural ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico.

Stark, Oded and Bloom, David, «The new economics of labour migration», The American Economic Review, 75(2), 1985, 173-178.

Num artigo anterior de caráter teórico, 42 o autor do presente artigo procede a uma crítica dos fundamentos ontológicos e epistemológicos tanto da teoria neoclássica das migrações como da nova economia das migrações (apresentando a segunda como um mero avatar, um pouco mais sofisticado mas igualmente problemático, da primeira). Nesse mesmo artigo, conclui-se com um apelo a uma "nova síntese histórico-estruturalista", que incorpore contributos teóricos tanto de autores que têm enfatizado as dinâmicas estruturais características das áreas de atracão de migrantes, como de outros que se têm debruçado principalmente sobre essas mesmas dinâmicas no caso das áreas de origem dos fluxos migratórios. Uma tal "nova síntese", sugere-se também, pode ainda incorporar de forma vantajosa um conjunto de contributos habitualmente associados às teorias das redes e dos sistemas migratórios – as quais, apesar de serem habitualmente apresentadas como teorias rivais e de idêntico alcance, são na verdade compatíveis em termos tanto ontológicos como teóricos com as abordagens históricoestruturalistas "tradicionais", ao mesmo tempo que são incapazes de, por si mesmas, proporcionar explicações plenamente satisfatórias para os processos migratórios realmente existentes. Neste contexto, o presente artigo, cujo caráter é principalmente empírico, visou proporcionar um melhor conhecimento da diversidade e evolução histórica das migrações guineenses como um fim em si mesmo, mas também, desejavelmente, validar o apelo atrás referido e corroborar a superioridade das abordagens ao estudo das migrações que adotem uma perspetiva histórica, estrutural e sistémica.

Referências bibliográficas

- Abreu, Alexandre, «The new economics of labour migration: beware of neoclassicals bearing gifts», Forum for Social Economics, no prelo, disponível "online first" no endereço: http://www.springerlink.com/content/q6r14x15657l1v1k.
- Cardoso, Leonardo, «Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série (3), 2002, 29-50.
- Carreira, António e Meireles, Artur, «Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné Portuguesa», Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, XIV(53), 1959, 7-19.
- Carreiro, Maria, Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono: A Diáspora Guineense em Portugal, Lisboa, Fundação Portugal-África, 2011.
- Davidson, Basil, A History of West Africa: 1000-1800, London, Longman, 1978.
- Gable, Eric, «The Culture Development Club: youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau», Anthropological Quarterly, 73(4), 2000, 195-203.
- Galli, Rosemary, «Liberalisation is not enough: structural adjustment and peasants in Guinea-Bissau», Review of African Political Economy, 49, 1990, 52-68.

Abreu, Alexandre, «The new economics of labour migration: beware of neoclassicals bearing gifts», Forum for Social Economics, no prelo, disponível "online first" no endereço: http://www.springerlink.com/content/g6r14x15657l1v1k/.

- Galli, Rosemary, «Capitalist agriculture and the colonial state in Portuguese Guinea, 1926-1974», African Economic History, 23, 1995, 51-78.
- Galli, Rosemary and Jones, Jocelyn, Guinea-Bissau: Politics, Economy and Society, London, Frances Pinter, 1987.
- Groupe de Recherches et de Réalisations pour le Développement Rural (GRDR), Répertoire des Associations de Migrants de Guinée-Bissau, Montreuil, GRDR, 2010.
- Harris, John and Todaro, Michael, «Migration, unemployment and development: a twosetor analysis», The American Economic Review, 60(1), 1970, 126-142.
- Imbali, Faustino, Efeitos socio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, Bissau, INEP, 1993.
- Jao, Mamadu, «Origem étnica e migração entre os mancanha da Guiné-Bissau», Soronda – Revista de Estudos Guineenses, nova série(6), 2003, 107-120.
- Machado, Fernando Luís, Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, Oeiras, Celta, 2002.
- McIntosh, Susan and McIntosh, Roderick, «New perspectives on the later prehistory of West Africa», Journal of World Prehistory, 1(2), 1988, 89-133.
- Nafafé, José, Colonial Encounters: Issues of Culture, Hybridity and Creolisation, Frankfurt, Peter Lang, 2007.
- Pélissier, René, História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia, Lisboa, Estampa, 1989.
- Stark, Oded and Bloom, David, «The new economics of labour migration», The American Economic Review, 75(2), 1985, 173-178.
- Temudo, Marina «From the margins of the State to the presidential palace: the Balanta case in Guinea-Bissau», African Studies Review, 52(2), 2009, 47-67.
- Temudo, Marina, «A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau», Etnográfica, 13(2), 2009, 237-264.
- Van der Ploeg, Jan, «Autarky and technical change in rice production in Guinea-Bissau: on the importance of commoditization and de-commoditization as interrelated processes». In Haswell, M. and Hunt, D. (eds.) Rural Households in Emerging Societies, Oxford, Berg Publishers, 1990, 93-113.
- World Bank, Migration and Remittances Factbook, Washington, DC, The World Bank, 2011.





Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem

Manuel G. Mendes de Araújo ¹ Ramos C. Muanamoha ²

Resumo

Este artigo analisa os impactos da migração moçambicana indocumentada para a República da África do Sul sobre o consumo corrente, investimento produtivo e outras metas sociais nas comunidades de origem.

A migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul tem sido, do ponto de vista socioeconómico, uma das estratégias de sobrevivência dos agregados familiares na região sul de Moçambique. Os migrantes indocumentados têm ajudado seus membros de família, na origem, através de remessas (em dinheiro ou bens, enviados ou trazidos pelos próprios migrantes), embora em escala muito menor do que sucede com a migração documentada. A capacidade de enviar ou trazer bens ou dinheiro para casa tem uma correlação positiva com a duração da estadia (experiência), o nível de rendimento na África do Sul e o tipo de actividade exercida. Os migrantes com emprego na indústria, por exemplo, têm enviado relativamente mais dinheiro do que aqueles que trabalham na agricultura (os empregados nas farmes).

As remessas em bens e dinheiro têm sido usadas, principalmente, para o consumo corrente nos agregados familiares. Em segundo plano, algum dinheiro tem sido usado para pequenos negócios familiares, na agricultura de subsistência, na educação das crianças e na construção da habitação. Em alguns casos, o dinheiro tem sido útil aos migrantes para a concretização das suas obrigações sociais nas comunidades de origem, tais como casamento/lobolo ou pagamento de dívidas. Mas as remessas dos migrantes indocumentados têm sido muito reduzidas por causa da sua vulnerabilidade à exploração e deportação da África do Sul.

Palavras-chave: Migração indocumentada, remessas, impacto, comunidades de origem, Moçambique, África do Sul.

Centro de Análise de Políticas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Av. Julius Nyerere, Campus Universitário Principal, Caixa Postal 257, Maputo, Moçambique. Email: manuel.araujo@uem.mz.

Centro dé Análise de Políticas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Av. Julius Nyerere, Campus Universitário Principal, Caixa Postal 257, Maputo, Moçambique. Email: ra-mos_muanamoha@yahoo.com.

1. Introdução

A migração indocumentada de Moçambique para a República da África do Sul afecta a vida socioeconómica das comunidades de origem. Na sua maioria os migrantes indocumentados são jovens do sexo masculino, de faixas etárias economicamente activas, cuja ausência nos agregados familiares afecta o tamanho e a composição destes e, também, causa uma perda de seus trabalhadores produtivos. Contudo, a migração indocumentada para a África do Sul tem também algum impacto positivo nas comunidades de origem, pois permite que alguns agregados familiares possam melhorar o seu nível de vida material. Os migrantes com longa experiência migratória e que conseguem integração social e económica na África do Sul têm maior probabilidade de trazer benefícios da migração para suas famílias ou comunidades de origem do que aqueles com pouca experiência.

Neste âmbito, torna-se importante sublinhar que De Vletter (2006), num estudo sobre migração e remessas no sul de Moçambique, observou que existia uma disparidade de riqueza e bem-estar entre os agregados familiares de migrantes. Por exemplo, os agregados com várias gerações de migrantes mineiros eram mais propensos a ter propriedades e uma capacidade produtiva que os colocava numa condição económica bem acima de outros agregados com envolvimento mais recente na migração.

Estas questões são analisadas neste texto através de uma análise do impacto socioeconómico da migração dos distritos de Magude e Chókwè (Moçambique) para a África do Sul. Especificamente, a análise focaliza os efeitos da migração indocumentada sobre o consumo corrente (subsistência da família, habitação, educação para crianças e melhoria do nível de vida), investimento produtivo (produção agrícola e pequenos negócios) e outras metas sociais.

O texto é dividido em cinco secções. Na segunda secção, a seguir a esta introdução, faz-se uma abordagem do conceito de remessas de migrantes, do ponto de vista da literatura, e sua contextualização nas áreas de estudo. A terceira e quarta secções são sobre o uso das remessas no consumo corrente e no investimento produtivo, respectivamente. Finalmente, na quinta secção, são apresentadas algumas conclusões.

A informação que serviu de base para a elaboração deste texto deriva de uma pesquisa de campo realizada em áreas seleccionadas no sul de Moçambique, nos distritos de Magude e Chókwè, e na África do Sul (nas províncias de Gauteng e Mpumalanga). A pesquisa foi feita em 2004 (em Moçambique) e em 2005 (na África do Sul). As duas áreas seleccionadas em Moçambique estão entre as mais importantes emissoras de migrantes laborais, em parte por causa da sua proximidade geográfica da África do Sul. As províncias sul-africanas de Gauteng e Mpumalanga constituem os principais destinos de migrantes moçambicanos.

Duas abordagens diferentes – entrevistas qualitativas e inquérito – foram usadas para a colecta de dados usados neste artigo. Entrevistas qualitativas foram realizadas tanto em Moçambique quanto na África do Sul, enquanto o inquérito teve lugar apenas em Moçambique. O inquérito incluiu uma amostra probabilística muti-etápica de 745 agregados familiares dos distritos de Magude e Chókwé (representando cerca de 2% do total dos agregados). A unidade de observação foi o agregado familiar. A unidade de análise foi cada membro no agregado familiar que tivesse alguma vez experimentado migração laboral indocumentada para a África do Sul.

Um questionário estruturado, consistindo principalmente de perguntas fechadas, foi usado no inquérito e tinha como enfoque o seguinte: (i) características sociais e demográficas básicas do agregado familiar e identificação das pessoas com experiência prévia de migração laboral indocumentada para a África do Sul (migrantes retornados); (ii) informação sobre migrantes laborais indocumentados retornados (perfil, remessas, experiência de migração laboral); e (iii) condição socioeconómica do agregado familiar.

O método qualitativo envolveu 22 entrevistas em profundidade (com informantes-chave, tais como indivíduos, organizações e profissionais que lidam com questões relacionadas com migrantes laborais indocumentados) e 32 histórias de vida migratória de migrantes retornados (em Moçambique) e migrantes correntes (na África do Sul). Na sua maioria, os migrantes abordados para histórias de vida migratória (em Moçambique) tinham sido identificados durante o inquérito aos agregados familiares. Todos os nomes usados neste artigo são fictícios.

2. Remessas de migrantes

A principal vantagem da migração laboral nas comunidades emissoras reside no facto de os emigrantes poderem enviar para casa parte dos seus rendimentos, na forma de remessas, que, de acordo com Ghai (2004), constituem a maneira mais óbvia através da qual a migração ajuda as famílias e parentes que ficam em casa e o país de origem. Para Stalker (2006), as remessas têm-se tornado uma fonte crucial de renda e divisas para muitos países, tendo as remessas globais atingido cerca de 483 mil milhões de dólares americanos em 2011, dos quais 351 foram para os países em desenvolvimento (*vide* Ratha, 2011). As remessas têm sido também uma fonte vital de renda para milhões de famílias de migrantes que, em muitos casos, particularmente em África, despendem o dinheiro em comida e outros bens indispensáveis à sua sobrevivência, bem como em educação para seus filhos (Stalker, 2006). Noutros casos, o dinheiro é gasto em habitação ou terra, ou este é simplesmente poupado ou investido em novos negócios (Akuei, 2005; Horst, 2004; Mazzucatto, 2005; Nwajiuba, 2005).

No sul de Moçambique, as remessas da África do Sul desempenham também um papel significante na melhoria das condições de vida material de agregados familiares de migrantes. Contudo, De Vletter (2006) observou que, embora o impacto global da migração laboral seja positivo, na região sul como um todo, o envolvimento na migração laboral em si não significa necessariamente que o agregado familiar possa estar em

melhores condições do que aqueles que não tenham membros migrantes na África do Sul. O autor argumenta que existe alguma diferenciação económica entre os agregados emissores de migrantes, causada principalmente por quatro factores, nomeadamente: (i) o nível de remuneração na África do Sul; (ii) o grau de cometimento de trabalhadores migrantes para remeter dinheiro ou bens aos seus agregados familiares (o que é afectado pelas facilidades disponíveis aos diferentes tipos de migrantes para enviar dinheiro ou bens); (iii) o tamanho da família (que geralmente determina a força de trabalho disponível para migração) e (iv) a história migratória dos agregados familiares (visto que os agregados com uma história migratória multi-geracional têm propensão para acumular mais recursos do que aqueles com uma história recente).

Por sua vez, o nível de remuneração depende, de acordo com De Vletter (2006), de uma série de factores, tais como: (i) capacidade geradora de rendimento do migrante (que é afectada pelo nível de educação e anos de experiência); (ii) sector de ocupação (acesso ou não ao sector mineiro) e (iii) a condição legal do migrante.

A amostra do inquérito nos distritos de Magude e Chókwè identificou 107 pessoas, em idade economicamente activa, que tinham migrado sem documentos para trabalhar na África do Sul entre 1980 e 2004. Aproximadamente ¾ destas pessoas declararam que tinham enviado alguns bens para os seus agregados familiares quando estavam na África do Sul. Além disso, 67,3% dos migrantes trouxeram uma variedade de bens consigo no seu primeiro retorno a casa. Em termos de valores monetários, apenas 47,7% destes migrantes tinham conseguido enviar algum dinheiro. Entretanto, 61,7% dos migrantes trouxeram dinheiro consigo quando regressaram pela primeira vez a casa.

Muitos migrantes devem ter preferido gastar seus rendimentos em bens sul-africanos, que supostamente são baratos, a enviar dinheiro para casa, onde a oferta desses bens era muito menor e onerosa. Por outro lado, alguns migrantes devem ter optado primeiro pela poupança que, depois, lhes permitiu retornar com produtos sul-africanos e/ou algum dinheiro.

Entretanto, existem também outros factores que contribuiram para a elevada proporção de migrantes que enviaram bens para casa. De acordo com as declarações de alguns entrevistados, o processo de remessa de bens era facilitado, por um lado, por alguns transportadores moçambicanos, que regularmente transportavam haveres de migrantes da África do Sul para Moçambique. Por exemplo, Jorge, um migrante laboral indocumentado retornado, no distrito de Magude, afirmou que tinha conseguido enviar alguns bens para sua mãe e seus irmãos em casa, graças a um transportador moçambicano:

Quando eu estava em Free State costumava enviar sabão, farinha de milho, roupa e cadernos para minha mãe e meus irmãos em casa. Eu costumava enviar esses bens através de um proprietário de transporte de entrega, que regularmente levava bens de *Free State* para o distrito de Magude. Ele transportava bens de todos aqueles que quisessem enviar alguma coisa de lá para Magude. Além disso, ele era bem conhecido pela minha família, aqui em Magude (Entrevista com Jorge no distrito de Magude, a 02 de maio de 2004).

Por outro lado, existe uma outra via de enviar bens para casa através da empresa MANICA, na África do Sul. Muitos migrantes entrevistados consideraram esta via como a mais fácil. Por exemplo, Dércio, um imigrante indocumentado em Nelspruit, já foi cliente dessa empresa. Como resultado dos bons serviços da MANICA, ele tinha melhorado consideravelmente as condições de vida em casa. Dércio conseguiu ampliar a casa de sua mãe e torná-la relativamente confortável. Ele adicionou novos quartos à casa e cobriu-a com chapas de zinco que, em Moçambique, representa um sinal de melhoria de condições de vida e de estatuto social. Além disso, pintou a casa e ligou-a ao sistema de fornecimento de energia eléctrica. Para a efectuação desses melhoramentos, Dércio teve primeiro que comprar materiais de construção, pintura e electricidade na empresa MANICA em Nelspruit. Ele obteve o recibo da compra feita, que enviou depois para seus parentes em casa. Por sua vez, os parentes levaram este recibo para a filial da MANICA em Maputo, onde receberam todos os materiais comprados pelo Dércio em Nelspruit.

De acordo com Dércio, esta empresa oferece serviços excelentes para as pessoas que querem enviar bens para suas famílias. Essas pessoas não precisavam de levar os produtos consigo. Segundo Dércio, esta forma de enviar bens para casa é a mais prática, principalmente para os imigrantes sem documentação:

Ao contrário de outras empresas, que exigem a apresentação de documentos de pessoas que queiram enviar alguma coisa para as suas famílias em casa, a Empresa MANICA não exige nenhuma documentação. Ela ajuda muito a moçambicanos que queiram enviar bens para casa e não tenham algum documento válido (Entrevista com Dércio, em Nelspruit, a 20 de setembro de 2005).

Portanto, a Empresa MANICA é particularmente importante para moçambicanos que remetem materiais de construção para suas casas em Moçambique. Maria, por exemplo, é uma mulher migrante, entrevistada no distrito de Magude (em janeiro de 2004), que conseguiu construir sua casa, graças às facilidades que teve para comprar e enviar materiais de construção da África do Sul, através da Empresa MANICA. Neste âmbito, ela explicou:

Quando eu estava na África do Sul costumava enviar bens para minha família, através do correio da MANICA, uma empresa sul-africana que lida com entregas. Também da Empresa MANICA eu pude comprar todo o material de construção desta casa. Eu não trouxe o material comigo. Quando regressei a casa trouxe apenas o recibo da compra que apresentei aos representantes da Empresa MANICA em

Maputo. Depois, eu recebi todo o material de construção que comprei na África do Sul (Entrevista com Maria, no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

A Tabela 1 sugere a existência de uma relação entre a duração da estadia na África do Sul e a capacidade de remeter bens e dinheiro para casa. Quanto mais longo é o período de estadia na África do Sul maior é a probabilidade de remessas em dinheiro ou em espécie serem enviadas para casa. Em média, a duração da estadia na África do Sul dos migrantes que enviaram bens e dinheiro para casa foi respectivamente 1,7 e 0,5 meses mais longa do que daqueles que nada enviaram. Migrantes que permanecem na África do Sul por um período de tempo mais longo são mais propensos a ter um emprego regular e oportunidades de rendimentos.

Tabela 1 - Remessa de bens e dinheiro para casa, segundo a duração da estadia na África do Sul na primeira viagem

Duração da estadia	Remessa de bo	ens para casa	Remessa de dir	nheiro para casa	
na África do Sul na 1ª viagem	Sim	Não	Sim	Não	Total
< 3 meses (%)	1,3		2,0		0,9
3-5 meses (%)	2,6	20,0	3,9	10,7	7,5
6-11 meses (%)	22,1	23,3	21,6	23,2	22,4
12 e+ meses (%)	74,0	56,7	72,5	66,1	69,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (meses)	10,9	9,2	10,7	10,2	10,4
Mediana (meses)	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0
Número de migrantes	77	30	51	56	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Como foi referido previamente, muitos migrantes da amostra tinham preferido levar bens e dinheiro consigo no momento do seu retorno. Mas houve alguns que não levaram algo consigo quando regressaram. A duração média da estadia na África do Sul, na Tabela 2, indica que os migrantes que levaram bens consigo para casa tinham estado na África do Sul, em média, mais 0,7 meses do que aqueles que não levaram bens para casa. Com efeito, a proporção de migrantes que estiveram na África do Sul por um período de 12 meses ou mais é relativamente maior entre aqueles que levaram bens consigo para casa (72,2% contra 62,9%). De igual modo, a duração média da estadia na África do Sul revela que os migrantes que levaram dinheiro consigo para casa tinham estado na África do Sul, em média, 0,4 meses mais do que aqueles que não levaram dinheiro para casa. Também, a proporção de migrantes que permaneceram na África do Sul por um período de 12 meses ou mais é comparativamente maior entre aqueles que levaram dinheiro para casa (71,2% contra 65,8%). Portanto, os dados na Tabela 2 sugerem que existe alguma relação entre a experiência na África do Sul e a capacidade de levar bens ou dinheiro para casa.

Tabela 2 - Capacidade de levar bens e dinheiro para casa, segundo a duração da estadia na África do Sul na primeira viagem

Duração da estadia na	Capacidade bens pa		Capacidade dinheiro pa		Total
África do Sul na 1ª viagem	Sim	Não	Sim	Não	
< 3 meses (%)	1,4		1,5		0,9
3-5 meses (%)	5,6	11,4	6,1	9,8	7,5
6-11 meses (%)	28,8	25,7	21,2	24,4	22,4
12 e+ meses (%)	72,2	62,9	71,2	65,8	69,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (meses)	10,7	10,0	10,6	10,2	10,4
Mediana (meses)	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0
Número de migrantes	72	35	66	41	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

A relação entre o nível de rendimento e a capacidade de remeter bens e dinheiro para casa é analisada na Tabela 3.

Tabela 3 - Remessa de bens e dinheiro para casa, segundo o redimento semanal no primeiro emprego na África do Sul

Rendimento semanal	Remessa de be	ens para casa	Remessa de di	nheiro para casa	Takal
(em Randes)	Sim	Não	Sim	Não	Total
Nunca obteve emprego (%)		16,7		8,9	4,7
<r100 (%)<="" td=""><td>33,7</td><td>23,3</td><td>35,3</td><td>26,8</td><td>30,8</td></r100>	33,7	23,3	35,3	26,8	30,8
R100-R199 (%)	37,7	10,0	25,5	33,9	29,9
R200+ (%)	28,6	50,0	39,2	30,4	34,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (Randes)	161,8	205,6	181,1	167,7	174,1
Mediana (Randes)	150,8	190,0	150,0	140,0	150,0
Número de migrantes	77	30	51	56	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Metade dos migrantes que não remeteram bens para casa estava ganhando 200 Randes ou mais por semana, enquanto apenas 28,6% de migrantes que enviaram bens para casa tinham o mesmo rendimento. Além disso, a média e mediana dos rendimentos semanais dos que não remeteram bens para casa foram relativamente mais elevadas (205,6 e 190,0 Randes, respectivamente) do que daqueles migrantes que enviaram bens para casa (161,8 e 150,8 Randes). Isto sugere que o nível de rendimento pode não ter sido um factor importante na capacidade de remeter bens. Contudo, este parece ter tido uma ligeira influência na capacidade de remeter dinheiro. A proporção de migrantes cujo rendimento semanal atingiu 200 Randes ou mais foi relativamente maior

entre aqueles que enviaram dinheiro para casa (39,2%) do que entre os migrantes que não enviaram dinheiro (30,4%). A média e mediana dos rendimentos semanais dos migrantes que remeteram dinheiro para casa (181,1 e 150,0 Randes, respectivamente) foram relativamente mais elevadas do que daqueles que não enviaram dinheiro (167,7 e 140,0 Randes). Neste caso, pode-se inferir que alguns migrantes não remeteram dinheiro, provavelmente, por causa do seu baixo rendimento.

Finalmente, a Tabela 4 visualiza a relação entre o nível de rendimento e a capacidade de levar bens ou dinheiro para casa. Quanto mais longo é o período de estadia na África do Sul, mais é o dinheiro ganho para remessas e compra de bens. Os valores da média e mediana do rendimento semanal de migrantes que levaram consigo bens e dinheiro foram relativamente superiores aos daqueles que nada levaram. Estes dados sugerem que o nível de rendimento dos migrantes na África do Sul pode ter tido algum efeito na capacidade de levar bens e dinheiro para casa.

Tabela 4 - Capacidade de levar bens e dinheiro para casa, segundo o redimento semanal no primeiro emprego na África do Sul

Rendimento semanal	Capacidade o			e levar dinheiro a casa	Total
(em Randes)	Sim	Não	Sim	Não	rotar
Nunca obteve emprego (%)		14,3		12,2	4,7
<r100 (%)<="" td=""><td>31,9</td><td>28,6</td><td>34,8</td><td>24,4</td><td>30,8</td></r100>	31,9	28,6	34,8	24,4	30,8
R100-R199 (%)	32,0	25,7	27,3	34,1	29,9
R200+ (%)	36,1	31,4	37,9	29,3	34,6
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (Randes)	180,0	161,9	185,9	155,1	174,1
Mediana (Randes)	150,0	100,0	150,0	120,0	150,0
Número de migrantes	72	35	66	41	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Considerando a relação entre a capacidade de enviar ou levar bens e dinheiro para casa e o sector de ocupação na África do Sul, a Tabela 5 revela que a maioria dos migrantes, em quase todos os sectores, enviou ou levou bens para casa, mas o mesmo não se verificou com o envio de dinheiro. Porém, em termos de quantia de dinheiro enviado ou levado pelos próprios migrantes, o tipo de sector de ocupação parece ter tido alguma influência (vide Tabela 6). Em média, os migrantes empregados na indústria enviaram relativamente mais dinheiro (678,6 Randes por cada migrante) do que os outros, na sua primeira viagem para África do Sul. A seguir a eles foram os migrantes ocupados no comércio informal (511,4 Randes por cada migrante) e no sector de construção (468,5 Randes por cada migrante). Menos dinheiro (250 Randes por cada migrante) foi enviado pelos migrantes empregados na agricultura.

Tabela 5 - Capacidade de enviar e levar bens e dinheiro para casa, segundo o sector de ocupação na África do Sul

						,		
Capacidade de remeter e levar	er e levar			Sector	Sector de ocupação	ão		
bens e dinheiro para casa	casa	Construção	Serviços	Comércio informal	Indústria	Agricultura	Desempregado	Total
	Sim (%)	75,5	79,2	66,7	100,0	33,3	1	72,0
Capacidade de enviar bens para casa	Não (%)	24,5	20,8	33,3	-	2'99	100,0	28,0
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Sim (%)	49,1	37,5	46,7	100,0	2′99	-	47,7
Capacidade de enviar dinheiro para casa	Não (%)	50,9	62,5	53,3	-	33,3	100,0	52,3
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Sim (%)	62,3	70,8	86,7	100,0	2'99	-	67,3
Capacidade de levar bens para casa	Não (%)	37,7	29,2	13,3	-	33,3	100,0	32,7
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Sim (%)	52,8	70,8	80,0	100,0	2'99	-	61,7
Capacidade de levar dinheiro para casa	Não (%)	47,2	29,2	20,0	1	33,3	100,0	38,3
	Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de migrantes		53	24	15	7	3	5	107

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Tabela 6 - Dinheiro enviado para casa na primeira viagem para a África do Sul, segundo o sector de ocupação

Dinheiro enviado para casa (em Randes)	Sector de ocupação						
	Construção	Serviços	Comércio informal	Indústria	Agricultura	Total	
Média (Randes)	468,5	323,3	511,4	678,6	250,0	469,0	
Mediana (Randes)	210,0	250,0	400,0	500,0	250,0	250,0	
Número de migrantes	21	9	7	7	2	51	

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

A Tabela 7 mostra a quantia de dinheiro levado para casa pelos próprios migrantes. É interessante, porém, notar que os migrantes ocupados na agricultura foram os que levaram para casa a quantia mais elevada de dinheiro. Em média, eles levaram consigo 1500 Randes, na sua primeira viagem para a África do Sul. A seguir a eles foram os migrantes ocupados na indústria (1035,7 Randes por cada migrante), no sector de construção (866,1 Randes por cada migrante) e no comércio informal (852,5 Randes por cada migrante). Os migrantes ocupados no sector de serviços foram os que levaram consigo menos dinheiro (379,4 Randes por cada migrante). Em poucas palavras, pode-se afirmar que a quantia de dinheiro levada para casa pelos próprios migrantes foi muito mais elevada que a enviada, principalmente porque os migrantes optaram pela poupança para o momento de retorno a casa, especialmente aqueles que estiveram a ganhar relativamente menos como, por exemplo, os ocupados na agricultura.

Tabela 7 - Dinheiro levado para casa pelos próprios migrantes na primeira viagem para a África do Sul, segundo o sector de ocupação

Dinheiro enviado para casa	Sector de ocupação						
(em Randes)	Construção	Serviços	Comércio informal	Indústria	Agricultura	Total	
Média (Randes)	866,1	379,4	852,5	1035,7	1500,0	775,5	
Mediana (Randes)	600,0	400,0	500,0	1000,0	1500,0	500,0	
Número de migrantes	28	17	12	7	2	66	

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Portanto, os dados apresentados nas Tabelas 6 e 7 sugerem que a quantia de dinheiro enviado ou levado para casa pelos próprios migrantes foi, de certa maneira, dependente do tipo de sector de ocupação. Em geral, as remessas em dinheiro foram bastante reduzidas. Contudo, elas podem ser usadas, juntamente com as remessas em espécie, para a satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares em casa. As secções que se seguem mostram como é que as remessas são usadas.

3. O uso das remessas no consumo corrente

Ambos os dados quantitativos e qualitativos indicaram que o rendimento de migrantes é geralmente direccionado, primeiro, para a satisfação de necessidades imediatas dos agregados familiares, tais como alimentação, vestuário, educação das crianças, habitação e bens de consumo. Os bens enviados ou levados para casa com maior frequência incluem vestuário, alimentação, mobília e chapas de zinco.

A Tabela 8 mostra a distribuição dos migrantes da amostra, segundo o tipo de bens enviados ou trazidos para casa pelos próprios migrantes, durante a sua primeira viagem para a África do Sul. A maioria dos migrantes indocumentados enviou ou levou para casa vestuário, durante a primeira viagem para a África do Sul. Em termos de envio de bens para casa, o vestuário é seguido pela alimentação, mobília e chapas de zinco. Em relação aos bens levados pelo migrante, a mobília supera a alimentação. A mobília enviada ou levada para casa inclui, principalmente, cadeiras, mesas e camas. Em menor proporção, houve também outros tipos de bens enviados ou levados para casa, tais como bicicletas, rádios ou gravadores.

Tabela 8 - Migrantes segundo o tipo de bens enviados ou levados para casa, na primeira viagem para a África do Sul

	Percentagem de Migrantes				
Tipo de bens	Bens enviados para casa	Bens levados para casa			
Vestuário	59,7	76,4			
Alimentação	18,2	5,5			
Mobília	14,3	12,5			
Chapas de zinco	6,5	1,4			
Outros	1,3	4,2			
Total	100,0	100,0			
Número de migrantes	77	72			

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

Uma análise de como as remessas enviadas ou levadas para casa são usadas revela que estas têm sido utilizadas principalmente para o consumo/sustento pessoal e/ou da família. Em seguida, elas são direccionadas para negócios da família, investimento na agricultura e educação das crianças. Em menor proporção, as remessas em dinheiro têm sido usadas também para outros propósitos muito importantes, tais como construção ou compra de uma habitação, casamento/lobolo e pagamento de dívida (vide Tabela 9).

 Tabela 9 - Migrantes segundo os propósitos das remessas em dinheiro enviadas ou levadas para casa

			Percentagem	Percentagem de Migrantes		
Propósito do dinheiro en- viado ou levado para casa		Dinheiro enviado para casa	a casa	Dink	Dinheiro levado para casa	casa
	Propósito 1	Propósito 2	Propósito 3	Propósito 1	Propósito 2	Propósito 3
Consumo pessoal/familiar	100,0	;	;	6'86	1	:
Negócio familiar	1	52,0	14,3	1	46,7	12,0
Agricultura	1	34,4	;	1	26,7	4,0
Educação	1	4′6	64,3	1	13,3	72,0
Habitação	1	:	;	1,5	6,7	:
Casamento / lobolo	1	3,1	7,1	4,6	4,4	8,0
Pagamento de dívida	-	1,5	14,3	-	2,2	4,0
Total	100,0	0′001	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de migrantes	51	35	14	99	45	52

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

3.1. Consumo pessoal/familiar

Como mostrado na Tabela 9, as remessas são usadas principalmente para o consumo/sustento pessoal/familiar. Somente em poucos casos elas são direccionadas para propósitos produtivos, provavelmente por serem muito reduzidas. Esta observação é, até certo ponto, consistente com a constatação de De Vletter (2006), ao analisar a diferenciação de agregados familiares no sul de Moçambique. Ele notou que as despesas em alimentação e outras necessidades básicas dominavam sobremaneira o orçamento de agregados familiares de migrantes externos.

Com efeito, quase todos os imigrantes moçambicanos indocumentados, entrevistados na África do Sul, afirmaram que estavam se arriscando apenas para obtenção de meios básicos para o sustento de suas famílias em casa, visto que essas famílias eram, na sua maioria, rurais e dependentes de uma agricultura de subsistência improdutiva. Muitos imigrantes disseram que eles eram os únicos que garantiam o consumo básico da família em casa.

Por exemplo, Isabel, que estava residindo em Bekkersdal com seu cônjuge, desde 1995, declarou que costumava retornar a casa apenas para curtas visitas aos seus irmãos. Sempre que ela vinha a casa costumava comprar bens para seus irmãos, dado que o trabalho destes na lavoura não estava rendendo o suficiente para a sua sobrevivência. Isabel (entrevistada em Bekkersdal a 17 de julho de 2005) era a única pessoa que podia ajudá-los, providenciando alguns bens essenciais. Ela também construiu e mobilou uma casa, na qual moravam seus irmãos.

Adelino, um outro imigrante moçambicano em Nelspruit (entrevistado a 20 de setembro de 2005), confessou que não tinha nenhuma intenção de residir para sempre na África do Sul. O seu grande desejo era o de morar com sua família em Maputo. Se houvesse oportunidades de emprego em Maputo, optaria por residir lá ao invés de vir para a África do Sul sem documentação. Mas ele tinha que continuar a trabalhar em Nelspruit, visto que ele poderia ganhar algum dinheiro que lhe permitiria sustentar a sua família em casa. Ele explicou ainda que nunca retornou a casa desde que chegou a Nelspruit em 2004. Ele costumava enviar bens essenciais (alimentação e vestuário) para a sua família em Maputo. Nunca enviou dinheiro para a família, porque o que ele ganhava não era suficiente para poupanças.

A sobrevivência da família em casa constituía também um imperativo para António e Pedro. António, que confessou ter tido uma experiência amarga na África do Sul (particularmente em Johannesburg), em relação à obtenção de um emprego decente, afirmou que, apesar das dificuldades, ele conseguiu enviar para casa mobília (cama e guarda-roupa), uma aparelhagem electrónica de som e dinheiro para a compra de alimentação para seus pais e oito irmãos. Pedro, que subsequentemente se tornara proprietário de uma oficina de reparação e pintura de automóveis em Soweto, conseguiu enviar alguns bens, sobretudo artigos essenciais, para a sua mãe e seus irmãos em casa. Para o futuro, ele esperava construir uma casa para a sua mãe. Entretanto, não sabia quando retornaria, porque todos lá dependiam dos seus rendimentos em Soweto.

Entretanto, quanto às remessas para o consumo pessoal e/ou familiar, é interessante notar que De Haas (2005) criticou a tendência de alguns estudos considera-

rem as despesas com habitação, saneamento, cuidados de saúde, alimentação e educação como improdutivas. Segundo ele, os melhoramentos no bem-estar e no capital humano das pessoas ajudam a incrementar a sua produtividade, liberdade de escolha e capacidade de participar no debate público; consequentemente, isso constitui desenvolvimento (De Haas, 2005).

3.2. Educação para as crianças

A educação para as crianças foi referida, por alguns migrantes entrevistados, como um dos propósitos das remessas em dinheiro (vide Tabela 9), principalmente entre aqueles que deixaram crianças em casa. Por exemplo, Maria, uma mulher migrante retornada da África do Sul e entrevistada em janeiro de 2004 no distrito de Magude, declarou que o dinheiro que ela ganhou na África do Sul permitiulhe não apenas construir sua casa e alimentar seus filhos, mas também colocá-los na escola. Ela afirmou que não pararia de trabalhar na África do Sul num futuro próximo, pois tinha que continuar a patrocinar a educação dos filhos (Entrevista com Maria, no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

De facto, providenciar ajuda para a educação dos membros mais novos do agregado familiar parece ser uma obrigação social para muitos migrantes. Jorge, entrevistado no distrito de Magude em Maio de 2004, também foi um dos que sentiu este tipo de obrigação quando se encontrava na África do Sul. Ele afirmou que, no lugar de enviar dinheiro, enviou cadernos para seus sete irmãos, no sentido de ajudá-los na sua educação, visto que todas as pessoas na família dependiam dele. Os irmãos do Jorge estavam morando com uma mãe viúva e incapacitada.

3.3. Habitação

Embora o melhoramento das condições de habitação não tenha sido identificado com um dos principais propósitos das remessas em dinheiro (Tabela 9), este revelou-se como um importante factor nas entrevistas qualitativas. Quase todos os migrantes entrevistados afirmaram que uma das metas na sua vida migratória era a obtenção de uma habitação própria com o mínimo de condições em Moçambique. Esta meta já foi alcançada por Maria e Angelina, duas mulheres migrantes, entrevistadas no distrito de Magude e em Tembisa, respectivamente. Maria, que construiu uma casa de três quartos, no distrito de Magude, com material convencional, explicou como conseguiu fazer isso:

Por causa das difíceis condições de vida em casa, fui forçada a viajar para a África do Sul. Lá obtive um emprego e comecei a trabalhar como empregada doméstica. Depois notei que poderia comprar produtos e revendê-los cá em Moçambique para ganhar dinheiro extra. Assim, comecei a fazer isso. Passado algum tempo, e depois de muitas viagens para a África do Sul, comprando bens e os revendendo em Moçambique, consegui construir esta casa que Deus me deu. Graças à África do Sul, consegui tudo o que tenho nesta casa (Entrevista com Maria no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

Angelina (entrevistada em Julho de 2005) informou que, com o dinheiro que estava ganhando em Tembisa, foi capaz de construir casa própria, em Moçambique, em 2001. Sua mãe e seus filhos estavam morando nessa casa. Ela tencionava poupar mais dinheiro, no sentido de poder comprar um automóvel num futuro próximo. Depois disso, ela pretendia comprar mobília para a sua nova casa. Finalmente, ela teria que ganhar mais dinheiro para o futuro de seus filhos. Portanto, não existia data para o seu retorno definitivo a Moçambique. Ela retornaria somente depois de suas metas terem sido atingidas (Entrevista com Angelina em Tembisa, a 19 de Julho de 2005).

A posse de uma habitação no local de origem representa um símbolo de prestígio para os migrantes, especialmente quando esta está localizada na cidade de Maputo. Isso foi, por exemplo, o caso de Sr. Vuma, um imigrante moçambicano em Tembisa, que conseguiu obter a nacionalidade sul-africana e, subsequentemente, tornar-se um empresário bem sucedido. O Sr. Vuma declarou que a insegurança na sua terra natal (distrito de Magude) na década de 80, como resultado da guerra civil (que afectou principalmente as áreas rurais), forçou-o a comprar uma casa alternativa na cidade de Maputo, em 1989. Ele acrescentou que essa casa pertencia a um ex-governador da província de Maputo. Pela casa, ele pagou o equivalente a 60 mil Randes. O Sr. Vuma trouxe alguns dos seus parentes que tinham abandonado suas residências no distrito de Magude, por causa da guerra, para morar na casa. Assim, o Sr. Vuma era proprietário de duas residências: uma no distrito de Magude e outra na cidade de Maputo (Entrevista com Sr. Vuma em Tembisa, a 19 de Julho de 2005).

Mas o caso do Sr. Vuma é uma excepção, pois uma análise das características das habitações, em termos de tipo de material de construção usado, não revela grandes diferenças entre os migrantes retornados e aqueles sem experiência migratória. De Vletter (2006) observou que a construção de casas de cimento era geralmente uma prioridade de migrantes mineiros no sul de Moçambique. Mas isso não era o caso de migrantes laborais indocumentados, particularmente aqueles dos distritos de Magude e Chókwè. A verdade é que somente poucos migrantes indocumentados conseguem construir uma habitação de cimento. Dada a sua instabilidade no emprego e vulnerabilidade à deportação, a maioria dos migrantes indocumentados não é capaz de acumular poupanças suficientes que lhes permita construir uma habitação de alta qualidade, como os mineiros documentados (que são migrantes laborais contratados).

3.4. Lobolo/casamento

O *lobolo* foi definido por Smith (2002) como uma tradição secular de casamento em África, a qual requer que um preço seja pago para o direito de casar com uma mulher. Trata-se de um processo complexo e muito formal de negociação entre duas famílias para um acordo mútuo sobre o preço que o noivo deve pagar no sentido de casar com a noiva. O propósito do *lobolo* é o de unir as duas famílias para promover

respeito mútuo e dignidade e expandir o amor entre o homem e a mulher para as famílias nucleares e alargadas (Smith, 2002).

Uma das realizações sociais dos migrantes, principalmente os migrantes jovens masculinos, é o facto de eles poderem usar uma parte das suas poupanças para o pagamento do lobolo, que lhes permita casar, depois do retorno a casa. Embora a amostra do inquérito tenha mostrado poucos casos de migrantes que usaram as suas poupanças para propósitos de lobolo ou casamento, as entrevistas qualitativas indicaram que esta tem sido uma das metas mais comuns entre os migrantes jovens masculinos. A informação disponível dá a impressão de que, na sua primeira viagem para a África do Sul, os migrantes indocumentados masculinos têm sido maioritariamente solteiros que, depois de algum período de estadia na África do Sul, retornam com os meios necessários para "lobolar".

Por exemplo, Manuel, um migrante indocumentado entrevistado em Tembisa em Julho de 2005, deslocou-se para a África do Sul, deixando em casa Anita, uma mulher que tornar-se-ia sua esposa num futuro próximo. Embora eles estivessem a morar juntos, antes de Manuel migrar para a África do Sul, ele não a considerava como sua esposa, porque ainda não tinha pago o lobolo. Conforme a sua explicação, ele ainda não tinha sido socialmente aceite pela família da Anita como esposo dela. Por isso, Manuel tinha poupado dinheiro e estava se preparando para retornar, com o propósito de pagar o lobolo para poder casar com Anita, de acordo com as normas culturais da sua comunidade.

3.5. Nível de vida

Por nível de vida entende-se a qualidade e quantidade de bens e serviços disponíveis para as pessoas e como estes estão distribuidos. Na sua medição, diversos indicadores têm sido levados em conta, tais como o produto interno bruto, rendimento per capita, acesso e qualidade dos cuidados de saúde e educação, e acesso ao saneamento e água (Ministry of Social Development, 2001; Steckel, 1995).

Neste estudo, a avaliação do impacto da migração laboral indocumentada sobre o nível de vida de agregados familiares de migrantes é feita através de uma análise do tipo de combustível que é usado para cozinhar e da presença de alguns bens duráveis nos agregados, tais como bens electrónicos (telefones, rádios e televisão) e veículos (carros, tractores, motociclos e bicicletas). De acordo com Massey et al. (1987), isto torna a vida muito mais agradável e melhora a condição social e o prestígio de uma família dentro da comunidade rural.

A maioria das comunidades rurais em Moçambique não tem acesso à electricidade. Por isso, a lenha continua sendo a sua principal fonte de combustível. Isso foi reflectido nos resultados da amostra do inquérito nos distritos de Magude e Chókwè, que revelaram que a lenha é usada pela maioria de agregados de migrantes e não-migrantes. Os poucos agregados que usam electricidade localizam-se nas sedes dos distritos, consideradas como áreas urbanas. Porém, mesmo entre os agregados urbanos da amostra, muito poucos usam electricidade. De um total de 22 agregados familiares de migrantes urbanos da amostra, apenas 9,1% usam electricidade. Similarmente, a proporção de agregados familiares urbanos de não-migrantes que usam esta mesma fonte de energia é muito baixa: somente 7,1% de um total de 127. Portanto, não há grandes diferenças entre agregados de migrantes e de não-migrantes em relação ao tipo de combustível mais frequentemente usado para a cozinha.

Um outro indicador usado para avaliar o nível de vida foi a posse de um telefone fixo entre agregados de migrantes e não-migrantes. Nenhum dos agregados familiares, migrante ou não, possui telefone fixo. Também, a maioria de agregados familiares, quer de migrantes quer de não-migrantes, não possui televisão, carro ou motociclo.

Porém, uma análise à posse de rádio ou bicicleta revelou algumas diferenças entre agregados de migrantes e de não-migrantes. Mais de metade (52,4%) dos agregados familiares de migrantes possui um rádio, contra 42,9% dos não-migrantes. O mesmo sucede para a posse de bicicleta (44,8%, contra apenas 18,9%). Estes dados sugerem que rádios e bicicletas são os bens duráveis mais comuns entre os agregados de migrantes indocumentados nos distritos de Magude e Chókwè. Rádios e bicicletas são bens que podem ser comprados facilmente na Àfrica do Sul ou adquiridos no mercado local, em Moçambique, e são relativamente baratos. A posse destes dois tipos de bens é o mínimo que um migrante comum pode fazer, no sentido de melhorar a sua condição social e o seu prestígio dentro da comunidade.

Em suma, a análise da presença de bens duráveis seleccionados nos agregados familiares de migrantes indocumentados e de não-migrantes, nos distritos de Magude e Chókwè, não revelou diferenças salientes no nível de vida entre os dois grupos. O uso da electricidade, bem como a posse de televisões, carros ou motociclos foi declarado apenas por um número muito pequeno de agregados familiares, quer de migrantes quer de não-migrantes, o que significa que não há um padrão claro de posse segundo a condição migratória. Em parte, isto pode ser explicado pelo facto de as duas áreas de estudo serem essencialmente rurais e os rendimentos ganhos pelos migrantes indocumentados serem relativamente baixos.

4. Remessas no investimento produtivo

Além do consumo corrente, o investimento em negócios familiares e na agricultura constitui um dos propósitos para os quais os migrantes têm enviado ou trazido dinheiro para casa. Através das entrevistas qualitativas foi possível perceber em que tipo de negócios e projectos agrícolas os migrantes indocumentados têm investido mais. A maioria usa o dinheiro para pequenos negócios no sector informal. Em geral, estes negócios

3 –

Re

incluem a compra e revenda de géneros alimentícios, com o propósito de gerar algum rendimento para a sobrevivência da família. Isto foi evidente na observação das principais fontes de rendimento entre agregados familiares de migrantes e de não-migrantes (Tabela 10): o negócio foi a principal fonte de rendimento para 41% dos primeiros, contra apenas 28,3% dos segundos.

Tabela 10 - Principal fonte de rendimento em agregados familiares de migrantes retornados e não-migrantes

Principal fonte de rendimento	Percentagem de Agregados familiares				
	Agregados de migrantes retornados	Agregados de não-migrantes			
Salário	5,7	26,0			
Agricultura	37,1	45,7			
Negócio	41,0	28,3			
Trabalho migratório	16,2				
Total	100,0	100,0			
Número de agregados familiares	105	254			

Fonte: Inquérito realizado pelos autores

O desejo de ter um negócio em casa foi a aspiração mais comum de muitos migrantes entrevistados. Manuel, entrevistado em Julho de 2005 em Tembisa, foi um dos migrantes que conseguiram fazer algo para ter negócios em casa. Ele relatou que, com o dinheiro que ganhava em Tembisa, conseguiu comprar uma barraca na sua terra. Passou a usar essa barraca como uma mini-mercearia para a venda de géneros alimentícios. Ao contrário, Pinto, entrevistado em janeiro de 2004 no distrito de Magude, não foi capaz de realizar a sua aspiração de ter seu próprio negócio, visto que teve que retornar a casa como deportado. Contudo, tenciona persistir e, se conseguir juntar dinheiro suficiente, construirá uma mini-mercearia em casa para venda de produtos diversos.

Alguns migrantes disseram que poderiam empreender negócios em casa, para melhorar suas condições de vida, se as suas aldeias tivessem acesso a energia eléctrica. A falta de electricidade foi considerada, por muitos entrevistados, como o maior obstáculo às suas aspirações de desenvolver negócios produtivos nas suas comunidades locais. Este foi, por exemplo, o ponto de vista de Maria:

Se esta aldeia tivesse acesso à electricidade, eu construiria uma mini-mercearia aqui que me permitisse alimentar e educar meus filhos, e não voltaria mais para a África do Sul. Não pretendo ser absolutamente dependente das minhas deslocações para a África do Sul. A minha filha mais velha, que cuida dos irmãos mais novos na minha ausência, sairá de casa a qualquer momento por causa do seu casamento. Os filhos mais novos correm o risco de ficarem sós em casa a qualquer momento. Isso preocupa-me bastante. Por essa razão, tenho que lutar para construir uma mini-mercearia aqui em casa, para que possa cuidar dos meus filhos (Entrevista com Maria no distrito de Magude, a 23 de janeiro de 2004).

Portanto, na sua maioria, os negócios desenvovlvidos pelos agregados de migrantes indocumentados são algo insignificantes no contexto do crescimento económico e do desenvolvimento das comunidades locais. Eles não geram emprego e dificilmente podem satisfazer as necessidades básicas de um agregado familiar. Os negócios mais comuns resumem-se à venda, na rua ou dentro de mercados informais locais, de géneros alimentícios, vestuário, bebidas alcóolicas tradicionais, carvão e lenha.

Além de pequenos negócios, alguns migrantes disseram que enviaram ou trouxeram dinheiro para casa, para investimento na produção agrícola. No geral, o dinheiro foi usado para pagamento de trabalhadores de fora do agregado familiar ou para o aluguer de uma charrua. Os trabalhadores de fora são, geralmente, convidados para reforçar a mão-de-obra disponível no agregado familiar. Porém, é importante sublinhar que o impacto deste tipo de investimento no desenvolvimento das comunidades locais não é evidente, o que pode ser explicado pelo facto de este ser feito por um número muito reduzido de migrantes, numa base irregular e restringido apenas à agricultura de subsistência.

Uma análise à posse de tractores e gado no agregado familiar, indicadores usados para avaliar o investimento em insumos para a produção agrícola, sugere que não houve realizações significativas, quer nos agregados familiares de migrantes quer nos de não-migrantes. Somente dois (num total de 105) agregados familiares de migrantes possuíam um tractor, contra um agregado familiar de não-migrantes (num total de 254). Do total dos agregados familiares de migrantes, 25% tinham pelo menos um boi, contra apenas 14% de agregados de não-migrantes. Aqui torna-se importante sublinhar que a criação de gado é uma actividade comum nos distritos de Magude e Chókwè, que também parece ser a mais preferida pelos migrantes retornados naquelas áreas.

O sucesso do investimento produtivo nas comunidades emissoras de migrantes é, em alguns casos, dependente da experiência e condição legal dos migrantes. Migrantes com longa experiência na África do Sul e na posse de documentação legal têm maior propensão para fazer investimentos visíveis do que aqueles sem experiência suficiente e numa condição ilegal. Por exemplo, o Sr. Vuma, que residia em Tembisa há mais de três décadas no momento da entrevista (Julho de 2005), relatou que tinha se tornado num grande agricultor e criador de gado na sua terra natal, depois de ter feito um investimento significativo em insumos para a produção agrícola (tractores e gado). Note-se, porém, que o Sr. Vuma adquiriu nacionalidade sul-africana desde 1970 e tornou-se num empresário de sucesso em Tembisa.

Conclusão

Do ponto de vista socioeconómico, a migração laboral indocumentada de Moçambique para a África do Sul constitui uma das várias estratégias de sobrevivência dos agregados familiares nos distritos de Magude e Chókwè. Os migrantes indocumentados têm ajudado os membros de seus agregados famíliares através de remessas (em dinheiro ou bens, enviados ou trazidos para casa pelos próprios migrantes), embora em escala muito reduzida. Somente poucos têm enviado dinheiro para casa; a maioria dos migrantes tem preferido trazê-lo consigo no momento de retorno, provavelmente porque têm optado, primeiro, pela poupança.

A capacidade de enviar ou levar bens ou dinheiro para casa tem uma relação positiva com a duração da estadia (experiência) e o nível de rendimentos na África do Sul. Os migrantes que se têm empregado na indústria têm remetido relativamente mais dinheiro, se comparados com os ocupados no sector da agricultura.

Os bens enviados ou trazidos para casa incluem, principalmente, vestuário, alimentação, mobília e chapas de zinco. As remessas têm sido usadas, principalmente, para o consumo corrente nos agregados familiares. Algum dinheiro tem sido usado também para pequenos negócios familiares, agricultura de subsistência, educação das crianças e construção da habitação. Em alguns casos, o dinheiro é utilizado pelos migrantes para a realização das suas obrigações sociais, tais como lobolo/casamento ou pagamento de dívidas.

As remessas de migrantes indocumentados têm sido muito reduzidas, devido à sua vulnerabilidade à exploração e deportação da África do Sul. Dada a limitação das remessas, não tem havido melhoramentos significativos na sua qualidade de vida, como, por exemplo, no caso de migrantes mineiros que são, maioritariamente, contratados. Igualmente, não há realizações visíveis no desenvolvimento socioeconómico dos agregados ou comunidades locais, porque as remessas são muito limitadas.

Referências bibliográficas

- Akuei, S. R. (2005), "Remittances as unforeseen burdens: the livelihoods and social obligations of Sudanese refugees", GCIM Global Migration Perspectives No. 18.
- De Haas, H. (2005), "International migration, remittances and development: myths and fact", GCIM Global Migration Perspectives No.30.
- De Vletter, Fion (2006). "Migration and Development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival", SAMP Migration Policy Series No. 43.
- Ghai, D. (2004), "Diasporas and development: the case of Kenya", GCIM Global Migration Perspectives No. 10.
- Horst, C. (2004), "Money and mobility: transnational livelihood strategies of the Somali

- diaspora", GCIM Global Migration Perspectives No. 9 (2004).
- Massey, D. S., Alarcón, R., Durand, J. & González, H. (1987), Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico. Berkeley, University of California Press.
- Mazzucato, V. (2005), "Ghanaian migrants' double engagement: a transnational view of development and integration policies", GCIM Global Migration Perspectives No. 48.
- Ministry of Social Development (2001), Economic standard of living. The Social Report 2001, New Zealand. http://socialreport.msd.govt.nz/2001/economic-standard/ economic-standard.shtml (Acesso: 20/02/2007).
- Nwajiuba, C. (2005), "International migration and livelihoods in southeastern Nigeria", GCIM Global Migration Perspectives No. 50.
- Ratha, Dilip (2011), "World remittance flows updated to \$483 billion for 2011", People Move: A blog about migration, remittances, and development. http://blogs.worldbank.org/peoplemove/worlwide-remittance-flows-updated-to-483-billion-for-2011 (Acesso: 10/02/2012).
- Smith, G. (2002), "Marriage tradition in Africa: lobola", Essortment. http://azaz.essortment.com/africanmarriag_rntr.htm (Acesso: 20/03/2007).
- Stalker, P. (2006), "Stalker's Guide to International Migration: Impact of emigration". http://pstalker.com/migration/mg_emig_2.htm (Acesso: 07/03/2007).
- Steckel, R. H. (1995), "Stature and the Standard of Living", Journal of Economic Literature, 33 (Part 2): 1903-1940.



Causas, consequências e padrões da migração internacional de Moçambique: questões emergentes no espaço da lusofonia ¹

Inês M. Raimundo 2

Resumo

As migrações internas e internacionais têm sido uma das características dominantes da população de Moçambique e do continente africano no geral, provocadas particularmente pela descolonização, oportunidades de emprego e de formação, guerras civis, cooperação internacional e calamidades naturais. Segundo Martin, Martin e Weill (2006) e o PNUD (2009), os factores dominantes desses fenómenos têm sido as diferentes respostas resultantes das diferenças económicas, políticas, sociais e ideológicas que ocorrem a nível interno e externo desses países.

Por razões históricas, Moçambique é um dos países da África Austral com relações económicas privilegiadas com a República da África do Sul, cuja emigração laboral para as minas, plantações e outros sectores de trabalho é já muito antiga. Porém, nos últimos tempos, Moçambique vem sendo palco de um outro fenómeno, caracterizado por imigração sem precedentes e bastante acentuada, cuja origem se localiza particularmente na região dos Grandes Lagos de África, Etiópia, Somália, Médio Oriente (Líbano) e na Ásia, especificamente China, Bangladesh e Paquistão. Entretanto, os dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 indicam que, nessa altura, existiam 206.906 estrangeiros a residir em Moçambique, dos quais 6.560 eram provenientes de Cabo Verde, 4.279 de Portugal, 1.192 de São Tomé e Príncipe, 985 de Angola, 934 do Brasil e 355 da Guiné-Bissau, não havendo dados específicos sobre imigrantes provenientes do Timor Leste. Estes formam, no conjunto, os migrantes do espaço da lusofonia.

Docente e investigadora da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Geografia e Centro de Análise de Políticas, Cx Postal 257, Maputo, Moçambique. E-mail: ines.raimundo@uem.mz, inesmacamo@gmail.com

Agradeço ao Prof. Gerhard Liesegang, pelas ideias sugeridas ao longo da preparação deste artigo, e à Universidade Eduardo Mondlane, em particular à Faculdade de Letras e Ciências Sociais que, através do seu Director, o Prof. Armando Jorge Lopes, me autorizou a participar em conferências internacionais relacionadas com a temática em estudo. Agradeço também ao Prof. João Peixoto, pela disponibilidade imediata e incondicional de informação estatística e de fontes relacionadas com a imigração em Portugal. Finalmente, os meus agradecimentos são também endereçados ao meu marido, Zé, que, de forma incansável, fez a correcção, revisão e comentário do texto.

Neste contexto, o presente artigo analisa a migração internacional que ocorre no espaco/território da lusofonia, em particular em Mocambique, tendo como base os dados dos censos nacionais e relatórios sobre migrações do Banco Mundial. Apesar de não serem representativos, a informação obtida desses dados ilustra claramente uma tendência de crescimento de pessoas que se movimentam para dentro e para fora de Moçambique, e, curiosamente, muito pouco para o interior do espaço/território da lusofonia. Por isso achamos legítimo questionar: por que é que isso acontece assim? Por que razão esse movimento migratório não privilegia o espaço/território da lusofonia, que, por sinal, tem o mesmo passado colonial e, por consequência, a mesma língua?

Palavras-chave: Migrações, espaço/território lusófono, Moçambique

1. Introdução

Moçambique, nos últimos 36 anos de sua independência3, tem registado uma intensa mobilidade populacional que, até muito recentemente, era justificada pela instabilidade política originada pela guerra dos 16 anos (1976-1992), pelas invasões militares estrangeiras e, também, calamidades naturais tais como inundações, ciclones e particularmente as secas.

Desde o primeiro Recenseamento Geral da População realizado em 1980 até ao terceiro em 2007, foram recolhidas várias informações sobre a migração em Moçambique, sem, contudo, se fazer uma análise exaustiva sobre a migração internacional, em particular no espaço da lusofonia. Por isso, este artigo procura colmatar essa lacuna tendo como base os dados dos censos nacionais e alguns estudos encontrados na Internet e que versam sobre os países lusófonos. Apesar de não serem representativos, a informação obtida a partir desses dados ilustra uma tendência de crescimento de pessoas que se movimentam para dentro e para fora de Moçambique, provocando a seguinte curiosidade: Quem são essas pessoas? O que é que elas fazem? Para onde é que se dirigem? Por que saíram dos seus lugares habituais de residência?

Na proposta inicial deste tema colocámos algumas guestões que, na altura, constituíam o centro de preocupações, tais como: a definição exacta da natureza dos migrantes que se encontram no espaço da lusofonia, as suas principais ocupações, suas qualificações, o tipo de políticas e leis que gerem essas migrações e a natureza de políticas referentes à circulação da mão-de-obra no território da lusofonia. Porém, a análise de dados e a pesquisa bibliográfica permitiram novas reflexões que nos trouxeram novas inquietações referentes à circulação de migrantes no espaço/território da lusofonia. Por que é que Portugal se transformou no destino final de migrantes brasileiros, angolanos, cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses e não de moçambicanos?

É de referir que a República de Moçambique é independente desde o dia 25 de Junho de 1975.

Aparentemente a circulação de migrantes dentro do espaço dos PALOP⁴ é menos expressiva. Pode ser pelo facto de os países possuírem economias muito fracas e pelo factor distância. Esta última hipótese não é aceitável na medida em que em Moçambique se podem encontrar povos de lugares distantes com os quais o país não tem ligação histórica. Aliás, Cabo Verde é o país dos PALOP mais distante de todos, mas que supera numericamente as restantes nacionalidades da lusofonia em Moçambique. Quando olhamos para as estatísticas sobre moçambicanos em Portugal observamos que são baixas. Segundo as fontes portuguesas, são apenas 3.122 indivíduos em 2010 (SEF, 2010). Perante este facto, seria interessante estudar quem são estes poucos moçambicanos que aí se encontram. Porém, esse não é o objectivo deste artigo.

Importa referir que nos objectivos iniciais fazia-se também menção à possibilidade de serem usados dados do Ministério da Educação relacionados com moçambicanos bolseiros e seu destino, para avaliar as tendências de fuga de profissionais qualificados. Porém, esta intenção se revelou inútil, porque o referido Ministério ainda está a organizar a sua base de dados. Da Costa (s/d)⁵, citando dados obtidos no portal do Ministério da Educação, menciona existirem 800 estudantes moçambicanos no exterior. Contudo, a autora não acredita neste número, pois julga ser superior ao que nos é dado pelo Ministério da Educação.

Adepoju (1996⁶, 2008⁷), Raimundo (2008a)⁸ e o PNUD⁹ (2009) defendem que as migrações, como um acto de mudança de local de residência, constituem hoje um autêntico desafio, particularmente quando se trata de migração internacional, no que diz respeito ao registo, à identificação das causas dessa migração e à obtenção de dados estatísticos fiáveis. São um grande desafio na medida em que, na sua maioria, esses migrantes nunca chegam a declarar a sua situação concreta no país, isto é, se o fazem em definitivo ou não. Segundo Adepoju (2008), o registo de migrantes em África é deficiente pelo facto de ser difícil separar as migrações internas das internacionais, sobretudo nas regiões fronteiriças.

2. Espaço/território lusófono e migração

Antes de se avançar com qualquer análise, iremos discutir alguns conceitos que nos darão esclarecimentos prévios, tais como "espaço, território e lusofonia".

⁴ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Da Costa, Ana B. (2009). Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. Ensino Superior e circulação internacional de estudantes: os PALOP no Brasil e em Portugal.

Adepoju, Aderanti. The links between intra-continental and intern-continental migration in and from Africa. Dakar (1996).

Adepoju, Aderanti. Perspectives on international migration and national development in sub-Saharan Africa. Leiden (2008).

⁸ Raimundo, Inês M. Mozambican refugees in Malawi: What did happen to soils and forests? Bonn (2008).

⁹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ultrapassando barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. New York (2009).

Araújo (1988)¹⁰ define espaço como produtivo e residencial. Segundo ele, o espaço produtivo é o intercalamento que existe entre a produção e a residência, enquanto o espaço residencial é o lugar onde a população reside.

Gil (2009)¹¹ diferencia território do espaço, quando afirma que o território é o fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forcas, de relações de poder económico, político e cultural, enquanto o espaço se forma dentro de um território e tem funções definidas e diferenciadas dentro da divisão do trabalho. Assim, o espaço rural é o lugar da produção agrícola e pecuária e o espaço urbano é o do consumo dos produtos rurais.

Na opinião de Hansine (2010)¹², território é uma extensão considerável de terra, área de um país ou Estado; é a base geográfica do Estado sobre a qual ele exerce sua soberania. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Ele possui limites, fronteiras, e, por isso, é um lugar de conflitualidades.

Partindo destas definições, é fácil dizer o que é, de facto, um território lusófono. Porém, o mesmo já não acontece quando pretendemos definir um espaço lusófono, na medida em que nos deparamos com problemas relacionados com limites geográficos, questões culturais e materiais, produção económica, que reflectem o continuum. Será que existe algum continuum dentro dos países lusófonos?

Assim, entende-se neste trabalho por espaço lusófono o "território" formado por um conjunto de países que têm como língua oficial o português e estão unidos por uma organização, nomeadamente a CPLP¹³, que inclui os PALOP.

Importa referir que, neste trabalho, Portugal será privilegiado não só pelo facto da língua portuguesa ser comum entre os PALOP e a CPLP, mas particularmente por ser o principal destino dos migrantes deste espaço/território lusófono.

A CPLP é formada por oito Estados soberanos, nos quais a língua portuguesa é uma das mais importantes.

A Guiné Equatorial apesar de ter a língua portuguesa como oficial e fazer parte da CPLP como observador, assim como o Senegal, Maurícias e Timor Leste, foram pro-

Araújo, Manuel G. Mendes de. O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Lisboa. Lisboa (1988).

Gil, Izabel C. (2009). Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/territorialidadedesenvolvimentocontemporaneo.pdf. acedido no dia 12 de Janeiro de 2012.

¹² Hansine, Rogers J, M. O conceito de Região e sua relação com desenvolvimento do território. Texto não publicado. Maputo (2010).

¹³ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

positadamente excluídos desta análise. As razões desta exclusão são duas: a Guiné Equatorial, o Senegal e as Maurícias, por não terem sido colónias de Portugal, e Timor Leste, pelo facto de ter sido colonizado pela Indonésia, após a sua independência em 1975, situação que terá "quebrado" a sua ligação com os restantes países lusófonos, pelo menos na questão linguística. Por outro lado, os dados estatísticos existentes sobre a migração dos povos mencionados para Portugal, como país de destino, são de um valor estatístico muito baixo.

O CODESRIA¹⁴ publicou em 2005 um livro resultante de uma colectânea de artigos com o título: *Lusofonia em África: História, democracia e integração africana*. O referido livro resultou das comunicações apresentadas na Conferência Internacional em Maputo (Moçambique) em Maio de 2005, por africanos da lusofonia e por "estrangeiros africanos", ou seja, pessoas que não sendo africanas, ou que não estando baseadas num país africano, se interessam pelo estudo do continente africano e, em particular, da África lusófona. Apesar da discordância sobre o conceito de lusofonia e sobre o significado de ser lusófono, as comunicações apresentadas analisaram o assunto segundo a perspectiva científica em que se encontram integradas.

Sem querer concordar ou discordar com as opiniões dos colegas, neste trabalho pretende-se apresentar uma análise da criação do espaço lusófono a partir do fenómeno da migração. Isto é, a migração que supostamente deveria ocorrer dentro do espaço lusófono.

Amaral (2005:8)¹⁵ define lusofonia em África como sendo um conceito que integra cinco países que se formaram ao longo dos cinco séculos de colonização portuguesa, tendo, por consequência, adoptado alguns aspectos comuns. Este é o caso da língua portuguesa, que funcionou como um elemento interno de ligação entre as respectivas populações e para projecção exterior.

A discussão da migração dentro do espaço da lusofonia é desenvolvida na base da existência de um espaço lusófono e no contexto de um movimento populacional que significa mudança de residência. Os dados disponíveis, tal como se verá mais adiante, combinam a população migrante e população estrangeira. Muitas vezes, o debate é posto em causa pela indisponibilização de dados actualizados e coerentes. Importa referir que é apenas Portugal o país que possui estatísticas mais actualizadas sobre a migração dentro da CPLP, sendo, por sinal, o país de destino de muitos desses migrantes. Segundo o SEF¹⁶ (2010), Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau são os países africanos com maior número de comunidades estrangeiras a viver em Portugal, suplantados pelo Brasil e por alguns países do Leste Europeu.

¹⁴ Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África.

Amaral, Ilídio. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos desafios do Século XXI. Dakar (2005).

¹⁶ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2010. http/www.sef-pt.

É de referir que, para efeitos de medição da migração em Moçambique, o III Recenseamento Geral da População de 2007, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, considerou as seguintes perguntas: (i) lugar de residência actual, (ii) lugar de nascimento, (iii) lugar de residência um ano antes da data do Censo (1 de Agosto de 2006) e (iv) lugar de residência cinco anos antes da data do Censo (1 de Agosto de 2002).

Como referem Muanamoha e Raimundo (2011)¹⁷, as perguntas sobre o lugar de nascimento e o lugar de residência actual permitem estimar a migração acumulada ou de toda a vida, enquanto as perguntas sobre o lugar de residência um ano e cinco anos antes da data do censo permitem aferir sobre a migração mais recente. Assim, os dados estatísticos do III RGPH18 de 2007 de Moçambique contabilizaram 20.579.265 habitantes, dos quais 9.897.116 eram homens e 10.682.149 eram mulheres. Estas estatísticas mostram também que no espaco/território lusófono havia anteriormente 1.460 moçambicanos, dos quais 1.373 se encontravam em Portugal.

Apesar da CPLP e dos PALOP estarem empenhados na integração, os números revelados sobre a migração dentro do espaço lusófono criam uma curiosidade, porque tal como se mencionou, através dos dados do SEF e daqueles disponíveis dentro dos PALOP, em particular nas estatísticas oficiais de Moçambique, a relação secular entre os países pode ser questionada. No quadro 1 podemos nitidamente observar a preponderância da comunidade brasileira em Portugal e a presença quase insignificante da comunidade moçambicana naquele país, no conjunto dos países dos PALOP e da CPLP.

Quadro 1- População com nacionalidade da CPLP em Portugal em 2010

País de nacionalidade	Número	Percentagem da população estrangeira residente em Portugal (%)
Total da população estrangeira	445.262	100
Angola	23.494	5,27
Brasil	119.363	26,80
Cabo Verde	43.979	9,87
Guiné-Bissau	19.817	4,45
Moçambique	3.122	0,70
São Tomé e Príncipe	10.495	2,35

Fonte: SEF, 2010

O quadro 2 versa sobre a população residente em Portugal nascida no estrangeiro. Nele pode-se constatar que Moçambique faz parte dos cinco países com maior número de população estrangeira em Portugal. Esta informação provém do site http://www.

Muanamoha, R. C. e Raimundo, I. M, Movimentos migratórios em Moçambique. Maputo (artigo ainda não publicado).

Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação.

migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523, cujos dados se referem a população nascida no estrangeiro, não sendo claro quantos são moçambicanos naturalizados portugueses, isto é, aqueles que já possuem a nacionalidade portuguesa. 19 De qualquer das formas, esta informação é de capital importância para perceber quantas pessoas nascidas em Moçambique vivem em Portugal, ou à data de recolha desta informação se encontravam em Portugal.

Quadro	2 -	Popul	acão	nascida	na	CPI P	Δm	Portugal	Δm	2003
Quadro	Z -	ropui	aÇaU	Hasciua	Hd	CFLF	em	rortugar	em	2003

País de origem	Número	Percentagem da população nascida no es- trangeiro residente em Portugal (%)
Total da população nascida no estrangeiro	651.472	100,0
Angola	174.210	26,7
França	95.282	14,6
Moçambique	76.017	11,7
Brasil	49.891	7,7
Cabo Verde	44.969	6,9
Outros países	211.108	32,4

Fonte: http://www.migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523

3. A migração internacional e as estatísticas sobre a migração

Entende-se por migração internacional a deslocação de pessoas entre fronteiras internacionais, resultando numa mudança do país de residência habitual (PNUD, 2009:15). Ela é um dos fenómenos mais complexos que existem na actualidade. Peixoto (2004)²⁰ considera a migração internacional como um problema demográfico, económico, político, social e cultural. Esta constatação é mais aprofundada por Raimundo (2009), quando nas questões culturais ela discute a feitiçaria como um factor de migracão forcada.

Embora se reconheça que a migração internacional continua a ser um fenómeno excepcional dentro das restrições de movimentações impostas pelos Estados que lutam pela sua soberania contra a "invasão" dos aliens (Adepoju 2008; Oucho 2008²¹), ela é um fenómeno incontornável que as sociedades modernas não se podem dar ao luxo de dizer que não devia existir, exactamente pelas dimensões desenvolvidas por Peixoto.

A obtenção de números sobre as pessoas que estão em mobilidade é dos mais difíceis exercícios na disciplina da Demografia. Pese embora o registo de pessoas nas fronteiras, nem sempre os resultados são os mais desejados, porque elas cruzam fronteiras por variados motivos. Zlotnik (1999)²² enfatiza esta dificuldade ao afirmar que seria

Estes dados incluem as repatriações de indivíduos de descendência portuguesa após a independência das ex-colónias

Peixoto, João. As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. N011/2004.

²¹ Oucho, John. African brain drain and gain, Diaspora and remittances: More rhetoric than action. Leiden

Zlotinik, Hania. Trends of international migration since 1965: What existing data reveal. Geneva.

necessário contar anualmente todas as pessoas que cruzam fronteiras por motivos de fixação de residência definitiva, incluindo as saídas dos seus países de origem e as que regressam definitivamente para os seus países.

Considerando que apenas um pequeno grupo de países tem capacidade financeira, humana e vontade política (com leis e políticas migratórias claras e definidas), a estimativa da migração internacional ao nível global e, particularmente, dentro de um grupo de países, tal como o que está em discussão, é quase impossível. O que torna esta situação ainda mais difícil é a existência de um número indefinido de pessoas que foge das guerras, das perseguições políticas, religiosas e étnicas. Esta dificuldade imperativamente nos remete para estimativas da migração. Maior é a dificuldade quando se pretende fazer comparação dos dados estatísticos dos países, pois, como referem Castro e Oliveira (2001)²³, existe um desencontro de dados devido à altura da colheita dos mesmos. Por outro lado, os dados sobre migrantes são em muitos dos casos obtidos a partir da categoria "nações mais representadas", situação que exclui os países menos representados. O SEF, por exemplo, enfatiza as "dez principais nacionalidades mais representativas em Portugal", sendo cinco da CPLP, nomeadamente Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Portanto, Moçambique não consta.

De acordo com Raimundo (2008a), a informação que as instituições internacionais (o PNUD e o Banco Mundial) têm sobre migrantes moçambicanos na Europa ou na América não têm sido obtidas a partir de fontes nacionais, mas sim dos países onde esses cidadãos se encontram radicados. Por outro lado, alguns casos, como o site http://www. migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523, revelam que aos dados dos migrantes se podem acrescentar os da população nascida no estrangeiro, situação que pode baralhar os leitores. Tal pode criar um quadro desajustado da realidade, ao procurar apresentar uma imagem de um país cuja população se movimenta mais para fora do seu território do que para o interior das fronteiras convencionais estabelecidas.

Já em relação ao Brasil foi possível encontrar dados referentes a estrangeiros provenientes da Europa (Portugal), Ásia (Japão), América Latina e América do Norte residentes neste país. Em relação à população dos PALOP, a informação encontrada é de 1988 e 2001, mencionando africanos em situação irregular beneficiários de uma amnistia.

O maior problema estatístico é aquele que tem ocorrido nos PALOP, em que os censos não têm estado sintonizados. Por exemplo, Angola prepara um censo para 2013, Cabo Verde realizou um em 2010, Guiné-Bissau em 2009, Moçambique em 2007 e São Tomé e Príncipe em 2001. Para além do acesso aos dados obtidos ser difícil (apenas se dispõe da informação colocada na Internet), os diferentes anos em que os censos foram realizados tornam difícil qualquer comparação.

Castro, M. Garcia e Oliveira, Antônio Tadeu. Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e PNADS (1980-1998) e alguma leituras da mídia. Brasil (2001).

Os dados estatísticos sobre migrações disponíveis e mais actualizados sobre Moçambique permitiram determinar a migração acumulada (life time migration), ou seja, o stock à data do censo. Entretanto, não foi possível fazer este exercício para os restantes países da CPLP ou PALOP.

O quadro sobre dados estatísticos é muito sombrio e, por isso, deve-se admitir que as análises foram feitas sem o recurso a dados comparáveis. A mesma foi feita com base em inferências, dentre elas o facto de a lusofonia ser apenas um espaço/território linquístico e não de migração, não obstante a existência das marcas culturais da migração, representadas pela língua, música, dança e gastronomia.

4. Migração internacional em Moçambique

Raimundo (2009)²⁴, secundando autores que estudaram as migrações em Moçambique, tais como Borges Coelho (1993)²⁵, Covane (1996)²⁶, Crush e Tshitereke (2002)²⁷, das Neves (1998)²⁸, de Vletter (2000)²⁹, Harries (1994)³⁰ e Penvenne (1982)³¹, justifica as migrações de Moçambique como continuidade de rotas definidas por vários eventos que aconteceram no passado, tais como: as migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o xibalo (trabalho forçado), o traba-Iho migratório para as minas e plantações da África do Sul, incluindo para as plantações da ex-Rodésia do Sul (Zimbawe), e as calamidades naturais.

Na opinião de Raimundo (2008b³², 2010) e de Muanamoha (2010)³³, nos dias que correm o trabalho migratório, em muitos dos casos, já não acontece dentro do sistema formal, isto é, do recrutamento feito por Companhias, tais como a TEBA (The Bureau of Employment), a Thola e a Algos, mas sim por mecanismos informais, situação que engrossa o número de indocumentados nestes países, em particular na África do Sul, dificultando, deste modo, a obtenção de dados estatísticos viáveis.

Além dos homens, também as mulheres moçambicanas passaram a atravessar as

Raimundo, Inês M. População, mobilidade, pobreza rural em Moçambique e feitiçaria. Maputo (2009).

²⁵ Borges Coelho, João P. C. (1993). Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war. Bradford, UK.

²⁶ Covane, Luís A., 1996, Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Especial Reference to Lower Limpopo Valley, 1920-1992. London (1996).

Crush, Jonathan and Tshitereke. Contesting Migrancy: The foreign labour debate in Post-1994 South Africa. Cape Town, SA (2002).

²⁸ Das Neves, Joel M. Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c. 1965: A case Study of Manica Province. London (1998).

²⁹ De Vletter, Fion. Labour migration to South Africa: the lifeblood for southern Mozambique. In *On borders* - Perspectives on international migration in southern Africa. Cape Town, SA (2000).

Harries, Patrick. Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910. Johannesburg, SA (1994).

³¹ Penvenne, Jeanne. A History of African Labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950. Boston (1982).

Raimundo, Inês M. Migration management: Mozambique's challenges and strategies. Leiden (2008).

³³ Muanamoha, Ramos Cardoso. Dynamics of undocumented Mozambican labour migration to South Africa. Saarbrucken, Germany (2010).

fronteiras da África do Sul, recrutadas por vias informais para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar e de tomate, ou para trabalharem como cabeleireiras nas ruas de grandes cidades sul africanas, noameadamente Johannesburg, Durban, Pretoria e Nelspruit (Raimundo, 2010) 34.

Entretanto, as províncias fronteiriças do centro e norte de Moçambique, tais como Cabo Delgado, Niassa, Manica e Tete, também têm uma história secular de migrações. Podemos apreciar, por exemplo, nos trabalhos de Das Neves (1998), referências ao trabalho migratório feito por moçambicanos da região Centro nas plantações no Zimbabwe. Segundo Raimundo (2010), o comércio secular que se estabeleceu nas províncias do Niassa e Cabo Delgado com o Malawi e com a Tanzânia criou bases para um fenómeno migratório que continua nos nossos dias. Por exemplo, encontramos gente que sai de Mandimba, na província do Niassa, para o Malawi e Tanzânia, tendo por finalidade o comércio. É a chamada migração transfronteiriça ou cross border trade.

Em suma, os dados sobre as migrações internacionais oriundas de Moçambique indicam uma maior tendência direccionada para a região Austral de África e menor para os países da lusofonia. É importante referir que, apesar do nível de debate sobre questões de migração em Moçambique ser ainda incipiente, já começa a despontar algum interesse na abordagem académica, bem como no esforço de formulação de políticas de desenvolvimento mais centradas no factor humano.

4.1 População estrangeira residente em Moçambique

Os dados do III RGPH apurados segundo a variável nacionalidade indicam que residiam em Moçambique 20.252.223 habitantes em 2007, dos quais 20.046.317 são de nacionalidade moçambicana e os restantes 205.906 de nacionalidade estrangeira. Observando o quadro 3, constata-se que, do universo da população estrangeira, a maioria provém de Malawi com 74.996, do Zimbabwe com 24.612, da África do Sul com 8.613, da Tanzânia com 7.406, da Zâmbia com 5.753 e da República Democrática do Congo com 1.465 habitantes vivendo no território de Moçambique. Dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa destacam-se Cabo Verde (6.560) e São Tomé e Príncipe (1.192), e depois Angola com 985 e Guiné-Bissau com 365 habitantes.

Fora de África encontramos uma forte presença de população de Portugal com 4.279, da Índia com 2.357, do Paquistão com 1.243, do Brasil com 934 e da China com 667 habitantes. Refere-se, entretanto, que existem 52.986 habitantes cuja cidadania não foi possível apurar e foram registados como "desconhecidos".

Raimundo, I.M. (2010). Gender, Choice and Migration: Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique. Saarbrucken, Germany (2010).

Quadro 3 - População residente em Moçambique em 2007, por nacionalidade

País	Total	Homens	Mulheres
Moçambique	20.046.317	9.646.196	10.400.121
África do Sul	8.613	4.064	4.549
Angola	985	475	510
Botswana	55	19	36
Burundi	898	484	414
Cabo Verde	6.560	3.208	3.352
Congo (Brazzaville)	2.320	1.338	982
Etiópia	64	39	25
Gâmbia	93	64	29
Guiné-Bissau	365	188	167
Guiné-Conacri	829	620	209
Guiné-Equatorial	107	84	23
Ilhas Maurícias	224	127	97
Lesoto	66	40	26
Madagáscar	18	11	7
Malawi	74.996	35.346	39.650
Namíbia	54	20	34
Níger	126	85	41
Nigéria	532	422	110
Quénia	204	120	84
República Democrática do Congo	1.465	1.136	329
Ruanda	737	391	346
São Tomé e Príncipe	1.192	570	622
Senegal	352	297	55
Serra Leoa	430	235	195
Seychelles	105	47	58
Somália	231	144	87
Sudão	51	30	21
Suazilândia	870	360	510
Tanzânia	7.406	3.631	3.775
Togo	177	102	75
Tunísia	100	53	47

Uganda	0	0	0
Zâmbia	5.753	2.579	3.174
Zimbabwe	24.612	10.063	14.549
Outros países africanos	0	0	0
Alemanha	295	167	128
Brasil	934	397	537
Chile	67	38	29
China	667	527	140
Cuba	237	140	97
Espanha	252	130	122
Estados Unidos da América	567	291	276
França	348	214	134
Índia	2.357	1.463	894
Inglaterra	498	258	240
Itália	492	313	179
Japão	44	16	28
Paquistão	1.243	773	470
Peru	60	31	29
Portugal	4.279	2.609	1.670
Outros países da América	0	0	0
Outros países da Europa	0	0	0
Outros países da Ásia	0	0	0
Outros países da Oceânia	0	0	0
Sem especificação	52.986	26.735	26.251

Fonte: III RGPH 2007

O quadro 4 nos indica que entre 2002 e 2006 houve um saldo migratório positivo correspondente a 22.982 estrangeiros, representando um crescimento de 7,2 %. Durante este período, todos os países africanos aumentaram a sua população. Destaque vai para a província Malawi que lidera os países de imigração, com um ganho líquido de 8.295 pessoas. A seguir está a África do Sul (7.990), a Zâmbia (1.896) e a Tanzânia (1.076 pessoas). Os países cuja população não aumentou durante este período são o Senegal, a Serra Leoa e o Togo, que aumentaram apenas uma pessoa, enquanto a Guiné Equatorial aumentou cinco, a Gâmbia e São Tomé e Príncipe aumentaram sete pessoas.

Contudo, não foram identificados nacionais de Cabo Verde e do Zimbabwe. É provável que a população destes países se encontre "escondida" na categoria do censo de "sem especificação".

Em relação aos países asiáticos, as principais nacionalidades são a indiana e a paquistanesa, enquanto as europeias são dominadas por Portugal. Por último se encontra a América, onde se destacam países como Brasil e Estados Unidos da América. No geral, a população destes países, em ambos os períodos de análise, é inferior a 1.000 habitantes.

Os saldos migratórios por sexo indicam que o maior ganho líquido de população em Moçambique, resultante da migração, registou-se entre a população feminina, pois em ambos os períodos elas superam a população do sexo masculino, em 16.516 em 2002 e em 16.358 em 2006.

Quadro 4 - População estrangeira residente em Moçambique, por sexo e país de nacionalidade, em 2002 e em 2006

País	Populaçã	o estrangeira em 2002	residente	População estrangeira residente em 2006			
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
	316.282	149.883	166.399	339.264	161.453	177.811	
África do Sul	25.281	11.795	13.486	33.271	15.761	17.510	
Angola	548	311	237	583	331	252	
Botswana	64	25	39	85	34	51	
Burundi	962	523	439	1.006	548	458	
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	
Congo (Brazaville)	2.006	1.148	858	2.083	1.187	896	
Etiópia	339	171	168	362	182	180	
Gâmbia	72	53	19	79	57	22	
Guiné-Bissau	331	206	125	375	232	143	
Guiné-Conacri	885	672	213	900	680	220	
Guiné-Equatorial	118	64	54	123	66	57	
Ilhas Maurícias	255	115	140	262	117	145	
Lesoto	67	23	44	71	26	45	
Madagáscar	213	82	131	220	87	133	
Malawi	165.459	77.986	87.473	173.754	82.181	91.573	
Namíbia	109	51	58	111	53	58	
Níger	111	59	52	113	60	53	
Nigéria	646	492	154	655	495	160	
Quénia	327	180	147	340	186	154	
República Democrática do Congo	591	356	235	610	364	246	
Ruanda	751	405	346	769	413	356	

São Tomé e Príncipe	248	119	129	255	123	132
Senegal	389	324	65	389	324	65
Serra Leoa	54	40	14	55	40	15
Seychelles	168	62	106	180	68	112
Somália	270	169	101	273	171	102
Sudão	38	22	16	40	23	17
Suazilândia	4.020	1.818	2.202	4.505	2.057	2.448
Tanzânia	20.608	9.858	10.750	21.684	10.386	11.298
Togo	64	28	36	65	29	36
Tunísia	48	22	26	54	25	29
Uganda	78	43	35	80	43	37
Zâmbia	15.375	7.189	8.186	16.271	7.640	8.631
Zimbabwe	0	0	0	0	0	0
Outros países africanos	1.386	1.107	279	1.415	1.124	291
Alemanha	347	174	173	376	193	183
Brasil	963	425	538	985	433	552
Chile	47	29	18	49	31	18
China	696	547	149	698	547	151
Cuba	277	157	120	281	160	121
Espanha	248	121	127	254	124	130
Estados Unidos da América	498	250	248	547	174	272
França	268	160	108	288	1.881	114
Índia	3.121	1.852	1.269	3.182	237	1.301
Inglaterra	403	228	175	424	298	187
Itália	448	291	157	460	27	162
Japão	68	26	42	70	791	43
Paquistão	1.242	778	464	1.267	16	476
Peru	25	16	9	25	2.411	9
Portugal	3.658	2.359	1.299	3.755	48	1.344
Outros países da América	370	183	187	377	202	190
Outros países da Europa	1.150	602	548	1.194	506	564
Outros países da Ásia	779	492	287	807	54	301
Outros países da Oceânia	94	49	45	103	54	49
Sem especificação	59.699	25.626	34.073	63.084	27.365	35.719

Fonte: III RGPH 2007

Em relação à população do espaço lusófono, apresentada no quadro 5, pode-se observar que ela cresceu consideravelmente, pois foram acrescidos entre 2002 e 2006 mais 3.218 habitantes provindos dos países lusófonos. Deste universo, os países se encontram posicionados da seguinte forma: Portugal aumentou 97 habitantes, seguido por Guiné-Bissau com 44, Angola com 37, Brasil com 22 e São Tomé e Príncipe com 7 habitantes. Estranhamente, os dados consultados referem que em 2002 e 2006 não havia população de Cabo Verde, não obstante os 6.560 cidadãos de Cabo Verde registados em 2007 à altura do censo.

Quadro 5 - População de língua portuguesa residente em Moçambique em 2002, 2006 e 2007

País	2002	2006	Balanço mi- gratório	População residente em 2007 por nacio- nalidade
Total	316.282	339.264	22.982	
Moçambique				20.046.317
População do espaço lusófono	2.727	5.945		14.305
Angola	548	583	37	985
Brasil	963	985	22	934
Cabo Verde	0	0	0	6.560
Guiné-Bissau	331	375	44	355
Portugal	3.658	3.755	97	4.279
São Tomé e Príncipe	248	255	7	1.192

Fonte: III RGPH 2007

Apreciando o quadro 6, constata-se a existência de indivíduos provenientes de outras partes de África com as quais Moçambique não possui ligação histórica. Por isso, é de estranhar que não haja registo de cabo-verdianos, uma vez que este país possui lacos históricos comuns com Mocambique. Será apenas um problema estatístico? Ou talvez nenhum deles se sinta atraído pelo outro? Exceptuando o Senegal, cuja população residente em Moçambique em 2002 foi igual à população de 2006, os restantes países sem história comum de colonização portuguesa viram os seus habitantes aumentar em Moçambique.

PALOP	2002	2006	Balanço migratório	Outros países africanos	2002	2006	Balanço migratório
Angola	548	583	37	Congo Brazzaville	2.006	2.083	77
Cabo Verde	0	0	0	Etiópia	331	362	31
Guiné-Bissau	331	375	44	Guiné-Conacri	885	900	15
São Tomé e Príncipe	248	255	7	Guiné-Equatorial	118	123	5
				Níger	111	113	2
				Nigéria	646	655	9
				República Democrática do Congo	591	610	19
				Senegal	389	389	0
				Somália	270	273	3

Quadro 6 - Outras populações de países africanos "sem história" comum de colonização portuquesa com Mocambique residentes no país em 2002 e 2006

Fonte: III RGPH 2007

5. Dinâmica das migrações no território/espaço lusófono

Os números sobre migração no território da lusofonia são variados e díspares, o que torna a presente análise um pouco difícil. Contudo, temos que admitir que a presença da população das ex-colónias portuguesas em Portugal é significativa, não necessariamente em termos numéricos, mas sobretudo através da sua cultura (gastronomia, música e dança). Santana (2011) refere que a integração de moçambicanos em Portugal foi realizada através de associações, como são os casos da "Associação Casa de Moçambique" em Lisboa, da "Associação Centro Cultural Luso-Moçambicano" em Lisboa, e da "Índico – Associação Cívica de Moçambique" no Porto. Para este autor, a "Associação Casa de Moçambique" é a mais antiga, com cerca de 40 anos de existência. Um dado interessante que Santana nos apresenta é o facto de existirem apenas três associações moçambicanas num universo de 107 associações de origem imigrante. A explicação que o autor nos dá para este número tão baixo é o facto de o "Estado moçambicano, através da Embaixada de Moçambique em Portugal, subsidiar as suas actividades, que, regra geral, se resumem à organização de festas...".

Reconhecendo o papel das associações dos imigrantes como um meio de receber imigrantes e estimular o desenvolvimento nos países de origem, como é que se explica que as mesmas não tenham a "capacidade" de atrair mais moçambicanos para Portugal, ou outros destinos da Europa e América, incluindo o Brasil?

Em termos de manifestações culturais, os imigrantes portugueses em Moçambique raramente se encontram envolvidos nas chamadas "danças folclóricas", como o fazem na África do Sul, nos Estados Unidos da América e em toda a Europa, onde a presença portuguesa é significativa, enquanto os brasileiros estabelecidos em Moçambique marcam a sua presença através das Igrejas Evangélicas e Pentecostais, da dança da Capoeira, do samba e, também, do conhecido carnaval, que se instituiu em todos os países da lusofonia.

Em relação aos países africanos da lusofonia em Moçambique, podemos apreciar a Kizomba, o Semba e o kuduru como dancas populares de Angola. Estas manifestações culturais representam também as marcas da migração.

5.1. Migração na África Austral e nos PALOP

Apesar de não existirem ainda estudos empíricos que possam demonstrar a identidade dos moçambicanos que se encontram em Portugal nos últimos 36 anos, é fácil perceber, através dos trabalhos de Marques (2008) e de Santana (2011), que a sua maior parte é constituída por aqueles que não aceitaram o sistema político instituído em Moçambique no pós - independência. Outros que lá se encontram são estudantes e membros do corpo diplomático.

Uma vez que está sendo difícil encontrar explicação plausível para justificar os motivos de Portugal não ser país de preferência da migração de mocambicanos, passaremos a analisar o que tem acontecido na região Austral de África, na medida em que as estatísticas de 2007 indicam números muito elevados de moçambicanos que migram para a África do Sul e Malawi, bem como de sul-africanos e malawianos que migram para Moçambique. Sobre este assunto, Black et al. (2006: 24)³⁵ estimam existirem cerca de 500.000 moçambicanos na África do Sul como trabalhadores migrantes, número que de longe supera qualquer sector da economia doméstica de Moçambique, dos quais 80.000 estavam legalmente empregados no sector mineiro e os restantes encontravam-se empregados nas plantações, serviços industriais e comércio informal.

Covane (1996)³⁶, Crush e Tshitekere (2002)³⁷, Das Neves (1998)³⁸, De Vletter (2000)³⁹, Harries (1994)⁴⁰, Maharaj (2003)⁴¹, Penvenne (1988)⁴² e Raimundo (2008⁴³,

Black, Richard, Jonathan Crush, Sally Peberdy, Savina Ammassari, Lyndsay McLean Hilker, Shannon Mouillesseaux, Claire Pooley and Radha Rajkotia (2006). Migration and development in Africa: an overview. Cape Town, SA (2006).

³⁶ Covane, Luís A., Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Especial Reference to Lower Limpopo Valley, 1920-1992. London (1996).

³⁷ Crush, Jonathan and Tshitereke (2002). Contesting Migrancy: The foreign labour debate in Post-1994 South Africa. Africa Today 48(2002):49-70.

Das Neves, Joel M., Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c. 1965: A case Study of Manica Province. London (1998).

³⁹ De Vletter, Fion (2000). Labour migration to South Africa: the lifeblood for southern Mozambique. Cape Town, SA (2000).

⁴⁰ Harries, Patrick. Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa. Cape Town, SA (1994).

⁴¹ Maharaj, Brij. *Progressive Immigration Policies – Elusive in post-apartheid South Africa?* Roma (2003).

Penvenne, Jeanne. A History of African Labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950. Boston

⁴³ Raimundo, Inês M. Migration management: Mozambique's challenges and strategies. Leiden (2008).

2010⁴⁴) acreditam que Moçambique e outros países da região, tais como Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Suazilândia e Zimbabwe, estão histórica e economicamente ligados à economia sul-africana e, por essa razão, a população destes países, particularmente a de Moçambique, se sente muito atraída pela África do Sul. Como exemplo disto, milhares de moçambicanos "não se importam" de atravessar as fronteiras da África do Sul na situação de trabalhadores migrantes e de indocumentados em busca do El Dorado, "ignorando" os perigos que ocorrem ao longo do percurso, particularmente nos parques, game reserves, rios e autoridades fronteiriças e fronteiras. Por outro lado, a porosidade⁴⁵ das fronteiras terrestres, aéreas e marítimas, aliada à afinidade cultural e proximidade geográfica com a África do Sul, facilita a entrada de moçambicanos naquele país. O mesmo já não acontece com Portugal, onde, para além da distância, existem procedimentos migratórios muito difíceis de seguir, situação que desencoraja iniciativas de migração de moçambicanos para este país.

É importante observar que, em primeiro lugar, o trabalho migratório representa, em muitos casos, referência para muitos moçambicanos na África do Sul e noutros países vizinhos, com os quais Moçambique, ainda através de Portugal, assinou acordos de trabalho. Em segundo lugar, existe um comércio secular com os países vizinhos, tais como Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Suazilândia. Em terceiro lugar, estes países foram durante muitos anos hospedeiros dos refugiados moçambicanos durante a guerra colonial (1964-1974) e a guerra dos dezasseis anos (1976-1992). Do conjunto dos países de exílio, o Malawi foi o que mais população moçambicana recebeu durante as guerras (Raimundo, 2008a, 2008b e 2010).

Tendo em conta que o Brasil foi colónia de Portugal, com um território extenso, uma economia em ascensão e pelo facto de ser membro efectivo da CPLP, procurámos analisar o seu padrão de migração dentro do território/espaço da lusofonia. A primeira grande barreira com que nos deparámos foi a dificuldade em encontrar dados estatísticos. Os poucos que existem, na sua maioria, tratam apenas da emigração do Brasil para a América do Norte, Europa e Japão e, também, da migração dentro da América Latina. Alguns dados estatísticos encontrados estão desactualizados. A título de exemplo, podemos apreciar aqueles que se encontram na obra de Castro e Oliveira (2001)46, que fazem referência a uma informação de 1991 na qual se aponta a Europa como a principal origem dos estrangeiros recenseados no Brasil, particularmente Portugal. Entretanto, Barreto (2001)⁴⁷ identifica a existência

⁴⁴ Raimundo, I.M. (2010). Gender, Choice and Migration: Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique. Saarbrucken, Germany (2010).

Sobretudo do lado de Moçambique, sendo facilitada pelos *marehanes*. Os *marehanes*, palavra Shangana (uma das línguas nacionais mais faladas no sul de Moçambique), são angariadores, neste caso, angariadores de imigrantes que, segundo Saíde e Pitrosse, fazem atravessar pessoas indocumentadas para a África do Sul, particularmente para as plantações de cana-de-açúcar, banana e tomate.

⁴⁶ Castro, Mary Garcia e Oliveira, Antônio Tadeu. *Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado* de trabalho: explorando o censo e PNADS (1980-1998) e alguma leituras da mídia. Brasil (2001).

Barreto, Luiz P. T. Ferreira. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. Brasil (2001).

de um milhão de estrangeiros que residiam naquele país em 2001 e 1,5 milhões de brasileiros a residirem no exterior. Além disto, também se referia à existência de 39.131 estrangeiros que residiam no Brasil em 1988, entre os quais 81 nacionalidades receberam amnistia por estarem em situação irregular, sendo 435 de Angola, 280 de Portugal, 21 de Cabo Verde, 15 de Moçambique e 4 de Guiné-Bissau. São Tomé e Príncipe não foi mencionado.

Em relação ao Brasil e Moçambique, o III RGPH 2007 refere que existiam 656 mocambicanos no Brasil em 2002 e 288 em 2006. Presume-se que a maioria seja constituída por estudantes que beneficiaram de bolsas de estudo para o ensino superior. O número de estudantes neste país poderá aumentar ainda mais, com a criação da Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB) em 2008, que oferece cursos de pós-graduação para os cidadãos oriundos dos Países Lusófonos que beneficiaram de bolsas de estudo para o ensino superior (http:// ww.unilab.edu.br/). Contrariamente ao decréscimo de mocambicanos no território brasileiro, os dados que nos são indicados pelo mesmo censo apontam um aumento da população brasileira em Moçambique, de 963 em 2002 para 985 no ano de 2006. Por isso, sem exagerar, existem mais brasileiros em Moçambique do que angolanos, são-tomenses e guineenses juntos. Este relativo aumento da população no território nacional precisa de uma explicação exaustiva, pelo que preferimos não avançar com hipóteses.

Na nossa opinião, no espaço ou território da lusofonia, o principal fluxo migratório deveria ser das ex-colónias para o país ex-colonizador. Porém, os dados disponíveis mostram uma realidade diferente, em que os moçambicanos não têm Portugal como preferência migratória e os restantes PALOP estão a reduzir a sua presença em Portugal. Importa referir também que, apesar de entre os PALOP a migração ser baixa, a gastronomia, a música e a dança são manifestações culturais de grande presença, mesmo quando não se faz sentir a presença física dos migrantes desses países.

6. Conclusão

Ao longo deste artigo, procurámos analisar a migração dentro do espaço ou território da lusofonia e as suas tendências. Para o efeito, tomámos em consideração a existência de uma comunidade de língua portuguesa que define a lusofonia e os laços históricos coloniais, que seriam a base para a compreensão deste movimento.

É de referir que, para efeitos de medição da migração em Moçambique, o III Recenseamento Geral da População de 2007 considerou as seguintes perguntas: (i) lugar de residência actual, (ii) lugar de nascimento, (iii) lugar de residência um ano antes da data do Censo (1 de Agosto de 2006) e (iv) lugar de residência cinco anos antes da data do Censo (1 de Agosto de 2002).

Os dados estatísticos da migração aqui apresentados permitiram identificar as tendências da migração internacional em Moçambique. Os mesmos dados foram analisados em função de população nascida no estrangeiro, população estrangeira residente em Moçambique em 2007 (na altura do censo), população residente em 2002 (a cinco anos da data do censo) e em 2006 (a um ano da data do censo).

Neste contexto, observa-se que a maioria da população estrangeira residente em Moçambique provém dos países da África Austral, com destaque para o Malawi, Tanzânia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe. Quanto aos países africanos de língua portuguesa, apenas Cabo Verde dominava numericamente em 2007. Porém, não foi possível obter dados a um ano e a cinco anos da data do censo para este país. Portugal e Brasil são países com significativa presença em Moçambique.

No que tange à emigração de moçambicanos, não foi possível avançar bastante, pois os dados do censo de Moçambique de 2007 não captaram esta informação. Sabe-se, porém, que esta ocorre maioritariamente para a África do Sul.

Uma das limitações da informação aqui discutida prende-se com o facto de esta não permitir o conhecimento das possíveis etapas migratórias intermediárias, nem do tempo em que se deu a migração. A análise não permite avançar explicações conclusivas sobre as causas das diferenças observadas entre os países quanto às tendências migratórias. Alguns factores são de natureza estatística, inconsistência de dados e falta de estudos recentes sobre a migração internacional. Neste aspecto, a análise foi dificultada pela disparidade de dados estatísticos dentro dos países em referência, motivada pela sua colheita em períodos diferentes e, ainda, pela indisponibilidade dos mesmos, inclusive em fontes virtuais tais como a Internet. Além disto, a tentativa de compreender o espaço/território lusófono dentro de limites linguísticos ou de comunidade constituiu um outro constrangimento. A histórica ligação secular pode-se dizer que, em algum momento, foi quebrada. Contudo, existem ainda países como o Brasil que procuram reavivá-la, através da entrada migratória recente em Portugal. Quanto aos PALOP, exceptuando Moçambique, a sua presença em Portugal é muito forte, apesar de se estar a reduzir nos últimos tempos.

Na tentativa de procurar as razões explicativas do relativo "desinteresse" da fixação de moçambicanos em Portugal, tomou-se em consideração a forte ligação histórica de Moçambique com a região austral de África a partir do trabalho migratório, factores resultantes da hostilidade de uma lei de imigração restritiva muito forte, bem como razões de natureza política e económica.

Em relação à migração dentro da CPLP, a falta de dados não permitiu avançar com muitas hipóteses. Os que estiveram disponíveis mostram que os fluxos se dirigem mais das ex-colónias para Portugal, com tendência a diminuir, exceptuando o Brasil, que, apesar de uma independência de dois séculos, "resolveu" mudar a rota da América do Norte e do resto da Europa para Portugal. Importa referir, neste caso, que de todos os países, Moçambique é o menos representado em Portugal, pela forte ligação histórica, económica e política com a África Austral.

Referências bibliográficas

- Adepoju, Aderanti (2008). "Perspectives on international migration and national development in sub-Saharan Africa". In International migration and national development in sub-Saharan Africa – Viewpoints and policy initiatives in the country of origin. Edited by Aderanti Adepoju, Ton van Naerssen and Annelies Zoomers. Brill, Leiden. The Netherland. Pp 21-48.
- Adepoju, Aderanti (1996). "The links between intra-continental and intern-continental migration in and from Africa". In International migration in and from Africa: Dimension, challenges and prospects. Edited by Aderanti Adepoju and Tomas Hammar. Dakar. Pp 13-37.
- Amaral, Ilídio (2005). "Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos desafios do Século XXI". In Lusofonia em África - História, Democracia e Integração Africana. CODESRIA. Editado por Teresa Cruz e Silva, Manuel G. Mendes de Araújo e Carlos Cardoso. Dakar. Pp 3-30.
- Araújo, Manuel G. Mendes de (1988). O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Barreto, Luiz P. T. Ferreira (2001). "Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo". In Migrações internacionais – Contribuições para políticas. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). Brasil. Pp 63-71.
- Black, Richard, Jonathan Crush, Sally Peberdy, Savina Ammassari, Lyndsay McLean Hi-Iker, Shannon Mouillesseaux, Claire Pooley and Radha Rajkotia (2006). Migration and development in Africa: an overview. African Migration and Development Series No.1. IDASA, Cape Town.
- Borges Coelho, João P. C. (1993). Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war. Tese de doutoramento não publicada. University of Bradford, Department of Social and Economic Studies. Bradford, UK.
- Castro, Mary Garcia e Oliveira, Antônio Tadeu (2001). Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e PNADS (1980-1998) e alguma leituras da mídia". In Migrações internacionais – Contribuições para políticas. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). Brasil. Pp 505-544.
- Cardoso, Fernando Jorge (2005). "Integração Regional em África: Que papel para a CPLP?" In Lusofonia em África - História, Democracia e Integração Africana. CODES-RIA. Editado por Teresa Cruz e Silva, Manuel G. Mendes de Araújo e Carlos Cardoso. Dakar. Pp 239-249.
- CGMI (2005). As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Calouste Gulbenkian. SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda. Lisboa.

- Covane, Luís A. (1996). Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Especial Reference to Lower Limpopo Valley, 1920-1992. Unpublished PhD dissertation. Institute of Commonwealth Studies, University of London. London.
- Crush, Jonathan and Tshitereke (2002). "Contesting Migrancy: The foreign labour debate in Post-1994 South Africa". Africa Today 48(2002):49-70.
- Da Costa, Ana B. (2009). Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. Ensino Superior e circulação internacional de estudantes: os PALOP no Brasil e em Portugal. http://www.scielo.br/pdf/ppv201/v20n1a08.pdf. Acedido no dia 17 de Dezembro de 2011.
- Das Neves, Joel M. (1998). Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c. 1965: A case Study of Manica Province. Unpublished PhD dissertation. London, School of Oriental and African Studies, University of London. London.
- De Vletter, Fion (2000). "Labour migration to South Africa: the lifeblood for southern Mozambigue". In On borders – Perspectives on international migration in southern Africa. Edited by David A. MacDonald. Southern Africa Migration Project, St. Martin's Press. Cape Town. Pp 46-70.
- Gil, Izabel C. (2009). Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. http://www2. fct.unesp.br/nera/publicacoes/territorialidadedesenvolvimentocontemporaneo.pdf. acedido no dia 12 de Janeiro de 2012.
- Hansine, Rogers J, M. (2010). "O conceito de Região e sua relação com desenvolvimento do território". Texto não publicado. Maputo.
- Harries, Patrick (1994). Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910. Allen Isaacman and Jean Hay editors. Witwatersrand University Press, Johannesburg, SA.

http://www.angolaglobal.net/noticias sobre angola. acedido no dia 07/01/2012.

http://www.transparencia.st/sociedade 128.htm. acedido no dia 07/01/2012.

http://www.migrationinformation.org/datahub/countrydata.cfm?ID=523.

http://www.unilab.edu.br/

- INE, III Recenseamento Geral da População e Habitação. http://www.ine.cv/actualdestaques/files/relatorio resultados preliminares RGPH 2010.final pdf. Acedido no dia 17/12/2011.
- Maharaj, Brij (2003). "Progressive Immigration Policies Elusive in post-apartheid South Africa?" In The New Geography of Human Mobility Inequality Trends? Edited by Yoshitaka Ishikawa and Armando Montanari. IGU - Home of Geography Publication Series. Roma. Pp103-116.
- Marques, M. Margarida (2008). "Introdução". In Migrações e participação social: as associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de

- Oeiras. Fim do Século Edições, Sociedade Unipessoal, Lda. Editado por M. Margarida Marques, Rui Santos e José Leitão. Lisboa. Pp 15-22.
- Martin, P.L, S.F. Martin and P. Weil, 2006, "Migration and European-African Relations". In Managing Migration, Lexington Books, New York, Pp123-147.
- Muanamoha, Ramos Cardoso (2010). Dynamics of undocumented Mozambican labour migration to South Africa. Verlag Dr. Muller Aktiengesellschaft & Co. KG, Saarbrucken, Germany.
- Oucho, John (2008). "African brain drain and gain, Diaspora and remittances: More rhetoric than action". In International migration and national development in sub-Saharan Africa – Viewpoints and policy initiatives in the country of origin. Edited by Aderanti Adepoju, Ton van Naerssen and Annelies Zoomers. Brill, Leiden. The Netherland. Pp 49-69.
- Peixoto, João (2004). "As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas". N011/2004. SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. http://mim2010.eu/wp-content/uploads/2010(11/joao-peixototeorias-explicativas.pdf Acedido no dia 17 de dezembro de 22011.
- Penvenne, Jeanne (1982). A History of African Labor in Lourenco Margues, Mozambique, 1877 to 1950. Dissertação não publicada de Doutoramento, Boston.
- PNUD (2009). Ultrapassando barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Palgrave Macmillan, New York.
- Raimundo, I.M. (2010). Gender, Choice and Migration: Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique. Verlag Dr. Muller Aktiengesellschaft & Co. KG, Saarbrucken, Germany.
- Raimundo, Inês M. (2009). "População, mobilidade, pobreza rural em Moçambique e feiticaria". In Economia, Política e Desenvolvimento, CAP e UNDP. Volume 1. No.1 (4-12).
- Raimundo, Inês M. (2008a). "Migration management: Mozambique's challenges and strategies". In international migration and national development in sub-Saharan Africa – Viewpoints and policy initiatives in the country of origin. Edited by Aderanti Adepoju, Ton van Naerssen and Annelies Zoomers. Brill, Leiden. The Netherland. Pp. 91-116.
- Raimundo, Inês M. (2008b). "Mozambican refugees in Malawi: What did happen to soils and forests?" A paper presented at International Conference on Environment, Forced Migration and Social Vulnerability, Bonn, 9-11 October 2008.
- Saide, Alda. R. S. e Pitrosse, F. (2011). "Trabalho migratório de moçambicanos nas farmas da África do Sul, 1975-presente". Comunicação apresentada ao workshop sobre a disseminação das pesquisas financiadas pelo Projecto NPT, Holanda. Maputo 2 de Dezembro de 2011.

- Santana, Eugénio (2011). Moçambicanidades disputadas: os ciclos de festas da independência de Moçambique e da comunidade moçambicana em Lisboa. Fim de Século. Edições, Sociedade Unipessoal, Lda. Lisboa.
- SEF (2010). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2010. http/www.sef-PT.
- Zlotnik, Hania (1999). Trends of international migration since 1965: What existing data reveal. In Migration and Development. Edited by Reginald Appleyard. IOM and United Nations. International Migration Vol.37(1) 1999:21-61.



A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa

José Carlos Marques¹ Pedro Góis²

Resumo

Ao conceber as migrações como parte do sistema global de interações internacionais, a teoria dos sistemas migratórios oferece uma abordagem mais alargada dos movimentos populacionais, possibilitando a integração das contribuições oferecidas isoladamente por outras perspetivas teóricas. Neste artigo os autores exploram esta possibilidade descrevendo o funcionamento do sistema migratório lusófono a partir das migrações de (e para) Portugal. Mostram que emigração e imigração são mais bem compreendidas de forma integrada, demonstram que a imbricação de diferentes sistemas migratórios e a inserção de países como Portugal, Brasil e Angola na interseção de vários sistemas lhes confere um potencial de se moldarem facilmente às conjunturas socioeconómica e políticas do seu meio ambiente. Os autores defendem que o nódulo europeu do sistema migratório lusófono está atualmente numa fase de retração, por oposição a uma expansão do nódulo africano e por uma relativa estabilização do nódulo sul-americano. A análise a partir de fluxos migratórios distintos: emigração e imigração portuguesa, permite enunciar a existência de um sistema migratório sólido e estruturado com três pólos: Angola, Brasil e Portugal.

Palavras-chave: Sistema migratório, emigração, imigração, Portugal, sistema migratório lusófono

Introdução

Nas últimas três décadas, a realidade migratória portuguesa apresenta uma dinâmica assinalável que a torna um interessante laboratório de análise social. Esta realidade tem vindo a ser marcada por profundas e contínuas alterações que têm conduzido à

¹ Instituto Politécnico de Leiria (ESECS, CIID-IPL) e Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Contacto: CES, Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: jose.marques@ipleiria.pt.

² Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Contacto: CES, Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: pedrogois@ces.uc.pt.

complexificação e pluralização dos movimentos migratórios nos quais o país se encontra envolvido. De histórico e estrutural país de emigração, Portugal passou, durante a década de 90, a ser reconhecido e proclamado (científica e, sobretudo, politicamente) como país de imigração, para, recentemente, se redescobrir novamente como país de emigração, ou como país em que a emigração é, se não uma "constante estrutural" (Godinho, 1978: 23), pelo menos uma "válvula estrutural". De país de acolhimento para imigrantes originários de países com os quais partilha uma língua e um passado colonial, passou a acolher, também, imigrantes vindos de países com os quais os laços históricos, culturais, políticos e económicos eram fracos ou inexistentes. De país soberano na definição da sua política imigratória, passou a ator subsidiário na determinação da entrada, permanência e afastamento de estrangeiros. Em suma, de uma realidade marcada pela unidimensionalidade (quer do tipo de fluxo migratório, quer das características dos migrantes, quer, ainda, dos atores envolvidos na definição da política imigratória), passou para uma realidade em que a multidimensionalidade dos fluxos e das características dos atores envolvidos constitui uma marca determinante.

A análise das migrações portuguesas de uma forma integrada, captando, assim, os fluxos de saída e os fluxos de entrada, permite evidenciar as dinâmicas migratórias que tornam o caso português particularmente interessante e que sustentam a afirmação da existência de um sistema migratório lusófono que interage a diferentes níveis e em diferentes momentos com outros sistemas migratórios de escalas distintas (Baganha, 2009, Góis e Marques, 2009, Peixoto, 2004). O sistema migratório lusófono, como reconhece Maria Baganha, constitui um sistema "bem estruturado, estável e consistente (...), que é mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos" (2009: 10). Esta estabilidade é estrutural mas tal não significa, como afirma a mesma autora, que o sistema seja rígido e inflexível. Por exemplo, durante a década de 80 e os primeiros anos do séc. XXI, os fluxos migratórios foram mais intensos com outros sistemas migratórios aos quais Portugal também pertence (sobretudo, com o sistema migratório intraeuropeu) do que no interior do sistema migratório lusófono (Baganha, 2009: 12). Os autores do presente texto assinalaram uma igualmente pouco reconhecida, mas estrutural, bidireccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono (Góis e Marques, 2009), que surge com diferentes ritmos e vagas desde há mais de um século. Esta bidireccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono torna-se evidente na presença de comunidades dos diferentes países lusófonos (de dimensão variável) nos distintos países que fazem parte do sistema migratório. Não há, no entanto, um equilíbrio ou uma constante no posicionamento dos diferentes países (ou territórios de acolhimento) no seio do sistema migratório lusófono. Diferentes países assumem distintas posições ao longo do tempo numa assinalável dinâmica de rotação do seu papel de núcleo ou de periferia (ou de país de origem e/ou país de destino). Por outro lado, há países ou territórios que são indubitável e estruturalmente periferias consolidadas funcionando como territórios de origem de migrantes em larga escala e apenas subsidiariamente como territórios de acolhimento de migrantes em micro escala (e.g. em resultado de movimentos de contracorrente migratória).

Portugal tem participado de forma estrutural e ao longo de mais um século em diferentes sistemas migratórios (europeu, africano, sul e norte-americano), sendo, por isso, relevante contextualizar o lugar que o país ocupa nesses sistemas migratórios em diferentes momentos e procurar analisar a relevância deste posicionamento para uma compreensão das dinâmicas migratórias da contemporaneidade. No que se refere ao sistema migratório lusófono, a avaliação do posicionamento de Portugal revela-se de importância crucial como ilustração deste potencial de transmutação rápida de país central (recetor) para país periférico (emissor). A possibilidade de haver uma alteração na posição central que Portugal vinha ocupando nas últimas décadas (devido, por exemplo, ao crescimento do fluxo migratório português para o Brasil ou para Angola e ao menor número de emigrantes destes países que se dirigem para Portugal) constitui um indicador algo inusitado que os países não se tornam centro, mas que os países podem ser, por vezes, centro para logo em seguida deixarem de o ser. A centralidade num sistema migratório aparenta ser uma variável dependente de outras variáveis mais estruturais, como a variável económica ou política, e ser ou não ser o centro não é um acontecimento mas um processo não linear e multifatorial.

Podem conceber-se os fluxos de entrada e de saída de migrantes nos países pertencentes a estes sistemas como respondendo a distintas oportunidades percecionadas pelos migrantes em diferentes sistemas (neste caso o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), produzindo, assim, um 'movimento estrutural' entre os sistemas (isto é, um codesenvolvimento de dois fluxos migratórios que parece ser o resultado de uma interação simultânea entre eles).

Como se procurará demonstrar ao longo do presente texto, as migrações portuguesas são uma realidade complexa cuja apreensão adequada necessita de tomar em consideração fatores de nível estrutural, meso e individual. No que concerne à direcionalidade dos fluxos migratórios, os principais fatores estruturais que influenciam a emigração de portugueses para os países europeus e lusófonos e de imigrantes lusófonos para Portugal decorrem do facto destes fluxos migratórios ocorrerem na interseção de sistemas migratórios independentes mas estruturalmente relacionados (e.g. o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), em que Portugal desempenha, muitas vezes, um papel de plataforma giratória, de semiperiferia ou de cruzamento entre sistemas migratórios regionais diferenciados e, por vezes, todos estes papéis a um tempo.

Quando um país é, simultaneamente, um país emissor e recetor, torna-se particularmente difícil identificar e descrever o sistema migratório, dado que a perspetiva desse país também inclui outros sistemas migratórios em que participam países de origem e de destino. Isto é particularmente verdadeiro para o sistema migratório lusófono, que não pode ser analisado somente a partir da perspetiva do país de origem ou destino, porque aqueles que são os nódulos centrais no sistema enviam e recebem migrantes, embora em graus variados (veja-se, neste caso, a evolução dos fluxos migratórios de Angola, Brasil e Portugal ao longo do último século). Estes fluxos migratórios são, ao mesmo tempo, causa e consequência de políticas migratórias e até causa e consequência de políticas mais vastas, como políticas económicas ou de cooperação entre os Estados.

Adotando a perspetiva de um dos nódulos centrais dos sistema (Portugal), o presente artigo começa por, através da análise da evolução da imigração em Portugal, mostrar a inserção do país em diferentes sistemas migratórios. De seguida, o foco de análise dirige-se para a emigração portuguesa nas últimas duas décadas, mostrando como a inserção em diferentes sistemas migratórios foi sendo potenciada pela ação das redes migratórias. O artigo conclui defendendo a relevância de analisar as dinâmicas migratórias portuguesas na atualidade através da conceptualização de um sistema migratório lusófono, que permite tomar em consideração quer a posição estrutural dos países no sistema-mundo, quer o funcionamento das redes migratórias, que constituem uma das componentes dos sistemas migratórios.

Evolução da imigração em Portugal

A população estrangeira a residir em Portugal manteve-se até meados da década de 70 em níveis numéricos pouco relevantes. Em 1950 residiam, segundo o IX Recenseamento Geral da População, 21.186 estrangeiros em Portugal³, 72% dos guais originários de um país Europeu e 18% do Brasil. Os dados do X Recenseamento Geral da População indicam que até 1960 a situação pouco se alterou. Segundo esse Recenseamento, residiam no país 29.579 cidadãos de nacionalidade estrangeira, sendo a maioria destes de origem Europeia (67%). Dos restantes estrangeiros, 22% eram de nacionalidade Brasileira e, somente 1,5% provinham de um país africano (Esteves, 1991: 161). A revolução de 25 de abril de 1974 e os subsequentes processos de descolonização marcaram uma nova fase na estruturação dos movimentos migratórios com destino a Portugal, caracterizada, sobretudo, pelo aumento súbito da população estrangeira a residir no país e pela alteração do perfil sociodemográfico dos imigrantes. Entre 1975 e 1980 a população estrangeira passou de 32.000 para 58.000, a uma taxa de crescimento médio anual de 12,7%, passando a ser constituída maioritariamente por cidadãos de origem africana (48%), grande parte dos quais (98%) provenientes das antigas possessões ultramarinas portuguesas em África⁴.

Durante os anos 80 é possível notar um novo aumento significativo na população estrangeira a residir em Portugal, ultrapassando, no final da década, pela primeira vez,

A população estrangeira residente em Portugal regista uma diminuição contínua desde o início do século XX, passando de 41.728 (0,77% da população total), em 1900, para os referidos 21.186 (0,25%), em

Dados referidos nas Estatísticas Demográficas publicadas pelo INE (1975 a 1980).

a centena de milhar (Tabela 1). Se no período anterior existiam conjuntamente pelo menos dois tipos de imigrantes (refugiados e migrantes laborais), os anos 80 são claramente dominados pelas migrações de trabalho. O desenvolvimento positivo da população estrangeira tornou-se ainda mais intenso no decurso dos anos 90, em que atingiu uma taxa de crescimento anual média de 7%⁵ e em que a proporção de estrangeiros na população total passou de 1,1%, em 1990, para 1,9%, em 1999. Esta evolução foi particularmente sentida entre a população proveniente do continente africano e do continente europeu que, em 1999, representavam 76,6% do total de imigrantes presentes em território nacional (respetivamente 46,9% e 29,7%). Apesar de, em termos quantitativos, praticamente todas as nacionalidades registarem um aumento de efetivos, em termos relativos é possível verificar que, entre 1980 e 1999, a origem geográfica dos imigrantes sofreu algumas evoluções que importa assinalar. Primeiro, os dois principais grupos de imigrantes (europeus e africanos) registaram uma ligeira diminuição da sua proporção no total de imigrantes⁶. Segundo, a proporção de asiáticos e de brasileiros regista um aumento significativo, passando de, respetivamente, 2% e 7,4% em 1980, para 4,1% e 10,9% em 1999. A adição de todos os imigrantes provenientes de um país de língua portuguesa mostra que este grupo de países representa, em 1999, aproximadamente 55% da população estrangeira a residir legalmente em Portugal, o que constitui um importante indicador do significado do passado colonial português e da manutenção de contactos sociais e culturais entre estes países e Portugal, na constituição e consolidação deste fluxo migratório.

Em termos globais, pode concluir-se que até ao final do século XX a presença de imigrantes em Portugal era "relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podia atribuir-se diretamente ao nosso passado colonial, às nossas relações históricas e culturais, bem como às nossas relações económicas" (Baganha *et al.*, 2004: 24).

A partir de 2000, inicia-se um processo de transformação das origens geográficas dos imigrantes, que começam a provir maioritariamente da Europa do Leste, em especial da Ucrânia, e do Brasil. Elementos distintivos deste fluxo, em particular do de origem Leste Europeia, são a sua forte intensidade e a sua concentração num período temporal relativamente curto (dois a três anos, entre 2000 e 2002). Trata-se de um fluxo que só se tornou estatisticamente importante após a concessão, ao abrigo do artigo

É necessário referir que o crescimento registado durante esta década resultou mais de dois processos de legalização extraordinária, que ocorreram em 1992 (Decreto-Lei nº 212/92 de 12 de outubro de 1992) e 1996 (Lei nº 17/96 de 24 de maio de 1996), do que de uma entrada contínua de novos imigrantes. No decurso destes dois processos adquiriram um estatuto legal, aproximadamente, 39.000 (1992) e 35.000 (1996) imigrantes. Estes dois processos de legalização dirigiram-se especificamente aos imigrantes ilegais oriundos dos países de língua oficial portuguesa (PALOP e Brasil), ou seja, ambos os processos incluíam disposições favoráveis particularmente dirigidas a estes grupos (Baganha et al., 2000: 11-12).

⁶ É evidente que esta afirmação apenas é válida quando estes grupos são tomados em conjunto, uma vez que no interior de cada grupo se verificam diferentes evoluções. Por exemplo, no caso dos imigrantes de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é possível constatar a perda de peso relativo dos cabo-verdianos (que passam de 39,3%, em 1980, para 22,9%, em 1999) e o aumento de todos os restantes países africanos de língua portuguesa (que, no conjunto, passam de 7,8% para 21,6%).

55.º do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de janeiro, de 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam ilegalmente no país⁷. A maioria destas autorizações de permanência foi concedida a cidadãos do Leste da Europa (56%), incluindo 36% a cidadãos de um país específico, a Ucrânia. Em consequência deste processo de 'regularização' o número de imigrantes a residir legalmente⁸ em Portugal passou de 208.198, em 2000, para 350.5039, em 2001, o que significa que o volume da população estrangeira com residência legal aumentou cerca de 68% (Baganha et al., 2004: 26). Em 2003, os imigrantes provenientes da Ucrânia passam a constituir o grupo mais numeroso, seguido pelos brasileiros e pelos cabo-verdianos. Em conjunto, estas três nacionalidades representam, nesse ano, 52,6% do total de imigrantes de países terceiros a residir legalmente em Portugal.

A preponderância destes três grupos nacionais no total da população estrangeira a residir legalmente em Portugal mantém-se até ao presente, alterando-se, somente, a importância relativa de cada uma das nacionalidades. Assim, em 2010, os imigrantes brasileiros representam 26,8%, os ucranianos 11,1% e os cabo-verdianos 9,9% do total de imigrantes presentes em Portugal (SEF, 2010).

Em suma, em resultado de diversos fluxos imigratórios, a composição nacional dos estrangeiros a residir em Portugal é atualmente mais diversificada do que durante as décadas anteriores, compreendendo, para além de uma proporção significativa de imigrantes das ex-colónias portuguesas e da União Europeia, uma parte substancial de imigrantes provenientes de países com os quais Portugal não tinha, até então, quaisquer ligações históricas, económicas ou políticas significativas e de imigrantes provenientes do Brasil que, até à década de 60, tinha sido um dos principais destinos da emigração portuguesa.

Observando os fluxos de entrada em Portugal através de uma perspetiva sistémica, é possível notar que o país integra, após 1974, em simultâneo, vários sistemas migratórios identificados por diferentes autores (Massey, 2003). Numa primeira fase, integrou, sobretudo, o sistema migratório africano, funcionando quer como destino final dos migrantes que se dirigiam para o país, quer como país de transição destes para outros sistemas migratórios (em especial para o sistema migratório europeu). O caso da mi-

O artigo 55.º do Decreto-Lei 4/2001 estabelecia que até à aprovação do relatório contendo a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos setores de atividade em que as mesmas existem [relatório que veio a ser aprovado em 30 de novembro de 2001] "e em casos devidamente fundamentados, pode ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto adequado" e que reúnam diversas condições, nomeadamente serem titulares de proposta de contrato com informação da Inspeção-Geral do Trabalho. Aos imigrantes abrangidos por esta disposição foi-lhes concedida uma autorização de permanência válida por um ano e prorrogável por igual período até ao limite máximo de 5 anos.

A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001, a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência e detentores de autorizações de permanência.

Deste número, 126.901 eram autorizações de permanência e 223.602 eram residentes em Portugal (SEF, 2001 (http://www.sef.pt/estatisticas/autorizacao_permanencia_02.pdf).

gração cabo-verdiana, angolana, ou o caso dos imigrantes indianos com origem em Moçambique, são ilustrativos desta realidade. Desde os anos 80 do século XX, integra, também, o sistema migratório sul-americano, funcionando, igualmente, como país de acolhimento final de migrantes (sobretudo do Brasil), e/ou como país de transição ou intermediação dos migrantes para o sistema migratório europeu. Neste sistema migratório participa, ainda, com fluxos ou dinâmicas de circularidade específicas não analisadas no presente texto, como, por exemplo, os crescentes fluxos de estudantes e de jovens investigadores científicos. No final do século XX, o país insere-se, com maior intensidade, como país de acolhimento, no sistema migratório intraeuropeu, através da entrada massiva de imigrantes da Europa de Leste. Pela primeira vez Portugal surge já não como periferia mas como centro deste sistema, concorrendo com outros países por estes fluxos migratórios intraeuropeus.

Esta participação, simultânea ou sucessiva, em diferentes sistemas migratórios, mostra a abertura dos sistemas migratórios à mudanca e constitui um reflexo das alterações políticas, económicas e sociais que ocorrem nas suas diferentes partes constituintes, assim como do funcionamento das redes migratórias, que estabelecem a ligação entre os migrantes individuais e as condições estruturais para a migração. As redes migratórias contribuem para manter a ligação entre os países pertencentes aos diversos sistemas migratórios, constituindo-se numa componente central destes sistemas (Boyd, 1989: 643 e 661).

As redes migratórias que se desenvolvem a partir destas estruturas sociais de apoio constituem um elemento central dos sistemas migratórios, pois permitem o estabelecimento da ligação necessária entre os potenciais migrantes individuais e as condições estruturais existentes para a concretização da migração, contribuindo, assim, para manter as ligações entre os países pertencentes a um mesmo sistema migratório (Boyd, 1989: 643 e 661). Neste sentido, o funcionamento e a variedade destas redes (que ligam os migrantes a diferentes níveis) moldam os sistemas migratórios, como reconhecem Kritz e Zlotnik (1992: 15), e constroem as suas dinâmicas, contribuindo, em função do seu maior ou menor grau de autorreprodução, isto é, da sucessiva produção de comunicações/informações relevantes (Luhmann, 1993), para a sustentação, desaparecimento ou hibernação de determinados nódulos do sistema migratório.

Ano	Total de estrangeiros	África	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa	Outro
1980	58.091	27.748	4821	6403	1153	17.706	260
1980	58.091	27.748	4821	6403	1153	17.706	260
1985	79.594	34.978	7987	11.567	2564	22.060	438
1990	107.767	45.255	8993	17.376	4154	31.410	579
1995	168.316	79.231	10.853	25.867	6730	44.867	768
1996	172.912	81.176	10.783	25.733	7140	47.315	765
1997	175.263	81.717	10.573	25.274	7192	49.747	760
1998	178.137	83.065	10.247	24.579	7419	52.060	767
1999	190.896	89.516	10.171	25.818	7871	56.731	789
2000	207.607	98.754	10.201	27.419	8721	61.709	803
2001*	350.503	126.702	10.300	53.546	20.963	138.061	931
2002*	286.601	122.352	10.182	42.068	13.043	98.106	850
2003*	259.794	120.694	10.128	35.176	11.839	81.113	844
2004*	264.880	123.149	10.130	34.778	12.331	83.656	836
2005**	296.000	153.334	10.406	35.064	12.418	83.940	838
2006**	409.185	149.982	10.370	72.230	22.418	153.307	878
2007**	435.736	147.959	10.446	73.146	24.269	179.040	876
2008***	440.277	127.476	3.411	112.656	28.588	167.790	356
2009***	454.191	121.852	3.286	121.874	30.277	176.561	341
2010***	445.262	108 671	3 273	124 844	31 252	176 911	311

Tabela 1 - População estrangeira em Portugal por continente de origem, 1980-2010

Fonte: 1980-1995: INE, Estatísticas Demográficas e SEF, Estatísticas, cit. in Baganha, 1996

1996-2001: INE, Estatísticas Demográficas, 1996-2001

2001-2010: SEF, Estatísticas [http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx]

Notas: (*) Inclui Autorizações de Residência e Autorizações de Permanência

(**) Inclui Autorizações de Residência, Prorrogações de Autorizações de Permanência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração

(***) Inclui Autorizações de Residência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração

A emigração portuguesa: as últimas duas décadas

Os fluxos de entrada atrás descritos foram acompanhados, com maior ou menor intensidade, por fluxos de saída de cidadãos portugueses. Após a redução do fluxo emigratório intraeuropeu, verificada nos dez anos subsequentes à recessão económica de 1973/74, o país volta a registar um aumento significativo nas saídas após meados da década de 80. Esta retoma dos movimentos emigratórios portugueses não significa, contudo, que eles se tenham produzido num contexto institucional e com características semelhantes às que moldaram o fluxo emigratório português das décadas de 60/70. O surgimento de novos destinos migratórios, o desenvolvimento de novas (ou aparentemente novas) modalidades migratórias e a alteração do contexto institucional e político em que ocorre o movimento de saída dos portugueses surgem como as características mais salientes dos novos fluxos emigratórios pós-descolonização. Numa primeira fase,

até ao final do século XX, estes novos fluxos emigratórios continuaram a privilegiar os destinos integrados no sistema migratório europeu e os tradicionais destinos de ligação mais regionalizada (EUA para os açorianos e África do Sul e Venezuela para os madeirenses). Durante os primeiros anos do presente século, os destinos migratórios dos portugueses tornaram-se mais diversificados, completando a integração no sistema migratório europeu com a intensificação da participação como país de origem no sistema migratório lusófono. Vejamos, com o detalhe possível, dadas as limitações decorrentes da dificuldade em obter dados fidedignos sobre o número de saídas após meados dos anos 80, alguns dados que ilustram as características enunciadas¹⁰.

A análise das estatísticas sobre a entrada de portugueses em alguns países de destino, realizada por Baganha e Peixoto (Baganha e Peixoto, 1997, Peixoto, 1993a), demonstra que, entre 1985 e 1990, Portugal assistiu a uma intensificação das saídas permanentes (em média saíram durante este período 33.000 indivíduos), embora a níveis bastante inferiores aos das décadas precedentes. À semelhança do que sucedia antes da crise de 1973/74, os portugueses continuaram a emigrar, preponderantemente, para os países do sistema migratório europeu, mas mudaram os centros que os atraíam. Verificou-se, deste modo, uma importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal país de atração em detrimento da França. Assim, entre 1985 e 1991, a França acolheu apenas 6% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 59% desses emigrantes¹¹. Para além deste fluxo emigratório para a Europa há ainda a registar, durante a década de 80, um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas (Peixoto, 1993a: 47).

O aumento da mobilidade externa dos portugueses e a alteração na posição relativa dos países de acolhimento europeus podem ser, também, observados através da análise da evolução do *stock* da população de nacionalidade portuguesa a residir noutro país europeu. Como a Tabela 2 exemplifica para sete países europeus, após uma diminuição do *stock* de portugueses, entre 1981 e 1985, motivado pelo continuar do efeito de regresso daqueles que emigraram nas décadas de 60 e 70, assiste-se, a partir de 1985, ao aumento contínuo dos portugueses residentes, que, certamente, não se fica a dever somente ao crescimento natural da comunidade portuguesa residente nesses países, mas, também, à ação de novos movimentos migratórios. É particularmente significativo que, na maioria dos países, a população permanente portuguesa tenha mais do que duplicado entre 1985 e 2010, indicando claramente que a emigração continua a ser uma realidade para muitos portugueses. Os aumentos expressivos (em termos percentuais e absolutos) registados em países nos quais a presença de portugueses não tinha

Para uma análise mais desenvolvida dos efeitos da alteração do contexto institucional e político sobre os fluxos emigratórios portugueses após 1985, cf., entre outros, Marques (2008), Baganha, et al. (2002) e Ramos e Diogo (2003).

¹¹ Cálculos com base nos dados apresentados por Baganha e Peixoto, 1997.

até então assumido números significativos indicam que, em especial nas últimas duas décadas, a emigração portuguesa encontrou destinos alternativos e complementares aos tradicionais países recetores de mão de obra nacional. Os casos da Suíça, Andorra, Espanha ou Reino Unido são peculiarmente elucidativos da criação e consolidação de novos destinos migratórios, uma vez que, nestes países, os portugueses passaram, num espaço de tempo relativamente curto, de numericamente pouco expressivos no contexto migratório destes países, a uma das comunidades nacionais mais significativas. O efeito acelerador das redes migratórias (local-local) parece ser aqui bem evidente.

Durante a primeira década do século XXI nota-se, no conjunto dos países europeus selecionados, um reforço da população portuguesa residente. A exceção a este aumento generalizado é a Alemanha, que regista uma redução da população portuguesa. Como referem Marques (2008) e Malheiros (2010), o aumento da emigração portuquesa durante esta década fica a dever-se quer ao surgimento de novos destinos (como o Reino Unido ou a Espanha), quer à reanimação de destinos tradicionais (os casos da Suíça ou do Luxemburgo)¹².

Tabela 2 : População	portuguesa residente	em alguns países	europeus,	1981-2010

	1001	1005	1000/1	1005	2000/1	2010
	1981	1985	1990/1	1995	2000/1	2010
Andorra ³	1.304	1.731	3.951	6.885	6.748	13.100
Alemanha ^{1 e 4}	109.417	77.000	92.991	125.100	133.726	113.208
B élgica ¹	10.482	9.500	16.538	23.900	25.600	29.802
Espanha ^{1 e 5}	24.094	23.300	33.268	37.000	42.000	142.520
Luxemburgo ²	28.069	-	39.100	51.500	58.450	79.800
Reino Unido¹	-	-	-	30.000	58.000	102.000
Suíça ⁶	16.587	30.851	85.649	134.827	134.675	221.641
Total	189.953	142.382	271.497	409.212	459.173	605.526

Fontes: 1)SOPEMI, diversos anos; 2) Service Central de la Statistique et des Études Économiques (STATEC); ³)Ministeri de Justícia i Interior (Andorra) [http://www.estadistica.ad/indexdee.htm 4) Statistische Bundesamt Deutschland, Foreign Population. Results of the Central Register of Foreigners, 2006; 5) Instituto Nacional de Estadística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; 6) Bundesamt für Migration, Ausländer- und Asylstatistik, 2009/2. Os dados de 2010 foram retirados do site do Observatório da Emigração (http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt)

Como se verá adiante, estes dois motivos são, igualmente, responsáveis pela evolução da emigração com destino aos países lusófonos de África e da América do Sul.

Os valores relativos aos fluxos de entrada indicam que, nos últimos dois anos (2009 e 2010), o volume de novos emigrantes portugueses registados pelos serviços estatísticos dos países de acolhimento europeus apresenta uma clara desaceleração face aos valores registados desde 2005 (Tabela 3). A crise económica experimentada em alguns dos potenciais países de destino dos portugueses, assim como o desenvolvimento de formas migratórias de caráter temporário, ajudam, no nosso entender, a justificar esta redução. Significa isto uma diminuição dos fluxos da emigração portuguesa? Não. Significa apenas que, como veremos, mais uma vez a posição de Portugal em vários sistemas migratórios vai contribuir para uma nova vaga migratória para outros destinos no exterior da Europa.

Tabela 3: Fluxos de entrada de portugueses nos principais destinos europeus, 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Andorra	2.776	2.099	1.587	736	466	415
Alemanha	3.418	3.371	3.766	4.214	4.468	4.238
B élgica ¹	1.934	2.030	2.293	3.200	2.854	
Espanha ^{1 e 5}	13.327	20.658	27.178	16.857	9.739	7.678
Luxemburgo ²	3.761	3.796	4.385	4.531	3.844	3.845
Reino Unido¹	11.710	9.700	12.040	12.980	12.230	12.080
Suíça6	12.138	12.441	15.351	17.657	13.601	12.720
Total	49.064	54.095	66.600	60.175	47.202	

Fontes: Observatório da Emigração (http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/) e OCDE, International Migration Database (http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=MIG)

Por outro lado, com a globalização, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o aparecimento das companhias de aviação *low cost*, e a flexibilização generalizada de formas de contratação laboral (e.g. os subempreiteiros), as migrações portuguesas ganham novas formas, menos permanentes, mais temporárias ou mesmo circulares. Na realidade, a emigração temporária vai constituir uma característica marcante dos fluxos de saída para diferentes países europeus desde a década de 80. Na Suíça, o valor das entradas temporárias de portugueses foi, durante os anos 80 e 90, de aproximadamente 33.000 e de 26.000 durante os primeiros oito anos do século XXI. Em França, o valor da imigração temporária de portugueses passou de 14.719, em 1989, para 16.568, em 1991 (dados da OMI citados em Ruivo, 2001: 160)¹³.

A estas formas de mobilidade temporária de cariz individual há que adicionar os

Alguns destes temporários foram posteriormente incluídos nos 15.368 trabalhadores permanentes portugueses registados, em 1992, pelos serviços do Office des Migrations Internationales e do Institut Nationale D'Études Démographiques (Ruivo, 2001: 161).

movimentos dos trabalhadores destacados, os quais se tornaram particularmente evidentes na década de 90 e de que o melhor exemplo português é a migração para Berlim. Esta forma de mobilidade dos trabalhadores portugueses decorre através da colocação no exterior de efetivos de empresas portuguesas que funcionam, geralmente, como subcontratadas das empresas dos países de destino (por exemplo, de empresas de construção alemãs ou francesas).

O número exato de trabalhadores portugueses envolvidos nos processos de destacamento é difícil de determinar. De acordo com dados apresentados por Worthmann (2003), o número de trabalhadores portugueses destacados na Alemanha, em 1997, era de 21.919, o que representava 12,1% do total de trabalhadores destacados e 40,1% dos destacados com origem num dos Estados comunitários. Os portugueses seriam, assim, o maior grupo de trabalhadores destacados com origem num país membro da União Europeia. Trata-se de um número que, de acordo com algumas fontes, peca por defeito, dado referir-se apenas aos que se encontram em situação regular, não incluindo, por isso, os estimados 35.000 portugueses a trabalhar como destacados de forma irregular (Gago e Vicente, 2002: 212). Dados mais recentes mostram que, em 2007 e 2009¹⁴, o destacamento de trabalhadores portugueses foi de, respetivamente, 66.000 e 65.000, e que, em 2009, os principais países de destino foram a Espanha (37,4% dos trabalhadores destacados), a França (33,8%) e a Alemanha (11,8%) (European Commission, 2011).

No seu conjunto, os diferentes tipos de saídas temporárias referidas, assim como os movimentos emigratórios que assentam numa lógica mais permanente, beneficiam das oportunidades de livre circulação da União Europeia. Os padrões de mobilidade internacional que se desenvolvem assentam em interligações múltiplas entre vários países de destino e Portugal, bem como na participação regular e intensa num mercado de trabalho transnacional, delimitado e potenciado quer pelas fronteiras do sistema migratório europeu no qual o país se encontra integrado desde, pelo menos, meados da década de 60, quer pela existência e desenvolvimento de comunidades portuguesas nos vários países europeus, que se constituem como estruturas sociais de apoio aos novos emigrantes.

No caso da participação de Portugal no sistema migratório europeu, tal significa que as redes migratórias não se limitam a manter o fluxo migratório entre países ou locais específicos. Antes se reconfiguram continuamente de modo a possibilitar a ligação entre a origem e os vários destinos possíveis no interior do mesmo sistema migratório, concorrendo, deste modo, para responder à instabilidade do sistema, que advém da natureza volátil dos seus múltiplos elementos constituintes (como, por exemplo, o mercado

Não se apresentam os dados relativos a 2008, dado que apenas seis dos 18 Centros Distritais da Segurança Social responsáveis pela emissão do formulário E-101 (que, no estrangeiro, atesta a inscrição do cidadão nacional na segurança social do país de origem) é que forneceram nesse ano os dados relativos aos números de formulários emitidos (European Commission, 2011).

de trabalho, a economia ou o sistema político). Está-se, assim, na presença de redes migratórias multipolares com diferentes graus de produtividade e com uma forte capacidade de inclusão de novos destinos emigratórios. É esta dinâmica das redes migratórias que, em conjunto com a evolução da procura internacional de mão de obra e das condições de mobilidade externa, permite explicar (limitando-nos ao sistema migratório da Europa ocidental) a evolução registada, nas últimas duas décadas, nos fluxos emigratórios portuqueses, marcada pelo ressurgimento de destinos emigratórios tradicionais, como a França ou o Luxemburgo, a manutenção da emigração para a Suíça e o desenvolvimento de diversas formas de mobilidade externa dirigida a países como a Espanha, a Inglaterra, ou a Alemanha.

Em síntese, pode afirmar-se que o sistema migratório da Europa ocidental, no qual Portugal se encontra inserido, apresenta como uma das suas características centrais a multipolaridade de nódulos (destinos) migratórios, que vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que escasseiam em Portugal, que emergem e se desenvolvem nos diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelo surgimento de estruturas migratórias alternativas (Margues, 2008 e 2009).

A partir de 2005, a participação portuguesa no sistema migratório europeu intensifica a coexistência com a participação, como país emissor, no sistema migratório lusófono. Num momento em que a crise económica e de criação de emprego coloca em questão a centralidade de Portugal no sistema migratório lusófono, assiste-se ao desenvolvimento de outros centros no interior deste sistema. O caso de Angola, na sua dupla vertente de emissor e recetor de migrantes no interior deste sistema migratório, ilustra a relevância da bidireccionalidade dos fluxos migratórios e a emergência de um novo centro no sistema migratório lusófono (curiosamente, Angola surge como passível de ser caracterizada como semiperiferia do sistema mundial, à semelhança de Portugal e do Brasil).

Ao longo da última década, as relações bilaterais luso-angolanas têm tido por base uma forte vertente comercial, destacando-se o peso das exportações portuguesas para este país e a importância crescente das importações (sobretudo petróleo). Angola, durante vários anos, foi o 10.º cliente de Portugal, passando a partir de 2000 a ser um dos principais destinos de exportações, sendo apenas superado por alguns parceiros comunitários e pelos EUA. Atualmente, Angola é, de forma sustentada, o quarto maior parceiro comercial de Portugal. Há em Angola, de acordo com os dados dos serviços consulares, mais de dois milhares de empresas de capital português ou de capital misto luso-angolano. Realizam-se 20 voos semanais entre Lisboa e Luanda, que transportam entre seis e sete mil pessoas.

Em paralelo a esta evolução das relações económicas entre os dois países, os fluxos migratórios foram ganhando preponderância. A emigração de portugueses para Angola reassumiu números importantes nos últimos anos. O retorno de quadros Angolanos em Portugal ao país de origem tem vindo a consolidar-se e tem ocorrido uma diminuição da imigração angolana em Portugal (mantendo-se embora um significativo volume acumulado), num interessante movimento de contrafluxo de fluxos migratórios passados. Os últimos dados disponíveis registam 85.000 residentes inscritos no consulado português em Luanda e 12.000 inscritos no consulado português em Benguela¹⁵. Na evolução do movimento de portugueses para Angola, os números são elucidativos da aceleração deste fluxo migratório. Em 2006 registam-se apenas 156 novas entradas de emigrantes portugueses em Angola, que sobem para 1.256 em 2007, para 1.474 em 2008, valor que, em 2009, terá ascendido a cerca de 23 mil pessoas (Fonte: Observatório da Emigração).

Em relação à imigração em Portugal, tendo por base os dados publicados em dezembro de 2006 pelo SEF, existiam oficialmente um total de 34.219 angolanos, que correspondiam ao stock acumulado dos 27.697 detentores de "autorização de residência", aos quais acresciam 3.557 com "autorização de permanência" e 2.965 beneficiários de vistos de longa duração, entre os quais 1.784 com vistos de estudo. Desde 2006 a evolução do número de cidadãos angolanos residentes em Portugal deixou, porém, de ser positiva, tendo os números vindo a diminuir progressivamente nos últimos anos. O número de residentes em 2010 evidencia um decréscimo face ao ano transato (-11,5%). Em 2009, residiam em Portugal 26.557 nacionais angolanos. No ano de 2010, foram atribuídos primeiros títulos de residência a 1.317 cidadãos angolanos (face a um total de 1.543 em 2009)¹⁶.

Estamos, no caso da relação Angola-Portugal, num interessante estádio para avaliar a pertinência de falarmos de um sistema migratório não apenas relativamente estável, mas com uma dinâmica bi direcional de assinalável relevância. Este sistema migratório não é mero resultado de fluxos migratórios, mas é reforçado por ligações de natureza diferente: de bens, de capitais, de cultura, etc. (Massey et al., 1993: 454), que caracterizam um sistema migratório maduro. O sistema migratório lusófono, nesta sua dinâmica luso-angolana, exemplifica muitas das características enunciadas por Massey e colegas (1993), quando afirmam que: a) a formação de um sistema migratório não deriva da proximidade geográfica, mas de relações políticas e económicas entre os dois pólos; b) os sistemas migratórios podem ser multipolares, isto é, cada país pode fazer parte de mais de um sistema migratório; c) devido à dinâmica das condições económicas e políticas dos países que compõem um sistema migratório, a estabilidade de um sistema não implica a existência de uma estrutura rígida. O sistema migratório, nesta sua forma, é uma inovação que ocorre no seio de uma configuração estrutural invari-

in Pereira, Álvaro Santos (2010) "The Return of Portuguese Emigration." Simon Fraser. University Working Paper. Citado em João Sousa Andrade & Adelaide Duarte (2011) The Fundamentals of the Portuguese Crisis, Estudos do GEMF, N.º 16, FEUC, Coimbra.

O novo acordo de vistos assinado em setembro de 2011 entre os dois países (que vai mais além do que outros acordos multilaterais no âmbito da União Europeia) reflete muita desta situação e uma dinâmica migratória que privilegia a circulação migratória fluida, de modo a permitir o desenvolvimento das relações económicas entre Portugal e Angola.

ante (a chamada topologia) do sistema, que apresenta uma elevada regularidade estrutural. Atualmente, há uma reativação de um fluxo migratório que ocorreu no passado colonial entre os dois países e que reaparece num momento pós-colonial (o que parece ser inovador). Esta dinâmica migratória surge, porém, amplamente condicionada por um conjunto de variáveis ainda difíceis de avaliar, designadamente, as necessidades de mão de obra das empresas e organizações que atuam no mercado interno de Angola ou de Portugal, e as relações económicas e políticas entre os dois Estados.

Conclusão

Procurámos, neste artigo, através da análise dos recentes fluxos migratórios portuqueses, apresentar a evolução do sistema migratório lusófono, numa leitura integrada que toma em consideração a evolução deste sistema e a imbricação dos países constituintes deste sistema lusófono noutros sistemas migratórios. Argumentámos que a função recetora do nódulo europeu do sistema migratório lusófono está atualmente numa fase de retração, por oposição a uma expansão do nódulo africano e por uma relativa estabilização do nódulo sul-americano. A evolução do posicionamento estrutural e histórico de Portugal em diferentes sistemas migratórios (europeu, africano e sul e norte-americano) permite compreender com particular acuidade as dinâmicas migratórias da contemporaneidade.

Os principais fatores estruturais que influenciam a emigração de portugueses para os países europeus, de portugueses para os países africanos de língua portuguesa e de imigrantes lusófonos para Portugal devem-se ao facto destes fluxos migratórios ocorrerem na interseção de sistemas migratórios independentes mas estruturalmente relacionados (e.g. o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono). Em nosso entender, recorrendo à ideia e à formulação de uma 'ligação estrutural' entre diferentes sistemas funcionais proposta por Luhmann (1993) e reinterpretando-a para o nosso caso particular, podemos conceber os fluxos de entrada e de saída de migrantes nos países pertencentes a este sistema como respondendo a distintas oportunidades percecionadas pelos migrantes em diferentes sistemas (neste caso o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), produzindo, assim, um 'movimento estrutural' entre sistemas (isto é, um codesenvolvimento de dois fluxos migratórios, que parecem ser o resultado de uma interação simultânea entre eles).

Ousar pensar um sistema migratório com base na herança de um império colonial (a lusofonia enquanto elemento comum) e baseá-lo na partilha de um conjunto de características de que a cultura (via língua comum) seja um dos alicerces é ao mesmo tempo uma transgressão e um desafio epistemológico. Pretendemos, neste caso, transformar a noção de espaço com que o pioneiro Mabogunje (1970) analisou as dinâmicas migratórias, numa abordagem a partir da complexidade teórico-analítica da Sociologia das Migrações em que o espaço é, já não a cápsula onde decorrem as migrações, mas o meio ambiente bio-psico-social que faz parte integrante do sistema. Tal como no precursor modelo sistémico de Mabogunje, também aqui as características destes fluxos migratórios são complexas, revelam circularidade migratória, estão interconectadas e são interdependentes (Mabogunje, 1970: 16). Estes fluxos migratórios são, ao mesmo tempo, causa e consequência de políticas migratórias e até causa e consequência de políticas mais vastas, como políticas económicas ou de cooperação entre os Estados.

A abordagem sistémica, assumida como uma abordagem do tipo macro ou estrutural, parte de uma leitura espacial da realidade migratória mas alarga-a e postula que, dada a existência de múltiplas ligações entre migrantes, os contextos de origem e os contextos de destino, a compreensão adequada das migrações internacionais contemporâneas pressupõe que os países de origem e de destino dos migrantes sejam considerados como uma unidade, como um sistema migratório. Os sistemas migratórios não são por nós entendidos como entidades estáticas que existem independentemente dos fatores que moldam a sua existência. Estes sistemas estão abertos à mudança e refletem as alterações que ocorrem nas suas partes constituintes. Refletem, claro, as conjunturais alterações políticas, legais, económicas e sociais das partes que constituem os sistemas, mas persistem para além das conjunturas.

Mostramos que o sistema migratório da Europa ocidental, no qual Portugal se encontra inserido, apresenta, como uma das suas características centrais, a multipolaridade de nódulos (destinos) migratórios. Estes nódulos vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que escasseiam em Portugal e que emergem e se desenvolvem nos diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelos surgimento de conjunturas (estruturas) migratórias alternativas (Marques, 2008).

Analisados em conjunto, é possível notar, à semelhança do que já fizeram diversos autores anteriores (cf. Baganha, 1993, Baganha e Peixoto, 1997, Peixoto, 1993b, Ramos e Diogo, 2003), que o padrão contemporâneo dos movimentos migratórios portugueses se caracteriza pela coexistência entre novas formas migratórias e movimentos migratórios de cariz mais clássico. Estas novas formas são o resultado quer do quadro legal criado pela adesão de Portugal à União Europeia (pós anos 80), quer dos condicionalismos à entrada impostos por diversos países de destino tradicionais dos portugueses. O crescimento de diferentes formas de movimentos de saída temporários atrás descritos, assim como a frequente indefinição entre "movimentos permanentes" e "temporários" (Baganha, 1993 e Peixoto, 1993a: 68), surge, neste contexto, como o aspeto mais visível da transformação verificada nos movimentos migratórios externos portugueses.

A partir dos anos 80 do século passado, Portugal, para além de participar nas dinâmicas migratórias europeias descritas, desenvolve a sua participação no emergente sistema migratório lusófono, composto por países de língua oficial portuguesa e que se vai cristalizando, durante mais de duas décadas, em torno de um dos seus centros (Portugal). Hoje é evidente que o fluxo migratório oriundo dos países lusófonos (de África e do Brasil) com destino a Portugal constitui uma migração estrutural (com diferentes vagas migratórias) que, apesar de não ter sido em todos os momentos o fluxo dominante, marca decisivamente a realidade migratória nacional como o principal constituinte do stock migratório em Portugal.

Se olharmos para os diversos fluxos migratórios que se estabelecem entre os países que integram o sistema migratório lusófono, podemos conceber este sistema como sendo tradicionalmente bicéfalo, repartido entre Portugal e o Brasil, que se constituem como elos de ligação entre vários outros sistemas migratórios. Porém, os dados mais recentes sobre a evolução da migração portuguesa para Angola parecem sugerir que este sistema migratório poderá estar a evoluir para um sistema tricéfalo, em que Angola se assume como o terceiro nódulo central. As perspetivas para o século XXI afastam-se bastante das do passado. A recente prosperidade económica de Angola parece estar a alterar o seu estatuto migratório. A corrente migratória com Portugal foi invertida: enquanto os fluxos de Angola para Portugal têm vindo a diminuir, o numero de emigrantes portugueses em Angola revela a existência de uma nova vaga migratória, alterando a relação migratória entre os dois países. Por não querer encerrar aqui a temática deste texto, enunciamos que a multipolaridade do sistema migratório lusófono poderá, em anos futuros, poder ser verificada com a entrada de um novo centro: Moçambique. Embora de forma ainda incipiente, este país do Índico parece surgir com capacidade de atração para as migrações no interior deste sistema migratório e, se assim for, o sistema migratório lusófono tornar-se-á ainda mais complexo.

Referências bibliográficas

- Baganha, Maria, "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends", International Migration, 47, 3, 2009, 5-20.
- Baganha, Maria I., "Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa", Estruturas Sociais e Desenvolvimento-Actas do II Congresso Português de Sociologia Lisboa, Fragmentos, 1993, 819-835.
- Baganha, Maria I. e Carvalheiro, Luís, "Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas", in José Reis e Maria I. Baganha (eds.), A economia em curso. Contextos e Mobilidade, Porto, Afrontamento, 2002, 63-86.
- Baganha, Maria I., Ferrão, João e Malheiros, Jorge (eds.), Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002.
- Baganha, Maria I., Marques, José Carlos e Fonseca, Graça, Is an Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case, Lisboa, Luso American Development Foundation, 2000.
- Baganha, Maria I., Marques, José e Góis, Pedro, "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in Maria I. Baganha e Maria Lucinda Fonseca (eds.), New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe, Lisboa, Luso-American Foundation, 2004, 23-39.

- Baganha, Maria I. e Peixoto, João, "Trends in the 90's: the portuguese migratory experience", in Maria I. Baganha (ed.), Immigration in Southern Europe, Oeiras, Celta, 1997, 15-40
- Boyd, Monica, "Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas", International Migration Review, 23 (3), 1989, 638-670.
- Esteves, M. Céu, Portugal: País de Imigração, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991.
- European Commission, "Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on E101 certificates issued in 2008 and 2009", DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2011.
- Gago, Carla e Vicente, Teresa, "Alemanha", in Maria I. Baganha, João Ferrão e Jorge Malheiros (eds.), Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002, 177-224.
- Godinho, Vitorino Magalhães, "L'émigration portugaise: XV-XXe siècles: une constante structurale et les réponses aux changements du monde", Revista de História Económica e Social I, 1978, 5-32.
- Góis, Pedro e Marques, José Carlos, "Portugal as a semiperipheral country in the global migration system", International Migration, 47, 3, 2009, 19-50.
- Kritz, Mary M. e Zlotnik, Hania, "Global interactions: migration systems, processes and policies", in Mary M. Kritz, Lin Lean Lim e Hania Zlotnik (eds.), International Migration Systems. A Global Approach, Oxford, Clarendon Press, 1992, 1-16.
- Luhmann, Niklas, Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1993.
- Mabogunje, Akin L, "Systems approach to a theory of rural-urban migration", Geographical Analysis, 2, 1, 1970, 1-17.
- Malheiros, Jorge, Portugal 2010: o regresso do país de emigração? , JANUS.NET e-journal of International Relations (observare.ual.pt/janus.net/pt vol2 n1 not3), 2, 1, 2010, 133-142.
- Marques, José Carlos, "'E Continuam a Partir': As Migrações Portuguesas Contemporâneas", Ler História, nº 56, 2009, 27-44.
- Marques, José Carlos, Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.
- Massey, Douglas, "Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century", Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003 (online: http://pum.princeton.edu/ pumconference/papers/1-Massey.pdf)
- Massey, Douglas S., Joaquín Arango, Hugo Graeme, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino, and

- Edward J. Taylor, "Theories of international migration: A review and appraisal", Population and Development Review, 19, 3, 1993, 431-466.
- Peixoto, João, "A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução", Estudos Demográficos, 31, 1993a, 35-74.
- Peixoto, João, "Migrações e Mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in Maria Beatriz Silva, et al. (eds.), Emigração/Imigração em Portugal, Algés, Fragmentos, 1993b, 278-307.
- Peixoto, João, País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal, Socius Working Papers, 2004.
- Ramos, Maria Conceição e Diogo, Hugo, "Le Portugal, pays relais de la migration en Europe", Migrations Études, nº 116, 2003
- Ruivo, Jorge Rodrigues, Portugais et population d'origine portugaise en France, Paris, L'Harmattan, 2001.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008), Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009), Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2010), Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.
- Worthmann, Georg, Nationale Autonomie trotz Europäisierung: Probleme der Arbeitsmarktregulierung und Veränderungen der industriellen Beziehungen in der deutschen Bauwirtschaft, München, Rainer Hampp Verlag, 2003.



As políticas de imigração em Portugal. Contextos e protagonistas ¹

Ana Paula Beja Horta²

Resumo

Sendo um país profundamente marcado pela emigração, Portugal, tal como outros países do Sul da Europa, consolidou ao longo das últimas décadas a sua posição como um país de imigração. A gestão desta complexa realidade migratória tem vindo a sofrer mudanças consideráveis, que se prendem com as rápidas alterações verificadas no contexto nacional e internacional. Neste artigo perspetiva-se a evolução das políticas imigratórias, sublinhando, em particular, as políticas de integração, bem como o papel dos diferentes protagonistas na configuração do quadro político imigratório em Portugal. Destacam-se três principais fases distintas das políticas de integração, cuja orientação na última década tem girado em torno de um modelo de incorporação intercultural, ao invés da tendência assimilacionista que, mais recentemente, tem vindo a configurar as agendas políticas migratórias noutros países europeus.

Palavras-chave: emigração, imigração, políticas de integração, Portugal

1. Introdução

Tendo sido a emigração um fator estrutural da sociedade portuguesa ao longo dos séculos, no último quartel do século XX Portugal constitui-se, igualmente, como um país de imigração. Na década de 70 do século passado, a revolução de abril de 1974 e o processo de descolonização estão na origem de profundas mudanças políticas, económicas e sociais, com um forte impacto nos movimentos migratórios portugueses. A partir de 1975 os fluxos migratórios caracterizam-se por um decréscimo da emigração, o retorno de emigrantes, a repatriação dos Portugueses residentes nas ex-colónias, bem

¹ Algumas secções deste artigo têm por base dados do Capítulo III de Horta (2008).

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, nº 141-147 - 1269-001 Lisboa - Portugal. Email: apbhorta@uab.pt.

como pela primeira vaga de fluxos imigratórios oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Nos anos oitenta e especialmente na década de noventa assiste-se a um aumento exponencial da população imigrante a residir no país. A conjuntura económica favorável decorrente da entrada de Portugal na União Europeia em 1986, associada a uma imagem de modernização e de desenvolvimento económico e social, bem com a aplicação dos fundos estruturais europeus, sobretudo no setor das obras públicas, contribuiu para o aumento significativo da procura de mão de obra imigrante, especialmente na área da construção civil. Além destes aspetos, a estabilidade política e social e o aumento significativo do nível de vida atingidos na década de 90 transformaram Portugal num pólo de atração de populações estrangeiras, cujo crescimento viria a acentuar-se na viragem do século, quando o total de imigrantes em situação regular atinge aproximadamente 350 000 em 2001 versus 113 978 em 1991 e cerca de 450 000 em 2010, representando 4,2% do total da população residente no país (SEF, 2010). Na vertente emigratória, os fluxos de saída tenderam a desacelerar a partir dos meados da década de 70, vindo a retomar novo ímpeto na década de 90. Nos últimos cinco anos, devido à grave crise económica, financeira e social que o país tem vindo a atravessar, registou-se um incremento considerável da emigração portuguesa. Neste sentido, Portugal continua a ser um país profundamente marcado pelos fenómenos de emigração, estimando-se entre 4 a 5 milhões de portugueses a residir no estrangeiro.³

A gestão política desta complexa realidade migratória tem sido objeto de profundas mudanças, quer no que respeita à regulação dos fluxos, quer no plano das políticas de integração e de acesso à cidadania. Se na década de 80 as guestões da imigração se mantiveram fora da agenda política portuguesa, nos anos 90 assistimos à crescente politização do fenómeno imigratório associado à emergência de novos quadros legislativos e institucionais protagonizados por múltiplos atores sociais (instituições oficiais; associações de imigrantes; Igreja Católica; sindicatos; organizações da sociedade civil e intelectuais e académicos). A partir dos princípios do novo milénio a gestão da imigração ganha uma nova amplitude com a implementação de políticas de regulação de fluxos e de integração de cariz pluralista e intercultural.

Estas mudanças estão associadas a um conjunto de fatores que se prendem com as rápidas alterações da realidade imigratória, ocorridas nas últimas duas décadas, bem como as mudanças verificadas no contexto político nacional e internacional. O aumento e a diversificação considerável dos fluxos imigratórios na década de noventa e nos princípios do novo milénio; a crescente visibilidade e capacidade de reivindicação social e política dos imigrantes; a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 e a subsequente pressão para a harmonização das políticas portuguesas às directivas europeias, no que respeita, sobretudo, a regulação de fluxos de cidadãos de países terceiros, políticas de asilo e combate à imigração ilegal, bem como adesão a políticas comunitárias de integração lideradas pela Comissão Europeia (2003), são alguns dos principais fato-

Dados fornecidos pela OCPM. Fórum Migrações: Entre a Emigração e a Imigração (2012).

res que configuraram a natureza das políticas imigratórias e o modo como estas têm vindo a ser implementadas em Portugal. Neste artigo pretende-se traçar a evolução das políticas de imigração, com especial enfoque no quadro legislativo de políticas de integração. Assim, num primeiro momento, procederemos à caracterização, em tracos largos, das migrações no contexto português. Em seguida, passaremos a examinar as principais mudanças ocorridas na esfera das políticas de integração, centrando-nos no desenvolvimento das estruturas políticas institucionais, bem como na identificação dos seus principais protagonistas sociais e políticos.

2. A Evolução dos Fluxos E/Imigratórios – Uma Síntese

Tal como outros países da Europa do Sul, Portugal consolidou, nos últimos decénios, a sua posição como um país de destino dos fluxos migratórios internacionais. Contudo, ao invés da Grécia, Itália e Espanha (Triandafyllidou; 2009; Zincone, 2011; Bruquetas-Callejo et al., 2011), Portugal é um país cuja realidade migratória conjuga, de forma singular, fluxos de chegada e de partida, tendo a emigração adquirido, nos últimos anos, um renovado fôlego decorrente da profunda crise económica com que o país se defronta. Passaremos, em seguida, a apresentar uma síntese das principais tendências migratórias, com especial enfoque nos fluxos imigratórios.

2.1. A Emigração – Velhas e Novas Dinâmicas

Portugal tem sido tradicionalmente um país de emigração. Após a Segunda Guerra Mundial, entre os meados dos anos sessenta e os meados dos anos setenta, aproximadamente um milhão e meio de Portugueses emigrou para a Europa e para o Continente Americano (Rocha-Trindade, 1995). O atraso económico, o deflagrar das guerras coloniais na Guiné, Angola e Moçambique na década de sessenta e as parcas perspetivas de futuro constituíram fatores determinantes para o êxodo massivo de portugueses, que se viria a registar nos anos sessenta e setenta. Por outro lado, a recuperação económica Europeia no período do pós-querra e a falta de mão de obra foram importantes fatores de atração, potenciando os fluxos de mão de obra a partir dos países europeus periféricos (Grécia, Itália, Portugal, Espanha) para os países mais industrializados (Alemanha, França, Holanda, Luxemburgo, Grã-Bretanha).

No caso específico de Portugal, as políticas de emigração na década de sessenta e início da década de setenta assentavam no pressuposto de que a emigração constituía uma alternativa viável para força de trabalho excedente em Portugal, e tenderia, por isso, a atenuar os custos económicos do desemprego e subemprego. Por outro lado, as remessas dos emigrantes viriam a ser cruciais para minimizar o défice nacional e para subsidiar os custos das guerras coloniais.

Entre 1961 e 1974, a média anual de partidas totalizava 122 000 emigrantes, atingindo um pico em 1970, com 183 000⁴. Em meados da década de setenta,

Ver Baganha, 1998 e Rocha-Trindade, 1995. Segundo estes autores, as estatísticas Portuguesas oficiais

os fluxos de saída atingiram temporariamente uma súbita interrupção. A recessão económica, a crise do petróleo e as subsequentes políticas de imigração nos países Europeus viriam a reduzir consideravelmente os fluxos migratórios de mão de obra. Acrescenta-se, ainda, que as políticas de retorno dos países de imigração (por exemplo, França e Alemanha) favoreciam o regresso dos imigrantes legais ao país de origem. Estima-se que, entre 1981 e 1985, aproximadamente 500 000 Portugueses haviam regressado a Portugal (Ferrão, 1996).

Contudo, se a emigração sofreu um decréscimo significativo na década de setenta, nas duas décadas seguintes o número total de saídas viria a aumentar consideravelmente. Apesar da dificuldade crescente em quantificar os movimentos de mão de obra no espaço Europeu, devido às novas mobilidades criadas no âmbito da adesão de Portugal à União Europeia, estima-se que na década de oitenta a média anual de partidas era aproximadamente 20 000. Todavia, em 1991, o número total de partidas atingiu um pico de 46 000 (Baganha & Peixoto, 1994), sendo a Suíça o mais importante país de destino dos fluxos de saída de migrantes portugueses, absorvendo quase 40% do total de movimentos migratórios. Do mesmo modo, a Alemanha e outros países Europeus (por exemplo, Espanha, Luxemburgo, França e Grã-Bretanha) tornaram-se, igualmente, destinos preferenciais para os fluxos de saída de Portugueses na década de noventa e princípios do novo milénio (Baganha, 2001).

Ao ressurgimento destes fluxos tradicionais da emigração portuguesa veio aliarse, mais recentemente, o aumento significativo de fluxos emigratórios de mão de obra jovem especializada, que face à grave crise económica e às elevadas taxas de desemprego procuram na emigração novas oportunidades e melhores condições de vida. Segundo os dados do Observatório da Emigração, em Espanha, o número de emigrantes portugueses quase duplicou, passando de 71 mil em 2004 para 136 mil em 2008, enquanto no Reino Unido passou de 68 mil para 77 mil e em Angola de 17 mil em 2006 para 23 mil em 2008. Esta tendência de crescimento exponencial da emigração tem vindo a intensificar-se nos últimos dois anos, com volumes de saída de mão de obra que, segundo os dados da Obra Católica Portuguesa das Migrações/OCPM, rondaram as 100 mil partidas anuais em 2011, valores comparáveis aos registados nos picos das vagas emigratórias na década de sessenta e princípios dos anos setenta.5

2.2. Imigração e Comunidades Imigrantes

Após 1974, o processo de descolonização teve profundas consequências na reconfiguração da realidade migratória em Portugal, sendo uma das principais a repatriação maciça dos Portugueses residentes nas ex-colónias, principalmente de

subestimaram em grande medida o número total de saídas.

Para o mesmo período e segundo os dados do Observatório da Emigração o total de saídas anuais estima-se entre 70 a 75 mil.

Angola e Moçambique, que constituíram 94% do número total de repatriações registadas, 505 078 (INE, Recenseamento de 1981). De acordo com Pires (1987), os números oficiais subestimaram, em grande medida, os fluxos totais de repatriações que, segundo este autor, atingiram cerca de 800 000. Depois disso, no rescaldo da descolonização, as guerras civis e a fome em Angola e Moçambique na década de setenta precipitaram o êxodo de grande número de refugiados, a maioria dos quais se estabeleceu em Portugal numa base permanente. Para outros, Portugal funcionou como uma plataforma migratória a partir da qual os recém-chegados reemigravam para outros países Europeus e para o continente Americano. Embora durante este período os fluxos migratórios englobassem, igualmente, mão de obra migrante, no geral a imigração para Portugal na década de setenta e princípios dos anos oitenta do século passado foi essencialmente caracterizada por uma migração de refugiados dos PALOP (Machado, 1997).

De igual modo, a partir de meados da década de setenta, a migração de retorno cresceu substancialmente. Estima-se que, entre 1975 e 1985, aproximadamente 500 000 portugueses emigrados tenham regressado a Portugal (Ferrão, 1996). Na década seguinte vem a verificar-se uma diminuição substancial no número de regressos. Ainda assim, entre 1986 e 1991, os regressos anuais atingiam 36 000 (Lopes, 1999). Estes fluxos eram maioritariamente constituídos por trabalhadores portugueses que tiraram partido dos programas de incentivo ao regresso, implementados por vários países de acolhimento, como foi o caso da França e da Alemanha.

Durante a década de oitenta, a composição da população estrangeira alterouse significativamente. Se na década de sessenta e início da de setenta os Europeus constituíam o grupo mais numeroso, nas décadas seguintes os influxos de migrantes dos PALOP tornaram-se dominantes, invertendo assim as tendências anteriores. Em 1991, o número total de estrangeiros a residir legalmente em Portugal estimava-se em 113 978, aproximadamente 40% (47 998) dos quais eram oriundos dos PALOP (SEF, 1991). Em 1996, a população estrangeira totalizava 172 912; destes, 81 174 (46.5%) eram Africanos e 46 798 (27%) Europeus (Quadro 1).

Durante a década de 90, a evolução da imigração caracterizou-se por três principais tendências: a) a consolidação da imigração africana, constituída maioritariamente por indivíduos oriundos das ex-colónias e pelos seus descendentes; b) o rápido crescimento de novas correntes migratórias, com origens geográficas e culturais muito diversificadas, conjugando três principais origens geográficas - fluxos associados ao passado colonial e à independência das ex-colónias em África; movimentos migratórios do Brasil; e movimentos migratórios da Europa de Leste e de outros países europeus; c) o elevado número de fluxos de imigrantes ilegais. Estes fluxos foram predominantemente constituídos por imigrantes da Europa de Leste, em particular da Ucrânia, Rússia, Moldávia e Roménia, a grande maioria dos quais entrou em situação irregular, alimentados pelo tráfico internacional de mão de obra ilegal

(Peixoto et al., 2005). A par destes novos movimentos migratórios assiste-se a uma "nova vaga" de imigração brasileira, distinta da ocorrida nos finais dos anos oitenta e princípios dos anos noventa, com um perfil profissional menos qualificado e com níveis de feminização elevados. Importa ainda referir a intensificação dos fluxos de imigração chinesa e de imigrantes do subcontinente Indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh), que têm vindo a acentuar a diversidade da componente sociodemográfica da realidade da imigração em Portugal.

Nos princípios do novo milénio, assistimos a um pico do volume da imigração, o qual se deveu à entrada em vigor do novo regime de títulos de permanência ao abrigo do Decreto-lei nº 4/2001, o que possibilitou a legalização de milhares de imigrantes que se encontravam a residir em Portugal em situação irregular, chegados em 2000 ou até mesmo antes, nos finais da década de noventa. Entre 2001 e 2003 foram concedidos no total 183 655 títulos de permanência, com especial relevo aos cidadãos da Ucrânia e do Brasil.⁶ Decorrente deste processo de "regularização extraordinária", o total da população imigrante em situação legal quase que triplica, passando de 113 978 em 1991 para cerca de 350 000 em 2001.

A partir dos meados da primeira década de 2000, verifica-se um considerável abrandamento dos volumes imigratórios registados durante a década de noventa e na viragem do século. A contração da economia portuguesa e o agravamento da crise financeira internacional e nacional são alguns fatores que poderão ter potenciado a desaceleração dos fluxos de entrada (Peixoto e Iorio, 2011). Esta tendência tem vindo a acentuar-se nos últimos dois anos, verificando-se em 2010 um decréscimo de 1,97% da população imigrante residente face a 2009. Em 2010, a população estrangeira em Portugal totalizava 446 262, constituindo atualmente 4,2% do total da população residente no país, surgindo como as comunidades mais representativas os brasileiros, sequindo-se os ucranianos, cabo-verdianos, romenos e angolanos. Outras comunidades com representação significativa são os imigrantes oriundos da Guiné-Bissau, Moldávia, Reino Unido e China (Quadro 1).

Quadro 1 - As cinco nacionalidades mais representativas (1986-2010)

	1986			1996	2010		
1°	26.301	Cabo-verdianos	39.236	Cabo-verdianos	119.363	Brasileiros	
2°	7.470	Brasileiros	20.027	Brasileiros	49. 505	Ucranianos	
3°	6.958	Espanhóis	16.172	Angolanos	43.979	Cabo-verdianos	
4°	6.326	Americanos	12.548	Guineenses	36.830	Romenos	
5°	5.872	Ingleses	11.688	Ingleses	23.494	Angolanos	

Fonte: Adaptado de Machado (1997); SEF, Relatórios Estatísticos Anuais, 1986-2010.

De acordo com os dados do SEF (2003), do total dos títulos de permanência concedidos, 35% e 21% foram atribuídos aos imigrantes da Ucrânia e do Brasil, respectivamente.

Como temos vindo a referir, a evolução dos movimentos migratórios no contexto português tem sofrido profundas alterações ao longo das últimas três décadas, sendo de destacar a simultaneidade de fluxos de entrada e de saída, tendo a emigração ganho uma crescente expressão nos últimos anos. Ainda assim, os dados provisórios do Censo de 2011 (INE) apontam para um crescimento da população residente em Portugal, o que é justificado, sobretudo, pelo saldo migratório positivo entre imigração e emigração (182 100 pessoas). Noutros termos, apesar da crise económica que o país atravessa, o contributo da população imigrante continua a ser significativo para a demografia global do país.⁷

3. As Políticas de Integração - Evolução e Novas Tendências

A partir dos meados da década de noventa do século passado, o debate sobre os direitos de cidadania e os processos de integração das comunidades migrantes residentes ganhou uma centralidade sem precedentes na agenda política portuguesa. A existência de milhares de imigrantes em situação irregular, decorrente da ausência de dispositivos legais de recrutamento eficazes, potenciou a marginalização social, económica e política de grandes segmentos da população imigrante a residir no país. Dada a importância do acesso à nacionalidade no processo de integração dos imigrantes, passamos, em seguida, a traçar o quadro das principais alterações às leis de nacionalidade implementadas, a partir da década de setenta, evidenciando o seu impacto nas populações imigrantes. Num segundo momento, procederemos à análise das políticas de integração, sublinhando o cruzamento com a gestão dos fluxos imigratórios.

3.1. As Migrações e o Acesso à Cidadania

Nas últimas décadas o impacto das migrações nos regimes de nacionalidade tem sido alvo de um longo e polémico debate. Face às novas realidades migratórias, vários países europeus têm vindo a alterar as respetivas leis de nacionalidade (Bauböck et. al., 2007). Por outro lado, a emergência da Europa como uma entidade política e o aumento considerável dos fluxos migratórios no espaço Schengen potenciaram o acesso a um conjunto de direitos associados à cidadania europeia, bem como o alargamento dos direitos de cidadania atribuídos às populações imigrantes com base no tempo de residência no país de acolhimento (Bauböck et. al. 2007). De facto, nas últimas três décadas temos vindo a assistir à liberalização dos regimes de cidadania no contexto da União Europeia, privilegiando a conjugação entre ius solis (condicional) e uis sanguinis (Weinstock, 2008).8 De igual modo, verifica-se uma crescente tendência para a concessão da dupla nacionalidade (Joppke, 2008). Como veremos a seguir, Portugal tem vindo a acompanhar esta expansão na atribuição de direitos de cidadania às populações migrantes, sendo reconhecido, presentemente,

Ver o trabalho de Valente Rosa, M.J., Hugo Seabra e Tiago Santos, 2003, Contributo dos "Imigrantes na Demografia Portuguesa", ACIDI/OI.

⁸ Alguns autores têm vindo a defender a coexistência, na União Europeia, de políticas de nacionalidade de cariz restritivo e outras de natureza mais inclusiva e liberal (Waldrauch, 2008).

como o país europeu que promove uma das políticas de nacionalidade mais inclusivas, veiculando o acesso à nacionalidade portuguesa como um instrumento decisivo de integração das comunidades migrantes, assim como de coesão social (Migrant Integration Policy Index, III, Country Report).

Logo após 1974, a regulação do acesso à nacionalidade teve como pano de fundo o fim do império colonial e o subsequente processo de descolonização. A legislação em vigor em 1974 (Lei nº 2098 de 29 de julho de 1959), fortemente fundada no critério de ius soli, permitia a todos os nascidos nas ex-colónias o direito à nacionalidade portuguesa. Face a um rápido processo de descolonização, a manutenção deste dispositivo legal foi vista com grande apreensão, a nível social, económico e político. Face a esta situação, em 1975 procedeu-se à revisão da Lei da Nacionalidade de 1959, restringindo a manutenção da nacionalidade Portuguesa aos residentes nas ex-colónias que tivessem nascido em Portugal ou que tivessem ascendência Portuguesa e aos indivíduos nascidos nas ex-colónias que tivessem uma "ligação especial a Portugal ou evidenciassem um desejo inegável" de se tornarem Portugueses.

Na prática, a revisão da Lei de 1959 efetuada em 1975 potenciou a exclusão de um elevado número de cidadãos, a quem foi negada a manutenção ou a aquisição da nacionalidade portuguesa. Por outro lado, a atribuição da nacionalidade portuquesa a pessoas de origem africana criou, igualmente, as condições para a constituição de correntes migratórias com origem nos PALOP, sustentada por processos de reunificação familiar e de imigração laboral.

Em 1981, foi introduzida uma lei de nacionalidade mais restritiva (Lei 37/81). Se a lei anterior se fundava num equilíbrio entre ius soli e ius sanguinis, a nova legislação privilegiava, em grande medida, ius sanguinis. Assim, a aquisição automática da nacionalidade portuguesa por parte dos nascidos em território nacional passou a estar dependente do facto de os pais serem cidadãos portugueses ou, no caso de se tratar de filhos de cidadãos estrangeiros, de os pais residirem legalmente em Portugal há mais de seis anos. Para Esteves (1991), esta mudança na definição dos critérios para a aquisição da nacionalidade constituía uma resposta ao medo nacionalista, alimentado pelos crescentes influxos de migrantes decorrentes da descolonização. Por outro lado, o novo dispositivo legal viria a facilitar a reaquisição ou aquisição da nacionalidade aos emigrantes portugueses e aos seus descendentes a viver no estrangeiro. Além disso, a possibilidade da obtenção da dupla nacionalidade favorecia, igualmente, as populações emigrantes que tinham, entretanto, adquirido uma outra nacionalidade e, como tal, haviam perdido a nacionalidade portuguesa. Esta maior sensibilidade relativamente às comunidades portuguesas emigrantes sublinhava uma importante mudança ideológica na conceção da identidade nacional portuguesa.

Na década de oitenta, as representações oficiais da nação tornaram-se cada vez mais associadas à conceção da nação como uma comunidade imaginada de descendentes que transcendia as fronteiras territoriais. Direitos especiais, privilégios e a criação de canais institucionais para a participação plena dos emigrantes portugueses e dos seus descendentes na sociedade portuguesa visavam o fortalecimento dos laços económicos, culturais e étnicos entre Portugal e as suas comunidades no estrangeiro. 9 A conceção de Portugal como uma "nação de comunidades" (Aguiar, 1999: 19) traduzia, assim, um novo imaginário da nação, no qual os emigrantes portugueses se tornaram um elemento constitutivo da maior importância na construção da sociedade portuguesa pós-colonial.

Após, aproximadamente, uma década, em 1994, a alteração da Lei de Nacionalidade (Lei nº 25/94) viria a introduzir mudanças significativas, reforçando a restrição dos estrangeiros à nacionalidade portuguesa. Desde 1981, a atribuição da cidadania portuguesa tendia a favorecer um regime de ius sanguinis. Este regime viria a ser reforçado na nova legislação, dificultando substancialmente a aquisição da nacionalidade portuguesa a cidadãos estrangeiros. Além dos reguisitos de residência para obtenção da nacionalidade terem sido alargados de seis para dez anos para os cidadãos estrangeiros, excetuando os cidadãos dos PALOP, a aquisição da nacionalidade através do casamento deixou de ser automática. Em vez disso, a naturalização só poderia ser concedida após pelo menos três anos de matrimónio. Por outro lado, a nova Lei de Nacionalidade viria a introduzir, pela primeira vez, o requisito adicional da existência de "uma ligação efetiva à comunidade nacional", aferido através da prova de conhecimento da língua portuguesa, dos valores e da cultura portuguesa, bem como do envolvimento efetivo na sociedade civil.

A par da aquisição da cidadania europeia decorrente da adesão de Portugal à União Europeia, é constituída, em 1996, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A constituição desta comunidade favoreceu, igualmente, um espaço político de debate das questões da imigração, identidade e direitos de cidadania. Os seus objetivos principais norteavam-se pela construção de uma identidade lusófona transnacional e a criação de uma "cidadania lusófona", baseada em direitos de cidadania alargados para os nacionais de países de língua oficial portuguesa (Aguiar, 1998; Leitão, 1998). O desdobramento de espaços múltiplos de pertença lusófona traduziu-se em relações preferenciais com os países da CPLP, com impacto direto no acesso à cidadania portuguesa por parte dos cidadãos dos PALOP e do Brasil.

É já nos meados do primeiro decénio de 2000 que assistimos à promulgação da nova Lei de Nacionalidade (Lei Orgânica nº 2/2006), que altera substancialmente os requisitos de atribuição de nacionalidade, reforçando o regime de ius solis, ao mesmo tempo que permite, pela primeira vez, o alargamento dos direitos de

Ver Aguiar, 1999; Bretell, 1986; Rocha-Trindade, 1995.

nacionalidade às segunda e terceira gerações de imigrantes, muitos dos quais já nascidos em território nacional. Na prática a nova Lei de Nacionalidade permitiria a atribuição de direitos de cidadania a um número considerável de imigrantes e seus descendentes, muitos deles já nascidos em Portugal, constituindo um importante veículo de integração de populações imigrantes no tecido social e político português (Malheiros e Horta, 2008; Horta e White, 2009). No tocante às comunidades portuquesas residentes no estrangeiro, o novo quadro legislativo permitiu, ainda, uma maior acessibilidade à naturalização e à aquisição da nacionalidade portuguesa às segundas gerações de portugueses a residir no estrangeiro.

Decorrente da nova Lei de Nacionalidade regista-se um aumento exponencial de naturalizações, que quadruplicaram entre 2004 (5 669) e 2008 (24 247), verificando-se em 2010 uma ligeira descida (17 376). As comunidades mais representadas foram as oriundas dos PALOP e do Brasil, evidenciando-se, nos últimos anos, um crescimento dos pedidos de nacionalidade portuguesa por parte das populações imigrantes da Europa de Leste (SEF, 2010).

Presentemente, segundo os dados do Migrant Integration Policy Index (MIPEX II, 2007, em particular, o MIPEX III, 2011)¹⁰, Portugal está colocado numa posição cimeira no que respeita o acesso à nacionalidade, sendo considerado como o país com a política mais liberal e inclusiva entre os 31 países analisados, no contexto Europeu e na América do Norte.¹¹ A liberalização do acesso à nacionalidade portuquesa traz para o centro do debate a relação estreita entre o acesso à cidadania e a integração das comunidades imigrantes. Como escreve Healy (2011: 139), "para os 'novos portugueses' poderem ser cidadãos plenos de direitos, as políticas de integração e de anti-racismo do Governo têm um papel fundamental. Em suma, o processo de integração de um imigrante em Portugal não chega ao seu fim com a aquisição da nacionalidade portuguesa". Neste sentido, o acesso à nacionalidade revela-se, sobretudo, como um veículo de integração e não tanto como o culminar de um processo de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

3.2. Integração: do *Laissez-Faire* à Interculturalidade

Na Europa, a realidade migratória tem sido, ao longo dos tempos, um fator de mudança e de desenvolvimento. Contudo, as respostas institucionais aos novos padrões migratórios no contexto europeu, em particular no que respeita à integração das comunidades migrantes, têm-se configurado de forma muito diversificada. Ao analisar as políticas de integração, Castles (1995) sugere uma tipologia que se estrutura a partir de três principais modelos de integração. O primeiro reporta-se ao "modelo de exclusão diferencial", associado a países como a Alemanha, Áustria e

¹⁰ O Migrant Integration Policy Index/MIPEX pretende avaliar e comparar as políticas de integração de 31 países (Europa e América do Norte), considerando os seguintes indicadores: acesso ao mercado de traba-Iho, reagrupamento familiar, educação, residência de longa duração, participação política, aquisição de nacionalidade e antidiscriminação.

Ver MIPEX III disponível online: (http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&s id=2850

Suíça. Os seus aspetos essenciais incluem um sistema de "trabalhador convidado" altamente exclusivo em termos de cidadania, direitos sociais e políticos. O segundo refere-se ao "modelo de assimilação", exemplificado por países como a França e, até certo ponto, pelo Reino Unido. Neste modelo, espera-se que os imigrantes assimilem os valores, normas, códigos e práticas sociais da sociedade de acolhimento. Este processo de assimilação cultural, social e política constitui um requisito fundamental para a atribuição da cidadania. Contudo, Castles sublinha a tensão entre a "inclusão formal" e a "exclusão estrutural", o que significa que, em certos contextos, embora os imigrantes possam gozar de plenos direitos de cidadania, a marginalização, a exclusão social e o racismo têm vindo a acentuar-se em relação às comunidades étnicas imigrantes. O terceiro modelo diz respeito ao modelo pluralista das relações étnicas nos E.U.A., Canadá e Austrália. Nestes países, o multiculturalismo constituise como uma política oficial que norteia a atuação do Estado no que respeita às políticas públicas dirigidas às comunidades étnicas e imigrantes. Embora as políticas dominantes em alguns países exemplifiquem melhor um modelo específico, isso não implica necessariamente que estejamos perante uma tipologia rígida. Pelo contrário, cada país tende a combinar uma variedade de dimensões de diferentes modelos.

No contexto português, e tomando como ponto de partida a tipologia proposta por Castles (1995), passamos a traçar a evolução das políticas de integração evidenciando três principais fases.

A primeira fase iniciou-se em 1974 e estende-se até ao final da década de oitenta. Durante este período, Portugal, tal como outros países do sul da Europa, que se tornaram países de destino das migrações internacionais, tendeu a adotar uma política de laissez-faire face às novas realidades imigratórias (Kubat, 1993). Ainda que a entrada, permanência e saída de estrangeiros tivesse sido, pela primeira vez, objeto de regulação em 1981 (Decreto-Lei nº 264-B/81), a ausência de um quadro legal e institucional de políticas imigratórias de integração teria como principal consequência a despolitização da imigração e da etnicidade em Portugal (Machado, 1993). A falta de uma política de imigração e a ausência de um debate político sobre a imigração tendeu a marginalizar do espaço social e político as populações imigrantes recém-chegadas, que viriam a consolidar a sua posição e a ganhar particular expressão nas duas décadas seguintes.

Esta tendência de invisibilidade política dos imigrantes inverteu-se, substancialmente, nos princípios dos anos noventa, quando passamos a assistir à crescente politização do fenómeno imigratório em Portugal. De facto, a década de noventa constitui um importante ponto de viragem na gestão da realidade imigratória, correspondendo a uma segunda fase na evolução das políticas de integração, marcada pela implementação de quadros legislativos e pela constituição de estruturas institucionais especialmente dirigidas aos imigrantes.

Este novo quadro político e social da imigração surge num contexto de grandes mudanças ocorridas a nível nacional e internacional. A nível nacional, o aumento exponencial das populações imigrantes (muitas destas em situação ilegal); a crescente politização do movimento associativo imigrante; a emergência de plataformas e redes da sociedade civil; o papel da Obra Católica Portuguesa das Migrações, organizações não-governamentais e comunidade científica; bem como a adesão de Portugal à União Europeia, contribuíram para a efetiva inserção da imigração no quadro político e social em Portugal. A nível internacional, no contexto da União Europeia, o esforço na harmonização de políticas migratórias traduziu-se no Acordo de Schengen e na Convenção de Dublin (junho, 1990), visando uma estrutura comum para as políticas de imigração nos países membros. O enfoque nos direitos de cidadania e na integração das populações imigrantes teve importantes repercussões na regulação dos fluxos, bem como na formulação de medidas de integração em Portugal.

No tocante à regulação dos fluxos imigratórios, durante a década de noventa, o quadro legislativo visou a implementação de períodos de regularização extraordinária de imigrantes em 1992 (Lei nº 212/92, de 12 de outubro) e em 1996 (Lei nº 17/96, de 24 de maio), bem como a introdução de novos instrumentos de regulação dos fluxos (Decreto-Lei nº 59/93 de 3 de março; Decreto-Lei nº 244/98 de 8 de agosto). A implementação destes dispositivos legais evidenciava um esforço de harmonização e de convergência da política portuguesa de imigração à política europeia de "Europa Fortaleza", apostada no combate à imigração ilegal, bem como no controlo dos novos influxos migratórios, em particular de cidadãos de países terceiros. 12 Por outro lado, a integração de comunidades étnicas migrantes ganhou, na década de noventa, uma centralidade sem precedentes na agenda política europeia, obrigando à adoção de medidas concretas de inclusão social destas populações no espaço europeu (Martiniello, 1995; Wihtol de Wenden, 1994).

Nos princípios dos anos noventa, a presença de milhares de imigrantes em situação irregular e a viver em condições muito precárias ganha especial visibilidade social e política. Face à ausência de políticas dirigidas às comunidades imigrantes, são, neste primeiro momento, as organizações da sociedade civil os principais protagonistas das ações de mobilização e de reivindicação dos direitos dos imigrantes. De particular importância é a criação, em 1991, do Secretariado Coordenador das Associações para a Legalização (SCAL). Este Secretariado, apoiado por uma extensa rede de organizações da sociedade civil, a destacar as associações de imigrantes, centrais sindicais, o Conselho Português para os Refugiados, o Conselho Portuquês das Igrejas Cristãs, a Obra Católica Portuguesa das Migrações, bem como

O Decreto-Lei 244/98 estabelecia novas diretivas na regulação da entrada e residência de estrangeiros no país. Segundo a lei, as novas medidas tiveram por base "a necessidade urgente para ajustar a legislação atual às normas e medidas que têm sido adotadas pelas convenções internacionais, das quais Portugal é um Estado signatário, nomeadamente como membro da União Europeia e parceiro no Tratado de Schengen" (Decreto-Lei 244/98, p.5). Um enfoque na reunificação familiar, a criminalização da imigração ilegal e a nova provisão para o regresso voluntário em caso de expulsão, foram algumas das medidas especiais introduzidas na nova legislação. Contudo, em relação à entrada de estrangeiros de "Países Terceiros", as novas regras reforçaram um controlo mais rigoroso das entradas e permanência destes cidadãos no país.

várias municipalidades, desempenhou um papel fundamental nos processos de decisão no âmbito do Ministério da Administração Interna e dos responsáveis políticos. Por outro lado, a grande capacidade do SCAL na mobilização do movimento associativo imigrante, em rápido desenvolvimento, assim como de outros parceiros sociais, foi determinante para a criação de dispositivos legais de integração das comunidades imigrantes, sendo de especial importância a implementação de períodos de regularização extraordinária de imigrantes (1992 e 1996). Ao longo dos anos, o SCAL e, mais tarde, já em 2002, as ações do Secretariado Coordenador de Associações de Imigrantes/SCAI visaram, sobretudo, a legalização, a integração e a participação cidadã dos imigrantes na sociedade portuguesa.¹³

A nível político-institucional, a gestão da nova realidade imigratória centravase, sobretudo, na regulação dos fluxos migratórios e na implementação de um conjunto de medidas pontuais e de natureza mais reactiva que proactiva, não existindo, de facto, uma verdadeira política de integração. O discurso oficial então produzido tendia a colocar o ónus da integração nos imigrantes, veiculando estratégias pró-assimilacionistas, associadas a um discurso securitário sobre a imigração, alinhado com o paradigma dominante da "Europa Fortaleza" (Horta, 2008).

Por outro lado, é nos princípios da década de 90 que começam a surgir os primeiros programas e estruturas institucionais dirigidos aos imigrantes, como é o caso da criação em 1993 do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/Entreculturas e do lançamento do Projeto de Educação Intercultural, bem como da Comissão Interdepartamental para a Integração dos Imigrantes e Minorias Étnicas, cujos objetivos visavam a implementação de medidas de combate a sentimentos xenófobos e discriminação, bem como a promoção de programas de formação profissional das comunidades imigrantes desfavorecidas.

Importa, ainda, sublinhar a criação do Programa Especial de Realojamento (PER) em 1993, que visava a erradicação dos bairros de barracas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto até ao ano 2000, contemplando todos os residentes independentemente do seu estatuto jurídico (nacionais ou imigrantes, legais ou em situação irregular).

A nível local, começa-se, igualmente, a assistir a um novo protagonismo dos municípios nos assuntos da imigração, com a constituição de conselhos municipais consultivos, dirigidos às comunidades imigrantes, como é o caso do Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas, constituído em Lisboa, em 1993. ¹⁴ A

Para uma análise pormenorizada da intervenção da Obra Católica Portuguesa das Migrações/OCPM ver Pedro, Rui, 2010 "A Obra Católica Portuguesa das Migrações e o Movimento Associativo Imigrante em Portugal. Percursos e Desafios in *Revista Migrações*, nº 6, Abril 2010. Número Temático Associativismo Imigrante, pp.163-186.

O Conselho funcionava como uma comissão de aconselhamento, constituído por técnicos e responsáveis políticos da Câmara, assim como por representantes de associações de imigrantes. Os seus objetivos principais eram, primeiro, promover a participação política das comunidades imigrantes no processo de tomada de decisão; segundo, promover os valores culturais dos imigrantes; e, finalmente, a promoção de um "diálogo intercultural".

criação de canais institucionais para a participação das comunidades migrantes a nível local foi seguida por outras duas municipalidades na periferia de Lisboa, como é o caso do Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes, na Amadora, em 1995, e do Gabinete para os Assuntos Religiosos e Sociais Específicos (GARSE), no concelho de Loures. Já no novo milénio viríamos a assistir à constituição de estruturas institucionais similares às anteriormente criadas, como é o caso do Gabinete de Apoio aos Imigrantes e Minorias Étnicas, estabelecido no concelho de Santarém, em 2002, e do Conselho Municipal das Comunidades do Porto, criado em 2005, e que se constitui como um órgão consultivo para as comunidades imigrantes.

A partir dos meados da década de noventa, as respostas políticas e institucionais à imigração ganham uma nova dinâmica, com a nomeação, pelo governo socialista, em 1995, do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas/ACIME (Decreto-Lei nº 3-A/96). O ACIME, sob a dependência direta do Primeiro-Ministro, tinha como principal objetivo a conceção e implementação de políticas de integração das populações imigrantes.15

A partir de 1996, verifica-se um alargamento considerável dos direitos sociais e políticos das populações imigrantes. 16 Na esfera política, o direito de voto e de ser eleito nas eleições municipais (Decreto-Lei nº 36/96) foi, igualmente, concedido às comunidades migrantes. 17 Além da atribuição do direito de voto aos imigrantes, são criadas novos canais de participação política, sendo exemplo disso a constituição do Conselho Consultivo para a Imigração/COCAI (Decreto-Lei nº39/98), a funcionar sob os auspícios do ACIME. O COCAI, constituído por responsáveis políticos e representantes sindicais, assim como por representantes das organizações de imigrantes, tinha como principais objetivos a participação das associações de imigrantes no processo de "decisão das políticas de integração social e de combate à exclusão" (arto 6; ACIME, Boletim nº17, janeiro, 1998). O reforço da participação das associações de imigrantes no quadro político português traduziu-se, igualmente, na implementação de dois principais dispositivos legais, o Regime Jurídico das Associações de Imigrantes (Decreto-Lei nº 115/99) e o Regime Jurídico das Associações (Decreto-Lei n° 75/2000).

Com base em acordos recíprocos, o direito de voto e de elegibilidade foi concedido a cidadãos da União Europeia, assim como a nacionais de Cabo Verde, Brasil, Peru e Uruguai, Argentina, Noruega e Israel (Boletins ACIME, setembro a dezembro, 1996).

A promoção de um diálogo interministerial na implementação de políticas de imigração setoriais (habitação, educação, e emprego); o alargamento dos direitos sociais e políticos às populações imigrantes e étnicas; e a promulgação de um conjunto de medidas para combater o racismo, a discriminação e a xenofobia, constituíram as principais áreas de intervenção do Gabinete do Alto Comissário.

No que respeita aos benefícios sociais, as populações imigrantes a residir legalmente no país passaram a usufruir de direitos sociais até então reservados somente à população autóctone. A título exemplificativo, alguns deles foram o rendimento mínimo, benefícios da Segurança Social e cobertura médica e hospitalar. Além disso, relativamente à legislação laboral, o Decreto-Lei nº 199/97 conferiu um conjunto de direitos aos imigrantes. A nova legislação revogou o anterior Decreto-Lei nº 87/77, que impunha uma quota de 90% de trabalhadores portugueses nas empresas com mais de cinco trabalhadores. De igual importância foi a introdução de uma provisão para a igualdade de tratamento entre trabalhadores imigrantes e portugueses, visando o combate à discriminação no local de trabalho e à exclusão social.

Já nos finais da década de noventa, no âmbito da defesa da igualdade de direitos entre estrangeiros e nacionais, é promulgada a Lei 134/99, que visa a prevenção e o combate à discriminação em função da cor, nacionalidade ou origem étnica. Este mesmo diploma cria, junto do ACIME, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, cujo funcionamento só se viria a efetivar com a promulgação da Lei nº 111/2000, de 4 de julho.

Em suma, a partir dos meados dos anos noventa verifica-se uma tendência para a implementação de medidas legislativas e para a criação de estruturas institucionais com uma orientação política mais inclusiva face à realidade imigratória. Esta viragem, protagonizada pelo poder central, pretendeu criar um modelo de gestão consensual e alargado aos diversos parceiros sociais, sendo as associações de imigrantes um interlocutor privilegiado no processo de auscultação política. Esta nova orientação política, de cariz mais pluralista, viria a conhecer novas e importantes mudanças na década seguinte.

A terceira fase das políticas de integração inicia-se nos princípios do novo milénio e prolonga-se até ao presente. Durante este período, a adoção de uma política migratória viria a privilegiar a integração e o alargamento dos direitos de cidadania às comunidades imigrantes e o diálogo intercultural. De particular importância é a regularização das populações imigrantes a residir no país em situação irregular. Entre 2001 e 2004, um conjunto de novos dispositivos legais de regularização extraordinária são implementados, permitindo a legalização de milhares de imigrantes (Decreto-Lei nº 4/2001; Decreto-Lei nº 40/2003, de 19 de setembro; Decreto Regulamentar nº 6/2004). A par destas alterações legislativas, o quadro legal que estabelece as condições de entrada e permanência de cidadãos estrangeiros viria a ser, igualmente, objeto de alterações (Decreto-Lei nº 34/2003; Decreto-Lei nº 23/2007). Embora a análise do impacto destes quadros legislativos transcenda o objetivo deste trabalho, importa sublinhar a preocupação do legislador em criar dispositivos legais que potenciem uma maior articulação entre a regulação dos fluxos e a integração dos imigrantes, o que é, especialmente, evidente no Decreto-Lei nº 23/2007, ao introduzir o estatuto de residente de longa duração, que confere aos seus titulares igualdade de direitos face aos nacionais (art.º 133). Outro domínio que mereceu especial atenção prende-se com a adoção de medidas que potenciam a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, ao garantirem o reconhecimento das qualificações e habilitações obtidas no estrangeiro (Decreto-Lei nº 341/2007 e Decreto-Lei nº 396/2007). De igual modo, o reagrupamento familiar (Decreto-Lei nº 1563/2007) foi objeto de significativas alterações com o estabelecimento de condições favoráveis aos titulares, tendo subjacente o reconhecimento da família como um elemento de particular importância para o sucesso da integração dos imigrantes. A introdução destas novas medidas legislativas constitui, igualmente, uma resposta por parte do Estado português às diretivas da Comissão Europeia (2003/86/CE e 2003/109/CE, respetivamente).

No tocante às políticas de integração, na primeira década do novo milénio verificase a consolidação e o alargamento das estruturas institucionais dirigidas às populações imigrantes. A criação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - ACIME (Decreto-Lei 251/2002, de 22 de novembro), orgão consultivo do Governo responsável pelas políticas de integração, na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, é o principal marco. Este veio a ser, posteriormente, designado como Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI I.P.). Além das múltiplas e diversificadas áreas de intervenção social e cultural deste órgão, importa realçar a criação da rede nacional de informação ao imigrante, implementada através da constituição de Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), o apoio ao movimento associativo imigrante e a criação do Observatório da Imigração.

No âmbito deste trabalho importa referir quatro principais vertentes que se afiguram de particular importância para as políticas de integração das populações imigrantes.

A primeira dimensão diz respeito à implementação de uma política de integração de proximidade, sendo o seu principal instrumento a criação da rede nacional dos CLAII, que conta, presentemente, com um total de 87 gabinetes de acolhimento a funcionar em todo o território nacional. A proximidade às comunidades imigrantes; a articulação com o tecido institucional, potenciando sinergias e recursos; o incentivo às parcerias com entidades oficiais e da sociedade civil local, bem como a sua pertença a uma rede nacional de estruturas similares, têm sido fatores determinantes para a implementação continuada de programas de integração e de interculturalidade a nível local.18

A segunda dimensão reporta-se à implementação de um outro instrumento político, de carácter pioneiro e de particular importância no quadro político migratório, os Planos para a Integração de Imigrantes/PII (2007-2009; 2010-2013). Tendo como principais objetivos a integração e gestão da diversidade cultural, bem como a coesão social, os PII apresentam um conjunto de medidas de intervenção transversais a múltiplos domínios (nacionalidade, habitação, trabalho, educação, discriminação, informação e sensibilização, associativismo imigrante). A implementação destes instrumentos tem sido acompanhada por um discurso oficial que veicula uma política de integração fundada nos pressupostos dos direitos de cidadania para todos, da interculturalidade, da interação positiva entre populações culturalmente diversificadas e da coesão social.

A terceira vertente aponta para o reforço do apoio institucional a nível do movimento associativo imigrante, com a criação em 2004 do Gabinete de Apoio Técnico às Associações Imigrantes/GATAI. A missão do GATAI integra-se numa estratégia

A este propósito ver Malheiros, J. (orq.), 2011, Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Manual para Técnicos/as. ACIDI I.P.

mais abrangente de políticas de integração protagonizado pelo ACIDI I.P., visando a promoção da participação cívica dos imigrantes e dos seus descendentes. O apoio financeiro e técnico, bem como a mobilização dos imigrantes para a participação ativa em entidades púbicas e privadas e em organizações da sociedade civil, constituem princípios orientadores das ações de intervenção do GATAI.

Por último, a constituição do Observatório da Imigração permitiu a participação ativa e continuada de académicos, investigadores e especialistas no quadro político nacional. O incentivo e a valorização da investigação científica no domínio da imigração tem potenciado a visibilidade do fenómeno imigratório, quer a nível nacional quer a nível internacional. Por outro lado, o envolvimento da comunidade científica nos processos de decisão política, quer na conceção, implementação e avaliação de programas de integração social, quer na participação em órgãos consultivos, quer junto à opinião pública, abre um novo campo de intervenção e de mediação no sistema político português.

A par da consolidação e expansão institucional do ACIDI I.P., importa, ainda, referir a implementação de vários programas de integração, como é o caso do Projeto "Escolhas – 4ª Geração" (ACIDI I.P.); "Portugal Acolhe" (promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissiona/IEFP); e "Português para Todos" (PTT). Este último visou, em particular, a oferta de cursos de iniciação de língua portuguesa gratuitos, o que isenta os estudantes que concluíram o curso com sucesso de realizarem o teste de língua portuguesa requisito obrigatório para a obtenção da cidadania portuquesa.

Por outro lado, assiste-se, igualmente, à emergência de novas redes e plataformas da sociedade civil, como é o caso da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal/PERCIP (2006), bem como à consolidação de outras redes e fóruns da sociedade civil diretamente ligadas às questões imigratórias, que têm vindo a desempenhar um papel fundamental na criação e desenvolvimento de espaços alargados de participação cívica e cidadã (Rede Anti-Racista; Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes/PPAII; Fórum de Organizações Católicas para a Imigração e Asilo /FORCIM; Comissão para a Ratificação da Convenção Internacional da ONU para a Proteção dos Direitos dos Trabalhos Migrantes e Membros de suas Famílias; e Serviço Jesuíta dos Refugiados, citando a título de exemplo).

Em síntese, ao longo da última década, a implementação de medidas de integração em vários domínios tem sido decisiva para uma maior inserção das populações imigrantes. Segundo o MIPEX III (2011), Portugal surge em segundo lugar, logo a seguir à Suécia, como sendo o país com as melhores práticas de integração dos imigrantes. No cômputo geral, Portugal surge numa posição cimeira no que respeita ao acesso à nacionalidade, considerado como o país que melhor promove a sua aquisição. Boas práticas são igualmente evidenciadas no que respeita ao estatuto de longa duração, reagrupamento familiar e acesso ao mercado de trabalho. Relativamente a esta última área de intervenção, "Portugal foi o país que mais progresso registou em termos de respostas à situação laboral específica dos imigrantes" (MIPEX III: 28), registando, ao contrário de outros países, uma melhor abertura ao reconhecimento de qualificações. Por outro lado, foi nas áreas da educação, da participação política e da antidiscriminação que se verificaram os valores mais baixos.

4. Considerações Finais

Na década de noventa e na viragem do milénio, Portugal consolida-se como um país de imigração, sem nunca ter deixado de ser um país de emigração. As respostas políticas e institucionais face à nova realidade imigratória têm sido múltiplas e diversificadas, apresentando, ao longo das últimas três décadas, continuidades e descontinuidades. Como atrás referimos, as políticas de regulação de fluxos migratórios e de integração das comunidades imigrantes têm sofrido mudanças significativas. Nos anos 80 do século passado, a política dominante de laissez-faire implicou a marginalização social e política dos imigrantes, negando-lhes o acesso aos direitos de cidadania e à participação efetiva na sociedade portuguesa. Esta tendência viria a inverter-se nos anos noventa. A forte mobilização da sociedade civil, protagonizada por plataformas e fóruns que congregam associações de imigrantes, ONG, sindicatos, Igreja Católica, com especial relevo para a Obra Católica Portuguesa das Migrações, académicos, políticos, líderes e ativistas sociais, torna-se fundamental para a inclusão das questões da imigração na agenda política. Face à inexistência de respostas políticas dirigidas às novas populações imigrantes, as ações bottom-up constituem importantes espaços de articulação das reivindicações das populações imigrantes e de pressão política. Contudo, até 1995, os assuntos da imigração reduziram-se, essencialmente, à gestão da regulação dos fluxos migratórios liderada pelo Ministério da Administração Interna. A partir dos meados da década de noventa assiste-se a um processo de institucionalização da imigração, com a criação de novas estruturas oficiais (ACIME/COCAI) responsáveis pelas políticas de integração das comunidades imigrantes. Ao invés do discurso pró-assimilacionista dos anos anteriores, o discurso oficial sobre a nova realidade imigratória ganha novos contornos, articulando, pela primeira vez, a imigração com os direitos de cidadania. É, igualmente, neste período que se verifica a atribuição de um conjunto alargado de direitos sociais e políticos aos imigrantes. Ainda assim, dificilmente poderemos identificar a existência de uma política migratória concertada. A nível da regulação dos fluxos, e tal como em outros países do sul da Europa, deparamo-nos com um conjunto de medidas avulsas e pontuais de natureza reativa face à realidade imigratória, sendo exemplo disso os sucessivos períodos de regularização extraordinária de imigrantes em situação irregular. No tocante à integração, a criação de novos espaços de decisão política foi de crucial importância para a reconfiguração dos processos de inserção das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa. No entanto, importa sublinhar a desarticulação entre a regulação de fluxos imigratórios e as medidas de integração. Ou seja, a presença e a

manutenção de vastos segmentos da população imigrante em situação irregular constituiu um imenso desafio à implementação de medidas de integração norteadas pelo princípio da igualdade de direitos para todos.

Na última década, assiste-se a uma nova orientação política que tem vindo a conjugar a regulação de fluxos com políticas de integração e de acesso à cidadania. Neste novo campo de políticas imigratórias merece destaque a liberalização da atribuição dos direitos sociais e políticos de cidadania; o acesso à nacionalidade como instrumento de integração; a implementação de boas práticas na regulação dos fluxos imigratórios; e a adoção de medidas de integração envolvendo diferentes escalas de governação (poder central e local e sociedade civil). A par disto, a consolidação e o desenvolvimento de novas estruturas institucionais formais têm vindo a reconfigurar os processos de decisão política. Ainda que a tendência na gestão da imigração tenha vindo a incidir em estratégias top-down, dominadas pelo Ministério da Administração Interna e pelo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, novos espaços de redes sociais a nível autárquico e de plataformas do terceiro setor envolvendo múltiplos parceiros sociais têm tido um importante e positivo impacto nas políticas imigratórias em Portugal.

Numa Europa em que o "pânico" da diversidade ganhou terreno após o 11 de setembro; em que as políticas multiculturais têm vindo a ser minadas por discursos populistas securitários e por políticas pró-assimilacionistas (Zincone, 2011), Portugal tem vindo a adotar um modelo de integração veiculado aos princípios da cidadania para todos, da interculturalidade e da interação positiva entre populações culturalmente diferenciadas.

Os futuros desafios que se colocam às políticas de imigração em Portugal são múltiplos. Ao contexto nacional de rápidas mudanças nos fluxos de entrada e de saída, precipitadas pela crise económica e financeira com que o país se defronta, juntam-se necessariamente, no contexto internacional, as orientações políticas da União Europeia, bem como as respostas políticas e institucionais de outros países. Neste complexo puzzle político e social, o "direito a ter direitos" (Hannah Arendt) ganha especial pertinência.

Referências bibliográficas

- Aguiar, M., "Comunidades Lusófonas. Migrações e Cidadania", Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos. M.B. Rocha-Trindade (ed.). Lisboa: Publicações Europa América, 1998.
- Aguiar, M., Portugal, O País das Migrações sem Fim, Lisboa, Cabográfica, 1999.
- Baganha, M. I.. "Portuguese Emigration After World War II", Modern Portugal. A. Costa Pinto (orgs..), Palo Alto: The Society for the Promotion of Science e Scholarship, 1998.
- Baganha, M. I.. "Cada Sul o seu Norte: Dinâmicas Migratórias em Portugal", Globalização – Fatalidade ou Utopia?, Boaventura Sousa Santos (ed.), Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 135-156.

- Baganha, M. I. e J. Peixoto, 1994. "Trends in the '90s: The Portuguese Migratory Experience", Cost A2 Workshop - Immigration in Southern Europe, Coimbra, Portugal.
- Bauböck, R., B. Perchinig & W. Sievers (orgs.), Citizenship in the New Europe, IMISCOE Research Series, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2007.
- Bretell, C., Men who Migrate, Women Who Wait, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1986.
- Bruquetas-Callejo et al., "The Case of Spain", Zincone et. al (orgs.), Migration Policymaking in Europe, IMISCOE Research Series, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2011, pp. 291-326.
- Castles, Stephen. "How nation-states respond to immigration and ethnic diversity", New Community 21(3), 1995, pp. 293-308.
- Esteves, Maria do Céu. (ed.). 1991. "Portugal País de Imigração". Cadernos IED Vol.22. Lisboa: IED — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Ferrão, J., "Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico", A Situação Social em Portugal, 1960-1995. António Barreto et al. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- Healy, Claire, A Cidadania Portuguesa. A Nova Lei da Nacionalidade de 2006. Coleção Estudos OI, nº 45, Lisboa, ACIDI I.P., 2011.
- Horta, A. P. B., A Construção da Alteridade: Nacionalidade, Políticas de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-colonial, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- Horta, A. P. B. e P. White, "Post-colonial migration and citizenship regimes: a comparison of Portugal and the UK", Revista Migrações, Vol. 4: 33-57, 2009, Lisboa, ACIDI I.P.
- Joppke, J., "Dual Citizenship and Transnationalism in Europe", Canadian Diversité. Volume 6:4 Fall. Citizenship in the 21st Century.International Approaches, 2008, pp. 21-23.
- Kubat, D. (ed.), The Politics of Migration Policies. Staten Isle: The Center for Migration Studies of New York, 1993.
- Leitão, J., 1998. "Génese e Dinâmica da Cidadania Lusófona", Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos, M.B. Rocha-Trindade (org.), Lisboa, Publicações Europa-América.
- Lopes, P., Portugal: Holograma da Mobilidade Humana. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1999.
- Machado, F., "Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização", Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX – XX). Algés, Edições Fragmentos, 1993, pp. 407-414.
- Machado, F., "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", Sociologia Problemas e Práticas, 24, 1997, pp. 9-44.

- Malheiros, J, Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade. Manual para Técnicos/as, Lisboa, ACID I.P., 2011.
- Malheiros, J. e A. P. B. Horta, "Citizenship and Integration Policies in Portugal: An overview of recent immigration to Portugal", Canadian Diversité. Volume 6:4 Fall. Citizenship in the 21st Century. International Approaches, 2008, pp. 107-109.
- Martiniello, M., "European citizenship, European Identity e Immigrants: towards the post-national state?" Migration e European Integration. Miles, R. e D. Thranhardt (orgs.), London, Pinter Publishers, 1995.
- OCPM. Fórum Migrações: Entre a Emigração e a Imigração, 2012.
- Pedro, Rui, "A Obra Católica Portuguesa das Migrações e o Movimento Associativo Imigrante em Portugal. Percursos e Desafios, Revista Migrações, nº 6, Abril, Número Temático Associativismo Imigrante, A.P.B Horta (org.), 2010, pp.163-186.
- Peixoto, J. et al., O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas, Lisboa, ACIME/OI, 2005.
- Peixoto, J. e J. Iorio, Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Retorno, Regulação ou Resistência?, Cascais, Editora Principia, 2011.
- Pires, R. P. (ed.), "Os Retornados, um estudo sociográfico" in Cadernos IED, nº 14. Lisboa: IED, 1987.
- Rocha-Trindade, M.B. (org.), Manual de Sociologia das Migrações, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) Relatório Estatístico Anual e Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, vários anos.
- Triandafyllidou, A, "Greek Immigration Policy at the Turn of the 21st Century, European Journal of Migration and Law, Vol. 11, n° 2, 2009, pp. 159-177.
- Valente Rosa, M.J., Hugo Seabra e Tiago Santos, Contributo dos "Imigrantes na Demografia Portuguesa", Lisboa, ACIDI/OI, 2003.
- Waldrauch, H et. al, Acquisition and Loss of Nationality. Policies and Trends in 15 European Countries, IMISCOE Research Series, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2008.
- Weinstock, D., "The Theory and Practice of Citizenship in the 21st Century: A Few International Trends", Canadian Diversité. Volume 6:4 Fall. Citizenship in the 21st Century. International Approaches, 2008, pp. 3-7.
- Wihtol de Wenden, C. "Immigrants as political actors in France" in West European Politics Vol. 17 (2), 1994, pp.91-109.
- Zincone, G., et. al (orgs.), Migration Policymaking in Europe, IMISCOE Research., Amsterdam University Press, 2011.
- Zincone, G., "Comparing the Making of Migration Policies", Zincone et. al (orgs.), Migration Policymaking in Europe, IMISCOE Research., Amsterdam University Press, 2011, pp. 377-442.





O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses

Augusto Nascimento 1

Resumo

Neste texto, a partir de uma visão sumária da história do arquipélago de São Tomé e Príncipe, aborda-se a relativamente recente emigração de são-tomenses. Citam-se não apenas variáveis demográficas, mas também o arraigamento social de representações sobre as possibilidades e as (des)vantagens da emigração, da qual, até à independência, os são-tomenses por regra se alheavam. Após a independência, as mudanças políticas, económicas e sociais alteraram radicalmente a (des)valorização da emigração. Procurada enquanto solução para as dificuldades da vida, a emigração veio a dar origem a núcleos importantes de são-tomenses em vários países. A presente conjuntura política e a amplitude da emigração sugerem a constituição de uma diáspora são-tomense, a qual ensaia dialogar com um poder político nem sempre recetivo às mensagens do exterior.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, história da emigração, diáspora são-tomense

A relação entre a história das ilhas, por um lado, e a migração e a diáspora são-tomenses, por outro, afigura-se singular na medida em que, diferentemente, por exemplo, de Cabo Verde, a emigração não só é recente como até meados de Novecentos a emigração se afiguraria uma trajetória inimaginável para a esmagadora maioria dos são-tomenses.

O lastro histórico do arquipélago² pesa na modelação de uma, até há poucos anos, impensável diáspora são-tomense? São Tomé e Príncipe foi uma colónia com algumas especificidades. O século XIX trouxe a recolonização e, com isso, formas de dominação

Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical; colaborador do CEA-ISCTE/IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH/UNL. Contacto: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, R. da Junqueira 30, 3°, 1349-007 Lisboa. Email: anascimento2000@yahoo.com.

Alguns explicarão a recusa dos são-tomenses em emigrar devido ao tráfico de escravos e, também, à observação das condições de vida dos serviçais – equiparados a escravos – nas roças da sua terra. Este ponto merece ponderação. Todavia, tal perceção deve ser referida tanto à apreciação das condições de vida dos serviçais, quanto à relativa segurança e independência de modo de vida dos são-tomenses. Mais, não creio em perceções acerca da emigração deduzidas da imagem da condição degradante do serviçal. Afora isso, se é certo que, no regime monopartidário, os dirigentes cultivaram uma imagem negativa do emigrante, não é líquido que tal tenha enformado a perceção do comum dos são-tomenses que, numa mudança cultural em muito sugerida pelo rumo pós-independência, passaram a aspirar a sair do arquipélago.

típicas do colonialismo moderno, entre elas, a prevalência de barreiras raciais como ordenadoras do tecido económico e das relações sociais. Curiosamente, os moldes de exploração da terra assente na usura de mão de obra importada preservaram os ilhéus numa posição social subalterna mas algo independente e protegida do mando directo dos roceiros. A previsibilidade da vida aferia-se pela rotina moldada pelo imobilismo da terra devotada à monocultura do cacau nas grandes roças. Apesar da determinação por baixo do teto de necessidades, a relativa seguranca de uma vida pobre baseada nos proventos de uma gleba, somados aos dos trabalhos de ocasião ou dos salários, mesmo se baixos, não impelia os são-tomenses a emigrar. Malgrado a marginalidade económica e social a que foram votados ao longo de Novecentos, a sua condição não foi gravosa a ponto de os induzir à emigração. Significativamente, foram os mais qualificados que, por falta de oportunidades nas ilhas ou para não suportar a subalternização na sua terra, emigraram para Angola na primeira metade de Novecentos. Já no terceiro quartel, outros são-tomenses – e, também, cabo-verdianos, antes chegados às ilhas como serviçais – lhes seguiriam os passos.

A experiência mais próxima de emigração com que os são-tomenses contactavam era a do contrato dos serviçais que, até à década de 1950, trabalhavam nas roças e viviam apartados da terra. De acordo com o viés colonialista, nalguma medida comungado pelos ilhéus, a pobreza dos serviçais era explicada em virtude, não da usura do trabalho nas roças, mas da privação extrema nas terras de origem. Fosse como fosse, a pobreza e os demais condicionalismos que impendiam sobre os serviçais assimilavam o contrato a um desterro e não tornavam a ideia de migrar atrativa. Adiantemo-lo, já depois da independência, a despeito da proclamação da igualdade jurídica de todos os africanos, os esquemas de subalternização dos ex-servicais devem ter constituído uma lição, implícita mas nem por isso menos elucidativa, do trunfo da pertença à terra na prescrição de destino para os nativos e para os de fora, diferença em tudo dissonante do palavreado e das intenções políticas de 1975. Subliminarmente, também esta constatação poderia ter laborado para não tornar a emigração aliciante para os são-tomenses³. Porém, os constrangimentos políticos e, sobretudo, a trajetória de empobrecimento das ilhas mudariam radicalmente e, se quisermos, num ápice, a atitude face à emigração. Foi já enquanto cidadãos de uma terra independente que os são-tomenses começaram a emigrar em número crescente.

Retornando ao passado colonial, o arguipélago nunca fora uma colónia de povoamento. Diferentemente do sucedido, por exemplo, em Angola, os colonos não se enraizaram e não adotaram a terra como sua. Num certo sentido, nem sequer seriam imigrantes. Eram agentes do poder económico e político materializado nas roças e na influência destas sobre a ação governativa. Eram funcionários ou assalariados de poderosos interesses económicos e, mesmo quando não eram roceiros, revelavam-se inacessíveis e distantes do tecido social nativo. Por altura do 25 de abril, viveriam nas ilhas os

As diferenças de trajetória de ilhéus e de ex-serviçais nunca foram um assunto abordado, devido aos indisputados dogmas políticos e ideológicos do regime de partido único e à cultura de silêncio prevalecente no arquipélago desde o colonialismo.

primeiros brancos – poucos – que, assumindo-se como portugueses (como sucedia com são-tomenses), se identificariam com a terra.

Apesar de esbatidas nos derradeiros anos do colonialismo, as barreiras raciais tinham moldado o quotidiano nas roças e na exígua cidade de São Tomé, prevenindo, desde logo pelo escrutínio e censura dos comportamentos, a interação social e a miscigenação. Embora culturalmente misto por força de uma aculturação enquadrada por instituições com permanência plurissecular – como a Igreja Católica –, São Tomé e Príncipe não era uma terra de diversidade e, menos ainda, de abertura para o mundo. A presença dos colonos não teve impacto na renovação de costumes.

Todas estas situações começaram a modificar-se nos derradeiros anos do colonialismo, mas não sobrou tempo para alterar significativamente tanto as estruturas sociais quanto as visões prevalecentes sobre o lugar dos são-tomenses no mundo. Aliás, estas foram como que vincadas num sentido conservador pelos dirigentes independentistas, que se diziam progressistas mas cujas noções de empenhamento social e de lealdade política passavam pelo fechamento do novel país ao mundo, refreando o movimento de pessoas tornadas como que património nacional.

Com efeito, neste particular, a independência política não se constituiu como uma rutura. A mudança viria após o falhanço do projeto socialista idealizado pelos independentistas, mormente dos desígnios económicos e sociais subjacentes às políticas implementadas após 1975, parte das quais ampliava as delineadas nos derradeiros anos do colonialismo. Ao passo que a propriedade da terra, entrementes nacionalizada, continuava inacessível aos ex-trabalhadores, a oferta de instrução aos jovens e a melhoria dos indicadores sanitários aumentariam exponencialmente a pressão social para que não existia, antes pelo contrário, o correspondente crescimento económico. Somado à degradação do ambiente político, o empobrecimento empurrou muitos são-tomenses para a cidade e, depois, para a emigração, sugerida também pela expatriação para efeitos de formação universitária e, dir-se-ia, pelas deserções de governantes.

Em suma, durante o colonialismo moderno, São Tomé e Príncipe pareceu desmentir a tendência observável em microespaços insulares para a expatriação dos seus nativos, por regra relacionada com as dificuldades de sobrevivência ou de realização das metas idealizadas por falta de oportunidades. Por circunstâncias singulares, no arquipélago equatorial não se constituiu uma tradição de emigração. Por maioria de razão não se decantou uma diáspora, realidade associativa, política e institucional dos tempos recentes para que, consoante os contextos de acolhimento, os são-tomenses tendem agora a caminhar celeremente. Já no arquipélago, os estudos das migrações não se encontram muito aprofundados⁴, o que se prende não só com a relativa pobreza intelectual e científica legada pelo colonialismo, quanto com o facto de a emigração ser relativamente

⁴ Afora trabalhos realizados sob a égide de organismos internacionais, realce-se a dissertação de mestrado de João BONFIM (2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), na qual alguns problemas relacionados com a emigração são-tomense são abordados de vários ângulos, entre eles, o da evolução política, que, também neste texto, tentamos ponderar.

recente. Porém, como se verá, a emigração ocupa um espaço crescente na política e nas conversas de rua em torno desta.

Evolução demográfica

Sem filiar a emigração são-tomense na demografia, cumpre atentar nas variáveis demográficas. Já iniciado antes, o crescimento populacional tornou-se particularmente acentuado após a independência. Durante décadas tributário da importação de braços, a partir de meados de Novecentos, o aumento da população passou a depender do crescimento natural, favorecido pela redução das taxas de mortalidade, particularmente da infantil e juvenil, e alimentado por elevadas taxas de natalidade.

Concomitantemente, o peso dos serviçais no cômputo da população tendeu a decrescer. Primeiro, a maioria dos serviçais passou a ser repatriada em devido tempo e, segundo, verificou-se uma progressiva redução dos fluxos de servicais oriundos de outras colónias. A importação de serviçais findou em 1970, com a chegada dos últimos cabo-verdianos contratados.

No arquipélago, a evolução demográfica dos são-tomenses não tem sofrido com as privações económicas, facto que, nalguma medida, também explicará o crescimento após 1975, não obstante as crescentes dificuldades económicas. Com efeito, salvo em conjunturas específicas, a marginalidade económica e social da população nativa, em crescendo de finais de Oitocentos a meados de Novecentos, não afetou o seu crescimento, desmentindo os colonialistas de finais de Oitocentos, que, denotando a influência do darwinismo social, prognosticavam a degenerescência e o desaparecimento da raça dos ilhéus.

Para além da integração de segmentos de serviçais e dos respetivos descendentes, o crescimento dos ilhéus deveu-se, em parte, às condições ecológicas avessas a situações de fome⁵, ao enquadramento sanitário, melhorado no derradeiro quartel do colonialismo, e, ainda, à inexistência de uma emigração significativa. Por fim, as mutações sociais e políticas do derradeiro quartel do colonialismo potenciaram o crescimento demográfico, que prosseguiu após 1975. Em todo o caso, e como se disse, as dificuldades extremas do pós-independência levaram são-tomenses a emigrar como nunca tinham feito antes, em parte também pela configuração da política colonial.⁶

Consulte-se TENREIRO, Francisco, 1961, A ilha de S. Tomé, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, p.110.

Em São Tomé e Príncipe, para além de um ambiente ecológico não propício à ocorrência de fomes e de fatalidades que empurassem os ilhéus para a emigração, a política colonial construiu-se no sentido de preservar um grupo que, à margem das roças, funcionasse, sob diversas perspetivas, como uma espécie de 'almofada social' para as tensões nas roças. Apesar da subalternidade, aos ilhéus foi bastando o seu modo de vida, pobre mas independente e ao abrigo do mando dos roceiros. Embora veladamente, algumas autoridades coloniais alimentavam o sonho de poder vir a criar um mercado de mão de obra a que acorreriam os ilhéus proletarizados, mercado que dispensaria a importação de serviçais (cf. NASCI-MENTO, 2002, Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos, S. Tomé). Por todas estas razões, se não impediu completamente, também não se favoreceu a emigração de ilhéus. Este quadro mudou nos derradeiros anos do colonialismo, quando ilhéus com instrução começaram a procurar Angola.

No pós-independência sucederam-se as dissidências no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP) e no regime. Em resultado dessas divergências, militantes e simples cidadãos abandonaram o MLSTP e alguns saíram do arquipélago. Mais uma vez, este perdeu elementos qualificados, não só em virtude da evolução política⁷, quanto também pelas raríssimas oportunidades para os quadros que aspiravam a alguma ascensão social fora da política. Tratou-se de um movimento que, não tardaria muito, seria seguido por muitos outros são-tomenses de diversas condições sociais. Também por causa de um crescimento demográfico incessante.

Dados da população são-tomense

Ano	População residente
1921	59.055
1940	60.490
1950	60.159
1960	64.263
1970	73.631
1975	80.000
1981	96.611
1991	117.504
2001	137.599
2010	163.784

Fonte: Nascimento, 2008: 43

Atualmente, a emigração do arquipélago é um bom exemplo, não somente da tendência dos espaços microinsulares para a expatriação das suas populações, mas, no que a São Tomé e Príncipe diz respeito, também do inimaginável impacto de sucessivas mudanças políticas e sociais que governantes e o comum dos são-tomenses pensaram ter controladas. Produto dessas mudanças, cite-se o facto de o arquipélago equatorial ser já o segundo país africano com maior percentagem de emigrados (ver à frente), quando, até há pouco, a emigração era uma opção quase liminarmente descartada pelos ilhéus.

Aventa-se que 20% da população são-tomense está emigrada8, estimativa que, evi-

Apesar de matizados por laços pessoais e familiares, os constrangimentos do regime monopartidário, conjuntamente com as dificuldades económicas, impeliram parte dos mais capacitados a deixar o arquipélago (CAHEN, Michel, 1991, "Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe" in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº14-15, Lisboa, CEAA-IICT, p.134). Também HODGES e NEWITT realçaram a expatriação de elementos diferenciados em resultado de dissensões políticas e da escassez de oportunidades (cf. 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press, p.105). De acordo com João BONFIM, desfavorecidos e afectados economicamente, elementos da elite sofreram com o totalitarismo e a intolerância (op. cit., p.120), o que levaria alguns deles a abandonar o país.

Por exemplo, Libertato Moniz aludiu a mais de 20% de são-tomenses expatriados, cf. http://www.te-lanon.info/sociedade/2011/11/28/9118/forum-da-diaspora-abre-hoje-com-polemica/, acesso: 28 de Novembro de 2011.

dentemente, compreende descendentes de emigrados que já não serão são-tomenses de direito e que, sem embargo de se dizerem são-tomenses e de poderem enunciar o objetivo de vir a viver na terra natal dos seus ascendentes, nunca o farão. Como, de resto, sucederá com muitos emigrados, cujo regresso não depende da sua vontade. Costumeiramente, variadíssimas razões do dia-a-dia obstam à concretização dos almejados regressos.

Ademais, nem na hipótese de atravessar uma fase de crescimento económico consistente o arquipélago se revelará necessariamente propício ao retorno dos emigrados. Diga-se que, no futuro, a eventual exploração petrolífera poderá trazer ao arquipélago um afluxo de imigrantes do continente africano (para além dos entrementes chegados) e não só. Não surpreendentemente, por razões relacionadas com a responsabilidade política e social para com os concidadãos, nos círculos de poder parece conviver-se melhor com o ingresso de imigrantes do que com o regresso dos seus conterrâneos, que não é ativamente incentivado.

Os condicionalismos da emigração de são-tomenses

As mutações políticas e as crescentes dificuldades económicas e sociais após 1975 fizeram São Tomé e Príncipe passar de terra de chegada de sucessivas imigrações, frequentemente forçadas, para um país com um fluxo emigratório, cujo crescimento só é contido pelos escolhos apostos nos potenciais destinos.

Recentemente, sustentou-se que, até há anos, em São Tomé e Príncipe não se encarava de boa mente a emigração devido à imagem degradante de sucessivos imigrantes, dos degredados europeus aos contratados para as roças. Por causa disso, o modo de vida e os valores são-tomenses não incluiriam o abandono da terra natal, porquanto o emigrante era equiparado ao indivíduo sujeito à servidão. Tal juízo fundava-se na observação da vida dos contratados nas roças.9 Estas ideias merecem ser relativizadas: face à pressão das dificuldades económicas, a dimensão algo diminuta da emigração deverá ser atribuída sobretudo a condicionalismos políticos e sociais, entre eles, os contornos da governação depois da independência. Todavia, a dado passo, os impedimentos administrativos revelaram-se incapazes de continuar a conter a vontade de emigrar.

Em 1974-1975, traçado um amplo horizonte de expectativas pela independência, parte dos são-tomenses regressou à terra. 10 A euforia da independência levou a sobreestimar

Veja-se BONFIM, op. cit., pp.4, 10 e 18-19.

¹⁰ Enquanto isso, a independência provocava o êxodo de serviçais, sendo certo que muitos ficaram. EYZA-GUIRRE sustenta que os 9.000 cabo-verdianos à data de independência foram encorajados a permanecer pelo governo independente, que terá negado vistos de saída aos que não tinham posses para adquirir vistos para emigrar (cf. EYZAGUIRRE, Pablo, 1986, Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa, Ph. D. dissertation, Yale University, p.350). Outros deixaram o país devido à perceção da fragilidade da sua posição, bem como à premonição das dificuldades vindouras no arquipélago. BONFIM aduz que grande parte dos 15.000 serviçais abandonou na altura o país (op. cit., pp.20-21). Não se sabe quantos saíram, mas diga-se que a saída de um milhar de indivíduos já não terá sido negligenciável. Hoje, as cifras desse êxodo, ainda por apurar, não se afigurarão significativas, mas a saída de serviçais em 1975 terá sido económica e socialmente prejudicial, porquanto à drenagem de braços se somaram as consequências da orientação económica estatizante então adoptada.

as possibilidades económicas do novel país, sobretudo entre os mais qualificados. Todavia, alguns dos então regressados refariam o caminho de volta; outros, impedidos de o fazer, lamentariam a opção errada daquela época.

Após 1975, a estatização da economia e as políticas de integração social, nomeadamente a da promoção da escolaridade, lançaram a semente das migrações internas, entre cujas consequências se conta a elevada concentração demográfica na capital e respectiva zona limítrofe. Mas, ainda na década de 70, desenhou-se um movimento de emigração, mormente de quadros. Este movimento brotou da criação de um Estado policial e da tensão política daí resultante¹¹, assim como da desagregação económica e social.

Entrementes, a emigração era desencorajada pelos governantes com base na alegação de que os emigrantes, além de precisos na terra, viveriam mal fora dela. Mais do que por uma política clara, a emigração era contida por embaraços administrativos. Estes talvez se pudessem dever ao intuito de assegurar mão de obra, mas prevaleceriam, sobretudo, motivações de cariz ideológico e político. Reservada, laboraria a convicção de que, uma vez no exterior, os emigrantes se transformariam em potenciais opositores políticos.

A emigração pareceria indiciar o fracasso das opções do pós-independência. Ainda assim, no país foi prevalecendo a recusa em encarar a emigração como produto do rumo político, económico e social. Escorada no voluntarismo revolucionário, a política de emigração resumiu-se ao arbítrio das instâncias governamentais sobre os pedidos de saída do país. Deste modo, a emigração era permitida, ou não, de forma casuística. A insularidade ajudava a contê-la, o que não impediu que, na década de 80, no pico das dificuldades de sobrevivência, se falasse de pessoas que se aventuravam mar adentro para chegar à costa, como, aliás, o tinham feito europeus degredados e africanos escravizados em Oitocentos. Os governantes propenderam a uma tutela estrita da vida das pessoas, dificultando a emigração. Por isso, os intentos de emigração eram mascarados. Alguns emigrantes negociaram ou moveram influências para lograr a transigência das autoridades e poderem sair.

Em meados da década de 80, a faceta policial do Estado começou a esbater-se, mas outro tanto não sucedia com as privações e as dificuldades económicas. Estas tendiam a empurrar para a emigração, amiúde clandestina. A esta migração somou-se o não retorno dos estudantes no exterior e, até, dos que saíam em missão de serviço ou com baixa médica.

Entre os indivíduos mais diferenciados, mormente políticos, uma nova onda de emigração terá ocorrido aquando da liberalização política em 1990-1991. A alternância política trouxe perda de privilégios e, também por isso, procura de qualificação para novos desempenhos. O tirocínio no exterior revelou-se uma medida sagaz por parte de elementos conotados com o monopartidarismo. Contra a expectativa generalizada, a primeira

Aspeto mencionado por BONFIM, op. cit., p.85.

década de multipartidarismo pautou-se por um empobrecimento ainda maior do que o já vivenciado. Em parte, a emigração de quadros terá resultado mais das baixas remunerações do que do desemprego, sendo, portanto, determinada pela expectativa de um futuro melhor fora, a qual, em resultado dos problemas económicos em Portugal e da melhoria no arquipélago, vem sendo lentamente revertida nos dias de hoje.

A melhoria dos indicadores macroeconómicos não se traduz num significativo acréscimo de oferta de trabalho remunerado e, por isso, não se assistirá ao retorno em larga escala dos emigrantes. Ao invés, poder-se-á continuar a assistir à emigração, mormente para Angola. A palavra aventurar entrou no léxico local, quiçá, para ficar.

Como muitas outras mudanças inesperadas para os são-tomenses, a emigração tornou-se uma realidade, contida apenas pelas restrições nos potenciais destinos migratórios. Mais do que eventuais rastos históricos, é a procura de uma vida, que não se encontra nas ilhas, que pesa nas decisões relativamente à emigração. Afinal, emigrar só terá parecido algo de inimaginável no período do colonialismo moderno, cujos contornos económicos e constrangimentos políticos refrearam fortemente a mobilidade.

Destinos de emigração

Desde as derradeiras décadas de Oitocentos, são-tomenses emigraram para a ilha de Fernando Pó. Aí, alguns possuíram propriedades similares às roças entrementes criadas no seu arquipélago. Em resultado dessa emigração, constituiu-se naquela ilha uma comunidade são-tomense. A independência da antiga colónia espanhola veio alterar substancialmente a situação dos são-tomenses. Em 1972, na sequência da deterioração das condições de vida na ilha, dezenas de são-tomenses retornaram a São Tomé. Também em 1976, cerca de 400 são-tomenses regressaram devido à instabilidade sócio-política, tendo chegado num navio russo¹². O atual crescimento económico da Guiné Equatorial poderá levar alguns são-tomenses a rumar àquele país, nalguns casos refazendo laços de outrora.

Ao longo de Novecentos, os são-tomenses foram demandando Angola, que se tornou um destino de ilhéus, designadamente de profissionais liberais. A estes, não só lhes faltava espaço económico, social e político no arquipélago, como não podiam, na sua terra e perante os seus conterrâneos, conviver com a injustiça da sua desqualificação face a colonos, alguns dos quais de baixa extração social. Mais raramente, essa emigração teve igualmente a ver com os constrangimentos políticos da fase inicial de implantação do Estado Novo. Alguns descendentes desses são-tomenses viriam participar na luta pela independência de Angola.

Nos anos 60, a migração para Angola ter-se-á ampliado¹³. A visibilidade de uma colónia de são-tomenses, favorecidos na ascensão social pelas habilitações literárias e pela ocupa-

Segundo notícia da época, ainda no cais foram distribuídos pão e leite, principalmente às crianças, tendo-se facultado depois alojamento às pessoas que dele necessitavam, cf. Revolução nº19, 19 de março de 1976, p.5.

¹³ Esta emigração está por estudar, como, aliás, também estão por apurar muitas das facetas da atual comunidade são-tomense em Angola.

ção de posições subalternas na administração e na sociedade, ajudou à criação de estereótipos recíprocos entre angolanos e são-tomenses¹⁴. Nesses anos, por causa do seu crescimento económico, Angola ter-se-á tornado o principal destino da emigração são-tomense.

Porém, por causa do início da guerra civil em Angola, é provável que tenham chegado ao arquipélago perto de mil são-tomenses, além de cabo-verdianos¹⁵, estes últimos decerto de passagem. Dando embora conta das dificuldades do país em proporcionar emprego e alojamento, governantes independentistas reiteraram oficialmente a vontade de acolhimento dos são-tomenses desejosos de retornar¹⁶. Contudo, e ao menos episodicamente, é possível que o ambiente social em torno desses regressados fosse algo dissonante. Segundo o jornal oficial, os designados "deslocados" motivaram uma onda de solidariedade do "nosso povo". Todavia, a propósito de alegadas impertinências de um jovem recém-chegado, o fito do artigo era o de rebaixar as expectativas dos recém-chegados, aferidas não pela vida deixada para trás, mas pela obrigação de disciplina e de trabalho para vencer a pobreza.¹⁷ Este era o tom oficial, já o popular passaria também pela jocosidade, aliás, assinalada de passagem no mesmo relato em que se enaltecia a mobilização para atender aos recém-chegados.¹⁸ Na rua, foram depreciativamente alcunhados de kalúas, designação derivada da do navio em que muitos viajaram para o arquipélago (curiosamente, como outrora sucedera com os serviçais de quem os ilhéus se tinham quase sempre demarcado). Não surpreendemente, tal facto esvaneceu-se da memória social local.¹⁹ A emigração para Angola, restabelecida não tardou muito, terá induzido ao esquecimento desse episódio.

Coteje-se NASCIMENTO, Augusto, 2000a, "Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão de obra e das relações políticas)," in Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola, Lisboa, CNCDP. Na década de 1980, entrevia-se nos são-tomenses algum comprazimento pela posição de destaque dos conterrâneos em Angola. De alguma forma, a representação da posição dos são-tomenses em Luanda em Novecentos ressaltava a sua diferenciação social, como se, afinal, os são-tomenses não fossem emigrantes. Tal comprazimento atinha-se igualmente à situação prevalecente após a independência. Com ou sem fundamento, os são-tomenses orgulhavam-se de terem chegado até círculos próximos do presidente Eduardo dos Santos. As mudanças políticas e o afastamento entre os dirigentes dos dois países após a liberalização política, por um lado, e a reorientação da política externa derivada do achamento do petróleo, por outro, tornaram aquelas alusões menos frequentes e ostensivas. Tal também decorre do crescimento do número de são-tomenses, cujo padrão médio de qualificação forçosamente baixou, tornando menos visível a sua presença nos círculos das elites angolanas.

A 9 de agosto de 1975, um avião da Força Aérea Portuguesa transportou para São Tomé 68 "compatriotas deslocados de Angola". Nesse mesmo dia, o navio Kalua chegou a São Tomé com cerca de 300 passageiros, entre "santomenses e cabo-verdianos, deslocados de Angola" ou com 260 "refugiados" (cf. Revolução nº3, 22 de agosto de 1975, pp.2 e 5, respetivamente). A 8 de novembro, chegou o Porto Amélia com mais cerca de 400 desalojados. A 11, o navio Cabang trazia mais 110 desalojados (Revolução nº11, 21 de novembro de 1975, p.6). É possível que outros são-tomenses tenham chegado noutras ocasiões e por outros meios.

Carlos Graça, então ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais, deu conta de uma uma reunião de horas com os são-tomenses a viver em Angola, a quem descrevera a situação, económica, social e política do país. Desmentiu o boato segundo o qual se proibira o regresso a São Tomé e Príncipe. Expôs-lhes a situação difícil nas ilhas no tocante a alojamento e a emprego, dando nota da impossibilidade de concessão de auxílio financeiro (cf. *Revolução* n°7, 19 de setembro de 1975, pp.1 e 6). É possível que a viagem tenha sido norteada pelo intuito de suster o retorno de são-tomenses às ilhas.

Por exemplo, veja-se o texto "deslocados", in *Revolução* n°3, 22 de agosto de 1975, p.5.

Observara-se "as Forças Armadas a descarregarem caixotes, malas, malinhas, cadeiras, mesas, frigoríficos, móveis, fazendo rir as pessoas, dizendo provérbios jocosos", cf. *Revolução* nº3, 22 de agosto de 1975, p.5.
 BONFIM, *op. cit.*, p.33.

Por Angola, os migrantes contaram com o suporte de familiares, muitos dos quais se mantiveram ali apesar da guerra civil. De facto, nem o prolongado conflito armado impediu a emigração para Angola. Há anos, uma das maiores, senão a maior, comunidade²⁰ de são-tomenses no exterior residia neste país. Em 2002, estariam registados na embaixada de São Tomé e Príncipe cerca de 22.000 são-tomenses²¹. Atualmente, alude-se a 40.000 são-tomenses neste país. Já antes atrativa para são-tomenses com qualificação literária e técnica superior, a consolidar-se a estabilidade política e social e o crescimento económico, Angola tornar-se-á apelativa também para são-tomenses com menores qualificações. Deste modo, não só se replicará uma constante da história mais recente do arquipélago, a saber, a expatriação das suas elites, como, diferentemente de outrora, Angola poderá albergar um número considerável de são-tomenses menos qualificados dispostos a aventurar numa sociedade culturalmente mais próxima do que é hoje a sua realidade de origem.

Após 1975, também o Gabão foi procurado por são-tomenses, mormente por jovens. Conquanto os são-tomenses possam não ter disso consciência, a migração para o Gabão representa a inversão de um movimento de outrora, cujo eco no imaginário local é, precisamente, o uso do termo gabão para nomear os indivíduos desqualificados pela escravatura ou pelo trabalho nas roças. Após 1975, a tensão entre os dirigentes de ambos os países e a ideia de que o Gabão albergava os opositores a Pinto da Costa, não bastaram para tolher a emigração nem os contactos, apesar das então corriqueiras dificuldades de transporte até ao continente. Essa corrente alicercou-se em lacos pessoais, assim como no trato empreendido por pequenos comerciantes ou candonqueiros, que passou a animar as relações com o Gabão.

Nem em razão do desanuviamento político da segunda metade da década de 80, coevo do arranque do processo de liberalização política no arquipélago, o cenário económico e social no Gabão se tornou necessariamente favorável aos imigrantes são-tomenses.²² Na sequência de uma crise económica repercutida na desvalorização da moeda, no fecho de empresas e no aumento do desemprego e da criminalidade, os são-tomenses ilegalmente residentes não foram poupados à ordem de saída do país até 31 de janeiro de 1995 dada a todos os estrangeiros indocumentados. A 3 de fevereiro, cinco centenas de

²¹ Cf. RAMALHO Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica, disssertação de mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, p.23.

Não se adota acriticamente a ideia de uma homogeneidade ou, tão-pouco, da coesão entre os sãotomenses. Costumeira no discurso político, tal noção comporta um desígnio volitivo relativamente aos são-tomenses. Porém, sem embargo da proximidade refeita pela distância face à origem comum, são muitos os obstáculos à solidariedade, desde uma matriz cultural e social de origem pouco inclinada ao associativismo, até às difíceis condições de vida nas terras e locais de acolhimento.

Por vezes, as vidas de emigrantes são-tomenses em Angola e no Gabão foram perturbadas por eventos não relacionados com a emigração. Por exemplo, em 1993, dezenas de refugiados são-tomenses foram retirados de Huambo, após alegados maus-tratos perpetrados pela UNITA, que não os considerava estrangeiros "por serem pretos como nós" (cf. Nova República nº60, 29 de junho de 1993, p.1 e nº61, 6 de Julho de 1993, p.2 e nº62, 12 de julho de 1993, p.1). Nesse ano, também duas centenas de sãotomenses regressaram do Gabão em vista dos conflitos ali ocorridos aquando das eleições. Em São Tomé, esperava-se que essa cifra pudesse duplicar (cf. Nova República nº73, 1 de dezembro de 1993, pp.1 e 3). Neste caso, parte deles terá regressado ao Gabão tão logo a situação política serenou.

são-tomenses regressaram do Gabão.²³ À chegada a São Tomé, esses retornados terão sido alvo de troça por parte das *palaiés*. Tal evento, com paralelismos com o sucedido aquando do regresso de são-tomenses de Angola em 1975, terá constituído uma forma de desagravo simbólico da poligamia constitutiva de laços familiares no Gabão, em razão dos quais se esfacelavam os anteriormente criados em São Tomé e Príncipe.

Aparentemente, por entre alguns que terão escapado à aplicação das medidas administrativas, só um são-tomense terá sido preso. Aliás, as autoridades são-tomenses falariam de flexibilidade das congéneres gabonesas, atento o "bom comportamento" dos são-tomenses. ²⁴ Ultimamente, estimam-se em cerca de 7.000 os são-tomenses no Gabão, dos quais 1.400 inscritos nos cadernos eleitorais. ²⁵ Um número superior a 8.000, dos quais a maioria seria composta de mulheres, foi também recentemente apontado. ²⁶ Tais cifras parecem pecar por defeito, em razão, por exemplo, das estimativas de meados da última década do século XX, ²⁷ aquando das medidas gabonesas contra os imigrantes ilegais.

Na era colonial, Lisboa tornou-se um destino de alguns são-tomenses. Uns partiriam daqui para o exílio e para a militância pela independência. Em 1975, vários são-tomenses deixaram Portugal rumo ao seu país. Porém, outros fariam o caminho inverso. Como se disse, a independência, a subsequente cristalização do regime monopartidário e os constrangimentos políticos, policiais e administrativos – ameaçadores da determinação da vivência individual, porventura até mais acentuadamente do que em certos períodos do colonialismo – levaram são-tomenses com uma visão do mundo oposta à dos governantes a emigrar para Portugal.

Conquanto as razões políticas se perfilem como uma justificação para a decisão de emigrar, amiúde elas terão sido um motivo secundário e, porventura, invocado posteriormente. Mais do que por razões políticas, muitos estudantes quedaram-se por Portugal devido à antevisão das imensas dificuldades económicas, as quais infirmavam um horizonte de vida consentâneo com as aspirações decorrentes da sua formação. Assim, uma nova mas maior leva de emigrantes resultou, em parte, do tirocínio académico,²⁸ quanto também da decisão de muitos de não regressarem após uma viagem, por vezes de serviço. Com efeito, aproveitando uma breve estada

²³ Cf. http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/100, acesso a 17 de dezembro de 2011.

Notícias nº101, 17 de março de 1995, pp.2 e 7. Esta ideia foi replicada numa crónica: "a honestidade e a dedicação ao trabalho (...) serviram de justificativo e de muito perdão para os santomenses sem papiers, aquando da decisão do Governo do Gabão de expulsar todos os estrangeiros indocumentados" (cf. ALEGRE, Francisco Costa, 2011, Crónica de Magodinho, São Tomé, UNEAS, p.22). Um retrato dissonante desta apreciação positiva foi traçado por Luís Vaz de Sousa BASTOS, 2011, São Tomé e Príncipe desafios e desenvolvimento, São Tomé, UNEAS, pp.111 e ss.

²⁵ Cf. http://presidenteaurelio.wordpress.com/2011/06/20/aurelio-martins-encontra-comunidade-sao-to-mense-no-gabao/, acesso a 16 de novembro de 2011.

²⁶ Cf. BASTOŠ, 2011, op. cit., p.111.

²⁷ Estimativas de 1992 falavam de 6.000 são-tomenses no Gabão, cifra que, admitia-se, teria aumentado muito nos anos seguintes (cf. *Notícias* [nº ilegível], 18 de janeiro de 1995, p.12).

²⁸ Em todo o caso, muitos dos estudantes que optam por não voltar reúnem condições para obter a nacionalidade portuguesa.

ou passagem por Portugal – caso, por exemplo, de equipas desportivas –, algumas pessoas aventuraram-se a ficar e a viver clandestinamente, preferindo este cenário a regressar para a sofrida sobrevivência nas ilhas.

Noutros termos, a emigração processou-se frequentemente de forma dissimulada, não só pelos escolhos no arquipélago, quanto também pelos óbices apostos à entrada em Portugal. Alguns dos que arriscaram a sorte contaram com o apoio de familiares e de amigos que os tinham precedido na decisão de emigrar. Previsivelmente, a cifra dos são-tomenses em Portugal, cujo número inclui em alguns casos os cidadãos de segunda geração, aumentou notoriamente nos últimos anos.

São-tomenses em Portugal

Ano	Número
1986	1563
1987	1625
1988	1730
1989	1873
1990	2034 29
1991	2007 30
1996	4092 31
1998	4338 32
1999	4809 33
2001	8009 34
2004	10483 ³⁵
2007	10627³6
2010	15.000 a 18.000 ³⁷

Fonte: ver notas

De 1986 a 1990, dados do Servico de Estrangeiros e Fronteiras (doravante SEF), citados por BONFIM, op. cit., p.30. Dos 2007, 927 seriam homens e 1080 mulheres (cf. censo de 1991). Para este ano também se referem 2183 são-tomenses legalizados (cf. SEF, cit. por BONFIM, op. cit., p.26 e anexo 3).

³¹ São-tomenses radicados (cf. *Público*, 21 de Fevereiro de 1996, cf. BONFIM, op. cit., p.25).

³² São-tomenses legalizados (cf. BONFIM, *op. cit.*, p.28)

Dados do SEF citados por TROVÃO, Susana e RAMALHO, Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial. Dinâmicas familiares, de género e geração, vol.1, Lisboa, ACIDI, p.38

³⁴ Cifra equivalente a cerca de 5,7% da população são-tomense, à qual, de resto, importará somar o número dos não legalizados (cf. MENEZES, Aires Bruzaca de, 2002, Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL, p.50). Para o INE, em Março de 2001, residiriam 8.517 são-tomenses. Segundo o SEF, em Dezembro de 2001 existiam 6.230 são-tomenses titulares de uma autorização de residência e de um cartão de residência, a que cumpre somar os titulares de vistos temporários para trabalho ou estudo (cf. ROSA, SEABRA e SANTOS, 2003, Contributos dos 'iimigrantes' na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira, http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf, acesso a 16 de Novembro de 2011).

Total de autorizações de permanência (2001-2004) mais autorizações de residência (cf. SEF, in http:// www.acime.gov.pt/docs/GEE/Estatisticas_GEE_2005.pdf, Setembro de 2006).

Dados do SEF citados por TROVÃO e RAMALHO, op. cit., p.38.

³⁷ Dados referidos por Sónia RAMALHO, que adianta que o SEF tem registados apenas cerca de 11.000, (cf. op. cit., p.23). Não é ainda incomum ouvir referida a cifra de cerca de 25.000 são-tomenses em Portugal.

De referir que, segundo dados do SEF, em 2008, entre os são-tomenses existia uma maioria de mulheres, 55%, caso único entre as várias comunidades. Tal refletirá a femininização da migração – supostamente também observável no Gabão –, realçada pelo caráter recente da migração são-tomense. Para Portugal, desde 2001 que o fluxo migratório é maioritariamente formado por mulheres³⁸.

O facto de a migração de são-tomenses ser nova e tributária, por exemplo, da mobilidade dos estudantes, ajuda a explicar a média de idades relativamente baixa, afora a eventual circunstância de são-tomenses mais antigos terem entrementes obtido a nacionalidade portuguesa. Em 2001, a idade média dos são-tomenses em Portugal era de 29,6 anos.³⁹ No tocante ao alojamento, existe uma forte concentração de são-tomenses na região de Lisboa. Em 1998, a taxa de desemprego era de 13,7%,⁴⁰ sendo possível que não se tenha alterado significativamente. A ser assim, tal cifra contrasta com recentes alusões ao baixo desemprego entre as são-tomenses, mesmo tendo em conta que se tende a considerar o trabalho precário e ocasional e, bem assim, ocupações de parte de um dia como "trabalho". Diferentemente do sucedido com imigrantes de outras comunidades, as dificuldades económicas recentes em Portugal não estarão a provocar um retorno à terra de um significativo número de são-tomenses.

Em resultado da mobilidade dos últimos anos, as maiores comunidades migrantes encontram-se em Portugal, Angola e Gabão, existindo pequenos grupos em Espanha, Inglaterra, Costa do Marfim, Nigéria e Moçambique. Por ora, intentos de vidas transnacionais não são um traço marcante da diáspora são-tomense — ao invés, a dimensão das vivências transnacionais é ainda diminuta —, entre outras razões, por o clima económico na terra não ser propício a esse tipo de trajetos de vida. Entretanto, a comunidade migrante são-tomense move-se e, não deixando de ser são-tomense, adopta, instrumentalmente ou não, novas identidades e alarga a sua fronteira. Nos derradeiros anos, os são-tomenses fazem de Portugal plataforma para percursos de vida noutros países, mormente no Reino Unido.

Há anos, estimava-se em cerca de 15.000 o número de são-tomenses a residir no estrangeiro. Atualmente, esta estimativa está largamente excedida. Atualmente, aludese a cerca de 30% a 40% de são-tomenses nessa situação. Regista-se um aumento das suas remessas nos derradeiros anos, conquanto não haja (ou não se publiquem) dados precisos sobre tal facto. 42

Dir-se-á que presentemente se desenha a tendência para a diminuição da taxa de emigração, o que poderá dizer menos dos números absolutos da emigração do que

Gf. RAMALHO, op. cit., p.24.

³⁹ ROSA, SEABRA e SANTOS, 2003, op. cit.

⁴⁰ OLIVEIRA, Catarina Reis de, 2004, Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal, p.93, in http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_Ol/Estudos%20OI%204.pdf, acesso a 16 de novembro de 2011.

⁴¹ BARBOSA, José Gomes, 2001, Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL, p.40.

⁴² Cf. http://cstome.net/oparvo/1%C2%BA%20F.htm e http://www.oplop.uff.br/boletim/896/diasporasao-tomense-governo-realiza-encontro-para-debater-tema, acesso a 16 de dezembro de 2011.

refletir o crescimento demográfico no arquipélago. A par disso, os entraves nos destinos podem estar a conter a emigração, para a qual, a somar às dinâmicas inerentes à globalização, as condições económicas continuam a impelir os são-tomenses.

Sustenta-se que os fluxos para o estrangeiro, os de uma ilha para a outra ou, ainda, das zonas rurais para a cidade de São Tomé, derivam dos estrangulamentos dos pequenos estados insulares.⁴³ Porém, o êxodo, a relacionar com os escolhos ao desenvolvimento, não pode imputar-se apenas a condicionalismos estruturais, antes deve ser pensado em razão das políticas adotadas no arquipélago.

Perceções da emigração e a tensão com a terra

Ao invés do que sucedeu durante muito tempo, a emigração parece agora perfilar-se como uma mais-valia. Mas, na prática e para além da adequação aos lemas das agendas internacionais, que fazer perante a repentinamente imensa mole de emigrantes? Alguns alvitrarão que os sucessivos governos pretendem o retorno de emigrantes. Porém, tal parece implausível, podendo suceder que haja interesse no retorno de pessoas qualificadas. A exemplo do que ocorre sobre outras facetas da vida coletiva, é provável que o debate sobre a emigração e, em particular, o retorno dos emigrantes espelhe, mesmo que indiretamente, outras tensões políticas e sociais nas ilhas.⁴⁴

Sem profundidade temporal, sem uma ideologia de emigração historicamente decantada, a emigração são-tomense não desempenha um papel económico, 45 social e cultural equiparável ao de outras migrações ou diásporas. Fruto da pobreza do arquipélago, assim como das dificuldades de integração nos países de destino, durante anos a emigração são-tomense permaneceu marginal nos vários países de acolhimento e esquecida na terra natal. Também por isso, até há anos, a emigração são-tomense tendia a cortar laços com a terra, atitude que parece mudar e que mudará em caso de futura prosperidade económica no arquipélago.

No arquipélago, arredadas as abordagens meramente preconceituosas, as reflexões sobre a emigração tornam-se, a um tempo, demasiado focadas e avulsas. Insta-se ao empenho do Estado são-tomense no enquadramento da emigração. Nessa senda, reivindicam-se políticas de proteção social e de prevenção da exploração dos cidadãos

Em 1985, os emigrantes foram encarados como um recurso económico. Por essa altura, quando já se reconhecia serem 20% os são-tomenses emigrados, aprovou-se um decreto-lei sobre contas especiais de depósito para captação das poupanças de emigrantes; como era abertamente dito, a medida era "uma caça ao dólar", um estímulo à entrada de divisas e, dizia-se, um estímulo à participação dos emigrantes no desenvolvimento do país (cf. Revolução nº448, 19 de Junho de 1985, p.2; nº449, 26 de junho de 1985, p.2 e n°450, 3 de julho de 1985, pp.2 e 4).

⁴³ Tais estrangulamentos tolheriam o desenvolvimento, entre outras razões, pela fuga de cérebros e de competências e pelas inevitáveis perturbações sociais; consulte-se, por exemplo, BARBOSA, op. cit., p.18. ⁴⁴ Independentemente da coloração partidária dos governos em São Tomé e Príncipe, parece impossível cerzir a clivagem política entre o poder em São Tomé e os intelectuais ou quadros no exterior, centrada na disputa de quem tem o saber e a competência. Esta clivagem é avivada por o debate político não se prender apenas com os recursos técnicos e científicos, quanto também com a idoneidade moral e política (que os de fora dizem ter, ao que os de dentro retorquirão que apenas se lhes cobiça os lugares). Cimenta-se, assim, uma clivagem face aos governantes e aos elementos preponderantes na terra.

emigrantes, tais, em termos genéricos, os objetivos propostos ao Estado, cujos representantes a espaços prometem apoio aos são-tomenses.

No país, sopesam-se agora as desvantagens políticas, económicas e sociais da migração. A mais danosa será a redução da capacidade técnica necessária para a administração e para o desenvolvimento económico. Salientando-se os danos do *brain drain*, ⁴⁶ aqui e além, aventa-se a ideia do ganho que o arquipélago teria com o regresso dos emigrados. Em abstrato, trata-se de uma proposição lógica, mas ela ignora não só as dificuldades de integração no mercado de trabalho, quanto o clima de alguma dissonância entre os que vivem nas ilhas e os emigrados.

Admitindo-se, ao menos tacitamente, que a emigração se tornou uma eventual valia, será de indagar os motivos da aversão supostamente subsistente face aos emigrantes. A este propósito, importará destrinçar as atitudes do comum dos são-tomenses, muitos deles potenciais migrantes, por um lado, da perplexidade de estudiosos e da incomodidade dos políticos, por outro.

Após a independência, os emigrantes eram como que classificados de antipatriotas. A politização de todos os itens da vida levava a atribuir um posicionamento pró ou contra os governantes de São Tomé e Príncipe. No tempo do partido único, muitos dos emigrantes eram tendencialmente encarados como adversários do "povo" e, na realidade, muitos deles eram avessos ao regime que não encontrava oposição no território. Ocorria que a decisão de emigrar, mesmo quando tinha como primeira motivação a condição económica, acabava por se fazer acompanhar de uma subliminar desqualificação da liderança política, com o que se convivia mal no arguipélago. Amiúde, os emigrantes acabavam como opositores do regime de partido único. Com a liberalização política e as profundas mutações sociais nos anos recentes, os emigrantes deixaram de ser hostilizados como durante o monopartidarismo.⁴⁷ Mas a tensão parece perdurar e a questão coloca-se: independentemente de diferentes roupagens retóricas e motes políticos, não subsistirão sentimentos similares aos do pós-independência relativamente aos emigrantes, como se, com esta condição, deixassem de ser tão são-tomenses como os que ficam? A aludida tensão com a diáspora pode encarar-se como produto da conjuntura pós-independência ou trata-se de uma dimensão conflitual como que inevitável e relacionável com as dificuldades da microinsularidade?

Por regra, é em razão do percurso histórico que se atribui, ou não, valia à respetiva diáspora. Porém, no arquipélago, não é líquido que a história tenha um peso decisi-

⁴⁶ Atualmente, na abordagem dos tópicos da emigração e do desenvolvimento, de imediato emerge a questão do *brain drain*. Relativamente ao arquipélago, BONFIM considerou que razões económicas – rendimentos insuficientes – e políticas – por exemplo, intolerância para com o pluralismo e a instabilidade política – contribuíram para o êxodo de intelectuais e técnicos. Acrescenta que parte dos que acabaram como emigrantes deixara o país para prosseguir a sua formação (cf. BONFIM, *op. cit.*, pp.92-93, 100 e 117).

Para o MLSTP, os emigrantes eram considerados menos são-tomenses. Inocência MATA acrescenta que, com a liberalização, os emigrantes políticos, tendo deixado de ser hostilizados, não deixaram, por isso, de ser ignorados. A emigração não é olhada como uma mais-valia (cf. MATA, 2004, A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense, Lisboa, Edições Colibri, pp.25 e 45-46).

vo – diria antes que ela serve de álibi – na configuração das atitudes relativamente à emigração e, sobretudo, aos emigrantes. Mais do que o lastro histórico, privilegiaria a indução política no facetar das atitudes para com a emigração. No arquipélago, desde 1975, os migrantes foram sendo como que apartados da nação. Este aspeto é fundamental porque da atitude dos governos dependem aspetos da vida dos emigrantes que, parecendo ao longe despiciendos, são, no particular das vidas por fora, deveras importantes e podem traduzir-se em perdas ou ganhos significativos. Entretanto, a sensibilidade política mudou, mas ainda não se repercute em resultados palpáveis. Até pela inexistência de pressão social nesse sentido numa terra onde as condições de vida permanecem assaz difíceis.

A emigração na esfera política

Na esfera política, as estratégias de afirmação nacional – e, de caminho, de maior ou menor valorização da diáspora – mobilizam representações sociais acerca da idiossincrasia grupal ou coletiva, com que, por vezes, justificam os projetos de inserção geopolítica e as engenharias políticas e sociais. Essas representações refletem também a apetência, ou não, das gentes do arquipélago para a emigração. Durante anos, a ausência de uma política de emigração significava que o país não pensava nos seus emigrantes e, quando o fez, amiúde não foi além de justificações de circunstância ou de anúncios de intenções que demoram a concretizar-se. Tardou a despertar-se para a diáspora, de resto, uma noção que se foi impondo de fora para dentro.

Seja como for, ultimamente a diáspora⁴⁸ tornou-se um item da política, condicionando de alguma forma o discurso, que não necessariamente as políticas postas em prática. Sem capacidade de provocar mudanças sociais, conformar-se-á a diáspora a ser, sobretudo, um mote propagandístico?

No arquipélago, a rala política são-tomense para a emigração tem balançado entre a descoberta da importância da emigração – que levou à criação do vetor das comunidades no Ministério dos Negócios Estrangeiros na década de 90 – e a aparente demarcação dos que andam por fora (esta ambivalência repercute-se num posicionamento muito comum entre os são-tomenses que, na terra, têm opinião sobre o futuro do país). Em que medida tal alheamento justifica e/ou é induzido tanto pelas decisões e práticas de sucessivos governos, quanto pela tendência para a cristalização das assimetrias sociais a que (teoricamente) se opõe a diáspora mais propensa a salientar a valia da mobilidade social na construção do futuro das ilhas, tal seria uma questão a apurar.

Construção histórica multifacetada, a diáspora é uma noção lata que, em diálogo com a globalização, mantém o estado-nação como referência. As fronteiras da diáspora são a raça e a cultura. Atualmente, delineiam-se estratégias no sentido de tornar a diáspora um empreendimento económico vantajoso (cf. FALOLA, Toyin, 2003, The power of african cultures, Rochester, University of Rochester Press, pp.279 e 277, respectivamente), tais as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de comunicação e pela constituição de redes transnacionais. As diásporas tornaram-se indutoras da cooperação, não somente a estatal, mas também a das administrações periféricas e das associações cívicas.

Tal tensão transparece tanto em conversas pessoais como em fóruns institucionalizados. Por exemplo, o Encontro Nacional da Cultura, realizado em São Tomé entre 21 e 26 de novembro de 2011, ficou marcado pela polémica em torno da intervenção do ministro Olinto Daio, que "arrancou aplausos do público". ⁴⁹ De uma posição adversativa, dir-se-ia que o ministro não poderia ter feito mais para cortar pontes com a diáspora. Numa alocução parcialmente proferida em *santomé* ou *forro*, o ministro disse: "Negaram a dança da puíta porque tem cumba e foram dançar danço congo e estão a tomar chicote", ⁵⁰ tal a metáfora que alguns entenderam dirigida aos emigrantes constantemente críticos da miséria do país, que deixaram para escapar àquela, mas que acabaram, muitos deles, a viver numa miséria pior, não cessando, ainda assim, de dizer mal em vez de regressar para ajudar a melhorar a sua terra.

No fundo, parece subsistir a exigência de uma conduta em conformidade com a condição de são-tomense, que, não estando definida, passa pelo alinhamento com o poder instalado, assim se classificando, ou não, os indivíduos como "verdadeiros são-tomenses". Independentemente da diferença de regimes e de linguagens políticas, a relação com a diáspora parece difícil. Tendo em vista a realização do Fórum da Diáspora nos dias imediatos, 28 e 29 de novembro de 2011, não se poderá rejeitar qualquer interpretação da intencionalidade do ministro Olinto Daio, mormente a da reafirmação do costumeiro desdém pelos contributos políticos e culturais da diáspora, dado que não se esperam contributos económicos significativos.

A propósito deste evento, imediatamente surgiram críticas ao alegado sectarismo dos convites para a participação num encontro que, supostamente, visava obter os contributos da diáspora para a delineação da política económica. Entre as recomendações ao governo emanadas desse evento, conta-se a da alteração legislativa para viabilizar a participação dos emigrantes nas eleições parlamentares, a criação de um instituto dos emigrantes no arquipélago, a institucionalização de um fórum dos emigrantes em São Tomé e, ainda, o apoio jurídico nos serviços consulares.⁵¹

Em São Tomé e Príncipe, celeremente tornado no país africano com a segunda maior taxa de emigração⁵², parece arraigada a incomodidade com a condição mas, sobretudo, com o protagonismo dos emigrantes, sentimento transversal a pessoas de vários gover-

⁴⁹ Referindo-se à identidade cultural do país, Olinto Daio disse: "estamos perdidos, minha gente. Não sabemos quem somos, as nossas origens! Até os são-tomenses que estão no estrangeiro só falam mal da nossa terra, negam a sua terra" (cf. *Correio da Semana* n°322, 23 de novembro de 2011, p.16).

[&]quot;Inem iscá nega semba punda cumba, maje inen sá nalá cá piá dançu, isca toma sotchi bôbô" (cf. http://www.telanon.info/cultura/2011/11/23/9064/ministro-da-educacao-sem-educacao-vai-ao-%e2%80%9cprimeiro-forum-nacional-da-cultura%e2%80%9d-e-insulta-os-santomenses/, acesso a 29 de novembro de 2011). Neste caso, tradução livre é a menção apropriada. Interpelada, uma pessoa são-tomense afirma que interpretava a frase como uma mensagem do seguinte teor: "Estamos perdidos! Existem são-tomenses que estão no estrangeiro que só falam mal da nossa terra e desvalorizam a nossa cultura".

⁵¹ Cf. http://cstome.net/oparvo/1%C2%BA%20F.htm, acesso a 16 de dezembro de 2011.

Para 2010, a taxa de emigração cifrava-nos 21,9%, cf. http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf, acesso a 27 de fevereiro de 2102. Eventualmente calculada por defeito, esta taxa é assinalável por, como se disse, a emigração ser um facto recente, isto é, ter apenas algumas décadas e materializar uma mudança radical na relação dos são-tomenses com o mundo.

nos e partidos. Aliás, encontrar-se-á quem, crítico na diáspora, vire crítico desta depois de reinserido na terra. A mudança para a democracia representativa não removeu este lastro de antagonismo, para o qual, dissemos, talvez tenha de se procurar explicações para além do dia a dia da política nas ilhas.

As perspetivas sobre as causas da emigração explicam o subsistente mal-estar entre a terra e a diáspora, evidentemente não verbalizado como tal. Parte dos emigrantes achará sempre que teve de sair, que foi forçada a procurar a vida. Na falta de uma ideologia ou cultura da emigração, esta é explicada pelas circunstâncias na terra. Logo, esta explicação dá, implícita mas imediatamente, lugar à avaliação da política, o mesmo é dizer, à depreciação dos políticos. Parte da diáspora, mormente a mais qualificada, sente que está apartada por razões que se prendem com a perpetuação no poder dos políticos, a quem atribuem a desgraça do país e a falta de oportunidades para os demais cidadãos, parte dos quais, por isso, tem de ficar por fora. O sentimento de injustiça aflora, tanto mais que parte dos expatriados julga que a diáspora tem talentos e competências que não abundam nas ilhas.

Portanto, o que está em causa é a rede clientelar que, mobilizando oportunidades, se constitui como um óbice ao retorno dos são-tomenses. Logo, as queixas relativas à arquitetura política não desaparecem: se, no tempo do partido único, a feição ditatorial do regime constituía o alegado empecilho ao regresso,53 atualmente fala-se na corrupção e na acumulação indevida de recursos e de oportunidades. Numa sociedade algo fechada, quem chega para construir uma vida à medida das necessidades aprendidas por fora admite sujeitar-se a percorrer a via-sacra de lealdades pessoais. A sua ascensão social depende mais desta predisposição do que da sua competência técnica. Além deste aspeto, sobram os efeitos do ainda pouco enraizado pluralismo político e da escassa tolerância para com as diferenças.54

Tal ambiente pode obstar ao retorno e complicar a reinserção dos emigrantes. Se, como outrora, os problemas políticos,⁵⁵ as dificuldades económicas e, ainda, as limitações de um horizonte insular determinaram a partida de são-tomenses, presentemente, a antevisão da rarefação das oportunidades e das consequentes tensões associadas à sua disputa desincentiva o respetivo regresso.⁵⁶ Em suma, no arquipélago perduram os fatores de alguma conflitualidade surda e da estigmatização dos emigrantes, assim se

Diga-se que tais condições prejudiciais aos emigrantes não os visavam enquanto tais, sendo antes um resultado da política económica e financeira do novel Estado. Naturalmente, a ter existido uma tradição de emigração e um número significativo de emigrantes, que sugerissem maior abertura ao mundo, as opções económicas e financeiras poderiam ter sido diferentes desde os primórdios da independência.

Assinalado por BONFIM, op. cit., pp.92-93; veja-se também MATA, op. cit.

Já no regime multipartidário, mais do que como escapatória económica e social, a emigração tem sido encarada por atores políticos como solução temporária para acomodar derrotas na política e para ajudar a diluir a memória local dessas derrotas. É certo que esta representação da emigração diz respeito sobretudo aos políticos, mas ela contamina a visão que nas ilhas corre acerca do comum dos emigrantes.

Aparentemente, a situação dos estudantes enviados para vários países constitui uma manifestação, se não de imperícia, pelo menos de dificuldade na relação entre o Estado e os expatriados. De Cuba, do Brasil e de Angola chegam amiudadas queixas relativamente a atrasos nos pagamentos de bolsas, o que cria desafeição e, objetivamente, empurra jovens para fora dos estudos. Em resultado desta situação, quanto de uma (inconfessada) depreciação das possibilidades de singrar na sua terra, nalguns casos os jovens acabam por se fixar nas sociedades onde fizeram os seus estudos, não regressando ao arquipélago.

alimentando a dinâmica de atrito entre, por um lado, os que ficaram e se apropriaram de vários recursos de poder e, por outro, alguns dos expatriados que não perdem de vista a deriva da sua terra.

Consciência crítica na diáspora

Após anos de aparente imobilismo, o enquadramento político internacional do arquipélago alterou-se radicalmente e as suas relações externas ganharam múltiplas facetas (as várias comunidades – incluindo as de outros africanos no arquipélago – também compõem as relações entre o arquipélago e os países geográfica ou politicamente próximos). Enquanto isso, a diáspora são-tomense é, em primeiro lugar, uma descoberta retórica. Esboça constituir-se como uma rede, mas ainda não assenta num pujante associativismo. Também por este facto, a diáspora são-tomense não vê acrescentada a capacidade de influir direta ou indiretamente no devir do país.

Desde há anos, vem-se notando a tentativa de afirmação da diáspora, cujo pólo mais dinâmico se localiza em Portugal. Porém, contra essa afirmação milita a pobreza e a marginalidade de uma fração substancial dos emigrantes. Afora isso, também não sabemos se a indiferença relativamente ao associativismo prevalecente nas ilhas não é replicada em Portugal e se não se olha com ceticismo as tentativas de protagonismo no seio da comunidade. É de admitir que o reforço dos vínculos familiares e, por conseguinte, da identidade coletiva se processe à margem de esforços associativos e da tentada afirmação institucional da diáspora.

Justamente, a diáspora – ou quem, socialmente mais diferenciado, a representa – pretende-se talhada para o diálogo político com os governantes em São Tomé. Mais, hoje, alguns emigrantes tentam ser uma consciência crítica do rumo político do arquipélago (em contrapartida, por ocasião dos pleitos eleitorais, qual réplica da *maldição* da terra, outros emigrantes já demandam *banho*, isto é, a dádiva de bens materiais em troca de votos). Por isso, ao mesmo tempo que comummente se fala de trajetos e condições de vida, alguns emigrantes escrutinam o rumo da democracia e a incidência da corrupção na terra natal.

Os emigrantes tentam erigir-se numa diáspora, de alguma forma denotadora da elevação do seu patamar cultural e social. Ainda em fase de afirmação de si própria, a diáspora não reflete, por ora, muito mais do que uma consciência militante da parte de alguns emigrantes quanto à necessidade da sua participação cívica e política. Ensaia-se uma institucionalização que lhe aumente a representatividade e a importância social e política. Alguns passos dados nesse sentido mostram-se inconsequentes. Replicando a rarefeita sociedade civil nas ilhas, os esforços associativos da diáspora ainda são débeis.⁵⁷ Pese embora a regularidade de certas realizações, elas apenas alcançam um universo re-

⁵⁷ A debilidade associativa também reflete tanto as reservas quanto os expedientes mais ou menos inconsequentes dos governos dos países de acolhimento no atinente à criação de mecanismos de integração social dos imigrantes.

duzido. Outras, de maior vulto, sugeridas pelo mimetismo ou pelo voluntarismo, tornamse suscetíveis de instrumentalização ou motivo de polémica e dissensão.

Em outubro de 1998, em Lisboa, ocorreu o Encontro Nacional de Quadros de São Tomé e Príncipe. Voltou a efetuar-se um encontro, desta feita em São Tomé, mas por aí se parece ter quedado tudo. Em Portugal, a espaços ocorrem eventos, como o encontro dos quadros da Ilha do Príncipe em 2004, mas sem mais consequências. Como referimos, resta saber se tal inconsequência não espelha um juízo negativo sobre a valia dos propósitos e dos esforços associativos e se, no fundo, não reflete uma inamovível descrença no destino da terra e, note-se, no dos são-tomenses.

O incremento das possibilidades de comunicação aumentou o fluxo de comentários e de debate das várias vertentes de governação, por exemplo, em torno da observância dos acordos relativos à exploração petrolífera com a Nigéria e das políticas de desenvolvimento. É do exterior, onde o acesso a cargos políticos na terra se afigura mais improvável, que emana parte substancial dos reparos à fraca capacidade técnica e institucional dos dirigentes. Daí a incomodidade com as críticas, as quais, representando um exercício de responsabilidade social dos expatriados para com a terra natal, são ressentidas como injustas nas ilhas.

Por isso, no arquipélago, desvaloriza-se o que é dito e escrito por fora. Nas ilhas, algumas das tomadas de posição da diáspora são amalgamadas com a sobranceria de quem não está obrigado à resolução das incontáveis dificuldades do dia a dia no arquipélago. De caminho, entre os inconvenientes da formação no exterior,58 cita-se o desajustamento dos contributos para a resolução dos problemas sociais e das propostas de desenvolvimento elaboradas sem ponderação da realidade local. Independentemente da pertinência deste diagnóstico, assim abstratamente formulado, ele poderá dar azo a um fechamento de perspetivas e a juízos arbitrários e enfeudados à lógica clientelar aparentemente prevalecente em São Tomé e Príncipe, onde, note-se, por regra não se avalia o fosso entre as promessas proclamadas e as (não) executadas.

Por ora, os expatriados qualificados não têm possibilidades de um efetivo protagonismo. Desde logo, porque a diáspora não tem a profundidade histórica, a dimensão demográfica e o peso económico e social comparáveis aos de diásporas de outros países. Trata-se de uma diáspora recente, relativamente diminuta, ainda pouco estabilizada e institucionalmente fragmentada, culturalmente com alguma diferenciação mas sem avultados recursos económicos, mais, condicionada pelas situações de privação económica e social. Depois, porque não elencando a emigração como uma prioridade

Descortina-se aqui um veio histórico, a saber, o da avocação de uma relação particular com a terra como condição de um saber profícuo. Curiosamente, na era colonial, os colonos desconsideravam quaisquer apreciações em razão da presumida valia do seu saber prático, forjado na lida diária com os africanos. A residência e a sua hegemonia nas ilhas eram a fonte de um saber indiscutido. Mudados os referentes e os lemas políticos, a ligação à terra ressurge como uma premissa de qualquer enunciação pertinente sobre o arquipélago. No pós-independência, tal pressuposto aplicou-se aos estrangeiros, mas foi, e é, igualmente usado para se depreciar o contributo dos são-tomenses entrementes emigrados.

da política, as autoridades são-tomenses não contemplam, senão ocasionalmente e, porventura, com calculismo político, o papel da diáspora. De certa forma, os elementos da diáspora são tidos como indivíduos tornados diferentes. Nestas circunstâncias, o contributo da diáspora na renovação das elites, de governantes e das práticas políticas deverá permanecer mínimo.

E, não obstante este alheamento face ao eventual contributo dos expatriados, é de notar como, em mais de três décadas de independência, os líderes chegaram de fora, fosse do território, fosse do círculo das cumplicidades políticas operantes na terra. ⁵⁹ Em sucessivas conjunturas, a demanda de individualidades com contornos redentores – Miguel Trovoada e Fradique de Menezes – sobrepôs-se à adesão a elementos distintos a viver na terra. Aliás, o projeto nacionalista triunfante teve a sua gestação fora do território.

Iniciativas associativas

Portugal será o país de destino com ambiente mais favorável à atividade associativa e política dos são-tomenses e onde a comunidade pode aproveitar mais a sua capacidade organizativa. Se contra esta possibilidade milita uma pobre tradição de participação cívica da sociedade portuguesa, a verdade é que, nos últimos anos, instâncias políticas e administrativas favoreceram, quando não induziram, o associativismo entre os imigrantes.

Não foi por isso que certos projetos deixaram de falir. Por exemplo, a Associação Internacional dos Angolares, sediada em Sacavém, dita Internacional por supostamente ligar pessoas de vários países, anunciou em 2001 intervenções em prol do desenvolvimento do sul da ilha de São Tomé. Porém, não terá ido muito além de uma reunião de trabalho em janeiro de 2002 e de intenções. 60 Precisamente, ela pode ser um exemplo de um facto comum, a saber, a caducidade de muitos intentos associativos. Porém, pode igualmente indiciar a replicação de linhas de clivagem que radicam numa história não muito distante.

Com efeito, o associativismo denota veios de diferenciação que atravessam a comunidade são-tomense. Afirmaram-se várias associações, de que se salientam a ACOSP – criada em 1997 e habitualmente reconhecida como a associação dos são-tomenses em Portugal – e, mais recentemente, a associação de mulheres, *Men Non*,⁶¹ cuja apresentação, mormente no tocante ao trajar, parece tributária de uma ideia de uma comunidade orgânica que remonta aos primeiros desfiles da OMSTEP, a organização das mulheres são-tomenses do partido único. Os eixos fundamentais da sua

⁵⁹ A recente eleição de Pinto da Costa, que esteve à frente do país durante o regime de partido único, não invalida esta ideia, porque ele se manteve como que à margem das disputas políticas, reaparecendo como uma figura distante e promotora da regeneração das práticas políticas.

⁶⁰ Esta associação não foi reconhecida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Inter-cultural (ACIDI) (cf. RAMALHO, op. cit., pp.112-113).

⁶¹ Revelando um dinamismo apreciável, a *Men Non* vem com alguma regularidade promovendo eventos com os quais se vem dando a conhecer. Consulte-se também http://www.wix.com/mulher8/mennon.

atuação parecem ser os da sociabilidade e suporte jurídico, social e, quando possível, material aos membros da comunidade.

Alentado pela motivação religiosa, algum associativismo informal, de base, terá um papel relevante no apoio material, mesmo se parco, e na reconstrução de laços sociais⁶² de uma comunidade sujeita a uma força social centrífuga e na qual, evidentemente, se sentem os impactos negativos da crise económica.

O associativismo feminino denota a assimetria de género – o problema da mulher são-tomense é o homem são-tomense!, asseveram-nos – e, simultaneamente, evidencia as possibilidades de abordagem de temas – por exemplo, a violência doméstica - que nas ilhas começaram a concitar a atenção por indução de organizações internacionais. Ainda a respeito das assimetrias de género, é de salientar que a possibilidade de desagregação da família é um dos motivos para parte das mulheres não desejar regressar a São Tomé e Príncipe, 63 mesmo quando são perentórias a afirmar que teriam mais facilidades de vida caso voltassem ao arquipélago, asserção de que também importa duvidar.

Nota final

Por entre inércias e rituais, e mesmo quando resumido à "conversa deitada fora" sobre o curso da política e das vidas na terra e fora dela, o associativismo tem algum papel na promoção da ligação entre os são-tomenses expatriados.

Diga-se, pelas ilhas, a africanização⁶⁴ e os processos de diferenciação económica (de que a apropriação de terra é um sinal) vão apartar parte dos são-tomenses a viver no estrangeiro que, natural e progressivamente, deixarão de se sentir identificados com a terra, sua e dos seus ascendentes. Afinal, os emigrantes nem sempre encontram uma abertura propícia ao acolhimento dos de fora, nos quais progressiva e tacitamente eles próprios acabam por ser incluídos. Por razões ligadas à reprodução social das assimetrias prevalecentes, no arquipélago escasseia a compreensão pelos emigrantes, mormente pelos não bem sucedidos. Mas, arriscaria prognosticar, a recetividade em relação aos conterrâneos bem sucedidos mas sem hipóteses ou intenções de consumo dissipatório na terra também não será maior.

⁶² Sobre a participação cívica das mulheres são-tomenses, veja-se Sónia RAMALHO, *op. cit.*

NASCIMENTO, Augusto, 2011, "The São Toméan female association in Lisbon: the perception of gender in a migratory context" na 4th European Conference on African Studies - ECAS 4, in http://www.nai.uu.se/ ecas-4/panels/81-100/panel-96/Augusto-Nascimento-full-paper.pdf. Para outros aspetos relacionados com a perceção das relações de género entre são-tomenses, veja-se RAMALHO, op. cit., pp.45 e ss.

Um discurso identitário cada vez mais vincado vem celebrando a africanização da terra, como se este processo – aqui grosseiramente sintetizado como uma propensão para um retorno simbólico a origens africanas – corrigisse a distorção imposta pelo colonialismo. Ora, este viés essencialista não favorece, antes pelo contrário, o contributo dos emigrantes, mormente dos que vivem na Europa.

Referências bibliográficas

- Alegre, Francisco Costa, 2011, Crónica de Magodinho, São Tomé, UNEAS
- AMADO, Lúcio Barbosa Neto, 2002, S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial (de 1975 a 1991). O percurso do sistema educativo, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE
- barbosa, José Gomes, 2001, Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL
- Bastos, Luís Vaz de Sousa, 2011, São Tomé e Príncipe desafios e desenvolvimento, São Tomé, UNEAS
- Bonfim, João do Sacramento, 2000, Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa, dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Cahen, Michel, 1991, "Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe" in Revista Internacional de Estudos Africanos nº14-15, Lisboa, CEAA-IICT
- Eyzaguirre, Pablo, 1986, Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa, Ph. D. dissertation, Yale University
- Falola, Toyin, 2003, The power of african cultures, Rochester, University of Rochester Press
- Ferreira, Manuel Ennes, 1990, "Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R. D. São Tomé e Príncipe" in Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, CEAA-IICT
- Hodges, Tony e NEWITT, Malyn, 1988, São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate, Londres, Westview Press
- Mata, Inocência, 2004, A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense, Lisboa, Edições Colibri
- Menezes, Aires Bruzaca de, 2002, Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL
- Nascimento, Augusto, 2000a, "Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão de obra e das relações políticas)" in Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- 2000b, "Relações entre Brasil e S. Tomé e Príncipe: declínio e esquecimento" in As Ilhas e o Brasil, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico
- 2002, Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos, S. Tomé
- 2005, "Notas sobre a valia política, simbólica e económica dos processos migratórios em S. Tomé e Príncipe" in Arquipélago. História, 2ª Série, vols. IX-X, Ponta Delgada, Universidade dos Açores

- 2007, "Diáspora são-tomense e política na terra" in http://www2.iict. pt/?idc=1028&idi=11758
- _ 2008, *Atlas da lusofonia*. São Tomé e Príncipe, Lisboa, Prefácio
- _ 2011, "The São Toméan female association in Lisbon: the perception of gender in a migratory context", 4th European Conference on African Studies – ECAS 4, Uppsala, 15 a 18 de Junho in http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/81-100/panel-96/ Augusto-Nascimento-full-paper.pdf
- Oliveira, Catarina Reis de, 2004, Estratégias empreariais de imigrantes em Portugal, http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf, acesso:16 de novembro de 2011.
- Ramalho Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica, disssertação de mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL
- Rosa, M. J., Seabra, H. e SANTOS, T., 2003, Contributos dos 'imigrantes' na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira, http://www. oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf, acesso:16 de novembro de 2011.
- Sacramento, António Francisco do, 1996, A problemática do crescimento demográfico no processo de planeamento do território em S. Tomé e Príncipe: análise no sector de educação, saúde e emprego, dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Seibert, Gerhard, 1999, Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe, Leiden, Leiden University
- 2002, "Democracia e corrupção. O caso de São Tomé e Príncipe" in Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Porto, CEA da Universidade do Porto
- Tenreiro, Francisco, 1961, A ilha de S. Tomé, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- Trovão, Susana e RAMALHO, Sónia, 2010, Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial. Dinâmicas familiares, de género e geração, vol.1, Lisboa, ACIDI



Breves considerações sobre as migrações e os trabalhadores não residentes em Macau

Ho Chi Un 1

1. Introdução

As sociedades modernas necessitam cada vez mais de se focar nos fenómenos e nos problemas demográficos, considerando o homem como meta última de todas as políticas e estratégias. Desta circunstância deriva a prioridade ou relevância dos estudos sobre a população. Por outro lado, em função da realidade demográfica, económica e social específica, e também do seu enquadramento político e jurídico, como é o caso de Macau, que é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China (RPC), que se estrutura em função da residência, importa, no contexto das migrações, em particular da imigração, referir o estatuto dos trabalhadores não residentes por contraposição aos residentes, entre a população residente em Macau em sentido amplo.

2. A evolução dos fluxos migratórios, em particular de imigração ²

Antes de mais, vamos abordar a evolução da estrutura da população. Ao longo dos 30 anos anteriores à transferência de soberania, a população do Território apresentou uma estrutura pouco estável. No final dos anos 50, e tendo por referência a década precedente, era notória uma tendência para o envelhecimento da população, resultando provavelmente da reacção natural à retracção de nascimentos que se terá verificado no período da II Guerra Mundial.

A partir de então, e até 1970, torna-se evidente a reduzida proporção da população idosa, facto este derivado essencialmente do enorme crescimento da população (50 %)

¹ Assessor do Secretário para a Segurança e docente em tempo parcial da Faculdade de Direito da Universidade de Macau; doutorando em Ciência do Direito Constitucional e Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Zhejiang da República Popular da China.

Nesta parte, o presente estudo foi inspirado pelo artigo intitulado "A População de Macau (Estrutura e Dinâmica)", da autoria de José Castro Pinto, publicado na Revista Administração, n.º 23, vol. VII, 1994-1.º, pp. 111-129.

ao longo da década de 60. Até ao início dos anos 80 dá-se um grande aumento da população jovem (15 aos 29 anos), como consequência directa da estrutura etária dos fluxos imigratórios de finais da década de 70.

Em 1991, os dados dos Censos revelaram uma nova alteração, traduzida no notório agravamento do peso do grupo dos 25 aos 39 anos e ainda um grau de envelhecimento inferior ao de dez anos antes. Mais de uma década depois da transferência de soberania, em 12 de agosto de 2011, registaram-se 552 503 pessoas na população de Macau, mais 117 268 do que em 2001, ou seja, um aumento de 26,9%, e um crescimento anual médio de 2,4% nos últimos dez anos.

Em consequência do rápido desenvolvimento económico, aumentaram as necessidades de mão-de-obra, tendo o crescente número de trabalhadores não residentes atenuado a falta de recursos humanos e acelerado o crescimento populacional de Macau.

No período dos Censos 2011 encontravam-se em Macau 62 304 trabalhadores não residentes, assim como 4 944 estudantes não residentes, representando estes dois grupos 12,2% da população total. Excluindo trabalhadores e estudantes não residentes, os residentes de Macau totalizavam 485 255.

É de realçar que o número de nascimentos, que vinha descendo progressivamente desde o pico de meados da década de 80, recomeçou a subir gradualmente em 2003. Este fenómeno traduziu-se numa queda substancial de 30,1% na população infantil e juvenil, com 65 870 indivíduos até aos 14 anos, representando 11,9% da população total, que diminuiu 9,7 pontos percentuais face a 2001. Daí que, como já foi vincado, a estrutura da população de Macau tenha sofrido grandes alterações ao longo das últimas décadas, as quais são atribuíveis essencialmente à contínua queda da taxa de natalidade e mais ainda ao comportamento dos fluxos migratórios.

A seguir, vamos analisar com pormenor o fenómeno dos fluxos migratórios, com base nos dados estatísticos referentes à imigração (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados estatisticos sobre imigração								
	IMIGRAÇÃO							
	Indivíduos autorizados a residir em Macau		Cidadãos chineses titulares de "Salvo conduto singular da China Continental para Macau/Hong Kong"					
Ano	N.°	Variação homóloga (%)	N.°	Variação homóloga (%)				
1985	~	~	1.784	~				
1986	~	~	1.689	-5,3				
1987	~	~	1.533	-9,2				
1988	~	~	1.478	-3,6				
1989	~	~	1.463	-1,0				

Quadro 1 - Dados estatísticos sobre imigração

1990	1.684	~	1.493	2,1
1991	7.558	348,8	1.579	5,8
1992	5.771	-23,6	1.447	-8,4
1993	2.026	-64,9	1.445	-0,1
1994	1.852	-8,6	1.667	15,4
1995	1.797	-3,0	1.921	15,2
1996	1.465	-18,5	1.857	-3,3
1997	1.485	1,4	1.937	4,3
1998	1.179	-20,6	2.521	30,1
1999	973	-17,5	4.984	97,7
2000	1.127	15,8	2.919	-41,4
2001	2.359	109,3	4.621	58,3
2002	4.092	73,5	3.110	-32,7
2003	2.791	-31,8	2.451	-21,2
2004	7.279	160,8	6.885	180,9
2005	11.395	56,5	3.335	-51,6
2006	~	~	2.800	-16,0
2007	6.115	~	2.221	-20,7
2008	7.917	29,5	2.280	2,7
2009	9.489	19,9	3.121	36,9
2010	4.455	-53,1	9.056	190,2
2011	2.812	-36,9	6.222	-31,3
Total	85.621		77.819	

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (http://www.dsec.gov.mo/default.aspx)

Se observarmos o quadro indicado acima, pode constatar-se existirem apenas pequenos desvios entre a imigração registada oficialmente nos anos de 1988 a 1991 e o número de residentes no Território naturais da República Popular da China, que declararam nos Censos de 1991 terem entrado naqueles anos. Assim, tomando a série dos últimos 15 anos baseada nos Censos de 1991 como bastante aproximada da realidade e ainda pouco afectada pela ocorrência de óbitos ou pela emigração, pode concluir-se que o fenómeno imigratório era pouco significativo em meados da década de 70. A partir de 1987 nota-se um novo aumento da imigração até 1991.

Com base nos dados do referido quadro, poder-se-á também concluir que nos últimos 15 anos teriam entrado, permanecendo ainda no Território, cerca de 160 mil pessoas provenientes da RPC, ou seja, um quantitativo idêntico ao total da população existente em 1960.

Quanto à situação actual, em termos da população imigrante, é uma componente demográfica muito relevante para Macau, já que, de acordo com os dados dos Censos 2011, os 326.376 indivíduos que nasceram fora de Macau equivaliam a 59,1% da população total, crescendo 3,0 pontos percentuais face a 2001. Segundo o local de nascimento, 255.186 indivíduos eram naturais da China Continental, representando 46,2% da população total e caindo 1,2 pontos percentuais em comparação com 2001. Os 226.127 naturais de Macau representavam 40,9% da população total, enquanto os 19.355 naturais de Hong Kong correspondiam a 3,5% e os 1.835 naturais de Portugal correspondiam a 0,3 %.

O número de indivíduos naturais de outros países e territórios aumentou substancialmente, devido à afluência de trabalhadores não residentes. Salienta-se que 14.544 pessoas eram naturais das Filipinas, 7.199 do Vietname e 6.269 da Indonésia, perfazendo conjuntamente 5,1% da população total. Quanto à distribuição por continentes, 1.942 nasceram na Europa (excepto Portugal), 2.252 na América, 959 na África e 672 na Oceânia.

Quanto à nacionalidade, 509.788 pessoas possuíam nacionalidade chinesa, representando 92,3% da população total e diminuindo 2,9 pontos percentuais relativamente aos Censos 2001. A nacionalidade portuguesa representava 0,9% da população total, descendo 1,1 pontos percentuais. A composição populacional apresentou um comportamento diversificado, em consequência do desenvolvimento económico, do investimento do Exterior e da entrada de trabalhadores e estudantes não residentes. Contaram-se 37.695 pessoas com outras nacionalidades, ou seja, 6,8% da população total, com um acréscimo de 4,0 pontos percentuais, destacando-se 2,7% com nacionalidade filipina.

Macau é uma sociedade maioritariamente chinesa, já que 510.383 indivíduos tinham ascendência chinesa, um acréscimo de 94.030 nos últimos dez anos, não obstante a redução de 3,3 pontos percentuais em relação à população total, ou seja, 92,4%. Quanto à ascendência portuguesa (e mista), totalizava 8.106 indivíduos, com um ligeiro acréscimo de 333 comparativamente a 2001, constituindo 1,5% da população total, isto é, diminuindo ligeiramente 0,3 pontos percentuais em termos relativos.

3. Os residentes e os trabalhadores não residentes na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)³

Como se referiu, residem em Macau indivíduos de diversas nacionalidades. Sendo Macau uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, e sendo embora a larga maioria dos residentes de nacionalidade chinesa, o sistema jurídico

Nesta parte segue-se de perto a intervenção proferida na Conferência Internacional sobre "As Reformas Jurídicas de Macau no Contexto Global", por ocasião do 20º Aniversário da Faculdade de Direito, organizada entre 17 a 18 de Dezembro de 2008 pelo Centro de Estudos Jurídicos e Instituto de Estudos Jurídicos Avançados da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, e publicada no Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, n.º 27, pp 357 e ss.

de Macau estrutura-se com base na residência e não na nacionalidade, e por isso nos direitos dos residentes e dos não residentes por equiparação com os residentes.

Assim, é também de utilidade, neste contexto, abordar e caracterizar brevemente o conceito de residência previsto na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (designada abreviadamente por Lei Básica). Este vai muito mais além do conteúdo juscivilístico previsto no Código Civil, assumindo contornos verdadeiramente especiais, que o tornam ímpar quanto cotejado com o dos demais ordenamentos jurídicos. A Lei Básica evidencia, desde logo, uma enorme preocupação em esclarecer rigorosamente, enumerando até à exaustão, quem goza do "direito" de residência (permanente) na RAEM (vide as alíneas 1) a 6) do art.º 24.º,).⁴ A Lei refere, designadamente, na mesma norma "in fine", que "As pessoas acima referidas têm direito à residência na Região Administrativa Especial de Macau e à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente Permanentes da Região Administrativa Especial de Macau". E acrescenta: "Os residentes não permanentes da Região Administrativa Especial de Macau são aqueles que, de acordo com as leis da Região, tenham direito à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente de Macau, mas não tenham direito à residência."

Donde se retira *a contrario*, e residualmente, que a residência permanente, ou estatuto de "residência permanente", para utilizar a opção personalizada da Lei Fundamental, é o que confere o "direito de residência", aquele que emana directamente da Lei Constitucional, por virtude exclusivamente de um conjunto de circunstâncias íntimas do indivíduo, e sem qualquer intervenção de qualquer poder, ou qualquer possibilidade de afastamento ou compressão. Isto sucede por oposição ao estatuto de residente não permanente, o qual, além do mais, depende de um acto de autorização da Administração Pública, impregnado de um elevado nível de discricionariedade.

⁴ Escreve-se no artigo 24.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau:

[&]quot;Os residentes da Região Administrativa Especial de Macau, abreviadamente denominados como residentes de Macau, abrangem os residentes permanentes e os residentes não permanentes.

São residentes permanentes da Região Administrativa Especial de Macau:

¹⁾ Os cidadãos chineses nascidos em Macau antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, bem como os seus filhos de nacionalidade chinesa nascidos fora de Macau;

²⁾ Os cidadãos chineses que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos sete anos consecutivos, antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, e os seus filhos de nacionalidade chinesa nascidos fora de Macau, depois de aqueles se terem tornado residentes permanentes:

³⁾ Os portugueses nascidos em Macau que aí tenham o seu domicílio permanente antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau;

⁴⁾ Os portugueses que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos sete anos consecutivos, antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, e aí tenham o seu domicílio permanente;

⁵⁾ As demais pessoas que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos sete anos consecutivos, antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, e aí tenham o seu domicílio permanente;

⁶⁾ Os filhos dos residentes permanentes referidos na alínea 5), com idade inferior a 18 anos, nascidos em Macau antes ou depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau."

É de notar que os residentes de Macau, de qualquer nacionalidade, podem ingressar no estatuto de residente permanente por duas vias. A primeira, que designaríamos por "aquisição originária" do "direito" de residência, depende, como atrás se disse, apenas de circunstâncias pessoais, ligadas ao nascimento e ao parentesco, que operam por si mesmas, ope lege, sem necessidade de gualquer impulso do interessado, mas tão somente, e só em certos casos, de um mero acto de reconhecimento. A segunda, que na mesma linha de raciocínio será uma "aquisição derivada", configura apenas uma "autorização de residir" em Macau, precedida da avaliação de uma série de circunstâncias e requisitos fixos e variáveis, e consubstancia, como também já se disse, um acto administrativo impregnado de uma larga discricionariedade conferida pela lei originária (Lei n.º 4/2003 e Regulamento Administrativo n.º 5/2003).

A expressão "trabalhador não residente" situa-nos imediatamente no âmbito do direito do trabalho, e dentro deste no conceito de "trabalhador", que pela sua universalidade, de todos conhecida, despiciendo seria aqui caracterizar. Também nos transporta para a noção de "não residente", esta a merecer aqui algum desenvolvimento quanto aos seus traços de natureza jurídico-política e até sociológica, e muito particularmente pelos contornos que assume no contexto de Macau, em face do singular conceito de "residência" nesta região autónoma.

Na verdade, o termo "residência" sugere, por norma, e no comum dos ordenamentos jurídicos, o "lugar que serve de base de vida a uma pessoa", o seu domicílio. Isto é, independentemente da nacionalidade da pessoa e quer esta se mantenha ou não domiciliada no seu país de origem, a residência é, em geral, o lugar onde ela possui a sua casa de habitação, onde permanece habitualmente, onde exerce a sua actividade profissional e de um modo geral onde possui a sua família, o seu círculo de amigos, onde, em suma, em dado momento da sua vida estabelece as suas raízes em termos familiares, económicos e sociais.

Simplesmente, em Macau, a noção de residência vai muito mais além dos limites jus-civilísticos que é comum encontrar-se nos ordenamentos dos Estados soberanos, assumindo aqui contornos muito próximos da cidadania, aliás, como importante corolário do próprio da autonomia desta região da República Popular da China.

Só a título de exemplo, entre muitos outros relevantíssimos aspectos, a qualidade de residente confere capacidade eleitoral ao seu titular, o que, como é bom de ver, não se compaginaria com a concessão da comum autorização de residência, e por via dela da atribuição do "estatuto de residente", nas circunstâncias em que tal é vulgar acontecer, objectiva e subjectivamente, na generalidade dos ordenamentos jurídico-políticos. Isto sucede com toda e qualquer pessoa autorizada a permanecer em Macau, por um período mais ou menos longo e para a concretização de um qualquer fim tutelável, sem que se mostrem presentes apertados requisitos e condições em tudo idênticos aos da concessão do estatuto de nacional por parte dos estados soberanos.

Esta situação vale inteiramente, pelo menos a título de densificação das políticas migratórias concebidas há já décadas para Macau, relativamente àqueles que demandam este território, especialmente estrangeiros, em busca de emprego, primordialmente.

Foi criada, por isso, para esta categoria de cidadãos que "permanecem em Macau" para fins laborais, uma ficção jurídica que visa sobretudo distingui-los dos residentes, dos trabalhadores residentes, mas também, em nossa opinião, dos que aqui permanecem com uma finalidade que não a do trabalho stricto sensu ou simplesmente para fins turísticos.

Dizemos ficção porque é, na verdade, uma realidade ficcionada, pois não é do senso comum que uma pessoa trabalhe habitual e prolongadamente, e por consequinte viva, num determinado espaço geográfico sem que se considere que nele resida.

Mas o que se passa é que os trabalhadores a que nos vimos referindo, apesar de aqui possuírem o seu emprego com carácter de regularidade (muitos há uma e mais décadas) e de aqui viverem, permanecendo habitualmente (por vezes anos consecutivos), não são considerados residentes, pese embora também se não entenda que aqui permanecem meramente, não obstante, no fundo, residirem, de facto, em Macau. Eis, pois, como a cisão da noção de residência, em residência de facto e de direito, leva à criação da figura ficcionada de "trabalhador não residente".

No âmbito da abordagem histórica e sociológica, pode afirmar-se que desde as últimas décadas do séc. XX, em especial por força de um quadro económico e político que começa a desenhar-se no capítulo do desenvolvimento urbano e demográfico, o avizinhar do retorno de Macau à pátria, a assinatura da Declaração Conjunta lusochinesa, em 1987, entre outros factores, e ainda em face de um notável crescendo de imigração proveniente de alguns países do sudeste asiático, e da própria China continental, se sente a necessidade da consagração de um regime jurídico disciplinador, quer das relações de trabalho entre os empregadores locais e os trabalhadores estrangeiros, rectius não residentes, quer do próprio estatuto destes.

Pois em face do exponencial crescimento, quer da população residente, quer da procura de emprego por pessoas vindas do exterior, já deixara de fazer sentido o quadro legal antigo, vago, insipiente, constante do Diploma Legislativo n.º 1796 de 1969. Este consagrava uma enorme liberdade e facilidade no estabelecimento de relações laborais e de residência (claro que justificável, ao tempo, designadamente pela escassez de mão-de-obra qualificada, e não só), mas que em todo o caso possuía o mérito de introduzir um primeiro regime legal daquelas relações, pese embora ainda muito embrionário quanto à questão laboral e à relação desta com o instituto da residência.

Por fim, para actualização, modernização e adaptação das políticas legislativas a uma nova realidade social totalmente diversa da dos anos 80 do séc. XX e condensação

dos diversos instrumentos legais num só diploma, ou num pacote legislativo, com o fim de evitar a dispersão, favorecer a certeza e a segurança, e facilitar o conhecimento por parte dos cidadãos, a RAEM já publicou um pacote legislativo sobre o trabalhador não residente, com a entrada em vigor da Lei n.º 21/2009, que aprova a Lei da contratação de trabalhadores não residentes. Para efeitos de boa execução daquela lei, o Chefe do Executivo elaborou consequentemente o Regulamento Administrativo n.º 8/2010 sobre a Regulamentação da Lei da contratação de trabalhadores não residentes, bem como o Regulamento Administrativo n.º 23/2010, que Regulamenta as condições ou encargos a estabelecer na autorização de contratação de trabalhadores não residentes.

Assim, para adequada e rigorosa conformação da forma com a nova realidade de normação patente na Lei Básica, Macau conta com um novo meio jurídico para regular a matéria desta índole, sendo alargada a acção disciplinadora da lei a outras realidades do mundo laboral de hoje, designadamente em matéria de prestação de serviços e de actividades por conta própria.

Em geral, e dado o fenómeno da procura de Macau como destino de trabalho, prevenindo e reagindo contra o trabalho em condições não admitidas, há necessidade de proibir o trabalho ilegal, como se determina através do Regulamento Administrativo n.º 17/2004.

Por último, podem ser outras as motivações e o estatuto dos que procuram Macau. Para captar investimentos e para a fixação de quadros dirigentes e técnicos especializados, o Governo, desde 1995, vinha a criar incentivos para atrair indivíduos qualificados para residir em Macau, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da economia. Segundo os dados de 2007 a 2011, divulgados pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, o número dos beneficiários resultantes dos pedidos de fixação temporária por aquisição de bens imóveis nos anos 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 são, respectivamente, de 3 858, 5 066, 7 146, 483 e 101. Podemos constatar que o número dos beneficiários nos últimos dois anos indicados se reduziu consideravelmente, por causa da suspensão, em 4 de abril de 2007, da recepção de pedidos de fixação temporária por aquisição de bens imóveis, nos termos do Regulamento Administrativo n.º 7/2007, para evitar os efeitos desfavoráveis dessa política, que contribuía decisivamente para elevar os preços de mercado no sector imobiliário.

Migração laboral em Timor-Leste

Augusto Soares ¹ Jenice Fernandes ²

Timor-Leste é um país recém-independente, com 14.609 quilómetros quadrados, no sudeste da Ásia. O país inclui a metade oriental da ilha de Timor, o enclave de Oecusse, localizado no interior do território da Indonésia em Timor Ocidental, e as ilhas de Ataúro e Jaco.

A capital de Timor-Leste é Díli, com uma população de 175 730 habitantes (Censo 2004), que representa cerca de 19 % da população total. As línguas oficiais são o Tétum e o Português, existindo duas línguas de trabalho, o Inglês e o Indonésio.

A história de Timor-Leste foi caracterizada por mais de 400 anos de governação colonial, por portugueses e holandeses. A colonização portuguesa acabou em 1975, sendo seguida por um novo período de colonização imposto pelo governo indonésio. Em 1999 foi realizado um referendo, com o apoio das Nações Unidas, que mostrou que 78% da população rejeitava a ligação à Indonésia, favorecendo assim a independência. As forças armadas indonésias responderam com violência. Em resultado, foram destruídos 85% dos edifícios da cidade e um terço da população fugiu, a maioria para Timor Ocidental, Indonésia, e, em menor número, para países como Austrália e Portugal.

A 25 de outubro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), como um sistema integrado e multidimensional de manutenção de paz responsável pela administração do país durante a sua transição para a independência. A 30 de agosto de 2001, os timorenses elegeram uma Assembleia Constituinte. A Fretilin, o partido político historicamente associado à luta pela independência, ganhou 55 dos 88 lugares na assembleia. A Assembleia Constituinte foi responsável pela elaboração da Constituição de Timor Leste.

Universidade da Paz, Timor-Leste. Email: unpazfaculty.ish@gmail.com.

² Ponto focal ACP e Organização Internacional para as Migrações, Timor-Leste. Email: jfernandes@iom.int.

Apesar da maioria das instituições estatais definidas pela Constituição de Timor--Leste ter sido implementada, algumas ainda estão em fase de desenvolvimento. Em muitas ainda não existem recursos humanos de qualidade e quadros jurídicos e regulamentares, que são necessários para o funcionamento da economia de mercado. Uma quebra recente na segurança nacional em abril de 2006 abrandou a construção da nação e o processo institucional de fortalecimento do governo, o que resultou num pedido de ajuda internacional. A falta de um governo forte e a fragueza institucional afectam o ambiente socioeconómico, assim como as possibilidades de desenvolvimento e crescimento.

Durante a luta de Timor-Leste pela independência, mais de 250.000 pessoas deixaram o país, fugindo para Timor Ocidental (na Indonésia) e, em menor número, para países como Austrália e Portugal (Hamilton, 2004). Estes números sugerem que as migrações são um problema sério para o governo de Timor-Leste, resultando daí a necessidade de se formularem políticas adequadas.

Mais de 60% da população está abaixo da idade dos 25 anos, com uma taxa de desemprego de 18,4% entre os jovens de todo o país e 35% entre a juventude urbana. Este número provavelmente aumentará no futuro, em resultado da elevada taxa de crescimento populacional, de mais de 3%, e devido à emigração dos meios rurais para os urbanos.

Decorridos apenas alguns anos após a independência, Timor-Leste enfrenta problemas de debilidade económica, pobreza e desemprego. O governo criou uma lei relativa aos programas para promover a emigração de trabalho, com ênfase na segurança dos trabalhadores e na proteção social. Enquanto esta lei não é aprovada, foi criada uma unidade de trabalho no exterior dentro da Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego (SEFOPE), que coordena um programa de trabalhadores emigrantes enviados para a Coreia do Sul. Os incentivos oferecidos são sobretudo os salários, 15 vezes superiores em relação à média local, dos quais 85% devem ser enviados para o país de origem (FDC, 2007; Shuaib, 2008). Existe também um fluxo de jovens timorenses à procura de empregos na Europa, nomeadamente na Irlanda e no Reino Unido, através de Portugal (embora esta tendência tenha diminuído em 2003, dados os requisitos para obtenção de visto estabelecidos pelo governo português, bem como as iniciativas da Malásia e Coreia, que concordaram recentemente em aceitar trabalhadores timorenses). Além disso, o Governo de Timor-Leste, através da Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, assinou um Memorando de Entendimento com o Governo Australiano para iniciar um programa através do qual os trabalhadores timorenses são enviados para a Austrália. A principal área em que estes jovens timorenses irão operar será o turismo. Se no futuro a emigração de trabalho aumentar significativamente em Timor-Leste, isso terá um impacto no fluxo de remessas para o país, como já vimos em outros países em desenvolvimento.

Para além do povo timorense sair do país para procurar trabalho no exterior, entraram muitos trabalhadores estrangeiros em Timor-Leste, oriundos da China, Indonésia e Filipinas. A presença de trabalhadores estrangeiros no país despoletou alguma competição no mercado de trabalho. A maioria dos trabalhadores timorenses, que possuem poucas qualificações, não conseque competir com os estrangeiros, que chegam com competências profissionais variadas. Estes trabalham principalmente na área das infraestruturas, tal como projetos de eletricidade, construção de edifícios governamentais, estradas e pontes. Existem ainda outras questões relevantes nesta área. Por exemplo, muitos destes trabalhadores estrangeiros entraram no país com um visto de turismo, mas com o objectivo de procurar emprego. O departamento de imigração do governo de Timor-Leste identificou alguns destes trabalhadores estrangeiros e deportou-os, sempre que apropriado, ou então solicitou-lhes o pagamento de uma multa ao governo.

Como um país novo, Timor-Leste continua a enfrentar a falta de trabalhadores timorenses qualificados para participarem no desenvolvimento. Isto faz com que não possa evitar ou impedir os trabalhadores estrangeiros de entrarem no país. Uma das questões mais importantes é que Timor-Leste é a única economia baseada no dólar norte-americano na região e está a atrair imigrantes económicos asiáticos. A entrada de trabalhadores estrangeiros qualificados e não qualificados poderá ser encarada como uma privação de potenciais oportunidades de emprego por parte dos nacionais. Por outro lado, o investimento é particularmente necessário, mas os investidores muitas vezes importam os seus próprios trabalhadores (Almeida, 2010).

As questões da imigração laboral, tanto as que respeitam à emigração de nacionais como à entrada de trabalhadores estrangeiros, não têm sido levadas a debate público nem devidamente acompanhadas (Almeida, 2010). A Organização Internacional do Trabalho tem trabalhado em estreita colaboração com o Governo de Timor-Leste, assim como com os sindicatos, para desenvolver o direito do trabalho. A lei do trabalho foi aprovada pelo Parlamento Nacional em Dezembro de 2011. Espera-se que esta lei regule os direitos dos trabalhadores nacionais e estrangeiros neste novo país. Uma vez que a migração de trabalhadores é um dos aspetos que contribuem para o desenvolvimento, é necessária mais atenção por parte do governo para lidar com os problemas que estes trabalhadores enfrentam.

Referências bibliográficas

- Almeida, V. M. (2010), "Overview on South-South Migration and Development Trends and Research Needs in Timor-Leste", Bruxelas, ACP Observatory on Migration.
- Foundation for Development Cooperation (FDC) (2007), "Policy and Regulatory Framework for Remittances – Timor Leste", Brisbane, Foundation for Development Cooperation.
- Hamilton, K. (2004), "East Timor: Old Migration Challenges in the World's Newest Country", Washington, Migration Policy Institute.
- Shuaib, F. (2008), "Country Case Studies: Timor-Leste", in Leveraging Remittances with Microfinance, Part 2, Monash Asia Institute, Institute for Regional Development, University of Tasmania, Foundation for Development Cooperation.

